

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO

DECLARAÇÃO DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS DA PESSOA JURÍDICA

DIPJ 2003

[APRESENTAÇÃO](#)

CONSIDERAÇÕES GERAIS

- [1. INTRODUÇÃO](#)
- [2. ENTREGA DA DECLARAÇÃO](#)
- [3. ENTREGA EM SITUAÇÕES ESPECIAIS](#)
- [4. RETIFICAÇÃO DA DIPJ](#)
- [5. DOCUMENTAÇÃO](#)
- [6. PENALIDADES](#)
- [7. PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL \(Refis\)](#)

ABERTURA E PREENCHIMENTO DA DIPJ[08. ABERTURA DE NOVA DECLARAÇÃO](#)[09. ESTRUTURA DA DIPJ](#)[10. PREENCHIMENTO DAS FICHAS](#)[11. PASTA CADASTRO](#)[FICHA 01 - Dados Iniciais](#)[FICHA 02 - Dados Cadastrais](#)[FICHA 03 - Dados do Representante e do Responsável](#)[12. PASTA IRPJ](#)[FICHA 04A - Custo dos Bens e Serviços Vendidos](#)[FICHA 05A - Despesas Operacionais](#)[FICHA 06A - Demonstração do Resultado](#)[FICHA 07 - Demonstração do Lucro Inflacionário Realizado](#)[FICHA 08 - Demonstração do Lucro da Exploração](#)[FICHA 09A - Demonstração do Lucro Real](#)[FICHA 10 - Cálculo da Isenção e Redução do Imposto](#)[FICHA 11 - Cálculo do Imposto de Renda Mensal por Estimativa](#)[FICHA 12A - Cálculo do Imposto de Renda sobre o Lucro Real](#)[FICHA 13 - Demonstração das Receitas Incentivadas - Lucro Presumido](#)[FICHA 14A - Apuração do Imposto de Renda sobre o Lucro Presumido e](#)[FICHA 14B - Apuração do Imposto de Renda sobre o Lucro Presumido e Cálculo da Isenção e Redução](#)[FICHA 15 - Apuração do Imposto de Renda sobre o Lucro Arbitrado](#)[13. PASTA CSLL](#)[FICHA 16 - Cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido Mensal por Estimativa](#)[FICHA 17 - Cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido](#)[FICHA 18A - Cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - Presumido ou Arbitrado](#)[FICHA 18B - Cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - Imunes ou Isentas](#)[14. PASTA PIS/PASEP - COFINS](#)[FICHA 19A - Cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep - PJ em Geral, Imunes ou Isentas](#)

[FICHA 19B - Cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep - PJ em Geral - Alíquotas Diferenciadas](#)

[FICHA 19C - Cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep - Instituições Financeiras, Seguradoras e Previdência](#)

[FICHA 20A - Cálculo da Cofins - PJ em Geral, Imunes ou Isentas](#)

[FICHA 20B - Cálculo da Cofins - PJ em Geral - Alíquotas Diferenciadas](#)

[FICHA 20C - Cálculo da Cofins - Instituições Financeiras, Seguradoras e Previdência](#)

15. PASTA IPI

[FICHA 21 - Estabelecimentos Industriais ou Equiparados](#)

[FICHA 22 - Apuração do Saldo do IPI](#)

[FICHA 23 - Entradas e Créditos](#)

[FICHA 24 - Saídas e Débitos](#)

[FICHA 25 - Remetentes de Insumos/Mercadorias](#)

[FICHA 26 - Entradas de Insumos/Mercadorias](#)

[FICHA 27 - Destinatários de Produtos/Mercadorias/Insumos](#)

[FICHA 28 - Saídas de Produtos/Mercadorias/Insumos](#)

16. PASTA INFORMAÇÕES

16.1 - INCENTIVOS FISCAIS

[FICHA 29 - Aplicações em Incentivos Fiscais](#)

[FICHA 30 - Atividades Incentivadas](#)

16.2 - PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA

[FICHA 31A - Operações com o Exterior - Pessoa Vinculada/ Interposta Pessoa/ País com Tributação Favorecida](#)

[FICHA 31B - Operações com o Exterior - Pessoa Não Vinculada/ Não Interposta Pessoa/ País sem Tributação Favorecida](#)

[FICHA 32 - Operações com o Exterior - Exportações \(Entradas de Divisas\)](#)

[FICHA 33 - Operações com o Exterior - Contratantes das Exportações](#)

[FICHA 34 - Operações com o Exterior - Importações \(Saídas de Divisas\)](#)

[FICHA 35 - Operações com o Exterior - Contratantes das Importações](#)

16.3 - PARTICIPAÇÕES NO EXTERIOR

[FICHA 36 - Participações no Exterior](#)

[FICHA 37 - Participações no Exterior - Resultado do Período de Apuração](#)

16.4 - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

[FICHA 38A - Ativo - Balanço Patrimonial](#)

[FICHA 39A - Passivo - Balanço Patrimonial](#)

[FICHA 40 - Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados](#)

[FICHA 41 - Origem e Aplicação de Recursos - Imunes ou Isentas](#)

16.5 - INFORMAÇÕES GERAIS

[FICHA 42A - Rendimentos de Dirigentes, Sócios ou Titular](#)

[FICHA 42B - Rendimentos de Dirigentes - Imunes ou Isentas](#)

[FICHA 43 - Demonstrativo do Imposto de Renda Retido na Fonte](#)

[FICHA 44 - Participação Permanente em Coligadas ou Controladas](#)

[FICHA 45 - Ativos no Exterior](#)

[FICHA 46 - Fundos/Clubes de Investimento](#)

[FICHA 47A - Informações Gerais - Lucro Real](#)

[FICHA 47B - Informações Gerais - Presumido e Arbitrado](#)

[FICHA 48 - Informações de Optantes Refis](#)

[FICHA 49 - Cálculo do Imposto de Renda pelo RET - Apuração por Plano ou Conjunto de Planos e FAPI](#)

CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS

17. IMPOSTO DE RENDA DAS PESSOAS JURÍDICAS (IRPJ)

[17.1 - Lucro Real](#)

[17.2 - Lucro Presumido](#)

[17.3 - Lucro Arbitrado](#)

[17.4 - Lucros Disponibilizados no Exterior](#)

[17.5 - Distribuição de Lucros](#)

[17.6 - Instruções para Cálculo do Imposto Postergado](#)

18. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO (CSLL)

[18.1 - Alíquotas](#)

[18.2 - Apuração Trimestral da CSLL](#)

[18.3 - Apuração Anual da CSLL, com recolhimentos mensais sobre a base de cálculo estimada](#)

[18.4 - Considerações Gerais sobre Compensação de Base de Cálculo Negativa](#)

[18.5 - Pessoas Jurídicas Submetidas à Apuração do Lucro Presumido e Lucro Arbitrado](#)

[18.6 - Pagamento da CSLL](#)

[18.7 - Instruções para Cálculo da CSLL Postergada](#)

[19. PESSOA JURÍDICA IMUNE OU ISENTA DE IRPJ](#)

[19.1 - Pessoa Jurídica Imune](#)

[19.2 - Pessoa Jurídica Isenta](#)

[19.3 - Desenquadramento da Imunidade ou da Isenção](#)

[20. CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP E COFINS](#)

[20.1 - PIS/Pasep e Cofins - Contribuintes e Responsáveis](#)

[20.2 - Apuração da Base de Cálculo do PIS/Pasep e da Cofins - Incidência sobre o Faturamento](#)

[20.3 - Apuração da Base de Cálculo do PIS/Pasep e da Cofins no Regime de Substituição Tributária](#)

[20.4 - Apuração da Base de Cálculo do PIS/Pasep - Folha de Salários](#)

[20.5 - PIS/Pasep e Cofins - Alíquotas](#)

[20.6 - PIS/Pasep e Cofins - Cálculo do Valor a Pagar](#)

[20.7 - Apuração da Base de Cálculo do PIS/Pasep - Incidência Não-Cumulativa](#)

[21. IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS \(IPI\)](#)

[21.1 - Conceito](#)

[21.2 - Conceito de Estabelecimento Industrial e Equiparado a Industrial](#)

[21.3 - Sujeito Passivo da Obrigação Tributária](#)

[21.4 - Apuração](#)

[21.5 - Considerações sobre o preenchimento da DIPJ](#)

[21.6 - Códigos de Recolhimento](#)

[22. TRATAMENTO DAS VARIAÇÕES CAMBIAIS - MP Nº 1.858-10/1999, ART. 30](#)

[22.1 - Do Imposto de Renda](#)

[23. PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA](#)

[23.1 - Pessoa Vinculada](#)

[23.2 - Países com Tributação Favorecida ou cuja Legislação Interna Oponha Sigilo](#)

[23.3 - Dispensa de Comprovação](#)

[23.4 - Margem de Divergência](#)

[23.5 - Métodos Utilizados nas Exportações](#)

[23.6 - Ajuste do Preço Parâmetro nas Exportações](#)

[23.7 - Métodos Utilizados nas Importações](#)

[23.8 - Ajustes do Preço Parâmetro nas Importações](#)

[23.9 - Arbitramento de Preço de Transferência nas Exportações](#)

[23.10 - Valor do Ajuste sobre as Receitas Oriundas das Exportações](#)

[23.11 - Valor do Ajuste sobre as Importações](#)

APRESENTAÇÃO

Este manual foi elaborado com o objetivo de oferecer ao contribuinte instrumentos que facilitem o preenchimento da Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ), relativa ao ano-calendário de 2002. Ele é composto basicamente de três partes:

A primeira delas contém considerações gerais sobre: entrega da declaração do ano-calendário de 2002, entrega em situações especiais, retificação, documentação, penalidades, acréscimos legais e Programa de Recuperação Fiscal (Refis).

A segunda parte deste manual trata da abertura da declaração, da estrutura da DIPJ e das instruções de preenchimento das fichas.

As instruções de preenchimento relativas ao Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) aplicam-se às pessoas jurídicas em geral e às corretoras de seguros. As instituições financeiras, seguradoras e entidades de previdência privada aberta devem preencher a DIPJ em consonância com a escrituração contábil e legislação específica. Encontram-se também, nesta parte, instruções para as entidades imunes ou isentas de IRPJ, que estão sujeitas à CSLL.

A terceira parte deste manual traz uma síntese das legislações do IRPJ, da CSLL, do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da legislação pertinente às pessoas jurídicas imunes ou isentas de IRPJ.

As instruções deste manual contemplam as alterações da legislação tributária publicadas até 13 de março de 2003.

Este manual está estruturado de modo a possibilitar ao contribuinte, a partir da leitura do sumário, reproduzir somente as instruções de seu interesse.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

CONSIDERAÇÕES GERAIS

1. INTRODUÇÃO

O Programa Gerador da DIPJ (PGD) está disponível para os contribuintes na Internet, no endereço: <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>, o qual é acessado mediante *download*.

A DIPJ contém informações sobre os seguintes impostos e contribuições devidos pela pessoa jurídica:

I – Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ);

II – Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI);

III – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);

IV – Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep);

V – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

São prestadas aos declarantes, pessoalmente, nas unidades da Secretaria da Receita Federal, assistência técnica sob a forma de esclarecimentos e orientações. Para dirimir suas dúvidas, procure o PLANTÃO FISCAL.

2. ENTREGA DA DECLARAÇÃO

2.1 – Pessoas Jurídicas Obrigadas à Entrega da DIPJ

Todas as pessoas jurídicas, inclusive as equiparadas, as entidades submetidas aos regimes de liquidação extrajudicial e falimentar, pelo período em que perdurarem os procedimentos para a realização de seu ativo e o pagamento do passivo e as entidades imunes e isentas do imposto de renda devem apresentar, anualmente, a DIPJ de forma centralizada pela matriz.

Atenção:

Os fundos de investimento imobiliário que aplicarem recursos em empreendimento imobiliário que tenha como incorporador, construtor ou sócio, quotista que possua, isoladamente ou em conjunto com pessoa a ele ligada, mais de vinte e cinco por cento das quotas do Fundo (Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, art. 2ª), por estarem sujeitos à tributação aplicável às demais pessoas jurídicas, devem apresentar DIPJ com o número de inscrição no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas (CNPJ) próprio, vedada sua inclusão na declaração da administradora (AD SRF nº 2, de 7 de janeiro de 2000).

2.2 – Pessoas Jurídicas Desobrigadas da Entrega da DIPJ

Estão desobrigadas de apresentar a DIPJ:

I - as pessoas jurídicas optantes pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples), por estarem obrigadas à apresentação da Declaração Simplificada;

Atenção:

A pessoa jurídica cuja exclusão do Simples produziu efeitos dentro do ano-calendário, fica obrigada a entregar duas declarações: a simplificada, referente ao período em que esteve enquadrada no Simples, e a DIPJ, referente ao período restante do ano-calendário.

II - as pessoas jurídicas inativas, assim consideradas as que não realizaram, durante o ano-calendário, qualquer atividade operacional, não operacional, financeira ou patrimonial, por estarem obrigadas à apresentação da Declaração de Inatividade;

III - os órgãos públicos, as autarquias e as fundações públicas.

2.3 – Não Devem Apresentar a DIPJ

Não apresentam a DIPJ, ainda que se encontrem inscritas no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), ou que tenham seus atos constitutivos registrados em Cartório ou Juntas Comerciais:

a) o consórcio constituído na forma dos arts. 278 e 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976;

b) a pessoa física que, individualmente, preste serviços profissionais, mesmo quando possua estabelecimento em que desenvolva suas atividades e empregue auxiliares;

c) a pessoa física que explore, individualmente, contratos de empreitada unicamente de mão-de-obra, sem o concurso de profissionais qualificados ou especializados;

d) a pessoa física que individualmente seja receptora de apostas da Loteria Esportiva e da Loteria de Números (Loto, Sena, Megasena, etc.), credenciada pela Caixa Econômica Federal, ainda que, para atender exigência do órgão credenciador, esteja registrada como pessoa jurídica, desde que não explore em nome individual, qualquer outra atividade econômica que implique sua equiparação a pessoa jurídica;

e) o condomínio de edifícios;

f) os fundos em condomínio e clubes de investimento, exceto o fundo de investimento imobiliário de que trata o art. 2ª da Lei nº 9.779, de 1999 (Vide "Atenção" [subitem 2.1](#));

g) a sociedade em conta de participação;

h) as pessoas jurídicas domiciliadas no exterior que possuam no Brasil bens e direitos sujeitos a registro público.

2.4 – Local de Entrega

2.4.1 – Até o Término do Prazo Fixado para a Entrega da DIPJ

A DIPJ é transmitida pela Internet, por meio do programa Receitanet, disponível no endereço

<<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou apresentada em disquete nas agências do Banco do Brasil S/A, ou nas agências da Caixa Econômica Federal.

2.4.2 – Após o Término do Prazo Fixado para a Entrega da DIPJ

A DIPJ, neste caso, pode ser transmitida pela Internet, por meio do programa Receitanet, disponível no endereço <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou entregue nas unidades da Secretaria da Receita Federal.

Atenção:

- 1) Cada disquete entregue deve conter apenas uma declaração.
- 2) A Secretaria da Receita Federal não considera como recebida a DIPJ cujo disquete apresente problemas de ordem física ou técnica que impeçam a leitura dos dados nele contidos. Nesta hipótese, o disquete deve ser substituído.
- 3) A DIPJ correspondente a extinção, incorporação, fusão ou cisão da pessoa jurídica deve ser entregue exclusivamente na unidade da Secretaria da Receita Federal com jurisdição sobre o domicílio fiscal da pessoa jurídica.
- 4) É vedada a remessa da DIPJ por via postal.

2.5 – Etiqueta

No disquete a ser entregue deve ser aposta uma etiqueta contendo os seguintes dados:

- a) CNPJ;
- b) Nome Empresarial;
- c) DIPJ/Ano de Referência;
- d) Tipo: Original ou Retificadora;
- e) Situação Especial (Extinção, Incorporação, Fusão ou Cisão), quando for o caso;
- f) Data do Evento (Extinção, Incorporação, Fusão ou Cisão).

2.6 – Prazo de Entrega

A DIPJ/2003, referente ao ano-calendário de 2002, deve ser entregue até o último dia útil de:

- a) maio de 2003, pelas pessoas jurídicas imunes ou isentas;
- b) junho de 2003, pelas demais pessoas jurídicas.

Atenção:

A entrega da DIPJ após o prazo estabelecido sujeitará o contribuinte ao pagamento de multa e acréscimos legais (Vide [subitem 6.1](#)).

2.7 – DIPJ de Ano-Calendário Anterior a 2002

A pessoa jurídica que entregar DIPJ relativa a ano-calendário anterior a 2002 deve utilizar o Programa Gerador da DIPJ (PGD) aprovado para o ano-calendário a que se referir a declaração.

3. ENTREGA EM SITUAÇÕES ESPECIAIS

3.1 – Extinção, Incorporação, Fusão ou Cisão - Ano-calendário de 2003

A pessoa jurídica que tiver parte ou todo o seu patrimônio absorvido em virtude de incorporação, fusão ou cisão deve levantar balanço específico para esse fim, no qual os bens e direitos são avaliados pelo valor contábil ou de mercado, até trinta dias antes do evento.

Relativamente às empresas incluídas em programas de privatização da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, o balanço a que se refere o parágrafo anterior deve ser levantado dentro do prazo de noventa dias que anteceder à incorporação, fusão ou cisão (Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998).

Sem prejuízo do balanço de que trata o art. 21 da Lei nº 9.249, de 1995, e art. 6ª da Lei nº 9.648, de 1999, e da responsabilidade por sucessão, para fins fiscais, os impostos e contribuições devem ser apurados até a data do evento pela pessoa jurídica incorporadora, incorporada, fusionada ou cindida. Considera-se data do evento aquela em que houver a deliberação que aprovar a incorporação, fusão ou cisão.

A DIPJ deve ser preenchida em nome da pessoa jurídica incorporadora, incorporada, fusionada ou cindida, e entregue, na unidade da Secretaria da Receita Federal com jurisdição sobre o domicílio fiscal da pessoa jurídica, até o último dia útil do mês subsequente ao do evento (Lei nº 9.249, de 1995, art. 21, § 4ª, Lei nº 9.648, de 1998, art. 6ª). A DIPJ correspondente ao ano-calendário de 2002, ainda não apresentada, deve ser entregue juntamente com a da incorporação, fusão ou cisão.

Atenção:

A pessoa jurídica incorporadora deve apresentar a DIPJ observado o disposto no art. 21 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e no § 1ª do art. 1ª da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, salvo nos casos em que as pessoas jurídicas, incorporadora e incorporada, estivessem sob o mesmo controle societário desde o ano-calendário anterior ao do evento (Lei nº 9.959, de 27 de janeiro de 2000, art. 5ª).

A empresa incorporadora, incorporada, fusionada ou cindida, deve apresentar DIPJ contendo os dados referentes aos impostos e contribuições cujos fatos geradores tenham ocorrido no período compreendido entre o início do ano-calendário ou das atividades até a data do evento.

No caso de extinção da pessoa jurídica, a DIPJ deve ser apresentada, em nome da empresa extinta, até o último dia útil do mês seguinte ao em que se ultimar a liquidação da pessoa jurídica.

Caso tenha ocorrido situação especial no ano-calendário a que se refere a DIPJ, em relação a este ano-calendário devem ser apresentadas duas declarações:

- 1) a primeira correspondente ao período compreendido entre 1ª de janeiro e a data do evento; e
- 2) a segunda correspondente ao período compreendido entre o dia seguinte à data do evento e 31 de dezembro do ano-calendário.

Na hipótese em que a data do evento seja 31 de dezembro, somente será exigida do contribuinte a apresentação de uma DIPJ, compreendendo os fatos geradores ocorridos entre 1ª de janeiro e 31 de dezembro do ano-calendário, a ser entregue até o último dia útil do mês de janeiro do ano-calendário subsequente.

Atenção:

As declarações relativas a eventos de extinção, cisão, fusão ou incorporação da pessoa jurídica, ocorridos no mês de janeiro, poderão ser entregues até o dia 31 de março do respectivo ano-calendário.

3.2 – Pagamento dos Impostos e Contribuições em Virtude de Incorporação, Fusão ou Cisão

Nos casos de incorporação, fusão ou cisão, os Darf referentes aos impostos e contribuições são preenchidos com o número de inscrição, no CNPJ, da sucedida.

3.2.1 – Prazo de Pagamento do IRPJ e da CSLL

O pagamento do imposto sobre a renda e da contribuição social sobre o lucro líquido correspondente ao período de apuração encerrado em virtude de extinção, incorporação, fusão ou cisão deve ser efetuado até o último dia útil do mês subsequente ao do evento, não se lhes aplicando a opção pelo pagamento em quotas (Lei nº 9.430, 1996, art. 5ª, § 4ª). As quotas de imposto de renda e/ou CSLL relativas ao período de apuração anterior ao da extinção da pessoa jurídica, sem sucessor, cujos vencimentos sejam posteriores ao mês subsequente à extinção, devem ser pagas até o último dia útil do mês subsequente ao do evento, ainda que o vencimento originalmente estabelecido para o pagamento seja posterior a essa data (Decreto nº 3.000, de 1999, art.863).

No caso de incorporação, fusão ou cisão parcial, o imposto sobre a renda e a CSLL correspondentes ao período de apuração anterior ao período de apuração do evento são pagos nos mesmos prazos originalmente previstos.

3.2.2 – Prazo de Pagamento do IPI, Cofins e PIS/Pasep

O período de apuração do IPI, da Cofins e da Contribuição para o PIS/Pasep é encerrado na data do evento nos casos de incorporação, fusão ou cisão ou na data da extinção da pessoa jurídica, devendo ser pagos nos mesmos prazos originalmente previstos.

4. RETIFICAÇÃO DA DIPJ

4.1 – Considerações Gerais

A DIPJ anteriormente entregue pode ser retificada, independentemente de autorização pela autoridade administrativa, e tem a mesma natureza da declaração originariamente apresentada, substituindo-a integralmente ([MP nº 1.990-26](#), de 14 de dezembro de 1999, e reedições).

Não é admitida retificação de DIPJ que tenha por objetivo alterar o regime de tributação anteriormente adotado.

Atenção:

1) A pessoa jurídica que entregar DIPJ retificadora alterando valores que tenham sido informados na Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF), deve proceder à mesma alteração de valores na DCTF.

2) Não é admitida retificação que tenha por objeto mudança de regime de tributação, salvo, nos casos determinados pela legislação, para fins de adoção do lucro arbitrado. Dessa forma, é considerada intempestiva a DIPJ retificadora com base no Lucro Real entregue após o término do prazo previsto, ainda que a pessoa jurídica tenha entregue, dentro do prazo, declaração com base no Lucro Presumido, quando vedada, por disposição legal, a opção por este regime de tributação.

4.2 – Local de Entrega

4.2.1 – Até o Término do Prazo Fixado para a Entrega da DIPJ

A DIPJ retificadora, neste caso, é transmitida pela Internet, por meio do programa Receitanet, disponível no endereço <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou apresentada em disquete nas agências do Banco do Brasil S/A, ou nas agências da Caixa Econômica Federal.

4.2.2 – Após o Término do Prazo Fixado para a Entrega da DIPJ

A DIPJ retificadora, neste caso, pode ser transmitida pela Internet, por meio do programa Receitanet, disponível no endereço <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou entregue nas unidades da Secretaria da Receita Federal.

5. DOCUMENTAÇÃO

5.1 – Documentos a Serem Apresentados no Ato da Entrega da DIPJ

Devem ser apresentados no ato da entrega da declaração o "Recibo de Entrega da DIPJ", gerado eletronicamente, em uma via, e o "Cartão do CNPJ", se a pessoa jurídica entregar o disquete nas agências do Banco do Brasil S/A ou da Caixa Econômica Federal.

Atenção:

A pessoa jurídica que entregar a DIPJ pela Internet deve aguardar a gravação do recibo de entrega no disquete de envio ou no disco rígido. O recibo pode ser impresso em papel.

5.2 – Documentação: Guarda e Exibição

A pessoa jurídica é obrigada a conservar em ordem, enquanto não prescritas eventuais ações que lhes sejam pertinentes, os livros, documentos e papéis relativos a sua atividade, ou que se refiram a atos ou operações que modifiquem ou possam vir a modificar sua situação patrimonial (Decreto-Lei nº 486, de 1969, art. 4ª).

As pessoas jurídicas que utilizarem sistemas de processamento eletrônico de dados para registrar negócios e atividades econômicas ou financeiras, escriturar livros ou elaborar documentos de natureza contábil ou fiscal, ficam obrigadas a manter, à disposição da Secretaria da Receita Federal, os respectivos arquivos digitais e sistemas, pelo prazo decadencial previsto na legislação tributária.

O contribuinte usuário de sistema de processamento de dados deve manter documentação técnica completa e atualizada do sistema, suficiente para possibilitar a sua auditoria, facultada a manutenção em meio magnético, sem prejuízo da sua emissão gráfica, quando solicitada (Lei nº 9.430, de 1996, art. 38).

Atenção:

Observar os prazos de decadência e prescrição determinados na legislação específica de cada imposto ou contribuição.

6. PENALIDADES

6.1 – Valor da multa

O sujeito passivo que deixar de apresentar Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ), nos prazos fixados, ou que a apresentar com incorreções ou omissões, será intimado a apresentar declaração original, no caso de não-apresentação, ou a prestar esclarecimentos, nos demais casos, no prazo estipulado pela Secretaria da Receita Federal, e sujeitar-se-á às seguintes multas:

I - de dois por cento ao mês-calendário ou fração, incidente sobre o montante do imposto de renda da pessoa jurídica informado na DIPJ, ainda que integralmente pago, no caso de falta de entrega desta Declaração ou entrega após o prazo, limitada a vinte por cento, observado o disposto no subitem 6.2;

II - de R\$ 20,00 (vinte reais) para cada grupo de dez informações incorretas ou omitidas.

Para efeito de aplicação das multas previstas nos itens I e II, é considerado, como termo inicial, o dia seguinte ao término do prazo originalmente fixado para a entrega da declaração e, como termo final, a data da efetiva entrega ou, no caso de não-apresentação, a da lavratura do auto de infração.

Observado o disposto no subitem 6.2, as multas serão reduzidas:

I – em cinquenta por cento, quando a declaração for apresentada após o prazo, mas antes de qualquer procedimento de ofício;

II – em vinte e cinco por cento, se houver a apresentação da declaração no prazo fixado em intimação.

6.2 – Multa mínima

A multa mínima aplicada pelo atraso ou falta de entrega da DIPJ é de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

6.3 – Declaração que não atenda às especificações técnicas

Considera-se não entregue a declaração que não atender às especificações técnicas estabelecidas pela Secretaria da Receita Federal.

O sujeito passivo será intimado a apresentar nova declaração, no prazo de dez dias, contados da ciência à intimação, e sujeitar-se-á à multa prevista no item I do subitem 6.1.

6.4 – Cálculo da multa

Para efeito de cálculo da multa por atraso, o imposto de renda devido e informado na DIPJ corresponde ao valor resultante da soma das linhas:

a) [12A/01 a 12A/03](#) e [12A/19](#) diminuído da soma das [Linhas 12A/04 a 12A/08](#), para as pessoas jurídicas em geral e corretoras autônomas de seguros, tributadas pelo lucro real;

b) [12B/01](#) e [12B/02](#) diminuído da soma das [Linhas 12B/03 a 12B/06](#), para as instituições financeiras e assemelhadas, sociedades seguradoras, de capitalização e entidades de previdência privada;

c) [14A/22 a 14A/24](#), para as pessoas jurídicas tributadas pelo lucro presumido;

d) [14B/54 a 14B/56](#), para as pessoas jurídicas optantes pelo Refis tributadas pelo lucro presumido; e

e) [15/24 a 15/26](#), para as pessoas jurídicas tributadas pelo lucro arbitrado.

7. PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL (Refis)

O Programa de Recuperação Fiscal (Refis), instituído pela Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, destina-se a promover a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições, administrados pela Secretaria da Receita Federal (SRF) e pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), com vencimento até 29 de fevereiro de 2000, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive os decorrentes de falta de recolhimento de valores retidos, observado o Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, Lei nº 10.002, de 14 de setembro de 2000, Lei nº 10.189, de 2001 e Lei nº 10.637, de 2002.

Não puderam ingressar no Refis as pessoas jurídicas de que tratam os incisos II e VI do art. 14 da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998.

As pessoas jurídicas de que tratam os incisos I e III a V do art. 14 da Lei nº 9.718, de 1998, podem optar, durante o período em que submetidas ao Refis, pelo regime de tributação com base no lucro presumido (Lei nº 9.964, de 2000, art. 4º). Esta opção é irrevogável para todo o ano-calendário.

Ocorrendo a exclusão do Refis dessas pessoas jurídicas, o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são apurados sobre o lucro líquido contábil ajustado pelas adições e exclusões determinadas pela legislação específica, a partir do trimestre-calendário seguinte ao da exclusão.

7.1 Compra e Venda, Desmembramento, Loteamento de Terrenos, Incorporação Imobiliária e Construção de Imóveis

As pessoas jurídicas que exerçam as atividades de compra e venda, loteamento, incorporação e construção de imóveis, não podem optar pelo lucro presumido, ainda que tenham ingressado no Programa de Recuperação Fiscal, enquanto não concluídas as operações imobiliárias para as quais haja registro de custo orçado.

ABERTURA E PREENCHIMENTO DA DIPJ

08. ABERTURA DE NOVA DECLARAÇÃO

Na abertura de nova declaração, que é realizada por intermédio da função "NOVA" do menu "Declaração", são solicitadas as seguintes informações:

Atenção:

- 1) As informações prestadas na abertura da declaração são exibidas na [Ficha 01](#) – "Dados Iniciais".
- 2) Após a confirmação da nova declaração, a alteração dos dados que compõem a [Ficha 01](#) – "Dados Iniciais" somente pode ser feita por meio da seleção da função "NOVA" do menu "Declaração".
- 3) A pessoa física equiparada a empresa individual por operações imobiliárias, que explore outra atividade, pode optar por registro específico no CNPJ para cada atividade. Nesse caso, deve ser entregue uma DIPJ para cada CNPJ. A opção exercida é irrevogável.
- 4) A pessoa jurídica que for sócia ostensiva de Sociedade em Conta de Participação (SCP) deve informar na DIPJ o valor referente ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido apurados por todas as SCP.

a) CNPJ

Preencher este campo com o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do declarante.

b) Ano-calendário

Assinalar o ano-calendário a que se refere a DIPJ.

O ano-calendário de 2003 somente deve ser assinalado se a DIPJ se referir a situação especial ocorrida neste ano-calendário (ver [item 3](#) deste manual).

c) Situação Especial

Ao assinalar o ano-calendário 2003, é habilitada uma Caixa de Combinação, devendo a pessoa jurídica selecionar o tipo do evento, a saber:

- Extinção;
- Fusão;
- Incorporação / Incorporada;
- Incorporação / Incorporadora;
- Cisão Total; e
- Cisão Parcial.

No campo "Data do Evento", a pessoa jurídica deve informar a data da deliberação do evento, ou em caso de Extinção da Pessoa Jurídica, a data em que se ultimou a sua liquidação.

d) Período

d.1) Período Inicial

Este campo deve ser preenchido com a data do início do período correspondente ao ano-calendário a que se referir a DIPJ.

d.2) Período Final

A data correspondente ao período final é 31 de dezembro, no caso de a DIPJ se referir ao ano-calendário de 2002.

Nos demais casos, o período final é fornecido automaticamente pelo Programa Gerador da DIPJ (PGD), com base nas informações prestadas quando da abertura da declaração.

Atenção:

Considera-se período final, nos casos de situação especial, as seguintes datas:

I – Extinção da Pessoa Jurídica: a data em que se ultimou a liquidação da pessoa jurídica.

II – Incorporação, Fusão, Cisão Total e Cisão Parcial: a data da deliberação do evento de incorporação, fusão ou cisão.

e) Optante Refis

A pessoa jurídica deve assinalar este campo quando for optante do Programa de Recuperação Fiscal (Refis) (ver [item 7](#) deste manual).

f) Optante pelo RET

A pessoa jurídica que for entidade aberta ou fechada de previdência complementar, a sociedade seguradora que opera plano de benefício de caráter previdenciário e o administrador do Fundo de Aposentadoria Programada Individual e que tenha optado pelo Cálculo do Imposto de Renda pelo Regime Especial de Tributação (RET), instituído pela MP nº 2.222, deve assinalar este campo.

g) Declaração Retificadora

A pessoa jurídica deve assinalar este campo em se tratando de declaração retificadora (ver [item 4](#) deste manual).

h) Forma de Tributação do Lucro:

A pessoa jurídica deve indicar, por seleção, a forma de tributação adotada, no ano-calendário, para o IRPJ e para a CSLL.

As opções são as seguintes:

- Lucro Real;
- Lucro Presumido;
- Lucro Arbitrado;

- Lucro Real/Arbitrado;
- Lucro Presumido/Arbitrado;
- Lucro Presumido/Real;
- Lucro Presumido/Real/Arbitrado;
- Imune do IRPJ; ou
- Isenta do IRPJ.

A forma de tributação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido adotada indica que a pessoa jurídica:

- h.1) "Lucro Real" – apurou imposto de renda com base no lucro real;
- h.2) "Lucro Presumido" – apurou imposto de renda com base no lucro presumido;
- h.3) "Lucro Arbitrado" – apurou o imposto de renda com base no lucro arbitrado em todos os trimestres do ano-calendário;
- h.4) "Lucro Real/Arbitrado" – apurou imposto de renda com base no lucro real, tendo arbitramento da base de cálculo em algum trimestre do ano-calendário;
- h.5) "Lucro Presumido/Arbitrado" – apurou imposto de renda com base no lucro presumido, tendo arbitramento da base de cálculo em algum trimestre do ano-calendário;
- h.6) "Lucro Presumido/Real" - optou pelo lucro presumido por força de ingresso no Refis e, no decorrer do ano-calendário, foi excluída do Programa e passou a ser obrigatoriamente tributada com base no lucro real; ou iniciou o ano-calendário pagando o imposto com base no lucro presumido e, em relação ao mesmo ano, incorreu em situação de obrigatoriedade de apuração pelo lucro real por ter auferido lucros, rendimentos ou ganhos de capital oriundos do exterior.

Atenção:

Na hipótese de obrigatoriedade de apuração pelo lucro real por ter auferido lucros, rendimentos ou ganhos de capital oriundos do exterior, a pessoa jurídica deve apurar o imposto sobre a renda de pessoa jurídica (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) sob o regime de apuração pelo lucro real trimestral a partir, inclusive, do trimestre da ocorrência do fato.

- h.7) "Lucro Presumido/Real/Arbitrado" - referida no subitem h.6, além da tributação com base no lucro presumido e no lucro real, foi tributada com base no lucro arbitrado em algum trimestre do ano-calendário;
- h.8) "Imune do IRPJ" – é imune do imposto de renda;
- h.9) "Isenta do IRPJ" – é isenta do imposto de renda.

i) Qualificação da Pessoa Jurídica/Tipo de Entidade

A Caixa de Combinação apresenta as qualificações, em consonância com a forma de tributação adotada pela pessoa jurídica ou entidade, conforme a seguir:

- i.1) Pessoa Jurídica tributada pelo Lucro Real, Real/ Arbitrado, ou Arbitrado:
 - PJ em Geral/ Corretora Autônoma de Seguros;
 - PJ Componente do Sistema Financeiro;
 - Sociedade Seguradora, de Capitalização ou Entidade de Previdência Privada Aberta.
- i.2) Pessoa Jurídica tributada pelo Lucro Presumido/Real, Presumido/Real/Arbitrado:
 - PJ em Geral/ Corretora Autônoma de Seguros.
- i.3) Pessoa Jurídica tributada pelo Lucro Presumido ou Presumido/Arbitrado:
 - PJ em Geral/ Corretora Autônoma de Seguros;
- i.4) Entidade Imune:
 - Assistência Social;
 - Educacional;
 - Sindicato de Trabalhadores;
 - Outras.
- i.5) Entidade Isenta:
 - Associação Civil;
 - Cultural;
 - Previdência Privada Fechada;
 - Filantrópica;
 - Sindicato;
 - Recreativa;
 - Científica;
 - Associação de Poupança e Empréstimo;
 - Outras.

j) Apuração do IRPJ e da CSLL ou Apuração do IRPJ e da CSLL por Trimestre

I - Apuração do IRPJ e da CSLL

Esta Caixa de Combinação é habilitada para a pessoa jurídica que adotar a Forma de Tributação do Lucro:

j.1) Lucro Real:

A pessoa jurídica deve selecionar o período de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, a saber:

- Anual, se optou pela apuração do IRPJ e da CSLL sobre a base de cálculo estimada, facultada a opção pelo levantamento de balanço ou balancete de suspensão ou redução;
- Trimestral, no caso de ter adotado a apuração trimestral do IRPJ e da CSLL;

j.2) Real/Arbitrado:

A pessoa jurídica deve selecionar o período de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido,

se anual ou trimestral, e no quadro Trimestres de Arbitramento, marcar os trimestres relativos à apuração do lucro arbitrado.

II - Apuração do IRPJ e da CSLL por Trimestre

Esta Caixa de Combinação é habilitada para a pessoa jurídica que adotar a Forma de Tributação do Lucro Presumido/Real ou Lucro Presumido/Real/Arbitrado.

A pessoa jurídica que tiver simultaneamente no ano-calendário as Formas de Tributação: Lucro Real e Lucro Presumido, inclusive com Lucro Arbitrado, deve selecionar por trimestre de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, a correspondente forma de tributação do trimestre, a saber:

II.1) Presumido:

Indicar esta opção nos trimestres em que apurou o imposto de renda com base no Lucro Presumido;

Atenção:

Esta opção não está disponível no quarto trimestre, tendo em vista que a pessoa jurídica passou a ser tributada, no decorrer do ano-calendário, com base no lucro real.

II.2) Real - Estimativa:

Indicar esta opção nos trimestres em que efetuou a apuração do IRPJ e da CSLL sobre a base de cálculo estimada, facultada a opção pelo levantamento de balanço ou balancete de suspensão ou redução;

Atenção:

Esta opção não está disponível no primeiro trimestre, tendo em vista que a pessoa jurídica iniciou o ano-calendário sendo tributada com base no lucro presumido ou arbitrado, conforme o caso, passando a ser tributada com base no lucro real.

II.3) Real - Trimestral:

Indicar esta opção nos trimestres em que efetuou a apuração trimestral do IRPJ e da CSLL;

Atenção:

Esta opção não está disponível no primeiro trimestre, tendo em vista que a pessoa jurídica iniciou o ano-calendário sendo tributada com base no lucro presumido ou arbitrado, conforme o caso, passando a ser tributada com base no lucro real.

II.4) Arbitrado:

Indicar esta opção nos trimestres em que apurou o imposto de renda com base no Lucro Arbitrado.

III - Trimestres de Arbitramento

Esta Caixa de Combinação é habilitada para a pessoa jurídica que adotar a Forma de Tributação do Lucro Real/Arbitrado ou Lucro Presumido/Arbitrado.

Indicar os trimestres sujeitos à tributação com base no lucro arbitrado.

k) Desenquadramento em 2002

Este campo é habilitado somente para as pessoas jurídicas imunes e isentas, devendo ser assinalado na hipótese de suspensão do gozo da imunidade ou da isenção no curso do ano-calendário. Nessa hipótese, deve ser informada a data de início dessa suspensão e devem ser apresentadas duas DIPJ:

- uma na condição de imune ou isenta, correspondente ao período compreendido entre o início do ano-calendário e o dia anterior à data de início da suspensão da imunidade ou isenção;
- outra, correspondente ao período compreendido entre a data de início da suspensão da imunidade ou isenção e o final do ano-calendário, indicando a forma de tributação da pessoa jurídica nesse período.

Atenção:

Como será utilizado o mesmo PGD para gerar as duas declarações é necessária a gravação da primeira declaração para poder ser gerada a segunda declaração.

l) Apuração da CSLL

Esta Caixa de Combinação é habilitada para as pessoas jurídicas imunes e isentas de IRPJ.

A pessoa jurídica deve selecionar:

- Anual, se optou pela apuração da CSLL sobre a base de cálculo estimada, facultada a opção pelo levantamento de balanço ou balancete de suspensão ou redução;
- Trimestral, no caso de ter adotado a apuração trimestral da CSLL;
- Desobrigada, na hipótese de pessoa jurídica imune ou isenta da CSLL.

Atenção:

- As entidades sem fins lucrativos de que trata o inciso I do art. 12 do Decreto nº 3.048, de 1999, que não se enquadram na imunidade e isenção da Lei nº 9.532, de 1997, estão sujeitas à CSLL, devendo apurar a base de cálculo e a contribuição devida nos termos da legislação comercial.
- As associações de poupança e empréstimo, as entidades de previdência privada fechada e as bolsas de mercadorias e de valores devem apurar a contribuição social sobre o lucro líquido.
- As entidades sujeitas a planificação contábil própria apuram a CSLL de acordo com essa planificação.

m) Apuração de PIS/Pasep e Cofins a Alíquotas Diferenciadas

Esse campo deverá ser assinalado pelas seguintes pessoas jurídicas:

- as refinarias de petróleo e demais produtores e importadores de gasolina (exceto de aviação), de querosene de aviação, de óleo diesel e de gás liquefeito de petróleo (GLP), e as distribuidoras de álcool para fins carburantes;
- as que procedam à industrialização ou à importação dos produtos farmacêuticos, de perfumaria, de toucador, de cosméticos e de higiene pessoal, classificados nas posições 30.01, 30.03 (exceto no código 3003.90.56), 30.04 (exceto no código 3004.90.46) e 33.03 a 33.07, nos itens 3002.10.1, 3002.10.2, 3002.10.3, 3002.20.1, 3002.20.2, 3006.30.1 e 3006.30.2 e nos códigos 3002.90.20, 3002.90.92, 3002.90.99, 3005.10.10, 3006.60, 3401.11.90, 3401.20.10 e 9603.21,

todos da TIPI;

m.3) os fabricantes e importadores de máquinas agrícolas autopropulsadas e de veículos automotores, classificados nos códigos 84.29, 8432.40, 84.32.80, 8433.20, 8433.30, 8433.40, 8433.5, 87.01, 87.02, 87.03, 87.04, 87.05 e 87.06, bem assim dos códigos 40.11 (pneus novos de borracha) e 40.13 (câmaras-de-ar de borracha), todos da TIPI;

m.4) o encomendante ou adquirente que auferir receita com a venda dos produtos referidos nos itens "m.1", "m.2" e "m.3", acima, importados por sua conta e ordem por pessoa jurídica importadora, nos termos da nos termos do art. 12 e dos arts. 86 e seguintes da Instrução Normativa SRF nº 247, de 21 de novembro de 2002.

Atenção:

Os importadores de combustíveis, produtos farmacêuticos, de perfumaria etc, máquinas, veículos etc. (referidos nos itens "m.1", "m.2" e "m.3", acima) que não realizarem operações por conta própria, restringindo-se, quanto a esses produtos, às operações por conta e ordem de terceiros, não deverão assinalar esse campo.

n) Apuração e Informações de IPI no Período

A pessoa jurídica, que tiver qualquer estabelecimento industrial ou equiparado a industrial e, portanto, sujeita a apuração do IPI, deverá assinalar este campo, ainda que somente tenha dado saída a produto isento, tributado à alíquota zero ou com suspensão, ou tenha somente informações relativas ao saldo credor de IPI referente ao ano-calendário anterior.

Este campo deverá ser assinalado ainda que haja somente informações relativas a saídas de produtos imunes ou não tributados.

A pessoa jurídica que não tiver informações relativas às operações acima mencionadas no ano-calendário ou relativas a saldo credor de ano-calendário anterior não deverá assinalar este campo. Ao assinalar este campo, será habilitado o campo "Apuração Mensal do IPI".

o) Apuração Mensal do IPI

Este campo deverá ser assinalado pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, não optantes pelo Simples, que realizem as operações mencionadas na letra "n", cuja receita bruta total no ano-calendário não tenha ultrapassado o limite de R\$1.200.000,00.

Ao assinalar este campo, será disponibilizado o campo "Último Mês com Apuração Mensal".

p) Último Mês com Apuração Mensal

A microempresa e a empresa de pequeno porte, não optantes pelo Simples, deverão informar o último mês do ano-calendário em que o IPI foi apurado mensalmente.

Atenção:

A microempresa ou empresa de pequeno porte, não optante pelo Simples, que ultrapassar o limite da receita bruta de R\$ 1.200.000,00 deverá apurar o IPI decendialmente, a partir do mês subsequente àquele em que o limite foi ultrapassado.

q) Administradora de Fundos e Clubes de Investimentos

A pessoa jurídica que for administradora de fundos e clubes de investimentos deve assinalar este campo.

r) Ativos no Exterior

A pessoa jurídica cujo valor contábil dos ativos no exterior a declarar, convertido para reais no final do período abrangido pela DIPJ, for igual ou superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), deve assinalar este campo.

s) Operações com o Exterior

A pessoa jurídica, inclusive instituição financeira ou companhia seguradora, conforme relacionadas no § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 1991, e no inciso II do art. 14 da Lei nº 9.718, de 1998, que realizou exportação/importação de bens, serviços, direitos ou auferiu receitas financeiras ou incorreu em despesas financeiras em operações efetuadas com pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior, ainda que essas operações não tenham sido realizadas com pessoa vinculada ou com pessoa residente ou domiciliada em país ou dependência com tributação favorecida ou cuja legislação interna oponha sigilo relativo à composição societária de pessoas jurídicas ou a sua titularidade ([subitem 23.2](#)), deve assinalar este campo.

Deve também assinalar este campo a pessoa jurídica, inclusive instituição financeira ou companhia seguradora, que realizar as operações acima referidas por intermédio de interposta pessoa.

Ao assinalar este campo, é disponibilizado o campo "Operações com Pessoa Vinculada/Interposta Pessoa/País com Tributação Favorecida".

t) Operações com Pessoa Vinculada/Interposta Pessoa/País com Tributação Favorecida

A pessoa jurídica, inclusive instituição financeira ou companhia seguradora, conforme relacionadas no § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 1991, e no inciso II do art. 14 da Lei nº 9.718, de 1998, que realizou exportação/importação de bens, serviços, direitos ou auferiu receitas financeiras ou incorreu em despesas financeiras em operações efetuadas com pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior, considerada vinculada ou que seja residente ou domiciliada em países com tributação favorecida ou cuja legislação interna oponha sigilo ([subitem 23.2](#)), deve assinalar este campo.

Deve também assinalar este campo a pessoa jurídica, inclusive instituição financeira ou companhia seguradora, que realizar as operações acima referidas por intermédio de interposta pessoa.

u) Participações no Exterior

A pessoa jurídica, domiciliada no Brasil, que possuir participações no exterior deve assinalar este campo. Ao assinalar este campo, são disponibilizadas a [Ficha 36](#) - "Participações no Exterior" e a [Ficha 37](#) - "Participações no Exterior - Resultado do Período de Apuração".

v) Lucro Inflacionário

Este campo somente é disponibilizado para as pessoas jurídicas que adotarem a forma de tributação pelo lucro real.

A pessoa jurídica que tenha lucro inflacionário diferido de períodos de apuração anteriores, sujeitos à realização obrigatória em qualquer período de apuração do ano-calendário, deve assinalar este campo.

Ao assinalar este campo é disponibilizada a [Ficha 07](#) - "Demonstração do Lucro Inflacionário Realizado".

w) Isenção e Redução do Imposto

A pessoa jurídica tributada pelo lucro presumido e optante pelo Refis deve assinalar este campo caso usufrua de benefícios fiscais relativos à isenção ou redução do imposto de renda.

Ao assinalar este campo é disponibilizada a [Ficha 13](#) - "Demonstração das Receitas Incentivadas - Lucro Presumido."

x) Lucro da Exploração

Este campo deve ser assinalado pelas pessoas jurídicas que adotam a forma de tributação pelo lucro real e pelas optantes pelo Refis, que gozem de benefícios fiscais calculados com base no lucro da exploração.

Ao assinalar este campo é disponibilizada a [Ficha 08](#) - "Demonstração do Lucro da Exploração", se tributadas pelo Lucro Real, e a [Ficha 13](#) - "Demonstração das Receitas Incentivadas - Lucro Presumido", se optantes pelo Refis e tributadas pelo Lucro Presumido.

y) Atividade Rural

A pessoa jurídica deve assinalar este campo, caso explore atividade rural.

09. ESTRUTURA DA DIPJ

A DIPJ está estruturada sob a forma de pastas, fichas e linhas:

Pasta é o conjunto de fichas relativas a um imposto ou contribuição, ou informações de natureza assemelhada ou afim. As fichas que compõem uma pasta são determinadas de acordo com o perfil da pessoa jurídica.

Ficha é o conjunto de linhas discriminadas verticalmente para ordenar informações, demonstrar dados ou apurar resultados. No canto esquerdo superior da tela consta o número da ficha, para facilitar sua identificação.

Linha é o campo identificado por número, título, valor e outras informações componentes da ficha.

As pastas e as fichas disponibilizadas ao declarante são aquelas compatíveis com as informações prestadas na [Ficha Nova](#) da declaração.

10. PREENCHIMENTO DAS FICHAS

A DIPJ deve ser preenchida em Reais de acordo com as instruções constantes deste manual, observada a legislação de regência dos tributos e contribuições.

Aberta uma declaração, as pastas com suas correspondentes fichas são listadas no Painel de Seleção, à esquerda do vídeo.

Para navegar entre as pastas e as fichas do programa, clicar sobre o título da pasta e, em seguida, sobre o título da ficha desejada no Painel de Seleção.

Atenção:

- 1) As instituições financeiras devem preencher as Fichas 4B, 5B, 6B, 9B, 12B, 38B e 39B.
- 2) As sociedades seguradoras, empresas de capitalização e entidades de previdência privada, devem preencher as Fichas 4C, 5C, 6C, 9C, 12B, 38C e 39C.
- 3) No preenchimento da DIPJ, essas instituições e sociedades observam as orientações estabelecidas para as pessoas jurídicas em geral, e as normas específicas a elas estabelecidas, respectivamente, pelo Banco Central do Brasil e pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

11. PASTA CADASTRO

Ao selecionar a Pasta – "Cadastro", são apresentadas as seguintes fichas:

[FICHA 01 - Dados Iniciais](#)

[FICHA 02 - Dados Cadastrais](#)

[FICHA 03 - Dados do Representante e do Responsável](#)

FICHA 01 - Dados Iniciais

A finalidade desta ficha é possibilitar a conferência das informações prestadas na [Ficha Nova](#) e seus campos são preenchidos automaticamente pelo Programa Gerador da DIPJ (PGD).

FICHA 02 - Dados Cadastrais

DADOS DA PESSOA JURÍDICA:

A pessoa jurídica deve preencher nesta ficha os seguintes campos:

a) Nome Empresarial

Informar o nome empresarial da pessoa jurídica declarante, constante do Cartão CNPJ.

b) Código da Natureza Jurídica

Indicar o código da natureza jurídica da empresa, conforme Tabela de Natureza Jurídica, disponível na Caixa de Combinação.

c) Código da Atividade Econômica (CNAE-Fiscal)

Indicar o código da atividade da empresa conforme Tabela de Atividade Econômica disponível na Caixa de Combinação. Se

houver mais de uma atividade, indicar a de maior faturamento.

A descrição do campo "Código da Atividade Econômica" é fornecida pelo Programa Gerador da DIPJ (PGD), em consonância com o código informado.

d) Endereço:

Preencher os campos abaixo com os dados correspondentes ao estabelecimento matriz da pessoa jurídica:

Logradouro;

Número;

Complemento;

Bairro/ Distrito;

UF;

Município;

CEP;

DDD, Telefone;

DDD, Fax;

Caixa Postal;

UF;

CEP;

Correio Eletrônico.

FICHA 03 - Dados do Representante e do Responsável

DADOS DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA:

a) Nome

Informar o nome do representante legal da empresa.

b) CPF

Informar o número de inscrição no CPF do representante legal da empresa.

Atenção:

Na entrega da declaração, o CPF informado neste campo é confrontado com o constante do cadastro CNPJ. Caso necessário, atualizar o cadastro CNPJ para possibilitar a recepção da declaração.

c) DDD/Telefone/Ramal, DDD/FAX e Correio Eletrônico:

Preencher os campos com as informações relativas ao representante legal da empresa.

DADOS DO RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO:

a) Nome

Informar o nome do contador ou do responsável pelo preenchimento.

b) CPF

Informar o número de inscrição no CPF do contador da empresa.

c) CRC/UF

Informar o número de inscrição no Conselho Regional de Contabilidade (CRC) e a unidade da federação de origem do documento.

d) DDD/Telefone/Ramal, DDD/FAX e Correio Eletrônico:

Preencher os campos com as informações relativas ao responsável pelo preenchimento.

12. PASTA IRPJ

As instruções relativas às fichas que se seguem aplicam-se às pessoas jurídicas em geral e às corretoras de seguros.

[FICHA 04A - Custo dos Bens e Serviços Vendidos](#)

[FICHA 05A - Despesas Operacionais](#)

[FICHA 06A - Demonstração do Resultado](#)

[FICHA 07 - Demonstração do Lucro Inflacionário Realizado](#)

[FICHA 08 - Demonstração do Lucro da Exploração](#)

[FICHA 09A - Demonstração do Lucro Real](#)

[FICHA 10 - Cálculo da Isenção e Redução do Imposto](#)

[FICHA 11 - Cálculo do Imposto de Renda Mensal por Estimativa](#)

[FICHA 12A - Cálculo do Imposto de Renda sobre o Lucro Real](#)

[FICHA 13 - Demonstração das Receitas Incentivadas - Lucro Presumido](#)[FICHA 14A - Apuração do Imposto de Renda sobre o Lucro Presumido e](#)[FICHA 14B - Apuração do Imposto de Renda sobre o Lucro Presumido e Cálculo da Isenção e Redução](#)[FICHA 15 - Apuração do Imposto de Renda sobre o Lucro Arbitrado](#)**FICHA 04A - Custo dos Bens e Serviços Vendidos**

Esta ficha deve ser preenchida pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, submetidas à apuração trimestral ou anual do imposto de renda, que exerçam atividade industrial, rural, comercial, imobiliária ou de prestação de serviços.

Observar, quanto ao seu preenchimento, as seguintes instruções:

- adaptar os títulos contábeis adotados pela empresa à nomenclatura da ficha. Utilizar as Linhas [04A/16](#), [04A/37](#) e [04A/48](#) no caso de impossibilidade de adaptação, ou quando houver expressa instrução nesse sentido;
- incluir somente os valores relacionados com os custos: industrial, de produção dos serviços, de aquisição de mercadorias revendidas e de empresa rural;
- não confundir custos com despesas operacionais e gastos de outra natureza;
- na coluna "Total", indicar os custos pelo montante total, independentemente de sua dedutibilidade para fins fiscais;
- na coluna "Parcelas Não Dedutíveis", indicar as parcelas não dedutíveis contidas na respectiva linha. O valor total dessa coluna será transportado para a [Linha 09A/02](#).

CUSTO DOS PRODUTOS DE FABRICAÇÃO PRÓPRIA VENDIDOS**Linha 04A/01 – Estoques no Início do Período de Apuração**

Indicar o valor dos estoques de insumos, de produtos em elaboração e de produtos acabados existentes no início do período de apuração.

Linha 04A/02 – Compras de Insumos à Vista

Indicar as aquisições à vista, durante o período de apuração, de matéria-prima, material secundário e material de embalagem, no mercado interno e externo, para utilização no processo produtivo, os valores referentes ao custo com transporte e seguro até o estabelecimento do contribuinte, os tributos não recuperáveis devidos na importação e o custo relativo ao desembaraço aduaneiro.

Linha 04A/03 – Compras de Insumos a Prazo

Indicar as aquisições a prazo, durante o período de apuração, de matéria-prima, material secundário e material de embalagem, no mercado interno e externo, para utilização no processo produtivo, os valores referentes ao custo com transporte e seguro até o estabelecimento do contribuinte, os tributos não recuperáveis devidos na importação e o custo relativo ao desembaraço aduaneiro.

Linha 04A/04 – Remuneração a Dirigentes de Indústria

Indicar, nesta linha:

- a remuneração mensal e fixa dos dirigentes diretamente ligados à produção, pelo valor total do custo incorrido no período de apuração, exceto os encargos sociais (Previdência Social e FGTS) que são informados na [Linha 04A/06](#);
- o valor relativo aos custos incorridos com salários indiretos concedidos pela empresa a administradores, diretores, gerentes e seus assessores, se ligados diretamente à produção (PN Cosit nº 11, de 30 de setembro de 1992).

Atenção:

- A pessoa jurídica deve incluir nesta linha o valor das gratificações dos dirigentes ligados à produção, inclusive o 13º salário.
- O valor de 13º salário pago a diretor contratado nos termos da Consolidação da Leis do Trabalho - CLT é dedutível, desde que não enquadrado no conceito de sócio, diretor ou administrador estabelecido no PN CST nº 48, de 28 de janeiro de 1972.
- As gratificações espontâneas devem ser informadas na coluna "Parcelas Não Dedutíveis".

Linha 04A/05 – Custo do Pessoal Aplicado na Produção

Indicar o valor do custo com ordenados, salários, e outros custos com empregados ligados à produção da empresa, tais como: seguro de vida, contribuições ao plano PAIT, custos com programa de previdência privada, contribuições para os Fundos de Aposentadoria Programada Individual (Fapi) e outras de caráter remuneratório.

Indicar, também, os custos com supervisão direta, manutenção e guarda das instalações, decorrentes de vínculo empregatício com a pessoa jurídica.

Atenção:

- O valor das contribuições não compulsórias, destinadas a custear benefícios complementares assemelhados aos da previdência social, instituídos em favor dos empregados e dirigentes da pessoa jurídica, e para os Fundos de

Aposentadoria Programada Individual (Fapi) cujo ônus seja da pessoa jurídica, que exceder, no período de apuração, a vinte por cento do total dos salários dos empregados e da remuneração dos dirigentes da empresa, vinculados ao referido plano, deve ser informado na coluna "Parcelas Não Dedutíveis".

2) As demais contribuições não compulsórias, exceto as destinadas a custear seguros e planos de saúde, devem ser informadas na coluna "Parcelas Não Dedutíveis".

Linha 04A/06 – Encargos Sociais

Indicar os custos com contribuições para a Previdência Social e FGTS (inclusive dos dirigentes de indústria - PN CST nº 35, de 31 de agosto de 1981), relativos ao pessoal ligado diretamente à produção.

Linha 04A/07 – Alimentação do Trabalhador

Indicar o valor dos custos com alimentação do pessoal ligado diretamente à produção, realizados durante o período de apuração, ainda que a pessoa jurídica não tenha Programa de Alimentação do Trabalhador aprovado pelo Ministério do Trabalho. Os custos com alimentação, inclusive com cestas básicas de alimentos fornecidas pela empresa, somente podem ser dedutíveis quando fornecida pela pessoa jurídica, indistintamente, a todos os seus empregados.

Linha 04A/08 – Manutenção e Reparo de Bens Aplicados na Produção

Indicar somente os custos realizados com reparos que não implicaram aumento, superior a um ano, da vida útil prevista no ato da aquisição do bem.

Linha 04A/09 – Arrendamento Mercantil

Indicar, nesta linha, o valor do custo incorrido a título de contraprestação de arrendamento mercantil de bens alocados na produção segundo contratos celebrados com observância da Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974, com as alterações da Lei nº 7.132, de 26 de outubro de 1983. Os custos com aluguel de outros bens alocados à produção, mediante contrato diferente do de arrendamento mercantil, devem ser indicados na [Linha 04A/16](#) "Outros Custos". Os valores referentes a bens que não sejam intrinsecamente relacionados com a produção devem ser informados na [Linha 05A/15](#).

Linha 04A/10 – Encargos de Depreciação, Amortização e Exaustão

Indicar os encargos a esses títulos com bens aplicados diretamente na produção, inclusive os valores correspondentes à diferença, em relação ao ano de 1990, entre a correção monetária com base no IPC e no BTN Fiscal (Lei nº 8.200, de 28 de junho de 1991, art. 3º). Os encargos que não forem decorrentes de bens intrinsecamente relacionados com a produção devem ser informados na [Linha 05A/20](#).

Linha 04A/11 – Constituição de Provisões

Nesta linha devem ser indicados os encargos com a constituição de provisões que devam ser imputados aos custos de produção da empresa no período de apuração.

Atenção:

1) Para efeito do imposto de renda são dedutíveis as seguintes provisões:

a) para a remuneração correspondente a férias de empregados, inclusive encargos sociais (Decreto nº 3.000, de 1999, art. 337 e PN CST nº 7, de 1980);

b) para o 13º salário, no caso de apuração trimestral do imposto (Decreto nº 3.000, de 1999, art. 338).

2) Os valores de provisões indedutíveis, para fins de apuração do lucro real (Lei nº 9.249, de 1995, art. 13, I), devem ser indicados na coluna "Parcelas Não Dedutíveis".

Linha 04A/12 – Serviços Prestados por Pessoa Física sem Vínculo Empregatício

Informar, nesta linha, salvo se houver linha mais específica nesta ficha, o valor dos custos correspondente aos serviços, prestados à pessoa jurídica por pessoa física sem vínculo empregatício, relacionados com a atividade industrial da pessoa jurídica.

Linha 04A/13 – Serviços Prestados por Pessoa Jurídica

Informar, nesta linha, salvo se houver linha mais específica nesta ficha, o valor dos custos correspondente aos serviços, prestados por pessoa jurídica à pessoa jurídica declarante, relacionados com sua atividade industrial.

Linha 04A/14 – Royalties e Assistência Técnica – PAÍS

Informar, nesta linha, as importâncias pagas a beneficiário pessoa física ou jurídica, residente ou domiciliado no Brasil, a título de *royalties* e assistência técnica, científica, ou assemelhadas, que estejam relacionados com a atividade industrial. Maiores informações sobre este tópico podem ser obtidas no [subitem 17.1.9](#).

Linha 04A/15 – Royalties e Assistência Técnica – EXTERIOR

Informar, nesta linha, as importâncias pagas a beneficiário pessoa física ou jurídica, residente ou domiciliado no exterior, a título de *royalties* e assistência técnica, científica, ou assemelhadas, que estejam relacionados com a atividade industrial. Maiores informações sobre este tópico podem ser obtidas no [subitem 17.1.9](#).

Linha 04A/16 – Outros Custos

Indicar, nesta linha, os demais custos da empresa no processo de produção, para os quais não haja linha mais específica ou cujas classificações contábeis não se adaptem à nomenclatura específica desta ficha, tais como:

- a) custo com os aluguéis não decorrentes de arrendamento mercantil;
- b) custo referente ao valor dos bens de consumo eventual;
- c) as quebras ou perdas de estoque, bem como as ocorridas na fabricação, no transporte e manuseio.

Atenção:

Serão dedutíveis para fins de apuração do lucro real os aluguéis de bens móveis ou imóveis quando intrinsecamente relacionados com a produção dos bens. Os valores que não atendam esta condição devem ser indicados na coluna "Parcelas Não Dedutíveis".

04A/17 – Estoques no Final do Período de Apuração

Indicar, nesta linha, o valor total dos estoques no final do período de apuração, conforme a seguir:

- a) os estoques relativos aos insumos devem ser avaliados com exclusão dos impostos recuperáveis, observadas as disposições da legislação pertinente;
- b) os estoques de produtos em elaboração devem ser avaliados com exclusão dos impostos recuperáveis. O contribuinte que mantiver sistema de contabilidade de custo integrado e coordenado com o restante da escrituração pode utilizar os custos apurados para avaliação dos estoques de produtos em fabricação. Em caso negativo, tais estoques devem ser avaliados segundo o disposto no art. 296 do Decreto nº 3.000, de 1999, hipótese em que o valor de uma unidade em fabricação é avaliada:
 - b.1) pela soma dos produtos obtidos mediante a multiplicação da quantidade de cada matéria-prima agregada por uma vez e meia o maior custo dessa matéria prima no período de apuração; ou
 - b.2) em 80% (oitenta por cento) do valor do produto acabado que tiver sido avaliado em 70% (setenta por cento) do maior preço de venda, sem exclusão do ICMS, no período de apuração. Os critérios de avaliação acima referidos devem ser observados na escrituração da empresa.
- c) os estoques de produtos acabados de fabricação própria devem ser inventariados no último dia do período de apuração. Se a empresa mantiver sistema de contabilidade de custos coordenado e integrado com o restante da escrituração pode utilizar os custos nele apurados para avaliação dos estoques de produtos acabados. Caso contrário, deverá observar, na contabilidade, a avaliação desses estoques tomando por base 70% (setenta por cento) do maior preço de venda do produto durante o período de apuração, sem exclusão do ICMS.

Linha 04A/18 – CUSTO DOS PRODUTOS DE FABRICAÇÃO PRÓPRIA VENDIDOS

Valor correspondente à diferença entre o somatório dos valores das [Linhas 04A/01 a 04A/16](#) e o valor da [Linha 04A/17](#).

CUSTO DAS MERCADORIAS REVENDIDAS**Linha 04A/19 – Estoques no Início do Período de Apuração**

Indicar o valor dos estoques de mercadorias para revenda existentes no início do período de apuração.

Linha 04A/20 – Compras de Mercadorias à Vista

Indicar nesta linha:

- a) o valor das mercadorias adquiridas, no período de apuração, à vista e destinadas à revenda;
- b) valor das mercadorias para revenda, importadas do exterior pela própria pessoa jurídica.

Quando for o caso, deve ser adicionado ao valor das compras de mercadorias o valor referente aos custos com transporte e seguro dessas mercadorias até o estabelecimento do contribuinte, o dos tributos não recuperáveis devidos na importação e o custo relativo ao desembaraço aduaneiro.

Atenção:

Não devem ser informados nesta linha os valores relativos a transferências de mercadorias entre matriz e filiais e entre filiais.

Linha 04A/21 – Compras de Mercadorias a Prazo

Indicar nesta linha:

- a) o valor das mercadorias adquiridas, no período de apuração, a prazo e destinadas à revenda;
- b) valor das mercadorias para revenda, importadas do exterior pela própria pessoa jurídica.

Quando for o caso, deve ser adicionado ao valor das compras de mercadorias o valor referente aos custos com transporte e seguro dessas mercadorias até o estabelecimento do contribuinte, o dos tributos não recuperáveis devidos na importação e o custo relativo ao desembaraço aduaneiro.

Atenção:

Não devem ser informados nesta linha os valores relativos a transferências de mercadorias entre matriz e filiais e entre filiais.

Linha 04A/22 – Estoques no Final do Período de Apuração

Indicar o valor dos estoques de mercadorias para revenda existentes na data de encerramento do período de apuração.

Linha 04A/23 – CUSTO DAS MERCADORIAS REVENDIDAS

Valor correspondente à diferença entre o somatório dos valores das [Linhas 04A/19 a 04A/21](#) e o valor da [Linha 04A/22](#).

CUSTO DOS SERVIÇOS VENDIDOS**Linha 04A/24 – Saldo Inicial de Serviços em Andamento**

Indicar o montante dos serviços não acabados constante do balanço correspondente ao período de apuração imediatamente anterior.

Linha 04A/25 – Material Aplicado na Produção dos Serviços

Indicar o valor correspondente aos materiais aplicados diretamente na produção dos serviços durante o período de apuração.

Linha 04A/26 – Remuneração de Dirigentes de Produção dos Serviços

Indicar, nesta linha:

- a) a remuneração mensal e fixa dos dirigentes diretamente ligados à produção de serviços pelo valor total do custo incorrido no período de apuração, exceto os encargos sociais (Previdência Social e FGTS) que são informados na [Linha 04A/30](#);
- b) o valor relativo aos custos incorridos com salários indiretos concedidos pela empresa a administradores, diretores, gerentes e seus assessores, se ligados diretamente à produção de serviços (Ver PN Cosit nº 11, de 1992).

Atenção:

- 1) A pessoa jurídica deve incluir nesta linha o valor das gratificações dos dirigentes ligados à produção, inclusive o 13º salário.
- 2) O valor de 13º salário pago a diretor contratado nos termos da Consolidação da Leis do Trabalho - CLT é dedutível, desde que não enquadrado no conceito de sócio, diretor ou administrador estabelecido no PN CST nº 48, de 28 de janeiro de 1972.
- 3) As gratificações espontâneas devem ser informadas na coluna "Parcelas Não Dedutíveis".

Linha 04A/27 – Custo do Pessoal Aplicado na Produção dos Serviços

Indicar os custos com a mão-de-obra com vínculo empregatício aplicada diretamente na produção dos serviços.

Linha 04A/28 – Serviços Prestados por Pessoa Física sem Vínculo Empregatício

Informar nesta linha o valor dos custos correspondente aos serviços, prestados à pessoa jurídica por pessoa física sem vínculo empregatício, relacionados com os serviços prestados pela declarante.

Linha 04A/29 – Serviços Prestados por Pessoa Jurídica

Informar nesta linha o valor dos custos correspondentes aos serviços, prestados por pessoa jurídica, relacionados com os serviços prestados pela declarante.

Linha 04A/30 – Encargos Sociais

Indicar os custos com contribuições para a Previdência Social e FGTS (inclusive de dirigentes - PN CST nº 35, de 1981) relativos ao pessoal ligado diretamente à produção dos serviços.

Linha 04A/31 – Alimentação do Trabalhador

Indicar o valor dos custos com alimentação do pessoal ligado diretamente à produção dos serviços, realizados durante o período de apuração, ainda que a pessoa jurídica não tenha Programa de Alimentação do Trabalhador aprovado pelo Ministério do Trabalho. Os custos com alimentação, inclusive com cestas básicas de alimentos fornecidas pela empresa, somente podem ser dedutíveis quando forem fornecidas pela pessoa jurídica, indistintamente, a todos os seus empregados.

Linha 04A/32 – Encargos de Depreciação e Amortização

Indicar apenas os encargos a esses títulos, com bens aplicados diretamente na produção dos serviços, inclusive os valores correspondentes à diferença, em relação ao ano de 1990, entre a correção monetária com base no IPC e no BTN Fiscal (Lei nº 8.200, de 1991, art. 3º). Os encargos que não forem decorrentes de bens intrinsecamente relacionados com a produção dos serviços devem ser informados na [Linha 05A/20](#).

Linha 04A/33 – Arrendamento Mercantil

Indicar, nesta linha, o valor do custo incorrido a título de contraprestação de arrendamento mercantil de bens alocados na produção dos serviços, segundo contratos celebrados com observância da Lei nº 6.099, de 1974, com as alterações da Lei nº 7.132, de 1983. Os custos com aluguel de outros bens alocados à produção dos serviços, mediante contrato diferente do de arrendamento mercantil, devem ser indicados na [Linha 04A/37](#). Os valores referentes a bens que não sejam intrinsecamente relacionados com a produção dos serviços devem ser incluídos na [Linha 05A/15](#).

Linha 04A/34 – Constituição de Provisões

Indicar, nesta linha, os encargos com a constituição de provisões que devam ser imputados aos custos de produção dos

serviços no período de apuração.

Atenção:

1) Para efeito do imposto de renda são dedutíveis as provisões:

a) para remuneração correspondente a férias de empregados, inclusive encargos sociais (Decreto nº 3.000, de 1999, art. 337 e PN CST nº 7, de 1980);

b) para o 13º salário, no caso de apuração trimestral do imposto (Decreto nº 3.000, de 1999, art. 338).

2) Os valores indedutíveis para fins de apuração do lucro real (Lei nº 9.249, de 1995, art. 13, I), devem ser indicados na coluna "Parcelas Não Dedutíveis".

Linha 04A/35 – Royalties e Assistência Técnica – PAÍS

Informar nesta linha as importâncias pagas a beneficiário pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no Brasil, a título de *royalties* e assistência técnica, científica, ou assemelhadas, que estejam relacionados com a produção dos serviços.

Maiores informações sobre este tópico podem ser obtidas no [subitem 17.1.9](#) deste manual.

Linha 04A/36 – Royalties e Assistência Técnica – EXTERIOR

Informar nesta linha as importâncias pagas a beneficiário pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior, a título de *royalties* e assistência técnica, científica, ou assemelhadas, que estejam relacionados com a produção dos serviços.

Maiores informações sobre este tópico podem ser obtidas no [subitem 17.1.9](#) deste manual.

Linha 04A/37 – Outros Custos

Indicar os demais custos de produção dos serviços que, por sua natureza, não se classifiquem nas linhas anteriores desta ficha, inclusive os de aluguéis.

Atenção:

1) Somente são dedutíveis para fins de apuração do lucro real os aluguéis relacionados a bens intrinsecamente vinculados com a produção dos serviços.

2) Indicar, também, o valor dos custos relativos a transportes de empregados, intrinsecamente ligados à produção dos serviços da pessoa jurídica, realizados durante o período de apuração.

Linha 04A/38 – Saldo Final de Serviços em Andamento

Indicar o valor dos serviços não acabados e não faturados constante do balanço correspondente ao período de apuração da declaração.

Linha 04A/39 – CUSTOS DOS SERVIÇOS VENDIDOS

Valor correspondente à diferença entre o somatório das [Linhas 04A/24 a 04A/37](#) e o valor da [Linha 04A/38](#).

Linha 04A/40 – Custo das Unidades Imobiliárias Vendidas

A pessoa jurídica que tiver por objeto a compra de imóveis para venda ou que promover empreendimento de desmembramento ou loteamento de terrenos, incorporação imobiliária ou construção de prédio destinado à venda, deve utilizar esta linha para indicar os valores dos custos correspondentes às unidades imobiliárias vendidas apropriados ao resultado do período de apuração.

A recuperação de custos do próprio período é computada no montante a ser indicado nesta linha.

Os custos recuperados correspondentes a períodos de apuração anteriores devem ser indicados na [Linha 06A/09](#).

Linha 04A/41 – Ajustes de Estoques Decorrentes de Arbitramento

Esta linha é preenchida pela pessoa jurídica submetida à apuração anual do imposto e que tiver seu lucro arbitrado em um ou mais trimestres do ano-calendário.

Indicar o valor, positivo ou negativo, correspondente à diferença entre os estoques iniciais do período imediatamente subsequente ao arbitramento e os estoques finais do período imediatamente anterior ao arbitramento. Caso haja arbitramento em mais de um trimestre do ano-calendário, não consecutivos, informar a soma algébrica das diferenças apuradas em relação a cada período arbitrado.

Linha 04A/42 – TOTAL DOS CUSTOS DAS ATIVIDADES EM GERAL

Valor correspondente ao somatório dos valores constantes nas Linhas [04A/18](#), [04A/23](#), [04A/39](#), [04A/40](#) e [04A/41](#).

CUSTO DOS PRODUTOS DA ATIVIDADE RURAL VENDIDOS

A pessoa jurídica que exercer atividade rural (Lei nº 8.023, de 1990, art. 2º, alterado pelo art. 17 da Lei nº 9.250, de 1995), deve observar as instruções de preenchimento contidas nas [Linhas 04A/43 a 04A/53](#), e as instruções contidas no [subitem 17.1.8](#) deste manual.

Atenção:

1) Não devem ser informados nas [Linhas 04A/43 a 04A/52](#) os valores relativos à cultura permanente e outros valores

contabilizados no Ativo Permanente.

2) As despesas efetuadas pela pessoa jurídica, não relacionadas com os custos, devem ser informadas na [Ficha 05A](#).

Linha 04A/43 – Estoques Iniciais de Insumos Agropecuários

Indicar o valor dos estoques de insumos agropecuários no início do período de apuração.

Linha 04A/44 – Estoques Iniciais de Produtos Agropecuários em Formação

Indicar o valor dos estoques de produtos agropecuários em formação existentes no início do período de apuração.

Linha 04A/45 – Estoques Iniciais de Produtos Agropecuários Acabados

Indicar o valor dos estoques de produtos agropecuários acabados existentes no início do período de apuração.

Linha 04A/46 – Compras de Insumos Agropecuários à Vista

Indicar as aquisições à vista, durante o período de apuração, de insumos agropecuários no mercado interno e externo para a utilização na formação de produtos agropecuários. Também compõem os valores de compras desses insumos os valores referentes ao custo com transporte e seguro até o estabelecimento do contribuinte, os tributos não recuperáveis devidos na importação e o custo relativo ao desembaraço aduaneiro.

Linha 04A/47 – Compras de Insumos Agropecuários a Prazo

Indicar as aquisições a prazo, durante o período de apuração, de insumos agropecuários no mercado interno e externo para a utilização na formação de produtos agropecuários. Também compõem os valores de compras desses insumos, os valores referentes ao custo com transporte e seguro até o estabelecimento do contribuinte, os tributos não recuperáveis devidos na importação e o custo relativo ao desembaraço aduaneiro.

Linha 04A/48 – Custos Aplicados na Formação dos Produtos Agropecuários

Indicar, nesta linha, o valor correspondente aos demais custos aplicados na formação dos produtos agropecuários, tais como: custo do pessoal aplicado na formação dos produtos agropecuários, encargos sociais, encargos de depreciação, e outros aplicados direta ou indiretamente na formação dos produtos agropecuários.

Deve, ainda, ser informado nesta linha, o valor correspondente às amortizações de investimentos, inclusive os relacionados com a cultura permanente.

Linha 04A/49 – Estoques Finais de Insumos Agropecuários

Indicar o valor dos estoques dos insumos agropecuários no final do período de apuração.

Linha 04A/50 – Estoques Finais de Produtos Agropecuários em Formação

Indicar o valor dos estoques dos produtos agropecuários em formação existentes no final do período de apuração.

Linha 04A/51 – Estoques Finais de Produtos Agropecuários Acabados

Indicar o valor dos estoques dos produtos agropecuários acabados existentes no final do período de apuração.

Linha 04A/52 – Ajustes de Estoques Decorrentes de Arbitramento

Esta linha é preenchida pela pessoa jurídica submetida à apuração anual do imposto e que tiver seu lucro arbitrado em um ou mais trimestres do ano-calendário.

Indicar o valor, positivo ou negativo, correspondente à diferença entre os estoques iniciais do período imediatamente subsequente ao arbitramento e os estoques finais do período imediatamente anterior ao arbitramento. Caso haja arbitramento em mais de um trimestre do ano-calendário, não consecutivos, informar a soma algébrica das diferenças apuradas em relação a cada período arbitrado.

Linha 04A/53 – CUSTO DOS PRODUTOS DA ATIVIDADE RURAL VENDIDOS

Valor correspondente à soma aritmética dos valores informados nas [Linhas 04A/43 a 04A/52](#).

FICHA 05A - Despesas Operacionais

Esta ficha deve ser preenchida pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, submetidas à apuração trimestral ou anual do imposto.

Na hipótese em que o contribuinte se encontre sujeito a mais de uma forma de apuração do imposto de renda no curso do ano-calendário, somente são disponibilizadas para informação as colunas relativas aos trimestres abrangidos pela tributação com base no lucro real.

Observar, quanto ao preenchimento desta ficha, as seguintes instruções:

a) adaptar os títulos contábeis adotados pela empresa à nomenclatura desta ficha, somente utilizando as linhas correspondentes a outras despesas operacionais (Linhas 05A/30 e 05A/49) quando houver absoluta impossibilidade de adaptação;

b) incluir, nesta ficha, as despesas com vendas, as despesas gerais e administrativas e outras despesas operacionais;

Atenção:

As vendas canceladas, os descontos incondicionais e os impostos e contribuições incidentes sobre vendas e serviços não devem ser informados nesta ficha. Esses valores devem ser informados nas [Linhas 06A/11 a 06A/16](#). As variações cambiais passivas e as despesas financeiras, inclusive as variações monetárias passivas, também, não devem ser informadas nesta ficha, mas sim na [Linha 06A/32](#), quando se referirem a variações cambiais passivas, e na [Linha 06A/36](#), quando se referirem às demais despesas financeiras. No caso de atividade incentivada relativa ao Programa Befiex aprovado até 31/12/1987, as vendas canceladas e devoluções, bem como os descontos incondicionais deverão ser informados nas Linhas [06A/03](#) e [06A/04](#) respectivamente.

- c) na coluna "Total", indicar os totais das despesas realizadas no período de apuração (valores dedutíveis e indedutíveis);
 d) na coluna "Parcelas Não Dedutíveis", indicar as parcelas não dedutíveis contidas na respectiva linha. O valor total dessa coluna é transportado para a [Linha 09A/03](#);
 e) são totalmente indedutíveis os valores consignados nas Linhas [05A/09](#), [05A/23](#), [05A/24](#), [05A/46](#) e [05A/47](#);
 f) as empresas que operam somente com atividades em geral preenchem as [Linhas 05A/01 a 05A/30](#), enquanto que as empresas que tenham por objeto apenas a atividade rural preenchem as [Linhas 05A/32 a 05A/49](#).

Atenção:

A pessoa jurídica que explorar outras atividades, além da atividade rural, deve observar as instruções contidas no [subitem 17.1.8](#) deste manual ao efetuar o rateio das despesas e no que diz respeito à sua respectiva dedutibilidade.

ATIVIDADE EM GERAL

Linha 05A/01 – Remuneração a Dirigentes e a Conselho de Administração

Indicar, nesta linha, o valor total da despesa incorrida relativa à remuneração mensal e fixa atribuída ao titular de firma individual, aos sócios, diretores e administradores de sociedades, ou aos representantes legais de sociedades estrangeiras, as despesas incorridas com os salários indiretos concedidos pela empresa a administradores, diretores, gerentes e seus assessores (PN Cosit nº 11, de 1992), e o valor referente às remunerações atribuídas aos membros do conselho fiscal ou consultivo.

Atenção:

- 1) O valor das gratificações aos dirigentes que estejam ligados à área industrial ou produção de serviços devem ser informados nas Linhas [04A/04](#) ou [04A/26](#) respectivamente;
- 2) O valor de 13º salário pago a diretor contratado nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT – é dedutível, desde que ele não esteja enquadrado no conceito de sócio, diretor ou de administrador estabelecido no PN CST nº 48, de 1972.
- 3) As gratificações espontâneas devem ser informadas na coluna "Parcelas Não Dedutíveis".

Linha 05A/02 – Ordenados, Salários, Gratificações e Outras Remunerações a Empregados

Indicar, nesta linha, o valor das despesas com ordenados, salários, gratificações e outras despesas com empregados, tais como: comissões, moradia, seguro de vida, contribuições pagas a plano PAIT, despesas com programa de previdência privada, contribuições para os Fundos de Aposentadoria Programada Individual (Fapi) e outras de caráter remuneratório.

Atenção:

- 1) As despesas correspondentes a salários, ordenados, gratificações e outras remunerações referentes a área de saúde, tais como assistência médica, odontológica e farmacêutica, devem ser indicadas na [Linha 05A/27](#).
- 2) Não deve ser informado nesta linha o valor referente às participações dos empregados no lucro da pessoa jurídica. Esse valor deve ser informado na [Linha 06A/48](#).
- 3) O valor das contribuições não compulsórias, destinadas a custear benefícios complementares assemelhados aos da previdência social, instituídos em favor dos empregados e dirigentes da pessoa jurídica, e para os Fundos de Aposentadoria Programada Individual (Fapi) – cujo ônus seja da pessoa jurídica, que exceder, no período de apuração, a vinte por cento do total dos salários dos empregados e da remuneração dos dirigentes da empresa, vinculados ao referido plano deve ser informado na coluna "Parcelas Não Dedutíveis".
- 4) As demais contribuições não compulsórias, exceto as destinadas a custear seguros e planos de saúde, devem ser informadas na coluna "Parcelas Não Dedutíveis".

Linha 05A/03 – Prestação de Serviços por Pessoa Física sem Vínculo Empregatício

Informar, nesta linha, salvo se houver linha mais específica nesta ficha, o valor das despesas correspondentes aos serviços prestados por pessoa física que não tenha vínculo empregatício com a pessoa jurídica declarante, tais como: comissões, corretagens, gratificações, honorários, direitos autorais e outras remunerações, inclusive as relativas a empreitadas de obras exclusivamente de trabalho e as decorrentes de fretes e carretos em geral.

Atenção:

Somente são dedutíveis as despesas de comissões e corretagens quando sobre elas o credor tenha direito líquido e certo (PN CST nº 07, de 28 de janeiro de 1976).

Linha 05A/04 – Prestação de Serviço por Pessoa Jurídica

Informar nesta linha, salvo se houver linha mais específica nesta ficha, o valor das despesas correspondentes aos serviços prestados por outra pessoa jurídica à pessoa jurídica declarante.

Atenção:

Somente são dedutíveis as despesas de comissões e corretagens quando sobre elas o credor tenha direito líquido e certo (PN CST nº 07, de 1976).

Linha 05A/05 – Encargos Sociais (inclusive FGTS)

Incluir as despesas com contribuições, não computadas nos custos, para a Previdência Social e FGTS (inclusive dos dirigentes - PN CST nº 35, de 31 de agosto de 1981).

Linha 05A/06 – Doações e Patrocínios de Caráter Cultural e Artístico (Lei nº 8.313/1991)

Indicar, nesta linha, o total das doações e patrocínios efetuados no período de apuração em favor de projetos culturais previamente aprovados pelo Ministério da Cultura ou pela Agência Nacional do Cinema (Ancine), observada a legislação de concessão dos projetos.

A pessoa jurídica que tiver efetuado doação ou patrocínio a projeto aprovado nos termos dos arts. 25 e 26 da Lei nº 8.313, de 23 dezembro de 1991, pode deduzir o valor relativo às doações e/ou patrocínios como despesa operacional.

A pessoa jurídica que tiver efetuado doação ou patrocínio a projeto aprovado nos termos do § 6º do art. 39 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de agosto de 2001, ou nos termos do art.18 da Lei nº 8.313, de 1991, com alterações promovidas pelo art. 1º da [Lei nº 9.874](#), de 23 de novembro de 1999, e pelo art. 53 da MP nº 2.228-1, de 2001, com a redação dada pela Lei nº 10.454, de 2002, não pode efetuar qualquer dedução do valor correspondente às doações ou patrocínios como despesa operacional. Esse valor deve ser informado, também, na coluna "Parcelas Não Dedutíveis".

Atenção:

Somente podem usufruir dos benefícios fiscais referidos nesta linha os incentivadores que obedecerem, para suas doações ou patrocínios, o período definido pelas portarias editadas pelo MinC ou Ancine, publicadas no Diário Oficial da União para homologação dos projetos beneficiários.

Linha 05A/07 – Doações a Instituições de Ensino e Pesquisa (Lei nº 9.249/ 1995, art. 13, § 2º)

Indicar, nesta linha, o total das doações efetuadas às instituições de ensino e pesquisa cuja criação tenha sido autorizada por lei federal e que preencham os requisitos dos incisos I e II do art. 213 da Constituição Federal, de 1988, que são:

- a) comprovação de finalidade não-lucrativa e aplicação dos excedentes financeiros em educação;
- b) assegurar a destinação do seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades.

A sua dedutibilidade está limitada a 1,5% (um e meio por cento) do lucro operacional, antes de computada a sua dedução e a das doações a entidades civis.

Linha 05A/08 – Doações a Entidades Civis

Indicar, nesta linha, as doações efetuadas a:

- a) entidades civis, legalmente constituídas no Brasil, sem fins lucrativos, que prestem serviços gratuitos em benefício de empregados da pessoa jurídica doadora, e respectivos dependentes, ou em benefício da comunidade na qual atuem; e
- b) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), qualificadas segundo as normas estabelecidas na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999.

Para fins de dedução na apuração do lucro real, as referidas doações estão limitadas a 2% (dois por cento) do lucro operacional da pessoa jurídica, antes de computada a sua dedução, observadas as seguintes regras:

- a) as doações, quando em dinheiro, devem ser feitas mediante crédito em conta corrente bancária diretamente em nome da entidade beneficiária;
- b) a pessoa jurídica doadora deve manter em arquivo, à disposição da fiscalização, declaração, segundo modelo aprovado pela IN SRF nº 87, de 31 de dezembro de 1996, fornecida pela entidade beneficiária, em que esta se compromete a aplicar integralmente os recursos recebidos na realização de seus objetivos sociais, com identificação da pessoa física responsável pelo seu cumprimento, e a não distribuir lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados, sob nenhuma forma ou pretexto (art. 13, § 2º, III, b, da Lei nº 9.249, de 1995);

Atenção:

- 1) A condição estabelecida no item "b" não alcança a hipótese de remuneração de dirigente em decorrência de vínculo empregatício, pelas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), qualificadas segundo as normas estabelecidas na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, e pelas Organizações Sociais (OS), qualificadas consoante os dispositivos da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998.
- 2) O disposto no item anterior aplica-se somente à remuneração não superior, em seu valor bruto, ao limite

estabelecido para a remuneração de servidores do Poder Executivo Federal.

c) a entidade civil beneficiária deve ser reconhecida de utilidade pública por ato formal de órgão competente da União.

Atenção:

O disposto no item "c" não se aplica às OSCIP.

d) a dedutibilidade fica condicionada a que a entidade beneficiária tenha sua condição de utilidade pública ou de OSCIP renovada anualmente pelo órgão competente da União, mediante ato formal.

Atenção:

1) Essa renovação:

a) somente será concedida a entidade que comprove, perante o órgão competente da União, ter cumprido, no ano-calendário anterior ao pedido, todas as exigências e condições estabelecidas;

b) produzirá efeitos para o ano-calendário subsequente ao de sua formalização.

2) Os atos de reconhecimento emitidos até 31 de dezembro de 2001 produziram efeitos em relação às doações recebidas até 31 de dezembro de 2002.

O valor que exceder o limite permitido deve ser informado na coluna "Parcelas Não Dedutíveis".

Linha 05A/09 – Outras Contribuições e Doações

Indicar, nesta linha, as doações feitas, entre outras, aos Fundos controlados pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. O valor dessas doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente não é dedutível como despesa operacional na determinação do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido, mas pode ser deduzido diretamente do imposto devido, observadas as instruções contidas no [subitem 17.1.7.IV](#) deste manual.

O valor indicado nesta linha deve, também, ser informado na coluna "Parcelas Não Dedutíveis".

Atenção:

1) Os valores das doações e patrocínios de caráter cultural e artístico, das doações a instituições de ensino e pesquisa e das doações a entidades civis (Lei nº 9.249, de 1995, art. 13, § 2º), devem ser indicados nas

[Linhas 05A/06 a 05A/08](#).

2) O valor da contribuição sindical deve ser informado na Linha [05A/30](#).

Linha 05A/10 – Alimentação do Trabalhador

Indicar o valor das despesas com alimentação do pessoal não ligado à produção, realizadas durante o período de apuração, ainda que a pessoa jurídica não tenha Programa de Alimentação do Trabalhador aprovado pelo Ministério do Trabalho. As despesas com alimentação, inclusive com cestas básicas de alimentos fornecidas pela empresa, somente pode ser dedutíveis quando fornecida pela pessoa jurídica, indistintamente, a todos os seus empregados.

Linha 05A/11 – PIS/Pasep

Indicar a parcela das Contribuições para o PIS/Pasep incidente sobre as demais receitas operacionais.

Linha 05A/12 – Cofins

Indicar a parcela da Cofins incidente sobre as demais receitas operacionais.

Linha 05A/13 – CPMF

Indicar o valor correspondente à Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos de Natureza Financeira.

Linha 05A/14 – Demais Impostos, Taxas e Contribuições, exceto IR e CSLL

Os tributos e contribuições indicados nesta linha são dedutíveis, para efeito de determinação do lucro real, no período de apuração em que ocorrer o fato gerador.

Não devem ser incluídas as importâncias:

a) incorporadas ao custo de bens do ativo permanente;

b) correspondentes aos impostos não recuperáveis, incorporados ao custo das matérias-primas, materiais secundários e materiais de embalagem, bem como das mercadorias destinadas à revenda;

c) correspondentes aos impostos recuperáveis;

d) correspondentes aos impostos e contribuições redutores da receita bruta ([Linhas 06A/12 a 06A/16](#));

e) correspondentes à Cofins, às Contribuições para o PIS/Pasep incidentes sobre as demais receitas operacionais e à CPMF ([Linhas 05A/11 a 05A/13](#));

f) correspondentes ao imposto de renda e à contribuição social sobre o lucro líquido devidos, que são informados nas

Linhas [06A/52](#) e [06A/54](#).

Atenção:

O valor dos impostos e contribuições cuja exigibilidade esteja suspensa, nos termos dos incisos II a VI do art. 151 da Lei nº 5.172, de 1966, haja ou não depósito judicial, deve ser informado na [Linha 09A/21](#).

Linha 05A/15 – Arrendamento Mercantil

Indicar, nesta linha, as despesas não computadas nos custos, pagas ou creditadas a título de contraprestação de arrendamento mercantil decorrentes de contrato celebrado com observância da Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974, e da Portaria MF nº 140, de 1984.

Atenção:

As despesas relativas ao arrendamento de bens que não sejam intrinsecamente vinculados com a comercialização de bens ou serviços devem ser indicadas na coluna "Parcelas Não Dedutíveis".

Linha 05A/16 – Aluguéis

Indicar as despesas com aluguéis não decorrentes de arrendamento mercantil.

Atenção:

Os aluguéis de bens móveis ou imóveis quando não sejam intrinsecamente relacionados com a comercialização dos bens ou serviços devem ser indicadas na coluna "Parcelas Não Dedutíveis".

Linha 05A/17 – Despesas com Veículos e de Conservação de Bens e Instalações

Indicar, nesta linha, as despesas relativas aos bens que não estejam ligados diretamente à produção, as realizadas com reparos que não impliquem aumento superior a um ano da vida útil do bem, prevista no ato de sua aquisição e as relativas a combustíveis e lubrificantes para veículos.

Atenção:

Somente são dedutíveis para fins de apuração do lucro real as despesas com Veículos e de Conservação de Bens e Instalações relativas a bens intrinsecamente vinculados com a comercialização de bens ou serviços. Os gastos considerados indedutíveis devem ser indicados na coluna "Parcelas Não Dedutíveis".

Linha 05A/18 – Propaganda e Publicidade

Indicar, nesta linha, despesas com propaganda e publicidade.

Atenção:

Essas despesas são dedutíveis nas condições estabelecidas no art. 366 do Decreto nº 3.000, de 1999, segundo o regime de competência.

Linha 05A/19 – Multas

São totalmente indedutíveis não só as multas impostas por infrações fiscais de que resulte falta ou insuficiência de pagamento de tributo ou contribuição, como também aquelas que decorram de infrações a normas não tributárias (Sunab, trânsito, etc.). São dedutíveis, no período de apuração em que forem efetivamente pagas, as multas fiscais de natureza compensatória e aquelas impostas por descumprimento de obrigações tributárias, meramente acessórias, de que não resulte falta ou insuficiência de pagamento de tributo ou contribuição (PN CST nº 61, de 1979).

Atenção:

Os valores das multas indedutíveis devem ser indicados na coluna "Parcelas Não Dedutíveis".

Linha 05A/20 – Encargos de Depreciação e Amortização

Indicar apenas os encargos a esses títulos, com bens não aplicados diretamente na produção, inclusive os valores correspondentes à diferença, em relação ao ano de 1990, entre a correção monetária com base no IPC e no BTN Fiscal (Lei nº 8.200, de 1991, art. 3º).

Atenção:

- 1) Somente são dedutíveis para fins de apuração do lucro real as despesas com Encargos de Depreciação e Amortização de Bens e Instalações intrinsecamente vinculados com a comercialização de bens ou serviços. Os gastos considerados indedutíveis devem ser indicados na coluna "Parcelas Não Dedutíveis".
- 2) A amortização dos ajustes de variação cambial contabilizada no ativo diferido, relativa à atividade geral da pessoa jurídica, deve ser informada nesta linha (Lei nº 9.816, de 23 de agosto de 1999 e Lei nº 10.305, de 2001).

Linha 05A/21 – Perdas em Operações de Crédito

Indicar as perdas no recebimento de créditos decorrentes das atividades da pessoa jurídica.

Maiores informações sobre a dedutibilidade das perdas nos recebimentos de créditos podem ser obtidas no [subitem 17.1.10](#).

Linha 05A/22 – Provisões para Férias e 13ª Salário de Empregados

Indicar, nesta linha, as despesas com a constituição de provisões para:

a) pagamento de remuneração correspondente a férias de empregados, inclusive encargos sociais (Decreto nº 3.000, de 1999, art. 337, e PN CST nº 7, de 1980);

b) o 13ª salário, no caso de apuração trimestral do imposto (Decreto nº 3.000, de 1999, art. 338).

Linha 05A/23 – Demais Provisões

Indicar, nesta linha, o valor referente às despesas com provisões não relacionadas na linha anterior, constituídas no decorrer do período de apuração.

Atenção:

Os valores indicados nesta linha são totalmente indedutíveis, devendo ser incluídos na coluna "Parcelas Não Dedutíveis".

Linha 05A/24 – Gratificações a Administradores

Indicar nesta linha as gratificações a administradores.

Atenção:

Os pagamentos e créditos a esse título são totalmente indedutíveis. Por isso, seu montante deve ser incluído na coluna "Parcelas Não Dedutíveis".

Linha 05A/25 – Royalties e Assistência Técnica – PAÍS

Informar, nesta linha, as importâncias pagas a beneficiário pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no Brasil, a título de *royalties* e assistência técnica, científica, ou assemelhadas, que não estejam relacionados com a produção de bens e/ou serviços.

Maiores informações sobre este tópico podem ser obtidas no [subitem 17.1.9](#).

Linha 05A/26 – Royalties e Assistência Técnica – EXTERIOR

Informar, nesta linha, as importâncias pagas a beneficiário pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior, a título de *royalties* e assistência técnica, científica, ou assemelhadas, que não estejam relacionados com a produção de bens e/ou serviços.

Maiores informações sobre este tópico podem ser obtidas no [subitem 17.1.9](#).

Linha 05A/27 – Assistência Médica, Odontológica e Farmacêutica a Empregados

Indicar o valor das despesas com assistência médica, odontológica e farmacêutica.

Atenção:

O valor referente à contratação de serviços de sociedades civis ou de profissionais liberais sem vínculo empregatício deve ser informado nas Linhas [05A/03](#) ou [05A/04](#), conforme o caso.

Linha 05A/28 – Pesquisas Científicas e Tecnológicas

Indicar o valor das despesas efetuadas a esse título, inclusive a contrapartida das amortizações daquelas registradas no ativo diferido. Sobre a dedutibilidade dessas despesas, consultar os arts. 349 e 350 do Decreto nº 3.000, de 1999.

Linha 05A/29 – Bens de Natureza Permanente Deduzidos como Despesa

Indicar, nesta linha, o valor de aquisição de bens do ativo imobilizado cujo prazo de vida útil não ultrapasse um ano, ou, caso exceda esse prazo, tenha valor unitário igual ou inferior a R\$326,61 (trezentos e vinte e seis reais e sessenta e um centavos) (Decreto nº 3.000, de 1999, art. 301).

Linha 05A/30 – Outras Despesas Operacionais

Indicar, nesta linha, as demais despesas operacionais, cujos títulos não se adaptem à nomenclatura específica desta ficha, tais como:

- a) contribuição sindical;
- b) prêmios de seguro;
- c) fretes e carretos que não componham os custos;
- d) despesas com viagens, diárias e ajudas de custo;
- f) transporte de empregados.

Linha 05A/31 – TOTAL DAS DESPESAS OPERACIONAIS DAS ATIVIDADES EM GERAL

Somatório dos valores constantes nas [Linhas 05A/01 a 05A/30](#).

ATIVIDADE RURAL

Linha 05A/32 a Linha 05A/49 – Despesas Operacionais da Atividade Rural

As Linhas 05A/32 a 05A/49 devem ser preenchidas em consonância com os mesmos critérios adotados no preenchimento das [Linhas 05A/01 a 05A/30](#).

Linha 05A/50 – TOTAL DAS DESPESAS OPERACIONAIS DA ATIVIDADE RURAL

Somatório dos valores constantes das Linhas 05A/32 a 05A/49.

FICHA 06A - Demonstração do Resultado

Esta ficha deve ser preenchida pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, submetidas à apuração trimestral ou anual do imposto de renda. A pessoa jurídica que explorar atividades em geral e atividade rural deve observar as instruções contidas no [subitem 17.1.8](#) deste manual ao efetuar o rateio das despesas e no que diz respeito à sua respectiva dedutibilidade.

Linha 06A/01 – Receita da Exportação Incentivada de Produtos – Befiex até 31/12/87

A pessoa jurídica que tiver Programa Especial de Exportação (Befiex), aprovado até 31 de dezembro de 1987, deve indicar, nesta linha, o valor das receitas oriundas das vendas para o exterior de produtos manufaturados, decorrentes desse programa.

O montante a ser considerado como receita de exportação de produtos é o valor FOB, como tal compreendido o preço da mercadoria ou produto acrescido das despesas regularmente integrantes do preço estipulado com essa cláusula.

Nas exportações com cláusula CIF, em que o frete e o seguro sejam contratados com empresas nacionais, é considerada receita de exportação incentivada o total do faturamento.

Caso o frete e o seguro tenham sido contratados com empresas estrangeiras, o montante respectivo deve ser diminuído da receita de exportação incentivada e da receita líquida total, para efeito do cálculo da parcela do lucro da exploração correspondente à exportação incentivada.

A conversão em reais da receita bruta de vendas nas exportações é efetuada conforme a seguir (Portaria MF nº 356, de 05 de dezembro 1988):

a) o valor expresso em moeda estrangeira é convertido em reais à taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central do Brasil, para compra, em vigor na data de embarque dos produtos para o exterior;

b) entende-se como data de embarque dos produtos para o exterior aquela averbada, pela autoridade aduaneira, na Guia de Exportação ou documento de efeito equivalente.

As diferenças decorrentes de alterações na taxa de câmbio, ocorridas entre a data do fechamento do contrato de câmbio e a data do embarque, são consideradas como variações cambiais ativas ou passivas, que são informadas nas Linhas [06A/20](#) e [06A/32](#), respectivamente.

As parcelas decorrentes de receitas de exportação não contempladas pelas observações acima devem ser informadas na Linha [06A/05](#).

Linha 06A/02 – Crédito-Prêmio de IPI

Indicar, nesta linha, o valor dos créditos-prêmio de IPI concedidos pela exportação de produtos manufaturados nacionais (Befiex, por prazo determinado).

Atenção:

Não devem ser incluídos, nesta linha, os valores referente aos créditos de IPI e ICMS oriundos da aquisição de insumos para a produção de produtos manufaturados no País, mantidos em decorrência de exportação, que não integram o custo dos produtos nem a receita de venda da pessoa jurídica.

Linha 06A/03 – Vendas Canceladas e Devoluções

Indicar, nesta linha, o valor das vendas canceladas e devoluções de vendas relativas às receitas informadas nas Linhas [06A/01](#) e [06A/02](#).

Linha 06A/04 – Descontos Incondicionais nas Exportações Incentivadas

Indicar, nesta linha, o valor relativo aos descontos incondicionais concedidos nas exportações incentivadas. Entende-se como incondicionais os descontos cuja concessão independa de evento posterior à emissão da nota fiscal de venda.

Linha 06A/05 – Receita da Exportação Não Incentivada de Produtos

Nesta linha, devem ser indicadas todas as receitas de exportação, exceto as computadas na [Linha 06A/01](#).

Linha 06A/06 – Receita da Venda no Mercado Interno de Produtos de Fabricação Própria

Indicar, nesta linha, o valor da receita auferida no mercado interno correspondente à venda de produtos de fabricação própria, bem como as receitas auferidas na industrialização por encomenda ou por conta e ordem de terceiros.

Atenção:

A pessoa jurídica não deve incluir o valor correspondente ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) cobrado destacadamente do comprador ou contratante, uma vez que o vendedor é mero depositário e este imposto não integra o preço de venda da mercadoria. Não incluir, também, o valor correspondente ao ICMS cobrado na condição de substituto.

Linha 06A/07 – Receita da Revenda de Mercadorias

Indicar, nesta linha, o valor da receita auferida no mercado interno, correspondente à revenda de mercadorias, bem como o resultado auferido nas operações de conta alheia.

Linha 06A/08 – Receita da Prestação de Serviços

Indicar, nesta linha, a receita decorrente dos serviços prestados.

Linha 06A/09 – Receita das Unidades Imobiliárias Vendidas

As pessoas jurídicas que exploram atividades imobiliárias devem indicar, nesta linha, o montante das receitas das unidades imobiliárias vendidas, apropriadas ao resultado, inclusive as receitas transferidas de Resultados de Exercícios Futuros e os custos recuperados de períodos de apuração anteriores.

Linha 06A/10 – Receita da Atividade Rural

Indicar nesta linha a receita da atividade rural.

Maiores informações sobre a receita da atividade rural podem ser encontradas no [subitem 17.1.8](#).

Linha 06A/11 – Vendas Canceladas, Devoluções e Descontos Incondicionais

Indicar, nesta linha, as importâncias que integram as receitas constantes das Linhas 06A/05 a 06A/10, que correspondam a vendas canceladas, a devoluções e a descontos incondicionais concedidos.

Linha 06A/12 – ICMS

Indicar, nesta linha, o total do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) calculado sobre as receitas das vendas e de serviços de que tratam as Linhas 06A/05 a 06A/10.

Informar o resultado da aplicação das alíquotas sobre as respectivas receitas, e não o montante recolhido, durante o período de apuração, pela pessoa jurídica.

Atenção:

O valor referente ao ICMS pago como substituto não deve ser incluído nesta linha.

Linha 06A/13 – Cofins

Indicar, nesta linha, o total da Cofins apurado sobre a receita de vendas em consonância com a legislação vigente à época da ocorrência dos fatos geradores. O valor informado deve ser apurado de forma centralizada pelo estabelecimento matriz quando a pessoa jurídica possuir mais de um estabelecimento (Lei nº 9.779, de 1999, art. 15, III).

Atenção:

O valor da Cofins que incidir sobre as demais receitas operacionais deve ser informado nas Linhas [05A/12](#) e [05A/37](#), conforme o caso.

Linha 06A/14 – PIS/Pasep

Indicar, nesta linha, o total das contribuições para o PIS/Pasep apurado sobre a receita de vendas em consonância com a legislação vigente à época da ocorrência dos fatos geradores. O valor informado deve ser apurado de forma centralizada pelo estabelecimento matriz quando a pessoa jurídica possuir mais de um estabelecimento (Lei nº 9.779, de 1999, art. 15, III).

Atenção:

O valor da Contribuição ao PIS/Pasep que incidir sobre as demais receitas operacionais deve ser informado nas Linhas [05A/11](#) e [05A/36](#), conforme o caso.

Linha 06A/15 – ISS

Indicar, nesta linha, o total do Imposto sobre Serviço de qualquer Natureza (ISS) relativo às receitas de serviços, conforme legislação específica.

Linha 06A/16 – Demais Impostos e Contribuições Incidentes Sobre Vendas e Serviços

Indicar, nesta linha, o total dos demais impostos e contribuições incidentes sobre as receitas das vendas de que tratam as Linhas [06A/05 a 06A/10](#), que guardem proporcionalidade com o preço e sejam considerados redutores das receitas de vendas.

Linha 06A/17 – RECEITA LÍQUIDA DAS ATIVIDADES

Resultado aritmético dos valores constantes nas [Linhas 06A/01 a 06A/16](#).

Linha 06A/18 – Custo dos Bens e Serviços Vendidos

Valores da coluna "Total" das Linhas [04A/42](#) e [04A/53](#), "Atividades em Geral" e "Atividade Rural".

Linha 06A/19 – LUCRO BRUTO

Diferença dos valores informados nas Linhas [06A/17](#) e [06A/18](#). Se prejuízo, o valor é indicado com sinal negativo.

Linha 06A/20 – Variações Cambiais Ativas

Indicar, nesta linha, os ganhos apurados em razão de variações ativas decorrentes da atualização dos direitos de crédito e obrigações, calculados com base nas variações nas taxas de câmbio.

Atenção:

- 1) As variações cambiais ativas decorrentes dos direitos de crédito e de obrigações, em função da taxa de câmbio, são consideradas como receita financeira, inclusive para fins de cálculo do lucro da exploração (Lei nº 9.718, art. 9º c/c art. 17).
- 2) Nas atividades de compra e venda, loteamento, incorporação e construção de imóveis, as variações cambiais ativas são reconhecidas como receita segundo as normas constantes da IN SRF nº 84/79, de 20 de dezembro de 1979, da IN SRF nº 23/83, de 25 de março de 1983, e da IN SRF nº 67/88, de 21 de abril de 1988 (IN SRF nº 25/99, de 25 de fevereiro de 1999).

Linha 06A/21 – Ganhos Auferidos no Mercado de Renda Variável, exceto Day-Trade

Indicar nesta linha:

- a) o somatório dos ganhos auferidos, em cada mês do período de apuração, em operações realizadas nas bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas, existentes no País;
 - b) os ganhos auferidos nas alienações, fora de bolsa, de ouro, ativo financeiro, e de participações societárias, exceto as alienações de participações societárias permanentes em sociedades coligadas e controladas e de participações societárias que permanecerem no ativo da pessoa jurídica até o término do ano-calendário seguinte ao de suas aquisições; e
 - c) os rendimentos auferidos em operações de *swap* e no resgate de quota de fundo de investimento cujas carteiras sejam constituídas, no mínimo por 67% (sessenta e sete por cento) de ações no mercado à vista de bolsa de valores ou entidade assemelhada (Lei nº 9.532, de 1997, art. 28, alterado pela MP nº 1.636, de 1998, art. 2º, e reedições).
- Considera-se ganho o resultado positivo auferido nas operações citadas acima, realizadas em cada mês, admitida a dedução dos custos e despesas incorridos, necessários à realização das operações.

Atenção:

- 1) Os ganhos auferidos em operações *day-trade* devem ser informados na [Linha 06A/22](#).
- 2) O valor correspondente às perdas incorridas no mercado de renda variável, exceto *day-trade*, deve ser informado na [Linha 06A/33](#).
- 3) São consideradas assemelhadas às bolsas de valores, de mercadorias e de futuros as entidades cujo objeto social seja análogo ao das referidas bolsas e que funcionem sob a supervisão e fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários.

Linha 06A/22 – Ganhos em Operações Day-Trade

Indicar o somatório dos ganhos diários auferidos, em cada mês do período de apuração, em operações day-trade. Considera-se ganho o resultado positivo auferido nas operações citadas acima, realizadas em cada mês, admitida a dedução dos custos e despesas incorridos, necessários à realização das operações. Não se caracteriza como day-trade o exercício da opção e a venda ou compra do ativo no mercado à vista, no mesmo dia. Também não se caracterizam como day-trade as operações iniciadas por intermédio de uma instituição e encerradas em outra quando houver a liquidação física mediante movimentação de títulos ou valores mobiliários em custódia.

Atenção:

O valor correspondente às perdas incorridas nas operações day-trade, deve ser informado na [Linha 06A/34](#).

Linha 06A/23 – Receitas de Juros sobre o Capital Próprio

Indicar o valor dos juros recebidos, a título de remuneração do capital próprio, em conformidade com o art. 9º da Lei nº 9.249, de 1995. O valor informado deve corresponder ao total dos juros recebidos, antes do desconto do imposto de renda na fonte. O valor do imposto de renda retido na fonte, para as pessoas jurídicas tributadas pelo lucro real, é considerado antecipação do imposto devido no encerramento do período de apuração ou, ainda, pode ser compensado com aquele que for retido, pela beneficiária, por ocasião do pagamento ou crédito de juros a título de remuneração de capital próprio, ao seu titular ou aos seus sócios.

Linha 06A/24 – Outras Receitas Financeiras

Indicar as receitas auferidas no período de apuração relativas a juros, descontos, lucro na operação de reporte, prêmio de resgate de títulos ou debêntures e rendimento nominal auferido em aplicações financeiras de renda fixa, não incluídas nas [Linhas 06A/20 a 06A/23](#). As receitas dessa natureza, derivadas de operações com títulos vencíveis após o encerramento do período de apuração, são rateadas segundo o regime de competência.

Atenção:

- 1) As variações monetárias ativas decorrentes da atualização dos direitos de crédito e das obrigações, em função de índices ou coeficientes aplicáveis por disposição legal ou contratual devem ser informadas como receita financeira.
- 2) As variações cambiais ativas devem ser informadas na [Linha 06A/20](#).

Linha 06A/25 – Ganhos na Alienação de Participações Não Integrantes do Ativo Permanente

Indicar, nesta linha, o valor dos ganhos auferidos na alienação de ações, títulos ou quotas de capital não integrantes do ativo permanente, desde que não incluídos na [Linha 06A/21](#).

Linha 06A/26 – Resultados Positivos em Participações Societárias

A pessoa jurídica deve indicar nesta linha:

- a) os lucros e dividendos derivados de investimentos avaliados pelo custo de aquisição;
- b) os ganhos por ajustes no valor de investimentos relevantes avaliados pelo método da equivalência patrimonial, decorrentes de lucros apurados nas controladas e coligadas;

Atenção:

Considera-se controlada a filial, a agência, a sucursal, a dependência ou o escritório de representação no exterior, sempre que os respectivos ativos e passivos não estejam incluídos na contabilidade da investidora, por força de normatização específica.

- c) as amortizações de deságios nas aquisições de investimentos avaliados pelo patrimônio líquido. O valor amortizado, que for excluído do lucro líquido para determinação do lucro real, deve ser controlado na parte B do Livro de Apuração do Lucro Real até a alienação ou baixa da participação societária, quando, então, deve ser adicionado ao lucro líquido para determinação do lucro real no período de apuração em que for computado o ganho ou perda de capital havido.
- d) as bonificações recebidas;

Atenção:

- 1) As bonificações recebidas, decorrentes da incorporação de lucros ou reservas não tributados na forma do art. 35 da Lei nº 7.713, de 1988, ou apurados nos anos-calendário de 1994 ou 1995, são consideradas a custo zero, não afetando o valor do investimento nem o resultado do período de apuração (art. 3ª da Lei nº 8.849, de 1994 e art. 3ª da Lei nº 9.064, de 1995).
- 2) No caso de investimento avaliado pelo custo de aquisição, as bonificações recebidas, decorrentes da incorporação de lucros ou reservas tributados na forma do art. 35 da Lei nº 7.713, de 1988, e de lucros ou reservas apurados no ano-calendário de 1993 ou a partir do ano-calendário de 1996, são registradas tomando-se como custo o valor da parcela dos lucros ou reserva capitalizados.

- e) os lucros e dividendos de participações societárias avaliadas pelo custo de aquisição;

Atenção:

Os lucros ou dividendos, recebidos em decorrência de participações societárias avaliadas pelo custo de aquisição, adquiridas até 6 (seis) meses antes da data do recebimento, devem ser registrados como diminuição do valor do custo, não devendo ser incluídos nesta Linha.

- f) os resultados positivos decorrentes de participações societárias no exterior avaliadas pelo patrimônio líquido e os dividendos de participações avaliadas pelo custo de aquisição, e os resultados de equivalência patrimonial relativos a filiais, sucursais ou agências da pessoa jurídica localizadas no exterior em decorrência de operações realizadas naquelas filiais, sucursais ou agências.

Os lucros auferidos no exterior são adicionados ao lucro líquido, para efeito de determinação do lucro real, no período de apuração correspondente ao balanço levantado em 31 de dezembro do ano-calendário em que tiverem sido disponibilizados, observando-se o disposto nos arts. 394 e 395 do Decreto nº 3.000, de 1999, e no art. 74 da Medida Provisória nº 2.158-35 de 24 de agosto de 2001.

Linha 06A/27 – Resultados Positivos em SCP

Esta linha é utilizada pelas pessoas jurídicas que forem sócias ostensivas de sociedades em conta de participação, para a indicação:

- a) de lucros derivados de participação em SCP, avaliados pelo custo de aquisição;
- b) dos ganhos por ajustes no valor de participação em SCP, avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

Atenção:

Os lucros recebidos de investimento em SCP, avaliado pelo custo de aquisição, ou a contrapartida do ajuste do investimento ao valor do patrimônio líquido da SCP, no caso de investimento avaliado por esse método, podem ser excluídos na determinação do lucro real dos sócios, pessoas jurídicas, das referidas sociedades (Decreto nº 3.000, de 1999, art. 149).

Linha 06A/28 – Rendimentos e Ganhos de Capital Auferidos no Exterior

Indicar, nesta linha, os rendimentos e ganhos de capital auferidos no exterior diretamente pela pessoa jurídica domiciliada no Brasil, pelos seus valores antes de descontado o tributo pago no país de origem. Esses valores podem, no caso de apuração trimestral do imposto, ser excluídos na apuração do lucro real do 1º ao 3º trimestres, devendo ser adicionados ao lucro líquido na apuração do lucro real referente ao 4º trimestre.

Atenção:

Os ganhos de capital referentes a alienações de bens do ativo permanente situados no exterior, devem ser informados na [Linha 06A/43](#).

Linha 06A/29 – Reversão dos Saldos das Provisões Operacionais

Indicar os saldos não utilizados das provisões constituídas no balanço do período de apuração imediatamente anterior para fins de apuração do lucro real (Lei nº 9.430, de 1996, art. 14).

Linha 06A/30 – Outras Receitas Operacionais

Indicar, nesta linha, todas as demais receitas que, por definição legal, sejam consideradas operacionais, tais como:

- a) aluguéis de bens por empresa que não tenha por objeto a locação de móveis e imóveis;
- b) recuperações de despesas operacionais de períodos de apuração anteriores, tais como: prêmios de seguros, importâncias levantadas das contas vinculadas do FGTS, ressarcimento de desfalques, roubos e furtos, etc. As recuperações de custos e despesas no decurso do próprio período de apuração devem ser creditadas diretamente às contas de resultado em que foram debitadas;
- c) os créditos presumidos do IPI, para ressarcimento do valor da Contribuição ao PIS/Pasep e Cofins;
- d) multas ou vantagens a título de indenização em virtude de rescisão contratual (Lei nº 9.430, de 1996, art. 70, § 3º, inc. II);
- e) o crédito presumido da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins concedido na forma do art. 3º da Lei nº 10.147, de 2000.

Linha 06A/31 – Despesas Operacionais

Os valores indicados nesta linha são transportados das Linhas [05A/31](#) e [05A/50](#), respectivamente, para as colunas "Atividades em Geral" e "Atividade Rural".

Linha 06A/32 – Variações Cambiais Passivas

Indicar, nesta linha, as perdas monetárias passivas resultantes da atualização dos direitos de créditos e das obrigações calculadas com base nas variações nas taxas de câmbio (Lei nº 9.069, de 1995, art. 52, e Lei nº 9.249, de 1995, art. 8º). Incluir, nesta linha, a variação cambial passiva correspondente:

- a) à atualização das obrigações e dos créditos em moeda estrangeira, registrada em qualquer data e apurada no encerramento do período de apuração em função da taxa de câmbio vigente;
- b) às operações com moeda estrangeira e conversão de obrigações para moeda nacional, ou novação dessas obrigações, ou sua extinção, total ou parcial, em virtude de capitalização, dação em pagamento, compensação, ou qualquer outro modo, desde que observadas as condições fixadas pelo Banco Central do Brasil.

Atenção:

- 1) As variações cambiais passivas decorrentes dos direitos de crédito e de obrigações, em função da taxa de câmbio, são consideradas como despesa financeira, inclusive para fins de cálculo do lucro da exploração (Lei nº 9.718, art. 9º c/c art. 17).
- 2) Nas atividades de compra e venda, loteamento, incorporação e construção de imóveis, as variações cambiais ativas são reconhecidas como receita segundo as normas constantes da IN SRF nº 84, de 20 de dezembro de 1979; da IN SRF nº 23, de 25 de março de 1983; e da IN SRF nº 67, de 21 de abril de 1988 (IN SRF nº 25, de 25 de fevereiro de 1999).
- 3) A amortização dos ajustes de variação cambial contabilizada no ativo diferido, deve ser informada nas Linhas [05A/20](#) e [05A/44](#), conforme o caso (Lei nº 9.816, de 1999, art. 2º e Lei nº 10.305, de 2001).

Linha 06A/33 – Perdas Incorridas no Mercado de Renda Variável, exceto day-trade

Indicar nesta linha:

- a) o somatório das perdas incorridas, em cada mês do período de apuração, em operações realizadas nas bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas, existentes no País;
- b) as perdas incorridas nas alienações, fora de bolsa, de ouro, ativo financeiro, e de participações societárias, exceto as alienações de participações societárias permanentes em sociedades coligadas e controladas e de participações societárias que permanecerem no ativo da pessoa jurídica até o término do ano-calendário seguinte ao de suas aquisições; e

c) as perdas em operações de swap e no resgate de quota de fundo de investimento que mantenha, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) de ações negociadas no mercado à vista de bolsa de valores ou entidade assemelhada (Lei nº 9.532, de 1997, art. 28, alterado pela MP no 1.636, de 1998, art. 2ª, e reedições).

São consideradas assemelhadas às bolsas de valores, de mercadorias e de futuros, as entidades cujo objeto social seja análogo ao das referidas bolsas e que funcionem sob a supervisão e fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários.

Atenção:

1) As perdas apuradas em operações day-trade devem ser informadas na [Linha 06A/34](#).

2) As perdas apuradas nas operações de renda variável, exceto day-trade, somente são dedutíveis na determinação do lucro real até o limite dos ganhos auferidos em operações de mesma natureza, observado o disposto nos itens "3" a "5". As perdas não deduzidas em um período de apuração podem sê-lo nos períodos de apuração subseqüentes. A parcela não dedutível no período de apuração deve ser controlada na Parte B do Lalur.

3) A partir de 1ª de janeiro de 2000, as perdas apuradas em operações, exceto *day-trade*, no mercado à vista de ações somente são compensadas com os ganhos líquidos auferidos em operações, exceto *day-trade*, realizadas exclusivamente nesse mercado.

4) O saldo de perdas decorrentes de operações, exceto *day-trade*, existente em 31 de dezembro de 1999 pode ser compensado com os ganhos líquidos auferidos:

a) no mercado à vista de ações, se as perdas decorreram de operações, exceto *day-trade*, realizadas exclusivamente nesse mercado; e

b) em quaisquer mercados, se as perdas decorreram de operações, exceto *day-trade*, realizadas em mercados diversificados.

5) As limitações de realização de perdas, de que tratam as instruções de preenchimento desta linha não se aplicam às pessoas jurídicas citadas no inciso I do art. 35 da IN SRF nº 25, de 6 de março de 2001, e às operações de swap utilizadas como cobertura (hedge).

Linha 06A/34 – Perdas em Operações Day-Trade

Indicar o somatório das perdas diárias apuradas, em cada mês, em operações *day-trade*.

Não se caracteriza como day-trade o exercício da opção e a venda ou compra do ativo no mercado à vista, no mesmo dia.

Também não se caracterizam como day-trade as operações iniciadas por intermédio de uma instituição e encerradas em outra quando houver a liquidação física mediante movimentação de títulos ou valores mobiliários em custódia.

Atenção:

Os valores indicados nesta linha devem ser informados na [Linha 09A/19](#).

Linha 06A/35 – Juros Sobre o Capital Próprio

Indicar, nesta linha, os juros pagos ou creditados individualizadamente a titular, sócios ou acionistas, a título de remuneração do capital próprio, calculados sobre as contas do patrimônio líquido e limitados à variação, *pro rata* dia, da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), observando-se o regime de competência (Lei nº 9.249, de 1995, art. 9ª).

Consultar as instruções constantes da [Linha 09A/12](#), quanto à dedutibilidade dos juros como despesa operacional, para fins de determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL.

Linha 06A/36 – Outras Despesas Financeiras

Indicar, nesta linha, as despesas relativas a juros, não incluídas nas [Linhas 06A/33 a 06A/35](#), a descontos de títulos de crédito e ao deságio na colocação de debêntures ou outros títulos. Tais despesas são obrigatoriamente rateadas, segundo o regime de competência.

Atenção:

1) As variações monetárias passivas decorrentes da atualização das obrigações, em função de índices ou coeficientes aplicáveis por disposição legal ou contratual devem ser informadas como despesa financeira.

2) As variações cambiais passivas não devem ser informadas nesta linha e sim na [Linha 06A/32](#).

Linha 06A/37 – Prejuízos na Alienação de Participações Não Integrantes do Ativo Permanente

Indicar, nesta linha, o valor dos prejuízos havidos em virtude de alienação de ações, títulos ou quotas de capital não integrantes do ativo permanente, desde que não incluídos nas Linhas [06A/33](#) e [06A/34](#).

Atenção:

Não são dedutíveis os prejuízos havidos na alienação de participações não integrantes do ativo permanente, com deságio superior a 10% (dez por cento) dos respectivos valores de aquisição, salvo se venda houver sido realizada em bolsa de valores, ou onde esta não existir, tiver sido efetuada por meio de leilão público, com divulgação do respectivo edital, na forma da lei, durante 3 (três) dias no período de um mês (Decreto nº 3.000, de 1999, art. 393). Nesse caso, o valor adicionado deve ser informado na [Linha 09A/22](#).

Linha 06A/38 – Resultados Negativos em Participações Societárias

Indicar, nesta linha:

a) as perdas por ajustes no valor de investimentos relevantes avaliados pelo método da equivalência patrimonial, decorrentes de prejuízos apurados nas controladas e coligadas. O valor indicado deve ser adicionado ao lucro líquido, para determinação do lucro real;

Atenção:

Considera-se controlada a filial, a agência, a sucursal, a dependência ou o escritório de representação no exterior, sempre que os respectivos ativos e passivos não estejam incluídos na contabilidade da investidora, por força de normatização específica.

b) as amortizações de ágio nas aquisições de investimentos avaliados pelo patrimônio líquido. O valor amortizado deve ser adicionado ao lucro líquido, para determinação do lucro real, e controlado na parte B do Livro de Apuração do Lucro Real até a alienação ou baixa da participação societária, quando, então, pode ser excluído do lucro líquido, para determinação do lucro real.

Atenção:

Devem, também, ser indicados nesta linha os resultados negativos derivados de participações societárias no exterior, avaliadas pelo patrimônio líquido. Incluem-se nestas informações as perdas apuradas em filiais, sucursais e agências da pessoa jurídica localizadas no exterior.

Linha 06A/39 – Resultados Negativos em SCP

Esta linha é utilizada pelos sócios ostensivos, pessoas jurídicas, de sociedades em conta de participação, para indicar as perdas por ajustes no valor de participação em SCP, avaliada pelo método da equivalência patrimonial. O valor dessas perdas deve ser adicionado ao lucro líquido na determinação do lucro real ([Linha 09A/10](#)).

Linha 06A/40 – Perdas em Operações Realizadas no Exterior

Indicar nesta linha as perdas em operações realizadas no exterior, diretamente pela pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com exceção das perdas de capital decorrentes da alienação de bens e direitos do ativo permanente situados no exterior, que devem ser indicadas na [Linha 06A/45](#). Os valores aqui indicados devem ser adicionados ao lucro líquido para fins de apuração do lucro real ([Linha 09A/11](#)).

Linha 06A/41 – LUCRO OPERACIONAL

Soma aritmética das [Linhas 06A/19 a 06A/40](#). Este valor corresponde ao resultado operacional da pessoa jurídica. Se prejuízo, o valor é indicado com sinal negativo.

Linha 06A/42 – Receitas de Alienações de Bens e Direitos do Ativo Permanente

Informar, nesta linha, as receitas auferidas por meio de alienações, inclusive por desapropriação, de bens e direitos do ativo permanente.

O valor relativo às receitas obtidas pela venda de sucata, e de bens ou direitos do ativo permanente baixados em virtude de terem se tornado imprestáveis, obsoletos ou caído em desuso, deve ser informado na [Linha 06A/43](#).

Os valores correspondentes ao ganho ou perda de capital decorrente da alienação de bens e direitos do ativo permanente situados no exterior devem ser indicados pelo seu resultado nas [Linhas 06A/43](#) ou [06A/45](#), conforme o caso.

Atenção:

A diferença entre o valor constante nesta linha e o na [Linha 06A/44](#) constitui o resultado não operacional de que trata o art. 31 da Lei nº 9.249, de 1995. Sendo tal valor negativo e tendo sido apurado prejuízo fiscal no mesmo período de apuração, observar as restrições quanto à compensação de prejuízos em períodos de apuração subsequentes, conforme instruções das [Linhas 09A/41 a 09A/44](#).

Linha 06A/43 – Outras Receitas Não Operacionais

Indicar nesta linha:

a) todas as demais receitas decorrentes de operações não incluídas nas atividades principais e acessórias da empresa, tais como: a reversão do saldo da provisão para perdas prováveis na realização de investimentos e da reserva de reavaliação realizada no período de apuração, quando computada em conta de resultado.

b) os ganhos de capital por variação na percentagem de participação no capital social de coligada ou controlada, quando o investimento for avaliado pela equivalência patrimonial (Decreto nº 3.000, de 1999, art. 428)

Atenção:

O valor desse ganho pode ser excluído do lucro líquido na determinação do lucro real ([Linha 09A/35](#)).

c) os ganhos de capital decorrentes da alienação de bens e direitos do ativo permanente situados no exterior, que devem ser indicados pela diferença entre a receita auferida nas alienações e seu respectivo custo.

Linha 06A/44 – Valor Contábil dos Bens e Direitos Alienados

Indicar o valor contábil dos bens do ativo permanente, baixados no curso do período de apuração, cuja receita da venda tenha sido indicada na [Linha 06A/42](#).

O valor contábil de bens ou direitos baixados em virtude de terem se tornado imprestáveis, obsoletos ou caídos em desuso, assim como o valor contábil de bens ou direitos situados no exterior, deve ser informado na [Linha 06A/45](#).

Linha 06A/45 – Outras Despesas Não Operacionais

Indicar nesta linha:

a) o valor contábil dos bens do ativo permanente, baixados no curso do período de apuração, não incluídos na [Linha 06A/44](#), bem como a despesa com a constituição da provisão para perdas prováveis na realização de investimentos.

Atenção:

Sobre a definição de valor contábil, consultar o § 1º do art. 418 e art. 426, ambos do Decreto nº 3.000, de 1999.

b) as perdas de capital por variação na percentagem de participação no capital social de coligada ou controlada no Brasil, quando o investimento for avaliado pela equivalência patrimonial (Decreto nº 3.000, de 1999, art. 428).

Atenção:

As perdas citadas acima devem ser adicionadas ao lucro líquido para fins de apuração do lucro real ([Linha 09A/22](#)).

c) as perdas de capital decorrentes da alienação de bens e direitos do ativo permanente situados no exterior, que devem ser indicadas pela diferença entre a receita auferida nas alienações e seu respectivo custo, assim como as perdas de capital por variação nas percentagens de participação no capital social de coligadas ou controladas no exterior, quando o investimento for avaliado pela equivalência patrimonial.

Atenção:

As perdas de capital decorrentes de operações com o exterior devem ser adicionadas ao lucro líquido para fins de determinação do lucro real ([Linha 09A/11](#)).

Linha 06A/46 – RESULTADO DO PERÍODO DE APURAÇÃO

Resultado aritmético dos valores das [Linhas 06A/41 a 06A/45](#), que corresponde ao valor do resultado do período de apuração, antes das participações e das provisões para a CSLL e para o imposto de renda. Se prejuízo, o valor é indicado com sinal negativo.

Linha 06A/47 – Participações de Debêntures

Indicar o valor das participações nos lucros da companhia atribuídas a debêntures de sua emissão.

Linha 06A/48 – Participações de Empregados

Indicar as participações atribuídas a empregados segundo disposição legal, estatutária, contratual ou por deliberação da assembléia de acionistas ou sócios.

Para efeito de apuração do lucro real, somente são dedutíveis as participações atribuídas indiscriminadamente a todos os empregados que se encontrem na mesma situação de emprego, e desde que atendidos os demais requisitos legais definidos na Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000.

Atenção:

É vedado qualquer pagamento de antecipação ou qualquer distribuição de valores a título de participação nos lucros ou resultados da empresa em periodicidade inferior a um semestre civil, ou mais de duas vezes no mesmo ano civil.

Linha 06A/49 – Participações de Administradores e Partes Beneficiárias

Indicar quaisquer participações nos lucros atribuídas a administradores, sócio, titular de empresa individual e a portadores de partes beneficiárias, durante o período de apuração. O valor indicado nesta linha, por não ser dedutível para efeitos do imposto de renda, deve ser incluído na [Linha 09A/15](#).

Linha 06A/50 – Contribuições para Assistência ou Previdência de Empregados

Indicar, nesta linha, as contribuições para instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados, baseadas nos lucros. Para efeito do imposto de renda, essas contribuições somente podem ser deduzidas quando pagas a entidades de previdência privada expressamente autorizadas a funcionar. As contribuições a entidades que não satisfaçam as condições legais devem ser incluídas na [Linha 09A/15](#). Não indicar, nesta linha, aquelas contribuições já deduzidas como despesa operacional.

Atenção:

- 1) O valor das contribuições não compulsórias, destinadas a custear benefícios complementares assemelhados aos da previdência social, instituídos em favor dos empregados e dirigentes da pessoa jurídica, e para os Fundos de Aposentadoria Programada Individual (Fapi) – cujo ônus seja da pessoa jurídica, que exceder, no período de apuração, a vinte por cento do total dos salários dos empregados e da remuneração dos dirigentes da empresa, vinculados ao referido plano deve ser informado na coluna "Parcelas Não Dedutíveis".
- 2) As demais contribuições não compulsórias, exceto as destinadas a custear seguros e planos de saúde, devem ser informadas na coluna "Parcelas Não Dedutíveis".

Linha 06A/51 – LUCRO LÍQUIDO ANTES DA CSLL

Resultado aritmético dos valores informados nas [Linhas 06A/46 a 06A/50](#).

Quando corresponder a prejuízo, o valor é indicado com sinal negativo.

Linha 06A/52 – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

Indicar a soma das provisões para a CSLL, calculadas sobre a base de cálculo correspondente ao período de apuração e sobre os lucros diferidos da atividade geral e da atividade rural, respectivamente, se for o caso. A sua constituição é obrigatória para todas as pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real.

As cooperativas devem informar, nesta linha, a provisão da CSLL sobre os resultados das operações realizadas com os associados e os não-associados.

Atenção:

- 1) Para as empresas com atividades mistas, os valores da CSLL relativos às atividades em geral e atividade rural devem ser informados nas colunas "Atividades em Geral" e "Atividade Rural", respectivamente.
- 2) O valor desta linha é transportado para a [Linha 09A/04](#), uma vez que ele é indedutível na apuração do lucro real (Lei nº 9.316, de 1996, art. 1ª).
- 3) Para fins de determinação do Lucro Real, as cooperativas devem informar na [Linha 09A/04](#) o valor da CSLL sobre os resultados das operações realizadas com os não-associados. No caso de cooperativa de consumo, o valor da CSLL informado na [Linha 09A/04](#) deve abranger as operações com os associados e não-associados.

Linha 06A/53 – LUCRO LÍQUIDO ANTES DO IRPJ

Valor da [Linha 06A/51](#) subtraído do valor da [Linha 06A/52](#).

Quando corresponder a prejuízo, o valor é indicado com sinal negativo.

Linha 06A/54 – Provisão para o Imposto de Renda

Esta linha é preenchida pelo contribuinte e indicará a soma das provisões para o imposto de renda constituídas sobre o lucro real e sobre os lucros diferidos. A sua constituição é obrigatória para todas as pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real.

Atenção:

Esta linha possui apenas a coluna "Atividades em Geral" e na qual deve ser consolidada a provisão para o imposto de renda das atividades em geral e da atividade rural.

Linha 06A/55 – LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO DE APURAÇÃO

Nesta linha, deve ser indicada, na coluna "Atividades em Geral", a diferença entre a soma dos valores informados nas duas colunas da [Linha 06A/53](#) e o valor informado na [Linha 06A/54](#). Se prejuízo, o valor é indicado com sinal negativo. O valor consignado nesta linha corresponde ao efetivo lucro ou prejuízo líquido apurado contabilmente.

FICHA 07- Demonstração do Lucro Inflacionário Realizado

Devem preencher esta ficha apenas as pessoas jurídicas submetidas à apuração trimestral ou anual do imposto de renda com base no lucro real, que tenham lucro inflacionário diferido de períodos de apuração anteriores sujeito à realização obrigatória no período de apuração.

A pessoa jurídica submetida à apuração anual do imposto e que tiver seu lucro arbitrado em algum trimestre do ano-calendário não deve preencher esta ficha.

Observar, quanto ao preenchimento desta ficha, as seguintes informações:

- a) os valores relativos à diferença de correção complementar IPC/BTNF, lançados em contas próprias do ativo, integram os saldos iniciais e finais das contas do ativo sujeitas à correção monetária até 31/12/1995, correspondentes ao período de apuração, para fins de realização do ativo;
- b) a correção monetária até 31/12/1995, tanto para os bens e direitos do ativo sujeitos à correção monetária, como para o saldo de lucro inflacionário acumulado existente em 31/12/1995, será efetuada tomando-se por base o valor da Ufir vigente em 1ª de janeiro de 1996 (R\$ 0,8287).
- c) somente devem preencher as [Linhas 07/19 a 07/22](#) as pessoas jurídicas que optaram pela realização do saldo de lucro inflacionário à alíquota de dez por cento de que trata o art. 9ª da Lei nº 9.532, de 1997 ([Medida Provisória nº 2.113-30](#), de 26 de abril de 2001, art. 62, caput).

d) somente devem preencher as [Linhas 07/23 a 07/26](#) as pessoas jurídicas que optaram pela realização do saldo de lucro inflacionário objeto de tributação na forma do art. 28 da Lei nº 7.730, de 31 de janeiro de 1989, à alíquota de três por cento de que trata o § 1º do art. 9º da Lei nº 9.532, de 1997 ([Medida Provisória nº 2.113-30](#), de 26 de abril de 2001, art. 62, caput).

Atenção:

A pessoa jurídica sujeita ao lucro presumido ou ao lucro arbitrado no segundo trimestre de 2002 devem informar a realização do lucro inflacionário na forma prevista nos itens **c** e **d** acima na [Ficha 47B](#).

REALIZAÇÃO DO ATIVO SUJEITO À CORREÇÃO MONETÁRIA EM 31/12/1995**Linha 07/01 – Média do Valor Contábil do Ativo Permanente no Início e no Fim do Período de Apuração**

Indicar, nesta linha, a média aritmética do valor contábil do ativo permanente, relativamente aos bens e direitos, sujeitos a correção monetária, existentes em 31/12/1995, no início e no fim do período de apuração.

A média aritmética é o valor resultante da divisão por 2 (dois) da soma do valor contábil do ativo permanente no início e no fim do período de apuração.

As contas do ativo permanente, sujeito à correção monetária, existente em 31/12/1995, devem estar registradas destacadamente na contabilidade da pessoa jurídica.

Os bens e direitos adquiridos a partir do ano-calendário de 1996 não entram no cômputo da realização do lucro inflacionário.

Considera-se valor contábil:

- a) de bens e direitos do ativo permanente, o valor registrado na escrituração da pessoa jurídica, corrigido monetariamente até 31/12/1995, diminuído, se for o caso, da depreciação, amortização ou exaustão acumulada;
- b) de participação societária avaliada pelo custo de aquisição, o valor registrado na escrituração da pessoa jurídica, corrigido monetariamente até 31/12/1995, diminuído da provisão para perdas prováveis na realização de investimentos;
- c) de participação societária avaliada pelo valor de patrimônio líquido, a soma aritmética dos seguintes valores:
 - c.1) valor do patrimônio líquido pelo qual o investimento estiver registrado na contabilidade da pessoa jurídica;
 - c.2) ágio ou deságio na aquisição do investimento, corrigido monetariamente até 31/12/1995;
 - c.3) provisão para perdas prováveis na realização de investimentos, corrigida monetariamente até 31/12/1995.

Linha 07/02 – Média do Saldo das Contas de Estoque de Imóveis no Início e no Fim do Período de Apuração

Indicar, nesta linha, a média aritmética dos saldos, existentes no início e no final do período de apuração, das contas representativas dos imóveis não classificados no ativo permanente, sujeitos à correção monetária até 31/12/1995.

Atenção:

A média aritmética deverá ser obtida considerando-se apenas as contas relativas aos imóveis existentes em 31/12/1995, que devem estar registradas destacadamente na contabilidade da pessoa jurídica.

Linha 07/03 – Média do Saldo das Demais Contas do Ativo no Início e no Fim do Período de Apuração

Indicar, nesta linha, a média aritmética dos saldos, existentes no início e no final do período de apuração, das demais contas do ativo que estavam sujeitas à correção monetária até 31/12/1995.

Atenção:

A média aritmética deve ser obtida considerando-se apenas as contas existentes em 31/12/1995, que devem estar registradas destacadamente na contabilidade da pessoa jurídica.

São incluídas nesta linha:

- a) as contas representativas das aplicações em ouro;
- b) as contas representativas de adiantamento a fornecedores de bens, sujeitas à correção monetária até 31/12/1995, inclusive aplicação em consórcio, salvo se o contrato prever a indexação do crédito no mesmo período da correção;
- c) as contas representativas de mútuo entre pessoas jurídicas coligadas, interligadas, controladoras e controladas ou associadas por qualquer forma, bem como dos créditos da empresa com seus sócios ou acionistas;
- d) as contas representativas de adiantamentos para futuro aumento de capital (Decreto nº 332, de 1991, art. 4º).

Linha 07/04 – SOMA

Resultado da soma dos valores das [Linhas 07/01 a 07/03](#).

Linha 07/05 – Baixas do Ativo Permanente

Indicar o valor contábil (custo corrigido monetariamente até 31/12/1995, deduzido da depreciação, amortização ou exaustão acumuladas ou da provisão para perdas prováveis na realização de investimentos) dos bens do ativo permanente, existentes em 31/12/1995, baixados no curso do período de apuração.

Linha 07/06 – Baixas no Saldo Inicial de Imóveis para Venda

As empresas imobiliárias devem indicar, nesta linha, o custo contábil dos imóveis em estoque existentes em 31/12/1995, que tiverem sido baixados durante o mesmo período.

Linha 07/07 – Demais Baixas do Ativo Sujeito à Correção Monetária em 31/12/1995

Indicar o valor contábil, corrigido monetariamente até 31/12/1995, dos demais bens e direitos do ativo sujeitos à correção monetária até o ano-calendário de 1995 e integrantes do patrimônio da pessoa jurídica no final daquele ano-calendário, baixados no curso do período de apuração.

Os valores correspondentes às liquidações dos saldos de mútuos compõem o montante das baixas para efeito de determinação do lucro inflacionário realizado no período de apuração. A partir de 1ª de janeiro de 1996, todos os valores pagos pela mutuária, até o valor do saldo do mútuo existente em 31/12/1995, são considerados pela mutuante como liquidação desse saldo.

As transferências de saldos de adiantamentos para futuro aumento de capital para conta de investimentos, em virtude de sua capitalização, não são computadas para fins de realização do lucro inflacionário, pela investidora.

Linha 07/08 – Quotas de Depreciação, Amortização e Exatão do Período de Apuração

Indicar o total dos encargos a esse título, referente a bens e direitos integrantes do patrimônio da pessoa jurídica em 31/12/1995, apropriados como custo ou despesa operacional no período de apuração.

Linha 07/09 – Lucros e Dividendos de Participações Societárias Permanentes Recebidos no Período de Apuração

Indicar o valor dos lucros e dividendos recebidos no período de apuração, de quaisquer participações societárias permanentes registradas como investimentos, integrantes do patrimônio da pessoa jurídica em 31/12/1995, sejam elas avaliadas pelo custo de aquisição ou pelo método da equivalência patrimonial.

Linha 07/10 – ATIVO REALIZADO

Soma das [Linhas 07/05 a 07/09](#).

Linha 07/11 – RELAÇÃO PERCENTUAL

Percentual obtido por meio da seguinte operação:

(Linha 07/10 x 100) / Linha [07/04](#)

Atenção:

É facultado à pessoa jurídica considerar realizado percentual maior que o apurado segundo os critérios acima referidos, inclusive 100% (cem por cento) do saldo do lucro inflacionário existente em 31/12/95.

REALIZAÇÃO DO LUCRO INFLACIONÁRIO – ATIVIDADES EM GERAL E ATIVIDADE RURAL

Linhas 07/12 e 07/16 – Lucro Inflacionário Existente em 31/12/1995

Indicar nestas linhas os valores correspondentes ao saldo do lucro inflacionário acumulado, existente em 31/12/1995, das atividades em geral e da atividade rural, respectivamente.

Considera-se lucro inflacionário acumulado a soma do saldo do lucro inflacionário acumulado até 31/12/1994 com o lucro inflacionário diferido no ano-calendário de 1995.

Deve ser também incluído, nestas linhas, o lucro inflacionário apurado na fase pré-operacional pelas empresas que gozem de isenção do imposto nas áreas de atuação das extintas Sudam e Sudene.

Linhas 07/13 e 07/17 – Saldo do Lucro Inflacionário Existente no Final do Período de Apuração Anterior

Os valores a serem indicados nestas linhas, correspondem respectivamente ao saldo do lucro inflacionário existente no final do ano-calendário de 1995, informado nas Linhas [07/12](#) e [07/16](#) diminuído das parcelas realizadas nos anos-calendário ou nos trimestres anteriores.

Linhas 07/14 e 07/18 – Lucro Inflacionário Realizado

Os valores a serem indicados nestas linhas correspondem a 10% (dez por cento), no caso de apuração anual, ou 2,5% (dois e meio por cento), no caso de apuração trimestral, no mínimo, do saldo do lucro inflacionário existente em 31/12/1995. Esse valor é determinado mediante a multiplicação do percentual constante da [Linha 07/11](#) pelos valores constantes nas Linhas [07/12](#) e [07/16](#), respectivamente.

Atenção:

1) Inclusão de Valor Maior

É facultado à pessoa jurídica considerar realizado valor maior que o apurado segundo os critérios acima, inclusive o total do lucro inflacionário acumulado, mediante indicação nestas linhas.

2) Lucro Inflacionário Realizado pelas Sociedades Cíveis

Informar o valor do lucro inflacionário realizado das sociedades cíveis, que estavam submetidas ao regime de tributação previsto no Decreto-lei nº 2.397, de 1987. A realização do lucro inflacionário dessas sociedades ocorre à medida que os bens do ativo existentes em 31/12/1995 forem realizados sob qualquer título, não se aplicando a realização mínima prevista para as demais pessoas jurídicas. Não deve ser informado na [Linha 07/14](#) o valor relativo à realização do lucro inflacionário referente à distribuição, capitalização ou utilização para compensação de prejuízos. Nesse caso, o valor realizado deve ser informado na [Linha 07/15](#).

3) Os valores informados nestas linhas são transportados para a [Linha 09A/16](#). O PGD efetua automaticamente o ajuste do valor realizado tendo em vista o valor de realização mínima obrigatória. No caso das sociedades cíveis, em que houver realização de lucro inflacionário inferior ao mínimo obrigatório, este valor transportado pode ser ajustado

na [Linha 09A/16](#).

4) O PGD efetua o ajuste do valor realizado, considerando como tal o valor consignado nas Linhas [07/13](#) e [07/17](#), na hipótese de o saldo do lucro inflacionário existente no período de apuração anterior ser inferior ao valor determinado mediante a aplicação do percentual da [Linha 07/11](#) pelas Linhas [07/12](#) e [07/16](#), respectivamente, atividades em geral e atividade rural. O PGD efetua também o ajuste do valor realizado, quando o apresentado é inferior ao valor mínimo de realização obrigatória.

ATIVIDADES EM GERAL

Linha 07/15 – Lucro Inflacionário Distribuído, Capitalizado ou Utilizado para Compensar Prejuízos de Sociedades Cíveis

Indicar, nesta linha, o valor relativo à realização do lucro inflacionário da pessoa jurídica que tenha sido tributada pelo regime instituído pelo Decreto-lei nº 2.397, de 1987, quando ele for distribuído, capitalizado ou utilizado para compensar prejuízos.

Atenção:

A realização do lucro inflacionário das sociedades acima mencionadas decorrente da realização dos bens do ativo não deve ser informada nesta linha. Esse valor deve ser informado na [Linha 07/14](#).

REALIZAÇÃO INTEGRAL TRIBUTADA À ALÍQUOTA DE 10%

Linha 07/19 – Saldo Lucro Inflacionário Existente no Final do Período de Apuração Anterior

Informar, nesta linha, o saldo do lucro inflacionário que é realizado à alíquota de dez por cento.

Caso a pessoa jurídica esteja sujeita à apuração trimestral do imposto de renda, corresponde ao saldo existente ao final do mês de março de 2002.

Caso a pessoa jurídica esteja sujeita à apuração anual do imposto de renda, corresponde ao saldo existente ao final do período de apuração anterior ao da opção pela realização à alíquota de dez por cento.

Linha 07/20 – Imposto de Renda Devido

Valor resultante da aplicação da alíquota de dez por cento sobre o valor informado na [Linha 07/19](#).

Linha 07/21 – Número de Parcelas

A pessoa jurídica que optou pela realização do saldo do lucro inflacionário à alíquota de dez por cento, em até seis parcelas, na forma do § 1º do art. 12 da Medida Provisória nº 38, de 14 de maio de 2002, deve informar nessa linha o número de parcelas na qual realizou esse saldo.

Linha 07/22 – Data do Pagamento Integral ou da Primeira Parcela

Informar, nesta linha, a data na qual realizou o pagamento integral ou o pagamento da primeira quota do parcelamento do saldo do lucro inflacionário à alíquota de dez por cento.

REALIZAÇÃO INTEGRAL TRIBUTADA À ALÍQUOTA DE 3%

Linha 07/23 – Saldo Lucro Inflacionário Existente no Final do Período de Apuração Anterior

Informar, nesta linha, o saldo do lucro inflacionário objeto de tributação na forma do art. 28 da Lei nº 7.730, de 31 de janeiro de 1989, que será realizado à alíquota de três por cento.

Caso a pessoa jurídica esteja sujeita à apuração trimestral do imposto de renda, corresponde ao saldo existente ao final do mês de março de 2001.

Caso a pessoa jurídica esteja sujeita à apuração anual do imposto de renda, corresponde ao saldo existente ao final do período de apuração anterior ao da opção pela realização à alíquota de três por cento.

Linha 07/24 – Imposto de Renda Devido

Valor resultante da aplicação da alíquota de três por cento sobre o valor informado na [Linha 07/23](#).

Linha 07/25 – Número de Parcelas

A pessoa jurídica que optou pela realização do saldo do lucro inflacionário objeto de tributação na forma do art. 28 da Lei nº 7.730, de 31 de janeiro de 1989, à alíquota de três por cento, em até seis parcelas, na forma do § 1º do art. 62 da Medida Provisória nº 2.113-30, de 26 de abril de 2001, deve informar nessa linha o número de parcelas na qual realizou esse saldo.

Linha 07/26 – Data do Pagamento Integral ou da Primeira Parcela

Informar, nesta linha, a data na qual realizou o pagamento integral ou o pagamento da primeira quota do parcelamento do saldo do lucro inflacionário à alíquota de três por cento.

FICHA 08 - Demonstração do Lucro da Exploração

Devem preencher esta ficha as pessoas jurídicas submetidas à apuração trimestral ou anual do imposto de renda com base no lucro real que gozem de benefícios fiscais calculados com base no lucro da exploração, tais como (PN CST nº 49, de 1979):

a) empresas instaladas nas áreas de atuação das extintas Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene)

e/ou Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), que tenham direito à isenção ou redução do imposto, de acordo com as legislações respectivas;

b) empresas que explorem empreendimentos hoteleiros e outros empreendimentos turísticos com projetos aprovados pelo extinto Conselho Nacional de Turismo até 31 de dezembro de 1985, em gozo de redução de até 70% (setenta por cento) do imposto pelo prazo de 10 (dez) anos a partir da conclusão das obras;

c) empresas que tenham efetuado exportação de produtos de fabricação própria, produzidos e exportados por meio de Programas Befiex aprovados até 31/12/1987, beneficiadas com isenção do imposto;

d) empresas que instalaram, ampliaram ou modernizaram, até 31 de dezembro de 1990, na área do Programa Grande Carajás, empreendimentos dele integrantes, beneficiadas com isenção do imposto por ato do Conselho Interministerial do Programa Grande Carajás;

e) empresas que tenham empreendimentos industriais ou agroindustriais, inclusive de construção civil, em operação nas áreas de atuação das extintas Sudam e Sudene, que optarem por depositar parte do imposto devido para reinvestimento, conforme a legislação aplicável.

Considerações Gerais:

1) no caso de empresas que explorem a atividade rural (Lei nº 8.023, de 1990, art. 2ª, com a redação dada pelo art. 17 da Lei nº 9.250, de 1995), conjuntamente ou não com atividades em geral, aquela atividade não será segregada para fins de cálculo do lucro da exploração, sendo a receita auferida informada na linha correspondente à atividade incentivada a que fizer jus ou, caso não se enquadre nas [Linhas 08/01 a 08/08](#), incluída na [Linha 08/09](#);

2) a proporção que a receita líquida de cada atividade representa em relação à receita líquida total, calculada com base nas receitas líquidas informadas nas [Linhas 08/01 a 08/09](#), aplicada sobre o lucro da exploração do período de apuração (trimestral ou anual) do imposto, determina a parcela do lucro da exploração que corresponde a cada uma das atividades da empresa.

Atenção:

Os valores das [Linhas 08/32 a 08/40](#) serão calculados automaticamente pelo PGD. Caso o sistema de contabilidade da empresa ofereça condições para apurar o lucro da exploração resultante de cada atividade incentivada, as informações prestadas nas [Linhas 08/01 a 08/30](#) terão caráter apenas informativo, podendo a pessoa jurídica alterar os valores das [Linhas 08/32 a 08/40](#) informando os efetivamente apurados (PN CST nº 49, de 1979).

RECEITA LÍQUIDA POR ATIVIDADE

Linha 08/01 – Receita Líquida da Atividade Isenta

Informar, nesta linha, o valor da receita líquida da atividade decorrente de:

a) empreendimento industrial ou agrícola que tenha sido instalado, ampliado, modernizado ou diversificado, até 31 de dezembro de 1997, nas áreas de atuação das extintas Sudam e Sudene (MP nº 1.740-32, de 1999, art. 1ª, inc. II, e art. 13 da [Lei nº 9.808](#), de 20 de julho de 1999);

b) empreendimento industrial ou agrícola, nas áreas de atuação das extintas Sudam e Sudene, cujo projeto tenha sido aprovado ou protocolizado até 14 de novembro de 1997;

Atenção:

1) Considera-se que o empreendimento entrou em fase de operação quando a produção ultrapassar o ponto de nivelamento previsto no projeto, entendendo-se como pré-operacional a fase de produção igual ou inferior a esse limite.

2) Não havendo dados disponíveis para fixação do ponto de nivelamento, pode ser entendido como em fase de operação quando a produção ultrapassar o índice de 20% (vinte por cento) da capacidade instalada prevista (Portaria Sudene nº 1.000, de 5 de agosto de 1997).

3) Maiores informações sobre este assunto podem ser obtidas no [subitem 17.1.7.VII](#).

c) transporte internacional aéreo e marítimo, quando a pessoa jurídica for empresa de navegação aérea e marítima estrangeira;

d) transporte terrestre, auferido no tráfego internacional por empresa estrangeira;

Atenção:

Somente haverá o direito à isenção previsto nos itens **c** e **d** se, no país de nacionalidade da empresa estrangeira, as companhias brasileiras de igual objetivo gozarem da mesma prerrogativa. A isenção é reconhecida pela Secretaria da Receita Federal e alcançará exclusivamente os rendimentos obtidos a partir da existência da reciprocidade de tratamento, não podendo originar, em qualquer caso, direito à restituição de receita (Decreto nº 3.000, de 1999, art. 176 c/c art. 181, § 1ª);

Linha 08/02 – Receita Líquida da Atividade com Redução de 75%

Informar, nesta linha, o valor da receita líquida da atividade decorrente de:

a) empreendimento industrial ou agrícola que tenha sido instalado, ampliado, modernizado ou diversificado, a partir de 1ª de janeiro de 1998, nas áreas de atuação das extintas Sudam e Sudene, nos termos do art. 13 da [Lei nº 9.808](#), de 1999, desde que o projeto tenha sido aprovado ou protocolizado até 23 de agosto de 2000 ([MP nº 2.058](#), de 2000, art. 1ª, e reedições);

- b) empreendimento industrial ou agrícola, nas áreas de atuação das extintas Sudam e Sudene, cujo projeto tenha sido aprovado ou protocolizado após 14 de novembro de 1997 e até 23 de agosto de 2000 ([MP nº 2.058](#), de 2000, art. 1º, § 6º, e reedições);
- c) projetos protocolizados e aprovados após 23 de agosto de 2000, desde que enquadrados em setores da economia considerados, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional, nas áreas de atuação das extintas Sudene e Sudam. ([MP nº 2.058](#), de 2000, art. 1º, e reedições).

Atenção:

- 1) A pessoa jurídica que se utilizar indevidamente do benefício está sujeita ao pagamento do imposto em relação a cada período de apuração, acrescido de juros e multa, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.
- 2) A fruição do benefício fiscal referido no item **c** dar-se-á a partir do ano-calendário subsequente àquele em que o projeto entrar em operação, segundo laudo expedido pelo Ministério da Integração Nacional, até o último dia útil do mês de março do ano-calendário subsequente ao do início da fruição ([MP nº 2.058](#), de 2000, art. 1º, § 1º).
- 3) Na hipótese de expedição de laudo constitutivo após esta data, a fruição do benefício dar-se-á a partir do ano-calendário da expedição do laudo ([MP nº 2.058](#), de 2000, art. 1º, § 2º).
- 4) O benefício mencionado no item **c** é usufruído no período compreendido entre o ano de início de fruição e 31 de dezembro de 2013, não podendo exceder a dez anos ([MP nº 2.058](#), de 2000, art. 1º, § 3º).

Maiores informações no [subitem 17.1.7.VII](#).

Linha 08/03 – Receita Líquida da Atividade com Redução de 70%

Informar o valor da receita líquida decorrente de exploração da atividade hoteleira e outros meios de hospedagem, conforme projetos aprovados pelo Conselho Nacional de Turismo até 31/12/1985 (Decreto nº 3.000, de 1999, art. 570, I, "a").

Linha 08/04 – Receita Líquida da Atividade com Redução de 50%

Informar nesta linha:

- a) o valor da receita líquida da atividade decorrente da exploração de restaurante de turismo e de empreendimentos de apoio à atividade turística, conforme projetos aprovados pelo Conselho Nacional de Turismo até 31/12/1985 (Decreto nº 3.000, de 1999, art. 570, I, "b");
- b) o valor da receita líquida decorrente de exploração da atividade hoteleira e outros meios de hospedagem, de projeto de ampliação do empreendimento, conforme disposto nos arts. 567, 568 e 570, II, "a", do Decreto nº 3.000, de 1999.

Linha 08/05 – Receita Líquida da Atividade com Redução de 37,5%

Informar o valor da receita líquida das atividades referentes a empreendimentos industriais ou agrícolas enquadrados em setores da economia considerados, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional, mantidos em operação nas áreas de atuação das extintas Sudam e Sudene, ou sediados na Zona Franca de Manaus, reconhecidos como de interesse para o desenvolvimento da região (MP nº 2.058, de 2000, art. 2º).

Atenção:

- 1) A fruição do benefício fiscal dá-se a partir da data em que a pessoa jurídica apresentar ao órgão competente do Ministério da Integração Nacional requerimento solicitando a declaração de que satisfaz as condições estabelecidas para gozo do favor fiscal.
- 2) As pessoas jurídicas devem pleitear reconhecimento do direito à redução à Secretaria da Receita Federal, cujo pedido deve ser instruído com a declaração de que trata o item 1 ([MP nº 2.058](#), de 2000, art. 2º e reedições);
- 3) a pessoa jurídica que se utilizar indevidamente do benefício se sujeita ao pagamento do imposto em relação a cada período de apuração, acrescido de juros e multa, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Linha 08/06 – Receita Líquida da Atividade com Redução de 33,33%

Informar o valor da receita líquida decorrente da atividade hoteleira e outros meios de hospedagem, conforme projeto de ampliação aprovado pelo Conselho Nacional de Turismo até 31/12/1985 (Decreto nº 3.000, de 1999, art. 570, II, "b").

Linha 08/07 – Receita Líquida de Exportação Incentivada – Befiex até 31/12/1987

Informar, nesta linha, apenas o valor das receitas líquidas de exportações de produtos manufaturados previstas em programa especial de exportação Befiex aprovado até 31/12/1987 beneficiadas com isenção do imposto. É permitido à pessoa jurídica exportadora adicionar, ao valor FOB das receitas de exportação, o frete e o seguro pagos a empresas transportadoras e seguradoras nacionais.

Atenção:

O total da receita líquida informado nesta linha pode não coincidir com o registrado na [Linha 06A/01](#) na hipótese em que o valor de fretes e seguros não tenha sido indicado na [Linha 06A/01](#).

Linha 08/08 – Receita Líquida da Atividade com Redução por Reinvestimento

Os incentivos de redução do imposto por reinvestimento podem ser utilizados somente em relação aos empreendimentos dos setores da economia considerados, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional.

Atenção:

A pessoa jurídica que se utilizar indevidamente do benefício está sujeita ao pagamento do imposto em relação a cada período de apuração, acrescido de juros e multa, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Deve ser indicado, nesta linha, o valor da receita líquida correspondente a empreendimentos industriais e agroindustriais, inclusive de construção civil, em operação nas áreas de atuação das extintas Sudam e Sudene que pleiteiam redução de até 30% do valor do imposto de renda (Decreto nº 3.000, de 1999, art. 612, I).

Atenção:

Não informar, nesta linha, o valor da receita líquida informado nas [Linhas 08/01 a 08/07](#).

Maiores informações no [subitem 17.1.7.VII](#)

Linha 08/09 – Receita Líquida das Demais Atividades

Indicar, nesta linha, o valor da receita líquida das demais atividades não contempladas nas linhas anteriores.

Linha 08/10 – TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA

Somatório dos valores informados nas [Linhas 08/01 a 08/09](#).

CÁLCULO DO LUCRO DA EXPLORAÇÃO

Observar, quanto ao preenchimento das linhas abaixo, que os transportes dos valores indicados na [Ficha 06A](#) devem ser feitos sempre pela soma das duas colunas (Atividades em Geral e Atividade Rural).

Linha 08/11 – Lucro Líquido Antes do IRPJ

Somatório das duas colunas da [Linha 06A/53](#). Se prejuízo, o valor deve ser indicado com sinal negativo.

Linha 08/12 – Despesas Não Operacionais

Valores informados nas Linhas [06A/44](#) e [06A/45](#).

Linha 08/13 – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

Somatório das duas colunas da [Linha 06A/52](#).

Linha 08/14 – Prejuízos na Alienação de Participações Não Integrantes do Ativo Permanente

Valor informado na [Linha 06A/37](#).

Linha 08/15 – Resultados Negativos em Participações Societárias e em SCP

Soma dos valores informados nas Linhas [06A/38](#) e [06A/39](#).

Linha 08/16 – Variações Cambiais Passivas (MP nº 1.858-10/1999, art. 30);

Esta linha deve ser preenchida somente pelas pessoas jurídicas que optaram por considerar, para fins de determinação da base de cálculo do imposto de renda, da contribuição social sobre o lucro líquido, e da contribuição para o PIS/Pasep e Cofins, o valor correspondente às variações monetárias das obrigações e direitos de crédito, em função da taxa de câmbio, quando da liquidação da correspondente operação ([MP nº 1.858-10](#), de 1999, art. 30 e reedições).

Indicar, nesta linha, o valor correspondente à variação cambial passiva, informado na [Linha 06A/32](#), ainda que tal variação corresponda a operação liquidada no período de apuração.

Também deve ser indicado nesta linha o valor do resultado líquido negativo decorrente do ajuste em reais de obrigações e créditos, efetuado em virtude de variação nas taxas de câmbio ocorrida no ano-calendário 2002, que tenha sido registrado em conta do ativo diferido.

Atenção:

- 1) A opção pelo reconhecimento das variações cambiais, quando da liquidação das correspondentes operações, é definitiva para todo o ano-calendário ([MP nº 1.858-10](#), de 1999, art. 30 e reedições)
- 2) No caso de alteração do critério de reconhecimento das variações monetárias em função da taxa de câmbio, em ano-calendário subsequente, devem ser observadas as normas expedidas pela Secretaria da Receita Federal.

Maiores informações no [item 22](#)

Linha 08/17 – Variações Cambiais Ativas – Operações Liquidadas (MP nº 1.858-10/1999, art. 30)

Esta linha deve ser preenchida exclusivamente pelas pessoas jurídicas que optaram, a partir de 1ª de janeiro de 2000, pelo reconhecimento, na determinação do lucro real e do lucro da exploração, das variações monetárias, em função da taxa de

câmbio, quando da liquidação da correspondente operação ([MP nº 1.858-10](#), de 1999, art. 30 e reedições). Deve ser informado nesta linha o valor das variações cambiais ativas verificadas a partir de 1ª de janeiro de 2000, cujas operações tenham sido liquidadas no período de apuração.

Atenção:

À medida que for liquidada a operação que deu origem ao saldo de variação cambial, devem ser consideradas realizadas as variações ocorridas tanto no próprio período de apuração quanto em períodos de apuração anteriores, que tenham sido excluídas na determinação do lucro real ([Linha 09A/30](#)) e do lucro da exploração ([Linha 08/27](#)).

Maiores informações no [item 22](#)

Linha 08/18 – Perdas em Operações Realizadas no Exterior

Valor constante da [Linha 06A/40](#).

Linha 08/19 – Tributos e Contribuições – Exigibilidade Suspensa

Indicar, nesta linha, o valor correspondente aos tributos e contribuições, cuja exigibilidade esteja suspensa, nos termos dos incisos II a VI do art. 151 da Lei nº 5.172, de 1966 (CTN), ainda que haja depósito judicial.

Linha 08/20 – Ajustes de Receitas de Exportação – Preços de Transferências

Informar, nesta linha, o valor que exceder - em decorrência da aplicação dos métodos de ajuste de preços de transferência sobre a parcela das receitas auferidas nas exportações às pessoas vinculadas, às interpostas pessoas, ou aos países com tributação favorecida - ao valor já apropriado na escrituração da pessoa jurídica (Lei nº 9.430, de 1996, arts. 18 a 24 e 28, com as alterações introduzidas pela Lei nº 9.959, de 2000, art. 2ª).

Atenção:

Os valores de ajustes apurados no decorrer do ano-calendário devem ser adicionados à base de cálculo do lucro da exploração no 4º trimestre.

Linha 08/21 – Ajustes de Obrigações e Créditos – Variação Cambial Amortizada (Lei nº 9.816/1999, art. 2ª, e Lei nº 10.305/2001, art. 2ª)

Esta linha somente deve ser preenchida pela pessoa jurídica que registrou, em conta do ativo diferido, nos anos-calendário de 1999 e 2001, o resultado líquido negativo decorrente do ajuste dos valores em reais de obrigações e créditos, efetuado em virtude de variação nas taxas de câmbio ocorrida no primeiro trimestre-calendário de 1999 e no ano-calendário de 2001. Informar, nesta linha, o valor da despesa amortizada no período de apuração.

Atenção:

O valor registrado em conta do ativo diferido deve ser amortizado, no mínimo, à razão de 25% (vinte e cinco por cento), por ano-calendário (Lei nº 9.816, de 1999, art. 2ª, e Lei nº 10.305/2001, art. 2ª).

Linha 08/22 – Ajustes: Reservas de Reavaliação e Especial e Lucro Inflacionário Realizado na Fase Pré-Operacional
Reserva de Reavaliação:

O lucro da exploração pode ser ajustado mediante adição ao lucro líquido, nesta linha, de valor igual ao baixado na conta de reserva de reavaliação, nos casos em que o valor realizado dos bens objeto da reavaliação tenha sido registrado como custo ou despesa operacional e a baixa da reserva tenha sido efetuada em contrapartida à conta de:

- a) receita não operacional;
- b) patrimônio líquido, não computada no resultado do mesmo período de apuração.

Na hipótese da letra "a", o valor da reserva baixado deve ser informado como receita não operacional, na [Linha 08/23](#).

Reserva Especial de Correção Monetária (Lei nº 8.200, de 1991, art. 2ª):

Deve ser adicionado ao lucro líquido, nesta linha, valor igual ao baixado na conta de reserva especial de correção monetária, em razão da realização dos bens ou direitos mediante alienação, depreciação, amortização, exaustão ou baixa a qualquer título (Decreto nº 332, de 1991, art. 45, §§ 3ª e 4ª).

Lucro Inflacionário Realizado na Fase Pré-Operacional:

A pessoa jurídica com empreendimento industrial ou agrícola instalado nas áreas de atuação das extintas Sudam e Sudene, que houver diferido a tributação de lucro inflacionário correspondente ao referido empreendimento, apurado na fase pré-operacional, deve indicar, nesta linha, a parcela desse lucro inflacionário que houver sido considerada realizada no período de apuração.

Linha 08/23 – Receitas Não Operacionais

Soma dos valores informados nas Linhas [06A/42](#) e [06A/43](#).

Linha 08/24 – Ganhos na Alienação de Participações Não Integrantes do Ativo Permanente

Valor informado na [Linha 06A/25](#).

Linha 08/25 – Resultados Positivos em Participações Societárias e em SCP

Soma dos valores informados nas Linhas [06A/26](#) e [06A/27](#).

Linha 08/26 – Rendimentos e Ganhos de Capital Auferidos no Exterior

Valor informado na [Linha 06A/28](#).

Linha 08/27 – Variações Cambiais Ativas (MP nº 1.858-10/1999, art. 30)

Esta linha deve ser preenchida somente pelas pessoas jurídicas que optaram por considerar, para fins de determinação da base de cálculo do imposto de renda, da contribuição social sobre o lucro líquido, e da contribuição para o PIS/Pasep e Cofins, o valor correspondente às variações monetárias das obrigações e direitos de crédito, em função da taxa de câmbio, quando da liquidação da correspondente operação ([MP nº 1.858-10](#), de 1999, art. 30 e reedições).

Indicar, nesta linha, o valor correspondente à variação cambial ativa, informado na [Linha 06A/20](#), ainda que tal variação corresponda a operação liquidada no período de apuração.

Atenção:

- 1) A opção pelo reconhecimento das variações cambiais quando da liquidação das correspondentes operações é definitiva para todo o ano-calendário ([MP nº 1.858-10](#), de 1999, art. 30 e reedições).
- 2) No caso de alteração do critério de reconhecimento das variações monetárias, em função da taxa de câmbio, em anos-calendário subsequentes, devem ser observadas as normas expedidas pela Secretaria da Receita Federal.

Maiores informações no [item 22](#)

Linha 08/28 – Variações Cambiais Passivas – Operações Liquidadas (MP nº 1.858-10/1999, art. 30)

Esta linha deve ser preenchida exclusivamente pelas pessoas jurídicas que optaram, a partir de 1ª de janeiro de 2000, pelo reconhecimento, na determinação do lucro real e do lucro da exploração, das variações monetárias, em função da taxa de câmbio, quando da liquidação da correspondente operação ([MP nº 1.858-10](#), de 1999, art. 30 e reedições).

Deve ser informado nesta linha o valor das variações cambiais passivas verificadas a partir de 1ª de janeiro de 2000, cujas operações tenham sido liquidadas no período de apuração.

Atenção:

À medida que for liquidada a operação que deu origem ao saldo de variação cambial, devem ser consideradas realizadas as variações ocorridas tanto no próprio período de apuração quanto em períodos de apuração anteriores, que tenham sido adicionadas na determinação do lucro real ([Linha 09A/08](#)) e do lucro da exploração ([Linha 08/16](#)).

Maiores informações no [item 22](#)

Linha 08/29 – Receitas Financeiras Excedentes das Despesas Financeiras

Esta linha deve ser preenchida pela pessoa jurídica, e deverá indicar o valor correspondente à diferença entre o somatório das receitas financeiras e o somatório das despesas financeiras, somente quando essa diferença for positiva, conforme as observações que se seguem:

a) pessoa jurídica que adotou o regime de competência para considerar as variações cambiais dos direitos de crédito e das obrigações na base de cálculo do IRPJ, CSLL, PIS/Pasep e Cofins:

Linha 08/29 = [([Linha 06A/20](#) + [Linha 06A/21](#) + [Linha 06A/22](#) + [Linha 06A/23](#) + [Linha 06A/24](#)) – ([Linha 06A/32](#) + [Linha 06A/33](#) + [Linha 06A/34](#) + [Linha 06A/35](#) + [Linha 06A/36](#))]

b) pessoa jurídica que considerou as variações cambiais dos direitos de crédito e das obrigações na base de cálculo do IRPJ, CSLL, PIS/Pasep e Cofins, quando da liquidação das operações:

Linha 08/29 = [([Linha 06A/21](#) + [Linha 06A/22](#) + [Linha 06A/23](#) + [Linha 06A/24](#) + [Linha 08/17](#)) – ([Linha 06A/33](#) + [Linha 06A/34](#) + [Linha 06A/35](#) + [Linha 06A/36](#) + [Linha 08/28](#))]

Linha 08/30 – Outras Exclusões

Indicar, nesta linha, o valor correspondente às outras exclusões determinadas por lei que não foram contempladas nas linhas anteriores, a exemplo do valor controlado na parte B do Livro de Apuração do Lucro Real (Lalur), corrigido monetariamente até 31/12/1995, relativo a tributos e contribuições, adicionados ao lucro real e ao lucro da exploração em períodos de apuração de 1993 e 1994, pagos no ano-calendário de 2002.

Linha 08/31 – LUCRO DA EXPLORAÇÃO

Resultado aritmético dos valores informados nas [Linhas 08/11 a 08/30](#).

Atenção:

- 1) Se o lucro da exploração for negativo, as demais linhas desta ficha não devem ser preenchidas.

2) Se o lucro da exploração for positivo, o PGD efetua automaticamente o cálculo das Linhas 08/32 a 08/40.

DISTRIBUIÇÃO POR ATIVIDADE

Linha 08/32 – Parcela Correspondente à Atividade Isenta

Indicar nesta linha a parcela do lucro da exploração correspondente à atividade isenta, calculada com base na operação:
(Linha 08/31 x Linha 08/01) / Linha 08/10

Linha 08/33 – Parcela Correspondente à Atividade com Redução de 75%

Indicar nesta linha a parcela do lucro da exploração correspondente à atividade com redução de 75%, calculada com base na operação:
(Linha 08/31 x Linha 08/02) / Linha 08/10

Linha 08/34 – Parcela Correspondente à Atividade com Redução de 70%

Indicar nesta linha a parcela do lucro da exploração correspondente à atividade com redução de 70%, calculada com base na operação:
(Linha 08/31 x Linha 08/03) / Linha 08/10

Linha 08/35 – Parcela Correspondente à Atividade com Redução de 50%

Indicar nesta linha a parcela do lucro da exploração correspondente à atividade com redução de 50%, calculada com base na operação:
(Linha 08/31 x Linha 08/04) / Linha 08/10

Linha 08/36 – Parcela Correspondente à Atividade com Redução de 37,5%

Indicar nesta linha a parcela do lucro da exploração correspondente à atividade com redução de 37,5%, calculada com base na operação:
(Linha 08/31 x Linha 08/05) / Linha 08/10

Linha 08/37 – Parcela Correspondente à Atividade com Redução de 33,33%

Indicar nesta linha a parcela do lucro da exploração correspondente à atividade com redução de 33,33%, calculada com base na operação:
(Linha 08/31 x Linha 08/06) / Linha 08/10

Linha 08/38 – Parcela Correspondente à Exportação Incentivada - Befiex até 31/12/1987

Indicar nesta linha a parcela do lucro da exploração correspondente à exportação incentivada, calculada com base na operação:
(Linha 08/31 x Linha 08/07) / Linha 08/10

Linha 08/39 – Parcela Correspondente à Atividade com Redução por Reinvestimento

Indicar nesta linha a parcela do lucro da exploração correspondente à atividade sem direito aos incentivos acima, mas passível de redução do imposto por reinvestimento, calculada com base na operação:
(Linha 08/31 x Linha 08/08) / Linha 08/10

Linha 08/40 – Parcela Correspondente às Demais Atividades

Indicar nesta linha a parcela do lucro da exploração correspondente às demais atividades, que corresponde ao resultado da operação:

([Linha 08/31](#) x [Linha 08/09](#)) / [Linha 08/10](#)

FICHA 09A - Demonstração do Lucro Real

Esta ficha deve ser preenchida pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real.

As empresas que exploram atividades rurais e outras atividades devem segregar os respectivos resultados apurados e informá-los nas colunas correspondentes.

Maiores informações sobre a segregação do resultado da atividade rural e das demais atividades no [subitem 17.1.8](#).

Linha 09A/01 – Lucro Líquido Antes do IRPJ

Valor da [Linha 06A/53](#).

ADIÇÕES

Linha 09A/02 – Custos – Soma das Parcelas Não Dedutíveis

Valores informados na coluna "Parcelas Não Dedutíveis" das Linhas [04A/42](#) e [04A/53](#).

Linha 09A/03 – Despesas Operacionais – Soma das Parcelas Não Dedutíveis

Valores informados na coluna "Parcelas Não Dedutíveis" das Linhas [05A/31](#) e [05A/50](#).

Linha 09A/04 – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

Valor da CSLL da [Linha 06A/52](#). Esse valor é indedutível para fins de apuração do lucro real (Lei nº 9.316, de 1996, art. 1º).

Atenção:

Para fins de determinação do Lucro Real, as cooperativas devem informar, nesta linha, o valor da CSLL sobre os resultados das operações realizadas com os não-associados, alterando o valor transportado automaticamente pelo PGD. No caso de cooperativa de consumo, o valor da CSLL a ser informado, nesta linha, deve abranger as operações com os associados e não-associados.

Linha 09A/05 – Lucros Disponibilizados no Exterior

Indicar nesta linha, os lucros auferidos no exterior, por intermédio de filiais, sucursais, controladas ou coligadas, que tiverem sido disponibilizados para a pessoa jurídica domiciliada no Brasil no curso do ano-calendário (Lei nº 9.532, de 1997, art. 1º, § 1º; Lei nº 9.959, de 27 de janeiro de 2000, art. 3º; [MP nº 1.991-15](#), de 2000, art. 35 e reedições; [MP nº 2.158-34](#), de 2001, art. 74).

Em caso de apuração trimestral do imposto, tais lucros devem ser informados na coluna relativa ao 4º trimestre.

Maiores informações no [subitem 17.4](#).

Linha 09A/06 – Rendimentos e Ganhos de Capital Auferidos no Exterior

Indicar nesta linha, os rendimentos e ganhos de capital auferidos no exterior, os quais devem ser considerados pelos seus valores antes de descontado o tributo pago no país de origem (IN SRF nº 213, de 07 de outubro de 2002, art. 1º, § 7º). No caso de apuração trimestral, os rendimentos e ganhos de capital auferidos no exterior que tenham sido excluídos no 1º, 2º e 3º trimestres na apuração do lucro real referente a esses trimestres ([Linha 09A/29](#)), devem ser adicionados, nesta linha, na coluna do 4º trimestre (Lei nº 9.249, de 1995, art. 25; Lei nº 9.532, de 1997, art. 1º; IN SRF nº 213, de 2002, art. 9º). Os créditos de imposto de renda de que trata o art. 26 da Lei nº 9.249, de 1995, relativos a rendimentos e ganhos de capital auferidos no exterior, somente são compensados com o imposto de renda devido no Brasil, se os referidos rendimentos e ganhos de capital forem computados na base de cálculo desse imposto até o final do segundo ano-calendário subsequente ao de sua apuração.

Atenção:

Os rendimentos e ganhos de capital no exterior devem ser informados na coluna "Atividade Geral".

Linha 09A/07 – Ajustes Decorrentes de Métodos – Preços de Transferências

Informar, nesta linha, os ajustes decorrentes da aplicação de métodos de preços de transferências, conforme o disposto nos arts. 18 a 24 da Lei nº 9.430, de 1996, demonstrados nas Fichas [32](#) e [34](#).

Vide [item 23](#) deste manual.

Atenção:

O excesso de custo de aquisição de bens, direitos e serviços, importados de empresas vinculadas e que seja considerado indedutível, quando a pessoa jurídica opte por adicionar, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, o valor do excesso apurado em cada período de apuração somente por ocasião da realização por alienação ou baixa a qualquer título do bem, direito ou serviço adquirido, deve ser informado nesta linha. Maiores informações vide [subitem 23.11](#).

Linha 09A/08 – Variações Cambiais Passivas (MP nº 1.858-10/1999, art. 30)

Esta linha deve ser preenchida somente pelas pessoas jurídicas que optaram por considerar, para fins de determinação da base de cálculo do imposto de renda, da contribuição social sobre o lucro líquido, e da contribuição para o PIS/Pasep e Cofins, o valor correspondente às variações monetárias das obrigações e direitos de crédito, em função da taxa de câmbio, quando da liquidação da correspondente operação ([MP nº 1.858-10](#), de 1999, art. 30 e reedições).

Indicar, nesta linha, o valor correspondente à variação cambial passiva, informado na [Linha 06A/32](#), ainda que tal variação corresponda a operação liquidada no período de apuração.

Também deve ser indicado nesta linha o valor do resultado líquido negativo decorrente do ajuste em reais de obrigações e créditos, efetuado em virtude de variação nas taxas de câmbio ocorrida no ano-calendário 2002, que tenha sido registrado em conta do ativo diferido.

Atenção:

- 1) A opção pelo reconhecimento das variações cambiais, quando da liquidação das correspondentes operações, é definitiva para todo o ano-calendário ([MP nº 1.858-10](#), de 1999, art. 30 e reedições).
- 2) No caso de alteração do critério de reconhecimento das variações monetárias em função da taxa de câmbio, em ano-calendário subsequente, deverão ser observadas as normas expedidas pela Secretaria da Receita Federal.

Maiores informações no [item 22](#)

Linha 09A/09 – Variações Cambiais Ativas – Operações Liquidadas (MP nº 1.858-10/1999, art. 30)

Esta linha deve ser preenchida exclusivamente pelas pessoas jurídicas que optaram, a partir de 1º de janeiro de 2000, pelo reconhecimento, na determinação do lucro real e do lucro da exploração, das variações monetárias, em função da taxa de

câmbio, quando da liquidação da correspondente operação ([MP nº 1.858-10](#), de 1999, art. 30 e reedições). Deve ser informado nesta linha o valor das variações cambiais ativas verificadas a partir de 1ª de janeiro de 2000, cujas operações tenham sido liquidadas no período de apuração.

Consultar o [item 22](#) deste manual para maiores informações sobre o tratamento dessas variações cambiais.

Atenção:

À medida que for liquidada a operação que deu origem ao saldo de variação cambial, devem ser consideradas realizadas as variações ocorridas tanto no próprio período de apuração quanto em períodos de apuração anteriores, que tenham sido excluídas na determinação do lucro real ([Linha 09A/30](#)) e do lucro da exploração ([Linha 08/27](#)).

Linha 09A/10 – Ajustes por Diminuição no Valor de Investimentos Avaliados pelo Patrimônio Líquido

Corresponde aos valores informados nas Linhas [06A/38](#) e [06A/39](#).

Linha 09A/11 – Perdas em Operações Realizadas no Exterior

Indicar nesta linha:

- a) as perdas incorridas em operações efetuadas no exterior e reconhecidas nos resultados da pessoa jurídica (IN SRF nº 213, de 2002, art. 1ª, § 8ª);
- b) as perdas de capital apuradas pela pessoa jurídica no exterior.

As perdas de capital decorrentes de aplicações e operações efetuadas no exterior, pela própria empresa brasileira, não podem ser deduzidas, na determinação do lucro real, nem compensadas com lucros produzidos no Brasil. A indedutibilidade da perda de capital aplica-se, inclusive, em relação às alienações de filiais e sucursais e de participações societárias em pessoas jurídicas domiciliadas no exterior (IN SRF nº 213, de 2002, art.12).

Atenção:

As perdas em operações realizadas no exterior devem somente ser informadas na coluna "Atividade Geral".

Linha 09A/12 – Excesso de Juros sobre o Capital Próprio

Indicar, nesta linha, o valor correspondente aos juros pagos ou creditados a titular, sócios ou acionistas, a título de remuneração do capital próprio, que exceder a 50% do maior dos seguintes valores (Lei nº 9.249, de 1995, art. 9ª, § 1ª; ADN Cosit nº 13, de 1996):

- a) do lucro líquido correspondente ao período de apuração do pagamento ou crédito dos juros antes da provisão para o imposto de renda e da dedução dos referidos juros; ou
- b) dos saldos de lucros acumulados e reservas de lucros de períodos anteriores (Lei nº 9.430, de 1996, art. 78).

Atenção:

Para os fins do cálculo da remuneração de juros sobre o capital próprio, não é considerado, salvo se adicionado ao lucro líquido para determinação do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro, o valor:

- a) da reserva de reavaliação de bens e direitos da pessoa jurídica;
- b) da reserva especial relativa à correção monetária especial das contas do ativo, apurada na forma do Decreto nº 332, de 1991, com base no IPC, prevista no art. 460 do Decreto nº 3.000, de 1999;
- c) da reserva de reavaliação de bens imóveis e patentes, capitalizada e não computada para fins do lucro real, nos termos dos arts. 436 e 437 do Decreto nº 3.000, de 1999.

O valor determinado conforme as instruções desta linha será transportado automaticamente pelo PGD para a [Linha 17/12](#).

Linha 09A/13 – Ajustes de Obrigações e Créditos – Variação Cambial Amortizada (Lei nº 9.816, de 1999, art. 2ª, e Lei nº 10.305/2001 art. 2ª)

Esta linha é preenchida pela pessoa jurídica que registrou, em conta do ativo diferido, nos anos-calendário de 1999 e 2001, o resultado líquido negativo decorrente do ajuste dos valores em reais de obrigações e créditos, efetuado em virtude de variação nas taxas de câmbio ocorrida no primeiro trimestre-calendário de 1999 e no ano-calendário de 2001.

Informar, nesta linha, o valor da despesa amortizada no período de apuração.

O valor registrado em conta do ativo diferido, deve ser amortizado, no mínimo, à razão de 25% (vinte e cinco por cento), por ano-calendário (Lei nº 9.816, de 23 de agosto de 1999, art. 2ª, e Lei nº 10.305, de 7 de novembro de 2001, art. 2ª).

Atenção:

As pessoas jurídicas que optaram pelo registro, em conta do ativo diferido, do resultado líquido negativo decorrente do ajuste dos valores em reais de obrigações e créditos, efetuado em virtude de variação nas taxas de câmbio ocorrida no ano-calendário de 2001, de que trata a Lei nº 10.305, de 7 de novembro de 2001, devem considerar, na determinação do lucro líquido correspondente ao período, no mínimo a amortização de 25% (vinte e cinco por cento) daquele resultado líquido negativo.

Linha 09A/14 – Reserva Especial – Realização (Lei nº 8.200/1991, art. 2º)

Indicar, nesta linha, o valor da parcela realizada da reserva especial, de acordo com o art. 2º da Lei nº 8.200, de 1991. O valor da reserva especial, mesmo que incorporado ao capital, será adicionado ao lucro líquido, proporcionalmente à realização dos bens ou direitos mediante alienação, depreciação, amortização, exaustão ou baixa a qualquer título (Decreto nº 332, de 1991, art. 45, §§ 3º e 4º). A capitalização da reserva especial não implica a sua realização para efeitos fiscais.

Linha 09A/15 – Participações Não Dedutíveis

Incluir os valores das participações indicados na [Linha 06A/49](#), bem como o montante daquelas consignadas nas Linhas [06A/47](#), [06A/48](#) e [06A/50](#), que não satisfaçam as condições de dedutibilidade previstas na legislação tributária.

Linha 09A/16 – Lucro Inflacionário Realizado

Valor transportado das Linhas [07/14](#) e [07/15](#) (atividades em geral) e [07/18](#) (atividade rural).

Esse é o valor mínimo que obrigatoriamente deve ser oferecido à tributação.

Atenção:

- 1) A pessoa jurídica, que oferecer à tributação valor superior à realização mínima obrigatória do lucro inflacionário, deve informar esses valores nas Linhas [07/14](#), [07/15](#) e [07/18](#), conforme o caso.
- 2) Não deve ser informada nesta linha a parcela de lucro inflacionário que tenha sido objeto de realização incentivada, na forma prevista na [MP nº 2.113-30](#), de 26 de abril de 2001, art. 62.

Linha 09A/17 – Depreciação Acelerada Incentivada – Reversão

Deve ser informado nesta linha:

- a) o valor correspondente à depreciação normal do bem constante da escrituração comercial a partir do período de apuração em que o total da depreciação acumulada, incluindo a normal (contábil) e acelerada (Lalur), atingir o custo de aquisição do bem, corrigido monetariamente até 31/12/1995, o qual compreenderá, obrigatoriamente, o total do encargo computado no resultado em cada período de apuração (trimestral ou anual) do imposto;
- b) o encargo de depreciação normal constante da escrituração comercial de bem integrante do ativo imobilizado, exceto a terra nua, utilizado na exploração da atividade rural, a partir do período de apuração seguinte ao da aquisição deste (Lei nº 8.023, de 1990, art. 12, § 2º; [MP nº 1.673-28](#), de 1998, art. 5º, e reedições), o qual compreenderá, obrigatoriamente, o total do encargo computado no resultado em cada período de apuração (trimestral ou anual) do imposto;
- c) o saldo da depreciação, corrigido monetariamente até 31/12/1995, existente na parte "B" do Lalur, no caso de alienação dos bens do ativo imobilizado;

Estas instruções aplicam-se aos benefícios de depreciação acelerada do Decreto-lei nº 2.433, de 1988 c/c os arts. 8º e 13 da Lei nº 8.661, de 1993, do art. 2º da Lei nº 8.191, de 1991, do art. 46 da Lei nº 8.383, de 1991 c/c art. 2º da Lei nº 8.643, de 1993, do art. 12, § 2º; da Lei nº 8.023, de 1990, do art. 28 da Lei nº 8.401, de 1992, dos arts. 3º e 4º da Lei nº 8.661, de 1993, do art. 103 da Lei nº 8.981, de 1995, e do art. 5º da [MP nº 1.673-28](#), de 1998, e reedições.

Para maiores informações sobre esses benefícios, consultar os Pareceres Normativos CST nºs 01 e 19, ambos de 1982.

Linha 09A/18 – Perdas Incorridas no Mercado de Renda Variável no Período de Apuração, exceto Day-Trade

Deve ser indicado nesta linha o valor das perdas, excedentes aos ganhos auferidos no mesmo período de apuração, decorrentes de aplicações no mercado de renda variável, exceto *day-trade*.

As perdas incorridas em operações no mercado de renda variável de titularidade de instituição financeira, sociedade de seguro, de previdência privada aberta e de capitalização, sociedade corretora de títulos, valores mobiliários e câmbio, sociedade distribuidora de títulos e valores mobiliários ou sociedade de arrendamento mercantil podem ser compensadas integralmente (Lei nº 8.981, de 1995, art. 77, III; Lei nº 9.249, de 1995, art. 12; Lei nº 8.981, de 1995, art. 77, I; Lei nº 9.065, de 1995, art. 1º).

Atenção:

- 1) As perdas incorridas no mercado de renda variável, exceto *day-trade*, devem ser informadas na coluna "Atividade Geral".
- 2) As perdas incorridas em operações iniciadas e encerradas no mesmo dia (*day-trade*) deverão ser informadas na [Linha 09A/19](#).

Linha 09A/19 – Perdas em Operações Day-Trade no Período de Apuração

As perdas incorridas em operações iniciadas e encerradas no mesmo dia (*day-trade*) devem ser adicionadas pelo seu valor total.

Atenção:

No caso da pessoa jurídica possuir atividade geral e rural as perdas em operações *day-trade* devem somente ser informadas na coluna "Atividade Geral".

Linha 09A/20 – Realização de Reserva de Reavaliação

Indicar, nesta linha, o valor da reserva de reavaliação baixada durante o período de apuração, cuja contrapartida não tenha sido computada no resultado do período de apuração (trimestral ou anual).

A reserva de reavaliação constituída por empresa investidora em virtude de reavaliação de bens na coligada ou controlada, baixada no curso do período de apuração (trimestral ou anual), não é computada nesta linha, quando o valor dessa reserva já tiver sido objeto da incidência do IRPJ na coligada ou controlada.

Atenção:

A contrapartida da reavaliação de quaisquer bens da pessoa jurídica somente pode ser computada em conta de resultado ou na determinação do Lucro Real, quando ocorrer a efetiva realização do bem reavaliado (Lei nº 9.959, de 27 de janeiro de 2000, art. 4º).

Linha 09A/21 – Tributos e Contribuições com Exigibilidade Suspensa

Indicar, nesta linha, o valor correspondente aos tributos e às contribuições cuja exigibilidade esteja suspensa, nos termos dos incisos II a VI do art. 151 da Lei nº 5.172, de 1966, com a redação determinada pela Lei Complementar nº 104, de 10 de janeiro de 2001, haja ou não depósito judicial, caso aqueles tenham sido computados na demonstração do lucro líquido.

Linha 09A/22 – Outras Adições

Indicar, nesta linha, os demais valores a serem adicionados ao lucro líquido, na determinação do lucro real, que não se classifiquem em qualquer das linhas anteriores, tais como:

- a) o valor do ágio que somado ao prejuízo fiscal de períodos anteriores exceder a 30% (trinta por cento) do lucro líquido ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação aplicável, quando se tratar de instituições participantes do Programa de Estímulo à Reestruturação do Sistema Financeiro, de que trata a Lei nº 9.710, de 19 de novembro de 1998, cujo processo de incorporação tenha ocorrido até 31 de dezembro de 1996;
- b) as perdas de capital por variação na percentagem de participação no capital social de coligada ou controlada, quando o investimento for avaliado pela equivalência patrimonial (Decreto nº 3.000, de 1999, art. 428);
- c) os juros, decorrentes de empréstimos, pagos ou creditados a empresa controlada ou coligada, independentemente do local de seu domicílio, incidentes sobre valor equivalente aos lucros não disponibilizados por empresas controladas, domiciliadas no exterior (Medida Provisória nº 1.991-15, de 10 de março de 2000, art. 35, e reedições);
- d) o valor dos prejuízos havidos na alienação de participações não integrantes do ativo permanente, com deságio superior a 10% (dez por cento) dos respectivos valores de aquisição, caso a venda não tenha sido realizada em bolsa de valores, ou onde esta não existir, não tenha sido efetuada por meio de leilão público, com divulgação do respectivo edital, na forma da lei, durante 3 (três) dias no período de um mês (Decreto nº 3.000, de 1999, art. 393).

Linha 09A/23 – SOMA DAS ADIÇÕES

Somatório dos valores informados nas [Linhas 09A/02 a 09A/22](#).

EXCLUSÕES**Linha 09A/24 – Lucro da Exploração Correspondente à Exportação Incentivada - Befiex até 31/12/1987**

Informar, respectivamente nas colunas "Atividades em Geral" e "Atividade Rural", a parcela do lucro da exploração correspondente à exportação incentivada, calculada com base na operação:

([Linha 08/31](#) x [Linha 08/07](#)) / [Linha 08/10](#).

O PGD transporta automaticamente para esta linha, se positivo, o valor informado na [Linha 08/38](#), quando a pessoa jurídica possuir somente atividade geral.

Linha 09A/25 – Reversão dos Saldos das Provisões Não Dedutíveis

Informar, nesta linha, o montante dos saldos das provisões não dedutíveis, bem como o montante dos créditos deduzidos que tenham sido recuperados, em qualquer época ou a qualquer título, inclusive nos casos de novação da dívida ou do arresto dos bens recebidos em garantia real.

Os bens recebidos a título de quitação do débito serão escriturados pelo valor do crédito ou avaliados pelo valor definido na decisão judicial que tenha determinado sua incorporação ao patrimônio do credor (Lei nº 9.430, de 1996, art. 12).

Linha 09A/26 – Resultados Não Tributáveis de Sociedades Cooperativas

As sociedades cooperativas que obedecerem ao disposto na legislação específica indicarão, nesta linha, os resultados positivos das operações realizadas com seus associados.

Não deve preencher esta linha a cooperativa de consumo que tenha por objeto a compra e fornecimento de bens aos consumidores (Lei nº 9.532, de 1997, art. 69; PN CST nº 38, de 1980).

Atenção:

O termo consumidores abrange os não-associados e os associados das sociedades cooperativas de consumo (ADN nº 04, de 25 de fevereiro de 1999).

Linha 09A/27 – Lucros e Dividendos Derivados de Investimentos Avaliados pelo Custo de Aquisição

Informar, nesta linha, o valor dos lucros derivados de investimentos avaliados pelo custo de aquisição no País, inclusive da SCP, que em observância à legislação pertinente pode ser excluído do lucro líquido para fins de determinação do lucro real.

Linha 09A/28 – Ajustes por Aumento no Valor de Investimentos Avaliados pelo Patrimônio Líquido

Informar, nesta linha, o valor relativo aos resultados positivos auferidos em participações societárias relativos aos investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial e os resultados auferidos pelas sociedades em conta de participação (SCP), que, em observância à legislação pertinente, podem ser excluídos do lucro líquido para fins de determinação do lucro real.

Atenção:

Considera-se controlada a filial, a agência, a sucursal, a dependência ou o escritório de representação no exterior, sempre que os respectivos ativos e passivos não estejam incluídos na contabilidade da investidora, por força de normatização específica.

Linha 09A/29 – Rendimentos e Ganhos de Capital Auferidos no Exterior

As pessoas jurídicas submetidas à apuração trimestral do imposto poderão informar nesta linha o valor relativo aos rendimentos e ganhos de capital auferidos no exterior do 1º ao 3º trimestres do ano-calendário.

Atenção:

- 1) O valor excluído nos três primeiros trimestres do ano-calendário deverá ser adicionado ao lucro líquido para fins de determinação do lucro real no 4º trimestre, na [Linha 09A/06](#).
- 2) Os rendimentos e ganhos de capital no exterior deverão ser informados na coluna "Atividade Geral".

Linha 09A/30 – Variações Cambiais Ativas (MP nº 1.858-10/1999, art. 30)

Esta linha deve ser preenchida somente pelas pessoas jurídicas que optaram por considerar, para fins de determinação da base de cálculo do imposto de renda, da contribuição social sobre o lucro líquido, e da contribuição para o PIS/Pasep e Cofins, o valor correspondente às variações monetárias das obrigações e direitos de crédito, em função da taxa de câmbio, quando da liquidação da correspondente operação ([MP nº 1.858-10](#), de 1999, art. 30 e reedições).

Indicar, nesta linha, o valor correspondente à variação cambial ativa, informado na [Linha 06A/20](#), ainda que tal variação corresponda a operação liquidada no período de apuração.

Atenção:

- 1) A opção pelo reconhecimento das variações cambiais quando da liquidação das correspondentes operações será definitiva para todo o ano-calendário ([MP nº 1.858-10](#), de 1999, art. 30 e reedições).
- 2) No caso de alteração do critério de reconhecimento das variações monetárias, em função da taxa de câmbio, em anos-calendário subsequentes, deverão ser observadas as normas expedidas pela Secretaria da Receita Federal.

Maiores informações no [item 22](#)

Linha 09A/31 – Variações Cambiais Passivas – Operações Liquidadas (MP nº 1.858-10/1999, art. 30)

Esta linha deve ser preenchida exclusivamente pelas pessoas jurídicas que optaram, a partir de 1º de janeiro de 2000, pelo reconhecimento, na determinação do lucro real e do lucro da exploração, das variações monetárias, em função da taxa de câmbio, quando da liquidação da correspondente operação ([MP nº 1.858-10](#), de 1999, art. 30 e reedições).

Deve ser informado nesta linha o valor das variações cambiais passivas verificadas a partir de 1º de janeiro de 2000, cujas operações tenham sido liquidadas no período de apuração.

Consultar o [item 22](#) deste manual para maiores informações sobre o tratamento dessas variações cambiais.

Atenção:

À medida que for liquidada a operação que deu origem ao saldo de variação cambial, devem ser consideradas realizadas as variações ocorridas tanto no próprio período de apuração quanto em períodos de apuração anteriores, que tenham sido adicionadas na determinação do lucro real ([Linha 09A/08](#)) e do lucro da exploração ([Linha 08/16](#)).

Linha 09A/32 – Depreciação/Amortização Acelerada Incentivada

Esta linha é utilizada para as exclusões relativas aos benefícios de depreciação e amortização acelerada incentivada.

As empresas que exerçam, simultaneamente, atividades comerciais e industriais poderão utilizar o benefício em relação aos bens destinados exclusivamente à atividade industrial.

Para fins de determinação do valor a ser excluído a título de depreciação acelerada incentivada, relativo a cada bem objeto do benefício, devem ser observadas as disposições dos artigos 313 a 323 do Decreto nº 3.000, de 1999. Para maiores informações sobre esses benefícios, consultar os Pareceres Normativos CST nºs 01/1982 e 19/1982.

Atenção:

Esta linha será utilizada pelas empresas titulares de PDTI e PDTA para a exclusão relativa ao benefício da amortização acelerada incentivada de que tratam os artigos 495 e 504, III, do Decreto nº 3000, de 1999.

Linha 09A/33 – Exaustão Incentivada

Esta linha será utilizada pelas empresas de mineração, para exclusão da quota de exaustão mineral incentivada de que tratam os artigos 331 a 333 do Decreto nº 3.000, de 1999 e os Pareceres Normativos CST nºs. 153/1972 e 44/1977.

Linha 09A/34 – Perdas Incorridas no Mercado de Renda Variável - Períodos de Apuração Anteriores

Incluir nesta linha as perdas incorridas no mercado de renda variável em períodos de apuração anteriores, não compensadas com ganhos líquidos nas mesmas operações naqueles períodos. O valor a ser indicado nesta linha limita-se ao valor dos ganhos líquidos auferidos nas operações de mesma natureza no próprio período de apuração, devidamente computado no lucro líquido.

Atenção:

- 1) O disposto no parágrafo anterior não se aplica às operações *day-trade*.
- 2) As perdas incorridas no mercado de renda variável, exceto em operações *day-trade*, deverão ser informadas na coluna "Atividade Geral".

Linha 09A/35 – Outras Exclusões

Indicar, nesta linha, o valor total das exclusões contidas no Livro de Apuração do Lucro Real, que não se classifiquem em qualquer das linhas anteriores, tais como:

- a) o valor dos ganhos ocorridos por variação percentual em participação societária avaliada pelo método de equivalência patrimonial;
- b) o valor dos investimentos em atividades audiovisuais, inclusive os relativos aos Fundos de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional (Funcines) (Decreto nº 3.000, de 1999, art. 372; parágrafo único; e IN SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002, art. 28, §§ 2º e 3º, e art. 39, § 7º);

Atenção:

Os investimentos nos projetos de produção de obras cinematográficas e videofonográficas brasileiras de longa, média e curta metragens de produção independente, de co-produção de obras cinematográficas e videofonográficas brasileiras de produção independente, de telefilmes, minisséries, documentais, ficcionais, animações e de programas de televisão de caráter educativo e cultural, brasileiros de produção independente, de que trata o inciso III do art. 27 da IN SRF nº 267, de 2002, não podem ser excluídos do lucro líquido para fins de determinação do lucro real.

- c) os juros reais produzidos por Notas do Tesouro Nacional - NTN, emitidas para troca compulsória no âmbito do Programa Nacional de Desestatização- PND ([MP nº 1.697-56](#), de 1998, art. 4º, e reedições);
- d) o valor controlado na parte B do Lalur, corrigido monetariamente até 31/12/1995, relativo a tributos e contribuições, adicionados ao lucro real dos anos-calendário de 1993 e 1994, e que foram pagos no ano-calendário de 2002;
- e) a parcela baixada da Provisão para o Imposto de Renda, registrada no Passivo Exigível a Longo Prazo, correspondente ao total do lucro inflacionário realizado, subtraída do valor do imposto efetivamente pago, relativo à opção prevista no art. 31 da Lei nº 8.541, de 1992. Esse valor deve ser informado na [Linha 06A/30](#);
- f) o valor dos créditos utilizados correspondentes às dívidas novadas do Fundo de Compensação de Variações Salariais, como contrapartida da aquisição de bens e direitos no âmbito do Plano de Nacional de Desestatização – PND ([Lei nº 10.150](#), de 21 de dezembro de 2000, art. 9º);
- g) As emissoras de rádio e televisão obrigadas à divulgação da propaganda eleitoral e partidária gratuita e as empresas concessionárias de serviços públicos de telecomunicações obrigadas ao tráfego gratuito de sinais de televisão e rádio podem informar nesta linha o valor relativo a tais gastos apurado de acordo com regulamentação do Poder Executivo (Ver "Atenção" dos subitens [17.1.5.5](#) e [17.1.6.3](#)).

Atenção:

As exclusões do lucro líquido, em anos-calendário subseqüentes àquele em que deveria ter sido procedido o ajuste, não poderão produzir efeito diverso daquele que seria obtido, se realizado na data prevista. As exclusões que deixarem de ser procedidas em ano-calendário em que a pessoa jurídica tenha apurado prejuízo fiscal terão o mesmo tratamento deste.

Linha 09A/36 – SOMA DAS EXCLUSÕES

Somatório dos valores informados nas [Linhas 09A/24 a 09A/35](#).

Esse valor deve coincidir com a soma das exclusões contidas na demonstração do lucro real do período de apuração transcrita na parte A do Livro de Apuração do Lucro Real.

Linha 09A/37 – LUCRO REAL ANTES DA COMPENSAÇÃO DE PREJUÍZOS DO PRÓPRIO PERÍODO DE APURAÇÃO

Resultado da seguinte operação: [Linha 09A/01](#) mais [Linha 09A/23](#) menos [Linha 09A/36](#).

Esse valor corresponde ao lucro real ou prejuízo fiscal compensável do período de apuração. Apurado prejuízo fiscal, este valor é repetido na [Linha 09A/40](#). Nesse caso não devem ser preenchidas, as [Linhas 09A/41 a 09A/44](#).

Atenção:

- 1) A pessoa jurídica com prejuízo fiscal no período de apuração não deve acumular valores correspondentes a prejuízos fiscais de períodos de apuração anteriores.
- 2) As compensações de prejuízos fiscais do próprio período e de períodos anteriores não poderão ser superiores ao valor do lucro real antes das compensações de prejuízos.

Linha 09A/38 – Atividade em Geral

Valor do prejuízo fiscal apurado na atividade geral, no período de apuração, a ser compensado com o lucro líquido da atividade rural, ajustado pelas adições e exclusões.

Essa compensação não está sujeita ao limite de 30% (trinta por cento) do lucro líquido ajustado.

Maiores informações sobre este tópico poderão ser obtidas no [subitem 17.1.10](#) deste manual.

Linha 09A/39 – Atividade Rural

Informar, nesta linha, o valor do prejuízo fiscal apurado na atividade rural, no período de apuração, a ser compensado com o lucro líquido da atividade geral, ajustado pelas adições e exclusões.

Essa compensação não está sujeita ao limite de 30% (trinta por cento) do lucro líquido ajustado.

Maiores informações sobre este tópico poderão ser obtidas no [subitem 17.1.10](#) deste manual.

Linha 09A/40 – LUCRO REAL APÓS A COMPENSAÇÃO DOS PREJUÍZOS DO PRÓPRIO PERÍODO DE APURAÇÃO

"Atividades em Geral": diferença entre os valores informados nas Linhas [09A/37](#) e [09A/39](#);

"Atividade Rural": diferença entre os valores informados nas Linhas [09A/37](#) e [09A/38](#).

COMPENSAÇÃO DE PREJUÍZOS FISCAIS DE PERÍODOS DE APURAÇÃO ANTERIORES**Linha 09A/41 – Atividades em Geral - Períodos de Apuração de 1991 a 2002**

A pessoa jurídica, para efetuar a compensação dos prejuízos fiscais relativos aos períodos de apuração de 1991 a 2002, deve observar o limite de 30% (trinta por cento) do valor informado na [Linha 09A/37](#), ainda que a compensação seja efetuada com o lucro líquido ajustado da atividade rural (Linha 09A/37, coluna "Atividade Rural").

O total das compensações informadas nas Linhas 09A/41 a 09A/44 não pode ser superior ao lucro real após a compensação dos prejuízos do próprio período (Linha 09A/40). Maiores informações sobre este tópico podem ser obtidas no [subitem 17.1.10](#) deste manual.

Atenção:

A pessoa jurídica que optar pela apuração do lucro real anual, deverá indicar, nesta linha, o valor do prejuízo fiscal a ser compensado, relativo aos anos-calendário de 1991 a 2001.

Linha 09A/42 – Atividade Rural – Períodos de Apuração de 1986 a 1990

Os prejuízos fiscais da atividade rural correspondentes aos anos-calendário de 1986 a 1990 somente poderão ser compensados com o lucro real da atividade rural.

O total das compensações informadas nas Linhas 09A/41 a 09A/44 não pode ser superior ao lucro real após a compensação dos prejuízos do próprio período ([Linha 09A/40](#)) na coluna "Atividade Rural".

Linha 09A/43 – Atividade Rural – Períodos de Apuração de 1991 a 2002

A compensação destes prejuízos fiscais originados na atividade rural deverá obedecer aos seguintes limites:

- a) 30% (trinta por cento) do valor informado na [Linha 09A/37](#) desta Ficha na coluna "Atividades em Geral";
- b) 100% (cem por cento) do valor informado na [Linha 09A/37](#) desta Ficha na coluna "Atividade Rural".

O total das compensações informadas nas [Linhas 09A/41 a 09A/44](#) não poderá ser superior ao lucro real após a compensação dos prejuízos do próprio período ([Linha 09A/40](#)).

Maiores informações sobre este tópico poderão ser obtidas no [subitem 17.1.10](#) deste manual.

Atenção:

A pessoa jurídica que optar pela apuração do lucro real anual, deverá indicar, nesta linha, o valor do prejuízo fiscal a ser compensado, relativo aos anos-calendário de 1991 a 2001.

Linha 09A/44 – Indústrias Titulares de Programas de Exportação - Befiex até 03/06/1993

As empresas industriais titulares de Programas Especiais de Exportação aprovados até 03/06/1993, pela Comissão para Concessão de Benefícios Fiscais a Programas Especiais de Exportação (Befiex), poderão compensar o prejuízo fiscal verificado em um período de apuração com o lucro determinado nos seis anos-calendário subseqüentes, independentemente da distribuição de lucros ou dividendos a seus sócios ou acionistas (Lei nº 8.981, de 1995, art. 95 e Lei nº 9.065, de 1995, art. 1º).

A compensação de que trata esta linha está limitada ao:

- a) valor da [Linha 09A/37](#), em cada coluna, e
- b) valor da [Linha 09A/40](#), diminuído dos valores informados nas Linhas [09A/41](#), [09A/42](#) e [09A/43](#) em cada coluna.

Linha 09A/45 – LUCRO REAL

Resultado do valor da [Linha 09A/40](#) diminuído dos valores informados nas [Linhas 09A/41 a 09A/44](#), em cada coluna. O valor indicado nesta linha constitui, quando positivo, a base de cálculo do imposto. Se negativo (prejuízo), seu valor será controlado na parte B do Livro de Apuração do Lucro Real, para fins de compensação nos períodos de apuração subseqüentes.

Linha 09A/46 – LUCRO INFLACIONÁRIO REALIZADO TRIBUTADO À ALÍQUOTA DE 6%

Indicar, nesta linha, o valor do lucro inflacionário realizado no período de apuração, tributado à alíquota de 6%, nos termos do art. 28 da Lei nº 7.730, de 1989.

Linha 09A/47 – LUCRO REAL POSTERGADO DE PERÍODOS DE APURAÇÃO ANTERIORES

Indicar, nesta linha, o valor do lucro postergado de períodos de apuração anteriores em decorrência de inexatidão quanto ao período de escrituração de receitas, rendimentos, custos ou deduções (Decreto nº 3.000, de 1999, art. 273). Incluir na mesma coluna a soma dos lucros postergados das atividades em geral e da atividade rural.

Maiores informações poderão ser obtidas no [subitem 17.6](#)

FICHA 10 - Cálculo da Isenção e Redução do Imposto

Esta ficha deve ser preenchida pelas pessoas jurídicas sujeitas à apuração do imposto de renda trimestral ou anual, que gozem dos benefícios fiscais de redução ou isenção desse imposto.

Atenção:

Deve ser informado nesta ficha, o valor do imposto passível de redução por reinvestimento, caso a pessoa jurídica seja beneficiada com essa redução, em conformidade com as instruções contidas na [Linha 10/32](#).

Linhas 10/01, 10/06, 10/11, 10/16, 10/21 e 10/26 – Lucro da Exploração

Valores das [Linhas 08/32 a 08/37](#).

Linhas 10/02, 10/07, 10/12, 10/17, 10/22 e 10/27 – Imposto

Valores resultantes da multiplicação da alíquota do imposto pelo lucro da exploração correspondente, informado respectivamente nas Linhas [10/01](#), [10/06](#), [10/11](#), [10/16](#), [10/21](#) e [10/26](#).

Linhas 10/03, 10/08, 10/13, 10/18, 10/23 e 10/28 – Adicional

Estas linhas somente devem ser preenchidas se a pessoa jurídica apurar lucro real sujeito à incidência do adicional de que trata a [Linha 12A/03](#).

O rateio toma como base a proporção entre o lucro da exploração de cada atividade e o lucro real da empresa aplicado sobre o montante do adicional. Se o lucro real for menor que o lucro da exploração, o rateio do adicional deve ser efetuado com base na proporção da receita líquida de cada atividade em relação à receita líquida total, indicada nas [Linhas 08/01 a 08/09](#).

Atenção:

Não devem ser computadas, para fins de cálculo do benefício previsto nesta linha, as receitas brutas decorrentes de Programa Biefex aprovado até 31/12/1987. Assim, deve ser excluído do total das receitas líquidas ([Linha 08/10](#)), o valor da receita de exportação incentivada - Biefex até 31/12/1987 ([Linha 08/07](#)), para fins do cálculo da proporção das receitas líquidas em relação à receita total. Pela mesma razão, quando da comparação do lucro real com o lucro da exploração, para fins de determinação do método de cálculo a ser empregado (exemplos "a" e "b" abaixo), a pessoa jurídica deve excluir o valor da [Linha 08/38](#) – Lucro da Exploração correspondente à Exportação Incentivada Biefex – do total do lucro da exploração ([Linha 08/31](#)).

Exemplo:

A pessoa jurídica, na apuração anual do imposto, obteve os seguintes resultados em 31 de dezembro de 2002:

a) Lucro Real menor que o Lucro da Exploração:

Linha 08/01 -	Receita Líquida da Atividade Isenta	R\$ 1.800.000,00
Linha 08/04 -	Receita Líquida da Atividade com redução de 50%	R\$ 900.000,00
Linha 08/07 -	Receita de Exportação Incentivada - Biefex até 31/12/1987	R\$ 1.000.000,00
Linha 08/09 -	Receita Líquida das Demais Atividades	R\$ 2.300.000,00
Linha 08/10 -	Total da Receita Líquida	R\$ 6.000.000,00
Linha 12A/03 -	Adicional no período de apuração Atividade Isenta	R\$ 201.600,00
Adicional da Linha 10/03 = $R\$1.800.000,00 \times R\$201.600,00 = R\$72.576,00$		

R\$6.000.000,00 - R\$1.000.000,00

Atividade com Redução de 50%

Adicional da [Linha 10/18](#) = $R\$900.000,00 \times R\$201.600,00 = R\$36.288,00$

R\$6.000.000,00 - R\$1.000.000,00

b) Lucro Real igual ou maior que o Lucro da Exploração:

Neste caso, o rateio do adicional é efetuado com base na proporção do lucro da exploração de cada uma das atividades relacionadas nas [Linhas 08/32 a 08/40](#) e o total do lucro real anual, conforme exemplo abaixo:

Linha 08/32 -	Lucro da Exploração Atividade Isenta	R\$	100.000,00
Linha 08/37 -	Lucro da Exploração Atividade com Redução de 33,33%	R\$	200.000,00
Linha 08/38 -	Lucro da Exploração - Befiex até 31/12/1987	R\$	2.000.000,00
Linha 09A/45 -	Lucro Real do período de apuração	R\$	2.256.000,00
Linha 12A/03 -	Adicional do Período de apuração	R\$	201.600,00

Atividade Isenta:

Adicional da [Linha 10/03](#) = $R\$100.000,00 \times R\$201.600,00 = R\$8.936,17$

R\$2.256.000,00

Atividade com Redução de 33,33%:

Adicional da [Linha 10/28](#) = $R\$200.000,00 \times R\$201.600,00 = R\$17.872,34$

R\$2.256.000,00

Linhas 10/04, 10/09, 10/14, 10/19, 10/24 e 10/29 – SUBTOTAL

Somatório dos valores informados a título de imposto de renda e adicional correspondentes ao lucro da exploração (Linhas: [10/02](#) + [10/03](#); [10/07](#) + [10/08](#); [10/12](#) + [10/13](#); [10/17](#) + [10/18](#); [10/22](#) + [10/23](#) e [10/27](#) + [10/28](#), respectivamente).

Linhas 10/05 – ISENÇÃO, 10/10, 10/15, 10/20, 10/25 e 10/30 – REDUÇÃO

Valores resultantes da multiplicação dos valores indicados, respectivamente, nas Linhas 10/09, 10/14, 10/19, 10/24 e 10/29 pelos percentuais de redução e o valor da Linha 10/04 no caso de isenção.

Linha 10/31 – TOTAL DA ISENÇÃO E REDUÇÃO

Somatório dos valores informados nas Linhas 10/05, 10/10, 10/15, 10/20, 10/25 e 10/30.

Esse valor será transportado para a [Linha 12A/10](#), até o limite do valor resultante da soma aritmética dos valores informados nas [Linhas 12A/01 a 12A/09](#).

Linha 10/32 – REDUÇÃO POR REINVESTIMENTO

As empresas que tenham empreendimentos industriais e agroindustriais, inclusive os de construção civil (Lei nº 8.167, de 1991, art. 19, e Lei nº 8.191, de 1991, art. 4º), em operação nas áreas de atuação das extintas Sudam e Sudene, podem depositar no Banco da Amazônia S/A ou no Banco do Nordeste do Brasil S/A, para reinvestimento, 30% (trinta por cento) do valor do imposto devido, exceto adicional, pelos referidos empreendimentos, calculado sobre o lucro da exploração, acrescido de 50% (cinquenta por cento) de recursos próprios, ficando, porém, a liberação desses recursos condicionada à aprovação, pelas Agências do Desenvolvimento Regional, dos respectivos projetos técnico-econômicos de modernização ou complementação de equipamento.

Os incentivos de redução do imposto por reinvestimento podem ser utilizados somente em relação aos empreendimentos dos setores da economia considerados, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional.

Atenção:

A pessoa jurídica que se utilizar indevidamente do benefício se sujeitará ao pagamento do imposto em relação a cada período de apuração, acrescido de juros e multa, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

O valor decorrente da redução por reinvestimento deve ser indicado nesta linha.

Esse incentivo não pode ser usufruído cumulativamente com outros idênticos, salvo quando expressamente autorizado em Lei.

Atenção:

A pessoa jurídica não pode optar pela aplicação, em incentivos regionais ([Ficha 29](#)), do valor do imposto de renda que serviu de base para o cálculo do incentivo fiscal previsto nessa linha.

Exemplo de Cálculo da Redução por Reinvestimento

A pessoa jurídica desenvolve atividades beneficiadas com isenção e redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto. As atividades também estão amparadas com o incentivo de redução por reinvestimento. Assim temos:

Lucro da Exploração de Cada Atividade Incentivada:

Linha 08/32 (ativ. isenta)	R\$ 100.000,00
Linha 08/33 (ativ. c/ redução 75%)	R\$ 160.000,00
Linha 08/39 (ativ. com redução por reinvestimento)	R\$ 70.000,00

Imposto Devido em Cada Atividade Incentivada (alíquota de 15%):

Imposto	Sobre Lucro da Exploração	Passível de Redução	Devido sobre Ativid. Incentivadas
Ativ. isenta:	R\$15.000,00	R\$15.000,00	-
Ativ. c/red. 75%:	R\$24.000,00	R\$18.000,00	R\$ 6.000,00
Ativ. com red. reinv.:	R\$10.500,00	-	<u>R\$10.500,00</u>
Total do Imposto Devido pelas Atividades Incentivadas:			R\$16.500,00

Valor passível de redução por reinvestimento: R\$16.500,00 x 30% = R\$4.950,00

No caso do exemplo acima, a pessoa jurídica pode fazer jus ao valor de R\$4.950,00 a título de redução por reinvestimento, observadas as instruções contidas na [Linha 12A/11](#).

FICHA 11 - Cálculo do Imposto de Renda Mensal por Estimativa

Esta ficha é habilitada somente para a pessoa jurídica que apurou lucro real anual.

FORMA DE DETERMINAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DO IMPOSTO DE RENDA

Informar, em relação a cada mês do ano-calendário, a forma de determinação da base de cálculo do imposto de renda devido:

- Com Base na Receita Bruta e Acréscimos;
- Com Base em Balanço ou Balancete de Suspensão ou Redução.

Atenção:

Nos recolhimentos mensais do imposto apurado com base em balanço ou balancete de suspensão ou redução, a pessoa jurídica deve limitar a dedução dos valores informados nas [Linhas 11/07 a 11/10](#) ao valor que seria indicado na [Linha 11/11](#) caso não houvesse sido feita essa dedução. O valor não aproveitado em um mês pode ser utilizado em meses subsequentes ou deduzido na apuração anual do imposto (ajuste anual).

Linha 11/01 – Base de Cálculo do Imposto de Renda

A pessoa jurídica que tenha optado pela apuração do imposto de renda pela base de cálculo estimada deve informar nesta linha a base de cálculo do imposto de renda mensal. Para maiores informações, ver instruções do [subitem 17.1.5.1](#).

A pessoa jurídica, que tenha optado pela faculdade de suspender ou reduzir o imposto, por meio do levantamento de balanço ou balancete, (ver instruções do [subitem 17.1.6.3](#)) deve informar nesta linha o lucro ou prejuízo fiscal apurado com base nesse balanço ou balancete. Se prejuízo, o valor é indicado com sinal negativo.

IMPOSTO DE RENDA APURADO

Linha 11/02 – À Alíquota de 15%

Valor resultante da aplicação da alíquota de 15% (quinze por cento) sobre a base de cálculo positiva informada na [Linha 11/01](#).

Linha 11/03 – Adicional

Adicional do imposto calculado à alíquota de 10% (dez por cento) sobre a parcela da base de cálculo que exceder o limite mensal de R\$20.000,00 (vinte mil reais).

Atenção:

No caso de levantamento de balanço ou balancete de suspensão ou redução o adicional é devido, em relação à parcela do lucro real que exceder a R\$20.000,00 (vinte mil reais) multiplicado pelo número de meses abrangidos pelo respectivo balanço ou balancete.

Linha 11/04 – Diferença de IR devida pela Mudança de Coeficiente sobre a Receita Bruta

A pessoa jurídica exclusivamente prestadora de serviços, que utilizou o percentual de 16% (dezesseis por cento) para determinação da base de cálculo do imposto mensal e cuja receita bruta excedeu o limite anual de R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais), deve informar nesta linha, no mês em que foi excedido o limite, o valor da diferença de imposto de renda determinado com a utilização do percentual de 32% (trinta e dois por cento) sobre a receita bruta de cada mês transcorrido. O valor a ser indicado na Linha 11/04 é o postergado a ser recolhido, até o último dia útil do mês subsequente ao do excesso, sem a incidência de encargos moratórios.

Atenção:

As pessoas jurídicas prestadoras de serviços de profissão legalmente regulamentada estão sempre sujeitas à aplicação do percentual de 32% para determinação da base de cálculo do imposto.

DEDUÇÕES

Linha 11/05 – Deduções de Incentivos Fiscais

As pessoas jurídicas que optaram pela apuração anual do imposto de renda podem deduzir do imposto devido mensalmente os valores correspondentes a Programa de Alimentação do Trabalhador, Doações aos Fundos da Criança e do Adolescente, Atividades Culturais ou Artísticas e Atividade Audiovisual, observados os limites e prazos previstos na legislação, na hipótese de determinação do imposto devido mensalmente com base em estimativa sobre a receita bruta. Na hipótese de determinação do imposto devido mensalmente com base em balanço ou balancete de suspensão ou redução, além dos valores citados acima, podem ser deduzidos os relativos aos Programas de Desenvolvimento Tecnológico Industrial/Agropecuário, dos Regionais de Redução e/ou Isenção do Imposto, e dos de Redução por Reinvestimento, correspondentes a todo o período abrangido pelo balanço ou balancete, mesmo que tais valores já tenham sido informados nesta linha nos meses anteriores.

Para maiores informações, consultar as instruções contidas no [subitem 17.1.6.4](#) deste manual.

Linha 11/06 – Imposto de Renda Devido em Meses Anteriores

Esta linha deve ser utilizada somente nos meses em que a pessoa jurídica levantou balanço ou balancete de suspensão ou redução (ver [subitem 17.1.6.3](#)).

Informar o somatório do imposto de renda devido nos meses anteriores do ano-calendário abrangidos pelo período em curso compreendido na demonstração.

O imposto devido em cada mês corresponde ao somatório, se positivo, dos valores informados nas Linhas [11/02](#) + [11/03](#) + [11/04](#) – [Linha 11/05](#) – Linha 11/06.

Linha 11/07 – Imposto de Renda Retido na Fonte

Indicar o valor correspondente ao imposto de renda retido na fonte sobre as receitas que integraram a base de cálculo do imposto devido.

No caso de levantamento de balancete de suspensão ou redução, informar nesta linha, ainda, o imposto de renda retido na fonte sobre:

- rendimentos de aplicações financeiras de renda fixa ou de renda variável;
- os juros sobre o capital próprio recebidos no período;
- os rendimentos auferidos em operações *day trade*.

Atenção:

Os valores de imposto de renda retido na fonte já compensados na apuração do imposto a pagar dos meses anteriores não podem ser compensados novamente nesta linha em qualquer mês subsequente.

Linha 11/08 – Imposto Pago no Exterior sobre Lucros, Rendimentos e Ganhos de Capital

No caso de levantamento de balanço ou balancete de suspensão ou redução referente ao mês de dezembro, pode ser informado, nesta linha, o valor do imposto pago no exterior, relativo a lucros disponibilizados, rendimentos e ganhos de capital auferidos no exterior durante todo o ano-calendário, os quais devem estar incluídos no lucro real apurado com base nesse balanço ou balancete (Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, art. 1º; Lei nº 9.959, de 27 de janeiro de 2000, art. 3º; [MP nº 1.991-15](#), de 10 de março de 2000, art. 35 e reedições; [MP nº 2.158-34](#), de 2001, art. 74), desde que o imposto tenha sido pago até 31 de janeiro do ano-calendário subsequente àquele em que os rendimentos tenham sido auferidos.

Atenção:

A pessoa jurídica que apurou o imposto de renda com base no lucro real anual pode deduzir o imposto pago, no exterior, após 31 de janeiro até 31 de março, no ajuste anual. Nesse caso o valor deve ser informado na [Linha 12A/12](#).

Maiores informações no [subitem 17.1.6.3](#).

Linha 11/09 – Imposto de Renda Retido na Fonte por Órgão Público

Indicar o valor correspondente ao imposto de renda retido por órgão público sobre as receitas que integraram a base de cálculo do imposto devido.

Linha 11/10 – Imposto de Renda Pago sobre Ganhos no Mercado de Renda Variável

Esta linha deve ser utilizada somente nos meses em que houver levantamento de balanço ou balancete de suspensão ou redução (ver [subitem 17.1.6.3](#)).

Informar, nesta linha, o valor do imposto pago sobre ganhos líquidos auferidos em aplicações financeiras realizadas no mercado de renda variável, que tenham integrado a base de cálculo do imposto.

Linha 11/11 – IMPOSTO DE RENDA A PAGAR

Resultado aritmético dos valores informados nas [Linhas 11/02 a 11/10](#).

Linha 11/12 – PARCELAMENTO FORMALIZADO

Informar, nesta linha, o montante do valor original do débito do IRPJ determinado por estimativa, objeto de pedido de

parcelamento protocolizado e formalizado na Secretaria da Receita Federal.

Exemplo:

Valor originário do imposto = R\$10.000,00;

Parte do valor original do débito constante do processo de parcelamento = R\$4.000,00;

Valor total constante do processo de parcelamento (principal + multa + juros) = R\$7.000,00;

Neste caso, o valor a ser informado como parcelamento formalizado é R\$ 4.000,00.

Linha 11/13 – IMPOSTO DE RENDA A PAGAR DE SCP

Preencher esta linha, observando a forma de apuração adotada pelas SCP:

a) Apuração anual - recolhimentos mensais sobre a base de cálculo estimada:

Informar, nesta linha, o valor correspondente à soma do imposto de renda a pagar por SCP, das quais seja sócia ostensiva, inclusive adicional, deduzidos dos valores correspondentes ao imposto de renda retido na fonte e do retido na fonte por órgão público.

b) Apuração anual - recolhimento com base em balanço ou balancete de suspensão ou redução:

Informar, nesta linha, o valor correspondente à soma do IRPJ a pagar por SCP, conforme definido no item "a" acima, diminuído, ainda, dos valores correspondentes ao IRPJ devido em meses anteriores (observando-se as instruções da [Linha 11/06](#)) e do imposto de renda pago sobre ganhos no mercado de renda variável.

Atenção:

1) As deduções devem ser efetuadas até o limite do valor do IRPJ apurado.

2) Se o IRPJ da SCP for apurado com base no lucro real trimestral, ou com base no lucro presumido ou no lucro arbitrado, e o sócio ostensivo apurar o IRPJ com base no lucro real anual, os valores positivos do IRPJ a pagar, correspondentes aos 1^a, 2^a, 3^a e 4^a trimestres da SCP, devem ser informados, nesta ficha, nos meses de março, junho, setembro e dezembro, respectivamente.

3) Não devem ser informados, nesta linha, os valores correspondentes aos saldos negativos de IRPJ apurados trimestralmente.

Linha 11/14 – PARCELAMENTO FORMALIZADO DE SCP

Informar, nesta linha, o montante do valor original do débito do IRPJ, informado na [Linha 11/13](#), objeto de pedido de parcelamento protocolizado e formalizado na Secretaria da Receita Federal.

Vide exemplo nas instruções da [Linha 11/12](#).

Atenção:

Se o IRPJ da SCP for apurado trimestralmente, e o sócio ostensivo apurar o imposto de renda sobre a base de cálculo estimada ou com base em balanço ou balancete de suspensão e/ou redução, o valor do imposto de renda a pagar, correspondente aos 1^a, 2^a, 3^a e 4^a trimestres, deve ser informado nos meses de março, junho, setembro e dezembro, respectivamente.

FICHA 12A - Cálculo do Imposto de Renda sobre o Lucro Real

Esta ficha deve ser preenchida pelas pessoas jurídicas submetidas ao lucro real.

IMPOSTO SOBRE O LUCRO REAL

Linha 12A/01 – À Alíquota de 15%

Valor resultante da aplicação da alíquota de 15% (quinze por cento) sobre a soma dos valores positivos indicados na [Linha 09A/45](#) - Lucro Real (Atividades em Geral e Atividade Rural).

Linha 12A/02 – À Alíquota de 6%

Valor resultante da aplicação da alíquota de 6% (seis por cento) sobre o valor indicado na [Linha 09A/46](#).

Linha 12A/03 – Adicional

Valor do adicional do imposto de renda, determinado mediante a aplicação da alíquota de 10% (dez por cento) sobre a parcela do lucro real, que exceder a R\$20.000,00 (vinte mil reais) multiplicado pelo número de meses do período de apuração.

DEDUÇÕES

Linha 12A/04 – Operações de Caráter Cultural e Artístico

Indicar, nesta linha, o valor correspondente à dedução do imposto de renda a este título.

Informações detalhadas sobre este tópico podem ser obtidas nos subitens [17.1.7.I](#) e [17.1.7.VI](#).

Linha 12A/05 – Programa de Alimentação do Trabalhador

Indicar, nesta linha, o valor correspondente à dedução do imposto de renda a este título.

Informações detalhadas sobre este tópico podem ser obtidas nos subitens [17.1.7.II](#) e [17.1.7.VI](#).

Linha 12A/06 – Desenvolvimento Tecnológico Industrial/ Agropecuário

Indicar, nesta linha, o valor correspondente à dedução do imposto de renda a este título.

Informações detalhadas sobre este tópico podem ser obtidas nos subitens [17.1.7.V](#) e [17.1.7.VI](#).

Linha 12A/07 – Atividade Audiovisual

Indicar, nesta linha, o valor correspondente à dedução do imposto de renda a este título.

Informações detalhadas sobre este tópico podem ser obtidas nos subitens [17.1.7.III](#) e [17.1.7.VI](#).

Linha 12A/08 – Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente

Indicar, nesta linha, o valor correspondente à dedução do imposto de renda a este título.

Informações detalhadas sobre este tópico podem ser obtidas nos subitens [17.1.7.IV](#) e [17.1.7.VI](#).

Linha 12A/09 – Isenção de Empresas Estrangeiras de Transportes

Informar, nesta linha, o imposto sobre o lucro auferido no transporte:

- 1) internacional aéreo e marítimo, quando a pessoa jurídica for empresa de navegação aérea e marítima estrangeira;
- 2) terrestre, no tráfego internacional por empresa estrangeira;

Atenção:

Para a isenção deve ser verificado que, no país de nacionalidade da empresa estrangeira, as companhias brasileiras de igual objetivo gozem da mesma prerrogativa. A isenção deve ser reconhecida pela Secretaria da Receita Federal e alcança exclusivamente os rendimentos obtidos a partir da existência da reciprocidade de tratamento, não podendo originar, em qualquer caso, direito à restituição de receita (Decreto nº 3.000, de 1999, art. 176 c/c art. 181, § 1º);

Linha 12A/10 – Isenção e Redução do Imposto

Esta linha só pode ser utilizada pelas empresas legalmente amparadas por isenção ou redução do imposto, a título de incentivo fiscal. O valor a ser indicado nesta linha corresponde ao valor informado na [Linha 10/31](#), observando-se que este valor não pode ser superior à soma algébrica das Linhas [([12A/01](#) + [12A/02](#) + [12A/03](#)) – ([12A/04](#) + [12A/05](#) + [12A/06](#) + [12A/07](#) + [12A/08](#) + [12A/09](#))].

Atenção:

Sobre o imposto de renda devido no Brasil, correspondente a lucros, rendimentos ou ganhos de capital, auferidos no exterior, não é permitida a dedução ou aplicação de qualquer valor a título de incentivo fiscal, devendo essa parcela ser excluída dos valores das Linhas [12A/01](#) e [12A/03](#) no cálculo do limite acima discriminado.

Informações detalhadas sobre este tópico podem ser obtidas no [subitem 17.1.7.VII.1](#).

Linha 12A/11 – Redução por Reinvestimento

O valor a ser indicado nesta linha corresponde ao valor informado na [Linha 10/32](#), observando-se que este valor não pode ser superior à soma algébrica das Linhas [[12A/01](#) – ([12A/04](#) + [12A/05](#) + [12A/06](#) + [12A/07](#) + [12A/08](#) + [12A/09](#) + [12A/10](#))].

Atenção:

- 1) Sobre o imposto de renda devido no Brasil, correspondente a lucros, rendimentos ou ganhos de capital, auferidos no exterior, não é permitida a dedução ou aplicação de qualquer valor a título de incentivo fiscal, devendo essa parcela ser excluída dos valores da [Linha 12A/01](#) no cálculo do limite acima discriminado.
- 2) A pessoa jurídica não pode optar pela aplicação, em incentivos regionais ([Ficha 29](#)), do valor do imposto de renda que serviu de base para o cálculo do incentivo fiscal previsto nesta linha.

Linha 12A/12 – Imposto Pago no Exterior sobre Lucros, Rendimentos e Ganhos de Capital

Indicar, nesta linha:

- a) o imposto de renda pago sobre os lucros disponibilizados no país de domicílio da filial, sucursal, controlada ou coligada da pessoa jurídica, bem como o pago relativamente a serviços prestados diretamente, rendimentos e ganhos de capital auferidos no exterior (Lei nº 9.532, de 1997, art. 1º; Lei nº 9.959, de 2000, art. 3º; [MP nº 1.991-15](#), de 2000, art. 35, e reedições; [MP nº 2.158-34](#), de 2001, art. 74);
- b) o imposto de renda retido na fonte sobre rendimentos pagos ou creditados a filial, sucursal, controlada ou coligada da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, não compensado em virtude de a beneficiária ser domiciliada em país enquadrado nas disposições do art. 24 da Lei nº 9.430, de 1996, compensado com o imposto devido sobre o lucro real da matriz, controlada ou coligada no Brasil, quando os resultados da filial, sucursal, controlada ou coligada, que contenham os referidos rendimentos, forem computados na determinação do lucro real da pessoa jurídica no Brasil ([MP nº 1.807](#), de 1999, art. 9º, e reedições).

Atenção:

- 1) Não informar o valor do imposto já compensado no recolhimento mensal referente a dezembro, no caso de levantamento de balanço ou balancete de suspensão ou redução relativo àquele mês ([Linha 11/08](#)), pois este já está sendo deduzido com o correto preenchimento da [Linha 12A/16](#).
- 2) No caso citado no item "1", a pessoa jurídica que apurou o imposto de renda com base no lucro real anual pode deduzir o imposto pago no exterior, após 31 de janeiro, até 31 de março de 2003. A pessoa jurídica que apurou o imposto de renda sobre a base de cálculo estimada no mês de dezembro pode deduzir o imposto pago, no exterior, após 31 de janeiro até 31 de março, no ajuste anual.
- 3) A pessoa jurídica que apurou o imposto de renda com base no lucro real trimestral, pode deduzir o imposto pago no exterior até a data do vencimento do imposto de renda no Brasil. Assim, na apuração do 4º trimestre, pode ser deduzido o imposto pago no exterior até 31 de janeiro do ano subsequente.

Maiores informações no [subitem 17.4](#).

Linha 12A/13 – Imposto de Renda Retido na Fonte

Indicar o valor correspondente ao imposto de renda retido na fonte sobre as receitas que integraram a base de cálculo do imposto devido.

Informar, também, o valor do imposto pago ou retido na fonte no período, a título de antecipação, correspondente a rendimentos ou receitas que integram o lucro real, inclusive o retido sobre rendimentos auferidos em operações *day trade*.

Atenção:

- 1) No caso de apuração anual do imposto, não devem ser incluídos os valores do imposto retido ou pago durante o ano-calendário e que tenham sido deduzidos nos recolhimentos mensais do imposto.
- 2) Os valores excedentes de imposto de renda retido na fonte não utilizados na apuração do imposto de renda mensal, no transcorrer do ano-calendário, devem ser informados nesta linha, independentemente de limite.
- 3) Não há limite de dedução do imposto de renda na fonte para as pessoas jurídicas que apuram o imposto de renda trimestral.

Imposto Compensável:

Nesta linha pode ser indicado o valor do imposto pago ou retido na fonte sobre:

- a) as receitas da prestação de serviços caracterizadamente de natureza profissional;
- b) as comissões, corretagens ou qualquer outra remuneração pela representação comercial ou pela mediação na realização de negócios civis e comerciais;
- c) os serviços de propaganda e publicidade;
- d) as receitas de prestação de serviços de administração de convênios;
- e) rendimentos de aplicações financeiras de renda fixa ou de ganhos líquidos mensais de renda variável, inclusive o retido sobre rendimentos auferidos em operações *day trade*;
- f) os juros remuneratórios de capital de que trata o art. 9º da Lei nº 9.249, de 1995;
- g) as importâncias pagas a título de juros e de indenizações por lucros cessantes, decorrentes de sentença judicial.
- h) multa ou qualquer outra vantagem paga ou creditada por pessoa jurídica, ainda que a título de indenização, em virtude de rescisão de contrato (Lei nº 9.430, de 1996, art. 70).

Atenção:

- 1) O imposto retido das cooperativas de trabalho, associações ou assemelhadas deve ser compensado com o imposto retido por ocasião do pagamento dos rendimentos aos associados (Lei nº 8.541, de 1992, art. 45, § 1º, Lei nº 8.981, de 1995, art. 64).
- 2) O imposto retido na fonte somente pode ser compensado se a pessoa jurídica possuir comprovante de retenção emitido em seu nome pela fonte pagadora.

Linha 12A/14 – Imposto de Renda Retido na Fonte por Órgão Público

Indicar o valor correspondente ao imposto de renda retido por órgão público sobre as receitas que integraram a base de cálculo do imposto devido.

Atenção:

- 1) Os valores excedentes de imposto de renda retido na fonte por órgão público não utilizados na apuração do imposto de renda mensal, no transcorrer do ano-calendário, devem ser informados nesta linha, independentemente de limite.
- 2) Não há limite de dedução do imposto de renda na fonte para as pessoas jurídicas que apuram o imposto de renda trimestralmente.

Linha 12A/15 – Imposto Pago Incidente sobre Ganhos no Mercado de Renda Variável

Indicar o valor do imposto pago no ano-calendário de 2002 incidente sobre os ganhos líquidos auferidos no mercado de renda variável.

Linha 12A/16 – Imposto de Renda Mensal Pago por Estimativa

Esta linha deve ser preenchida somente pelas pessoas jurídicas que apuraram o lucro real anual.

Somente podem ser deduzidos na apuração do ajuste anual os valores de estimativa efetivamente pagos relativos ao ano-calendário.

Considera-se efetivamente pago por estimativa o crédito tributário extinto por meio de: dedução do imposto de renda retido ou pago sobre as receitas que integram a base de cálculo, compensação de pagamento a maior e/ou indevido, compensação do saldo negativo de IRPJ de períodos anteriores, compensação solicitada por meio de processo administrativo, compensação autorizada por medida judicial e valores pagos por meio de Darf.

Atenção:

A partir de 8 de outubro de 2002, a compensação de débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a quaisquer tributos ou contribuições com crédito relativo a tributo ou contribuição, administrados pela SRF, é efetuada mediante o encaminhamento à SRF da "Declaração de Compensação".

Consideram-se, ainda, como efetivamente pagos por estimativa, os valores recolhidos mensalmente aos fundos Finor, Finam e Funres, até o limite permitido no ajuste anual, exclusivamente pelas pessoas jurídicas ou grupos de empresas coligadas de que trata o art. 9º da Lei nº 8.167, de 1991, que, isolada ou conjuntamente, detenham, pelo menos, cinquenta e um por cento do capital votante de sociedade titular de projeto aprovado como beneficiário das aplicações no Finor, Finam e Funres, relativo a setores da economia considerados, pelo Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional, nas áreas de atuação das extintas Sudene e Sudam, desde que o projeto tenha sido aprovado ou protocolizado no órgão competente até 2 de maio de 2001 e esteja em situação de regularidade (Lei nº 9.532, de 1997, art. 4º, § 8º, MP nº 2.199-14, de 2001, arts. 3º e 17).

Atenção:

A aplicação fica assegurada somente até o final do prazo previsto para a implantação do projeto.

O valor do imposto efetivamente pago por estimativa corresponde ao somatório dos valores mensais relativos à seguinte operação:

IEFP = Imposto Mensal Efetivamente Pago por Estimativa

IEFP = (Linhas [11/07](#) + [11/08](#) + [11/09](#) + [11/10](#) + Pagamentos de IRPJ mensal + Pagamentos Finor/Finam/Funres até o limite permitido no ajuste anual + Compensação de Pagamento Indevido ou a Maior + Compensação do Saldo Negativo de Períodos Anteriores de IRPJ + Outras Compensações solicitadas mediante processo administrativo, ou autorizadas por medida judicial.

Linha 12A/17 – Parcelamento Formalizado de IR sobre a Base de Cálculo Estimada

Informar, nesta linha, o valor original correspondente a parcelamento de IRPJ apurado no transcorrer do ano-calendário sobre a base de cálculo estimada ou em balanço ou balancete de suspensão ou redução.

Atenção:

O pedido de restituição ou a utilização para compensação, mediante processo administrativo ou não, do saldo de parcelamento de imposto de renda apurado sobre a base de cálculo estimada, ou apurado em balanço ou balancete de suspensão ou redução, ficam condicionados ao pagamento do referido parcelamento.

Exemplo:

Valor originário do imposto = R\$10.000,00;

Parte do valor original do débito constante do processo de parcelamento = R\$4.000,00;

Valor total constante do processo de parcelamento (principal + multa + juros) = R\$7.000,00;

Neste caso o valor a ser informado como parcelamento formalizado é R\$ 4.000,00.

Linha 12A/18 – IMPOSTO DE RENDA A PAGAR

Resultado aritmético dos valores constantes nas [Linhas 12A/01 a 12A/17](#).

Linha 12A/19 – IMPOSTO DE RENDA A PAGAR DE SCP

Indicar, nesta linha, o valor correspondente à soma do imposto de renda a pagar por SCP, inclusive adicional, das quais a declarante seja sócia ostensiva, ainda que a SCP não seja tributada com base no lucro real no período de apuração. O valor a pagar é o valor do IRPJ apurado pela SCP diminuído, se for o caso, dos valores de imposto de renda retido na fonte por órgãos públicos, dos valores mensais de imposto de renda pago sobre a base de cálculo estimada, do valor sobre parcelamento formalizado de IRPJ sobre a base de cálculo estimada, e do saldo negativo de IRPJ apurado em períodos anteriores pela SCP. Essas deduções devem ser feitas até o limite do imposto de renda apurado pela SCP.

Atenção:

- 1) O saldo negativo, se houver, de imposto de renda da SCP deve ser controlado na escrituração comercial e não deve ser informado na DIPJ.
- 2) Se o lucro da SCP for apurado anualmente, e o sócio ostensivo apurar o imposto de renda trimestralmente,

informar, no 1º trimestre, o valor de imposto de renda a pagar correspondente ao somatório do imposto apurado nos meses de janeiro, fevereiro e março. Idêntico procedimento deve ser adotado com relação aos demais trimestres.

Linha 12A/20 – IMPOSTO DE RENDA SOBRE A DIFERENÇA ENTRE O CUSTO ORÇADO E O CUSTO EFETIVO

A pessoa jurídica, que efetuar a venda de unidades imobiliárias antes do término da obra, cuja insuficiência de custo realizado for superior a 15% (quinze por cento) do total do orçamento, deve informar nesta linha o valor correspondente à insuficiência do imposto não recolhido, no período de apuração em que o empreendimento for concluído.

Os juros de mora sobre o valor do imposto postergado devem ser calculados à parte e recolhidos em Darf distinto, nos mesmos prazos de pagamento do imposto.

Para cálculo da importância a ser indicada nesta linha, observar o disposto nas instruções para cálculo do imposto postergado da Linha 12A/21.

Linha 12A/21 – IMPOSTO DE RENDA POSTERGADO DE PERÍODOS DE APURAÇÃO ANTERIORES

Esta linha é utilizada para indicar o valor do imposto postergado de períodos de apuração anteriores em decorrência de inexistência quanto ao período de escrituração de receitas, rendimentos, custos ou deduções (Decreto nº 3.000, de 1999, art. 273).

O valor desta linha não deve estar contido no imposto líquido a pagar, devendo ser recolhido em separado do imposto devido (PN CST nºs 57, de 1979, e 02, de 1996) e não compõe a base de cálculo para aplicação nos investimentos regionais da [Ficha 29](#) – "Aplicações em Incentivos Fiscais".

Os juros e multa de mora devem ser calculados à parte e recolhidos em Darf próprio, juntamente com o valor do imposto postergado, na mesma data de recolhimento da primeira ou única quota do imposto, ou seja, até o último dia útil do mês subsequente ao do trimestre ou até o último dia útil do mês de março do ano-calendário de 2003, conforme seja o período de apuração trimestral ou anual, respectivamente.

Maiores informações no [subitem 17.5](#).

FICHA 13 - Demonstração das Receitas Incentivadas - Lucro Presumido

Esta ficha dever ser preenchida somente pelas pessoas jurídicas optantes pelo Lucro Presumido que estejam no Refis, de que trata a Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, que, autorizadas pela legislação tributária, queiram usufruir dos benefícios fiscais relativos à isenção ou redução do imposto de renda, tais como:

a) empresas instaladas nas áreas de atuação da extinta Sudene e/ou da extinta Sudam, que tenham direito à isenção ou redução do imposto, de acordo com as legislações específicas;

Atenção:

1) para os projetos protocolizados e aprovados após 23 de agosto de 2000, a [MP nº 2.058](#), de 2000, prevê redução de 75% do imposto sobre a renda exclusivamente para aqueles enquadrados em setores da economia considerados, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional, nas áreas de atuação das extintas Sudene e Sudam. ([MP nº 2.058](#), de 2000, art. 1º e reedições).

2) o benefício de redução 37,5% do imposto de que trata o art. 2º da [MP nº 2.058](#), de 2000, somente pode ser utilizado, no ano-calendário de 2002, pelas pessoas jurídicas que mantenham empreendimentos dos setores da economia considerados, pelo Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional e para os que têm sede na área de jurisdição da Zona Franca de Manaus, reconhecidos como de interesse para o desenvolvimento da região, sendo que a fruição do benefício fiscal dá-se a partir da data em que a pessoa jurídica apresentar ao órgão competente do Ministério da Integração Nacional requerimento solicitando a declaração de que satisfaz as condições estabelecidas para gozo do favor fiscal, devendo as pessoas jurídicas pleitearem reconhecimento do direito ao benefício à redução à Secretaria da Receita Federal, cujo pedido deve ser instruído com a declaração expedida pelo Ministério da Integração Nacional ([MP nº 2.058](#), de 2000, art. 2º e reedições, atual MP nº 2.119-14, de 2001);

3) a pessoa jurídica que se utilizar indevidamente do benefício se sujeita ao pagamento do imposto em relação a cada período de apuração acrescido de juros e multa, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

b) empresas que explorem empreendimentos hoteleiros e outros empreendimentos turísticos com projetos aprovados pelo extinto Conselho Nacional de Turismo até 31 de dezembro de 1985, em gozo de redução de até 70% (setenta por cento) do imposto pelo prazo de 10 (dez) anos a partir da conclusão das obras;

c) empresas que tenham efetuado exportação de produtos de fabricação própria, produzidos e exportados por meio de Programas Befiex aprovados até 31/12/1987, beneficiadas com isenção de imposto;

d) empresas que instalaram, ampliaram ou modernizaram, até 31 de dezembro de 1990, na área do Programa Grande Carajás, empreendimentos dele integrantes, beneficiadas com isenção do imposto por ato do Conselho Interministerial do Programa Grande Carajás;

e) empresas que tenham empreendimentos industriais ou agroindustriais, inclusive de construção civil, em operação nas áreas de atuação das extintas Sudam e Sudene, que optarem por depositar parte do imposto devido para reinvestimento, conforme legislação aplicável.

Atenção:

1) para o ano-calendário de 2002 o incentivo de redução do imposto por reinvestimento pode ser utilizado somente em relação aos empreendimentos dos setores da economia que venham a ser considerados, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional.

2) a pessoa jurídica que se utilizar indevidamente do benefício se sujeita ao pagamento do imposto em relação a cada período de apuração acrescido de juros e multa, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Considerações Gerais de Preenchimento:

a) devem ser indicados os valores referentes às receitas brutas de bens e serviços. O conceito de receita bruta pode ser encontrado no [subitem 17.2.6.3](#);

b) as pessoas jurídicas sujeitas aos ajustes decorrentes da aplicação dos métodos de preços de transferências, conforme disposto nos arts. 19 a 24 e 28 da Lei nº 9.430, de 1996, devem determinar o valor do ajuste correspondente à cada atividade incentivada.

c) maiores informações sobre incentivos fiscais de isenção e redução do imposto de renda podem ser obtidas no [subitem 17.1.7.VII](#).

Linhas 13/01, 13/09, 13/17, 13/25, 13/33, 13/41, 13/49, 13/57 e 13/65 – Receita Bruta Sujeita ao Percentual de 1,6%

Informar, nas respectivas linhas, as receitas brutas das atividades constantes do [subitem 17.2.6.1."a"](#) beneficiadas com isenção ou redução do imposto de renda.

Linhas 13/02, 13/10, 13/18, 13/26, 13/34, 13/42, 13/50, 13/58 e 13/66 – Receita Bruta Sujeita ao Percentual de 8%

Informar, nas respectivas linhas, as receitas brutas das atividades constantes do [subitem 17.2.6.1."b"](#) beneficiadas com isenção ou redução do imposto de renda.

Atenção:

As empresas estrangeiras de transporte, beneficiadas com isenção do imposto de renda, devem informar as receitas de transporte internacional de cargas na Linha 13/02.

Linhas 13/03, 13/11, 13/19, 13/27, 13/35, 13/43, 13/51, 13/59 e 13/67 – Receita Bruta Sujeita ao Percentual de 16%

Informar, nas respectivas linhas, as receitas brutas das atividades constantes do [subitem 17.2.6.1."c"](#) beneficiadas com isenção ou redução do imposto de renda.

Atenção:

As empresas estrangeiras de transporte, beneficiadas com isenção do imposto de renda, devem informar as receitas de transporte internacional, exceto de cargas, na Linha 13/03.

Linhas 13/04, 13/12, 13/20, 13/28, 13/36, 13/44, 13/52, 13/60 e 13/68 – Receita Bruta Sujeita ao Percentual de 32%

Informar, nas respectivas linhas, as receitas brutas das atividades constantes do [subitem 17.2.6.1."d"](#) beneficiadas com isenção ou redução do imposto de renda.

Linhas 13/05, 13/13, 13/21, 13/29, 13/37, 13/45, 13/53, 13/61 e 13/69 – Lucro Presumido da Atividade Isenta/Redução

Somatório dos valores resultantes da aplicação dos percentuais sobre as receitas brutas informadas nas Linhas 13/01 a 13/04, 13/09 a 13/12, 13/17 a 13/20, 13/25 a 13/28, 13/33 a 13/36, 13/41 a 13/44, 13/49 a 13/52, 13/57 a 13/60 e 13/65 a 13/68.

Atenção:

O somatório dos valores informados nas Linhas 13/05, 13/13, 13/21, 13/29, 13/37, 13/45, 13/53, 13/61 e 13/69 deve coincidir com o valor constante da [Linha 14B/05](#).

Linhas 13/06, 13/14, 13/22, 13/30, 13/38, 13/46, 13/54, 13/62 e 13/70 – Ajustes Decorrentes de Métodos – Preços de Transferência

Estas linhas devem ser utilizadas para informar o valor dos ajustes decorrentes da aplicação de métodos de preços de transferências (Lei nº 9.430, de 1996, arts. 19 a 24 e 28 e IN SRF nº 243, de 11 de novembro de 2002).

Devem ser informados nas Linhas 13/06, 13/14, 13/22, 13/30, 13/38, 13/46, 13/54, 13/62 e 13/70, relativamente a cada atividade, os valores resultantes da aplicação dos correspondentes percentuais sobre as parcelas das receitas auferidas nas exportações às pessoas vinculadas, às interpostas pessoas e/ou aos países com tributação favorecida, que excederem aos valores já apropriados na escrituração da empresa, quando o preço médio de venda dos bens, serviços e direitos for inferior a 90% (noventa por cento) do preço médio praticado na venda dos mesmos bens, serviços e direitos no mercado brasileiro, durante o mesmo período, em condições de pagamento semelhantes.

Na Linha 13/70 também devem ser informados os seguintes valores:

a) dos encargos suportados pela mutuária que excederem o limite calculado com base na taxa *Libor*, para depósitos em Dólares dos Estados Unidos da América, pelo prazo de seis meses, acrescidos de três por cento anuais a título de *spread*, proporcionalizados em função de período a que se referirem os juros, quando pagos ou creditados a pessoa vinculada no exterior e o contrato não for registrado no Banco Central do Brasil e

b) da diferença de receita, auferida pela mutuante, correspondente ao valor calculado com base na taxa a que se refere a alínea anterior e o valor contratado, quando este for inferior, caso o contrato, não registrado no Banco Central do Brasil, seja realizado com mutuária definida como pessoa vinculada domiciliada no exterior.

Atenção:

- 1) Os valores de ajustes apurados no decorrer do ano-calendário devem ser informados nesta ficha somente no 4º trimestre.
- 2) O somatório dos valores informados nas Linhas 13/06, 13/14, 13/22, 13/30, 13/38, 13/46, 13/54, 13/62 e 13/70 deve coincidir com o valor informado na [Linha 14B/11](#).

Linhas 13/07, 13/15, 13/23, 13/31, 13/39, 13/47, 13/55, 13/63 e 13/71 – Recuperação de Custos e Despesas

Informar, nestas linhas, relativamente a cada atividade, o valor correspondente a custos e despesas recuperados, inclusive com perdas no recebimento de créditos, salvo se a pessoa jurídica comprovar não os ter deduzido em período anterior no qual tenha se submetido ao regime de tributação com base no lucro real ou que se refira período no qual tenha se submetido ao regime de tributação pelo lucro presumido ou arbitrado.

Atenção:

O somatório dos valores informados nas Linhas 13/07, 13/15, 13/23, 13/31, 13/39, 13/47, 13/55, 13/63 e 13/71 deve coincidir com o valor informado na [Linha 14B/10](#).

Linhas 13/08, 13/16, 13/24, 13/32, 13/40, 13/48, 13/56, 13/64 e 13/72 – LUCRO PRESUMIDO AJUSTADO DA ATIVIDADE ISENTA/COM REDUÇÃO

Somatório das linhas a seguir demonstrado:

- Linha 13/08 (Linhas 13/05 a 13/07);
- Linha 13/16 (Linhas 13/13 a 13/15);
- Linha 13/24 (Linhas 13/21 a 13/23);
- Linha 13/32 (Linhas 13/29 a 13/31);
- Linha 13/40 (Linhas 13/37 a 13/39);
- Linha 13/48 (Linhas 13/45 a 13/47);
- Linha 13/56 (Linhas 13/53 a 13/55);
- Linha 13/64 (Linhas 13/61 a 13/63);
- Linha 13/72 (Linhas 13/69 a 13/71).

Linha 13/73 – TOTAL DO LUCRO PRESUMIDO AJUSTADO

Somatório dos valores das Linhas 13/08, 13/16, 13/24, 13/32, 13/40, 13/48, 13/56, 13/64 e 13/72.

FICHA 14A - Apuração do Imposto de Renda sobre o Lucro Presumido e

FICHA 14B - Apuração do Imposto de Renda sobre o Lucro Presumido e Cálculo da Isenção e Redução

A Ficha 14A é habilitada para a pessoa jurídica tributada com base no lucro presumido que não faça jus aos incentivos de redução e isenção do imposto (Refis).

A Ficha 14B é habilitada para a pessoa jurídica tributada com base no lucro presumido optante pelo Refis, que faça jus aos incentivos de redução e isenção do imposto.

Consultar as instruções do [subitem 17.2](#) deste manual.

DISCRIMINAÇÃO DA RECEITA BRUTA**Linha 14A/01 e 14B/01 – Receita Bruta Sujeita ao Percentual de 1,6%**

Informar nesta linha a receita bruta no trimestre das atividades constantes do [subitem 17.2.6.1."a"](#).

Linha 14A/02 e 14B/02 – Receita Bruta Sujeita ao Percentual de 8%

Informar nesta linha a receita bruta no trimestre das atividades constantes do [subitem 17.2.6.1."b"](#).

Linha 14A/03 e 14B/03 – Receita Bruta Sujeita ao Percentual de 16%

Informar nesta linha a receita bruta no trimestre das atividades constantes do [subitem 17.2.6.1."c"](#).

Linha 14A/04 e 14B/04 – Receita Bruta Sujeita ao Percentual de 32%

Informar nesta linha a receita bruta no trimestre das atividades constantes do [subitem 17.2.6.1."d"](#).

Linha 14A/05 e 14B/05 – RESULTADO DA APLICAÇÃO DOS PERCENTUAIS SOBRE A RECEITA BRUTA

Somatório dos valores resultantes da aplicação dos percentuais sobre as receitas brutas informadas nas Linhas 14A/01 a 14A/04 ou Linhas 14B/01 a 14B/04.

Linha 14A/06 e 14B/06 – Rendimentos e Ganhos Líquidos de Aplicações de Renda Fixa e de Renda Variável

Informar, nesta linha, os rendimentos e ganhos líquidos auferidos em aplicações no mercado de renda fixa e de renda variável no trimestre. O imposto retido na fonte ou pago incidente sobre tais rendimentos ou ganhos pode ser deduzido do

imposto devido no trimestre sendo informado nas Linhas [14A/25](#), [14A/26](#) ou [14A/28](#) ou nas Linhas [14B/60](#), [14B/61](#) ou [14B/63](#). Estes rendimentos e ganhos líquidos são acrescidos à base de cálculo do lucro presumido por ocasião da alienação, resgate ou cessão do título ou da aplicação.

Linha 14A/07 e 14B/07 – Juros Sobre o Capital Próprio

Informar, nesta linha, o valor dos juros sobre o capital próprio (Lei nº 9.249, de 1995, art. 9º) auferidos no trimestre.

Linha 14A/08 e 14B/08 – Lucro Inflacionário - Realização Obrigatória

Indicar, nesta linha, no mínimo, 2,5% do valor, do saldo do lucro inflacionário acumulado existente em 31/12/1995, inclusive do saldo credor correspondente à diferença de correção monetária IPC/BTNF.

Atenção:

- 1) Não informar nesta linha o valor correspondente à realização de valores cuja tributação tenha sido diferida. Esta informação deve ser apresentada na Linha 14A/09 ou 14B/09.
- 2) A realização mínima de 2,5% abrange somente as pessoas jurídicas que tenham apurado o imposto de renda sobre o lucro presumido nos anos-calendário de 1996 a 2001.
- 3) A realização do saldo do lucro inflacionário, na forma do art. 54 da Lei nº 9.430, de 1996, é informada nesta linha. Esta realização é obrigatória inclusive no caso de opção pelo lucro presumido em virtude de ingresso no Refis, devendo ser efetuada no primeiro trimestre em que ocorrer a opção por essa forma de tributação.
- 4) A liquidação antecipada do saldo do lucro inflacionário, na forma prevista no art. 9º da Lei nº 9.532, de 1997, de que trata o art. 12 da Medida Provisória nº 38, de 14 de maio de 2002, deve ser informada nas Linhas [47B/21](#) a [47B/24](#).

Linha 14A/09 e 14B/09 – Realização de Valores Cuja Tributação Tenha Sido Diferida

A pessoa jurídica que, no ano-calendário de 2001, submeteu-se à tributação pelo lucro real e em 2002 optou pela tributação com base no lucro presumido, deve informar nesta linha, no 1º trimestre de 2002, o saldo dos valores cuja tributação havia diferido, controlados na parte B do Lalur.

Linha 14A/10 e 14B/10 – Recuperação de Custos e Despesas

Informar nesta linha o valor correspondente a custos e despesas recuperados, inclusive com perdas no recebimento de créditos, salvo se a pessoa jurídica comprovar não os ter deduzido em período anterior no qual tenha se submetido ao regime de tributação com base no lucro real, ou que se refira a período no qual não tenha se submetido a esse regime de tributação.

Linha 14A/11 e 14B/11 – Ajustes Decorrentes de Métodos – Preços de Transferências

Informar, nesta linha, os ajustes decorrentes da aplicação de métodos de preços de transferências, conforme o disposto nos arts. 18 a 24 e 28 da Lei nº 9.430, de 1996. Vide [subitem 17.2.6.3.1](#), letras "g", "h", "i", [item 23](#) e Fichas [32](#) e [34](#).

Atenção:

Os valores de ajustes apurados no decorrer do ano-calendário devem ser adicionados à base de cálculo do lucro presumido do 4º trimestre.

Linha 14A/12 e 14B/12 – Multas e Vantagens Decorrentes de Rescisão Contratual

Informar nesta linha o valor das multas ou qualquer outra vantagem auferida, ainda que a título de indenização, decorrente de rescisão contratual (Lei nº 9.430, de 1996, art. 70).

Linha 14A/13 e 14B/13 – Lucros Disponibilizados no Exterior

Esta linha somente é disponibilizada para a pessoa jurídica submetida ao Refis.

Indicar, nesta linha, o valor correspondente aos lucros auferidos no exterior, por intermédio de filiais, sucursais, controladas ou coligadas, no trimestre em que tais lucros tiverem sido disponibilizados para a pessoa jurídica domiciliada no Brasil (Lei nº 9.964, de 2000, art. 4º, parágrafo único).

Atenção:

As pessoas jurídicas optantes pelo Refis devem adicionar, à base de cálculo do imposto de renda e da CSLL correspondente ao trimestre do ano-calendário em que efetuarem a opção pelo Refis, o valor dos lucros disponibilizados e dos rendimentos de ganho de capital oriundos do exterior que, em período de apuração anterior durante o ano-calendário, tenham sido excluídos na determinação do lucro real e da base de cálculo do CSLL.

Maiores informações no [subitem 17.4](#).

Linha 14A/14 e 14B/14 – Rendimentos e Ganhos de Capital Auferidos no Exterior

Esta linha somente será disponibilizada para a pessoa jurídica submetida ao Refis.

Indicar, nesta linha, o valor correspondente aos rendimentos e ganhos de capital auferidos no exterior (Lei nº 9.964, de

2000, art. 4^a, parágrafo único).

Os rendimentos e ganhos de capital a serem adicionados à base de cálculo do lucro presumido serão considerados pelos seus valores antes de descontado o tributo pago no país de origem.

Os créditos de imposto de renda de que trata o art. 26 da Lei nº 9.249, de 1995, relativos a rendimentos e ganhos de capital auferidos no exterior, somente serão compensados com o imposto de renda devido no Brasil, se referidos rendimentos e ganhos de capital forem computados na base de cálculo desse tributo até o final do segundo ano-calendário subsequente ao de sua apuração.

Atenção:

Caso a pessoa jurídica esteja sujeita ao lucro presumido no 4^a trimestre, deve ser adicionado nesta linha, na coluna relativa a esse trimestre, o valor dos rendimentos e ganhos de capital auferidos no exterior que, no decorrer do ano-calendário tenha sido excluído da base de cálculo do imposto de renda em período de apuração anterior, em virtude de a pessoa jurídica ter sido tributada com base no lucro real.

Linha 14A/15 e 14B/15 – Variações Cambiais Ativas – Operações Liquidadas (MP nº 1.858-10/1999, art. 30)

Esta linha deve ser preenchida exclusivamente pelas pessoas jurídicas que optaram, a partir de 1^a de janeiro de 2000, pelo reconhecimento, na determinação do lucro presumido, das variações monetárias, em função da taxa de câmbio, quando da liquidação da correspondente operação ([MP nº 1.858-10](#), de 1999, art 30 e reedições).

Deve ser informado nesta linha o valor das variações cambiais ativas verificadas a partir de 1^a de janeiro de 2000, cujas operações tenham sido liquidadas no período de apuração.

Atenção:

1) Não deverá preencher esta linha a pessoa jurídica que optar por considerar as variações cambiais na base de todos os tributos segundo o regime de competência. Nesse caso, o valor da variação cambial ativa deve ser informada na Linha 14A/16 ou 14B/16.

2) A opção aplicar-se-á a todo o ano-calendário ([MP nº 1.858-10](#), de 1999, art 30 e reedições).

3) À medida que for liquidada a operação que deu origem ao saldo de variação cambial, devem ser consideradas realizadas as variações ocorridas tanto no próprio período de apuração quanto em períodos de apuração anteriores, que tenham sido excluídas na determinação do lucro presumido ([Linha 14A/18](#) ou [Linha 14B/18](#)).

Maiores informações no [item 22](#).

Linha 14A/16 e 14B/16 – Demais Receitas e Ganhos de Capital

Indicar, nesta linha, o valor dos ganhos de capital, das demais receitas e dos resultados positivos decorrentes de receitas não compreendidas na atividade principal da pessoa jurídica, auferidos no trimestre, dentre elas as variações cambiais ativas. Consultar as instruções do [subitem 17.2.6.3.1](#) deste manual.

Atenção:

1) O valor correspondente aos juros sobre o capital próprio deverá ser informado na [Linha 14A/07](#) ou [Linha 14B/07](#).

2) A pessoa jurídica que optar, para fins de determinação da base de cálculo do imposto de renda, da contribuição social sobre o lucro líquido, da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, por reconhecer a variação monetária ativa das obrigações e direitos de crédito, em função da taxa de câmbio, quando da liquidação da correspondente operação, em conformidade com o disposto no art. 30 da [MP nº 1.858-10](#), de 1999, e reedições, deverá informar nesta linha o valor da variação correspondente ao período, apurado segundo o regime de competência, observando as demais instruções de preenchimento das [Linha 14A/15](#) e [14A/18](#).

Linha 14A/17 e 14B/17 – Excedente de Variação Cambial (MP nº 1.858-10/1999, art. 31)

Indicar, nesta linha, o valor da parcela das receitas financeiras decorrentes da variação monetária dos direitos de crédito e das obrigações do contribuinte, em função da taxa de câmbio, submetida à tributação, segundo o regime de competência, relativa a períodos compreendidos no ano-calendário de 1999, excedente do valor da variação monetária efetivamente realizada, ainda que a operação correspondente já tenha sido liquidada ([MP nº 1.858-10](#), de 1999, art. 31 e reedições).

Linha 14A/18 e 14B/18 – Variações Cambiais Ativas (MP nº 1.858-10/1999, art. 30)

Esta linha deverá ser preenchida somente pelas pessoas jurídicas que consideraram, para fins de determinação da base de cálculo do imposto de renda, da contribuição social sobre o lucro líquido, da contribuição para o PIS/Pasep e Cofins, o valor correspondente às variações monetárias das obrigações e direitos de crédito, em função da taxa de câmbio, quando da liquidação da correspondente operação ([MP nº 1.858-10](#), de 1999, art. 30 e reedições).

Indicar, nesta linha, o valor correspondente à variação cambial ativa, informado na [Linha 14A/16](#) ou [14B/16](#), ainda que tal variação corresponda à operação liquidada no período de apuração.

Consultar as instruções da [Linha 14A/15](#) ou [14B/15](#) e o [item 22](#) deste manual para maiores informações sobre o tratamento dessas variações cambiais.

Atenção:

- 1) Não deverá preencher esta linha a pessoa jurídica que optar por considerar as variações cambiais na base de todos os tributos segundo o regime de competência.
- 2) A opção aplicar-se-á a todo o ano-calendário ([MP nº 1.858-10](#), de 1999, art. 30 e reedições).
- 3) No caso de alteração do critério de reconhecimento das variações monetárias, em função da taxa de câmbio, em anos-calendário subseqüentes, deverão ser observadas as normas expedidas pela Secretaria da Receita Federal.

Linha 14A/19 e 14B/19 – Resultados Não Tributáveis de Sociedades Cooperativas

As sociedades cooperativas, exceto as de consumo que tenham por objeto a compra e fornecimento de bens aos consumidores, que obedecerem ao disposto na legislação específica indicarão, nesta linha, o valor resultante da aplicação dos percentuais de que trata o [subitem 17.2.6.1](#) deste manual sobre a receita bruta das operações realizadas com seus associados (Lei nº 9.532, de 1997, art. 69; PN CST nº 38, de 1980).

Atenção:

O termo consumidores abrange tanto os não associados como também os associados das sociedades cooperativas de consumo (ADN nº 04, de 25 de fevereiro de 1999).

Linha 14A/20 e 14B/20 – Divulgação Eleitoral e Partidária Gratuita

As emissoras de rádio e televisão obrigadas à divulgação da propaganda eleitoral e partidária gratuita e as empresas concessionárias de serviços públicos de telecomunicações obrigadas ao tráfego gratuito de sinais de televisão e rádio podem informar nesta linha o valor apurado de acordo com regulamentação do Poder Executivo. Maiores informações sobre este tópico poderão ser encontradas no "Atenção" do [subitem 17.1.5.5](#) deste manual.

Linha 14A/21 – BASE DE CÁLCULO DO IMPOSTO SOBRE O LUCRO PRESUMIDO

Resultado aritmético dos valores informados nas [Linhas 14A/05 a 14A/20](#).

Linha 14B/21 – Lucro Presumido Ajustado da Exportação Incentivada – Befiex até 31/12/1987

Valor da [Linha 13/56](#).

Linha 14B/22 – BASE DE CÁLCULO DO IMPOSTO SOBRE O LUCRO PRESUMIDO

Resultado aritmético dos valores informados nas [Linhas 14B/05 a 14B/21](#).

Linhas 14B/23, 14B/28, 14B/33, 14B/38, 14B/43 e 14B/48 – Lucro Presumido Ajustado da Atividade Isenta e com Redução

Valores das Linhas [13/08](#), [13/16](#), [13/24](#), [13/32](#), [13/40](#) e [13/48](#).

Linhas 14B/24, 14B/29, 14B/34, 14B/39, 14B/44 e 14B/49 – Parcela do Lucro Presumido com Isenção ou Redução do Imposto de Renda

Valor correspondente à aplicação, sobre o lucro presumido de cada atividade, do respectivo percentual de redução do imposto de renda. No caso de isenção do imposto, corresponde ao próprio valor do lucro presumido.

Linhas 14B/25, 14B/30, 14B/35, 14B/40, 14B/45 e 14B/50 – Imposto

O PGD calcula o valor da **isenção** do imposto de renda com base na seguinte operação:

I – cálculo da razão entre o valor informado na Linha 14B/24 e a soma dos valores das Linhas [14B/22](#) e [14B/17](#) (Base de Cálculo do Imposto sobre o Lucro Presumido e Excedente de Variação Cambial – [MP nº 1.858](#), de 1999, art. 31)

II – multiplicação do valor do imposto de renda apurado com base no lucro presumido (Linha 14B/54) pelo valor da razão apurada na forma do item I.

O PGD calcula o valor da **redução** do imposto de renda com base na seguinte operação:

I – cálculo da razão entre o valor do lucro presumido ajustado de cada atividade beneficiada com redução do imposto de renda – Linhas 14B/29, 14B/34, 14B/39, 14B/44 e 14B/49 e a soma dos valores das Linhas [14B/22](#) e [14B/17](#) (Base de Cálculo do Imposto sobre o Lucro Presumido e Excedente de Variação Cambial – [MP nº 1.858](#), de 1999, art. 31)

II – multiplicação do valor do imposto de renda apurado com base no lucro presumido ([Linha 14B/54](#)) pelo valor de cada razão apurada na forma do item I.

Tratam-se, entretanto, de campos alteráveis.

Linhas 14B/26, 14B/31, 14B/36, 14B/41, 14B/46 e 14B/51 – Adicional

O PGD calcula o valor da **isenção** do imposto de renda com base na seguinte operação:

I – cálculo da razão entre o valor informado na Linha 14B/24 e a soma dos valores das Linhas [14B/22](#) e [14B/17](#) (Base de Cálculo do Imposto sobre o Lucro Presumido e Excedente de Variação Cambial – [MP nº 1.858](#), de 1999, art. 31)

II – multiplicação do valor do adicional do imposto de renda apurado com base no lucro presumido ([Linha 14B/55](#)) pelo valor da razão apurada na forma do item I.

O PGD calcula o valor da **redução** do imposto de renda com base na seguinte operação:

I – cálculo da razão entre o valor do lucro presumido ajustado de cada atividade beneficiada com redução do imposto de

renda – Linhas 14B/29, 14B/34, 14B/39, 14B/44 e 14B/49 e a soma dos valores das Linhas [14B/22](#) e [14B/17](#) (Base de Cálculo do Imposto sobre o Lucro Presumido e Excedente de Variação Cambial – MP nº 1.858, de 1999, art. 31)

II – multiplicação do valor do adicional do imposto de renda apurado com base no lucro presumido ([Linha 14B/55](#)) pelo valor de cada razão apurada na forma do item I.

Tratam-se, entretanto, de campos alteráveis.

Linhas 14B/27, 14B/32, 14B/37, 14B/42, 14B/47, 14B/52 – ISENÇÃO E REDUÇÃO

Somatório dos valores informados a título do imposto e adicional informados nas Linhas [14B/25](#) e [14B/26](#), [14B/30](#) e [14B/31](#), [14B/35](#) e [14B/36](#), [14B/40](#) e [14B/41](#), [14B/45](#) e [14B/46](#), [14B/50](#) e [14B/51](#).

Linha 14B/53 – TOTAL DA ISENÇÃO E REDUÇÃO

Somatório dos valores das Linhas [14B/27](#), [14B/32](#), [14B/37](#), [14B/42](#), [14B/47](#) e [14B/52](#).

IMPOSTO APURADO COM BASE NO LUCRO PRESUMIDO

Linha 14A/22 e 14B/54 – À Alíquota de 15%

Valor resultante da aplicação da alíquota de 15% (quinze por cento) sobre o valor constante da Linha 14A/21 ou 14B/22.

Linha 14A/23 e 14B/55 – Adicional

Valor do adicional, à alíquota de 10% (dez por cento), sobre a parcela da base de cálculo (Linha [14A/21](#) ou [14B/22](#)) que exceder ao limite de R\$20.000,00 (vinte mil reais) multiplicado pelo número de meses do período de apuração.

Linha 14A/24 e 14B/56 – Diferença de IR Devida pela Mudança de Coeficiente Sobre a Receita Bruta

A pessoa jurídica, exclusivamente prestadora de serviços, que utilizou o percentual favorecido de 16% (dezesseis por cento) para apuração da base de cálculo do imposto e cuja receita bruta acumulada até o trimestre tenha ultrapassado a R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais), deverá informar nesta linha, no trimestre em que exceder o limite, o valor da diferença do imposto de renda determinado com a aplicação do percentual de 32% (trinta e dois por cento) sobre a receita bruta de cada trimestre transcorrido.

Atenção:

As pessoas jurídicas prestadoras de serviços de profissão legalmente regulamentada estão sempre sujeitas à aplicação do percentual de 32% para determinação da base de cálculo do imposto.

DEDUÇÕES

Linha 14B/57 – Isenção de Empresas Estrangeiras de Transportes

Esta linha somente deverá ser preenchida pelas companhias estrangeiras de navegação marítima, aérea e pelas empresas estrangeiras de transporte terrestre que atuem no tráfego internacional, que gozem da isenção do imposto relativo aos rendimentos auferidos no transporte internacional, desde que, no país de sua nacionalidade, as empresas brasileiras que tenham o mesmo objeto gozem da mesma prerrogativa.

Indicar, nesta linha, o valor correspondente ao imposto de renda isento relativo aos rendimentos auferidos no tráfego internacional.

Atenção:

- 1) A isenção deverá ser reconhecida pela Secretaria da Receita Federal e alcançará os rendimentos auferidos a partir da existência da reciprocidade de tratamento, não podendo originar, em qualquer caso, direito de restituição.
- 2) O valor a ser informado nesta linha está limitado ao valor que seria indicado na [Linha 14B/64](#) caso não houvesse sido computada essa dedução.

Linha 14B/58 – Isenção e Redução do Imposto

Valor da [Linha 14B/53](#).

Atenção:

O valor desta linha não pode ser maior que o somatório dos valores das Linhas [14B/54](#), [14B/55](#) e [14B/56](#).

Linha 14B/59 – Redução por Reinvestimento

As pessoas jurídicas que tenham empreendimentos industriais e agroindustriais, inclusive de construção civil, em operação nas áreas das extintas Sudam e Sudene, considerados, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional, para os períodos de apuração encerrados a partir de 1º de janeiro de 1998 até 31 de dezembro de 2013, poderão depositar no Banco do Nordeste do Brasil S/A e no Banco da Amazônia S/A, respectivamente, para reinvestimento, trinta por cento, do imposto devido pelos referidos empreendimentos, acrescidos de cinquenta por cento de recursos próprios, ficando, porém, a liberação desses recursos condicionada à aprovação, pelo órgão competente do Ministério da Integração Nacional (MI), dos respectivos projetos técnicos econômicos de modernização ou complementação de equipamento. Para cálculo do imposto de renda devido pelos referidos empreendimentos, devem ser adotados os seguintes procedimentos:

I – calcular a razão entre o valor informado na [Linha 13/64](#) pela soma dos valores das Linhas [14B/22](#) e [14B/17](#) (Base de Cálculo do Imposto sobre o Lucro Presumido e Excedente de Variação Cambial – [MP nº 1.858](#), de 1999, art. 31)

II – multiplicar o valor do imposto de renda apurado com base no lucro presumido ([Linha 14B/54](#)) pelo valor da razão apurada na forma do item I.

III – calcular a razão entre o lucro presumido ajustado de cada atividade passível de redução por reinvestimento (Linhas [14B/28](#) e [14B/43](#), transportados das Linhas [13/16](#), e [13/40](#)), multiplicado pela diferença entre cem por cento e o percentual do incentivo de redução do imposto de renda, e a soma dos valores das Linhas [14B/22](#) e [14B/17](#) (Base de Cálculo do Imposto sobre o Lucro Presumido e Excedente de Variação Cambial – [MP nº 1.858](#), de 1999, art. 31)

IV – multiplicar o valor do imposto de renda apurado com base no lucro presumido ([Linha 14B/54](#)) pelo valor de cada razão apurada na forma do item III;

O incentivo será correspondente a, no máximo, trinta por cento do valor resultante do somatório dos valores apurados na forma dos itens II e IV.

Exemplo:

Lucro Presumido Ajustado da Atividade com Redução por Reinvestimento (Linha 13/64)	R\$ 25.000,00
Lucro Presumido Ajustado da Atividade com Redução de 75% (Linha 14B/28)	R\$ 35.000,00
Base de Cálculo do Imposto sobre o Lucro Presumido (Linha 14B/22)	R\$ 80.000,00
Excedente de Variação Cambial - M.P. 1.858-10/1999 art. 31 (Linha 14B/17)	R\$ 20.000,00
Imposto de Renda à Alíquota de 15% (Linha 14B/54)	R\$ 12.000,00

Cálculo do incentivo em relação ao empreendimento beneficiado com redução por reinvestimento:

$$\text{Inciso II} = \frac{\text{Linha 13/64}}{\text{Linha 14B/22} + \text{Linha 14B/17}} \times \text{Linha 14B/54} =$$

$$\text{Inciso II} = \frac{\text{R\$ 25.000,00}}{\text{R\$ 80.000,00} + \text{R\$ 20.000,00}} \times \text{R\$ 12.000,00} =$$

$$\text{Inciso II} = \text{R\$ 3.000,00}$$

Cálculo do incentivo em relação ao empreendimento beneficiado com redução de 75% do imposto de renda

$$\text{Inciso IV} = \frac{\text{Linha 14B/28} \times (100\% - 75\%)}{\text{Linha 14B/22} + \text{Linha 14B/17}} \times \text{Linha 14B/54} =$$

$$\text{Inciso IV} = \frac{\text{R\$ 35.000,00} \times 25\%}{\text{R\$ 80.000,00} + \text{R\$ 20.000,00}} \times \text{R\$ 12.000,00} =$$

$$\text{Inciso IV} = \text{R\$ 1.050,00}$$

Valor máximo do incentivo de redução por reinvestimento = 30% x (Inciso II + Inciso IV)

Valor máximo do incentivo de redução por reinvestimento = 30% x (R\$ 3.000,00 + R\$ 1.050,00)

Valor máximo do incentivo de redução por reinvestimento ([Linha 14B/59](#)) = R\$ 1.215,00

Linha 14A/25 e 14B/60 – Imposto de Renda Retido na Fonte

Indicar o valor correspondente ao imposto de renda retido na fonte sobre as receitas que integraram a base de cálculo do imposto devido.

Informar, também, o valor do imposto pago ou retido na fonte no período, a título de antecipação, correspondente a rendimentos ou receitas que integram o lucro presumido, inclusive o retido sobre rendimentos auferidos em operações *day trade*.

Atenção:

A soma dos valores a serem informados nas linhas 14A/25 a 14A/28 ou 14B/60 a 14B/63, está limitada ao valor que seria indicado na Linha [14A/29](#) ou [14B/64](#), respectivamente, caso não houvessem sido computadas essas deduções. Quando o imposto a deduzir for superior ao imposto devido no trimestre, o excesso poderá ser compensado nos trimestres subseqüentes, acrescido dos juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), para títulos federais, acumulada mensalmente, a partir do primeiro dia do trimestre subseqüente, até o mês anterior ao da compensação, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que a dedução estiver sendo efetuada.

Linha 14A/26 e 14B/61 – Imposto Pago no Exterior sobre Lucros, Rendimentos e Ganhos de Capital

A pessoa jurídica optante pelo Refis deverá indicar, nesta linha, o imposto pago sobre os lucros disponibilizados no país de domicílio da filial, sucursal, controlada ou coligada da pessoa jurídica, bem como o pago relativamente a serviços prestados diretamente, rendimentos e ganhos de capital auferidos (Lei nº 9.532, de 1997, art. 1º IN SRF nº 213, de 2002, art.14).

Atenção:

- 1) A pessoa jurídica, que apurou o imposto de renda com base no lucro presumido, poderá deduzir o imposto pago no exterior até a data do vencimento do imposto de renda no Brasil. Assim, na apuração do 4º trimestre, poderá ser deduzido o imposto pago no exterior até 31 de janeiro do ano subsequente.
- 2) Vide Atenção Linha [14A/25 e 14B/60](#).

Maiores informações no [subitem 17.1.6.4](#).

Linha 14A/27 e 14B/62 – Imposto de Renda Retido na Fonte por Órgão Público

Informar, nesta linha, os valores retidos por órgãos públicos quando do pagamento de valores relativos ao fornecimento de bens ou serviços.

Vide Atenção Linha [14A/25 e 14B/60](#).

Linha 14A/28 e 14B/63 – Imposto Pago Incidente sobre Ganhos no Mercado de Renda Variável

Informar, nesta linha, o valor do imposto pago incidente sobre ganhos líquidos obtidos em aplicações no mercado de renda variável.

Atenção:

O valor a ser informado, nesta linha, está limitado ao valor que seria indicado na Linha [14A/29 e 14B/64](#) caso não houvesse sido computada essa dedução. Quando o imposto a deduzir for superior ao imposto devido no trimestre, o excesso poderá ser compensado nos trimestres subsequentes, acrescido dos juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), para títulos federais, acumulada mensalmente, a partir do primeiro dia do trimestre subsequente, até o mês anterior ao da compensação, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que a dedução estiver sendo efetuada.

Linha 14A/29 e 14B/64 – IMPOSTO DE RENDA A PAGAR

Resultado aritmético dos valores informados nas [Linhas 14A/22 a 14A/28](#) ou [14B/54 a 14B/63](#).

Linha 14A/30 e 14B/65 – IMPOSTO DE RENDA POSTERGADO DE PERÍODOS DE APURAÇÃO ANTERIORES

Esta linha será utilizada para indicar o valor do imposto postergado de períodos de apuração anteriores em decorrência de inexatidão quanto ao período de escrituração de receitas e rendimentos.

O valor desta linha não deverá estar contido no imposto líquido a pagar, devendo ser recolhido em separado do imposto devido (PN CST nºs 57/1979 e 02/1996).

Os juros e multa de mora deverão ser calculados à parte e recolhidos em Darf próprio, juntamente com o valor do imposto postergado, na mesma data de recolhimento da primeira ou única quota do imposto, ou seja, até o último dia útil do mês subsequente ao do trimestre.

Maiores informações no [subitem 17.6](#)

Linha 14A/31 e 14B/66 – IMPOSTO DE RENDA A PAGAR DE SCP

Indicar, nesta linha, o valor correspondente à soma do imposto de renda a pagar por SCP, inclusive adicional, das quais a declarante seja sócia ostensiva, ainda que a SCP não seja tributada com base no lucro presumido no período de apuração. O valor a pagar será o valor do IRPJ apurado pela SCP diminuído, se for o caso, dos valores de imposto de renda retido na fonte por órgãos públicos, dos valores mensais de imposto de renda pago sobre a base de cálculo estimada, do valor sobre parcelamento formalizado de IRPJ sobre a base de cálculo estimada, e do saldo negativo de IRPJ apurado em períodos anteriores pela SCP. Essas deduções deverão ser feitas até o limite do imposto de renda apurado pela SCP.

Atenção:

- 1) O saldo negativo, se houver, de imposto de renda da SCP deverá ser controlado na escrituração comercial e não deverá ser informado na DIPJ.
- 2) Se o lucro da SCP for apurado anualmente, e o sócio ostensivo apurar o imposto de renda trimestralmente, informar, no 1º trimestre, o valor de imposto de renda a pagar correspondente ao somatório do imposto apurado nos meses de janeiro, fevereiro e março. Idêntico procedimento deverá ser adotado com relação aos demais trimestres.

FICHA 15 - Apuração do Imposto de Renda sobre o Lucro Arbitrado

Esta ficha deverá ser preenchida pela pessoa jurídica que apurou imposto de renda pelo lucro arbitrado em um ou mais trimestres do ano-calendário.

Atenção:

A soma dos valores a serem informados nas linhas [15/27 a 15/30](#), está limitada ao valor que seria indicado na [Linha 15/31](#), caso não houvessem sido computadas essas deduções. Quando o imposto a deduzir for superior ao imposto devido no trimestre, o excesso poderá ser compensado nos trimestres subsequentes, acrescido dos juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), para títulos federais,

acumulada mensalmente, a partir do primeiro dia do trimestre subsequente, até o mês anterior ao da compensação, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que a dedução estiver sendo efetuada.

DISCRIMINAÇÃO DA RECEITA BRUTA

Linha 15/01 – Receita Bruta Sujeita ao Percentual de 1,92%

Informar, nesta linha, a receita bruta no trimestre das atividades constantes do [subitem 17.3.2.1.I](#).

Linha 15/02 – Receita Bruta Sujeita ao Percentual de 9,6%

Informar, nesta linha, a receita bruta no trimestre das atividades constantes do [subitem 17.3.2.1.II](#).

Linha 15/03 – Receita Bruta Sujeita ao Percentual de 19,2%

Informar, nesta linha, a receita bruta no trimestre das atividades constantes do [subitem 17.3.2.1.III](#).

Linha 15/04 – Receita Bruta Sujeita ao Percentual de 38,4%

Informar, nesta linha, a receita bruta no trimestre das atividades constantes do [subitem 17.3.2.IV](#).

Linha 15/05 – Receita Bruta Sujeita ao Percentual de 45%

Informar, nesta linha, a receita bruta no trimestre das atividades constantes do [subitem 17.3.2.1.V](#).

Linha 15/06 – RESULTADO DA APLICAÇÃO DOS PERCENTUAIS SOBRE A RECEITA BRUTA

Somatório dos valores resultantes da aplicação dos percentuais sobre as receitas brutas informadas nas [Linhas 15/01 a 15/05](#).

Linha 15/07 – Rendimentos e Ganhos Líquidos de Aplicações de Renda Fixa e Renda Variável

Informar, nesta linha, os rendimentos e ganhos líquidos auferidos em aplicações no mercado de renda fixa e de renda variável no trimestre. O imposto, retido na fonte ou pago, incidente sobre tais rendimentos ou ganhos poderá ser deduzido do imposto devido no trimestre, devendo ser informado nas Linhas [15/27](#), [15/28](#) ou [15/30](#), conforme o caso. Esses rendimentos e ganhos líquidos serão acrescidos à base de cálculo do lucro arbitrado por ocasião da alienação, resgate ou cessão do título ou da aplicação.

Linha 15/08 – Juros sobre o Capital Próprio

Informar, nesta linha, o valor dos juros sobre o capital próprio (Lei nº 9.249, de 1995, art. 9ª) auferidos no trimestre.

Linha 15/09 – Saldo do Lucro Inflacionário

Informar, nesta linha, no primeiro período de apuração no qual optar pela tributação com base no lucro arbitrado, o valor do saldo do lucro inflacionário existente no Lalur, relativo a período de apuração anterior tributado com base no lucro real (Lei nº 9.430, de 1997, art. 54).

Atenção:

- 1) A realização do saldo do lucro inflacionário, na forma do art. 54 da Lei nº 9.430, de 1996, será informada nesta linha. Esta realização é obrigatória inclusive no caso de arbitramento efetuado pelos optantes pelo Refis, devendo ser efetuada no próprio trimestre em que ocorrer tal arbitramento.
- 2) A pessoa jurídica que se submeteu ao lucro arbitrado a partir do 2º trimestre de 2002 que optou pela liquidação antecipada do saldo do lucro inflacionário, na forma prevista no art. 9ª da Lei nº 9.532, de 1997, de que trata o art. 12 da Medida Provisória nº 38, de 14 de maio de 2002, deve informar essa liquidação nas Linhas [47B/21 a 47B/24](#).

Linha 15/10 – Saldo dos Valores cuja Tributação Tenha Sido Diferida

Informar, nesta linha, o valor dos lucros diferidos de períodos de apuração anteriores, no primeiro trimestre a que se submeter à forma de tributação pelo lucro arbitrado.

Linha 15/11 – Recuperação de Custos e Despesas

Informar, nesta linha, o valor correspondente a custos e despesas recuperados, inclusive com perdas no recebimento de créditos, salvo se a pessoa jurídica comprovar não os ter deduzido em período anterior no qual tenha se submetido ao regime de tributação com base no lucro real, ou que se refira a período no qual não tenha se submetido a esse regime de tributação.

Linha 15/12 – Ajustes Decorrentes de Métodos – Preços de Transferências

Informar, nesta linha, os ajustes decorrentes da aplicação de métodos de preços de transferências em operações praticadas com pessoas vinculadas, conforme o disposto nos arts. 18 a 24 e 28 da Lei nº 9.430, de 1996. Vide [subitem 17.3.2.2](#), letras "h", "i", "j" e Fichas [32](#) e [34](#).

Atenção:

Os valores de ajustes apurados no decorrer do ano-calendário deverão ser adicionados à base de cálculo do lucro arbitrado do 4º trimestre.

Linha 15/13 – Multas e Vantagens Decorrentes de Rescisão Contratual

Informar nesta linha o valor das multas ou qualquer outra vantagem auferida, ainda que a título de indenização, decorrente de rescisão contratual (Lei nº 9.430, de 1996, art. 70).

Linha 15/14 – Lucros Disponibilizados no Exterior

Indicar, nesta linha, o valor correspondente aos lucros auferidos no exterior, por intermédio de filiais, sucursais, controladas ou coligadas, no trimestre em que tais lucros tiverem sido disponibilizados para a pessoa jurídica domiciliada no Brasil (Lei nº 9.532, de 1997, art. 1º, § 1º; Lei nº 9.959, de 2000, art. 3º; [MP nº 1.991-15](#), de 1999, art 35 e reedições; [MP nº 2.158-34](#), de 2001, art. 74).

Atenção:

Caso a pessoa jurídica esteja sujeita ao lucro arbitrado no 4º trimestre, deve ser adicionado nesta linha, na coluna relativa a esse trimestre, o valor dos lucros disponibilizados do exterior que, no decorrer do ano-calendário tenha sido excluído da base de cálculo do imposto de renda em período de apuração anterior, em virtude de a pessoa jurídica ter sido tributada com base no lucro real.

Maiores informações no [subitem 17.4](#)

Linha 15/15 – Rendimentos e Ganhos de Capital Auferidos no Exterior

Os rendimentos e ganhos de capital a serem adicionados à base de cálculo do lucro arbitrado serão considerados pelos seus valores antes de descontado o tributo pago no país de origem.

Os créditos de imposto de renda de que trata o art. 26 da Lei nº 9.249, de 1995, relativos a rendimentos e ganhos de capital auferidos no exterior, somente serão compensados com o imposto de renda devido no Brasil, se referidos rendimentos e ganhos de capital forem computados na base de cálculo do imposto, no Brasil, até o final do segundo ano-calendário subsequente ao de sua apuração.

Atenção:

Caso a pessoa jurídica esteja sujeita ao lucro arbitrado no 4º trimestre, deve ser adicionado nesta linha, na coluna relativa a esse trimestre, o valor dos rendimentos e ganhos de capital auferidos no exterior que, no decorrer do ano-calendário tenha sido excluído da base de cálculo do imposto de renda em período de apuração anterior, em virtude de a pessoa jurídica ter sido tributada com base no lucro real.

Linha 15/16 – Variações Cambiais Ativas – Operações Liquidadas (MP nº 1.858-10/1999, art. 30)

Esta linha deverá ser preenchida exclusivamente pelas pessoas jurídicas que optaram, a partir de 1º de janeiro de 2000, pelo reconhecimento, na determinação do lucro arbitrado, das variações monetárias, em função da taxa de câmbio, quando da liquidação da correspondente operação.

Deve ser informado nesta linha o valor das variações cambiais ativas verificadas a partir de 1º de janeiro de 2000, cujas operações tenham sido liquidadas no período de apuração.

Maiores informações no [item 22](#).

Atenção:

À medida que for liquidada a operação que deu origem ao saldo de variação cambial, devem ser consideradas realizadas as variações ocorridas tanto no próprio período de apuração quanto em períodos de apuração anteriores, que tenham sido excluídas na [linha 15/19](#).

Linha 15/17 – Demais Receitas e Ganhos de Capital

Indicar, nesta linha, o valor dos ganhos de capital, das demais receitas e dos resultados positivos decorrentes de receitas não compreendidas na atividade principal da pessoa jurídica, auferidos no trimestre, dentre elas as variações cambiais ativas. Consultar as instruções dos [subitem 17.3.2.2](#) deste manual.

Atenção:

1) Não incluir nesta linha o valor correspondente ao juros sobre o capital próprio, que deverá ser informado na [Linha 15/08](#).

2) A pessoa jurídica que optar, para fins de determinação da base de cálculo do imposto de renda, da contribuição social sobre o lucro líquido, da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, por reconhecer a variação monetária ativa das obrigações e direitos de crédito, em função da taxa de câmbio, quando da liquidação da correspondente operação, em conformidade com o disposto no art. 30 da [MP nº 1.858-10](#), de 1999, e reedições, deverá informar nesta linha o valor da variação correspondente ao período, apurado segundo o regime de competência, observando as demais instruções de preenchimento das Linhas [15/16](#) e [15/19](#).

Linha 15/18 – Excedente de Variação Cambial (MP nº 1.858-10/1999, art. 31)

Indicar, nesta linha, o valor da parcela das receitas financeiras decorrentes da variação monetária dos direitos de crédito e das obrigações do contribuinte, em função da taxa de câmbio, submetida à tributação, segundo o regime de competência, relativa a períodos compreendidos no ano-calendário de 1999, excedente ao valor da variação monetária efetivamente realizada, ainda que a operação correspondente já tenha sido liquidada [MP nº 1.858-10](#), de 1999, art. 31 e reedições).

Linha 15/19 – Variações Cambiais Ativas (MP nº 1.858-10/1999, art. 30)

Esta linha deverá ser preenchida somente pelas pessoas jurídicas, que optaram por considerar para fins de determinação da base de cálculo do imposto de renda, da contribuição social sobre o lucro líquido, da contribuição para o PIS/Pasep e Cofins, o valor correspondente às variações monetárias das obrigações e direitos de crédito, em função da taxa de câmbio, quando da liquidação da correspondente operação ([MP nº 1.858-10](#), de 1999, art. 30 e reedições).

Indicar, nesta linha, o valor correspondente à variação cambial ativa, informado na [Linha 15/17](#), ainda que tal variação corresponda a operação liquidada no período de apuração.

Atenção:

1) A opção pelo reconhecimento das variações cambiais quando da liquidação das correspondentes operações será definitiva para todo o ano-calendário ([MP nº 1.858-10](#), de 1999, art. 30 e reedições).

2) No caso de alteração do critério de reconhecimento das variações monetárias, em função da taxa de câmbio, em anos-calendário subseqüentes, deverão ser observadas as normas expedidas pela Secretaria da Receita Federal.

Linha 15/20 – BASE DE CÁLCULO

Resultado aritmético dos valores constantes nas [Linhas 15/06 a 15/19](#).

ATIVIDADE IMOBILIÁRIA**Linha 15/21 – Receita da Atividade Imobiliária**

A pessoa jurídica que se dedicar à venda de imóveis construídos ou adquiridos para revenda, ou ao loteamento de terrenos e à incorporação de prédios em condomínio, que tiver seu lucro arbitrado, deverá informar nesta linha o valor da receita bruta do trimestre (Lei nº 8.981, de 1995, art. 49; Lei nº 9.430, de 1996, art. 1ª).

Linha 15/22 – Custo da Atividade Imobiliária

A pessoa jurídica que se dedicar à venda de imóveis construídos ou adquiridos para revenda, ou ao loteamento de terrenos e à incorporação de prédios em condomínio, que tiver seu lucro arbitrado, deverá informar nesta linha o valor do custo do imóvel devidamente comprovado (Lei nº 8.981, de 1995, art. 49; Lei nº 9.430, de 1996, art. 1ª).

O custo do imóvel vendido compreenderá, obrigatoriamente:

- o custo de aquisição de terrenos ou prédios, inclusive tributos devidos na aquisição e as despesas de legalização;
- os custos de estudo, planejamento, legalização e execução dos planos ou projetos de desmembramento, loteamento, incorporação, construção e quaisquer obras ou melhoramentos.

Os custos recuperados correspondentes a períodos de apuração anteriores deverão ser indicados na [Linha 15/21](#).

Linha 15/23 – BASE DE CÁLCULO ATIVIDADE IMOBILIÁRIA

Esta linha será Valor resultante da diferença dos valores informados nas [Linhas 15/21](#) e [15/22](#).

IMPOSTO APURADO COM BASE NO LUCRO ARBITRADO**Linha 15/24 – À Alíquota de 15%**

Valor resultante da aplicação da alíquota de 15% (quinze por cento) sobre o somatório dos valores positivos das [Linhas 15/20](#) e [15/23](#).

Atenção:

A base de cálculo negativa apurada na atividade imobiliária ([Linha 15/23](#)) não será compensada com a base de cálculo positiva das demais atividades ([Linha 15/20](#)) e vice-versa.

Linha 15/25 – Adicional

Valor do adicional, à alíquota de 10% (dez por cento), sobre a parcela da base de cálculo positiva ([Linha 15/20](#) + [Linha 15/23](#)) que exceder ao limite de R\$20.000,00 (vinte mil reais) multiplicado pelo número de meses do período de apuração. Entretanto, trata-se de campo alterável.

Atenção:

A base de cálculo negativa apurada na atividade imobiliária ([Linha 15/23](#)) não será compensada com a base de cálculo positiva das demais atividades ([Linha 15/20](#)) e vice-versa.

Linha 15/26 – Diferença de IR Devida pela Mudança de Coeficiente sobre a Receita Bruta

A pessoa jurídica, exclusivamente prestadora de serviços, que utilizou o percentual favorecido de 19,2% (dezenove por cento e dois décimos) para apuração da base de cálculo do imposto, e cuja receita bruta acumulada até o trimestre tenha

ultrapassado a R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais), deverá informar nesta linha, no trimestre em que exceder o limite, a diferença do imposto de renda determinada com a aplicação do percentual de 38,4% (trinta e oito por cento e quatro décimos) sobre a receita bruta de cada trimestre transcorrido.

Atenção:

As pessoas jurídicas prestadoras de serviços de profissão legalmente regulamentada estão sempre sujeitas à aplicação do percentual de 38,4% para determinação da base de cálculo do imposto.

DEDUÇÕES**Linha 15/27 – Imposto de Renda Retido na Fonte**

Indicar o valor correspondente ao imposto de renda retido na fonte sobre as receitas que integraram a base de cálculo do imposto devido.

Informar, também, o valor do imposto pago ou retido na fonte no período, a título de antecipação, correspondente a rendimentos ou receitas que integram o lucro arbitrado, inclusive o retido sobre rendimentos auferidos em operações *day trade*.

Linha 15/28 – Imposto Pago no Exterior sobre Lucros, Rendimentos e Ganhos de Capital

Indicar, nesta linha, o imposto de renda pago sobre os lucros disponibilizados no país de domicílio da filial, sucursal, controlada ou coligada da pessoa jurídica, bem como o pago relativamente a serviços prestados diretamente, rendimentos e ganhos de capital auferidos no exterior (Lei nº 9.532, de 1997, art. 1º).

Atenção:

A pessoa jurídica, que apurou o imposto de renda com base no lucro arbitrado, poderá deduzir o imposto de renda pago no exterior até a data do vencimento do imposto de renda no País. Assim, na apuração do 4º trimestre, poderá ser deduzido o imposto pago no exterior até 31 de janeiro do ano subsequente.

Maiores informações no [subitem 17.1.6.4](#).

Linha 15/29 – Imposto de Renda Retido na Fonte por Órgão Público

Informar nesta linha os valores do imposto de renda retidos por órgãos públicos quando do pagamento de valores relativos ao fornecimento de bens ou serviços. Observar as instruções e limites constantes da IN SRF/STN/SFC nº 4, de 18 de agosto de 1997, e alterações posteriores.

Linha 15/30 – Imposto Pago Incidente sobre Ganhos no Mercado de Renda Variável

Informar, nesta linha, o valor do imposto pago incidente sobre ganhos líquidos obtidos em aplicações no mercado de renda variável.

Linha 15/31 – IMPOSTO DE RENDA A PAGAR

Soma aritmética dos valores constantes nas [Linhas 15/24 a 15/30](#).

Linha 15/32 - IMPOSTO DE RENDA POSTERGADO DE PERÍODOS DE APURAÇÃO ANTERIORES

Esta linha será utilizada para indicar o valor do imposto postergado de períodos de apuração anteriores em decorrência de inexistência quanto ao período de escrituração de receitas e rendimentos.

O valor desta linha não deverá estar contido no imposto líquido a pagar, devendo ser recolhido em separado do imposto devido (PN CST nºs 57/1979 e 02/1996).

Os juros e multa de mora deverão ser calculados à parte e recolhidos em Darf próprio, juntamente com o valor do imposto postergado, na mesma data de recolhimento da primeira ou única quota do imposto, ou seja, até o último dia útil do mês subsequente ao do trimestre.

Maiores informações no [subitem 17.6](#)

Linha 15/33 - IMPOSTO DE RENDA A PAGAR DE SCP

Indicar, nesta linha, o valor correspondente à soma do imposto de renda a pagar por SCP, inclusive adicional, das quais a declarante seja sócia ostensiva, ainda que a SCP não seja tributada com base no lucro arbitrado no período de apuração. O valor a pagar será o valor do IRPJ apurado pela SCP diminuído, se for o caso, dos valores de imposto de renda retido na fonte por órgãos públicos, dos valores mensais de imposto de renda pago sobre a base de cálculo estimada, do valor sobre parcelamento formalizado de IRPJ sobre a base de cálculo estimada, e do saldo negativo de IRPJ apurado em períodos anteriores pela SCP. Essas deduções deverão ser feitas até o limite do imposto de renda apurado pela SCP.

Atenção:

1) O saldo negativo, se houver, de imposto de renda da SCP deverá ser controlado na escrituração comercial e não deverá ser informado na DIPJ.

2) Se o lucro da SCP for apurado anualmente, e o sócio ostensivo apurar o imposto de renda trimestralmente, informar, no 1º trimestre, o valor de imposto de renda a pagar correspondente ao somatório do imposto apurado nos

meses de janeiro, fevereiro e março. Idêntico procedimento deverá ser adotado com relação aos demais trimestres.

13. PASTA CSLL

Esta pasta contém as fichas referentes à apuração da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), que serão disponibilizadas em conformidade com o perfil de cada pessoa jurídica.

As instruções relativas às fichas de cálculo da CSLL aplicam-se às pessoas jurídicas em geral e às corretoras de seguros.

A entidade imune ou isentas do imposto sobre a renda, que apura a CSLL, deverá preencher as fichas determinadas para esse perfil de entidade.

As instituições financeiras, seguradoras e entidades de previdência aberta deverão preencher a DIPJ em consonância com a escrituração contábil e legislação específica.

[FICHA 16 - Cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido Mensal por Estimativa](#)

[FICHA 17 - Cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido](#)

[FICHA 18A - Cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - Presumido ou Arbitrado](#)

[FICHA 18B - Cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - Imunes ou Isentas](#)

FICHA 16 - Cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido Mensal por Estimativa

Esta ficha é habilitada para a pessoa jurídica que apurou o imposto de renda com base no lucro real anual e para a entidade imune ou isenta do imposto de renda que optou por apurar a CSLL por estimativa mensal.

FORMA DE DETERMINAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (CSLL)

Informar, em relação a cada mês do ano-calendário, a forma de determinação da base de cálculo mensal da contribuição social sobre o lucro líquido, ou seja, se essa foi calculada:

- com base na Receita Bruta e Acréscimos;
- com base em Balanço ou Balancete de Suspensão ou Redução.

CÁLCULO DA CSLL

Linha 16/01 – Base de Cálculo da CSLL

A pessoa jurídica que apurou o imposto sobre a renda com base na receita bruta e acréscimos ou a entidade imune ou isenta do imposto de renda que optou por apurar a CSLL com base na receita bruta e acréscimos devem informar, nesta linha, o valor correspondente a 12% (doze por cento) da receita bruta mensal, excluídas as vendas canceladas, as devoluções de vendas, os descontos incondicionais concedidos e os impostos não cumulativos cobrados destacadamente do comprador dos quais o vendedor dos bens ou prestador de serviços seja mero depositário, e adicionar os acréscimos à base de cálculo em conformidade com o disposto no [subitem 18.3.1.1](#) deste manual.

A pessoa jurídica que apurou o imposto sobre a renda com base em balanço ou balancete de suspensão ou redução ou a entidade imune ou isenta do imposto de renda que optou por apurar a CSLL com base em balanço ou balancete de suspensão ou redução devem informar a base de cálculo da CSLL em conformidade com o disposto no [subitem 17.1.6.3](#) deste manual. A base de cálculo negativa deve ser indicada com o sinal negativo.

Linha 16/02 – CSLL Apurada

Valor resultante da aplicação da alíquota vigente no ano-calendário sobre o valor informado na [Linha 16/01](#).

A alíquota da CSLL é de 9% (nove por cento) ([MP nº 1.858-10](#), de 1999, art. 6º, II, e reedições).

DEDUÇÕES

Linha 16/03 – Recuperação de Crédito de CSLL (MP nº 1.807/1999, Art. 8º)

Esta linha deve ser preenchida, somente quando do levantamento do balanço ou balancete de suspensão ou redução, pelas pessoas jurídicas citadas no § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que tiveram base de cálculo de CSLL negativa e valores adicionados temporariamente, ao lucro líquido, correspondentes a períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 1998, que optaram por escriturar, em seu ativo, como crédito compensável com débitos da CSLL, o valor equivalente a dezoito por cento da soma daquelas parcelas, conforme art. 8º da [MP nº 1.807](#), de 1999, e reedições. A compensação a ser informada, nesta linha, pelo valor original do crédito, somente pode ser efetuada com até 30% (trinta por cento) do saldo da CSLL remanescente em cada período de apuração (trimestral/anual).

Linha 16/04 – CSLL Devida em Meses Anteriores

Esta linha deve ser preenchida somente nos meses em que houver levantamento de balanço ou balancete de suspensão ou

redução, na forma dos arts. 10 a 13 da IN SRF nº 93, de 1997.

Informar o somatório dos valores positivos correspondentes à CSLL devida ([Linha 16/02](#) - [Linha 16/03](#) - [Linha 16/04](#)) nos meses anteriores do mesmo ano-calendário abrangidos pelo período compreendido pela demonstração.

Atenção:

Considera-se CSLL devida em meses anteriores, o somatório das CSLL devidas com base na receita bruta e acréscimos e/ou saldos obtidos em balanços ou balancetes de redução, apuradas em cada mês e/ou período em curso anteriores ao mês em que se desejar reduzir ou suspender o pagamento.

Linha 16/05 – Imposto Pago no Exterior sobre Lucros, Rendimentos e Ganhos de Capital (MP nº 1.858-6/1999, art. 19)

No caso de levantamento de balanço ou balancete de suspensão ou redução no mês de dezembro, pode ser informado nesta linha, o valor do imposto pago no exterior durante o ano-calendário ou que vier a ser pago até 31 de janeiro do ano-calendário subsequente, que exceder o valor compensável com o imposto sobre a renda devido no Brasil, relativo a lucros disponibilizados e aos rendimentos e ganhos de capital, auferidos no exterior, no transcorrer do ano-calendário (Lei nº 9.532, de 1997, art. 1º, § 1º; Lei nº 9.959, de 27 de janeiro de 2000, art. 3º; MP nº 1.991-15, de 2000, art. 35, e reedições; [MP nº 2.158-34](#) de 2001, arts. 21, e parágrafo único, e 74, e reedição), até o limite da CSLL devida em virtude da adição de tais valores à sua base de cálculo.

Atenção:

1) O valor do imposto pago no exterior que exceder o valor compensável com o imposto sobre a renda devido no Brasil relativo aos lucros disponibilizados no exterior e aos rendimentos e ganhos de capital auferidos no exterior, no período em que a pessoa jurídica sujeita ao lucro real se submeter ao lucro arbitrado, ou se submeter ao Refis e optar pelo regime de tributação com base no lucro presumido, deve ser informado, no trimestre de disponibilização dos lucros e/ou de auferimento dos rendimentos ou ganhos de capital, na [Linha 18A/14](#), conforme instruções daquela Linha.

2) A pessoa jurídica que adotou a forma de tributação pelo lucro real anual pode deduzir da CSLL apurada no ajuste anual o valor do excesso de imposto pago no exterior durante o ano-calendário ou que vier a ser pago até 31 de março do ano subsequente, que exceder o valor compensável com o imposto sobre a renda devido no Brasil, relativo a lucros disponibilizados no exterior e a rendimentos e ganhos de capital auferidos no exterior, durante o ano-calendário a que se refere o balanço, até o limite do valor da contribuição acrescido em decorrência dessa adição, desde que não tenha sido deduzido no balanço ou balancete de suspensão ou redução no mês de dezembro. Nesse caso o valor deve ser informado na [Linha 17/40](#), conforme instruções daquela Linha.

Linha 16/06 – CSLL Retida na Fonte por Órgão Público

Informar, nesta linha, o valor correspondente à CSLL retida por órgão público sobre as receitas que integram a base de cálculo da CSLL devida. Observar as instruções e limites constantes da IN SRF/STN/SFC nº 4, de 18 de agosto de 1997, e da IN SRF/STN/SFC nº 23, de 2 de março de 2001.

Atenção:

O valor a ser informado, nesta linha, está limitado ao valor que seria indicado na [Linha 16/07](#) caso não houvesse sido computada essa dedução. O valor não aproveitado em um mês poderá ser utilizado em meses subsequentes ou na apuração anual (ajuste anual) do próprio ano-calendário.

Linha 16/07 – CSLL A PAGAR

Resultado aritmético dos valores informados nas [Linhas 16/02 a 16/06](#).

Linha 16/08 – PARCELAMENTO FORMALIZADO

Informar, nesta linha, o montante original de CSLL, apurado no transcorrer do ano-calendário, sobre a base de cálculo estimada ou sobre o resultado apurado em balanço ou balancete de redução, que seja objeto de parcelamento deferido pela Secretaria da Receita Federal.

Atenção:

- 1) O montante correspondente aos valores parcelados não pode gerar saldo negativo de contribuição.
- 2) O pedido de restituição ou a utilização para compensação, mediante processo administrativo ou não, do saldo de parcelamento de CSLL apurada sobre a base de cálculo estimada, inclusive a apurada em balanço ou balancete de suspensão ou redução, ficam condicionados ao pagamento do referido parcelamento.
- 3) O saldo da CSLL parcelada que não for compensado em determinado período pode ser compensado com os valores da CSLL em períodos subsequentes, até o montante das parcelas devidamente pagas do parcelamento.

Exemplo:

Valor originário da contribuição = R\$10.000,00;

Parte do valor original do débito do processo de parcelamento = R\$4.000,00;
 Valor total constante do processo de parcelamento (principal + multa + juros) = R\$7.000,00
 Valor parcelado do débito = R\$4.000,00

Linha 16/09 – CSLL A PAGAR DE SCP

Preencher valores nesta linha observando a forma de apuração adotada pelas SCP:

- a) Apuração anual - recolhimentos mensais sobre a base de cálculo na receita bruta e acréscimos
 Informar, nesta linha, o valor correspondente à soma da CSLL a pagar por SCP, das quais seja sócia ostensiva, deduzido dos valores correspondentes à CSLL retida na fonte por órgão público.
- b) Apuração anual - recolhimentos com base em balanço ou balancete de suspensão ou redução
 Informar, nesta linha, o valor correspondente à soma da CSLL a pagar por SCP, conforme definido no item "a" acima, diminuído do valor correspondente à CSLL devida em meses anteriores, observando-se as instruções da [Linha 16/04](#).

Atenção:

- 1) As deduções devem ser efetuadas até o limite da CSLL apurada.
- 2) Se a CSLL da SCP for apurada com base no lucro real trimestral ou no lucro presumido e o sócio ostensivo apurar a CSLL sobre a base de cálculo estimada ou com base no balanço de suspensão e/ou redução, os valores positivos da CSLL a pagar, correspondentes aos 1^a, 2^a, 3^a e 4^a trimestres da SCP, inclusive os apurados com base no lucro presumido em razão de ingresso no Refis, devem ser informados, nesta ficha, nos meses de março, junho, setembro e dezembro, respectivamente.
- 3) Não devem ser informados, nesta linha, os valores correspondentes aos saldos negativos de CSLL apurados trimestralmente.

Linha 16/10 – PARCELAMENTO FORMALIZADO DE SCP

Informar, nesta linha, o montante do valor original do débito da CSLL, apurado no transcorrer do ano-calendário, sobre a base de cálculo estimada, inclusive sobre o resultado apurado em balanço ou balancete de redução, que seja objeto de parcelamento deferido pela Secretaria da Receita Federal.

Exemplo:

Valor originário da contribuição = R\$10.000,00;
 Parte do valor original do débito do processo de parcelamento = R\$4.000,00;
 Valor total constante do processo de parcelamento (principal + multa + juros) = R\$7.000,00
 Valor parcelado do débito = R\$4.000,00

Atenção:

- 1) Se a CSLL da SCP for apurada trimestralmente, inclusive com base no lucro presumido em razão de ingresso no Refis, e o sócio ostensivo apurar a CSLL sobre a base de cálculo estimada ou com base em balanço ou balancete de suspensão ou redução, o valor da CSLL, que seja objeto de parcelamento deferido pela Secretaria da Receita Federal, correspondente aos 1^a, 2^a, 3^a e 4^a trimestres, deve ser informado nos meses de março, junho, setembro e dezembro, respectivamente.
- 2) O montante correspondente aos valores parcelados não pode gerar saldo negativo de contribuição.
- 3) O pedido de restituição ou a utilização para compensação, mediante processo administrativo ou não, do saldo de parcelamento de CSLL apurada sobre a base de cálculo estimada, inclusive a apurada em balanço ou balancete de suspensão ou redução, ficam condicionados ao pagamento do referido parcelamento.
- 4) O saldo da CSLL parcelada que não for compensado em determinado período pode ser compensado com os valores da CSLL em períodos subseqüentes, até o montante das parcelas devidamente pagas do parcelamento.

FICHA 17 - Cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

Esta ficha deve ser preenchida pelas pessoas jurídicas submetidas à apuração da CSLL com base no resultado do período ajustado, trimestral ou anualmente (ajuste), para demonstração do cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

As empresas que exploram atividades rurais e outras atividades em geral, que desejarem usufruir dos benefícios previstos na legislação para a atividade rural, devem preencher ambas as colunas nos trimestres correspondentes.

Informações detalhadas sobre segregação do resultado da atividade rural do resultados das demais atividades estão contidas no [subitem 17.1.8](#) deste manual.

DEMONSTRAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DA CSLL

Linha 17/01 – Lucro Líquido Antes da CSLL

Valor da [Linha 06A/51](#).

ADIÇÕES

Linha 17/02 – Provisões Não Dedutíveis

Informar nesta linha o valor das provisões não dedutíveis para fins da determinação da base de cálculo da CSLL, que foram

informadas nas Fichas [04A](#) e [05A](#).

Atenção:

O valor da despesa com a constituição de provisão para perdas prováveis na realização de investimentos deve ser informado na [Linha 17/17](#).

Linha 17/03 – Despesas Não-Dedutíveis (Lei nº 9.249/95, art. 13)

Informar, nesta linha, os seguintes valores computados na apuração do lucro líquido:

- a) das contraprestações de arrendamento mercantil e do aluguel de bens móveis ou imóveis, exceto quando relacionados intrinsecamente com a produção ou comercialização dos bens e serviços;
- b) das despesas e custos de depreciação, amortização, manutenção, reparo, conservação, impostos, taxas, seguros e quaisquer outros gastos com bens móveis ou imóveis, exceto se intrinsecamente relacionados com a produção ou comercialização de bens e serviços;
- c) das despesas e custos com alimentação dos sócios, acionistas e administradores;
- d) das despesas, custos e contribuições baseadas nos lucros, relativos à previdência privada e ao Fundo de Aposentadoria Programada Individual (Fapi), cujo ônus seja da pessoa jurídica, que, somados, excederem a 20% do total dos salários dos empregados e da remuneração dos dirigentes da empresa, vinculados ao referido plano.
- e) das doações, exceto as referidas no § 2º do art. 13 da Lei nº 9.249, de 1995;
- f) das despesas com brindes.

Atenção:

- 1) O valor relativo às doações e patrocínios à Atividade Cultural e Artística, previstos no art. 18 da Lei nº 8.313, de 1991, e aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, de que trata a Lei nº 8.069, de 1990, é indedutível.
- 2) As provisões não dedutíveis, conforme o inciso I do art. 13 da Lei nº 9.249, de 1995, devem ser informadas na [Linha 17/02](#).
- 3) O valor integral dos investimentos nos Fundos de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional (Funcines) é indedutível (MP nº 2.219, de 4 de setembro de 2001, arts. 44 a 46, reeditada na MP nº 2.228, de 6 de setembro de 2001, arts. 44 a 46).

Linha 17/04 – Parcela dos Lucros de Contratos de Construção por Empreitada ou Fornecimento, Celebrados com Pessoa Jurídica de Direito Público

Indicar, nesta linha, a parcela do valor do lucro que houver sido excluída em período de apuração anterior, proporcional à receita recebida no próprio período de apuração, inclusive mediante resgate ou alienação sob qualquer forma de títulos públicos ou Certificados de Securitização, emitidos especificamente para quitação desses créditos, decorrente de contratos de construção por empreitada ou de fornecimento a preço predeterminado, de bens ou serviços, celebrados com pessoa jurídica de direito público ou empresa sob seu controle, empresa pública, sociedade de economia mista ou sua subsidiária (Lei nº 8.003, de 1990, art. 3º; Lei nº 9.711, de 20 de novembro de 1998, art. 18).

Linha 17/05 - Lucros Disponibilizados no Exterior

Valores informados na [Linha 09A/05](#).

Linha 17/06 – Rendimentos e Ganhos de Capital Auferido no Exterior

Valores informados na [Linha 09A/06](#).

Linha 17/07 – Ajustes Decorrentes de Métodos – Preços de Transferências

Valores informados na [Linha 09A/07](#).

Linha 17/08 – Variações Cambiais Passivas (MP nº 1.858-10/1999, art. 30)

Valores informados na [Linha 09A/08](#).

Linha 17/09 – Variações Cambiais Ativas – Operações Liquidadas (MP nº 1.858-10/1999, art. 30)

Valores informados na [Linha 09A/09](#).

Linha 17/10 – Ajustes por Diminuição no Valor de Investimentos Avaliados pelo Patrimônio Líquido

Valores informados na [Linha 09A/10](#).

Linha 17/11 – Perdas em Operações Realizadas no Exterior

Valores informados na [Linha 09A/11](#).

Linha 17/12 – Excesso de Juros sobre o Capital Próprio

Valores informados na [Linha 09A/12](#).

Linha 17/13 – Ajustes de Obrigações e Créditos – Variação Cambial Amortizada (Lei nº 9.816/99, art. 2º, e Lei nº

10.305/2001, art. 2ª)

Valores informados na [Linha 09A/13](#).

Linha 17/14 – Reserva Especial – Realização (Lei nº 8.200/91, art. 2ª)

Valores informados na [Linha 09A/14](#).

Linha 17/15 – Realização de Reserva de Reavaliação

Valores informados na [Linha 09A/20](#).

Linha 17/16 – Encargos de Depreciação, Amortização e Exaustão e Baixa de Bens - Diferença de Correção Monetária - IPC/BTNF

Indicar, nesta linha, os valores dos encargos referidos e da parcela do custo de bem baixado a qualquer título, computados em conta de resultado, que corresponderem à diferença de correção monetária entre o IPC e o BTNF, do ano de 1990 (Lei nº 8.200, de 1991, art. 3ª), e computados em conta de resultado (IN SRF nº 96, de 1993, art. 16).

Linha 17/17 – Outras Adições

Indicar, nesta linha, os demais valores a serem adicionados ao lucro líquido, na determinação da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro, que não se classifiquem em qualquer das linhas anteriores, tais como:

- a) os juros, decorrentes de empréstimos, pagos ou creditados a empresa controlada ou coligada, independentemente do local de seu domicílio, incidentes sobre valor equivalente aos lucros não disponibilizados por empresas controladas, domiciliadas no exterior ([MP nº 1.991-15](#), de 2000, art. 35, e reedições);
- b) a despesa com a constituição da provisão para perdas prováveis na realização de investimentos;
- c) o valor das perdas de capital por variação na percentagem de participação no capital social de coligada ou controlada no Brasil, quando o investimento for avaliado pela equivalência patrimonial;
- d) o valor do ágio amortizado quando se tratar de instituições participantes do Programa de Estímulo à Reestruturação do Sistema Financeiro de que trata a Lei nº 9.710, de 19 de novembro de 1998, cujo processo de incorporação tenha ocorrido até 31 de dezembro de 1996 (Lei nº 9.710, de 1998, art. 2ª, inciso VI);
- e) as demais despesas informadas na [Linha 06A/45](#), que não sejam usuais ou normais nos tipos de transações, operações ou atividades da empresa, e não sejam necessárias à realização dessas atividades e à manutenção da respectiva fonte produtora, caso não haja previsão específica, neste manual, para inclusão em outra linha.

Linha 17/18 – SOMA DAS ADIÇÕES

Soma dos valores informados nas [Linhas 17/02 a 17/17](#).

EXCLUSÕES**Linha 17/19 – Reversão dos Saldos das Provisões Não Dedutíveis**

Valores informados na [Linha 09A/25](#).

Linha 17/20 – Lucros e Dividendos Derivados de Investimentos Avaliados pelo Custo de Aquisição

Valores indicados na [Linha 09A/27](#).

Linha 17/21 – Ajustes por Aumento no Valor de Investimentos Avaliados pelo Patrimônio Líquido

Valores indicados nas [Linha 09A/28](#).

Linha 17/22 – Parcela dos Lucros de Contratos de Construção por Empreitada ou Fornecimento, Celebrados com Pessoa Jurídica de Direito Público

Indicar, nesta linha, a parcela dos lucros decorrentes de contratos de construção por empreitada ou de fornecimento a preço predeterminado, de bens ou serviços celebrados com pessoa jurídica de direito público, ou empresa sob seu controle, empresa pública, sociedade de economia mista ou sua subsidiária, computada no resultado do período de apuração, proporcional à receita dessas operações consideradas nesse resultado e não recebida até a data do balanço de encerramento do mesmo período de apuração (Lei nº 8.003, de 1990, art. 3ª e ADN CST nº 05, de 1991).

Também pode ser incluída nesta linha a parcela dos lucros decorrentes dos contratos acima, quando os créditos com essas pessoas jurídicas forem quitados pelo Poder Público com títulos de sua emissão, inclusive com Certificados de Securitização, emitidos especificamente para essa finalidade. Tal parcela será adicionada à base de cálculo da CSLL no período de apuração do resgate desses títulos ou de sua alienação sob qualquer forma (Lei nº 9.711, de 20 de novembro de 1998, art. 18).

No caso de subcontratação de parte da empreitada ou fornecimento, o direito ao diferimento cabe também à empreiteira ou fornecedora, na proporção da sua participação na receita a receber. A parcela excluída nos termos desta Linha deve ser adicionada ao resultado do período de apuração (apuração trimestral ou anual) em que a receita for recebida.

Linha 17/23 – Rendimentos e Ganhos de Capital Auferidos no Exterior

Valores informados na [Linha 09A/29](#).

Linha 17/24 – Variações Cambiais Ativas (MP nº 1.858-10/1999, art. 30)

Valores informados na [Linha 09A/30](#).

Linha 17/25 – Variações Cambiais Passivas – Operações Liquidadas (MP nº 1.858-10/1999, art. 30)

Valores informados na [Linha 09A/31](#).

Linha 17/26 – Outras Exclusões

Indicar, nesta linha, os demais valores a serem excluídos da base de cálculo, que não se classifiquem em qualquer das linhas anteriores.

Linha 17/27 – SOMA DAS EXCLUSÕES

Somatório dos valores informados nas [Linhas 17/19 a 17/26](#).

Linha 17/28 – BASE DE CÁLCULO DA CSLL ANTES DA COMPENSAÇÃO DA BC NEGATIVA DO PRÓPRIO PERÍODO DE APURAÇÃO

Resultado aritmético dos valores constantes das Linhas [17/01](#), [17/18](#) e [17/27](#).

Esse valor corresponde à base de cálculo da CSLL do período de apuração. Apurando-se base de cálculo negativa, em ambas as colunas, atividades em geral ou rural, o valor negativo é repetido na [Linha 17/31](#), deixando de ser preenchidas as Linhas [17/29](#) ou [17/30](#).

Linha 17/29 – Atividades em Geral

Informar, nesta linha, o valor da base de cálculo negativa apurado na atividade geral, no próprio período de apuração, a ser compensado com a base de cálculo positiva da atividade rural, nesse mesmo período.

Essa compensação não está sujeita ao limite de 30% (trinta por cento) da base de cálculo da atividade rural apurada no próprio período de apuração.

Maiores informações sobre este tópico podem ser obtidas no [subitem 18.4](#) deste manual.

Linha 17/30 – Atividade Rural

Informar, nesta linha, o valor da base de cálculo negativa apurada na atividade rural, no próprio período de apuração, a ser compensado com a base de cálculo positiva apurada na atividade geral, nesse mesmo período.

Essa compensação não está sujeita ao limite de 30% (trinta por cento) da base de cálculo das atividades em geral apurada no próprio período de apuração.

Maiores informações sobre este tópico podem ser obtidas no [subitem 18.4](#) deste manual.

Linha 17/31 - BASE DE CÁLCULO ANTES DA COMPENSAÇÃO DE BC NEGATIVA DE PERÍODOS ANTERIORES

a) Atividades em Geral, a diferença entre os valores informados nas Linhas [17/28](#) e [17/30](#);

b) Atividade Rural, a diferença entre os valores informados nas Linhas [17/28](#) e [17/29](#).

Linha 17/32 – Base de Cálculo Negativa da CSLL de Períodos Anteriores - Atividades em Geral

Informar, nesta linha, o valor da base de cálculo negativa da CSLL das atividades em geral, relativa a períodos anteriores, a ser compensada com a base de cálculo positiva do período de apuração, observado o limite de 30% (trinta por cento) do valor informado na [Linha 17/28](#), ainda que a compensação seja efetuada com a base de cálculo da CSLL da atividade rural.

Maiores informações sobre este tópico podem ser obtidas no [subitem 18.4](#) deste manual.

Linha 17/33 – Base de Cálculo Negativa da CSLL de Períodos Anteriores - Atividade Rural

Informar, nesta linha, o valor da base de cálculo negativa da CSLL da atividade rural, relativa a períodos anteriores, a ser compensada com a base de cálculo positiva do período de apuração, observado o limite máximo de 30% (trinta por cento) do valor informado na [Linha 17/28](#), caso a compensação seja efetuada com a base de cálculo da CSLL das atividades em geral.

Atenção:

A base de cálculo da CSLL da atividade rural, quando negativa, pode ser compensada com o resultado dessa mesma atividade, apurado em períodos subseqüentes, ajustada pelas adições e exclusões previstas na legislação, sem o limite máximo de redução de trinta por cento ([MP nº 1.991-15](#), de 2000, art. 42, e reedições).

Maiores informações sobre este tópico podem ser obtidas no [subitem 18.4](#) deste manual.

Linha 17/34 – BASE DE CÁLCULO DA CSLL

Resultado aritmético dos valores informados nas [Linhas 17/31 a 17/33](#).

Linha 17/35 – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido por Atividade

Valor resultante da aplicação da alíquota vigente no ano-calendário sobre a base de cálculo da CSLL ([Linha 17/34](#)).

A alíquota da CSLL, para todas as pessoas jurídicas, no ano-calendário de 2002, é de 9% (nove por cento) ([MP nº 1.858-10](#), de 1999, art. 6º, II, e reedições).

CÁLCULO DA CSLL**Linha 17/36 – CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO TOTAL**

Soma dos valores indicados nas colunas Atividades em Geral e Atividade Rural, na [Linha 17/35](#).

DEDUÇÕES

Linha 17/37 – Recuperação de Crédito de CSLL (MP nº 1.807/1999, art. 8º)

Esta linha somente deve ser preenchida pelas pessoas jurídicas citadas no § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que tiveram base de cálculo de CSLL negativa e valores adicionados temporariamente, ao lucro líquido, correspondentes a períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 1998, que optaram por escriturar, em seu ativo, como crédito compensável com débitos da CSLL, o valor equivalente a dezoito por cento da soma daquelas parcelas. O valor da compensação a ser informada, nesta linha, pelo valor original do crédito, somente pode ser efetuada com até 30% (trinta por cento) do saldo da CSLL constante da Linha 17/36 em cada período de apuração (trimestral/anual).

Linha 17/38 – CSLL Mensal Paga por Estimativa

Esta linha deve ser preenchida somente pelas pessoas jurídicas que apuraram o lucro real anual.

Somente podem ser deduzidos na apuração do ajuste anual os valores de estimativa efetivamente pagos relativos ao ano-calendário.

Considera-se efetivamente pago por estimativa o crédito da contribuição extinto por meio de: dedução da CSLL retida por órgão público, compensação de pagamento a maior e/ou indevido, compensação de saldo negativo de CSLL de períodos anteriores, compensação solicitada por meio de processo administrativo, nos termos da IN SRF nº 210, de 30 de setembro de 2002, compensação autorizada por medida judicial e valores pagos por meio de Darf. O valor da CSLL efetivamente paga por estimativa corresponde ao somatório dos valores mensais relativos à seguinte operação:

[Linha 16/05](#) + [Linha 16/06](#) + Pagamentos de CSLL mensal + Compensação de Pagamento Indevido ou a Maior + Compensação do Saldo Negativo de Períodos Anteriores de CSLL + Outras Compensações (IN SRF nº 210, de 2002).

Atenção:

A pessoa jurídica que apurou CSLL anual com base em balanço ou balancete de suspensão ou redução não deve informar, nesta linha, o valor correspondente ao crédito de CSLL de que trata o art. 8º da [MP nº 1.807](#), de 1999, e reedições, compensado com a CSLL apurada nesses balanços ou balancetes, uma vez que o cálculo para fins de observação do limite de 30% deverá ser feito no balanço de 31 de dezembro do ano-calendário (ajuste anual).

Linha 17/39 – Parcelamento Formalizado de CSLL sobre a Base de Cálculo Estimada

Informar, nesta linha, o valor original de CSLL, apurado no transcorrer do ano-calendário, sobre a base de cálculo estimada, inclusive sobre o resultado apurado em balanço ou balancete de redução, que seja objeto de parcelamento deferido pela Secretaria da Receita Federal até 31 de março do ano-calendário subsequente.

Atenção:

- 1) O montante correspondente aos valores parcelados não poderá gerar saldo negativo de contribuição.
- 2) O pedido de restituição ou a utilização para compensação, mediante processo administrativo ou não, do saldo de parcelamento de CSLL apurada sobre a base de cálculo estimada, ou apurada em balanço ou balancete de suspensão ou redução, ficam condicionados ao pagamento do referido parcelamento.

Exemplo:

Valor originário da CSLL = R\$10.000,00;

Parte do valor original do débito constante do processo de parcelamento = R\$4.000,00;

Valor total constante do processo de parcelamento (principal + multa + juros) = R\$7.000,00;

Neste caso o valor a ser informado como parcelamento formalizado é R\$ 4.000,00.

Linha 17/40 – Imposto Pago no Exterior sobre Lucros, Rendimentos e Ganhos de Capital (MP nº 1.858-6/1999, art. 19)

Informar, nesta linha, o valor do imposto pago no exterior que exceder o valor compensável com o imposto de renda devido no Brasil, relativo aos lucros disponibilizados no exterior e aos rendimentos e ganhos de capital auferidos no exterior, no período em que a pessoa jurídica se submeter ao lucro real, até o limite da CSLL devida em virtude da adição de tais valores à base de cálculo dessa contribuição.

Atenção:

- 1) Não informar o valor do excesso de imposto pago no exterior já compensado no recolhimento mensal referente a dezembro, no caso de levantamento de balanço ou balancete de suspensão ou redução relativo àquele mês ([Linha 16/05](#)), pois esse valor já está sendo deduzido com o correto preenchimento da [Linha 17/38](#).
- 2) No caso citado no atenção "1", a pessoa jurídica que apurou a CSLL anual pode deduzir o valor do excesso do imposto pago no exterior até 31 de março de 2003.
- 3) A pessoa jurídica que apurou CSLL trimestralmente, pode deduzir o valor do excesso do imposto pago no exterior até a data do vencimento da contribuição no Brasil. Assim, na apuração do 4º trimestre, poderá ser deduzido o excesso do imposto pago no exterior até 31 de janeiro do ano subsequente.

Linha 17/41 – CSLL Retida na Fonte por Órgão Público

Indicar, nesta linha, o valor correspondente à CSLL retida por órgão público sobre as receitas que integraram a base de cálculo da CSLL. Observar as instruções e limites constantes da IN SRF/STN/SFC nº 4, de 18 de agosto de 1997, e da IN SRF/STN/SFC nº 23, de 2 de março de 2001.

Atenção:

- 1) Os valores excedentes de CSLL retida na fonte por órgão público, não utilizados na apuração da CSLL mensal, no transcorrer do ano-calendário, devem ser informados nesta linha, independentemente de limite.
- 2) Não há limite para dedução do valor da CSLL retida na fonte para as pessoas jurídicas que apuram a CSLL trimestralmente.

Linha 17/42 – CSLL A PAGAR

Resultado aritmético dos valores informados nas [Linhas 17/36 a 17/41](#).

Linha 17/43 – CSLL A PAGAR DE SCP

Informar, nesta linha, o valor correspondente à soma da CSLL a pagar por Sociedade em Conta de Participação (SCP), da qual a declarante seja sócia ostensiva, ainda que a SCP não seja tributada com base no lucro real no período de apuração. O valor a pagar é o valor da CSLL apurada pela SCP diminuído, se for o caso, dos valores de CSLL mensais efetivamente pagos por estimativa e do valor do parcelamento formalizado de CSLL sobre a base de cálculo estimada, dos valores, quando não compensados com a estimativa mensal, relativos à CSLL retida por órgão público, à compensação de pagamento a maior e/ou indevido, à compensação de saldo negativo de CSLL de períodos anteriores, à compensação solicitada por meio de processo administrativo, à compensação autorizada por medida judicial e dos valores pagos por meio de Darf.

Essas deduções devem ser feitas até o limite da CSLL apurada.

Atenção:

- 1) O saldo negativo, se houver, de CSLL da SCP deve ser controlado na escrituração comercial e não deve ser informado na DIPJ.
- 2) Se o lucro da SCP for apurado anualmente, e o sócio ostensivo apurar a CSLL trimestralmente, informar, no 1º trimestre, o valor da CSLL a pagar correspondente ao somatório da CSLL apurada nos meses de janeiro, fevereiro e março. Idêntico procedimento deve ser adotado com relação aos demais trimestres.
- 3) Se o lucro da SCP for apurado trimestralmente, e o sócio ostensivo apurar a CSLL anualmente, informar, na [Linha 16/09](#), no último mês do trimestre, o valor da CSLL a pagar da SCP, inclusive os apurados com base no lucro presumido, correspondente ao somatório da CSLL apurada nos meses componentes do trimestre.

Linha 17/44 – CSLL SOBRE A DIFERENÇA ENTRE O CUSTO ORÇADO E O CUSTO EFETIVO

A pessoa jurídica que efetuar a venda de unidades imobiliárias antes do término da obra, cujo custo orçado for superior em mais de 15% (quinze por cento) do custo efetivo, deve informar nesta linha o valor correspondente à insuficiência da CSLL não recolhida, no período de apuração em que o empreendimento for concluído.

Os juros de mora sobre o valor da CSLL postergada devem ser calculados à parte e recolhidos em Darf distinto, nos mesmos prazos de pagamento da CSLL.

Para cálculo da importância a ser indicada nesta linha, observar o disposto nas instruções para cálculo da CSLL postergada da Linha 17/45.

Linha 17/45 – CSLL POSTERGADA DE PERÍODOS DE APURAÇÃO ANTERIORES

Esta linha é utilizada para indicar o valor da CSLL postergada de períodos de apuração anteriores em decorrência de inexatidão quanto ao período de escrituração de receitas, rendimentos, custos ou deduções (Decreto nº 3.000, de 1999, art. 273).

O valor desta linha não deve estar contido no valor da CSLL a pagar, devendo ser recolhido em separado da CSLL devida (PN CST nºs 57/1979 e 02/1996).

Os juros e multa de mora devem ser calculados a parte e recolhidos em Darf próprio, juntamente com o valor da CSLL postergada, na mesma data de recolhimento da primeira ou única quota da CSLL, ou seja, até o último dia útil do mês subsequente ao do trimestre ou até o último dia útil do mês de março do ano-calendário de 2003, conforme seja o período de apuração trimestral ou anual, respectivamente.

Maiores informações no [subitem 18.7](#).

FICHA 18A - Cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - Presumido ou Arbitrado

Esta ficha deve ser preenchida pela pessoa jurídica que apurou a CSLL com base no lucro presumido ou arbitrado em um ou mais trimestres do ano-calendário, inclusive se optante pelo Refis.

CÁLCULO DA CSLL**Linha 18A/01 – Receita Bruta do Trimestre**

Valor das [Linhas 14/01 a 14/04](#) ou [15/01 a 15/05](#) e [15/21](#), conforme o regime de tributação do trimestre.

O valor a ser transportado corresponde à receita bruta auferida no trimestre, excluídas as vendas canceladas, as

devoluções de vendas, os descontos incondicionais concedidos e os impostos não cumulativos cobrados, destacadamente do comprador ou contratante, e dos quais o vendedor dos bens ou prestador de serviços seja mero depositário.

Linha 18A/02 – Aplicação do Percentual sobre a Receita Bruta

Valor resultante da aplicação do percentual de 12% (doze por cento) sobre o valor informado na [Linha 18A/01](#).

Linha 18A/03 – Rendimentos e Ganhos Líquidos de Aplicações de Renda Fixa e Renda Variável

Valor da Linha [14/06](#) ou [15/07](#) conforme o regime de tributação do trimestre.

Linha 18A/04 – Juros sobre o Capital Próprio

Valor da Linha [14/07](#) ou [15/08](#) conforme o regime de tributação do trimestre.

Linha 18A/05 – Ajustes Decorrentes de Métodos - Preços de Transferências

Informar, nesta linha, o valor corresponde aos ajustes decorrentes da aplicação de métodos de preços transferência em operações praticadas com pessoas vinculadas, observado o disposto nos arts. 18 a 24 e 28 da Lei nº 9.430, de 1996. Vide [subitem 18.5](#), letras "f", "g", "h" e Fichas [32](#) e [34](#).

Atenção:

Os valores de ajustes apurados no decorrer do ano-calendário devem ser adicionados à base de cálculo da CSLL no 4º trimestre.

Linha 18A/06 - Lucros Disponibilizados no Exterior

Valor da Linha [14/13](#) ou [15/14](#) conforme o regime de tributação do trimestre.

Corresponde aos lucros auferidos no exterior, por intermédio de filiais, sucursais, controladas ou coligadas, no trimestre em que tais lucros tiverem sido disponibilizados para a pessoa jurídica domiciliada no Brasil (Lei nº 9.532, de 1997, art. 1º, § 1º; Lei nº 9.959, de 2000, art. 3º; Lei nº 9.964, de 2000, art. 4º, parágrafo único; [MP nº 1.991-15](#), de 2000, art. 35, e reedições; [MP nº 2.158-34](#), de 2001, art. 74).

Atenção:

Caso a pessoa jurídica esteja sujeita ao lucro arbitrado no 4º trimestre, deve ser adicionado nesta linha, na coluna relativa a esse trimestre, o valor dos lucros disponibilizados do exterior que, no decorrer do ano-calendário, tenha sido excluído da base de cálculo do imposto de renda em período de apuração anterior, em virtude de a pessoa jurídica ter sido tributada com base no lucro real.

Maiores informações no [subitem 17.4](#)

Linha 18A/07 – Rendimentos e Ganhos de Capital Auferidos no Exterior

Valor da Linha [14/14](#) ou [15/15](#) conforme o regime de tributação do trimestre.

Linha 18A/08 – Variações Cambiais Ativas – Operações Liquidadas (MP nº 1.858-10/1999, art. 30)

Valor informado na Linha [14/15](#) ou [15/16](#), conforme o regime de tributação do trimestre.

Linha 18A/09 – Demais Receitas e Ganhos de Capital

Indicar, nesta linha, o valor dos ganhos de capital, das demais receitas e dos resultados positivos decorrentes de receitas não compreendidas na atividade principal da pessoa jurídica, auferidos no trimestre, inclusive as variações cambiais ativas. Consultar as instruções do [subitem 18.5](#) deste manual.

Atenção:

O valor dos rendimentos e ganhos de capital, auferidos no exterior, no trimestre em que a pessoa jurídica sujeita ao lucro real se submeter ao lucro arbitrado, ou se submeter ao Refis e optar pelo regime de tributação com base no lucro presumido, não deve ser informado nesta Linha, mas na [Linha 18A/07 \(Lei nº 9.964, de 2000; Decreto nº 3.431, de 2000, art. 9º; AD SRF nº 75, de 1999\)](#).

Linha 18A/10 – Excedente de Variação Cambial (MP nº 1.858-10/1999, art. 31)

Valor informado na [Linha 14/17](#) ou da [Linha 15/18](#), conforme o regime de tributação do trimestre.

Linha 18A/11 – Variações Cambiais Ativas – (MP nº 1.858-10/1999, art. 30)

Valor informado na [Linha 14/18](#) ou [15/19](#), conforme o regime de tributação do trimestre.

Linha 18A/12 – BASE DE CÁLCULO DA CSLL

Soma algébrica dos valores informados nas [Linhas 18A/02 a 18A/11](#).

Linha 18A/13 – CSLL Apurada

Valor resultante da aplicação da alíquota vigente no trimestre sobre o valor da [Linha 18A/12](#).

A alíquota da CSLL no ano-calendário de 2002 é de 9% (nove por cento) ([MP nº 1.858-10](#), de 1999, art. 6º, II, e reedições).

DEDUÇÕES

Linha 18A/14 – Imposto Pago no Exterior sobre Lucros, Rendimentos e Ganhos de Capital (MP nº 1.858-6/1999, art. 19)

Informar nesta linha, o valor do imposto pago no exterior que exceder o valor compensável com o imposto sobre a renda devido no Brasil, relativo aos lucros disponibilizados e aos rendimentos e ganhos de capital, auferidos no exterior, até o limite da CSLL devida, em virtude da adição de tais valores à sua base de cálculo, no período em que a pessoa jurídica submeteu ao lucro arbitrado ou apurou lucro presumido por se submeter ao Refis.

Linha 18A/15 – CSLL Retida na Fonte por Órgão Público

Informar, nesta linha, os valores de CSLL retidos por órgãos públicos quando do pagamento de valores relativos ao fornecimento de bens ou serviços.

Atenção:

O valor a ser informado, nesta linha, está limitado ao valor que seria indicado na [Linha 18A/16](#) caso não houvesse sido computada essa dedução. Quando a CSLL a deduzir for superior à CSLL a pagar no trimestre, o excesso pode ser compensado nos trimestres subseqüentes, acrescido dos juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), para títulos federais, acumulada mensalmente, a partir do primeiro dia do trimestre subseqüente, até o mês anterior ao da compensação, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que a dedução estiver sendo efetuada.

Linha 18A/16 – CSLL A PAGAR

Diferença entre os valores informados na [Linha 18A/13](#) e a soma dos valores indicados nas Linhas [18A/14](#) e [18A/15](#).

Linha 18A/17 – CSLL A PAGAR DE SCP

Informar, nesta linha, o valor correspondente à soma da CSLL a pagar por Sociedade em Conta de Participação (SCP), da qual a declarante seja sócia ostensiva, ainda que a SCP tenha sido tributada com base no lucro real no período de apuração.

O valor a pagar é o valor da CSLL apurada pela SCP diminuído, se for o caso, dos valores de CSLL mensais efetivamente pagos por estimativa e do valor do parcelamento formalizado de CSLL sobre a base de cálculo estimada, dos valores, quando não compensados com a estimativa mensal, relativos à CSLL retida por órgão público, à compensação de pagamento a maior e/ou indevido, à compensação de saldo negativo de CSLL de períodos anteriores, à compensação solicitada por meio de processo administrativo, à compensação autorizada por Medida Judicial e dos valores pagos por meio de Darf.

Essas deduções devem ser feitas até o limite da CSLL apurada.

Atenção:

- 1) O saldo negativo, se houver, de CSLL da SCP deve ser controlado na escrituração comercial e não deverá ser informado na DIPJ.
- 2) Se o lucro da SCP, for apurado anualmente, e o sócio ostensivo apurar a CSLL trimestralmente, informar, no 1º trimestre, o valor da CSLL a pagar correspondente ao somatório da CSLL apurada nos meses de janeiro, fevereiro e março. Idêntico procedimento deve ser adotado com relação aos demais trimestres.

Linha 18A/18 – CSLL POSTERGADA DE PERÍODOS DE APURAÇÃO ANTERIORES

Esta linha é utilizada pela pessoa jurídica que optar pelo regime de tributação com base no lucro presumido ou se submeter ao lucro arbitrado em algum trimestre do ano-calendário, para indicar o valor da CSLL postergada de períodos de apuração anteriores em decorrência de inexistência quanto ao período de escrituração de receitas, rendimentos, custos ou deduções (Decreto nº 3.000, de 1999, art. 273).

O valor desta linha não deve estar contido no valor da CSLL a pagar, devendo ser recolhido em separado da CSLL devida (PN CST nºs 57/1979 e 02/1996).

Os juros e multa de mora devem ser calculados a parte e recolhidos em Darf próprio, juntamente com o valor da CSLL postergada, na mesma data de recolhimento da primeira ou única quota da CSLL, ou seja, até o último dia útil do mês subseqüente ao do trimestre.

Maiores informações no [subitem 18.7](#).

FICHA 18B - Cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - Imunes ou Isentas

Esta ficha deve ser preenchida pelas:

- a) entidades sem fins lucrativos de que trata o inciso I do art. 12 do Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999, que não se enquadrem na imunidade ou isenção da Lei nº 9.532, de 1997.
- b) as associações de poupança e empréstimo e as bolsas de mercadorias e de valores.

Atenção:

As entidades sujeitas a planificação contábil própria apuram a CSLL de acordo com essa planificação.

Nesses casos, a contribuição social sobre o lucro líquido pode ser apurada anualmente ou trimestralmente. A pessoa jurídica imune ou isenta de IRPJ pode optar pela apuração anual da CSLL, que está sujeita ao pagamento da CSLL apurada sobre a base de cálculo estimada mensalmente ou sobre balancete de suspensão e/ou redução.

Atenção:

As informações sobre CSLL apurada mensalmente devem ser prestadas na [Ficha 16](#).
Informações detalhadas sobre a apuração anual podem ser obtidas no [subitem 17.1.5](#) deste manual.

Linha 18B/01 – Base de Cálculo da CSLL

A pessoa jurídica imune ou isenta do IRPJ deve informar, nesta linha, a base de cálculo para fins da determinação da CSLL. A base de cálculo é o resultado positivo do período, apurado em conformidade com o disposto na Lei nº 6.404, de 1976, ajustado pelas adições e exclusões, em conformidade com a legislação vigente, deduzido da compensação do valor correspondente à base de cálculo negativa da CSLL, de períodos de apuração anteriores, que estiver sendo compensada no período de apuração, observado o limite de 30% (trinta por cento) do valor do resultado do período ajustado, quando a pessoa jurídica apurar a CSLL trimestralmente ou em 31 de dezembro do ano-calendário (ajuste anual).

Atenção:

A pessoa jurídica imune ou isenta do IRPJ não deve demonstrar na DIPJ a determinação do resultado do período, entretanto, deve manter a guarda dos documentos que serviram de base à escrituração comercial, bem como os livros contábeis, pelo tempo determinado em legislação específica.

Linha 18B/02 – CSLL Apurada

O valor a ser informado, nesta linha, é o valor resultante da aplicação da alíquota da CSLL sobre o valor informado na Linha 18A/01.

A alíquota da CSLL no ano-calendário de 2002 é de 9% (nove por cento) ([MP nº 1.858-10](#), de 1999, art. 6ª, II, e reedições).

DEDUÇÕES**Linha 18B/03 – Recuperação de Crédito da CSLL (MP nº 1.807/1999, art. 8ª)**

Esta linha somente deve ser preenchida pelas pessoas jurídicas citadas no § 1ª do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que tiveram base de cálculo de CSLL negativa e que optaram por escriturar, em seu ativo, os valores adicionados, temporariamente, ao resultado do período para efeito da apuração da base de cálculo da CSLL, correspondentes à períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 1998, conforme art. 8ª da [MP nº 1.807](#), de 1999, e reedições.

A compensação a ser informada, nesta linha, pelo valor original do crédito, somente pode ser efetuada com até 30% (trinta por cento) do saldo da CSLL constante da Linha 18B/02 em cada período de apuração (trimestral/anual).

Linha 18B/04 - CSLL Mensal Paga por Estimativa

Esta linha deve ser preenchida somente pelas pessoas jurídicas imunes ou isentas do IRPJ que apuram a CSLL anualmente.

Somente pode ser deduzido na apuração do ajuste anual os valores de estimativa efetivamente pagos relativos ao ano-calendário.

Considera-se efetivamente pago por estimativa o crédito da contribuição extinto por meio de: dedução da CSLL retida por órgão público, compensação de pagamento a maior e/ou indevido, compensação de saldo negativo de CSLL de períodos anteriores, compensação solicitada por meio de processo administrativo, compensação autorizada por Medida Judicial e valores pagos por meio de Darf. O valor da CSLL efetivamente paga por estimativa correspondente ao somatório dos valores mensais relativos a seguinte operação:

[Linha 16/06](#) + Pagamentos de CSLL mensal + Compensação de Pagamento Indevido ou a Maior + Compensação do Saldo Negativo de Períodos Anteriores de IRPJ/CSLL + Outras Compensações por Processo Administrativo.

Atenção:

A pessoa jurídica que apurou CSLL anual com base em balanço e/ou de suspensão ou redução não deve informar, nesta linha, o valor correspondente ao crédito de CSLL de que trata o art. 8ª da [MP nº 1.807](#), de 1999, e reedições, compensado com a CSLL apurada nesses balanços ou balancetes, uma vez que o cálculo para fins de observação do limite de 30% deve ser feito no balanço de 31 de dezembro do ano-calendário (ajuste anual).

Linha 18B/05 – Parcelamento Formalizado de CSLL Sobre a Base de Cálculo Estimada

Esta linha deve ser preenchida somente pelas pessoas jurídicas que apuram a CSLL anualmente.

Informar, nesta linha, o valor original de CSLL, apurado no transcorrer do ano-calendário, sobre a base de cálculo estimada, inclusive sobre o resultado apurado em balanço ou balancete de redução, que seja objeto de parcelamento deferido pela Secretaria da Receita Federal até 31 de março do ano-calendário subsequente.

Atenção:

1) O montante correspondente aos valores parcelados não pode gerar saldo negativo de contribuição.

2) O pedido de restituição ou a utilização para compensação, mediante processo administrativo ou não, do saldo de parcelamento de imposto de renda devido por estimativa, ou apurado em balanço ou balancete de suspensão ou redução, fica condicionada ao pagamento do referido parcelamento.

Exemplo:

Valor originário da CSLL = R\$10.000,00;

Parte do valor original do débito constante do processo de parcelamento = R\$4.000,00;

Valor total constante do processo de parcelamento (principal + multa + juros) = R\$7.000,00;

Neste caso o valor a ser informado como parcelamento formalizado é R\$ 4.000,00.

Linha 18B/06 – CSLL Retida na Fonte por Órgão Público

Informar, nesta linha, o valor correspondente à CSLL retida por órgão público sobre as receitas que integram a base de cálculo da CSLL devida.

Linha 18B/07 – CSLL A PAGAR

Soma aritmética dos valores informados nas [Linhas 18B/02 a 18B/06](#).

14. PASTA PIS/PASEP - Cofins

[FICHA 19A - Cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep - PJ em Geral, Imunes ou Isentas](#)

[FICHA 19B - Cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep - PJ em Geral - Alíquotas Diferenciadas](#)

[FICHA 19C - Cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep - Instituições Financeiras, Seguradoras e Previdência](#)

[FICHA 20A - Cálculo da Cofins - PJ em Geral, Imunes ou Isentas](#)

[FICHA 20B - Cálculo da Cofins - PJ em Geral - Alíquotas Diferenciadas](#)

[FICHA 20C - Cálculo da Cofins - Instituições Financeiras, Seguradoras e Previdência](#)

FICHA 19A - Cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep - PJ em Geral, Imunes ou Isentas

Esta ficha é de preenchimento obrigatório pelas pessoas jurídicas de direito privado e as que lhes são equiparadas pela legislação do imposto de renda, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e suas subsidiárias, contribuintes do PIS/Pasep.

Atenção:

- 1) As entidades submetidas aos regimes de liquidação extrajudicial e de falência deverão apurar a Contribuição para o PIS/Pasep – Faturamento/Receita Bruta no mesmo regime aplicável às pessoas jurídicas ativas.
- 2) As sociedades cooperativas devem recolher a Contribuição para o PIS/Pasep – Faturamento/Receita Bruta com base na receita bruta mensal, obrigando-se ainda ao recolhimento do PIS/Pasep – Folha de Salários quando efetuarem qualquer das exclusões de base de cálculo indicadas na [Linha 19A/15](#).

Preenchimento das Fichas 19B e 19C

Em exceção à regra, deverão preencher as seguintes fichas:

- [Ficha 19B:](#)

- a) as refinarias de petróleo e os demais produtores e importadores de gasolina (exceto de aviação), de querosene de aviação, de óleo diesel e de gás liquefeito de petróleo (GLP) e as distribuidoras de álcool para fins carburantes;
- b) as pessoas jurídicas que procedam à industrialização ou à importação dos produtos farmacêuticos, de perfumaria, de toucador, cosméticos e de higiene pessoal, classificados nas posições 30.01, 30.03 (exceto no código 3003.90.56), 30.04 (exceto no código 3004.90.46) e 33.03 a 33.07, nos itens 3002.10.1, 3002.10.2, 3002.10.3, 3002.20.1, 3002.20.2, 3006.30.1 e 3006.30.2 e nos códigos 3002.90.20, 3002.90.92, 3002.90.99, 3005.10.10, 3006.60, 3401.11.90, 3401.20.10 e 9603.21.00, todos da TIPI;
- c) as pessoas jurídicas fabricantes e as importadoras de máquinas agrícolas autopropulsadas e de veículos automotores, classificados nos códigos 84.29, 8432.40, 8432.80, 8433.20, 8433.30, 8433.40, 8433.5, 87.01, 87.02, 87.03, 87.04, 87.05 e 87.06, bem assim dos códigos 40.11 (pneus novos de borracha) e 40.13 (câmaras-de-ar de

borracha), todos da TIPI; e

d) a pessoa jurídica comandante ou adquirente que auferir receita com a venda dos produtos referidos nos itens "a", "b" e "c", acima, importados por sua conta e ordem por pessoa jurídica importadora, nos termos do art. 12 e dos arts. 86 e seguintes da Instrução Normativa SRF nº 247, de 21 de novembro de 2002.

Atenção:

Os importadores de combustíveis, produtos farmacêuticos, de perfumaria etc., máquinas, veículos etc. (referidos nos itens "a", "b" e "c", acima) que não realizarem operações por conta própria, restringindo-se, quanto a esses produtos, às operações por conta e ordem de terceiros, deverão preencher esta ficha, estando desobrigados do preenchimento da [Ficha 19B](#).

- [Ficha 19C](#), as pessoas jurídicas a que se refere o § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, exceto as corretoras de seguros.

Apuração do Pis/Pasep no Regime Não-Cumulativo

a) A partir de 1ª de dezembro de 2002, as pessoas jurídicas submetidas à apuração do PIS/Pasep no regime não-cumulativo (alíquota de 1,65%), instituído pelos arts. 1º ao 11 da MP nº 66, de 29 de agosto de 2002, convertida na Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002 (observado o disposto na MP nº 107, de 10 de fevereiro de 2003), farão a demonstração da base de cálculo do PIS/Pasep tendo em vista o novo regime.

b) Na eventualidade da pessoa jurídica auferir receitas sujeitas à alíquota de 0,65%, concomitantemente ao regime não-cumulativo (alíquota de 1,65%), deverão ser preenchidas as Linhas [19A/14](#), [19A/16](#), [19A/19](#) e [19A/22](#), para fins de cálculo da contribuição devida naquela alíquota (0,65%) ou de ajuste da contribuição apurada no regime anterior (cancelamento de vendas, diferimentos, etc.).

Prestadoras de Serviços de Segurança, Vigilância ou Transporte de Valores

No caso da pessoa jurídica que marcou (na [Ficha Nova](#)) a forma de tributação do lucro – "Lucro Real", mas não informou (na Ficha Dados Cadastrais, da Pasta Cadastro) CNAE 7460-8/02 ("Atividades de Vigilância e Segurança Privada") ou CNAE 7460-8/04 ("Serviços de Transporte de Valores") e que, embora não sejam essas as suas atividades preponderantes (as de maior faturamento), tenha auferido receita decorrente da prestação de serviços de segurança, vigilância ou transporte de valores, atendidos os requisitos do art. 14 da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983 (permanecendo sujeita ao regime de cumulatividade – alíquota de 0,65%) – deverá, a partir de 1ª de dezembro de 2002, observar o seguinte:

- Não será preenchida a [Linha 19A/05](#) (neste caso, serão deduzidos, do valor a ser informado na [Linha 19A/19](#), os valores referentes a vendas canceladas, devoluções e descontos incondicionais concedidos).
- As receitas sujeitas à alíquota de 0,65% (incidência cumulativa) serão informadas, conforme instruções, na [Linha 19A/16](#).
- A [Linha 19A/18](#) (soma algébrica dos valores informados nas Linhas 19A/01 a 19A/17) deverá exibir total igual a zero.

DEMONSTRAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP

Linha 19A/01 – Faturamento/Receita Bruta

Informar nesta linha o valor do faturamento do mês, que corresponde à receita bruta, assim entendida a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para essas receitas ([subitem 20.2.1](#)), observado que ([subitem 20.2.2](#)):

- nas operações realizadas em mercados futuros, considera-se como receita bruta o resultado positivo dos ajustes diários ocorridos no mês;
- nas operações de câmbio, realizadas por instituição autorizada pelo Banco Central do Brasil, considera-se receita bruta a diferença positiva entre o preço de venda e o preço de compra da moeda estrangeira;
- as variações monetárias ativas dos direitos de crédito e das obrigações do contribuinte, em função da taxa de câmbio ou de índices ou coeficientes aplicáveis por disposição legal ou contratual, são consideradas, para efeitos desta contribuição, como receitas financeiras;
- 1) as receitas de variação monetária decorrentes de taxa de câmbio, apuradas na forma do *caput* do art. 30 da MP nº 2.158-35, de 4 de agosto de 2001, serão consideradas, para efeito de apuração da base de cálculo, quando da liquidação da respectiva operação, observado o disposto nas Linhas [19A/02](#) e [19A/07](#);
- nas operações de venda de veículos usados, equiparadas à venda sob consignação pelo art. 5º da Lei nº 9.716, de 26 de novembro de 1998, considera-se receita bruta a diferença entre o valor de alienação e o de aquisição do veículo, constantes, respectivamente, da nota fiscal de venda e da nota fiscal de entrada, nos termos dos §§ 4º ao 6º do art. 10 da Instrução Normativa SRF nº 247, de 2002;
- no caso das empresas de fomento comercial (factoring), o valor do faturamento/receita bruta mensal compreende, além das receitas de suas demais atividades, a parcela equivalente à diferença entre o valor de aquisição e o de face do título ou direito creditório adquirido;
- a contrapartida do aumento do ativo em decorrência da atualização do valor dos estoques de produtos agrícolas, animais e extrativos destinados à venda, tanto em virtude do registro no estoque de crias nascidas no período de apuração, como

pela avaliação do estoque a preço de mercado, embora constitua receita tributável pelo imposto de renda, não compõe a base de cálculo do PIS/Pasep - Faturamento/Receita Bruta, visto que o fato gerador da contribuição ocorrerá somente quando efetivada a venda desses produtos;

g) as pessoas jurídicas submetidas ao regime de tributação com base no lucro presumido poderão adotar o regime de caixa, para fins da incidência da contribuição para o PIS/Pasep, na hipótese de adotar este último regime em relação ao imposto de renda das pessoas jurídicas e à CSLL;

h) o sócio ostensivo de sociedade em conta de participação (SCP) deve informar nesta linha o valor do seu faturamento/receita bruta computada a receita auferida pela SCP;

i) os valores auferidos pelas empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público de transporte urbano de passageiros, subordinadas ao sistema de compensação tarifária, recebidos por meio de repasse de fundo de compensação tarifária criado ou aprovado pelo Poder Público Concedente ou Permissório, integram a receita bruta, devendo ser considerados na determinação da base de cálculo da contribuição para o PIS/Pasep;

i.1) de maneira oposta, não integram a receita bruta os valores que as concessionárias ou permissionárias estejam obrigadas a repassar, por meio de fundo de compensação tarifária, para as demais participantes do sistema;

j) integra a receita bruta da pessoa jurídica importadora o valor dos serviços prestados ao encomendante da mercadoria, no caso de importação efetuada por conta e ordem deste; e

l) na hipótese de a administração do jogo de bingo ser entregue a empresa comercial, é de exclusiva responsabilidade desta o pagamento de todas as contribuições incidentes sobre as receitas auferidas com essa atividade (Lei nº 9.981, de 14 de julho de 2000, art. 4º).

Atenção:

1) A alíquota da Contribuição para o PIS/Pasep, a ser aplicada sobre as receitas em geral, é de 0,65%, ressalvada a alíquota de 1,65%, aplicável no regime de não-cumulatividade, e as demais alíquotas aplicáveis nos regimes de tributação diferenciada (subitens [20.5](#) e [20.7](#)).

2) A partir de 1ª de dezembro de 2002, caso a pessoa jurídica esteja submetida à apuração do PIS/Pasep não-cumulativo (alíquota de 1,65%), informará nesta linha, também, o valor referente às receitas sujeitas à incidência no novo regime.

3) O fabricante e o importador de cigarros, ao informar nesta linha o valor do seu faturamento, devem incluir as receitas relativas às vendas desse produto.

Linha 19A/02 - Receitas de Variações Cambiais - Operações Liquidadas no Mês

A pessoa jurídica que apurar a receita de variação monetária decorrente da taxa de câmbio, na forma do *caput* do art. 30 da MP nº 2.158-35, de 2001, deve informar nesta linha o valor das variações cambiais ativas, quando da liquidação da operação, observado o disposto na [Linha 19A/07](#).

Linha 19A/03 - Receitas Diferidas em Períodos Anteriores

Informar nesta linha, quando do efetivo recebimento, os valores das receitas que tenham sido diferidas em períodos anteriores, referentes a contratos de construção ou fornecimento, firmados com pessoa jurídica de direito público ou empresa pública, atividades imobiliárias etc, conforme disposto nas instruções da [Linha 19A/13](#).

Atenção:

A partir de 1ª de dezembro de 2002, caso a pessoa jurídica esteja submetida à apuração do PIS/Pasep não-cumulativo (alíquota de 1,65%), informará nesta linha também o valor referente às receitas sujeitas à incidência no novo regime.

ISENÇÕES E EXCLUSÕES

Linha 19A/04 - Receitas Isentas

Informar nesta linha o valor das receitas ([subitem 20.2.3](#)):

a) provenientes dos recursos recebidos a título de repasse, oriundos do Orçamento Geral da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, pelas empresas públicas e sociedades de economia mista;

b) da exportação de mercadorias para o exterior;

c) dos serviços prestados a pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior, cujo pagamento represente ingresso de divisas;

d) de fornecimento de mercadorias ou serviços para uso ou consumo de bordo em embarcações e aeronaves em tráfego internacional, quando o pagamento for realizado em moeda conversível;

e) do transporte internacional de cargas ou passageiros;

f) auferidas pelos estaleiros navais brasileiros nas atividades de construção, conservação, modernização, conversão e reparo de embarcações pré-registradas ou registradas no Registro Especial Brasileiro – REB, instituído pela Lei nº 9.432, de 1997 (MP nº 2.158-35, de 2001, art. 14, VI, § 1º);

g) de frete de mercadorias transportadas entre o País e o exterior pelas embarcações registradas no REB;

h) de vendas realizadas pelo produtor-vendedor às empresas comerciais exportadoras nos termos do Decreto-Lei nº 1.248, de 1972, desde que destinadas ao fim específico de exportação para o exterior;

i) de vendas, com fim específico de exportação para o exterior, a empresas exportadoras registradas na Secretaria do Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;

j) auferidas pelas entidades mencionadas no art. 13 da MP nº 2.158-35, de 2001 (para tais entidades, o PIS/Pasep incide

sobre a Folha de Salários) ([subitem 20.4](#)); e
k) de fornecimento de bens e serviços à Itaipu Binacional.

Atenção:

- 1) Não deve ser informado nesta linha, mas sim na [Linha 19A/12](#), o valor da receita decorrente da venda de mercadorias contempladas com alíquota zero de PIS/Pasep.
- 2) As isenções previstas acima não alcançam as receitas de vendas efetuadas a estabelecimento industrial, para industrialização de produtos destinados à exportação, ao amparo do art. 3º da Lei nº 8.402, de 08 de janeiro de 1992 (art. 14, § 2º da [MP nº 1.858-6](#), de 1999, e reedições).

Linha 19A/05 - Vendas Canceladas, Devoluções e Descontos Incondicionais

A pessoa jurídica deve informar nesta linha ([subitem 20.2.4.I](#)):

- a) o valor dos descontos incondicionais concedidos, quando computados como Faturamento/Receita Bruta ([Linha 19A/01](#)); e
- b) o valor das vendas canceladas e das devoluções de mercadorias, após deduzidos os valores dos descontos incondicionais concedidos e os valores do IPI e do ICMS, este último quando recolhido na condição de substituto tributário.

Atenção:

- 1) A pessoa jurídica substituída não deve informar, nesta linha, o valor das vendas canceladas e das devoluções de mercadorias adquiridas no regime de substituição tributária, observado neste caso o disposto na [Linha 19A/34](#).
- 2) O fabricante e o importador de cigarros não devem informar, nesta linha, o valor das vendas canceladas e das devoluções desses produtos, observado neste caso o disposto nas [Linhas 19A/20 e 19A/34](#).
- 3) O valor das vendas canceladas, das devoluções e dos descontos incondicionais concedidos, quando relativos à operações contempladas com alíquota zero de PIS/Pasep, não deve ser informado nesta linha, mas sim na [Linha 19A/34](#).

A partir de 1º de dezembro de 2002, a pessoa jurídica sujeita à incidência do PIS/Pasep não cumulativo (alíquota de 1,65%):

- informará nesta linha o valor das vendas canceladas e dos descontos incondicionais concedidos, relativos ao PIS/Pasep não cumulativo (alíquota de 1,65%);
- informará na [Linha 19A/25](#) o valor do crédito referente às devoluções de mercadorias em cujas vendas tenha incidido o PIS/Pasep não cumulativo (alíquota de 1,65%) – vide alínea “d” das instruções da [Linha 19A/25](#); e,
- não informará nesta linha o valor das vendas canceladas, devoluções de mercadorias e descontos incondicionais relativos a operações sujeitas à alíquota de 0,65%, quando auferir concomitantemente receitas sujeitas ao regime de não-cumulatividade (alíquota de 1,65%) e à incidência cumulativa (alíquota de 0,65%), devendo deduzir tais valores do valor a ser informado na [Linha 19A/19](#).

Ainda partir de 1º de dezembro de 2002, as prestadoras de serviços de segurança, vigilância ou transporte de valores, que não tenham informado na Ficha Dados Cadastrais, da Pasta Cadastro, CNAE 7460-8/02 ou CNAE 7460-8/04), observado o disposto nas instruções da [Linha 19A/16](#), não informarão nesta linha o valor das vendas canceladas, devoluções de mercadorias e descontos incondicionais relativos a operações sujeitas à alíquota de 0,65%, devendo deduzir tais valores do valor a ser informado na [Linha 19A/19](#).

Linha 19A/06 - IPI e ICMS/Substituto Tributário

Informar nesta linha o valor ([subitem 20.2.4.I](#)):

- a) correspondente ao IPI, que tenha sido computado como Faturamento/Receita Bruta ([Linha 19A/01](#)); e
- b) correspondente ao ICMS, cobrado pelo contribuinte na condição de substituto tributário, que tenha sido computado como Faturamento/Receita Bruta ([Linha 19A/01](#)).

Atenção:

- 1) O valor do ICMS, recolhido na condição de substituto tributário, e do IPI, relativos à comercialização de mercadorias contempladas com alíquota zero de PIS/Pasep, não deve ser informado nesta linha, mas sim na [Linha 19A/12](#).
- 2) O valor do ICMS, recolhido na condição de substituto tributário (do ICMS), e do IPI, incidentes na venda da pessoa jurídica substituída (no PIS/Pasep), não deve ser informado nesta linha, porque integrarão o valor a ser informado na [Linha 19A/11](#).

Linha 19A/07 - Receitas de Variações Cambiais Auferidas no Mês

A pessoa jurídica que apurar a receita de variação monetária decorrente da taxa de câmbio quando da liquidação da operação, na forma do *caput* do art. 30 da MP nº 2.113-26, de 2000, e reedições, deve informar nesta linha, para fins de exclusão, o valor desta receita financeira, em conformidade com a alínea “c.1” das instruções da [Linha 19A/01](#).

Atenção:

A pessoa jurídica que efetuar a exclusão prevista nesta linha deve informar, na [Linha 19A/02](#), o valor das variações cambiais ativas quando da liquidação da operação.

Linha 19A/08 - Reversão de Provisões e Recuperação de Créditos Baixados como Perda

Informar nesta linha o valor das reversões de provisões e recuperações de créditos baixados como perda, que não representem ingressos de novas receitas ([subitem 20.2.4.I](#)).

Linha 19A/09 - Resultados Positivos em Participações Societárias e em SCP

Informar nesta linha o valor referente ao resultado positivo da avaliação de investimentos pelo valor do patrimônio líquido, aos lucros e dividendos derivados de investimentos avaliados pelo custo de aquisição, inclusive aqueles derivados de SCP, que tenham sido computados como Faturamento/Receita Bruta. Vide [subitem 20.2.4.I](#).

Linha 19A/10 - Vendas de Bens do Ativo Permanente

Informar nesta linha o valor referente às vendas de bens do ativo permanente [subitem 20.2.4.I](#), exceto, a partir de 1ª de dezembro de 2002, caso a pessoa jurídica esteja submetida à apuração do PIS/Pasep não-cumulativo (alíquota de 1,65%).

Atenção:

A partir de 1ª de fevereiro de 2003, tendo em vista a edição da MP no 107, de 2003, o valor das receitas com a venda dos bens do ativo imobilizado não integra a base de cálculo para fins de apuração do PIS/Pasep não-cumulativo (alíquota de 1,65%).

Linha 19A/11 - Vendas de Produtos/Mercadorias Sujeitas à Substituição

Nesta linha:

- o fabricante e o importador de cigarros devem informar, para fins de exclusão da base de cálculo, o valor da receita de venda desses produtos, sobre o qual é devida a contribuição na condição de contribuinte e de substituto;
- o comerciante varejista de cigarros deve informar o valor da receita de venda desses produtos, adquiridos no regime de substituição, quando o pagamento da contribuição tenha ficado a cargo do fornecedor; e
- o comerciante varejista dos produtos relacionados no art. 43 da MP nº 2.158-35, de 2001, deve informar o valor da receita de venda desses produtos, adquiridos no regime de substituição, quando o pagamento da contribuição tenha ficado a cargo do fornecedor ([subitem 20.2.4.II](#)).

Atenção:

- O fabricante e o importador de cigarros devem deduzir da receita a ser informada, conforme a alínea "a", o valor dos descontos incondicionais concedidos, do IPI e do ICMS recolhido na condição de substituto tributário.
- As pessoas jurídicas referidas nas alíneas "b" e "c" devem deduzir das receitas a serem informadas o valor dos descontos incondicionais concedidos.
- A partir de 1ª de novembro de 2002, a pessoa jurídica referida na alínea "c", quando da venda dos produtos dos códigos 8701, 8702 e 8703, 8704.2 e 8704.3, 8432.40, 8432.40.80, 8433.20, 8433.30, 8433.40 e 8433.5, todos da TIPI, não preenche esta linha, mas sim a Linha 19A/12.

Linha 19A/12 - Vendas de Produtos/Mercadorias com Alíquotas Diferenciadas

Deverá ser informado nesta linha o valor da receita obtida:

- pelos produtos jurídicos não enquadrados na condição de industrial ou de importador, com a venda dos produtos classificados nas posições 30.03, 30.04, 33.03 a 33.07 e nos códigos 3401.11.90, 3401.20.10 e 96.03.21, da TIPI (exceto, quanto aos produtos dos códigos 3003.90.56 e 3004.90.46, adquiridos a partir de 1ª de outubro de 2002), quando tributados (no industrial ou importador) na forma do Inciso I do art. 1ª da Lei nº 10.147, de 31 de dezembro de 2000;
- pelos produtos jurídicos não enquadrados na condição de industrial ou de importador, com a venda de produtos adquiridos a partir de 1ª de outubro de 2002, classificados na posição 30.01, nos itens 3002.10.1, 3002.10.2, 3002.10.3, 3002.20.1, 3002.20.2, 3006.30.1 e 3006.30.2 e nos códigos 3002.90.20, 3002.90.92, 3002.90.99, 3005.10.10 e 3006.60, todos da TIPI, quando tributados (no industrial ou importador) na forma do inciso I do art. 1ª da Lei nº 10.147, de 2000, com a redação dada pela Medida Provisória nº 41, de 20 de junho de 2002 (convertida na Lei nº 10.548, de 13 de novembro de 2002);
- a partir de 1ª de novembro de 2002, pelos comerciantes atacaditas e varejistas, exceto as pessoas jurídicas a que se refere o art.17, § 5ª, da Medida Provisória nº 2.189-49, de 23 de agosto de 2001, com a venda dos produtos classificados nos códigos 84.29, 8432.40, 84.32.80, 8433.20, 8433.30, 8433.40, 8433.5, 87.01, 87.02, 87.03, 87.04, 87.05 e 87.06, 40.11 e 40.13, todos da (TIPI), quando tributados (no industrial ou importador) na forma dos arts. 1ª e 5ª da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002;
- pelo comerciante varejista, com a venda de gasolina (exceto gasolina de aviação), de óleo diesel, de GLP e de álcool para fins carburantes e, quanto ao querosene adquirido a partir de 10 de dezembro de 2002, também com a venda do querosene de aviação;
- a partir de 1ª de março de 2002, pela pessoa jurídica com a venda de gás natural canalizado, destinado à produção de energia elétrica pelas usinas integrantes do Programa Prioritário de Termoeletricidade, nos termos e condições estabelecidos em ato conjunto dos Ministros de Estado de Minas Energia e da Fazenda (art. 1 da Lei nº 10.312, de 27 de novembro de 2001); e
- a partir de 1ª de março de 2002, pela pessoa jurídica com a venda de carvão mineral destinado à geração de energia elétrica (art. 2ª da Lei nº 10.312, de 2001).

Atenção:

O fabricante e o importador dos produtos relacionados nos anexos I e II da Lei nº 10.485, de 2002 deverão

preencher a Ficha 19B.

Linha 19A/13 - Receitas Diferidas no Período

Informar nesta linha os valores das receitas sujeitas à incidência do PIS/Pasep – Faturamento, cujo pagamento seja passível de diferimento, até a data da percepção efetiva do preço (valores a serem incluídos, posteriormente, na Linha 19A/03, no mês do seu recebimento) tais como as receitas decorrentes de construção por empreitada ou de fornecimento a preço predeterminado de bens ou serviços (ou ainda, as decorrentes de subempreitada ou subcontratação de fornecimento), contratados por pessoa jurídica de direito público, empresa pública, sociedade de economia mista ou suas subsidiárias, nos termos do art. 7^a da Lei nº 9.718, de 1998, ou ainda, as receitas decorrentes de atividades imobiliárias (loteamento de terrenos, incorporação imobiliária, construção de prédios destinados à venda, bem como a venda de imóveis construídos ou adquiridos para revenda), na forma do art. 2^a da MP nº 2.221, de 04 de setembro de 2001.

Atenção:

- 1) O valor da receita passível de diferimento, quando relativa à comercialização de produtos contemplados com alíquota zero de PIS/Pasep, não deve ser informado nesta linha, mas sim na [Linha 19A/12](#).
- 2) O valor da receita auferida pela pessoa jurídica substituída, relativa às vendas de mercadorias adquiridas no regime de substituição tributária, não deve ser informado nesta linha, mas sim na [Linha 19A/11](#).

Linha 19A/14 - Receitas de Vendas Auferidas no Âmbito do MAE

A partir de 1^a de outubro de 2002, a pessoa jurídica integrante do Mercado Atacadista de Energia Elétrica (MAE), instituído pela Lei nº 10.433, de 24 de abril de 2002, optante pelo Regime Especial de Tributação, na forma do art. 1^a da IN SRF nº 199, de 12 de setembro de 2002, atualmente art. 97 da IN nº 247, de 2002, deverá informar nesta linha as receitas apuradas mensalmente no âmbito do MAE.

Linha 19A/15 - Exclusões Permitidas às Sociedades Cooperativas

As cooperativas, quando for o caso, poderão informar nesta linha ([subitem 20.2.4.III](#)):

- a) os valores repassados aos associados, decorrentes da comercialização, no mercado interno, de produtos por eles entregues à cooperativa;
- b) as receitas de vendas de bens e mercadorias a associados;
- c) as receitas decorrentes da prestação, aos associados, de serviços especializados, aplicáveis na atividade rural, relativos a assistência técnica, extensão rural, formação profissional e assemelhados;
- d) as receitas decorrentes do beneficiamento, armazenamento e industrialização de produção do associado;
- e) as receitas financeiras decorrentes de repasse de empréstimos rurais contraídos junto a instituições financeiras, até o limite dos encargos a estas devidos;
- f) sobras apuradas pelas cooperativas de produção agropecuária na Demonstração do Resultado do Exercício, antes da destinação para constituição da Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social (Rates) e para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (Fates) previstos no art. 28 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 (art. 1^a da MP nº 101, de 30 de dezembro de 2002); e
- f.1) quanto às demais cooperativas, a exclusão de que trata a alínea “f” ficará limitada aos valores destinados à formação dos Fundos nela previstos (§ 2^a, art. 1^a da MP nº 101, de 2002).

Atenção:

- 1) Os adiantamentos efetuados aos associados, relativos à produção entregue, só poderão ser excluídos quando houver a comercialização dos produtos.
- 2) Para os fins do disposto na alínea “b”, só podem ser indicadas as receitas decorrentes da venda de bens e mercadorias vinculadas diretamente à atividade econômica desenvolvida pelo associado e que seja objeto da cooperativa.
- 3) A sociedade cooperativa que fizer uso de qualquer das exclusões previstas nas alíneas “a” até “e”, acima, fica também sujeita à contribuição para o PIS/Pasep - Folha de Salários ([Linha 19A/21](#))
- 4) As sobras líquidas da destinação para constituição dos fundos referidos na alínea “f” somente serão computadas na receita bruta da atividade rural do cooperado quando a este creditadas, distribuídas ou capitalizadas pela sociedade cooperativa de produção agropecuárias (§ 1^a, art. 1^a da MP nº 101, de 30 de dezembro de 2002).

Linha 19A/16 – Receitas Auferidas Sujeitas à Incidência Cumulativa

Nesta linha, as pessoas jurídicas sujeitas à apuração do PIS/Pasep não-cumulativo (alíquota de 1,65%) e as pessoas jurídicas prestadoras de serviços de segurança, vigilância ou transporte de valores (que apurem IRPJ/Lucro Real e não tenham informado na Ficha Dados Cadastrais, da Pasta Cadastro, CNAE 7460-8/02 ou CNAE 7460-8/04) deverão informar os valores referentes às receitas sobre as quais tenha ocorrido efetivamente a incidência da alíquota de 0,65%, observado o seguinte (vide instruções das linhas 19A/05 e 19A/19):

a) o valor a ser informado corresponde à soma dos valores das linhas 19A/01 a 19A/03, subtraído dos valores informados nas linhas 19A/04 até 19A/15 e 19A/17, exceto:

- Linha 19A/10 (para as pessoas jurídicas sujeitas ao PIS/Pasep não-cumulativo); e
- a parcela das vendas canceladas, devoluções e descontos incondicionais concedidos correspondente às operações sujeitas à alíquota de 0,65% (Linha 19A/05);

b) a partir de 1ª de dezembro de 2002, caso esteja submetida concomitantemente à apuração do PIS/Pasep não-cumulativo (alíquota de 1,65%) e à incidência cumulativa (alíquota 0,65%), a pessoa jurídica informará, nesta linha, o valor referente às receitas efetivamente sujeitas à incidência da alíquota de 0,65% (regime cumulativo), auferidas no mês.

Atenção:

1) Esta linha será preenchida pelas prestadoras de serviços de segurança, vigilância ou transporte de valores, se atendidos os requisitos do art. 14 da Lei nº 7.102, de 1983, quando tenham auferido receitas decorrentes da prestação desses serviços, observadas as seguintes condições:

- sejam tributas no imposto de renda (IRPJ) com base no Lucro Real (assinalado “Lucro Real” na [Ficha Nova](#)); e
- não sendo essas as suas atividades preponderantes (as de maior faturamento), tenha sido informado, na Ficha Dados Cadastrais, da Pasta Cadastro, CNAE diferente de 7460-8/02 (“Atividades de Vigilância e Segurança Privada”) ou de 7460-8/04 (“Serviços de Transporte de Valores”).

2) No caso acima, as prestadoras informarão o valor antes da exclusão de vendas canceladas, devoluções e descontos incondicionais concedidos (vide instruções da Linha 19A/05).

3) Esta linha não será habilitada para as pessoas jurídicas referidas no art. 8ªda Lei nº 10.637, de 2002, incisos I (exceto prestadoras de serviços de segurança, vigilância ou transporte de valores) e incisos II a IV.

Linha 19A/17 – Outras Exclusões

Nesta Linha:

1) As pessoas jurídicas em geral devem informar o valor das exclusões permitidas pela legislação e não previstas nas linhas anteriores.

2) As operadoras de planos de assistência à saúde devem informar o valor:

- das co-responsabilidades cedidas;
- da parcela das contraprestações pecuniárias destinadas à constituição de provisões técnicas; e
- efetivamente pago das indenizações correspondentes aos eventos ocorridos, deduzido das importâncias recebidas a título de transferência de responsabilidades.

3) A partir de 30 de agosto de 2002, as entidades fechadas de previdência complementar poderão também excluir da base de cálculo do PIS/Pasep o valor (art. 29 da IN 247, de 2002):

- dos rendimentos relativos a receitas de aluguel, destinados ao pagamento de benefício de aposentadoria, pensão, pecúlio e resgates;
- da receita decorrente da venda de bens imóveis, destinada ao pagamento de benefícios de aposentadoria, pensão, pecúlio e resgates;
- do resultado positivo auferido na reavaliação da carteira de investimentos imobiliários referida nos itens anteriores.

Linha 19A/18 - BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP - FATURAMENTO

Corresponde ao faturamento/receita bruta mensal ajustado ([Linhas 19A/01 a 19A/17](#)).

Linha 19A/19 – BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP – INCIDÊNCIA CUMULATIVA

Nesta linha, a partir de 1ª de dezembro de 2002, as pessoas jurídicas que estiverem submetidas à apuração do PIS/Pasep não-cumulativo (alíquota de 1,65%) e as prestadoras de serviços de segurança, vigilância ou transporte de valores (que apurem IRPJ/Lucro Real e não tenham informado na Ficha Dados Cadastrais, da Pasta Cadastro, CNAE 7460-8/02 ou CNAE 7460-8/04), informarão a base de cálculo da contribuição à alíquota de 0,65% (regime cumulativo), correspondente ao valor informado na Linha 19A/16, subtraído dos valores (sobre os quais tenha incidido a alíquota de 0,65%) referentes a vendas canceladas, devoluções e descontos incondicionais concedidos, referentes operações sujeitas ao mesmo regime (vide instruções das linhas 19A/05 e 19A/16).

Atenção:

Esta linha não será habilitada para as pessoas jurídicas referidas no art. 8ªda Lei nº 10.637, de 2002, incisos I (exceto prestadoras de serviços de segurança, vigilância ou transporte de valores) e incisos II a IV.

Linha 19A/20 - BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP - SUBSTITUIÇÃO

Nesta linha:

a) o fabricante e o importador de cigarros devem informar o valor apurado como contribuinte e substituto do comerciante varejista, mediante a multiplicação do preço previsto para venda do produto no varejo por um inteiro e trinta e oito centésimos (1,38), após deduzidas as vendas canceladas e as devoluções ([subitem 20.3.1](#)); e

b) o fabricante e o importador de veículos classificados na posição 87.11 (motocicletas) ou de veículos autopropulsados da subposição 8432.30 (semeadores, plantadores e transplantadores), todos da TIPI, sem prejuízo da contribuição incidente

sobre suas próprias receitas, devem informar o valor da contribuição, calculada sobre o preço de venda (preço do produto acrescido do IPI incidente na operação), cobrada e recolhida na condição de substitutos dos comerciantes varejistas (art. 43 da MP nº 2.158-35, de 2001, com redação dada pelo art. 64 da Lei nº 10.637, de 2002; art. 49 da IN SRF nº 247, de 2002), após deduzidas as vendas canceladas e as devoluções ([subitem 20.3.II](#)).

Atenção:

Em relação ao disposto no item “b”:

- a substituição não se aplica às vendas efetuadas a comerciantes atacadistas, hipótese em que as contribuições são devidas em cada uma das sucessivas operações de venda do produto (inciso II do parágrafo único do art. 5º da IN SRF nº 247, de 2002).
- o valor dos descontos incondicionais concedidos nas vendas de mercadorias sujeitas ao regime de substituição deve ser deduzido do valor a ser informado nesta linha.

Linha 19A/21 - BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP - FOLHA DE SALÁRIOS

Os templos de qualquer culto, os partidos políticos, as instituições de educação e de assistência social, as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural, científico e as associações, os sindicatos, federações e confederações, os serviços sociais autônomos, os conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas, as fundações de direito público e privado, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e as organizações estaduais de cooperativas (art. 13, da MP nº 2.158-35, de 2001) devem informar, nesta linha, o valor total da folha de pagamentos, que compreende o somatório dos rendimentos do trabalho assalariado a qualquer título (salários, gratificações, comissões, adicional de função, ajuda de custo, aviso prévio trabalhado, adicional de férias, quinquênios, adicional noturno, horas extras, 13º salário, repouso semanal remunerado e diárias superiores à cinquenta por cento do salário). Vide [subitem 20.4.II](#).

Atenção:

A Sociedade Cooperativa que fizer uso de qualquer das exclusões de base de cálculo indicadas na [Linha 19A/15](#), fica também obrigada a recolher a contribuição para o PIS/PASEP - Folha de Salários ([subitem 20.4](#)).

Linha 19A/22 - BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP – REA/MAE

Nesta linha, a partir de 1º de outubro de 2002, a pessoa jurídica integrante do MAE, optante pelo Regime Especial de Tributação, deve informar os resultados positivos nas operações de compra e venda de energia elétrica apurados mensalmente no âmbito do MAE (§§ 1º e 2º, art. 21, IN 247, de 2002).

Dos valores informados poderão ser deduzidos os valores devidos, correspondentes a ajustes de contabilizações encerradas de operações de compra e venda de energia elétrica, realizadas no âmbito do MAE (art. 41 da IN SRF nº 247, de 2002), quando decorrentes de:

- a) decisão proferida em processo de solução de conflitos, no âmbito do MAE, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), ou em processo de arbitragem, na forma prevista no § 3º do art. 2º da Lei nº 10.433, de 2002;
- b) resolução da Aneel; e
- c) decisão proferida no âmbito do Poder Judiciário, transitada em julgado.

Atenção:

- 1) A dedução, prevista acima, somente é permitida na hipótese em que o ajuste de contabilização caracterize anulação de receita sujeita à incidência do PIS/Pasep, na forma estabelecida pela SRF.
- 2) As geradoras de energia elétrica optantes poderão, ainda, excluir da base de cálculo do PIS/Pasep o valor da receita auferida com a venda compulsória de energia elétrica por meio do Mecanismo de Realocação de Energia (alínea b, § único, art. 14 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998).

CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP

Linha 19A/23 - Contribuição para o PIS/Pasep Apurada

Corresponde à soma dos valores resultantes:

- a) da aplicação da alíquota de sessenta e cinco centésimos por cento sobre a base de cálculo encontrada nas Linhas [19A/18](#), [19A/20](#) e [19A/22](#); e
- b) da aplicação da alíquota de um por cento sobre a importância informada na [Linha 19A/21](#).

Atenção:

A partir de 1º de dezembro de 2002:

- 1) Caso a pessoa jurídica esteja submetida à apuração do PIS/Pasep não-cumulativo, será aplicada a alíquota de 1,65% à base de cálculo do PIS/Pasep – Faturamento ajustada ([Linha 19A/18](#)).
- 2) Na eventualidade da pessoa jurídica auferir receitas sujeitas à alíquota de 0,65%, concomitantemente ao regime não-cumulativo (alíquota de 1,65%), o cálculo da contribuição no regime anterior (0,65%) será efetivado nas Linhas [19A/19](#), Linhas [19A/20](#) e [19A/22](#), conforme o caso.

DESCONTOS DE CRÉDITOS

Linha 19A/24 – Saldo Credor do PIS/Pasep do mês anterior (Lei nº 10.637, de 2002, art. 3º, § 4º)

Nesta linha, a partir de 1º de janeiro de 2003, a pessoa jurídica sujeita à incidência não-cumulativa da contribuição para o PIS/Pasep deverá informar o crédito não aproveitado no mês anterior (vide instrução da [Linha 19A/27](#)).

Linha 19A/25 – Crédito do PIS/Pasep no mês (Lei nº 10.637, de 2002, art. 3º)

Nesta linha, a partir de 1ª de dezembro de 2002, a pessoa jurídica sujeita à incidência da contribuição para o PIS/Pasep não-cumulativa deverá informar o valor total dos créditos calculados, mediante a aplicação da alíquota de 1,65%, sobre os valores: (vide [subitem 20.7](#)).

a) – das aquisições efetuadas no mês:

- de bens para revenda adquiridos de pessoas jurídicas domiciliadas no País, exceto das mercadorias em relação às quais a contribuição seja exigida da empresa vendedora na condição de substituta tributária e, da venda dos produtos submetidos a alíquotas diferenciadas (incisos III e IV, art. 19 da IN SRF nº 247, de 2002)
- de bens e serviços adquiridos de pessoas jurídicas domiciliadas no País, utilizados como insumos na fabricação de produtos destinados à venda ou à prestação de serviços, inclusive combustíveis e lubrificantes;

b) – das despesas e custos incorridos no mês, relativos:

- a aluguéis de prédios, máquinas e equipamentos, pagos à pessoa jurídica, utilizados nas atividades da empresa;
- a despesas financeiras decorrentes de empréstimos e financiamentos tomados de pessoa jurídica, exceto quando esta for optante pelo Simples;

c) – dos encargos de depreciação e amortização, incorridos no mês, relativos:

- a máquinas e equipamentos adquiridos para utilização na fabricação de produtos destinados à venda, bem como a outros bens incorporados ao ativo imobilizado;
- a edificações e benfeitorias em imóveis de terceiros, quando o custo, inclusive de mão-de-obra, tenha sido suportado pela locatária; e

d) – relativos aos bens recebidos em devolução, no mês, cuja receita de venda tenha integrado o faturamento do mês ou de mês anterior, e tenha sido tributada de acordo com o regime da não-cumulatividade.

Atenção:

1) Na hipótese de a pessoa jurídica sujeitar-se à incidência do PIS/Pasep não-cumulativo, em relação apenas a parte de suas receitas, o crédito será apurado, exclusivamente, sobre os custos, despesas e encargos vinculados a essas receitas.

2) O crédito será determinado, a critério da pessoa jurídica, pelo método de:

- apropriação direta, inclusive em relação aos custos, por meio de sistema de contabilidade de custos integrada e coordenada com a escrituração; ou
- rateio proporcional, aplicando-se aos custos despesas e encargos comuns a relação percentual existente entre a receita sujeita à incidência não-cumulativa e a receita bruta total, auferida no mês.

3) A partir de fevereiro de 2003, a pessoa jurídica sujeita à incidência do PIS/Pasep não-cumulativo poderá calcular créditos, mediante a aplicação da alíquota de 1,65%, sobre os valores das despesas de energia elétrica consumida em seus estabelecimentos;

4) A partir de 1ª de fevereiro de 2003, as pessoas jurídicas que produzam mercadorias de origem animal ou vegetal classificadas nos Capítulos 2 a 4, 8 a 12 e 23, e nos códigos 0504.00, 0710, 0712 a 0714, 1507 a 1514, 1515.2, 1516.20.00, 1517, 1701.11.00, 1701.99.00, 1702.90.00, 1803, 1804.00.00, 1805.00.00, 2009, 2101.11.10 e 2209.00.00, todos da TIPI, destinados à alimentação humana ou animal, informarão o valor do crédito presumido calculado pela aplicação da alíquota correspondente a 70% daquela prevista para as pessoas jurídicas submetidas à incidência não-cumulativa do PIS/Pasep (1,65%) sobre o valor dos bens e serviços utilizados como insumo na fabricação de produtos destinados à venda, adquiridos de pessoas físicas residentes no País;

Linha 19A/26 – Parcela Mensal do Crédito de PIS/Pasep - Estoque de Abertura (Lei nº 10.637, de 2002, art. 11).

Nesta linha, a pessoa jurídica sujeita à incidência não-cumulativa do PIS/Pasep deverá informar, em parcelas iguais e sucessivas à razão de um doze avo do total por mês, o valor resultante da aplicação do percentual de 0,65% sobre do estoque de abertura de bens, existente em 1ª de dezembro de 2002, referente (art. 11 c/c art. 1ª, incisos III e IV, da Lei nº 10.637, de 2002):

- aos bens adquiridos para revenda, de pessoa jurídica domiciliada no País, exceto mercadorias adquiridas para revenda em regime de substituição tributária (quando a revendedora for substituída) ou produtos cuja comercialização esteja sujeita à incidência da contribuição com alíquotas diferenciadas; e

- produtos utilizados como insumo na fabricação de bens (destinados à venda ou à prestação de serviços), adquiridos de pessoa jurídica domiciliada no País.

Linha 19A/27 – CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP APÓS OS DESCONTOS DE CRÉDITOS.

Esta linha é resultante do valor apurado na [Linha 19A/23](#) subtraído dos valores informados nas linhas [19A/24](#), [19A/25](#) e [19A/26](#), que poderá exibir:

- resultado positivo, no qual ficará demonstrado que os créditos decorrentes da aplicação do regime do PIS/Pasep não-cumulativo tenham sido totalmente aproveitados dentro do próprio mês;
- resultado negativo, hipótese em que os créditos decorrentes da aplicação do regime não-cumulativo sejam superiores ao valor da contribuição para o PIS/Pasep apurada na [Linha 19A/23](#).

Atenção:

Na ocorrência de resultado negativo, a pessoa jurídica somente poderá utilizar o crédito, não aproveitado no mês, mediante a transferência do respectivo saldo credor para a [Linha 19A/24](#), nos meses subseqüentes.

DEDUÇÕES

Linha 19A/28– Contribuição para o PIS/Pasep Retida na Fonte por Órgão Público

Informar nesta linha o valor da contribuição para o PIS/Pasep retido por órgãos públicos quando dos pagamentos relativos ao fornecimento de bens ou serviços (Instrução Normativa SRF/STN/SFC nº 23, de 2 de março de 2001, e alterações – [subitem 20.6.II](#)).

Atenção:

- 1) O valor informado nesta linha, somado aos valores informados nas [Linhas 19A/29 a 19A/31](#), está limitado ao constante da [Linha 19A/27](#), podendo o eventual excesso ser aproveitado nos meses subseqüentes;
- 2) Na hipótese da [Linha 19A/27](#) resultar em valor negativo (saldo credor), esta linha não deverá ser preenchida, podendo o eventual valor da contribuição para o PIS/Pasep retido por órgãos públicos ser aproveitado nos meses subseqüentes.

Linha 19A/29 – Contribuição para o PIS/Pasep Retida na Fonte por Sociedade Cooperativa

Informar nesta linha o valor da contribuição para o PIS/Pasep retido por Cooperativas de Venda em Comum ou de Produção, em conformidade com o art. 66 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, c/c o art. 16 da MP nº 2.158-35, de 2001 (subitem 20.6.II).

Atenção:

- 1) O valor informado nesta linha, somado aos valores informados nas Linhas 19A/28, 19A/30 e 19A/31, está limitado ao constante da [Linha 19A/27](#), podendo o eventual excesso ser aproveitado nos meses subseqüentes;
- 2) Na hipótese da [Linha 19A/27](#) resultar em valor negativo (saldo credor), esta linha não deverá ser preenchida, podendo o eventual valor da contribuição para o PIS/Pasep retido por cooperativas de venda em comum ou de produção ser aproveitado nos meses subseqüentes.

Linha 19A/30 - Compensação de Substituição Pela Não-Ocorrência do Fato Gerador Presumido

Nesta linha:

- a) O comerciante varejista dos produtos relacionados no art. 43 da MP nº 2.158-35, de 2001, deve informar, até 31 de outubro de 2002, o valor da contribuição para o PIS/Pasep recolhida pelo fabricante ou importador, no regime de substituição tributária, quando comprovada a impossibilidade de ocorrência do fato gerador presumido, em decorrência de furto, roubo, destruição ou incorporação do bem ao seu ativo permanente ([subitem 20.6.III](#)).
- b) A partir de 1ª de novembro de 2002, a informação referida na alínea anterior deverá se reportar apenas aos veículos classificados na posição 87.11 (motocicletas) e aos veículos autopropulsados da subposição 8432.30 (semeadores, plantadores e transplantadores), da TIPI.

Atenção:

- 1) Na hipótese de formulação de processo para compensação na DCTF, o contribuinte não utilizará esta linha para compensação do valor objeto do processo;
- 2) O valor informado nesta linha, somado aos valores informados nas Linhas [19A/28](#), [19A/29](#) e [19A/31](#), está limitado ao constante da [Linha 19A/27](#), podendo o eventual excesso ser aproveitado nos meses subseqüentes;
- 3) Na hipótese da [Linha 19A/27](#) resultar em valor negativo (saldo credor), esta linha não deverá ser preenchida, podendo o eventual valor da contribuição para o PIS/Pasep ser aproveitado nos meses subseqüentes.

Linha 19A/31 – Crédito da Cide (Lei nº 10.336, de 2001, Art. 8º)

Nesta linha, a pessoa jurídica contribuinte da Cide-Combustíveis deverá informar o valor desta contribuição, pago na

importação ou na comercialização, no mercado interno, que será deduzido dos valores da contribuição para o PIS/Pasep devidos na comercialização, no mercado interno, de (incisos IV e V, art. 8º, Lei nº 10.336, de 2001):

- querosenes, exceto de aviação, observado o limite de R\$ 4,60 por m³; e
- óleos combustíveis (fuel-oil), observado o limite de R\$ 2,00 por tonelada.

Atenção:

- 1) O valor informado nesta linha, somado aos valores informados nas [Linhas 19A/28 a 19A/30](#), está limitado ao constante da [Linha 19A/27](#), podendo o eventual excesso ser aproveitado nos meses subseqüentes;
- 2) Na hipótese da [Linha 19A/27](#) resultar em valor negativo (saldo credor), esta linha não deverá ser preenchida, podendo o eventual valor da Cide-Combustíveis pago ser aproveitado nos meses subseqüentes.

Linha 19A/32 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP A PAGAR

Corresponde ao valor da [Linha 19A/23](#) subtraídos os valores das Linhas [19A/28](#), [19A/29](#), [19A/30](#) e [19A/31](#). A partir de 1 de dezembro de 2002, para as pessoas jurídicas submetidas a incidência do PIS/Pasep não-cumulativo, corresponde ao valor da [Linha 19A/27](#) subtraídos os valores das Linhas [19A/28](#), [19A/29](#), [19A/30](#) e [19A/31](#).

Atenção:

No caso das pessoas jurídicas submetidas a incidência do PIS/Pasep não-cumulativo, o valor resultante nesta linha deverá coincidir com aquele exibido na [Linha 19A/27](#), na hipótese desta última apresentar saldo negativo.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Linha 19A/33 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP A PAGAR RETIDA DE COOPERADOS

As Sociedades Cooperativas devem informar, nesta linha, o valor da Contribuição para o PIS/Pasep devido sobre a venda, no mercado interno, de produtos entregues para comercialização por seus associados, objeto de retenção e recolhimento, na forma do art. 66 da Lei nº 9.430, de 1996.

Linha 19A/34 - DEVOLUÇÕES DE VENDAS DE MERCADORIAS SUJEITAS À SUBSTITUIÇÃO/ALÍQUOTAS DIFERENCIADAS.

Nesta linha:

- a) a pessoa jurídica substituída deve informar os valores das vendas canceladas e das devoluções de mercadorias adquiridas em regime de substituição;
- b) o fabricante e o importador de cigarros devem informar, pelo valor que serviu de base de cálculo para a tributação (preço do produto no varejo multiplicado por um inteiro e trinta e oito centésimos), o valor das devoluções e das vendas canceladas desse produto; e
- c) o fabricante e o importador dos produtos dos códigos 8432.30 (semeadores, plantadores e transplantadores-autopropulsados) e 8711 (motocicletas), da TIPI, relacionados no art. 43 da MP nº 2.158-35, de 2001, sem prejuízo da informação prestada na [Linha 19A/05](#), devem informar, pelo valor que serviu de base de cálculo para a contribuição no regime de substituição (valor da venda acrescido do IPI incidente sobre a operação), o somatório das devoluções e das vendas canceladas desses produtos.
- d) os comerciantes varejistas de gasolina, óleo diesel, GLP, álcool para fins carburantes, e de querosene de aviação (QAV, adquirido a partir de 10 de dezembro de 2002), devem informar o valor das devoluções e das vendas canceladas desses produtos;
- e) as pessoas jurídicas não enquadradas na condição de industrial ou de importador dos produtos classificados nas posições 30.03, 30.04, 3303.00 a 33.07 e nos códigos 3401.11.90, 3401.20.10 e 96.03.21.00, da TIPI (exceto, quanto aos produtos dos códigos 3003.90.56 e 3004.90.46, adquiridos a partir de 1ª de outubro de 2002), devem informar o valor das devoluções e das vendas canceladas desses produtos, desde que tenham sido tributados na forma do Inciso I do art. 1º da Lei nº 10.147, de 31 de dezembro de 2000.
- f) as pessoas jurídicas não enquadradas na condição de industrial ou de importador dos produtos adquiridos a partir de 01 de outubro de 2002, classificados na posição 30.01, nos itens 3002.10.1, 3002.10.2, 3002.10.3, 3002.20.1, 3002.20.2, 3006.30.1 e 3006.30.2 e nos códigos 3002.90.20, 3002.90.92, 3002.90.99, 3005.10.10 e 3006.60.00, todos da TIPI, devem informar o valor das devoluções e das vendas canceladas desses produtos desde que tenham sido tributados na forma do inciso I do art. 1º da Lei nº 10.147, de 2000, com a redação dada pela Medida Provisória nº 41, de 2002 (convertida na Lei nº 10.548, de 2002);
- g) os comerciantes atacadistas e varejistas (exceto as pessoas jurídicas a que se refere o art.17, § 5º, da Medida Provisória nº 2.189-49, de 2001), dos produtos adquiridos a partir de 1ª de novembro de 2002, classificados nos códigos 84.29, 8432.40.00, 84.32.80.00, 8433.20, 8433.30.00, 8433.40.00, 8433.5, 87.01, 87.02, 87.03, 87.04, 87.05 e 87.06, 40.11 e 40.13, da TIPI, devem informar o valor das devoluções e das vendas canceladas desses produtos.

QUANTIDADE VENDIDA DE PRODUTOS SUJEITOS AO CRÉDITO DA CIDE

Linha 19A/35 – Demais Querosenes em M³

A pessoa jurídica submetida à incidência da Cide-Combustíveis na importação ou na comercialização, no mercado interno, de querosenes, exceto de aviação, deverá informar, nesta linha, a quantidade desse produto vendida, em m³.

Linha 19A/36 – Óleos Combustíveis em T

A pessoa jurídica submetida à incidência da Cide-Combustíveis na importação ou na comercialização, no mercado interno, dos óleos combustíveis, deverá informar, nesta linha, a quantidade desse produto vendida, em toneladas.

FICHA 19B - Cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep - PJ em Geral, Imunes ou Isentas - Alíquotas Diferenciadas

Esta ficha é de preenchimento obrigatório para:

- as refinarias de petróleo e os demais produtores e importadores de gasolina (exceto de aviação), de querosene de aviação, de óleo diesel e de gás liquefeito de petróleo (GLP), e as distribuidoras de álcool para fins carburantes;
- as pessoas jurídicas que procedam à industrialização ou à importação dos produtos farmacêuticos, de perfumaria, de toucador, de cosméticos e de higiene pessoal, classificados nas posições 30.01, 30.03 (exceto no código 3003.90.56), 30.04 (exceto no código 3004.90.46) e 33.03 a 33.07, nos itens 3002.10.1, 3002.10.2, 3002.10.3, 3002.20.1, 3002.20.2, 3006.30.1 e 3006.30.2 e nos códigos 3002.90.20, 3002.90.92, 3002.90.99, 3005.10.10, 3006.60, 3401.11.90, 3401.20.10 e 9603.21, todos da TIPI;
- as pessoas jurídicas fabricantes e/ou importadoras de máquinas agrícolas autopropulsadas e de veículos automotores, classificados nos códigos 84.29, 8432.40, 84.32.80, 8433.20, 8433.30, 8433.40, 8433.5, 87.01, 87.02, 87.03, 87.04, 87.05 e 87.06, bem assim dos códigos 40.11 (pneus novos de borracha) e 40.13 (câmaras-de-ar de borracha), todos da TIPI;
- a pessoa jurídica encomendante ou adquirente que auferir receita com a venda dos produtos referidos nos itens "a", "b" e "c", acima, importados por sua conta e ordem por pessoa jurídica importadora, nos termos da nos termos do art. 12 e dos arts. 86 e seguintes da Instrução Normativa SRF nº 247, de 21 de novembro de 2002.

Atenção:

- Os importadores de combustíveis, produtos farmacêuticos, de perfumaria etc, máquinas, veículos etc. (referidos nos itens "a", "b" e "c", acima) que não realizarem operações por conta própria, restringindo-se, quanto a esses produtos, às operações por conta e ordem de terceiros, deverão preencher a [Ficha 19A](#), estando desobrigados do preenchimento desta ficha.
- As entidades submetidas aos regimes de liquidação extrajudicial e de falência deverão apurar a Contribuição para o PIS/Pasep – Faturamento/Receita Bruta no mesmo regime aplicável às pessoas jurídicas ativas.
- As sociedades cooperativas devem recolher a Contribuição para o PIS/Pasep – Faturamento/Receita Bruta com base na receita bruta mensal, obrigando-se ainda ao recolhimento do PIS/Pasep – Folha de Salários quando efetuarem qualquer das exclusões de base de cálculo indicadas na [Linha 19B/15](#).

Apuração do Pis/Pasep no Regime Não-Cumulativo

- A partir de 1ª de dezembro de 2002, as pessoas jurídicas submetidas à apuração do PIS/Pasep no regime não-cumulativo (alíquota de 1,65%), instituído pelos arts. 1ª ao 11 da MP nº 66, de 29 de agosto de 2002, convertida na Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002 (observado o disposto na MP nº 107, de 10 de fevereiro de 2003), farão a demonstração da base de cálculo do PIS/Pasep tendo em vista o novo regime.
- Na eventualidade da pessoa jurídica auferir receitas sujeitas à alíquota de 0,65%, concomitantemente ao regime não-cumulativo (alíquota de 1,65%), deverão ser preenchidas as Linhas [19B/14](#), [19B/16](#), [19B/19](#) e [19B/22](#), para fins de cálculo da contribuição devida naquela alíquota (0,65%) ou de ajuste da contribuição apurada no regime anterior (cancelamento de vendas, diferimentos, etc.).

Prestadoras de Serviços de Segurança, Vigilância ou Transporte de Valores

No caso da pessoa jurídica que marcou (na [Ficha Nova](#)) a forma de tributação do lucro – "Lucro Real", independentemente de ter, ou não, informado (na Ficha Dados Cadastrais, da Pasta Cadastro) CNAE 7460-8/02 ("Atividades de Vigilância e Segurança Privada") ou CNAE 7460-8/04 ("Serviços de Transporte de Valores"), tenha auferido receita decorrente da prestação de serviços de segurança, vigilância ou transporte de valores, atendidos os requisitos do art. 14 da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983 (permanecendo sujeita ao regime de cumulatividade – alíquota de 0,65%) – deverá, a partir de 1ª de dezembro de 2002, observar o seguinte:

- Não será preenchida a [Linha 19B/05](#) (neste caso, serão deduzidos, do valor a ser informado na [Linha 19B/19](#), os valores referentes a vendas canceladas, devoluções e descontos incondicionais concedidos).
- As receitas sujeitas à alíquota de 0,65% (incidência cumulativa) serão informadas, conforme instruções, na [Linha 19B/16](#).
- A [Linha 19B/18](#) (soma algébrica dos valores informados nas [Linhas 19A/01 a 19A/17](#)) deverá exibir total igual a zero.

DEMONSTRAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP**Linha 19B/01 – Faturamento/Receita Bruta**

Informar nesta linha o valor do faturamento do mês, que corresponde à receita bruta, assim entendida a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil

adotada para essas receitas ([subitem 20.2.1](#)), observado que ([subitem 20.2.2](#)):

- a) nas operações realizadas em mercados futuros, considera-se como receita bruta o resultado positivo dos ajustes diários ocorridos no mês;
- b) nas operações de câmbio, realizadas por instituição autorizada pelo Banco Central do Brasil, considera-se receita bruta a diferença positiva entre o preço de venda e o preço de compra da moeda estrangeira;
- c) as variações monetárias ativas dos direitos de crédito e das obrigações do contribuinte, em função da taxa de câmbio ou de índices ou coeficientes aplicáveis por disposição legal ou contratual são consideradas, para efeitos desta contribuição, como receitas financeiras;
 - c.1) as receitas de variação monetária decorrentes de taxa de câmbio, apuradas na forma do *caput* do art. 30 da MP nº 2.158-35, de 2001, serão consideradas, para efeito de apuração da base de cálculo, quando da liquidação da respectiva operação, observado o disposto nas linhas 19B/02 e 19B/07.;
- d) nas operações de venda de veículos usados, equiparadas à venda sob consignação pelo art. 5º da Lei nº 9.716, de 26 de novembro de 1998, considera-se receita bruta a diferença entre o valor de alienação e o de aquisição do veículo, constantes, respectivamente, da nota fiscal de venda e da nota fiscal de entrada, nos termos dos §§ 4º ao 6º do art. 4º da Instrução Normativa SRF nº 247, de 2002;
- e) a contrapartida do aumento do ativo em decorrência da atualização do valor dos estoques de produtos agrícolas, animais e extrativos destinados à venda, tanto em virtude do registro no estoque de crias nascidas no período de apuração, como pela avaliação do estoque a preço de mercado, embora constitua receita tributável pelo imposto de renda, não compõe a base de cálculo do PIS/Pasep - Faturamento/Receita Bruta, visto que o fato gerador da contribuição ocorrerá somente quando efetivada a venda desses produtos;
- f) as pessoas jurídicas submetidas ao regime de tributação com base no lucro presumido poderão adotar o regime de caixa, para fins da incidência da contribuição para o PIS/Pasep, na hipótese de adotar este último regime em relação ao imposto de renda das pessoas jurídicas e à CSLL;
- g) o sócio ostensivo de sociedade em conta de participação (SCP) deve informar nesta linha o valor do seu faturamento/receita bruta computada a receita auferida pela SCP; e
- h) integra a receita bruta da pessoa jurídica importadora o valor dos serviços prestados ao encomendante da mercadoria, no caso de importação efetuada por conta e ordem deste.

Atenção:

- 1) A alíquota da Contribuição para o PIS/Pasep, a ser aplicada sobre as receitas em geral, é de 0,65%, ressalvada a alíquota de 1,65%, aplicável no regime de não-cumulatividade, e as demais alíquotas aplicáveis nos regimes de tributação diferenciada ([subitens 20.5](#) e [20.7](#))
- 2) A partir de 1º de dezembro de 2002, caso a pessoa jurídica esteja submetida à apuração do PIS/Pasep não-cumulativo (alíquota de 1,65%), informará nessa linha, também, o valor referente às receitas sujeitas à incidência no novo regime.

Linha 19B/02 - Receitas de Variações Cambiais - Operações Liquidadas no Mês

A pessoa jurídica que apurar a receita de variação monetária decorrente da taxa de câmbio, na forma do *caput* do art. 30 da MP nº 2.158-35, de 2001, deve informar nesta linha o valor das variações cambiais ativas, quando da liquidação da operação, observado o disposto na [Linha 19B/07](#).

Linha 19B/03 - Receitas Diferidas em Períodos Anteriores

Informar nesta linha, quando do efetivo recebimento, os valores das receitas que tenham sido diferidas em períodos anteriores, referentes a contratos de construção ou fornecimento, firmados com pessoa jurídica de direito público ou empresa pública, atividades imobiliárias etc, conforme disposto nas instruções da [Linha 19B/13](#).

Atenção:

- 1) As refinarias de petróleo, os demais produtores e os importadores de gasolina (exceto de aviação), de óleo diesel, de GLP e, a partir de 10 de dezembro de 2002, os produtores e os importadores de querosene de aviação, quando do efetivo recebimento do valor das receitas relativas à venda desses produtos, que tenham sido diferidas em períodos anteriores, não devem informá-lo nesta linha, mas sim nas Linhas [19B/31](#), [19B/37](#), [19B/43](#) ou [19B/55](#), conforme o caso.
- 2) As distribuidoras de álcool etílico para fins carburantes, quando do efetivo recebimento do valor das receitas relativas à venda desse produto, que tenham sido diferidas em períodos anteriores, não devem informá-lo nesta linha, mas sim na [Linha 19B/49](#).
- 3) As pessoas jurídicas que procedam à industrialização ou à importação de produtos classificados nas posições 3003, 3004, 3303.00 a 3307, 3401.11.90, 3401.20.10 e 9603.21.00, da TIPI (exceto, a partir de 1º de outubro de 2002, os produtos dos códigos 3003.90.56 e 3004.90.46), quando do efetivo recebimento do valor das receitas relativas à venda desses produtos, que tenham sido diferidas em períodos anteriores, não devem informá-lo nesta linha, mas sim na [Linha 19B/24](#).
- 4) A partir de 1º de outubro de 2002, as pessoas jurídicas que procedam à industrialização ou à importação dos produtos Farmacêuticos, de Perfumaria, de Toucador, Cosméticos e de Higiene Pessoal, classificados na posição 30.01, nos itens 3002.10.1, 3002.10.2, 3002.10.3, 3002.20.1, 3002.20.2, 3006.30.1 e 3006.30.2 e nos códigos 3002.90.20, 3002.90.92, 3002.90.99, 3005.10.10, e 3006.60.00, todos da TIPI, quando do efetivo recebimento do valor das receitas relativas à venda desses produtos, que tenham sido diferidas em períodos anteriores, não devem informá-lo nesta linha, mas sim na [Linha 19B/24](#).
- 5) A partir de 1º de novembro de 2002, o fabricante e o importador dos produtos classificados nas posições

40.11 (pneus novos de borracha) e 40.13 (câmaras-de-ar), quando do efetivo recebimento do valor das receitas relativas à venda desses produtos, que tenham sido diferidas em períodos anteriores, não devem informá-lo nesta linha, mas sim na [Linha 19B/61](#); e

6) A partir de 1ª de novembro de 2002, o fabricante e o importador de máquinas agrícolas autopropulsadas e de veículos automotores, classificados nos códigos 8429, 8432.40.00, 8432.80.00, 8433.20, 8433.40.00, 8433.5, 8701, 8702, 8703, 8704, 8705, 8706, da TIPI, quando do efetivo recebimento do valor das receitas relativas à venda desses produtos, que tenham sido diferidas em períodos anteriores, não devem informá-lo nesta linha, mas sim na [Linha 19B/67](#).

7) A partir de 1ª de dezembro de 2002, caso a pessoa jurídica esteja submetida à apuração do PIS/Pasep não-cumulativo (alíquota de 1,65%), informará nesta linha também o valor referente às receitas sujeitas à incidência no novo regime.

ISENÇÕES E EXCLUSÕES

Linha 19B/04 - Receitas Isentas

Informar nesta linha o valor das receitas ([subitem 20.2.3](#)):

- a) provenientes dos recursos recebidos a título de repasse, oriundos do Orçamento Geral da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, pelas empresas públicas e sociedades de economia mista;
- b) das exportações de mercadorias para o exterior;
- c) dos serviços prestados a pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior, cujo pagamento represente ingresso de divisas;
- d) do fornecimento de mercadorias ou serviços para uso ou consumo de bordo em embarcações e aeronaves em tráfego internacional, quando o pagamento for realizado em moeda conversível;
- e) do transporte internacional de cargas ou passageiros;
- f) Auferidas pelos estaleiros navais brasileiros nas atividades de construção, conservação, modernização, conversão e reparo de embarcações pré-registradas ou registradas no Registro Especial Brasileiro – REB, instituído pela Lei nº 9.432, de 1997 (MP nº 2.158-35, de 2001, art. 14, VI e § 1º);
- g) de frete de mercadorias transportadas entre o País e o exterior pelas embarcações registradas no REB;
- h) de vendas realizadas pelo produtor-vendedor às empresas comerciais exportadoras nos termos do Decreto-Lei nº 1.248, de 1972, desde que destinadas ao fim específico de exportação para o exterior;
- i) de vendas, com fim específico de exportação para o exterior, a empresas exportadoras registradas na Secretaria do Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; e
- j) auferidas pelas entidades mencionadas no art. 13 da MP nº 2.158-35, de 2001 (para tais entidades, o PIS/Pasep incide sobre a Folha de Salários) [Subitem 20.4](#); e
- k) relativas ao fornecimento de bens e serviços à Itaipu Binacional.

Atenção:

- 1) O valor da receita decorrente da venda de mercadorias contemplada com alíquota zero de PIS/Pasep, não deve ser informado nesta linha, mas sim na [Linha 19B/12](#).
- 2) As isenções previstas acima não alcançam as receitas de vendas efetuadas a estabelecimento industrial, para industrialização de produtos destinados à exportação, ao amparo do art. 3º da Lei nº 8.402, de 08 de janeiro de 1992 (art. 14, § 2º da [MP nº 1.858-6](#), de 1999, e reedições).

Linha 19B/05 - Vendas Canceladas, Devoluções e Descontos Incondicionais

A pessoa jurídica deve informar nesta linha ([subitem 20.2.4.1](#)):

- a) o valor dos descontos incondicionais concedidos, quando computados como Faturamento/Receita Bruta ([Linha 19B/01](#)); e
- b) o valor das vendas canceladas e das devoluções de mercadorias, após deduzidos os valores dos descontos incondicionais concedidos, e os valores do IPI e do ICMS, este último quando recolhido na condição de substituto tributário.

Atenção:

- 1) A pessoa jurídica substituída não deve informar, nesta linha, o valor das vendas canceladas e das devoluções de mercadorias adquiridas no regime de substituição tributária, mas sim na [Linha 19B/87](#);
- 2) A pessoa jurídica substituída não deve informar, nesta linha, o valor das vendas canceladas e das devoluções de cigarros.
- 3) O valor das vendas canceladas, das devoluções e dos descontos incondicionais concedidos, quando relativos às operações contempladas com alíquota zero de PIS/Pasep, não deve ser informado nesta linha, mas sim na [Linha 19B/87](#).

A partir de 1ª de dezembro de 2002, a pessoa jurídica sujeita à incidência do PIS/Pasep não cumulativo (alíquota de 1,65%):

- informará nesta linha, o valor das vendas canceladas e dos descontos incondicionais concedidos, relativos ao PIS/Pasep não cumulativo (alíquota de 1,65%);
- informará na [Linha 19B/77](#), o valor das devoluções de mercadorias em cujas vendas tenha incidido o PIS/Pasep não cumulativo (alíquota de 1,65%) – vide alínea “d” das instruções da [Linha 19B/77](#); e
- não informará nesta linha o valor das vendas canceladas, devoluções de mercadorias e descontos incondicionais

relativos a operações sujeitas à alíquota de 0,65%, quando auferir concomitantemente receitas sujeitas ao regime de não-cumulatividade e à incidência cumulativa, devendo deduzir tais valores no valor a ser informado na [Linha 19B/19](#).

Ainda partir de 1ª de dezembro de 2002, as prestadoras de serviços de segurança, vigilância ou transporte de valores, que não tenham informado na Ficha Cadastro CNAE 7460-8/02 ou CNAE 7460-8/04), observado o disposto nas instruções da Linha 19B/16, não informarão nesta linha o valor das vendas canceladas, devoluções de mercadorias e descontos incondicionais relativos a operações sujeitas à alíquota de 0,65%, devendo deduzir tais valores do valor a ser informado na Linha 19B/19.

Quanto às operações sujeitas a alíquotas diferenciadas, observar-se-á o seguinte:

1) As refinarias de petróleo, os demais produtores e os importadores de gasolina (exceto de aviação), de óleo diesel, de GLP e, a partir de 10 de dezembro de 2002, os produtores e os importadores de querosene de aviação, não devem informar o valor dos descontos incondicionais concedidos, das vendas canceladas e das devoluções desses produtos nesta linha, mas sim nas Linhas [19B/32](#), [19B/38](#) ou [19B/44](#), e [19B/56](#), conforme o caso.

2) As distribuidoras de álcool para fins carburantes, excetuado o caso de venda efetuada por importador que não seja distribuidora de combustíveis nos termos da Portaria nº 202, de 30 de dezembro de 1999, da Agência Nacional do Petróleo (ANP), não devem informar o valor dos descontos incondicionais concedidos, das vendas canceladas e das devoluções desse produto nesta linha, mas sim na [Linha 19B/50](#).

3) As pessoas jurídicas industrializadoras ou importadoras de produtos classificados nas posições 30.03, 30.04, 3303.00 a 33.07, 3401.11.90, 3401.20.10 e 9603.21.00, da TIPI (exceto, a partir de 1ª de outubro de 2002, os produtos dos códigos 3003.90.56 e 3004.90.46), não devem informar o valor dos descontos incondicionais concedidos, das vendas canceladas e das devoluções desses produtos nesta linha, mas sim na [Linha 19B/25](#).

4) A partir de 1ª de outubro de 2002, as pessoas jurídicas que procedam à industrialização ou à importação dos produtos Farmacêuticos, de Perfumaria, de Toucador, Cosméticos e de Higiene Pessoal, classificados na posição 30.01, nos itens 3002.10.1, 3002.10.2, 3002.10.3, 3002.20.1, 3002.20.2, 3006.30.1 e 3006.30.2 e nos códigos 3002.90.20, 3002.90.92, 3002.90.99, 3005.10.10, e 3006.60.00, todos da TIPI, não devem informar o valor dos descontos incondicionais concedidos, das vendas canceladas e das devoluções desses produtos nesta linha, mas sim na [Linha 19B/25](#).

5) A partir de 1ª de novembro de 2002, o fabricante e o importador dos produtos classificados nas posições 40.11 (pneus novos de borracha) e 40.13 (câmaras-de-ar) não devem informar o valor dos descontos incondicionais concedidos, das vendas canceladas e das devoluções desses produtos nesta linha, mas sim na [Linha 19B/62](#).

6) A partir de 1ª de novembro de 2002, o fabricante e o importador de máquinas agrícolas autopropulsadas e de veículos automotores, classificados nos códigos 8429, 8432.40.00, 8432.80.00, 8433.20, 8433.40.00, 8433.5, 8701, 8702, 8703, 8704, 8705, 8706, da TIPI, não devem informar o valor dos descontos incondicionais concedidos, das vendas canceladas e das devoluções desses produtos nesta linha, mas sim na [Linha 19B/68](#).

Linha 19B/06 - IPI e ICMS/Substituto Tributário

Informar nesta linha o valor ([subitem 20.2.4.I](#)):

- a) correspondente ao IPI, que tenha sido computado como Faturamento/Receita Bruta ([Linha 19B/01](#)); e
- b) correspondente ao ICMS, cobrado pelo contribuinte na condição de substituto tributário, que tenha sido computado como Faturamento/Receita Bruta ([Linha 19B/01](#)).

Atenção:

1) As refinarias de petróleo, os demais produtores e os importadores de gasolina (exceto de aviação), de óleo diesel, de GLP e, a partir de 10 de dezembro de 2002, os produtores e os importadores de querosene de aviação, com relação às vendas desses produtos, não devem informar o valor do ICMS recolhido na condição de substituto nesta linha, mas sim nas Linhas [19B/34](#), [19B/40](#), [19B/46](#) ou [19B/58](#), conforme o caso.

2) Ressalvado o caso de venda efetuada por importador que não seja distribuidora de combustíveis nos termos da Portaria nº 202, de 1999, da ANP, as distribuidoras de álcool para fins carburantes, com relação às vendas desse produto, não devem informar o valor do ICMS recolhido na condição de substituto tributário nesta linha, mas sim na [Linha 19B/52](#).

3) As pessoas jurídicas industrializadoras ou importadoras de produtos classificados nas posições 3003, 3004, 3303.00 a 3307, 3401.11.90, 3401.20.10 e 9603.21.00, da TIPI (exceto, a partir de 1ª de outubro de 2002, os produtos dos códigos 3003.90.56 e 3004.90.46), com relação às vendas desses produtos, não devem informar o valor do IPI e do ICMS recolhido na condição de substituto tributário nesta linha, mas sim na [Linha 19B/28](#).

4) A partir de 1ª de outubro de 2002, as pessoas jurídicas que procedam à industrialização ou à importação dos produtos classificados na posição 30.01, nos itens 3002.10.1, 3002.10.2, 3002.10.3, 3002.20.1, 3002.20.2, 3006.30.1 e 3006.30.2 e nos códigos 3002.90.20, 3002.90.92, 3002.90.99, 3005.10.10, e 3006.60.00, todos da TIPI, com relação às vendas desses produtos, não devem informar o valor do IPI e do ICMS recolhido na condição de substituto tributário nesta linha, mas sim na [Linha 19B/28](#).

5) A partir de 1ª de novembro de 2002, o fabricante e o importador dos produtos classificados nas posições 40.11 (pneus novos de borracha) e 40.13 (câmaras-de-ar), com relação às vendas desses produtos, não devem informar o valor do IPI e do ICMS recolhido na condição de substituto tributário nesta linha, mas sim na [Linha 19B/64](#).

6) A partir de 1ª de novembro de 2002, o fabricante e o importador de máquinas agrícolas autopropulsadas e de veículos automotores, classificados nos códigos 8429, 8432.40.00, 8432.80.00, 8433.20, 8433.40.00,

8433.5, 8701, 8702, 8703, 8704, 8705, 8706, da TIPI, com relação às vendas desses produtos, não devem informar o valor do IPI e do ICMS recolhido na condição de substituto tributário nesta linha, mas sim na [Linha 19B/73](#).

7) O valor do ICMS, recolhido na condição de substituto tributário, e do IPI, relativos a operações contempladas com alíquota zero de PIS/Pasep, não deve ser informado nesta linha, mas sim na [Linha 19B/87](#).

8) O valor do ICMS, recolhido na condição de substituto tributário (do ICMS), e do IPI, incidentes na venda da pessoa jurídica substituída (no PIS/Pasep), não deve ser informado nesta linha, porque integrarão o valor a ser informado na [Linha 19B/11](#).

Linha 19B/07 - Receitas de Variações Cambiais Auferidas no Mês

A pessoa jurídica que apurar a receita de variação monetária decorrente da taxa de câmbio quando da liquidação da operação, na forma do *caput* do art. 30 da [MP nº 2.113-26](#), de 2000, e reedições, deve informar nesta linha, para fins de exclusão, o valor desta receita financeira, apurada em conformidade com a alínea "c 1" das instruções da [Linha 19B/01](#).

Atenção:

A pessoa jurídica que efetuar a exclusão prevista nesta linha deve informar, na [Linha 19B/02](#), o valor das variações cambiais ativas quando da liquidação da operação.

Linha 19B/08 - Reversão de Provisões e Recuperação de Créditos Baixados como Perda

Informar nesta linha o valor das reversões de provisões e recuperações de créditos baixados como perda, que não representem ingressos de novas receitas ([subitem 20.2.4.I](#)).

Linha 19B/09 - Resultados Positivos em Participações Societárias e em SCP

Informar nesta linha o resultado positivo da avaliação de investimentos pelo valor do patrimônio líquido e os lucros e dividendos derivados de investimentos avaliados pelo custo de aquisição, inclusive aqueles derivados de SCP, que tenham sido computados como Faturamento/Receita Bruta ([Linha 19B/01](#)). [Subitem 20.2.4.I](#).

Linha 19B/10 - Vendas de Bens do Ativo Permanente

Informar nesta linha o valor referente às vendas de bens do ativo permanente ([subitem 20.2.4.I](#)), exceto, a partir de 1ª de dezembro de 2002, caso a pessoa jurídica esteja submetida à apuração do PIS/Pasep não-cumulativo (alíquota de 1,65%).

Atenção:

A partir de 1ª de fevereiro de 2003, tendo em vista a edição da MP nº 107, de 2003, o valor das receitas com a venda dos bens do ativo imobilizado não integra a base de cálculo para fins de apuração do PIS/Pasep não-cumulativo (alíquota de 1,65%).

Linha 19B/11 - Vendas de Produtos/Mercadorias Sujeitas à Substituição

Nesta linha:

- a) o fabricante e o importador de cigarros devem informar, para fins de exclusão da base de cálculo, o valor da receita de venda desses produtos, sobre o qual é devida a contribuição na condição de contribuinte e de substituto;
- b) o comerciante varejista de cigarros deve informar o valor da receita de venda desses produtos, adquiridos no regime de substituição, quando o pagamento da contribuição tenha ficado a cargo do fornecedor; e
- c) o comerciante varejista dos produtos relacionados no art. 43 da MP nº 2.158-35, de 2001, deve informar o valor da receita de venda desses produtos, adquiridos no regime de substituição, quando o pagamento da contribuição tenha ficado a cargo do fornecedor ([subitem 20.2.4.II](#)).

Atenção:

- 1) O fabricante e o importador de cigarros devem deduzir da receita a ser informada, conforme a alínea "a", o valor dos descontos incondicionais concedidos, do IPI e do ICMS recolhido na condição de substituto tributário.
- 2) As pessoas jurídicas referidas nas alíneas "b" e "c" devem deduzir das receitas a serem informadas o valor dos descontos incondicionais concedidos.
- 3) A partir de 1º de novembro de 2002, a pessoa jurídica referida na alínea "c", quando da venda dos

produtos dos códigos 8701, 8702 e 8703, 8704.2 e 8704.3, 8432.40, 8432.40.80, 8433.20, 8433.30, 8433.40 e 8433.5, todos da TIPI, não preenche esta linha, mas sim a Linha 19B/12.

Linha 19B/12 - Vendas de Produtos/Mercadorias com Alíquotas Diferenciadas

Nesta linha:

- a) as refinarias de petróleo, os demais produtores e os importadores de gasolina (exceto gasolina de aviação), de óleo diesel, de GLP e, a partir de 10 de dezembro de 2002, os produtores e os importadores de querosene de aviação devem informar o valor da receita de comercialização desses produtos;
- b) as distribuidoras de álcool para fins carburantes devem informar o valor da receita de comercialização desse produto, ressalvado o caso de venda efetuada por importador que não seja distribuidora de combustíveis nos termos da Portaria nº 202, de 1999, da ANP;
- c) as pessoas jurídicas industrializadoras ou importadoras dos produtos classificados nas posições 30.03, 30.04, 3303 a 33.07 e nos códigos 3401.11.90, 3401.20.10 e 96.03.21, da TIPI (exceto, a partir de 1ª de outubro de 2002, os produtos dos códigos 3003.90.56 e 3004.90.46), devem informar o valor da receita de venda desses produtos;
- d) a partir de 1ª de outubro de 2002, as pessoas jurídicas que procedam à industrialização ou à importação dos produtos classificados na posição 30.01, nos itens 3002.10.1, 3002.10.2, 3002.10.3, 3002.20.1, 3002.20.2, 3006.30.1 e 3006.30.2 e nos códigos 3002.90.20, 3002.90.92, 3002.90.99, 3005.10.10, e 3006.60, todos da TIPI, devem informar o valor da receita de venda desses produtos;
- e) a partir de 1ª de novembro de 2002, o fabricante e o importador dos produtos classificados nas posições 40.11 (pneus novos de borracha) e 40.13 (câmaras-de-ar), ambas da TIPI, devem informar o valor da receita de venda desses produtos;
- f) a partir de 1ª de novembro de 2002, o fabricante e o importador de máquinas agrícolas autopropulsadas e de veículos automotores, classificados nos códigos 8429, 8432.40, 8432.80, 8433.20, 8433.40.00, 8433.5, 8701, 8702, 8703, 8704, 8705, 8706, da TIPI, devem informar o valor da receita de venda desses produtos;
- g) a partir de 1ª de novembro de 2002, o fabricante e o importador dos produtos relacionados nos Anexos I e II do art. 3ª da Lei nº 10.485, de 2002, devem informar o valor da receita de venda desses produtos;
- h) as distribuidoras de gasolina, óleo diesel e GLP devem informar o valor das receitas relativas à comercialização desses produtos, contempladas com alíquota zero de PIS/Pasep; e
- i) a pessoa jurídica encomendante ou adquirente dos produtos de tratam as alíneas “a”, “b” (exceto **encomendante** que não seja distribuidora, na acepção adotada pela Portaria ANP nº 202, de 1999), “c”, “d”, “e”, e “f” - observadas, caso a caso, as respectivas datas - deve informar o valor da receita auferida com a venda daqueles produtos, quando importados por sua conta e ordem, por pessoa jurídica importadora, nos termos da Instrução Normativa SRF nº 247, de 2002.
- j) a partir de 1ª de março de 2002, a pessoa jurídica que comercializar gás natural canalizado, destinado à produção de energia elétrica pelas usinas integrantes do Programa Prioritário de Termoeletricidade, nos termos e condições estabelecidas em Ato Conjunto dos Ministros de Estado de Minas Energia e da Fazenda (art. 1 da Lei nº 10.312, de 27 de novembro de 2001), deve informar o valor da receita obtida com a venda desse produto; e
- l) a partir de 1ª de março de 2002, a pessoa jurídica que comercializar carvão mineral, destinado à geração de energia elétrica (art. 2ª da Lei nº 10.312, de 2001), deve informar o valor da receita obtida com a venda desse produto.

Atenção:

- 1) A pessoa jurídica não deve informar, nesta linha, o valor das receitas relativas às vendas de mercadorias sujeitas a alíquotas diferenciadas, quando corresponda a valor informado na [Linha 19B/04](#).
- 2) Os importadores de combustíveis, produtos farmacêuticos, de perfumaria etc., máquinas, veículos etc. (referidos nos itens “a” até “f”, acima) informarão nesta linha apenas as receitas referentes a operações realizadas por sua própria conta e ordem.

Linha 19B/13 - Receitas Diferidas no Período

Informar nesta linha, os valores das receitas sujeitas à incidência do PIS/Pasep – Faturamento, cujo pagamento seja passível de diferimento até a data da percepção efetiva do preço (valores a serem incluídos, posteriormente, na [Linha 19B/03](#), no mês do seu recebimento), tais como as receitas decorrentes de fornecimentos a preço predeterminado de bens ou serviços (ou decorrentes da subcontratação desses fornecimentos), contratados por pessoa jurídica de direito público, empresa pública, sociedade de economia mista ou suas subsidiárias. nos termos do art. 7ª da Lei nº 9.718, de 1998, ou ainda, as receitas decorrentes de atividades imobiliárias (loteamento de terrenos, incorporação imobiliária, construção de prédios destinados à venda, bem como a venda de imóveis construídos ou adquiridos para revenda), na forma do art. 2ª da MP nº 2.221, de 04 de setembro de 2001.

Atenção:

1) As refinarias de petróleo, os demais produtores e os importadores de gasolina (exceto de aviação), de óleo diesel, de GLP e os produtores e os importadores de querosene de aviação (esses últimos, a partir de 10 de dezembro de 2002), em relação à venda desses produtos, não devem informar nesta linha o valor das receitas passíveis de diferimento, mas sim nas Linhas [19B/33](#), [19B/39](#) ou [19B/45](#), conforme o caso.

2) As distribuidoras de álcool para fins carburantes, com relação à venda desse produto, não devem informar nesta linha o valor das receitas passíveis de diferimento, mas sim na [Linha 19B/51](#).

3) As pessoas jurídicas industrializadoras ou importadoras de produtos classificados nas posições 3003, 3004, 33.03 a 33.07, 3401.11.90, 3401.20.10 e 9603.21, da TIPI (exceto, a partir de 1ª de outubro de 2002, os produtos dos códigos 3003.90.56 e 3004.90.46), com relação à venda desses produtos, não devem informar nesta linha o valor das receitas passíveis de diferimento, mas sim na [Linha 19B/26](#).

4) A partir de 1ª de outubro de 2002, as pessoas jurídicas que procedam à industrialização ou à importação dos produtos classificados na posição 30.01, nos itens 3002.10.1, 3002.10.2, 3002.10.3, 3002.20.1, 3002.20.2, 3006.30.1 e 3006.30.2 e nos códigos 3002.90.20, 3002.90.92, 3002.90.99, 3005.10.10, e 3006.60, todos da TIPI, não devem informar nesta linha o valor das receitas passíveis de diferimento, mas sim na [Linha 19B/26](#).

5) A partir de 1ª de novembro de 2002, o fabricante e o importador dos produtos classificados nas posições 40.11 (pneus novos de borracha) e 40.13 (câmaras-de-ar) ambas da TIPI, não devem informar nesta linha o valor das receitas passíveis de diferimento, mas sim na [Linha 19B/63](#).

6) A partir de 1ª de novembro de 2002, o fabricante e o importador de máquinas agrícolas autopropulsadas e de veículos automotores, classificados nos códigos 8429, 8432.40, 8432.80, 8433.20, 8433.40, 8433.5, 8701, 8702, 8703, 8704, 8705, 8706, da TIPI, não devem informar nesta linha o valor das receitas passíveis de diferimento, mas sim na [Linha 19B/69](#).

7) O valor das receitas passíveis de diferimento, quando relativo a operações contempladas com alíquota zero de PIS/Pasep, não deve ser informado nesta linha, mas sim na [Linha 19B/12](#).

8) O valor da receita auferida pela pessoa jurídica substituída, relativa às vendas de mercadorias adquiridas no regime de substituição tributária, não deve ser informado nesta linha, mas sim na [Linha 19B/11](#).

Linha 19B/14 – Receitas Auferidas no âmbito do MAE

A partir de 1ª de outubro de 2002, a pessoa jurídica integrante do Mercado Atacadista de Energia Elétrica (MAE), instituído pela Lei nº 10.433, de 24 de abril de 2002, optante pelo Regime Especial de Tributação, na forma do art. 1ª da IN SRF nº 199, de 12 de setembro de 2002, atualmente art. 97da IN nº 247, de 2002, deverá informar nesta linha as receitas apuradas mensalmente no âmbito do MAE

Linha 19B/15 – Exclusões Permitidas às Sociedades Cooperativas

As cooperativas de produção, quando for o caso, poderão informar nesta linha ([subitem 20.2.4.III](#)):

a) os valores repassados aos associados, decorrentes da comercialização, no mercado interno, de produtos por eles

entregues à cooperativa;

b) as receitas de vendas de bens e mercadorias a associados;

c) as receitas decorrentes da prestação, aos associados, de serviços especializados, aplicáveis na atividade rural, relativos a assistência técnica, extensão rural, formação profissional e assemelhados;

d) as receitas decorrentes do beneficiamento, armazenamento e industrialização de produção do associado;

e) as receitas financeiras decorrentes de repasse de empréstimos rurais contraídos junto a instituições financeiras, até o limite dos encargos a estas devidos; e

f) as sobras apuradas pelas sociedades cooperativas de produção agropecuária na Demonstração do Resultado do Exercício, antes da destinação para a constituição do Fundo de Reserva e do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, previstos no art. 28 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 (art. 1º da MP nº 101, de 30 de dezembro de 2002); e

f.1) quanto às demais cooperativas, a exclusão de que trata a alínea "f" ficará limitada aos valores destinados à formação dos Fundos nela previstos (§ 2º, art. 1º da MP nº 101, de 2002).

Atenção:

1) Os adiantamentos efetuados aos associados, relativos à produção entregue, somente poderão ser excluídos quando da comercialização dos produtos.

2) Para os fins do disposto na alínea "b", a exclusão alcançará somente as receitas decorrentes da venda de bens e mercadorias vinculados diretamente à atividade econômica desenvolvida pelo associado e que seja objeto da cooperativa.

3) A sociedade cooperativa que efetuar exclusões previstas nas alíneas "a" até "e", acima, fica também sujeita à contribuição para o PIS/Pasep - Folha de Salários ([Linha 19B/21](#)).

4) As sobras líquidas da destinação para constituição dos fundos referidos na alínea "f" somente serão computadas na receita bruta da atividade rural do cooperado quando a este creditadas, distribuídas ou capitalizadas pela sociedade cooperativa de produção agropecuária (§ 1º, art. 1º da MP nº 101, de 2002).

Linha 19B/16 – Receitas Auferidas Sujeitas à Incidência Cumulativa

Nesta linha, as pessoas jurídicas sujeitas à apuração do PIS/Pasep não-cumulativo (alíquota de 1,65%) e as pessoas jurídicas prestadoras de serviços de segurança, vigilância ou transporte de valores (que apurem IRPJ/Lucro Real e não tenham informado na Ficha Cadastro CNAE 7460-8/02 ou CNAE 7460-8/04) deverão informar os valores referentes às receitas sobre as quais tenha ocorrido efetivamente a incidência da alíquota de 0,65%, observado o seguinte (vide instruções das linhas 19B/05 e 19B/19):

a) o valor a ser informado corresponde à soma dos valores das linhas 19B/01 a 19B/03, subtraído dos valores informados nas linhas 19B/04 até 19B/15 e 19B/17, exceto:

- Linha 19B/10 (para as pessoas jurídicas sujeitas ao PIS/Pasep não-cumulativo); e
- a parcela das vendas canceladas, devoluções e descontos incondicionais concedidos correspondente às operações sujeitas à alíquota de 0,65% (Linha 19B/05);

b) a partir de 1º de dezembro de 2002, caso esteja submetida concomitantemente à apuração do PIS/Pasep não-cumulativo (alíquota de 1,65%) e à incidência cumulativa (alíquota 0,65%), a pessoa jurídica informará, nesta linha, o valor referente às receitas efetivamente sujeitas à incidência da alíquota de 0,65% (regime cumulativo), auferidas no mês.

Atenção:

1) Esta linha será preenchida pelas prestadoras de serviços de segurança, vigilância ou transporte de valores, se atendidos os requisitos do art. 14 da Lei nº 7.102, de 1983, quando tenham auferido receitas decorrentes da prestação desses serviços, observadas as seguintes condições:

- sejam tributas no imposto de renda (IRPJ) com base no Lucro Real (assinalado “Lucro Real” na [Ficha Nova](#)); e
- não sendo essas as suas atividades preponderantes (as de maior faturamento), tenha sido informado, na Ficha Cadastro, CNAE diferente de 7460-8/02 (“Atividades de Vigilância e Segurança Privada”) ou de 7460-8/04 (“Serviços de Transporte de Valores”).

2) No caso acima, as prestadoras informarão o valor antes da exclusão de vendas canceladas, devoluções e descontos incondicionais concedidos (vide instruções da Linha 19B/05).

3) Esta linha não será habilitada para as pessoas jurídicas referidas no art. 8º da Lei nº 10.637, de 2002, incisos I (exceto prestadoras de serviços de segurança, vigilância ou transporte de valores) e incisos II a IV.

Linha 19B/17 - Outras Exclusões

Nesta Linha:

1) As pessoas jurídicas em geral devem informar o valor das exclusões permitidas pela legislação e não previstas nas linhas anteriores.

2) As operadoras de planos de assistência à saúde devem informar o valor:

- das co-responsabilidades cedidas;
- da parcela das contraprestações pecuniárias destinadas à constituição de provisões técnicas; e
- efetivamente pago das indenizações correspondentes aos eventos ocorridos, deduzido das importâncias recebidas a título de transferência de responsabilidades.

3) Para os fatos Geradores ocorridos a partir de 30 de agosto de 2002, as entidades fechadas de previdência complementar poderão também excluir da base de cálculo do PIS/Pasep o valor:

- dos rendimentos relativos a receitas de aluguel, destinados ao pagamento de benefício de aposentadoria, pensão, pecúlio e resgates;
- da receita decorrente da venda de bens imóveis, destinada ao pagamento de benefícios de aposentadoria, pensão, pecúlio e resgates;
- do resultado positivo auferido na reavaliação da carteira de investimentos imobiliários referida nos itens anteriores.

Linha 19B/18 – BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP – FATURAMENTO.

Corresponde ao faturamento/receita bruta mensal ajustado (Linhas 19B/01 a 19B/17)

Linha 19B/19 – BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP – INCIDÊNCIA CUMULATIVA.

Nesta linha, a partir de 1ª de dezembro de 2002, as pessoas jurídicas que estiverem submetidas à apuração do PIS/Pasep não-cumulativo (alíquota de 1,65%) e as prestadoras de serviços de segurança, vigilância ou transporte de valores (que apurem IRPJ/Lucro Real e não tenham informado na Ficha Cadastro CNAE 7460-8/02 ou CNAE 7460-8/04), informarão a base de cálculo da contribuição à alíquota de 0,65% (regime cumulativo), correspondente

ao valor informado na Linha 19B/16, subtraído dos valores (sobre os quais tenha incidido a alíquota de 0,65%) referentes a vendas canceladas, devoluções e descontos incondicionais concedidos, referentes operações sujeitas ao mesmo regime (vide instruções das linhas 19B/05 e 19B/16).

Atenção:

Esta linha não será habilitada para as pessoas jurídicas referidas no art. 8º da Lei nº 10.637, de 2002, incisos I (exceto prestadoras de serviços de segurança, vigilância ou transporte de valores) e incisos II a IV.

Linha 19B/20 - BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP – SUBSTITUIÇÃO.

Nesta linha:

a) o fabricante e o importador de cigarros devem informar o valor apurado como contribuinte e substituto do comerciante varejista, mediante a multiplicação do preço previsto para venda do produto no varejo por um inteiro e trinta e oito centésimos (1,38), após deduzidas as vendas canceladas e as devoluções (vide [subitem 20.3.I](#));

b) até 31 de outubro de 2002, o fabricante e o importador de veículos classificados nas posições 8701, 8702, 8703 e 8711, e nas subposições 8704.2 e 8704.3, ou de veículos autopropulsados classificados nos códigos 8432.30, 8432.40, 8432.80 (exceto rolos para gramados ou campo de esporte), 8433.20, 8433.30, 8433.40 e 8433.5, todos da TIPI, sem prejuízo da contribuição incidente sobre suas próprias receitas, devem informar o valor da contribuição, calculada sobre o preço de venda (preço do produto acrescido do IPI incidente na operação), cobrada e recolhida na condição de substitutos dos comerciantes varejistas (art. 43 da MP nº 2.158-35, de 2001, com redação dada pelo art. 64 da Lei nº 10.637, de 2002; art. 49 da IN SRF nº 247, de 2002), após deduzidas as vendas canceladas e as devoluções ([subitem 20.3.II](#)); e

c) a partir de 1º de novembro de 2002, o fabricante e o importador de veículos classificados na posição 87.11 (motocicletas) ou de veículos autopropulsados da subposição 8432.30 (semeadores, plantadores e transplantadores) todos da TIPI, sem prejuízo da contribuição incidente sobre suas próprias receitas, devem informar o valor da contribuição, calculada sobre o preço de venda desses produtos acrescido do IPI incidente na operação, cobrada e recolhida na condição de substitutos dos comerciantes varejistas (art. 43 da MP nº 2.158-35, de 2001, com redação dada pelo art. 64 da Lei nº 10.637, de 2002; art. 49 da IN SRF nº 247, de 2002), após deduzidas as vendas canceladas e as devoluções ([subitem 20.3.II](#)).

Atenção:

Em relação ao disposto nos itens "b" e "c":

- a substituição não se aplica às vendas efetuadas a comerciantes atacadistas, hipótese em que as contribuições são devidas em cada uma das sucessivas operações de venda do produto (inciso II do parágrafo único do art. 5º da IN SRF nº 247, de 2002).
- o valor dos descontos incondicionais concedidos nas vendas de mercadorias sujeitas ao regime de substituição deve ser deduzido do valor a ser informado nesta linha.

Linha 19B/21 - BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP – FOLHA DE SALÁRIOS.

As pessoas jurídicas relacionadas no art. 13 da [MP nº 1.858-6](#), de 1999, e reedições, devem informar nesta linha o valor total da folha de pagamentos, que compreende o somatório dos rendimentos do trabalho assalariado a qualquer título (salários, gratificações, comissões, adicional de função, ajuda de custo, aviso prévio trabalhado, adicional de férias, quinquênios, adicional noturno horas extras, 13º salário, repouso semanal remunerado e diárias superiores à cinquenta por cento do salário). Vide [subitem 20.4.II](#).

Atenção:

A Sociedade Cooperativa que fizer uso de qualquer das exclusões de base de cálculo indicadas na [Linha 19B/15](#), fica também obrigada a recolher a contribuição para o PIS/PASEP - Folha de Salários ([subitem 20.4.I](#)).

Linha 19B/22 - BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP – REA/MAE.

Nesta linha, a partir de 1ª de outubro de 2002, a pessoa jurídica integrante do MAE, optante pelo Regime Especial de Tributação, deve informar os resultados positivos nas operações de compra e venda de energia elétrica apurados mensalmente no âmbito do MAE (§§ 1ª e 2ª, art. 21, IN 247, de 2002).

Dos valores informados poderão ser deduzidos os valores devidos, correspondentes a ajustes de contabilizações encerradas de operações de compra e venda de energia elétrica, realizadas no âmbito do MAE (art. 41 da IN SRF nº 247, de 2002), quando decorrentes de:

a) decisão proferida em processo de solução de conflitos, no âmbito do MAE, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), ou em processo de arbitragem, na forma prevista no § 3ª do art. 2ª da Lei nº 10.433, de 2002;

b) resolução da Aneel; e

c) decisão proferida no âmbito do Poder Judiciário, transitada em julgado.

Atenção:

1) A dedução, prevista acima, somente é permitida na hipótese em que o ajuste de contabilização caracterize anulação de receita sujeita à incidência do PIS/Pasep, na forma estabelecida pela SRF.

2) As geradoras de energia elétrica optantes poderão, ainda, excluir da base de cálculo do PIS/Pasep o valor da receita auferida com a venda compulsória de energia elétrica por meio do Mecanismo de Realocação de Energia (alínea b, § único, art. 14 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998).

ALÍQUOTAS DIFERENCIADAS

PRODUTOS FARMACÊUTICOS, DE PERFUMARIA, DE TOUCADOR, COSMÉTICOS E DE HIGIENE PESSOAL (Lei nº 10.147/2000 e Lei nº 10.548/2002)

Linha 19B/23 Receitas de Vendas de Produtos Farmacêuticos, de Toucador, Cosméticos e de Higiene Pessoal

Nesta linha:

a) as pessoas jurídicas que procedam à industrialização ou à importação de produtos classificados nas posições 30.03, 30.04, 3303.00 a 33.07 (exceto, a partir de 1ª de outubro de 2002, os produtos dos códigos 3003.90.56 e 3004.90.46) e nos códigos 3401.11.90, 3401.20.10 e 9603.21.00, da TIPI, devem informar o valor das receitas relativas à comercialização desses produtos;

b) a partir de 01 de outubro de 2002, as pessoas jurídicas que procedam à industrialização ou à importação dos produtos classificados na posição 30.01, nos itens 3002.10.1, 3002.10.2, 3002.10.3, 3002.20.1, 3002.20.2, 3006.30.1 e 3006.30.2 e nos códigos 3002.90.20, 3002.90.92, 3002.90.99, 3005.10.10 e 3006.60.00, todos da TIPI, devem informar o valor das receitas relativas à comercialização desses produtos; e

c) a pessoa jurídica encomendante ou adquirente dos produtos de que tratam as alíneas anteriores, importados por sua conta e ordem por pessoa jurídica importadora, nos termos da Instrução Normativa SRF nº 247, de 2002, deve informar o valor da receita relativa à venda desses produtos.

Atenção:

1) A pessoa jurídica **não** deve informar, nesta linha, a parcela do valor da receita de venda desses produtos que se enquadre em qualquer das hipóteses de isenção da [Linha 19B/04](#).

2) Os importadores de produtos farmacêuticos, de perfumaria etc. informarão nesta linha apenas as receitas referentes a operações realizadas por sua própria conta e ordem.

Linha 19B/24 - Receitas Diferidas em Períodos Anteriores

Informar nesta linha, quando do efetivo recebimento, os valores das receitas que tenham sido diferidas em períodos anteriores, referentes a fornecimento (ou decorrentes da subcontratação desse fornecimento), a preço predeterminado, de produtos Farmacêuticos, de Toucador, Cosméticos e de Higiene Pessoal (conforme instruções da [Linha 19B/23](#) e da [Linha 19B/26](#)), a pessoa jurídica de direito público ou a empresa pública, etc.

Linha 19B/25 - Vendas Canceladas, Devoluções e Descontos Incondicionais

Informar nesta linha, o valor correspondente a devoluções, vendas canceladas e descontos incondicionais concedidos, computados como receita conforme instruções da [Linha 19B/23](#).

Linha 19B/26 Receitas Diferidas no Período

Informar nesta linha os valores computados como receita conforme instruções da [Linha 19B/23](#), cujo pagamento seja passível de diferimento até a data da percepção efetiva do preço (valores a serem incluídos, posteriormente, na [Linha 19B/24](#), no mês do seu recebimento), referentes a fornecimentos a preço predeterminado (ou decorrentes da subcontratação desses fornecimentos), de produtos Farmacêuticos, de Toucador, Cosméticos e de Higiene Pessoal, contratados por pessoa jurídica de direito público, empresa pública, sociedade de economia mista ou suas subsidiárias.

Linha 19B/27 - Aquisição de Produtos Relacionados na Lei nº 10.147, de 2000, art. 1º, § 4º e alterações.

Nesta linha, informar, para fins de exclusão, o custo de aquisição dos produtos:

a) classificados na posição 30.03 (exceto, a partir de 1º de outubro de 2002, os produtos do código 3003.90.56) da TIPI, tributados na forma do inciso I do art. 1º da Lei nº 10.147, de 2000; e

b) a partir de 1º de outubro de 2002 (em virtude das alterações introduzidas pela Lei nº 10.548, de 2002), também os classificados na posição 30.01, nos itens 3002.10.1, 3002.10.2, 3002.10.3, 3002.20.1, 3002.20.2, 3006.30.1, 3006.30.2 e nos códigos 3002.90.20, 3002.90.92, 3002.90.99, 3005.10.10 e 3006.60.00, todos da TIPI, que sejam utilizados na industrialização de produto que gere direito ao crédito presumido de que trata o art. 3º da Lei nº 10.147, de 2000, e que tenham sido tributados na forma do inciso I do art. 1º da mesma lei.

Linha 19B/28 - Outras Exclusões

Informar nesta linha os valores correspondentes ao ICMS, cobrado pelo contribuinte na condição de substituto tributário, e ao IPI, computados como receita na [Linha 19B/23](#), que tenham incidido sobre vendas de produtos Farmacêuticos, de Toucador, Cosméticos e de Higiene Pessoal.

Linha 19B/29 - BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP - PRODUTOS FARMACÊUTICOS, DE PERFUMARIA, DE TOUCADOR, COSMÉTICOS E DE HIGIENE PESSOAL.

O valor desta linha correspondente ao faturamento/receita bruta mensal ajustado ([Linhas 19B/23 a 19B/28](#)), referente à comercialização de produtos Farmacêuticos, de Toucador, Cosméticos e de Higiene Pessoal.

GASOLINA

Linha 19B/30 - Receitas de Vendas de Gasolina

Nesta linha:

a) as refinarias, os demais produtores e os importadores de gasolina (exceto gasolina de aviação) devem informar, nesta linha, o valor das receitas relativas à comercialização desse produto; e

b) a pessoa jurídica encomendante ou adquirente de gasolina, importada por sua conta e ordem por pessoa jurídica importadora, nos termos da Instrução Normativa SRF nº 247, de 2002, deve informar o valor da receita relativa à venda desse produto.

Atenção:

1) A pessoa jurídica não deve informar, nesta linha, a parcela do valor da receita de venda de gasolina que se enquadre em qualquer das hipóteses de isenção da [Linha 19B/04](#).

2) Os importadores de gasolina informarão nesta linha apenas as receitas referentes a operações realizadas por sua própria conta e ordem.

Linha 19B/31 - Receitas Diferidas em Períodos Anteriores

Informar nesta linha, quando do efetivo recebimento, os valores das receitas que tenham sido diferidas em períodos anteriores (a partir de 1ª de julho de 2000), referentes a fornecimento (ou decorrentes da subcontratação desse fornecimento), a preço predeterminado, de gasolina (exceto gasolina de aviação), conforme instruções da [Linha 19B/30](#) e da [Linha 19B/33](#), a pessoa jurídica de direito público, empresa pública, etc.

Linha 19B/32 - Vendas Canceladas, Devoluções e Descontos Incondicionais

Informar nesta linha o valor correspondente a devoluções, vendas canceladas e descontos incondicionais concedidos nas vendas de gasolina (exceto gasolina de aviação), computados como receita conforme instruções da [Linha 19B/30](#).

Linha 19B/33 - Receitas Diferidas no Período

Informar nesta linha os valores computados como receita conforme instruções da [Linha 19B/30](#), cujo pagamento seja passível de diferimento até a data da percepção efetiva do preço (valores a serem incluídos, posteriormente, na [Linha 19B/31](#), no mês do seu recebimento), referentes a fornecimentos a preço predeterminado (ou decorrentes da subcontratação desses fornecimentos), de gasolina (exceto gasolina de aviação), contratados por pessoa jurídica de direito público, empresa pública, sociedade de economia mista ou suas subsidiárias.

Linha 19B/34 - Outras Exclusões

Informar nesta linha o valor correspondente ao ICMS, cobrado pelo contribuinte na condição de substituto tributário, computado como receita na [Linha 19B/30](#), que tenha incidido sobre vendas de gasolina (exceto gasolina de aviação).

Linha 19B/35 - BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP - GASOLINA

O valor desta linha corresponde ao faturamento/receita bruta mensal ajustado ([Linhas 19B/30 a 19B/34](#)), referente à comercialização de gasolina.

ÓLEO DIESEL**Linha 19B/36 - Receitas de Vendas de Óleo Diesel**

Nesta linha:

a) as refinarias, os demais produtores e os importadores de óleo diesel devem informar o valor das receitas relativas à comercialização desse produto.

b) a pessoa jurídica encomendante ou adquirente de óleo diesel, importado por sua conta e ordem por pessoa jurídica importadora, nos termos da Instrução Normativa SRF nº 247, de 2002, deve informar o valor da receita relativa à venda desse produto

Atenção:

1) A pessoa jurídica **não** deve informar, nesta linha, a parcela do valor da receita de venda de óleo diesel que se enquadre em qualquer das hipóteses de isenção da [Linha 19B/04](#).

2) Os importadores de óleo diesel informarão nesta linha apenas as receitas referentes a operações realizadas por sua própria conta e ordem.

Linha 19B/37 - Receitas Diferidas em Períodos Anteriores

Informar nesta linha, quando do efetivo recebimento, os valores das receitas que tenham sido diferidas em períodos anteriores (a partir de 1ª de julho de 2000), referentes a fornecimento (ou decorrentes da subcontratação desse fornecimento), a preço predeterminado, de óleo diesel, conforme instruções da [Linha 19B/36](#) e da [Linha 19B/39](#), a pessoa jurídica de direito público, empresa pública, etc.

Linha 19B/38 - Vendas Canceladas, Devoluções e Descontos Incondicionais

Informar nesta linha o valor correspondente a devoluções, vendas canceladas e descontos incondicionais concedidos nas vendas de óleo diesel, computados como receita conforme instruções da [Linha 19B/36](#).

Linha 19B/39 - Receitas Diferidas no Período

Informar nesta linha os valores computados como receita conforme instruções da [Linha 19B/36](#), cujo pagamento seja passível de diferimento até a data da percepção efetiva do preço (valores a serem incluídos, posteriormente, na [Linha 19B/37](#), no mês do seu recebimento), referentes a fornecimentos a preço predeterminado (ou decorrentes da subcontratação desses fornecimentos), de óleo diesel, contratados por pessoa jurídica de direito público, empresa pública, sociedade de economia mista ou suas subsidiárias.

Linha 19B/40 - Outras Exclusões

Informar nesta linha o valor correspondente ao ICMS, cobrado pelo contribuinte na condição de substituto tributário, computado como receita na [Linha 19B/36](#), que tenha incidido sobre vendas de óleo diesel.

Linha 19B/41 - BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP - ÓLEO DIESEL.

O valor desta linha corresponde ao faturamento/receita bruta mensal ajustado ([Linhas 19B/36 a 19B/40](#)), referente à comercialização de óleo diesel.

GÁS LIQÜEFEITO DE PETRÓLEO (GLP)**Linha 19B/42 - Receitas de Vendas de GLP**

Nesta linha:

- a) as refinarias, os demais produtores e os importadores de GLP devem informar o valor das receitas relativas à comercialização desse produto; e
- b) a pessoa jurídica encomendante ou adquirente de GLP, importado por sua conta e ordem por pessoa jurídica importadora, nos termos da Instrução Normativa SRF nº 247, de 2002, deve informar o valor da receita relativa à venda desse produto.

Atenção:

- 1) A pessoa jurídica não deve informar, nesta linha, a parcela do valor da receita de venda de GLP que se enquadre em qualquer das hipóteses de isenção da [Linha 19B/04](#).
- 2) Os importadores de GLP informarão nesta linha apenas as receitas referentes a operações realizadas por sua própria conta e ordem.

Linha 19B/43 - Receitas Diferidas em Períodos Anteriores

Informar nesta linha, quando do efetivo recebimento, os valores das receitas que tenham sido diferidas em períodos anteriores (a partir de 1ª de julho de 2000), referentes a fornecimento (ou decorrentes da subcontratação desse fornecimento), a preço predeterminado, de GLP, conforme instruções da [Linha 19B/42](#) e da [Linha 19B/45](#), a pessoa jurídica de direito público, empresa pública, etc.

Linha 19B/44 - Vendas Canceladas, Devoluções e Descontos Incondicionais

Informar nesta linha o valor correspondente a devoluções, vendas canceladas e descontos incondicionais concedidos nas vendas de GLP, computados como receita conforme instruções da [Linha 19B/42](#).

Linha 19B/45 - Receitas Diferidas no Período

Informar nesta linha os valores computados como receita conforme instruções da [Linha 19B/42](#), cujo pagamento seja passível de diferimento até a data da percepção efetiva do preço (valores a serem incluídos, posteriormente, na [Linha 19B/43](#), no mês do seu recebimento), referentes a fornecimentos a preço predeterminado (ou decorrentes da subcontratação desses fornecimentos), de GLP, contratados por pessoa jurídica de direito público, empresa pública, sociedade de economia mista ou suas subsidiárias.

Linha 19B/46 - Outras Exclusões

Informar nesta linha o valor correspondente ao ICMS, cobrado pelo contribuinte na condição de substituto tributário, computado como receita na [Linha 19B/42](#), que tenha incidido sobre vendas de GLP.

Linha 19/47 - BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP - GLP

O valor desta linha corresponde ao faturamento/receita bruta mensal ajustado ([Linhas 19B/42 a 19B/46](#)), referente à comercialização de GLP.

ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO PARA FINS CARBURANTES - AEHC

Linha 19B/48 - Receitas de Vendas de AEHC

Nesta linha:

- a) as distribuidoras de álcool para fins carburantes devem informar o valor das receitas relativas à comercialização desse produto (exceto quando adicionado à gasolina); e
- b) a pessoa jurídica encomendante ou adquirente de álcool para fins carburantes, importado por sua conta e ordem por pessoa jurídica importadora, nos termos da Instrução Normativa SRF nº 247, DE 2002, deve informar o valor da receita relativa à venda desse produto.

Atenção:

- 1) A pessoa jurídica não deve informar, nesta linha, a parcela do valor da receita de venda de álcool para fins carburantes que se enquadre em qualquer das hipóteses de isenção da [Linha 19B/04](#).
- 2) Os importadores de álcool para fins carburantes informarão nesta linha apenas as receitas referentes a operações realizadas por sua própria conta e ordem.

Linha 19B/49 - Receitas Diferidas em Períodos Anteriores

Informar nesta linha, quando do efetivo recebimento, os valores das receitas que tenham sido diferidas em períodos anteriores (a partir de 1ª de julho de 2000), referentes a fornecimento (ou decorrentes da subcontratação desse fornecimento), a preço predeterminado, de álcool para fins carburantes, conforme instruções da [Linha 19B/48](#) e da [Linha 19B/51](#), a pessoa jurídica de direito público, empresa pública, etc.

Linha 19B/50 - Vendas Canceladas, Devoluções e Descontos Incondicionais

Informar nesta linha o valor correspondente a devoluções, vendas canceladas e descontos incondicionais concedidos nas vendas de álcool para fins carburantes, computados como receita conforme instruções da [Linha 19B/48](#).

Linha 19B/51 - Receitas Diferidas no Período

Informar nesta linha os valores computados como receita conforme instruções da [Linha 19B/48](#), cujo pagamento seja passível de diferimento até a data da percepção efetiva do preço (valores a serem incluídos, posteriormente, na [Linha 19B/49](#), no mês do seu recebimento), referentes a fornecimentos a preço predeterminado (ou decorrentes da subcontratação desses fornecimentos), de álcool para fins carburantes, contratados por pessoa jurídica de direito público, empresa pública, sociedade de economia mista ou suas subsidiárias.

Linha 19B/52 - Outras Exclusões

Informar nesta linha o valor correspondente ao ICMS, cobrado pelo contribuinte na condição de substituto tributário, computado como receita na [Linha 19B/48](#), que tenha incidido sobre vendas de álcool para fins carburantes.

Linha 19B/53 - BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP - AEHC

O valor desta linha corresponde ao faturamento/receita bruta mensal ajustado ([Linhas 19B/48 a 19B/52](#)), referente à comercialização de álcool para fins carburantes.

QUEROSENE DE AVIAÇÃO**Linha 19B/54 – Receitas de Vendas de Querosene de Aviação**

Nesta linha, a partir de 10 de dezembro de 2002:

a) as refinarias, os demais produtores e os importadores de querosene de aviação devem informar o valor das receitas relativas à comercialização desse produto; e

b) a pessoa jurídica encomendante ou adquirente de querosene de aviação, importado por sua conta e ordem por pessoa jurídica importadora, nos termos da Instrução Normativa SRF nº 247, DE 2002, deve informar o valor da receita relativa à venda desse produto.

Atenção:

- 1) A pessoa jurídica não deve informar, nesta linha, a parcela do valor da receita de venda de querosene de aviação que se enquadre em qualquer das hipóteses de isenção da [Linha 19B/04](#)
- 2) Os importadores de querosene de aviação informarão nesta linha apenas as receitas referentes a operações realizadas por sua própria conta e ordem.

Linha 19B/55 – Receitas Diferidas em Períodos Anteriores

Informar nesta linha, quando do efetivo recebimento, os valores das receitas que tenham sido diferidas em períodos anteriores (a partir de 10 de dezembro de 2002), referentes a fornecimento (ou decorrentes da subcontratação desse

fornecimento), a preço predeterminado, de querosene de aviação, conforme instruções da [Linha 19B/54](#) e da [Linha 19B/57](#), a pessoa jurídica de direito público, empresa pública, etc.

Linha 19B/56 – Vendas Canceladas, Devoluções e Descontos Incondicionais

Informar nesta linha o valor correspondente a devoluções, vendas canceladas e descontos incondicionais concedidos nas vendas de querosene de aviação, computados como receita conforme instruções da [Linha 19B/54](#).

Linha 19B/57 – Receitas Diferidas no Período

Informar nesta linha os valores computados como receita conforme instruções da [Linha 19B/54](#), cujo pagamento seja passível de diferimento até a data da percepção efetiva do preço (valores a serem incluídos, posteriormente, na [Linha 19B/55](#), no mês do seu recebimento), referentes a fornecimentos a preço predeterminado (ou decorrentes da subcontratação desses fornecimentos), de querosene de aviação, contratados por pessoa jurídica de direito público, empresa pública, sociedade de economia mista ou suas subsidiárias.

Linha 19B/58 – Outras Exclusões

Informar nesta linha o valor correspondente ao ICMS, cobrado pelo contribuinte na condição de substituto tributário, computado como receita na [Linha 19B/54](#), que tenha incidido sobre vendas de querosene de aviação.

Linha 19B/59 – BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP – QUEROSENE DE AVIAÇÃO.

O valor desta linha corresponde ao faturamento/receita bruta mensal ajustado ([Linhas 19B/54 a 19B/58](#)), referente à comercialização de querosene de aviação.

PNEUMÁTICOS (PNEUS E CÂMARA DE AR)

Linha 19B/60 – Receitas de Vendas de Pneus e Câmaras de Ar

Nesta linha, a partir de 01 de novembro de 2002:

a) o fabricante e o importador dos produtos classificados nas posições 40.11 (pneus novos de borracha) e 40.13 (câmaras-de-ar), em conformidade com o art. 5º da Lei nº 10.485, de 2002, devem informar o valor das receitas obtidas com a comercialização desses produtos; e

b) a pessoa jurídica encomendante ou adquirente de pneus novos de borracha e câmaras-de-ar, importados por sua conta e ordem por pessoa jurídica importadora, nos termos da Instrução Normativa SRF nº 247, DEZ 2002, deve informar o valor da receita relativa à venda desses produtos.

Atenção:

1) A pessoa jurídica não deve informar, nesta linha, a parcela do valor da receita de venda desses produtos que se enquadrem em qualquer das hipóteses de isenção da [Linha 19B/04](#)

2) Os importadores de pneus novos de borracha e câmaras-de-ar informarão nesta linha apenas as receitas referentes a operações realizadas por sua própria conta e ordem.

Linha 19B/61 – Receitas Diferidas em Períodos Anteriores

Informar nesta linha, quando do efetivo recebimento, os valores das receitas que tenham sido diferidas em períodos anteriores (a partir de 10 de dezembro de 2002), referentes a fornecimento (ou decorrentes da subcontratação desse fornecimento), a preço predeterminado conforme instruções da [Linha 19B/60](#) e da [Linha 19B/63](#), a pessoa jurídica de direito público, empresa pública, etc.

Linha 19B/62 – Vendas Canceladas, Devoluções e Descontos Incondicionais

Informar nesta linha o valor correspondente a devoluções, vendas canceladas e descontos incondicionais concedidos nas vendas de pneus novos de borracha e câmaras-de-ar, computados como receita conforme instruções da [Linha 19B/60](#).

Linha 19B/63 – Receitas Diferidas no Período

Informar nesta linha os valores computados como receita conforme instruções da [Linha 19B/60](#), cujo pagamento seja passível de diferimento até a data da percepção efetiva do preço (valores a serem incluídos, posteriormente, na [Linha 19B/61](#), no mês do seu recebimento), referentes a fornecimentos a preço predeterminado (ou decorrentes da subcontratação desses fornecimentos), de pneus novos de borracha e câmaras-de-ar, contratados por pessoa jurídica de direito público, empresa pública, sociedade de economia mista ou suas subsidiárias.

Linha 19B/64 – Outras Exclusões

Informar nesta linha os valores correspondentes ao ICMS, cobrado pelo contribuinte na condição de substituto tributário, e ao IPI, computados como receita na [Linha 19B/60](#), que tenham incidido sobre vendas de pneus novos de borracha e de câmaras-de-ar.

Linha 19B/65 – BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP – PNEUMÁTICOS (PNEUS E CÂMARAS DE AR).

O valor desta linha corresponde ao faturamento/receita bruta mensal ajustado ([Linhas 19B/60 a 19B/64](#)), referente à comercialização de pneus novos de borracha e de câmaras-de-ar.

MÁQUINAS AGRÍCOLAS AUTOPROPULSADAS, VEÍCULOS AUTOMOTORES (Lei nº 10.485, de 2002, art. 1º)

Linha 19B/66 - Receitas de Vendas

Nesta linha, a partir de 01 de novembro de 2002:

a) o fabricante e o importador de Máquinas Agrícolas Autopropulsadas e de Veículos Automotores, classificados na posição 84.29, nos códigos 8432.40.00, 8432.80.00, 8433.20, 8433.40.00, no item 8433.5 e nas posições 8701, 8702, 8703, 8704, 8705 e 8706, todos da TIPI (art. 1ª da Lei nº 10.485, de 2002), devem informar o valor das receitas obtidas com a comercialização desses produtos; e

b) a pessoa jurídica encomendante ou adquirente dos produtos referidos na alínea "a", importados por sua conta e ordem por pessoa jurídica importadora, nos termos da Instrução Normativa SRF nº 247, DE 2002, , deve informar o valor da receita obtida com a venda dos mesmos.

Atenção:

1) A pessoa jurídica não deve informar, nesta linha, a parcela do valor da receita de venda desses produtos que se enquadrem em qualquer das hipóteses de isenção da [Linha 19B/04](#)

2) Os importadores de Máquinas Agrícolas Autopropulsadas e de Veículos Automotores informarão nesta linha apenas as receitas referentes a operações realizadas por sua própria conta e ordem.

Linha 19B/67 – Receitas Diferidas em Períodos Anteriores

Informar nesta linha, quando do efetivo recebimento, os valores das receitas que tenham sido diferidas em períodos anteriores (a partir de 1ª de dezembro de 2002), referentes a fornecimento (ou decorrentes da subcontratação desse fornecimento), a preço predeterminado, de Máquinas Agrícolas Autopropulsadas e Veículos Automotores (conforme instruções da Linha 19B/66 e da Linha 19B/69), a pessoa jurídica de direito público, empresa pública, etc.

Linha 19B/68 – Vendas Canceladas, Devoluções e Descontos Incondicionais

Informar, nesta linha, o valor correspondente a devoluções, vendas canceladas e descontos incondicionais concedidos nas vendas de Máquinas Agrícolas Autopropulsadas e Veículos Automotores, computados como receita conforme instruções da Linha 19B/66.

Linha 19B/69 – Receitas Diferidas no Período

Informar nesta linha os valores computados como receita conforme instruções da [Linha 19B/66](#), cujo pagamento seja passível de diferimento até a data da percepção efetiva do preço (valores a serem incluídos, posteriormente, na [Linha 19B/67](#), no mês do seu recebimento), referentes a fornecimentos a preço predeterminado (ou decorrentes da subcontratação desses fornecimentos), de Máquinas Agrícolas Autopropulsadas e Veículos Automotores, contratados por pessoa jurídica de direito público, empresa pública, sociedade de economia mista ou suas subsidiárias.

Linha 19B/70 – Redução da Base de Cálculo 30,2% (Lei nº 10.485, de 2002, Art. 1ª, § 2ª, Inciso I)

A partir de 1ª de novembro de 2002, o fabricante e o importador de caminhões chassi, com carga útil igual ou superior a 1.800 Kg, bem como de caminhões monobloco, com carga útil igual ou superior a 1.500 Kg, classificados na posição 87.04, da TIPI, nos termos observadas as especificações estabelecidas no art. 20 da IN SRF nº 237, de 5 de novembro de 2002,

devem informar nesta linha o valor correspondente à redução de 30,2% da receita obtida com a venda desses produtos.

Linha 19B/71 – Redução da Base de Cálculo 48,1% (Lei nº 10.485, de 2002, Art. 1º, § 2º, Inciso II)

A partir de 1º de novembro de 2002, o fabricante e o importador dos produtos classificados nos códigos 84.29, 8432.40.00, 8432.80.00, 8433.20, 8433.30.00, 8433.40.00, 8433.5, 87.01, 8702.10.00 Ex 02, 8702.90.90 Ex 02, 87.04.10.00, 87.05 e 8706.00 Ex 01 (somente os destinados aos produtos classificados nos Ex 02 dos códigos 8702.10.00 e 8702.90.90), todos da TIPI, devem informar nesta linha o valor correspondente à redução de 48,1% da receita obtida com a venda desses produtos.

Linha 19B/72 – Valores devidos pela intermediação vendas diretas (Lei nº 10.485, de 2002, Art. 2º)

Informar nesta linha os valores recebidos a partir de 1º de novembro de 2002, pelo fabricante ou importador de veículos classificados nas posições 87.03 e 87.04, , por conta e ordem dos concessionários de que trata a Lei nº 6.729, de 28 de novembro de 1979, a estes devidos pela intermediação ou entrega dos veículos.

Atenção

Os valores informados nessa linha (devidos pelos concessionários pela intermediação ou entrega de veículos):

- 1) Serão reduzidos na mesma proporção das reduções informadas na [Linha 19B/70](#) e na [Linha 19B/71](#).
- 2) Não poderão exceder a 9% (nove por cento) do valor total da operação.
- 3) Deverão ser informados com inclusão do ICMS incidente sobre essas operações.

Linha 19B/73 – Outras Exclusões

Informar nesta linha os valores correspondentes ao ICMS, cobrado pelo contribuinte na condição de substituto tributário, e ao IPI, computados como receita na [Linha 19B/66](#), que tenham incidido sobre vendas de Máquinas Agrícolas Autopropulsadas e de Veículos Automotores.

Linha 19B/74 – BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP – MÁQUINAS AGRÍCOLAS AUTOPROPULSADAS, VEÍCULOS AUTOMOTORES

O valor desta linha corresponde ao faturamento/receita bruta mensal ajustado ([Linhas 19B/66 a 19B/73](#)), referente à comercialização de Máquinas Agrícolas Autopropulsadas e Veículos Automotores.

CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP

Linha 19B/75 - Contribuição para o PIS/Pasep Apurada

Corresponde à soma dos valores resultantes ([subitem 20.6](#)):

a) da aplicação da alíquota de sessenta e cinco centésimos por cento sobre a base de cálculo encontrada na [Linha 19B/18](#), [19B/19](#), [19B/20](#) e [19B/22](#), exceto, a partir de 1ª de dezembro de 2002, se a pessoa jurídica estiver submetida à apuração do PIS/Pasep não-cumulativo, caso em que será aplicada a alíquota de 1,65% à base de cálculo do PIS/Pasep – Faturamento ajustada ([Linha 19B/18](#));

Atenção:

Na eventualidade da pessoa jurídica auferir receitas sujeitas à alíquota de 0,65%, concomitantemente ao regime não-cumulativo (alíquota de 1,65%), o cálculo da contribuição no regime anterior (0,65%) será efetivado nas Linhas [19B/19](#) e [19B/22](#), conforme o caso.

b) da aplicação da alíquota de um por cento sobre a base de cálculo informada na [Linha 19B/21](#);

c) da aplicação da alíquota de dois inteiros e dois décimos por cento sobre a base de cálculo encontrada na [Linha 19B/29](#);

d) da aplicação da alíquota de dois inteiros e sete décimos por cento sobre a base de cálculo encontrada na [Linha 19B/35](#);

e) da aplicação da alíquota de dois inteiros e vinte e três centésimos por cento sobre a base de cálculo encontrada na [Linha 19B/41](#);

f) da aplicação da alíquota de dois inteiros e cinqüenta e seis centésimos por cento sobre a base de cálculo encontrada na [Linha 19B/47](#);

g) da aplicação da alíquota de um inteiro e quarenta e seis centésimos por cento sobre a base de cálculo encontrada na [Linha 19B/53](#);

h) da aplicação da alíquota de um inteiro e vinte e cinco centésimos por cento sobre a base de cálculo encontrada na [Linha 19B/59](#);

i) da aplicação da alíquota de um inteiro e quarenta e três centésimos por cento sobre a base de cálculo encontrada na [Linha 19B/65](#);

j) da aplicação da alíquota de um inteiro e quarenta e sete centésimos por cento sobre a base de cálculo encontrada na [Linha 19B/74](#). Vide [subitem 20.5.I](#) e [subitem 20.5.II](#).

DESCONTOS DE CRÉDITOS

Linha 19B/76 – Saldo Credor PIS/Pasep mês anterior (Lei nº 10.637, de 2002, art. 3º, § 4º)

Nesta linha, a partir de 1ª de janeiro de 2003, a pessoa jurídica sujeita à incidência não-cumulativa da contribuição para o PIS/Pasep deverá informar o crédito não aproveitado no mês anterior (vide instrução da [Linha 19B/79](#)).

Linha 19B/77 – Crédito do PIS/Pasep no mês (Lei nº 10.637, de 2002, art. 3º)

Nesta linha, a partir de 1ª de dezembro de 2002, a pessoa jurídica sujeita à incidência da contribuição para o PIS/Pasep não-cumulativa deverá informar o valor total dos créditos calculados, mediante a aplicação da alíquota de 1,65%, sobre os valores:([vide subitem 20.7](#)).

a) – das aquisições efetuadas no mês:

- de bens para revenda adquiridos de pessoas jurídicas domiciliadas no País, exceto das mercadorias em relação às

quais a contribuição seja exigida da empresa vendedora na condição de substituta tributária e, da venda dos produtos submetidos a alíquotas diferenciadas (incisos III e IV, art. 19 da IN SRF nº 247, de 2002)

- de bens e serviços adquiridos de pessoas jurídicas domiciliadas no País, utilizados como insumos na fabricação de produtos destinados à venda ou na prestação de serviços, inclusive combustíveis e lubrificantes;

b) – das despesas e custos incorridos no mês, relativos:

- a aluguéis de prédios, máquinas e equipamentos, pagos à pessoa jurídica, utilizados nas atividades da empresa;
- a despesas financeiras decorrentes de empréstimos e financiamentos tomados de pessoa jurídica, exceto quando esta for optante pelo Simples;

c) – dos encargos de depreciação e amortização, incorridos no mês, relativos:

- a máquinas e equipamentos adquiridos para utilização na fabricação de produtos destinados à venda, bem assim a outros bens incorporados ao ativo imobilizado;
- a edificações e benfeitorias em imóveis de terceiros, quando o custo, inclusive de mão-de-obra, tenha sido suportado pela locatária; e

d) – relativos aos bens recebidos em devolução, no mês, cuja receita de venda tenha integrado o faturamento do mês ou de mês anterior, e tenha sido tributada de acordo com o regime da não-cumulatividade.

Atenção:

1) Na hipótese de a pessoa jurídica sujeitar-se à incidência do PIS/Pasep não-cumulativo, em relação apenas a parte de suas receitas, o crédito será apurado, exclusivamente, sobre os custos, despesas e encargos vinculados a essas receitas.

2) O crédito será determinado, a critério da pessoa jurídica, pelo método de:

- apropriação direta, inclusive em relação aos custos, por meio de sistema de contabilidade de custos integrada e coordenada com a escrituração; ou
- rateio proporcional, aplicando-se aos custos despesas e encargos comuns a relação percentual existente entre a receita sujeita à incidência não-cumulativa e a receita bruta total, auferida no mês.

3) A partir de fevereiro de 2003, a pessoa jurídica sujeita à incidência do PIS/Pasep não-cumulativo poderá calcular créditos, mediante a aplicação da alíquota de 1,65%, sobre os valores das despesas de energia elétrica consumida em seus estabelecimentos;

4) A partir de 1ª de fevereiro de 2003, as pessoas jurídicas que produzam mercadorias de origem animal ou vegetal classificadas nos Capítulos 2 a 4, 8 a 12 e 23, e nos códigos 0504.00, 0710, 0712 a 0714, 1507 a 1514, 1515.2, 1516.20.00, 1517, 1701.11.00, 1701.99.00, 1702.90.00, 1803, 1804.00.00, 1805.00.00, 2009, 2101.11.10 e 2209.00.00, todos da TIPI, destinados à alimentação humana ou animal, informarão o valor do crédito presumido calculado pela aplicação da alíquota correspondente a 70% daquela prevista para as pessoas jurídicas submetidas à incidência não-cumulativa do PIS/Pasep (1,65%) sobre o valor dos bens e serviços utilizados como insumo na fabricação de produtos destinados à venda, adquiridos de pessoas físicas residentes no País;

Linha 19B/78 – Parcela Mensal do Crédito de PIS/Pasep Decorrente do Estoque (Lei nº 10.637/2002, art. 11)

Nesta linha, a pessoa jurídica sujeita à incidência não-cumulativa do PIS/Pasep deverá informar, em parcelas iguais e sucessivas à razão de um doze avo do total por mês, o valor resultante da aplicação do percentual de 0,65% sobre do estoque de abertura de bens, existente em 1ª de dezembro de 2002, referente (art. 11 c/c art. 1º, incisos III e IV, da Lei nº 10.637, de 2002):

- aos bens adquiridos para revenda, de pessoa jurídica domiciliada no País, exceto mercadorias adquiridas para

revenda em regime de substituição tributária (quando a revendedora for substituída) ou produtos cuja comercialização esteja sujeita à incidência da contribuição com alíquotas diferenciadas; e

- produtos utilizados como insumo na fabricação de bens (destinados à venda ou à prestação de serviços), adquiridos de pessoa jurídica domiciliada no País

Linha 19B/79 – CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP APÓS OS DESCONTOS DE CRÉDITOS.

Corresponde ao valor da [Linha 19B/75](#) subtraído dos valores das linhas [19B/76](#), [19B/77](#) e [19B/78](#), que poderá exibir:

- resultado positivo, no qual ficará demonstrado que os créditos decorrentes da aplicação do regime do PIS/Pasep não-cumulativo tenham sido totalmente aproveitados dentro do próprio mês;
- resultado negativo, hipótese em que os créditos decorrentes da aplicação do regime não-cumulativo sejam superiores ao valor da contribuição para o PIS/Pasep apurada na [Linha 19B/75](#).

Atenção:

Na ocorrência de resultado negativo, a pessoa jurídica somente poderá utilizar o crédito, não aproveitado no mês, mediante a transferência do respectivo saldo credor para a [Linha 19B/76](#), nos meses subsequentes.

DEDUÇÕES

Linha 19B/80 - Contribuição para o PIS/Pasep Retida na Fonte por Órgão Público

Informar nesta linha o valor da Contribuição para o PIS/Pasep retida por órgãos públicos, quando dos pagamentos relativos ao fornecimento de bens ou serviços (Instrução Normativa SRF/STN/SFC nº 23, de 2 de março de 2001, e alterações; [subitem 20.6.II](#)).

Atenção:

- 1) O valor informado nesta linha, somado aos valores informados nas Linhas [19B/81](#), [19B/82](#), [19B/83](#) e [19B/84](#), está limitado ao constante da [Linha 19B/79](#), podendo o eventual excesso ser aproveitado nos meses subsequentes;
- 2) Na hipótese da [Linha 19B/79](#) resultar em valor negativo (saldo credor), esta linha não deverá ser preenchida, podendo o eventual valor da contribuição para o PIS/Pasep retido por órgãos públicos ser aproveitado nos meses subsequentes.

Linha 19B/81 – Contribuição para o PIS/Pasep Retida na Fonte por Sociedade Cooperativa

Informar nesta linha o valor da contribuição para o PIS/Pasep retido por Cooperativas de Venda em Comum ou de Produção, em conformidade com o art. 66 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, c/c o art. 16 da MP nº 2.158-35, de 2001 ([subitem 20.6.II](#)).

Atenção:

- 1) O valor informado nesta linha, somado aos valores informados nas Linhas [19B/80](#), [19B/82](#), [19B/83](#) e [19B/84](#), está limitado ao constante da [Linha 19B/79](#), podendo o eventual excesso ser aproveitado nos meses subsequentes;
- 2) Na hipótese da [Linha 19B/79](#) resultar em valor negativo (saldo credor), esta linha não deverá ser preenchida, podendo o eventual valor da contribuição para o PIS/Pasep retido cooperativas de venda em comum ou de produção ser aproveitado nos meses subsequentes.

Linha 19B/82 - Crédito Presumido (Lei nº 10.147, de 2000, art. 3º)

Nesta linha:

a) as pessoas jurídicas que procedam à industrialização ou importação dos produtos classificados nas posições 30.03 (exceto, a partir de 1ª de outubro de 2002, os produtos do código 3003.90.56) e 30.04 (exceto, a partir de 1ª de outubro de 2002, os produtos do código 3004.90.46) da TIPI, sujeitos à prescrição médica, identificados por tarja vermelha ou preta, destinados à venda no mercado interno e relacionados pelo Poder Executivo no Anexo ao Decreto nº 3.803, de 24 de abril de 2001, devem informar nesta linha o valor do crédito presumido da Contribuição para o PIS/Pasep, calculado em conformidade com os arts. 3ª, 4ª e 7ª da Lei nº 10.147, de 2000 (arts. 4ª e 7ª com a redação dada pelo art. 54 da [MP nº 2.158-35](#), de 2001; [subitem 20.6.IV](#)).

b) a partir de 1ª de outubro de 2002, as pessoas jurídicas que procedam à industrialização ou importação dos produtos classificados nos itens 3002.10.1, 3002.10.2, 3002.10.3, 3002.20.1, 3002.20.2, 3006.30.1 e 3006.30.2 e nos códigos 3001.20.90, 3001.90.10, 3001.90.90, 3002.90.20, 3002.90.92, 3002.90.99, 3005.10.10 e 3006.60.00, todos da TIPI, sujeitos à prescrição médica, identificados por tarja vermelha ou preta, destinados à venda no mercado interno e relacionados pelo Poder Executivo no Anexo ao Decreto nº 3.803, de 24 de abril de 2001, devem informar nesta linha o valor do crédito presumido da Contribuição para o PIS/Pasep, calculado em conformidade com os arts. 3ª, 4ª e 7ª da Lei nº 10.147, de 2000 (arts. 4ª e 7ª com a redação dada pelo art. 54 da [MP nº 2.158-35](#), de 2001), e pelo art. 1ª da MP nº 41, de 2002 (convertida na Lei nº 10.548, de 2002 ([subitem 20.6.IV](#))).

Atenção:

1) O valor informado nesta linha, somado aos valores informados nas Linhas [19B/80](#), [19B/81](#), [19B/83](#) e [19B/84](#), está limitado ao constante da [Linha 19B/79](#), podendo o eventual excesso ser aproveitado nos meses subseqüentes.;

2) Na hipótese da [Linha 19B/79](#) resultar em valor negativo (saldo credor), esta linha não deverá ser preenchida, podendo o eventual valor do crédito presumido ser aproveitado nos meses subseqüentes.

Linha 19B/83 - Compensação de Substituição pela Não-Ocorrência do Fato Gerador Presumido

A pessoa jurídica substituída deve informar o valor da contribuição para o PIS/Pasep retida pelo substituto tributário, nas operações com cigarros ou com os produtos relacionados no art. 43 da [MP nº 2.158-35](#), de 2001, quando comprovada a impossibilidade de ocorrência do fato gerador presumido, em decorrência de furto, roubo, destruição ou incorporação do bem ao seu ativo permanente ([subitem 20.6.III](#)).

Atenção:

1) Na hipótese de formulação de processo para compensação na DCTF, o contribuinte não utilizará esta linha para compensação do valor objeto do processo;

2) O valor informado nesta linha, somado aos valores informados nas Linhas [19B/80](#), [19B/81](#), [19B/82](#) e [19B/84](#), está limitado ao constante da [Linha 19B/79](#), podendo o eventual excesso ser aproveitado nos meses subseqüentes;

3) Na hipótese da [Linha 19B/79](#) resultar em valor negativo (saldo credor), esta linha não deverá ser preenchida, podendo o eventual valor da contribuição para o PIS/Pasep ser aproveitado nos meses subseqüentes.

Linha 19B/84 – Crédito CIDE (Lei nº 10.336, de 2001, Art. 8ª)

Nesta linha, a pessoa jurídica contribuinte da Cide-Combustíveis deverá informar o valor desta contribuição, pago na importação ou na comercialização, no mercado interno, que será deduzido dos valores da contribuição para o PIS/Pasep devidos na comercialização, no mercado interno, de (vide [subitem 20.6.V](#)):

- gasolinas, exceto de aviação, observado o limite de R\$ 39,40 por m³;
- óleo diesel, observado o limite de R\$ 15,60 por m³;

- querosene de aviação, observado o limite de R\$ 3,81 por m³;
- querosenes, exceto de aviação, observado o limite de R\$ 4,60 por m³;
- óleos combustíveis (fuel-oil), observado o limite de R\$ 2,00 por tonelada (incisos IV e V, art. 8^a, Lei nº 10.336, de 2001);
- gás liquefeito de petróleo (GLP), inclusive o derivado do gás natural e de nafta, observado o limite de R\$ 18,63 por tonelada; e
- álcool etílico combustível, observado o limite de R\$ 4,01 por m³ (incisos I a VII do art. 8^a da Lei nº 10.336, de 2001, Incisos I, II e III, art. 2^a do Decreto nº 4.066, de 27 de dezembro de 2001).

Atenção:

1) O valor informado nesta linha, somado aos valores informados nas Linhas [19B/80](#), [19B/81](#) e [19B/82](#) e [19B/83](#), está limitado ao constante da [Linha 19B/79](#), podendo o eventual excesso ser aproveitado nos meses subseqüentes;

2) Na hipótese da Linha [Linha 19B/79](#) resultar em valor negativo (saldo credor), esta linha não deverá ser preenchida, podendo o eventual valor da Cide-Combustíveis pago ser aproveitado nos meses subseqüentes.

Linha 19B/85 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP A PAGAR

Corresponde ao valor da [Linha 19B/75](#) subtraídos os valores das Linhas [19B/80 a 19B/84](#). A partir de 1 de dezembro de 2002, para as pessoas jurídicas submetidas a incidência do PIS/Pasep não-cumulativo, corresponde ao valor da [Linha 19B/79](#) subtraídos os valores das Linhas [19B/80 a 19B/84](#).

Atenção:

No caso das pessoas jurídicas submetidas a incidência do PIS/Pasep não-cumulativo, o valor resultante nesta linha deverá coincidir com aquele exibido na [Linha 19B/79](#), na hipótese desta última apresentar saldo negativo.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**Linha 19B/86 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP A PAGAR RETIDA DE COOPERADOS**

As Sociedades Cooperativas devem informar, nesta linha, o valor da Contribuição para o PIS/Pasep decorrente da venda, no mercado interno, de produtos entregues para comercialização por seus associados, objeto de retenção e recolhimento, na forma do art. 66 da Lei nº 9.430, de 1996.

Linha 19B/87 - DEVOLUÇÕES DE VENDAS DE MERCADORIAS SUJEITAS À SUBSTITUIÇÃO/ALÍQUOTAS DIFERENCIADAS

A pessoa jurídica deve informar, nesta linha, o valor das devoluções ocorridas em operações com mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária ou à alíquota zero, em regime de alíquotas diferenciadas do PIS/Pasep.

QUANTIDADE VENDIDA DE PRODUTOS SUJEITOS AO CRÉDITO DA CIDE

Linha 19B/88 – GASOLINA EM M³

A pessoa jurídica submetida à incidência da Cide-Combustíveis na importação ou na comercialização, no mercado interno, de gasolinas, exceto de aviação, deverá informar, nesta linha, a quantidade desse produto vendida, em m³.

Linha 19B/89 – ÓLEO DIESEL EM M³

A pessoa jurídica submetida à incidência da Cide-Combustíveis na importação ou na comercialização, no mercado interno, de óleo diesel, deverá informar, nesta linha, a quantidade desse produto vendida, em m³.

Linha 19B/90 – GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO – GLP EM T

A pessoa jurídica submetida à incidência da Cide-Combustíveis na importação ou na comercialização, no mercado interno, do gás liquefeito de petróleo (inclusive o derivado de gás natural e de nafta), deverá informar, nesta linha, a quantidade desse produto vendida, em toneladas.

Linha 19B/91 – ALCOOL ETÍLICO COMBUSTÍVEL EM M³

A pessoa jurídica submetida à incidência da Cide-Combustíveis na importação ou na comercialização, no mercado interno, de álcool etílico combustível, deverá informar, nesta linha, a quantidade desse produto vendida, em m³.

Linha 19B/92 – QUEROSENE DE AVIAÇÃO EM M³

A pessoa jurídica submetida à incidência da Cide-Combustíveis na importação ou na comercialização, no mercado interno, de querosenes de aviação, deverá informar, nesta linha, a quantidade desse produto vendida, em m³.

Linha 19B/93 – DEMAIS QUEROSENES EM M³

A pessoa jurídica submetida à incidência da Cide-Combustíveis na importação ou na comercialização, no mercado interno, de querosenes, exceto de aviação, deverá informar, nesta linha, a quantidade desse produto vendida, em m³.

Linha 19B/94 – ÓLEOS COMBUSTÍVEIS EM T

A pessoa jurídica submetida à incidência da Cide-Combustíveis na importação ou na comercialização, no mercado interno, de óleos combustíveis (fuel-oil), deverá informar, nesta linha, a quantidade desse produto vendida, em toneladas.

FICHA 19C - Cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep - Instituições Financeiras, Seguradoras e Previdência

Esta ficha é de preenchimento obrigatório pelas pessoas jurídicas de que trata o § 1º do art. 22, da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, exceto as corretoras de seguros, contribuintes do PIS/Pasep, bem como pelas associações de poupança e empréstimo - APE (Ato Declaratório SRF nº 39, de 30 de abril de 1999).

Atenção:

- 1) As entidades submetidas aos regimes de liquidação extrajudicial e de falência deverão apurar a Contribuição para o PIS/Pasep – Faturamento/Receita Bruta no mesmo regime aplicável às pessoas jurídicas ativas.

2) As exclusões e deduções previstas nas [Linhas 19C/04 a 19C/24](#), restringem-se a operações autorizadas às empresas ou entidades nelas referidas, desde que realizadas dentro dos limites previstos na legislação pertinente.

DEMONSTRAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP

Linha 19C/01 - Faturamento/Receita Bruta

Informar nesta linha o valor do faturamento do mês, que corresponde à receita bruta, assim entendida a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas ([subitem 20.2.1](#)), de acordo com o disposto na IN SRF nº 037, de 05 de abril de 1999, e na IN SRF nº 47, de 28 de abril de 1999, no que não contrariar a legislação superveniente, e nos Atos Declaratórios SRF nº 39, de 30 de abril de 1999, e nº 97, de 02 de dezembro de 1999, observado que ([subitem 20.2.2](#)):

- a) nas operações realizadas em mercados futuros, considera-se como receita bruta o resultado positivo dos ajustes diários ocorridos no mês;
- b) nas operações de câmbio, realizadas por instituição autorizada pelo Banco Central do Brasil, considera-se receita bruta a diferença positiva entre o preço de venda e o preço de compra da moeda estrangeira;
- c) as variações monetárias ativas dos direitos de crédito e das obrigações do contribuinte, em função da taxa de câmbio ou de índices ou coeficientes aplicáveis por disposição legal ou contratual são consideradas, para efeitos desta contribuição, como receitas financeiras;
 - c.1) a pessoa jurídica que apurar receita de variação monetária decorrente de taxa de câmbio, na forma do *caput* do art. 30 da MP nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, deve informar na [Linha 19C/04](#), para efeito de exclusão da base de cálculo, o valor desta parcela de receita financeira, que tenha sido computada de acordo com a alínea "c";
- d) o sócio ostensivo de sociedade em conta de participação (SCP) deve informar nesta linha o valor do seu faturamento/receita bruta computada a receita auferida pela SCP.

Atenção:

É vedada a dedução de qualquer despesa administrativa.

Linha 19C/02 - Receitas de Variações Cambiais - Operações Liquidadas no Mês

A pessoa jurídica que apurar a receita de variação monetária decorrente de taxa de câmbio, na forma do *caput* do art. 30 da [MP nº 2.158-35](#), de 2001, deve informar nesta linha o valor das variações cambiais ativas, quando da liquidação da operação.

Linha 19C/03 - Receitas Diferidas em Períodos Anteriores

Informar nesta linha os valores diferidos em períodos anteriores, referentes a fornecimento, a preço predeterminado, de serviços a pessoa jurídica de direito público ou empresa sob o seu controle, quando recebidos durante o mês de apuração.

ISENÇÕES E EXCLUSÕES

19C/04 - Receitas de Variações Cambiais Auferidas no Mês

A pessoa jurídica que apurar a receita de variação monetária decorrente da taxa de câmbio, na forma do *caput* do art. 30 da MP nº 2.158-35, de 2001, deve informar nesta linha, para fins de exclusão, o valor desta receita financeira, apurada em conformidade com a alínea "c" das instruções da [Linha 19C/01](#).

Atenção:

A pessoa jurídica que efetuar a exclusão prevista nesta linha deve informar, na [Linha 19C/02](#), o valor das variações cambiais ativas quando da liquidação da operação.

Linha 19C/05 - Reversão de Provisões e Recuperação de Créditos Baixados como Perda

Informar nesta linha o valor das reversões de provisões operacionais e recuperações de créditos baixados como perda, que não representem ingressos de novas receitas ([subitem 20.2.4.I](#)).

Atenção:

A partir de março de 2000, as reversões de provisões **não** operacionais também devem ser informadas nesta linha.

Linha 19C/06 - Resultados Positivos em Participações Societárias e em SCP

Informar nesta linha o resultado positivo da avaliação de investimentos pelo valor do patrimônio líquido e os lucros e dividendos derivados de investimentos avaliados pelo custo de aquisição, inclusive aqueles derivados de SCP, que tenham sido computados como Faturamento/Receita Bruta ([Linha 19C/01](#)). Vide [subitem 20.2.4.I](#)

Linha 19C/07 - Vendas de Bens do Ativo Permanente

Informar nesta linha o valor referente às vendas de bens do ativo permanente ([subitem 20.2.4.I](#)).

Linha 19C/08 - Receitas Diferidas no Período

Informar nesta linha, para fins de exclusão, o valor da receita cujo pagamento da contribuição seja passível de diferimento, tais como as decorrentes de fornecimento a preço predeterminado de bens ou serviços, contratados por pessoa jurídica de direito público, empresa pública, sociedade de economia mista ou suas subsidiárias, em razão do não recebimento do preço (o referido valor deverá ser incluído na [Linha 19C/03](#) no mês do seu recebimento).

Linha 19C/09 – Despesas de Captação no Mercado Interfinanceiro

Informar nesta linha o valor das despesas de captação em operações realizadas no mercado interfinanceiro, inclusive com títulos públicos ([subitem 20.2.4.IV](#)).

Exclusão permitida aos bancos comerciais, bancos de investimentos, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas,

sociedade de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito e associação de poupança e empréstimos.

Linha 19C/10 - Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses - Instituições Oficiais

Informar nesta linha o valor dos encargos com obrigações por refinanciamentos, empréstimos e repasses de recursos de órgãos e instituições oficiais ([subitem 20.2.4.IV](#)).

Exclusão permitida aos bancos comerciais, bancos de investimentos, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedade de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito e associação de poupança e empréstimos.

Linha 19C/11 - Despesas de Câmbio

Informar o valor das despesas de câmbio ([subitem 20.2.4.IV](#)).

Exclusão permitida aos bancos comerciais, bancos de investimentos, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedade de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito e associação de poupança e empréstimos.

Linha 19C/12 – Despesas de Arrendamento Mercantil

Informar o valor das despesas de arrendamento mercantil, restritas a empresas e instituições arrendadoras ([subitem 20.2.4.IV](#)).

Linha 19C/13 – Despesas de Operações por Conta e Ordem do Tesouro Nacional

Informar o valor das despesas de operações especiais por conta e ordem do Tesouro Nacional ([subitem 20.2.4.IV](#)).

Exclusão permitida aos bancos comerciais, bancos de investimentos, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedade de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito e associação de poupança e empréstimos.

Linha 19C/14 - Despesas Incorridas nas Operações de Intermediação Financeira

Informar nesta linha o valor das despesas incorridas nas operações de intermediação financeira ([subitem 20.2.4.IV](#)).

Exclusão permitida aos bancos comerciais, bancos de investimentos, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedade de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito e associação de poupança e empréstimos.

Linha 19C/15 - Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses - Instituições Privadas

Informar nesta linha o valor das despesas de obrigações por empréstimos, para repasse, de recursos de instituições de direito privado ([subitem 20.2.4.IV](#)).

Exclusão permitida aos bancos comerciais, bancos de investimentos, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedade de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito e associação de poupança e empréstimos.

Linha 19C/16 - Deságio na Colocação de Títulos

Informar nesta linha o deságio na colocação de títulos ([subitem 20.2.4.IV](#)).

Exclusão permitida aos bancos comerciais, bancos de investimentos, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedade de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito e associação de poupança e empréstimos.

Linha 19C/17 - Perdas com Títulos de Renda Fixa e Variável, Exceto com Ações

Informar nesta linha o valor de perdas com títulos de renda fixa e variável, exceto com ações ([subitem 20.2.4.IV](#)).

Exclusão permitida aos bancos comerciais, bancos de investimentos, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedade de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito e associação de poupança e empréstimos.

Linha 19C/18 - Perdas em Operações de Hedge

Informar nesta linha o valor de perdas com ativos financeiros e mercadorias, em operações de Hedge ([subitem 20.2.4.IV](#)).

Exclusão permitida aos bancos comerciais, bancos de investimentos, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedade de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito e associação de poupança e empréstimos.

Linha 19C/19 - Cosseguros e Resseguros Cedidos

As empresas de seguros privados devem informar nesta linha o valor de cosseguro e resseguro cedidos ([subitem 20.2.4.V](#)).

Linha 19C/20 – Cancelamentos, Restituições e Descontos sobre Prêmios

As empresas de seguros privados devem informar nesta linha o valor referente aos cancelamentos e restituições de prêmios que houverem sido computados como receitas ([subitem 20.2.4.V](#)).

Linha 19C/21 - Pagamentos de Indenizações por Sinistros

As empresas de seguros privados devem informar nesta linha o valor referente às indenizações correspondentes aos sinistros ocorridos, efetivamente pago, deduzido das importâncias recebidas a título de cosseguro e resseguro, salvados e outros ressarcimentos ([subitem 20.2.4.V](#)).

Linha 19C/22 - Constituição de Provisões ou Reservas Técnicas

As empresas de seguros privados, as entidades de previdência privada, abertas e fechadas, e as empresas de capitalização devem informar nesta linha o valor destinado à constituição de provisões ou reservas técnicas ([subitem 20.2.4.V](#), [subitem 20.2.4.VI](#) e [subitem 20.2.4.VII](#)).

Linha 19C/23 - Rendimentos de Aplicações Financeiras

Nesta linha:

- a) as entidades de previdência privada, abertas e fechadas, devem informar, nesta linha, os rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas ao pagamento de benefícios de aposentadoria, pensão, pecúlio e resgates ([subitem 20.2.4.VI](#)).
- b) as empresas de capitalização devem informar, nesta linha, os rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas ao pagamento de resgate de títulos ([subitem 20.2.4.VII](#)).

Atenção:

Esta exclusão restringe-se aos rendimentos de aplicações financeiras proporcionados pelos ativos garantidores das provisões técnicas, limitados esses ativos ao montante das referidas provisões

Linha 19C/24 - Outras Exclusões

Nesta Linha:

- a) as pessoas jurídicas que tenham por objeto a securitização de créditos imobiliários, nos termos da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, e de créditos financeiros, observada regulamentação editada pelo Conselho Monetário Nacional, devem informar o valor das despesas de captação de recursos incorridas;
- b) informar o valor das outras exclusões autorizadas pela legislação e não relacionadas nas linhas anteriores.

Linha 19C/25 - BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP

Corresponde ao faturamento/receita bruta mensal ajustado ([Linhas 19C/01 a 19C/24](#)).

CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP**Linha 19C/26 - Contribuição para o PIS/Pasep Apurada**

Corresponde à aplicação da alíquota de sessenta e cinco centésimos por cento sobre a base de cálculo apurada na Linha 19C/25.

Linha 19C/27 – Contribuição para o PIS/Pasep Retida na Fonte por Órgão Público

Informar nesta linha o valor retido por órgãos públicos quando dos pagamentos relativos ao fornecimento de bens ou serviços (Instrução Normativa SRF/STN/SFC nº 23, de 2 de março de 2001, e alterações - [subitem 20.6.II](#)).

Atenção:

O valor a ser informado está limitado ao constante da Linha 19C/26, podendo o eventual excesso ser aproveitado nos meses subsequentes.

Linha 19C/28 – CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP A PAGAR

Corresponde à diferença entre os valores constantes nas Linhas 19C/26 e 19C/27.

FICHA 20A - Cálculo da Cofins - PJ em Geral, Imunes ou Isentas

Esta ficha é de preenchimento obrigatório pelas pessoas jurídicas de direito privado e as que lhes são equiparadas pela legislação do imposto de renda, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e suas subsidiárias, contribuintes da Cofins.

Atenção:

1) As entidades submetidas aos regimes de liquidação extrajudicial e de falência deverão apurar a Cofins no mesmo regime aplicável às pessoas jurídicas ativas.

2) As sociedades cooperativas devem recolher a Cofins com base na receita bruta mensal.

Preenchimento das Fichas 20B e 20C

Em exceção à regra, deverão preencher as seguintes fichas:

- [Ficha 20B](#):

a) as refinarias de petróleo e os demais produtores e importadores de gasolina (exceto de aviação), de querosene de aviação, de óleo diesel e de gás liquefeito de petróleo (GLP), e as distribuidoras de álcool etílico hidratado para fins carburantes;

b) as pessoas jurídicas que procedam à industrialização ou à importação dos produtos farmacêuticos, de perfumaria, de toucador, cosméticos e de higiene pessoal, classificados nas posições 30.01, 30.03 (exceto no código 3003.90.56), 30.04 (exceto no código 3004.90.46) e 33.03 a 33.07, nos itens 3002.10.1, 3002.10.2, 3002.10.3, 3002.20.1, 3002.20.2, 3006.30.1 e 3006.30.2 e nos códigos 3002.90.20, 3002.90.92, 3002.90.99, 3005.10.10, 3006.60.00, 3401.11.90, 3401.20.10 e 9603.21.00, todos da TIPI; .

c) as pessoas jurídicas fabricantes e/ou importadoras de máquinas agrícolas autopropulsadas e de veículos automotores, classificados nos códigos 84.29, 8432.40.00, 8432.80, 8433.20, 8433.30.00, 8433.40.00, 8433.5, 87.01, 87.02, 87.03, 87.04, 87.05 e 87.06, bem assim das posições 40.11 (pneus novos de borracha) e 40.13 (câmaras-de-ar de borracha, todos daTIPI,

d) A pessoa jurídica encomendante ou adquirente que auferir receita com a venda dos produtos referidos nos itens “a”, “b” e “c”, acima, importados por sua conta e ordem por pessoa jurídica importadora, nos termos do art. 12 e dos arts. 86 e seguintes da Instrução Normativa SRF nº 247, de 21 de novembro de 2002.

Atenção:

Os importadores de combustíveis, produtos farmacêuticos, de perfumaria etc., máquinas, veículos etc. (referidos nos itens “a”, “b” e “c”, acima) que não realizarem operações por conta própria, restringindo-se, quanto a esses produtos, às operações por conta e ordem de terceiros, deverão preencher esta ficha, estando desobrigados do preenchimento da [Ficha 20B](#).

- [Ficha 20C](#), as pessoas jurídicas a que se refere o § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, exceto as corretoras de seguros.

DEMONSTRAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DA COFINS

Linha 20A/01 – Faturamento/Receita Bruta

Valor informado na [Linha 19A/01](#).

Linha 20A/02 - Receitas de Variações Cambiais - Operações Liquidadas no Mês

Valor informado na [Linha 19A/02](#).

Linha 20A/03 - Receitas Diferidas em Períodos Anteriores

Valor informado na [Linha 19A/03](#).

ISENÇÕES E EXCLUSÕES

Linha 20A/04 - Receitas Isentas

Valor informado na [Linha 19A/04 \(subitem 20.2.3\)](#).

Atenção:

A pessoa jurídica que marcou na [Ficha Nova](#) a forma de tributação do lucro – "Imune do IRPJ ou Isenta do IRPJ", e que esteja incluída na relação de entidades do art. 13 da MP nº 2.158-35, de 2001 – templos de qualquer culto, partidos políticos, instituições de educação e de assistência social, instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural, científico e associações, sindicatos, federações e confederações, serviços sociais autônomos, conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas, fundações de direito público e privado, organizações estaduais de cooperativas e a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) – deve informar, nesta linha, além do valor da receita auferida com o fornecimento de bens e serviços à Itaipu Binacional, o valor das receitas previstas no art. 14 da MP nº 2.158-35, de 2001 ([subitem 20.2.3](#)).

Linha 20A/05 - Vendas Canceladas, Devoluções e Descontos Incondicionais

Valor informado na [Linha 19A/05](#), exceto a partir de 1º de dezembro de 2002, para as pessoas jurídicas sujeitas à apuração do PIS/Pasep não-cumulativo (alíquota de 1,65%) e para as prestadoras de serviços de segurança, vigilância ou transporte de valores (quando apurarem IRPJ/Lucro Real e não tenham informado na Ficha Cadastro CNAE 7460-8/02 ou CNAE 7460-8/04), as quais deverão informar nesta linha ([subitem 20.2.4.I](#)):

- a) o valor dos descontos incondicionais concedidos, quando computados como Faturamento/Receita Bruta (Linha 20A/01); e
- b) o valor das vendas canceladas e das devoluções de mercadorias, após deduzidos os valores dos descontos incondicionais concedidos e os valores do IPI e do ICMS, este último quando recolhido na condição de substituto tributário.

Atenção:

- 1) A pessoa jurídica substituída não deve informar, nesta linha, o valor das vendas canceladas e das devoluções de mercadorias adquiridas no regime de substituição tributária, observado neste caso o disposto na [Linha 20A/27](#).
- 2) O fabricante e o importador de cigarros não devem informar, nesta linha, o valor das vendas canceladas e das devoluções desses produtos, observando neste caso o disposto nas Linhas [20A/18](#) e [20A/27](#).
- 3) O valor das vendas canceladas, das devoluções e dos descontos incondicionais concedidos, quando relativos à operações contempladas com alíquota zero de COFINS, não deve ser informado nesta linha, mas sim na [Linha 20A/27](#).

Linha 20A/06 - IPI e ICMS/Substituto Tributário

Valor informado na [Linha 19A/06](#).

Linha 20A/07 - Receitas de Variações Cambiais Auferidas no Mês

Valor informado na [Linha 19A/07](#).

Linha 20A/08 - Reversão de Provisões e Recuperação de Créditos Baixados como Perda

Valor informado na [Linha 19A/08](#).

Linha 20A/09 - Resultados Positivos em Participações Societárias e em SCP

Valor informado na [Linha 19A/09](#).

Linha 20A/10 - Vendas de Bens do Ativo Permanente

Valor informado na [Linha 19A/10](#), exceto a partir de 1º de dezembro de 2002, para as pessoas jurídicas sujeitas à apuração do PIS/Pasep não-cumulativo (alíquota de 1,65%) e para as prestadoras de serviços de segurança, vigilância ou transporte de valores (quando apurarem IRPJ/Lucro Real e não tenham informado na Ficha Cadastro CNAE 7460-8/02 ou CNAE 7460-8/04), as quais deverão informar nesta linha o valor referente às vendas de bens do ativo permanente ([subitem 20.2.4.1](#)).

Linha 20A/11 - Vendas de Produtos/Mercadorias Sujeitas à Substituição

Valor informado na [Linha 19A/11](#).

Linha 20A/12 - Vendas de Produtos/Mercadorias com Alíquotas Diferenciadas

Valor informado na [Linha 19A/12](#).

Linha 20A/13 - Receitas Diferidas no Período

Valor informado na [Linha 19A/13](#).

Linha 20A/14 – Receitas Auferidas no Âmbito do MAE

Valor informado na [Linha 19A/14](#).

Linha 20A/15 - Exclusões Permitidas às Sociedades Cooperativas

Valor informado na [Linha 19A/15](#).

Linha 20A/16 – Outras Exclusões

Valor informado na [Linha 19A/17](#)

Linha 20A/17 - BASE DE CÁLCULO DA COFINS - FATURAMENTO

Corresponde ao faturamento/receita bruta mensal ajustado ([Linha 20A/01 a Linha 20A/16](#)).

Linha 20A/18 - BASE DE CÁLCULO DA COFINS - SUBSTITUIÇÃO

Nesta linha:

a) o fabricante e o importador de cigarros devem informar o valor apurado como contribuinte e substituto do comerciante varejista, mediante a multiplicação do preço previsto para venda do produto no varejo por um inteiro e dezoito centésimos (1,18), após deduzidas as vendas canceladas e as devoluções ([subitem 20.3.I](#));

b) o fabricante e o importador de veículos classificados na posição 87.11 (motocicletas) ou de veículos autopropulsados da subposição 8432.30 (semeadores, plantadores e transplantadores), todos da TIPI, sem prejuízo da contribuição incidente sobre suas próprias receitas, devem informar o valor da contribuição, calculada sobre o preço de venda (preço do produto acrescido do IPI incidente na operação), cobrada e recolhida na condição de substitutos dos comerciantes varejistas (art. 43 da MP nº 2.158-35, de 2001, com redação dada pelo art. 64 da Lei nº 10.637, de 2002; art. 49 da IN SRF nº 247, de 2002), após deduzidas as vendas canceladas e as devoluções ([subitem 20.3.II](#)).

Atenção:

Em relação ao disposto no item “b”:

- a substituição tributária acima não se aplica às vendas efetuadas a comerciantes atacadistas, hipótese em que as contribuições são devidas em cada uma das sucessivas operações de venda do produto (AD SRF nº 44, de 2000 e inciso II do parágrafo único do art. 5º da IN SRF nº 247, de 2002).
- o valor dos descontos incondicionais concedidos nas vendas de mercadorias sujeitas ao regime de substituição deve ser deduzido do valor a ser informado nesta linha.

Linha 20A/19 – BASE DE CÁLCULO DA COFINS – REA/MAE

Nesta linha, a partir de 1º de outubro de 2002, a pessoa jurídica integrante do MAE, optante pelo Regime Especial de Tributação, deve informar os resultados positivos nas operações de compra e venda de energia elétrica apurados mensalmente no âmbito do MAE (§§ 1º e 2º, art. 21, IN 247, de 2002).

Dos valores informados poderão ser deduzidos os valores devidos, correspondentes a ajustes de contabilizações encerradas de operações de compra e venda de energia elétrica, realizadas no âmbito do MAE (art. 41 da IN SRF nº 247, de 2002), quando decorrentes de:

- a) decisão proferida em processo de solução de conflitos, no âmbito do MAE, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), ou em processo de arbitragem, na forma prevista no § 3º do art. 2º da Lei nº 10.433, de 2002;
- b) resolução da Aneel; e
- c) decisão proferida no âmbito do Poder Judiciário, transitada em julgado.

Atenção:

1) A dedução, prevista acima, somente é permitida na hipótese em que o ajuste de contabilização caracterize anulação de receita sujeita à incidência da Cofins, na forma estabelecida pela SRF.

2) As geradoras de energia elétrica optantes poderão, ainda, excluir da base de cálculo da COFINS o valor da receita auferida com a venda compulsória de energia elétrica por meio do Mecanismo de Realocação de Energia (alínea b, § único, art. 14 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998).

CÁLCULO DA COFINS**Linha 20A/20 - Cofins Apurada**

Corresponde à soma dos valores resultantes da aplicação da alíquota de três por cento sobre as bases de cálculo encontradas nas Linhas [20A/17](#), [20A/18](#) e [20A/19](#).

DEDUÇÕES**Linha 20A/21 – Cofins Retida na Fonte por Órgão Público**

Informar nesta linha o valor da Cofins retida por órgãos públicos quando dos pagamentos relativos ao fornecimento de bens ou serviços (Instrução Normativa SRF/STN/SFC nº 23, de 2 de março de 2001, e alterações – [subitem 20.6.II](#)).

Atenção:

O valor informado nesta linha, somado aos valores informados nas Linhas 20A/22 a 20A/24, está limitado ao constante da Linha 20A/20, podendo o eventual excesso ser aproveitado nos meses subseqüentes.

Linha 20A/22 – Cofins Retida na Fonte por Sociedade Cooperativa

Informar nesta linha o valor da Cofins retida por Cooperativas de Venda em Comum ou de Produção em conformidade com o art. 66 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, c/c o art. 16 da [MP nº 2.158-35](#), de 2001 ([subitem 20.6.II](#)).

Atenção:

O valor informado nesta linha, somado aos valores informados nas Linhas 20A/21, 20A/23 e 20A/24, está limitado ao constante da Linha 20A/20, podendo o eventual excesso ser aproveitado nos meses subseqüentes.

Linha 20A/23 - Compensação de Substituição pela Não Ocorrência do Fato Gerador Presumido

Nesta linha:

a) O comerciante varejista dos produtos relacionados no art. 43 da [MP nº 2.158-35](#), de 2001, deve informar, até 31 de outubro de 2002, o valor da Cofins recolhida pelo fabricante ou importador, no regime de substituição tributária, quando

comprovada a impossibilidade de ocorrência do fato gerador presumido, em decorrência de furto, roubo, destruição ou incorporação do bem ao seu ativo permanente ([subitem 20.6.III](#)).

b) A partir de 1ª de novembro de 2002, a informação referida na alínea anterior deverá se reportar apenas aos veículos classificados na posição 87.11 (motocicletas) e aos veículos autopropulsados da subposição 8432.30 (semeadores, plantadores e transplantadores), da TIPI.

Atenção:

1) Na hipótese de formulação de processo para compensação na DCTF, o contribuinte não utilizará esta linha para compensação do valor objeto do processo.

2) O valor informado nesta linha, somado aos valores informados nas Linhas 20A/21, 20A/22 e 20A/24, está limitado ao constante da Linha 20A/20, podendo o eventual excesso ser aproveitado nos meses subseqüentes.

Linha 20A/24 – Crédito CIDE (Lei nº 10.336, de 2001, Art. 8º)

Nesta linha, a pessoa jurídica contribuinte da Cide-Combustíveis deverá informar o valor desta contribuição, pago na importação ou na comercialização, no mercado interno, que será deduzido dos valores da Cofins devidos na comercialização, no mercado interno, de (incisos IV e V, art. 8º, Lei nº 10.336, de 2001):

- querosenes, exceto de aviação, observado o limite de R\$ 21,30 por m³; e
- óleos combustíveis (fuel-oil), observado o limite de R\$ 9,40 por tonelada.

Atenção:

O valor informado nesta linha, somado aos valores informados nas Linhas [19A/21](#), [19A/22](#) e [19A/23](#), está limitado ao constante da [Linha 19A/20](#), podendo o eventual excesso ser aproveitado nos meses subseqüentes.

Linha 20A/25 - COFINS A PAGAR

Corresponde ao valor da Linha 20A/20 subtraídos os valores das Linhas 20A/21 a 20A/24.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Linha 20A/26 - COFINS A PAGAR RETIDA DE COOPERADOS

As Sociedades de Cooperativas devem informar, nesta linha, o valor da Cofins devido sobre a venda, no mercado interno, de produtos entregues para comercialização por seus associados, objeto de retenção e recolhimento, na forma do art. 66 da Lei nº 9.430, de 1996.

Linha 20A/27 - DEVOLUÇÕES DE VENDAS DE MERCADORIAS SUJEITAS À SUBSTITUIÇÃO/ALÍQUOTAS DIFERENCIADAS

Nesta linha:

a) a pessoa jurídica substituída deve informar os valores das vendas canceladas e das devoluções de mercadorias adquiridas em regime de substituição;

b) o fabricante e o importador de cigarros devem informar, pelo valor que serviu de base de cálculo para a tributação (preço do produto no varejo multiplicado por um inteiro e trinta e oito centésimos), o valor das devoluções e das vendas canceladas desse produto; e

c) o fabricante e o importador dos produtos dos códigos 8432.30 (semeadores, plantadores e transplantadores-autopropulsados) e 8711 (motocicletas), da TIPI, relacionados no art. 43 da MP nº 2.158-35, de 2001, sem prejuízo da informação prestada na [Linha 20A/05](#), devem informar, pelo valor que serviu de base de cálculo para a contribuição no regime de substituição (valor da venda acrescido do IPI incidente sobre a operação), o somatório das devoluções e das vendas canceladas desses produtos.

d) os comerciantes varejistas de gasolina, óleo diesel, GLP, álcool para fins carburantes, e de querosene de aviação (QAV, adquirido a partir de 10 de dezembro de 2002), devem informar o valor das devoluções e das vendas canceladas desses produtos;

e) as pessoas jurídicas não enquadradas na condição de industrial ou de importador dos produtos classificados nas posições 30.03, 30.04, 3303.00 a 33.07 e nos códigos 3401.11.90, 3401.20.10 e 96.03.21.00, da TIPI (exceto, quanto aos produtos dos códigos 3003.90.56 e 3004.90.46, adquiridos a partir de 1º de outubro de 2002), devem informar o valor das devoluções e das vendas canceladas desses produtos, desde que tenham sido tributados na forma do Inciso I do art. 1º da Lei nº 10.147, de 31 de dezembro de 2000.

f) as pessoas jurídicas não enquadradas na condição de industrial ou de importador dos produtos adquiridos a partir de 01 de outubro de 2002, classificados na posição 30.01, nos itens 3002.10.1, 3002.10.2, 3002.10.3, 3002.20.1, 3002.20.2, 3006.30.1 e 3006.30.2 e nos códigos 3002.90.20, 3002.90.92, 3002.90.99, 3005.10.10 e 3006.60.00, todos da TIPI, devem informar o valor das devoluções e das vendas canceladas desses produtos desde que tenham sido tributados na forma do inciso I do art. 1º da Lei nº 10.147, de 2000, com a redação dada pela Medida Provisória nº41, de 20 de junho de 2002 (convertida na Lei nº 10.548, de 2002);

g) os comerciantes atacadistas e varejistas (exceto as pessoas jurídicas a que se refere o art.17, § 5º, da Medida Provisória nº 2.189-49, de 2001), dos produtos adquiridos a partir de 1º de novembro de 2002, classificados nos códigos 84.29, 8432.40.00, 84.32.80.00, 8433.20, 8433.30.00, 8433.40.00, 8433.5, 87.01, 87.02, 87.03, 87.04, 87.05 e 87.06, 40.11 e 40.13, da TIPI, devem informar o valor das devoluções e das vendas canceladas desses produtos.

QUANTIDADE VENDIDA DE PRODUTOS SUJEITOS AO CRÉDITO DA CIDE

Linha 20A/28 – DEMAIS QUEROSENES EM M³

A pessoa jurídica submetida à incidência da Cide-Combustíveis na importação ou na comercialização, no mercado interno, de querosenes, exceto de aviação, deverá informar, nesta linha, a quantidade desse produto vendida em m³.

Linha 20A/29 – ÓLEOS COMBUSTÍVEIS EM T

A pessoa jurídica submetida à incidência da Cide-Combustíveis na importação ou na comercialização, no mercado interno, dos óleos combustíveis, deverá informar, nesta linha, a quantidade desse produto vendida em tonelada.

FICHA 20B - Cálculo da Cofins - PJ em Geral, Imunes ou Isentas - Alíquotas Diferenciadas

Esta ficha é de preenchimento obrigatório para:

a) as refinarias de petróleo e os demais produtores e importadores de gasolina (exceto de aviação), de querosene de aviação, de óleo diesel e de gás liquefeito de petróleo (GLP), e as distribuidoras de álcool para fins carburantes;

b) as pessoas jurídicas que procedam à industrialização ou à importação dos produtos farmacêuticos, de perfumaria, de toucador, de cosméticos e de higiene pessoal, classificados nas posições 30.01, 30.03 (exceto no código 3003.90.56), 30.04

(exceto no código 3004.90.46) e 33.03 a 33.07, nos itens 3002.10.1, 3002.10.2, 3002.10.3, 3002.20.1, 3002.20.2, 3006.30.1 e 3006.30.2 e nos códigos 3002.90.20, 3002.90.92, 3002.90.99, 3005.10.10, 3006.60, 3401.11.90, 3401.20.10 e 9603.21, todos da TIPI;

c) as pessoas jurídicas fabricantes e/ou importadoras de máquinas agrícolas autopropulsadas e de veículos automotores, classificados nos códigos 84.29, 8432.40, 84.32.80, 8433.20, 8433.30, 8433.40, 8433.5, 87.01, 87.02, 87.03, 87.04, 87.05 e 87.06, bem assim dos códigos 40.11 (pneus novos de borracha) e 40.13 (câmaras-de-ar de borracha), todos da TIPI;

d) a pessoa jurídica encomendante ou adquirente que auferir receita com a venda dos produtos referidos nos itens “a”, “b” e “c”, acima, importados por sua conta e ordem por pessoa jurídica importadora, nos termos da nos termos do art. 12 e dos arts. 86 e seguintes da Instrução Normativa SRF nº 247, de 21 de novembro de 2002.

Atenção:

1) Os importadores de combustíveis, produtos farmacêuticos, de perfumaria etc, máquinas, veículos etc. (referidos nos itens “a”, “b” e “c”, acima) que não realizarem operações por conta própria, restringindo-se, quanto a esses produtos, às operações por conta e ordem de terceiros, deverão preencher a [Ficha 20A](#), estando desobrigados do preenchimento desta ficha.

2) As entidades submetidas aos regimes de liquidação extrajudicial e de falência deverão apurar a Cofins no mesmo regime aplicável às pessoas jurídicas ativas.

3) As sociedades cooperativas devem recolher a Cofins com base na receita bruta mensal.

DEMONSTRAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DA COFINS

Linha 20B/01 – Faturamento/Receita Bruta

Valor informado na [Linha 19B/01](#).

Linha 20B/02 - Receitas de Variações Cambiais - Operações Liquidadas no Mês

Valor informado na [Linha 19B/02](#).

Linha 20B/03 - Receitas Diferidas em Períodos Anteriores

Valor informado na [Linha 19B/03](#).

ISENÇÕES E EXCLUSÕES

Linha 20B/04 - Receitas Isentas

Valor informado na [Linha 19B/04](#).

Linha 20B/05 - Vendas Canceladas, Devoluções e Descontos Incondicionais

Valor informado na [Linha 19B/05](#).

Atenção:

1) A partir de 1º de dezembro de 2002, na hipótese da pessoa jurídica estar submetida à incidência do PIS/Pasep não-cumulativo, esta linha não deverá receber valores transportados da linha 19B/05 (Ficha 19B), devendo, neste caso, o contribuinte informar, para fins de exclusão da base de cálculo da Cofins, o valor dos cancelamentos, das devoluções e dos descontos incondicionais concedidos.

Linha 20B/06 - IPI e ICMS/Substituto Tributário

Valor informado na [Linha 19B/06](#).

Linha 20B/07 - Receitas de Variações Cambiais Auferidas no Mês

Valor informado na [Linha 19B/07](#).

Linha 20B/08 - Reversão de Provisões e Recuperação de Créditos Baixados como Perda

Valor informado na [Linha 19B/08](#).

Linha 20B/09 - Resultados Positivos em Participações Societárias e em SCP

Valor informado na [Linha 19B/09](#).

Linha 20B/10 - Vendas de Bens do Ativo Permanente

Valor informado na [Linha 19B/10](#), exceto, a partir de 1º de dezembro de 2002, se a pessoa jurídica esteja submetida à apuração do PIS/Pasep não-cumulativo (alíquota de 1,65%), o caso em que deverá ser informado o valor referente às vendas de bens do ativo permanente ([subitem 20.2.4.I](#)).

Linha 20B/11 - Vendas de Produtos/Mercadorias Sujeitas à Substituição

Valor informado na [Linha 19B/11](#).

Linha 20B/12 - Vendas de Produtos/Mercadorias com Alíquotas Diferenciadas

Valor informado na [Linha 19B/12](#).

Linha 20B/13 - Receitas Diferidas no Período

Valor informado na [Linha 19B/13](#).

Linha 20B/14 – Receitas Auferidas no Âmbito do MAE

Valor informado na [Linha 19B/14](#).

Linha 20B/15 – Exclusões Permitidas às Sociedades Cooperativas

Valor informado na [Linha 19B/15](#).

Linha 20B/16– Outras Exclusões

Valor informado na [Linha 19B/17](#).

Linha 20B/17 – BASE DE CÁLCULO DA COFINS - FATURAMENTO

Corresponde ao faturamento/receita bruta mensal ajustado (Linhas 20B/01 a 20B/16)

Linha 20B/18 – BASE DE CÁLCULO DA COFINS - SUBSTITUIÇÃO

Nesta linha:

a) o fabricante e o importador de cigarros devem informar o valor apurado como contribuinte e substituto do comerciante varejista, mediante a multiplicação do preço previsto para venda do produto no varejo por um inteiro e dezoito centésimos (1,18), após deduzidas as vendas canceladas e as devoluções (vide [subitem 20.3.I](#));

b) até 31 de outubro de 2002, o fabricante e o importador de veículos classificados nas posições 8701, 8702, 8703 e 8711, e nas subposições 8704.2 e 8704.3, ou de veículos autopropulsados classificados nos códigos 8432.30, 8432.40, 8432.80 (exceto rolos para gramados ou campo de esporte), 8433.20, 8433.30, 8433.40 e 8433.5, todos da TIPI, sem prejuízo da contribuição incidente sobre suas próprias receitas, devem informar o valor da contribuição, calculada sobre o preço de venda (preço do produto acrescido do IPI incidente na operação), cobrada e recolhida na condição de substitutos dos comerciantes varejistas (art. 43 da MP nº 2.158-35, de 2001, com redação dada pelo art. 64 da Lei nº 10.637, de 2002; art. 49 da IN SRF nº 247, de 2002), após deduzidas as vendas canceladas e as devoluções ([subitem 20.3.II](#)); e

c) a partir de 1º de novembro de 2002, o fabricante e o importador de veículos classificados na posição 87.11 (motocicletas) ou de veículos autopropulsados da subposição 8432.30 (semeadores, plantadores e transplantadores) todos da TIPI, sem prejuízo da contribuição incidente sobre suas próprias receitas, devem informar o valor da contribuição, calculada sobre o preço de venda desses produtos acrescido do IPI incidente na operação, cobrada e recolhida na condição de substitutos dos comerciantes varejistas (art. 43 da MP nº 2.158-35, de 2001, com redação dada pelo art. 64 da Lei nº 10.637, de 2002; art. 49 da IN SRF nº 247, de 2002), após deduzidas as vendas canceladas e as devoluções ([subitem 20.3.II](#)).

Atenção:

Em relação ao disposto nos itens "b" e "c":

- a substituição não se aplica às vendas efetuadas a comerciantes atacadistas, hipótese em que as contribuições são devidas em cada uma das sucessivas operações de venda do produto (inciso II do parágrafo único do art. 5º da IN SRF nº 247, de 2002).
- o valor dos descontos incondicionais concedidos nas vendas de mercadorias sujeitas ao regime de substituição deve ser deduzido do valor a ser informado nesta linha.

Linha 20B/19 – BASE DE CÁLCULO DA COFINS – REA/MAE

Valor informado na [Linha 19B/22](#).

ALÍQUOTAS DIFERENCIADAS

PRODUTOS FARMACÊUTICOS, DE PERFUMARIA, DE TOUCADOR, COSMÉTICOS E DE HIGIENE PESSOAL (Lei nº 10.147/2000 e Lei nº 10.548/2002)

Linha 20B/20 - Receitas de Vendas de Produtos Farmacêuticos, de Toucador, Cosméticos e de Higiene Pessoal

Valor informado na [Linha 19B/23](#).

Linha 20B/21 - Receitas Diferidas em Períodos Anteriores

Valor informado na [Linha 19B/24](#).

Linha 20B/22 - Vendas Canceladas, Devoluções e Descontos Incondicionais

Valor informado na [Linha 19B/25](#).

Linha 20B/23 - Receitas Diferidas no Período

Valor informado na [Linha 19B/26](#).

Linha 20B/24 - Aquisição de Produtos Relacionados na Lei nº 10.147, de 2000, art. 1º, § 4º, e alterações

Valor informado na [Linha 19B/27](#).

Linha 20B/25 - Outras Exclusões

Valor informado na [Linha 19B/28](#).

Linha 20B/26 - BASE DE CÁLCULO DA COFINS – PRODUTOS FARMACÊUTICOS, DE PERFUMARIA, DE TOUCADOR, COSMÉTICOS E DE HIGIENE PESSOAL

O valor desta linha corresponde ao faturamento/receita bruta mensal ajustado ([Linhas 20B/20 a 20B/25](#)), referente à comercialização produtos farmacêuticos, de perfumaria, de toucador, cosméticos e de higiene pessoal

GASOLINA

Linha 20B/27 - Receitas de Vendas de Gasolina

Valor informado na [Linha 19B/30](#).

Linha 20B/28 - Receitas Diferidas em Períodos Anteriores

Valor informado na [Linha 19B/31](#).

Linha 20B/29 - Vendas Canceladas, Devoluções e Descontos Incondicionais

Valor informado na [Linha 19B/32](#).

Linha 20B/30 - Receitas Diferidas no Período

Valor informado na [Linha 19B/33](#).

Linha 20B/31 - Outras Exclusões

Valor informado na [Linha 19B/34](#).

Linha 20B/32 - BASE DE CÁLCULO DA COFINS - GASOLINA

O valor desta linha corresponde ao faturamento/receita bruta mensal ajustado ([Linhas 20B/27 a 20B/31](#)), referente à comercialização de gasolina.

ÓLEO DIESEL

Linha 20B/33 - Receitas de Vendas de Óleo Diesel

Valor informado na [Linha 19B/36](#).

Linha 20B/34 - Receitas Diferidas em Períodos Anteriores

Valor informado na [Linha 19B/37](#).

Linha 20B/35 - Vendas Canceladas, Devoluções e Descontos Incondicionais

Valor informado na [Linha 19B/38](#).

Linha 20B/36 - Receitas Diferidas no Período

Valor informado na [Linha 19B/39](#).

Linha 20B/37 - Outras Exclusões

Valor informado na [Linha 19B/40](#).

Linha 20B/38 - BASE DE CÁLCULO DA COFINS - ÓLEO DIESEL

O valor desta linha corresponde ao faturamento/receita bruta mensal ajustado ([Linhas 20B/33 a 20B/37](#)), referente à comercialização de óleo diesel.

GÁS LIQÜEFEITO DE PETRÓLEO (GLP)

Linha 20B/39 - Receitas de Vendas de GLP

Valor informado na [Linha 19B/42](#).

Linha 20B/40 - Receitas Diferidas em Períodos Anteriores

Valor informado na [Linha 19B/43](#).

Linha 20B/41 - Vendas Canceladas, Devoluções e Descontos Incondicionais

Valor informado na [Linha 19B/44](#).

Linha 20B/42 - Receitas Diferidas no Período

Valor informado na [Linha 19B/45](#).

Linha 20B/43 - Outras Exclusões

Valor informado na [Linha 19B/46](#).

Linha 20B/44 - BASE DE CÁLCULO DA COFINS - GLP

O valor desta linha corresponde ao faturamento/receita bruta mensal ajustado ([Linhas 20B/39 a 20B/43](#)), referente à comercialização de GLP.

ÁLCOOL ETÍLICO PARA FINS CARBURANTES

Linha 20B/45 - Receitas de Vendas de Álcool para Fins Carburantes

Valor informado na [Linha 19B/48](#).

Linha 20B/46 - Receitas Diferidas em Períodos Anteriores

Valor informado na [Linha 19B/49](#).

Linha 20B/47 - Vendas Canceladas, Devoluções e Descontos Incondicionais

Valor informado na [Linha 19B/50](#).

Linha 20B/48 - Receitas Diferidas no Período

Valor informado na [Linha 19B/51](#).

Linha 20B/49 - Outras Exclusões

Valor informado na [Linha 19B/52](#).

Linha 20B/50 - BASE DE CÁLCULO DA COFINS – ÁLCOOL

O valor desta linha corresponde ao faturamento/receita bruta mensal ajustado ([Linhas 20B/45 a 20B/49](#)), referente à comercialização de álcool para fins carburantes.

QUEROSENE DE AVIAÇÃO

Linha 20B/51 – Receitas de Vendas de Querosene de Aviação

Valor informado na [Linha 19B/54](#).

Linha 20B/52 – Receitas Diferidas em Períodos Anteriores.

Valor informado na [Linha 19B/55](#).

Linha 20B/53 – Vendas Canceladas, Devoluções e Descontos Incondicionais

Valor informado na [Linha 19B/56](#).

Linha 20B/54 – Receitas Diferidas no Período

Valor informado na [Linha 19B/57](#).

Linha 20B/55 – Outras Exclusões

Valor informado na [Linha 19B/58](#).

Linha 20B/56 – BASE DE CÁLCULO DA COFINS – Querosene de Aviação.

O valor desta linha corresponde ao faturamento/receita bruta mensal ajustado ([Linhas 20B/51 a 20B/55](#)), referente à comercialização de querosene de aviação.

PNEUMÁTICOS (PNEUS E CÂMARA DE AR)

Linha 20B/57 – Receitas de Vendas de Pneus e Câmara de Ar

Valor informado na [Linha 19B/60](#).

Linha 20B/58 – Receitas Diferidas em Períodos Anteriores.

Valor informado na [Linha 19B/61](#).

Linha 20B/59 – Vendas Canceladas, Devoluções e Descontos Incondicionais

Valor informado na [Linha 19B/62](#).

Linha 20B/60 – Receitas Diferidas no Período

Valor informado na [Linha 19B/63](#)

Linha 20B/61 – Outras Exclusões

Valor informado na [Linha 19B/64](#).

Linha 20B/62 – BASE DE CÁLCULO DA COFINS – PNEUMÁTICOS (PNEUS E CÂMARAS DE AR)

O valor desta linha corresponde ao faturamento/receita bruta mensal ajustado ([Linhas 20B/57 a 20B/61](#)), referente à comercialização de Pneus e Câmaras de ar.

MÁQUINAS AGRÍCOLAS AUTOPROPULSADAS, VEÍCULOS AUTOMOTORES (Lei nº 10.485, de 2002, art. 1º)

Linha 20B/63 - Receitas de Vendas de Máquinas Agrícolas Propulsadas, Veículos Automotores

Valor informado na [Linha 19B/66](#).

Linha 20B/64 – Receitas Diferidas em Períodos Anteriores

Valor informado na [Linha 19B/67](#).

Linha 20B/65 – Vendas Canceladas, Devoluções e Descontos Incondicionais

Valor informado na [Linha 19B/68](#).

Linha 20B/66 – Receitas Diferidas no Período

Valor informado na [Linha 19B/69](#).

Linha 20B/67 – Redução da Base de Cálculo 30,2% (Lei nº 10.485, de 2002, Art. 1º, § 2º, Inciso I)

Valor informado na [Linha 19B/70](#).

Linha 20B/68 – Redução da Base de Cálculo 48,1% (Lei nº 10.485, de 2002, Art. 1º, § 2º, Inciso II)

Valor informado na [Linha 19B/71](#).

Linha 20B/69 – Valores devidos pela intermediação vendas diretas (Lei nº 10.485, de 2002, Art. 2º)

Valor informado na [Linha 19B/72](#).

Linha 20B/70 – Outras Exclusões

Valor informado na [Linha 19B/73](#).

Linha 20B/71 – BASE DE CÁLCULO DA COFINS – MÁQUINAS AGRÍCOLAS AUTOPROPULSADAS, VEÍCULOS AUTOMOTORES

O valor desta linha corresponde ao faturamento/receita bruta mensal ajustado ([Linhas 20B/63 a 20B/70](#)), referente à comercialização de máquinas agrícolas autopropulsadas e de veículos automotores.

CÁLCULO DA COFINS

Linha 20B/72 - Cofins Apurada

Corresponde à soma dos valores resultantes ([subitem 20.6](#)):

- a) da aplicação da alíquota de três por cento sobre a base de cálculo encontrada nas Linhas [20B/17](#); [20B/18](#) e [20B/19](#);
- b) da aplicação da alíquota de dez inteiros e três décimos por cento sobre a base de cálculo encontrada na [Linha 20B/26](#);
- c) da aplicação da alíquota de doze inteiros e quarenta e cinco centésimos por cento sobre a base de cálculo encontrada na [Linha 20B/32](#);
- d) da aplicação da alíquota de dez inteiros e vinte e nove centésimos por cento sobre a base de cálculo encontrada na [Linha 20B/38](#);

- e) da aplicação da alíquota de onze inteiros e oitenta e quatro centésimos por cento sobre a base de cálculo encontrada na [Linha 20B/44](#);
- f) da aplicação da alíquota de seis inteiros e setenta e quatro centésimos por cento sobre a base de cálculo encontrada na [Linha 20B/50](#).
- g) da aplicação da alíquota de cinco inteiros e oito décimos por cento sobre a base de cálculo encontrada na [Linha 19B/56](#);
- h) da aplicação da alíquota de seis inteiros e seis décimos por cento sobre a base de cálculo encontrada na [Linha 19B/62](#);
- i) da aplicação da alíquota de seis inteiros e setenta e nove centésimos por cento sobre a base de cálculo encontrada na [Linha 19B/71](#). Vide [subitem 20.5.I](#) e [subitem 20.5.II](#).

Linha 20B/73 - Cofins Retida na Fonte por Órgão Público

Informar nesta linha o valor da Cofins retida por órgãos públicos, quando dos pagamentos relativos ao fornecimento de bens ou serviços (Instrução Normativa SRF/STN/SFC nº 23, de 2 de março de 2001, e alterações – [subitem 20.6.II](#)).

Atenção:

O valor a informado nesta linha, somado aos valores informados nas [Linhas 20B/74 a 20B/77](#), está limitado ao constante da [Linha 20B/72](#), podendo o eventual excesso ser aproveitado nos meses subseqüentes.

Linha 20B/74 – Cofins Retida na Fonte por Sociedade Cooperativa

Informar nesta linha o valor da Cofins retida por Cooperativas de Venda em Comum ou de Produção, em conformidade com o art. 66 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, c/c o art. 16 da MP nº 2.158-35, de 2001 ([subitem 20.6.II](#)).

Atenção:

O valor informado nesta linha, somado aos valores informados nas Linhas [20B/73](#), [20B/75](#), [20B/76](#) e [20B/77](#) está limitado ao constante da Linha 20B/72, podendo o eventual excesso ser aproveitado nos meses subseqüentes.

Linha 20B/75 - Crédito Presumido (Lei nº 10.147, de 2000, art. 3º)

Nesta linha:

a) as pessoas jurídicas que procedam à industrialização ou importação dos produtos classificados nas posições 30.03 (exceto, a partir de 1º de outubro de 2002, os produtos do código 3003.90.56) e 30.04 (exceto, a partir de 1º de outubro de 2002, os produtos do código 3004.90.46) da TIPI, sujeitos à prescrição médica, identificados por tarja vermelha ou preta, destinados à venda no mercado interno e relacionados pelo Poder Executivo no Anexo ao Decreto nº 3.803, de 24 de abril de 2001, devem informar nesta linha o valor do crédito presumido da Cofins, calculado em conformidade com os arts. 3º, 4º e 7º da Lei nº 10.147, de 2000 (arts. 4º e 7º com a redação dada pelo art. 54 da [MP nº 2.158-35](#), de 2001; [subitem 20.6.IV](#)).

b) a partir de 1º de outubro de 2002, as pessoas jurídicas que procedam à industrialização ou importação dos produtos classificados nos itens 3002.10.1, 3002.10.2, 3002.10.3, 3002.20.1, 3002.20.2, 3006.30.1 e 3006.30.2 e nos códigos 3001.20.90, 3001.90.10, 3001.90.90, 3002.90.20, 3002.90.92, 3002.90.99, 3005.10.10 e 3006.60.00, todos da TIPI, sujeitos à prescrição médica, identificados por tarja vermelha ou preta, destinados à venda no mercado interno e relacionados pelo Poder Executivo no Anexo ao Decreto nº 3.803, de 24 de abril de 2001, devem informar nesta linha o valor do crédito presumido da Cofins, calculado em conformidade com os arts. 3º, 4º e 7º da Lei nº 10.147, de 2000 (arts. 4º e 7º com a redação dada pelo art. 54 da [MP nº 2.158-35](#), de 2001), e pelo art. 1º da MP nº 41, de 2002 (convertida na Lei nº 10.548, de 2002). [Subitem 20.6.IV](#).

Atenção:

O valor informado nesta linha, somado aos valores informados nas Linhas [20B/73](#), [20B/74](#), [20B/76](#) e [20B/77](#), está limitado ao constante da Linha 20B/72, podendo o eventual excesso ser aproveitado nos meses subseqüentes.

Linha 20B/76 - Compensação de Substituição pela Não Ocorrência do Fato Gerador Presumido

A pessoa jurídica substituída deve informar o valor da Cofins retida pelo substituto tributário, nas operações com cigarros ou com os produtos relacionados no art. 43 da [MP nº 2.158-35](#), de 2001, quando comprovada a impossibilidade de ocorrência do fato gerador presumido, em decorrência de furto, roubo, destruição ou incorporação do bem ao seu ativo permanente ([subitem 20.6.III](#)).

Atenção:

- 1) Na hipótese de formulação de processo para compensação na DCTF, o contribuinte não utilizará esta linha para compensação do valor objeto do processo.
- 2) O valor informado nesta linha, somado aos valores informados nas Linhas [20B/73](#), [20B/74](#), [20B/75](#) e [20B/77](#), está limitado ao constante da [Linha 20B/72](#), podendo o eventual excesso ser aproveitado nos meses subseqüentes.

Linha 20B/77 – Crédito Cide (Lei nº 10.336, de 2001, Art. 8º)

Nesta linha, a pessoa jurídica contribuinte da Cide-Combustíveis deverá informar o valor desta contribuição, pago na importação ou na comercialização, no mercado interno, que será deduzido dos valores da Cofins devidos na comercialização, no mercado interno, de:

- gasolinas, exceto de aviação, observado o limite de R\$ 181,70 por m³;
- óleo diesel, observado o limite de R\$ 72,20 por m³;
- querosene de aviação, observado o limite de R\$ 17,59 por m³;
- querosenes, exceto de aviação, observado o limite de R\$ 21,30 por m³;
- óleos combustíveis (fuel-oil), observado o limite de R\$ 9,40 por tonelada;
- gás liquefeito de petróleo (GLP), inclusive o derivado do gás natural e de nafta, observado o limite de R\$ 85,97 por tonelada; e
- álcool etílico combustível, observado o limite de R\$ 18,53 por m³ (incisos I a VII do art. 8º da Lei nº 10.336, de 2001, Incisos I, II e III, art. 2º do Decreto nº 4.066, de 27 de dezembro de 2001).

Atenção:

O valor informado nesta linha, somado aos valores informados nas [Linhas 20B/73 a 20B/76](#), está limitado ao constante da [Linha 20B/72](#), podendo o eventual excesso ser aproveitado nos meses subseqüentes.

Linha 20B/78 - COFINS A PAGAR

Corresponde ao valor da [Linha 20B/72](#) subtraídos os valores das [Linhas 20B/73 a 20B/77](#).

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**Linha 20B/79 - COFINS A PAGAR RETIDA DE COOPERADOS**

As Sociedades Cooperativas devem informar, nesta linha, o valor da Cofins decorrente da venda, no mercado interno, de produtos entregues para comercialização por seus associados, objeto de retenção e recolhimento, na forma do art. 66 da Lei nº 9.430, de 1996.

Linha 20B/80 - DEVOLUÇÕES DE VENDAS DE MERCADORIAS SUJEITAS À SUBSTITUIÇÃO/ALÍQUOTAS DIFERENCIADAS

A pessoa jurídica deve informar, nesta linha, o valor das devoluções ocorridas em operações com mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária, ou à alíquota zero, em regime de alíquotas diferenciadas da Cofins.

QUANTIDADE VENDIDA DE PRODUTOS SUJEITOS AO CRÉDITO DA CIDE

Linha 20B/81 – GASOLINA EM M³

A pessoa jurídica submetida à incidência da Cide-Combustíveis na importação ou na comercialização, no mercado interno, de gasolinas, exceto de aviação, deverá informar, nesta linha, a quantidade desse produto vendida, em m³.

Linha 20B/82 – ÓLEO DIESEL EM M³

A pessoa jurídica submetida à incidência da Cide-Combustíveis na importação ou na comercialização, no mercado interno, de óleo diesel, deverá informar, nesta linha, a quantidade desse produto vendida, em m³.

Linha 20B/83 – GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO – GLP EM T

A pessoa jurídica submetida à incidência da Cide-Combustíveis na importação ou na comercialização, no mercado interno, do gás liquefeito de petróleo (inclusive o derivado de gás natural e de nafta), deverá informar, nesta linha, a quantidade desse produto vendida, em toneladas.

Linha 20B/84 – ÁLCOOL ETÍLICO PARA FINS CARBURANTES EM M³

A pessoa jurídica submetida à incidência da Cide-Combustíveis na importação ou na comercialização, no mercado interno, de álcool etílico combustível, deverá informar, nesta linha, a quantidade desse produto vendida, em m³.

Linha 20B/85 – QUEROSENE DE AVIAÇÃO EM M³

A pessoa jurídica submetida à incidência da Cide-Combustíveis na importação ou na comercialização, no mercado interno, de querosenes de aviação, deverá informar, nesta linha, a quantidade desse produto vendida, em m³.

Linha 20B/86 – DEMAIS QUEROSENE EM M³

A pessoa jurídica submetida à incidência da Cide-Combustíveis na importação ou na comercialização, no mercado interno, de querosenes, exceto de aviação, deverá informar, nesta linha, a quantidade desse produto vendida, em m³.

Linha 20B/87 – ÓLEOS COMBUSTÍVEIS EM T

A pessoa jurídica submetida à incidência da Cide-Combustíveis na importação ou na comercialização, no mercado interno, de óleos combustíveis (fuel-oil), deverá informar, nesta linha, a quantidade desse produto vendida, em toneladas.

FICHA 20C - Cálculo da Cofins - Instituições Financeiras, Seguradoras e Previdência

Esta ficha é de preenchimento obrigatório pelas pessoas jurídicas de que trata o § 1º do art. 22, da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, exceto as corretoras de seguros, contribuintes da Cofins, bem como pelas associações de poupança e empréstimo - APE (Ato Declaratório SRF nº 39, de 30 de abril de 1999).

Atenção:

- 1) As entidades submetidas aos regimes de liquidação extrajudicial e de falência deverão apurar a Cofins no mesmo regime aplicável às pessoas jurídicas ativas.
- 2) As exclusões e deduções previstas nas [Linhas 20C/04 a 20C/24](#), restringem-se a operações autorizadas às empresas ou entidades nelas referidas, desde que realizadas dentro dos limites previstos na legislação pertinente.

DEMONSTRAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DA COFINS

Linha 20C/01 - Faturamento/Receita Bruta

Valor informado na [Linha 19C/01](#).

Linha 20C/02 - Receitas de Variações Cambiais - Operações Liquidadas no Mês

Valor informado na [Linha 19C/02](#).

Linha 20C/03 - Receitas Diferidas em Períodos Anteriores

Valor informado na [Linha 19C/03](#).

ISENÇÕES E EXCLUSÕES**Linha 20C/04 - Receitas de Variações Cambiais Auferidas no Mês**Valor informado na [Linha 19C/04](#).**Linha 20C/05 - Reversão de Provisões e Recuperação de Créditos Baixados como Perda**Valor informado na [Linha 19C/05](#).**Linha 20C/06 - Resultados Positivos em Participações Societárias e em SCP**Valor informado na [Linha 19C/06](#).**Linha 20C/07 - Vendas de Bens do Ativo Permanente**Valor informado na [Linha 19C/07](#).**Linha 20C/08 - Receitas Diferidas no Período**Valor informado na [Linha 19C/08](#).**Linha 20C/09 – Despesas de Captação no Mercado Interfinanceiro**Valor informado na [Linha 19C/09](#).**Linha 20C/10 – Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses - Instituições Oficiais**Valor informado na [Linha 19C/10](#).**Linha 20C/11 - Despesas de Câmbio**Valor informado na [Linha 19C/11](#).**Linha 20C/12 – Despesas de Arrendamento Mercantil**Valor informado na [Linha 19C/12](#).**Linha 20C/13 – Despesas de Operações por Conta e Ordem do Tesouro Nacional**Valor informado na [Linha 19C/13](#).**Linha 20C/14 - Despesas Incorridas nas Operações de Intermediação Financeira**Valor informado na [Linha 19C/14](#).**Linha 20C/15 - Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses - Instituições Privadas**Valor informado na [Linha 19C/15](#).**Linha 20C/16 - Deságio na Colocação de Títulos**Valor informado na [Linha 19C/16](#).**Linha 20C/17 - Perdas com Títulos de Renda Fixa e Variável, Exceto com Ações**Valor informado na [Linha 19C/17](#).**Linha 20C/18 - Perdas em Operações de *Hedge***Valor informado na [Linha 19C/18](#).**Linha 20C/19 - Cosseguros e Resseguros Cedidos**Valor informado na [Linha 19C/19](#).**Linha 20C/20 – Cancelamentos, Restituições e Descontos sobre Prêmios**Valor informado na [Linha 19C/20](#).**Linha 20C/21 - Pagamentos de Indenizações por Sinistros**Valor informado na [Linha 19C/21](#).**Linha 20C/22 - Constituição de Provisões ou Reservas Técnicas**Valor informado na [Linha 19C/22](#).**Linha 20C/23 - Rendimentos de Aplicações Financeiras**Valor informado na [Linha 19C/23](#).**Linha 20C/24 - Outras Exclusões**Valor informado na [Linha 19C/24](#).**Linha 20C/25 - BASE DE CÁLCULO DA COFINS**

Corresponde ao faturamento/receita bruta mensal ajustado ([Linhas 20C/01 a 20C/24](#)).

CÁLCULO DA COFINS

Linha 20C/26 - Cofins Apurada

Corresponde à aplicação da alíquota de três por cento sobre a base de cálculo apurada na Linha 20C/25.

Linha 20C/27 – Cofins Retida na Fonte por Órgão Público

Informar nesta linha o valor da Cofins retida por órgãos públicos quando dos pagamentos relativos ao fornecimento de bens ou serviços (Instrução Normativa SRF/STN/SFC nº 23, de 2 de março de 2001, e alterações - [subitem 20.6.II](#)).

Atenção:

O valor a ser informado está limitado ao constante da Linha 20C/26, podendo o eventual excesso ser compensado nos meses subseqüentes.

Linha 20C/28 – COFINS A PAGAR

Corresponde à diferença entre os valores constantes nas Linhas 20C/26 e 20C/27.

15. PASTA IPI

Esta pasta contém as fichas relativas ao IPI.

[FICHA 21 - Estabelecimentos Industriais ou Equiparados](#)

[FICHA 22 - Apuração do Saldo do IPI](#)

[FICHA 23 - Entradas e Créditos](#)

[FICHA 24 - Saídas e Débitos](#)

[FICHA 25 - Remetentes de Insumos/Mercadorias](#)

[FICHA 26 - Entradas de Insumos/Mercadorias](#)

[FICHA 27 - Destinatários de Produtos/Mercadorias/Insumos](#)

[FICHA 28 - Saídas de Produtos/Mercadorias/Insumos](#)

FICHA 21 - Estabelecimentos Industriais ou Equiparados

Todos os estabelecimentos, pertencentes à mesma pessoa jurídica, que realizem as operações descritas na letra "I" das instruções da [Abertura de Nova Declaração](#), devem ser relacionados nesta ficha.

Observar as seguintes instruções de preenchimento:

a) CNPJ do Estabelecimento:

Informar, neste campo, o CNPJ por estabelecimento. Para tanto basta clicar no botão "Incluir" e, em seguida, informar os dados relativos a cada estabelecimento e, na seqüência, confirmar clicando "OK". Somente depois da confirmação é que o programa disponibilizará as demais Fichas do IPI – 22 a 28 – para o(s) estabelecimento(s) informado(s).

Atenção:

Caso o estabelecimento informado não tenha tido atividade durante o ano de 2002, mas tenha saldo credor em 31/12/2001, deverá preencher, além da Ficha 21, apenas a [Ficha 22](#), nos campos correspondentes ao saldo.

b) Código/Tipo de Estabelecimento:

Indicar, neste campo, o código do tipo de estabelecimento conforme [Tabela de Classificação do Estabelecimento](#), disponível na Caixa de Combinação e constante destas instruções de preenchimento, com o respectivo embasamento legal.

c) Código da Atividade Econômica do Estabelecimento (CNAE-Fiscal):

Indicar, neste campo, o código do estabelecimento pertencente à Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE), conforme Tabela de Código de Atividade Econômica disponível na Caixa de Combinação.

Atenção:

CNAE referente à matriz informado na [Ficha Nova Declaração](#).

d) Regime Especial de Substituição Tributária:

Caso esteja sujeito a Regime Especial de Substituição Tributária do IPI, conforme IN SRF nº 113, de 14 de setembro de 1999, assinalar, neste campo, a(s) situação(ões) em que se enquadra o contribuinte: substituto, substituído ou ambos.

e) Escrituração por Processamento Eletrônico:

Clicar "sim", caso seja optante pelo Convênio ICMS nº 57/95, ou por outro Convênio ICMS, que disponha sobre escrituração por sistema de processamento eletrônico de dados; caso contrário, clicar "não".

f) Período de Atividade:

Informado pela Matriz na [Ficha Nova Declaração](#).

Entretanto, se for o caso de período de atividade diferente daquele informado para a matriz, este campo deverá ser preenchido com o período de atividade no ano-calendário de 2002, relativo a cada estabelecimento

Atenção:

Caso o estabelecimento não tenha tido qualquer atividade no período de 01/01/2002 a 31/12/2002, não deverá ser alterada a informação deste campo, isto é, permanecerá o informado pela matriz na [Ficha Nova Declaração](#).

FICHA 22 - Apuração do Saldo do IPI**Linha 22/01 – Débito**

Informar, nesta linha, o montante do débito do IPI referente ao decêndio ou mês informado, conforme o caso (campo 013 do quadro "Demonstrativo de Débitos" do livro Registro de Apuração do IPI, modelo 8).

Linha 22/02 – Crédito

Informar, nesta linha, o montante do crédito do IPI referente ao decêndio ou mês informado, conforme o caso (campo 006 do quadro "Demonstrativo de Créditos" do livro Registro de Apuração do IPI, modelo 8).

Linha 22/03 - Saldo Credor de Período Anterior

Informar o montante do saldo apurado no período imediatamente anterior, quando credor (Campo 007 do quadro "Demonstrativo de Créditos" do livro Registro de Apuração do IPI, modelo 8), apenas com relação ao último mês ou decêndio, conforme o caso, do ano-calendário anterior.

Linha 22/04 - Saldo Apurado

Nesta linha, aparecerá o montante do saldo apurado no período (22/01-22/02-22/03), devedor ou credor, conforme o caso (campo 016 ou 017 do quadro "Apuração do Saldo" do livro Registro de Apuração do IPI, modelo 8). Caso o saldo apurado seja credor, terá sinal negativo e será transportado automaticamente para o próximo período de apuração como saldo credor do período anterior (Linha 22/03), com valor positivo.

Atenção:

O transporte do saldo credor de um período de apuração para o período subsequente, embora seja automático, pode ser adequado pelo contribuinte em situações especiais que podem provocar alterações nesse saldo, como, por exemplo, no caso de cisão de empresas.

Ver nota no [subitem 21.5](#), letra "f".

FICHA 23 - Entradas e Créditos**ENTRADAS – MERCADO NACIONAL****Linha 23/01 - Insumos para Industrialização**

Informar, nesta linha, o valor contábil do total das entradas de insumos provenientes do mercado nacional com créditos (1ª coluna), não incluído o IPI lançado, sem créditos (2ª coluna) e o IPI creditado (3ª coluna), referentes aos seguintes CFOP : [1.11](#), [1.21](#), [1.71](#), [2.11](#), [2.21](#), [2.71](#).

Também serão informadas nesta linha as entradas de insumos em estabelecimento de cooperativa, quando recebidas de seus cooperados ou de estabelecimento de outra cooperativa, destinados à industrialização.

Linha 23/02 - Mercadorias para Comercialização

Informar o valor contábil do total das entradas de mercadorias provenientes do mercado nacional com créditos (1ª coluna), não incluído o IPI lançado, sem créditos (2ª coluna) e o IPI creditado (3ª coluna), referentes aos seguintes CFOP : [1.12](#), [1.22](#), [1.72](#), [2.12](#), [2.22](#) e [2.72](#).

Também serão informadas nesta linha as entradas de mercadorias em estabelecimento de cooperativa, quando recebidas de seus cooperados ou de estabelecimento de outra cooperativa, destinados à comercialização.

Linha 23/03 - Industrialização Efetuada por Outras Empresas

Informar, nesta linha, o valor contábil do total das entradas de insumos provenientes do mercado nacional com créditos (1ª coluna), não incluído o IPI lançado, sem créditos (2ª coluna) e o IPI creditado (3ª coluna), referentes aos seguintes CFOP : [1.13](#) e [2.13](#).

Linha 23/04 - Devoluções de Vendas

Informar, nesta linha, o valor contábil do total das devoluções de vendas de mercadorias do mercado nacional com créditos (1ª coluna), não incluído o IPI lançado, sem créditos (2ª coluna) e o IPI creditado (3ª coluna), referentes aos seguintes CFOP : [1.31](#), [1.32](#), [1.77](#), [1.78](#), [2.31](#), [2.32](#), [2.35](#), [2.77](#) e [2.78](#).

Linha 23/05 - Outras Entradas

Informar, nesta linha, o valor contábil do total de outras entradas de mercadorias provenientes do mercado nacional com créditos (1ª coluna), não incluído o IPI lançado, sem créditos (2ª coluna) e o IPI creditado (3ª coluna), referentes aos seguintes CFOP : [1.14](#), [1.23](#), [1.24](#), [1.33](#), [1.34](#), [1.42](#), [1.43](#), [1.44](#), [1.51](#), [1.52](#), [1.53](#), [1.54](#), [1.55](#), [1.61](#), [1.62](#), [1.63](#), [1.64](#), [1.65](#), [1.70](#), [1.73](#), [1.74](#), [1.75](#), [1.76](#), [1.79](#), [1.82](#), [1.85](#), [1.86](#), [1.91](#), [1.92](#), [1.93](#), [1.94](#), [1.95](#), [1.96](#), [1.97](#), [1.98](#), [1.99](#), [2.14](#), [2.24](#), [2.33](#), [2.34](#), [2.42](#), [2.43](#), [2.44](#), [2.51](#), [2.52](#), [2.53](#), [2.54](#), [2.55](#), [2.61](#), [2.62](#), [2.63](#), [2.64](#), [2.65](#), [2.70](#), [2.73](#), [2.74](#), [2.75](#), [2.76](#), [2.79](#), [2.85](#), [2.86](#), [2.91](#),

[2.92](#), [2.93](#), [2.94](#), [2.95](#), [2.96](#), [2.97](#), [2.98](#) e [2.99](#).

Linha 23/06 - TOTAL DO MERCADO NACIONAL

Nesta linha, aparecerá o somatório das entradas do mercado interno (23/01+23/02+23/03+23/04+23/05), relativo às operações com créditos, sem créditos, bem como o IPI creditado.

ENTRADAS – MERCADO EXTERNO

Linha 23/07 - Insumos para Industrialização

Informar, nesta linha, o valor contábil do total das entradas de insumos provenientes do mercado externo com créditos (1ª coluna), não incluído o IPI lançado, sem créditos (2ª coluna) e o IPI creditado (3ª coluna), pago no desembaraço aduaneiro, referente ao CFOP [3.11](#).

Linha 23/08 - Mercadorias para Comercialização

Informar, nesta linha, o valor contábil do total das entradas de mercadorias provenientes do mercado externo com créditos (1ª coluna), não incluído o IPI lançado, sem créditos (2ª coluna), e o IPI creditado (3ª coluna), pago no desembaraço aduaneiro, referente ao CFOP [3.12](#).

Linha 23/09 - Devoluções de Vendas

Informar, na 2ª coluna: "SEM CRÉDITOS", o valor contábil do total das Devoluções de Vendas de mercadorias provenientes do mercado externo, referentes aos CFOP [3.21](#) e [3.22](#).

Linha 23/10 - Outras Entradas

Informar, nesta linha, o valor contábil do total de outras entradas de mercadorias provenientes do mercado externo com créditos (1ª coluna), não incluído o IPI lançado, sem créditos (2ª coluna) e o IPI creditado (3ª coluna), pago no desembaraço aduaneiro, referentes aos seguintes CFOP : [3.13](#), [3.23](#), [3.24](#), [3.41](#), [3.51](#), [3.52](#), [3.53](#), [3.54](#), [3.91](#), [3.94](#), [3.97](#) e [3.99](#).

Linha 23/11 - TOTAL DO MERCADO EXTERNO

Nesta linha, aparecerá o somatório das entradas do mercado externo (23/07+23/08+23/09+23/10), relativo às operações com créditos, sem créditos, bem como o IPI creditado.

Linha 23/12 - TOTAL DAS ENTRADAS

Nesta linha, aparecerá o somatório das entradas do mercado nacional e externo (23/06+23/11), relativamente às operações com créditos, sem créditos, bem como o IPI creditado.

OUTROS CRÉDITOS

Linha 23/13 - Estorno de Débitos

Informar, nesta linha, na 3ª coluna, o montante do débito do IPI estornado no ano de apuração. O valor a ser informado deverá corresponder ao somatório dos valores escriturados no item 004 do quadro "Demonstrativo de Créditos" do livro Registro de Apuração do IPI, modelo 8.

Linha 23/14 - Créditos Recebidos por Transferência

Informar, nesta linha, na 3ª coluna, o montante dos créditos do IPI recebidos por transferência, de outro(s) estabelecimento (s) da mesma empresa, conforme previsto na legislação tributária.

Linha 23/15 - Crédito Presumido de IPI

Indicar, nesta linha, na 3ª coluna, o valor do crédito presumido de IPI relativo a cada estabelecimento, conforme previsto na legislação tributária como, por exemplo, o decorrente do ressarcimento do PIS/Pasep e da Cofins nas operações de exportação de produtos industrializados (Lei nº 9.363, de 13 de dezembro de 1996 ou Lei nº 10.276, de 10 de setembro de 2001) e o crédito presumido de 32% (trinta e dois por cento) relativo ao próprio IPI incidente nas saídas, do estabelecimento industrial, dos produtos classificados nas posições 8702 a 8704 da Tipi (Lei nº 9.826, de 23 de agosto de 1999).

Linha 23/16 - Outros

Informar, nesta linha, na 3ª coluna, o montante de outros créditos do IPI, incentivados ou não, referente às situações que não tenham sido contempladas, anteriormente, nas Linhas 23/01 a 23/15.

Linha 23/17 - TOTAL DE OUTROS CRÉDITOS

Nesta linha, aparecerá, na 3ª coluna, o somatório dos itens Estorno de Débitos, Créditos Recebidos por Transferência, Crédito Presumido de IPI e Outros (23/13+23/14+23/15+23/16). O valor do crédito lançado nesta linha deve conferir com o somatório anual dos itens 004 e 005 do quadro "DEMONSTRATIVO DE CRÉDITOS", do Livro de Apuração do IPI.

Linha 23/18 - TOTAL DO IPI CREDITADO

Nesta linha, aparecerá o Total do IPI creditado referente à soma do Total das Entradas – Linha 23/12 com o Total de Outros Créditos – Linha 23/17. O montante do IPI Creditado nesta Ficha 23, 3ª coluna, deve ter o mesmo valor resultante do somatório anual – item 006 - SUBTOTAL, do quadro "Demonstrativo de Créditos", do livro Registro de Apuração do IPI.

FICHA 24 - Saídas e Débitos

SAÍDAS – MERCADO NACIONAL**Linha 24/01 - Produção do Estabelecimento**

Informar, nesta linha, o valor contábil do total das saídas de produtos de fabricação do estabelecimento, para o mercado nacional, com débitos (1ª coluna), não incluído o IPI lançado, sem débitos (2ª coluna) e o IPI debitado (3ª coluna), referentes aos seguintes CFOP : [5.11](#), [5.14](#), [5.16](#), [5.21](#), [5.25](#), [5.71](#), [5.72](#), [6.11](#), [6.14](#), [6.16](#), [6.18](#), [6.21](#), [6.25](#), [6.71](#) e [6.72](#).

Serão informadas nesta linha as saídas de mercadorias produzidas pelo estabelecimento de cooperativa, quando destinadas a seus cooperados ou estabelecimento de outra cooperativa, e também as saídas de insumos produzidos pelo cooperado e destinados à cooperativa para industrialização.

Linha 24/02 - Mercadorias de Comercialização

Informar, nesta linha, o valor contábil do total das saídas de mercadorias adquiridas ou recebidas, para comercialização no mercado nacional, com débitos (1ª coluna), não incluído o IPI lançado, sem débitos (2ª coluna) e o IPI debitado (3ª coluna), referentes aos seguintes CFOP : [5.12](#), [5.15](#), [5.17](#), [5.22](#), [5.26](#), [5.73](#), [5.74](#), [6.12](#), [6.15](#), [6.17](#), [6.19](#), [6.22](#), [6.26](#), [6.73](#) e [6.74](#).

Serão informadas nesta linha as saídas de mercadorias do estabelecimento de cooperativa, quando destinadas a seus cooperados ou estabelecimento de outra cooperativa, e também as saídas de mercadorias adquiridas ou produzidas pelo cooperado e destinadas à cooperativa para comercialização.

Linha 24/03 - Industrialização Efetuada para Outras Empresas

Informar, nesta linha, o valor contábil do total das saídas de produtos de fabricação do estabelecimento, para o mercado nacional, com débitos (1ª coluna), não incluído o IPI lançado, sem débitos (2ª coluna) e o IPI debitado (3ª coluna), referentes aos seguintes CFOP : [5.13](#) e [6.13](#).

Linha 24/04 - Devoluções de Compras

Informar, nesta linha, o valor contábil do total das devoluções de compras de mercadorias do mercado nacional com débitos (1ª coluna), não incluído o IPI lançado, sem débitos (2ª coluna) e o IPI debitado (3ª coluna), referentes aos seguintes CFOP : [5.31](#), [5.32](#), [5.77](#), [5.78](#), [6.31](#), [6.32](#), [6.35](#), [6.77](#) e [6.78](#).

Linha 24/05 - Outras Saídas para Mercado Nacional

Informar, nesta linha, o valor contábil do total de outras saídas para o mercado nacional, com débitos (1ª coluna), não incluído o IPI lançado, sem débitos (2ª coluna) e o IPI debitado (3ª coluna), referentes aos seguintes CFOP : [5.23](#), [5.24](#), [5.33](#), [5.34](#), [5.42](#), [5.43](#), [5.44](#), [5.45](#), [5.51](#), [5.52](#), [5.53](#), [5.61](#), [5.62](#), [5.63](#), [5.70](#), [5.75](#), [5.76](#), [5.79](#), [5.81](#), [5.85](#), [5.86](#), [5.87](#), [5.88](#), [5.89](#), [5.91](#), [5.92](#), [5.93](#), [5.94](#), [5.95](#), [5.96](#), [5.97](#), [5.99](#), [6.23](#), [6.24](#), [6.33](#), [6.34](#), [6.42](#), [6.43](#), [6.44](#), [6.45](#), [6.51](#), [6.52](#), [6.53](#), [6.61](#), [6.62](#), [6.63](#), [6.70](#), [6.75](#), [6.76](#), [6.79](#), [6.85](#), [6.86](#), [6.87](#), [6.88](#), [6.89](#), [6.91](#), [6.92](#), [6.93](#), [6.94](#), [6.95](#), [6.96](#), [6.97](#) e [6.99](#).

Linha 24/06 - TOTAL DO MERCADO NACIONAL

Nesta linha, aparecerá o somatório das saídas do mercado nacional (24/01+24/02+24/03+24/04+24/05), relativo às operações com débitos (1ª coluna), sem débitos (2ª coluna), bem como o IPI debitado (3ª coluna).

SAÍDAS – MERCADO EXTERNO**Linha 24/07 - Produção do Estabelecimento**

Informar, nesta linha, na 2ª coluna: "SEM DÉBITOS", o valor total das saídas de produtos de fabricação do estabelecimento, para o mercado externo, referentes aos CFOP [7.11](#) e [7.16](#).

Linha 24/08 - Mercadorias de Comercialização

Informar, nesta linha, na 2ª coluna: "SEM DÉBITOS", o valor total das saídas de mercadorias adquiridas ou recebidas para comercialização no mercado externo, referentes aos seguintes CFOP: [7.12](#) e [7.17](#).

Linha 24/09 - Devoluções de Compras

Informar, na 2ª coluna: "SEM DÉBITOS", o valor total das Devoluções de Compras de mercadorias provenientes do mercado externo, referente aos CFOP [7.31](#) e [7.32](#).

Atenção:

Nos casos em que a devolução não se fizer ao amparo da Portaria MF nº 150, de 26 de julho de 1982, o contribuinte deverá proceder ao estorno do crédito do IPI no item 010 do quadro "Demonstrativo de Débitos" do livro Registro de Apuração do IPI, modelo 8, relativamente ao imposto pago no desembaraço e lançado como crédito na escrita fiscal.

Linha 24/10 - Outras Saídas para o Mercado Externo

Informar, nesta linha, na 2ª coluna: "SEM DÉBITOS", o valor total de outras saídas, para o mercado externo, referentes aos CFOP : [7.33](#), [7.34](#), [7.41](#), [7.51](#), [7.61](#) e [7.99](#).

Linha 24/11 - TOTAL DO MERCADO EXTERNO

Nesta linha, aparecerá o somatório das saídas para o mercado externo (24/07+24/08+24/09+24/10), relativo às operações sem débitos de IPI.

Linha 24/12 - TOTAL DAS SAÍDAS

Nesta linha, aparecerá o somatório das saídas para o mercado nacional e externo (24/06+24/11), relativamente às operações com débitos, sem débitos, bem como o IPI debitado.

OUTROS DÉBITOS**Linha 24/13 - Estorno de Créditos**

Informar, nesta linha, na 3ª coluna, o montante dos créditos do IPI estornado no ano de apuração. O valor a ser informado deverá corresponder ao somatório dos valores escriturados no item 010 do quadro "Demonstrativo de Débitos" do livro Registro de Apuração do IPI, modelo 8.

Linha 24/14 - Transferência de Créditos

Informar, nesta linha, na 3ª coluna, o montante do crédito do IPI transferido no período, para outro(s) estabelecimento(s) da mesma empresa, conforme previsto na legislação tributária.

Linha 24/15 - Ressarcimento de Créditos

Informar, nesta linha, na 3ª coluna, o montante do crédito do IPI, pleiteado, junto a SRF/MF, no ano de apuração. O valor a ser informado deverá corresponder ao somatório dos valores escriturados no item 011 do quadro "Demonstrativo de Débitos" do Livro Registro de Apuração do IPI, modelo 8, excluídos os valores referentes aos pedidos de ressarcimento relativos ao crédito presumido de IPI, cuja a informação deverá ser prestada na linha seguinte.

Linha 24/16 - Ressarcimento de Crédito Presumido de IPI

Informar, nesta linha, na 3ª coluna, o montante do crédito presumido do IPI objeto de pedido de ressarcimento, conforme previsto na legislação tributária como, por exemplo, o decorrente do ressarcimento do PIS/Pasep e Cofins nas operações de exportação de produtos industrializados (Lei nº 9.363, de 1996 e nº 10.276, de 2001) e o crédito presumido de 32% (trinta e dois por cento) relativo ao próprio IPI incidente nas saídas, do estabelecimento industrial, dos produtos classificados nas posições 8702 a 8704 da Tipi (Lei nº 9.826, de 1999).

Linha 24/17 – Outros

Informar, nesta linha, na 3ª coluna, o montante dos débitos do IPI, referentes a situações que não tenham sido contempladas, anteriormente, nas Linhas 24/01 a 24/16. O valor a ser informado deverá corresponder ao somatório dos valores escriturados no item 012 – Outros Débitos do quadro "Demonstrativo de Débitos" do livro Registro de Apuração do IPI, modelo 8, excluído o valor referente a transferência de créditos, cuja informação foi prestada na Linha 24/14.

Linha 24/18 - TOTAL DE OUTROS DÉBITOS

Nesta linha, aparecerá, na 3ª coluna, o somatório dos itens: Estorno de Créditos, Transferência de Créditos, Ressarcimento de Créditos, Ressarcimento de Crédito Presumido de IPI e Outros(24/13+24/14+24/15+24/16+24/17). O valor do débito lançado nesta linha deve conferir com o somatório anual dos itens 010 – Estorno de Créditos, 011 – Ressarcimento de Créditos e 012 – Outros Débitos do quadro "DEMONSTRATIVO DE DÉBITOS", do Livro de Apuração do IPI.

Linha 24/19 - TOTAL DO IPI DEBITADO

Nesta linha, aparecerá o resultado da soma do IPI debitado referente ao Total das Saídas – Linha 24/12, com o Total de Outros Débitos - Linha 24/18. O montante do IPI DEBITADO na Ficha 24, na 3ª coluna, deve ter o mesmo valor resultante do somatório anual – item 013 - TOTAL, do quadro "Demonstrativo de Débitos" do Livro Registro de Apuração do IPI.

FICHA 25 - Remetentes de Insumos/Mercadorias

Informar, por ordem decrescente de valor, os dados dos maiores fornecedores de insumos ou mercadorias (inclusive isentos, alíquota zero, com suspensão, imunes e não tributados), utilizados no processo industrial ou comercializados, referente aos seguintes CFOP : [1.11](#), [1.12](#), [1.13](#), [1.21](#), [1.22](#), [1.71](#), [1.72](#), [1.75](#), [1.76](#), [1.82](#), [1.85](#), [1.86](#), [1.93](#), [1.99](#), [2.11](#), [2.12](#), [2.13](#), [2.21](#), [2.22](#), [2.71](#), [2.72](#), [2.75](#), [2.76](#), [2.85](#), [2.86](#), [2.93](#), [2.99](#), [3.11](#), [3.12](#), [3.94](#) e [3.99](#).

Ordem

O programa disponibilizará, automaticamente, a quantidade de linhas utilizadas, até o máximo de 100 linhas, na medida em que forem sendo preenchidos os campos CNPJ/CPF e VALOR.

CNPJ/CPF

Informar, na primeira linha desta ficha, na segunda coluna, o número completo de inscrição do fornecedor no CNPJ, se pessoa jurídica, ou o número completo de inscrição do fornecedor no CPF, se pessoa física.

Valor

Informar, na primeira linha desta ficha, na terceira coluna, o valor contábil do total das entradas de insumos/mercadorias relativas ao maior fornecedor do declarante, no ano de apuração, não incluído o IPI lançado na nota fiscal.

Substituição Tributária S/N

Informar nesta coluna "S" (Sim) se qualquer parcela do valor da mercadoria relacionado na coluna anterior estiver sujeita ao regime especial de Substituição Tributária. Informar "N" (Não) se nenhuma parcela daquele valor estiver nesta situação.

Atenção:

- 1) Na seqüência de preenchimento da ficha, informar, na próxima linha, os dados relativos ao segundo, terceiro, etc., maiores fornecedores do declarante, no ano de apuração, não incluído o IPI lançado na nota fiscal. Deverão ser relacionados os fornecedores que respondam, no mínimo, por 80% do total dos valores das entradas de insumos ou mercadorias, limitado a 100 linhas. Preencher com 00.000.000/0000-00, se fornecedor no exterior.
- 2) Entenda-se como maior fornecedor do declarante aquele que fornece insumos e/ou mercadorias que representem as maiores operações de entradas do declarante.
- 3) A informação "S" (Sim) ou "N" (Não) na coluna Substituição Tributária deverá ser prestada para cada estabelecimento remetente de insumos/mercadorias.

FICHA 26 - Entradas de Insumos/Mercadorias

Informar, por ordem decrescente de valor, os dados dos insumos ou mercadorias (inclusive isentos, alíquota zero, com suspensão, imunes e não tributados), utilizados no processo industrial ou comercializados, referente aos seguintes CFOP : [1.11](#), [1.12](#), [1.13](#), [1.21](#), [1.22](#), [1.71](#), [1.72](#), [1.75](#), [1.76](#), [1.82](#), [1.85](#), [1.86](#), [1.93](#), [1.99](#), [2.11](#), [2.12](#), [2.13](#), [2.21](#), [2.22](#), [2.71](#), [2.72](#), [2.75](#), [2.76](#), [2.85](#), [2.86](#), [2.93](#), [2.99](#), [3.11](#), [3.12](#), [3.94](#) e [3.99](#).

Ordem

Na primeira coluna desta ficha, o programa disponibilizará, automaticamente, a quantidade de linhas utilizadas, até o máximo de 50 linhas, na medida em que forem sendo preenchidos os campos Classificação Fiscal, Ex, Insumos/Mercadorias e Valor.

Classificação Fiscal

Informar, na primeira linha da segunda coluna da ficha, a classificação fiscal do insumo/mercadoria adquirido pelo declarante, constante da Tipi, e vigente na data da operação, que seja o mais representativo, em termos de valor, durante o ano de apuração.

Ex

No caso da classificação fiscal, informar, na primeira linha da terceira coluna da ficha, se for o caso, os três últimos dígitos (9ª, 10ª e 11ª) com o número do destaque "ex" (exceção).

Insumos/Mercadorias

Informar, na primeira linha da quarta coluna da ficha, o insumo ou mercadoria, de acordo com o seu nome usual no mercado.

Valor

Informar, na primeira linha da quinta coluna da ficha, o valor contábil do total das entradas de insumos ou mercadorias no ano de apuração, não incluído o IPI lançado na nota fiscal.

Substituição Tributária S/N

Informar nesta coluna "S" (Sim) se qualquer parcela do valor da mercadoria relacionado em cada classificação fiscal estiver sujeita ao regime especial de Substituição Tributária. Informar "N" (Não) se nenhuma parcela daquele valor estiver nesta situação.

Atenção:

- 1) Na seqüência de preenchimento da ficha, informar, nas próximas linhas, os dados relativos ao segundo, terceiro, etc maiores insumos/mercadorias utilizados no processo industrial ou adquirido no ano de apuração, não incluído o IPI lançado na nota fiscal. Deverão ser relacionados os insumos ou mercadorias que representem, no mínimo, 80% do total dos valores das entradas utilizados no processo industrial ou comercializados, limitado a 50 linhas.
- 2) Insumos ou mercadorias com nomes diferentes, mas mesma Classificação Fiscal, deverão ser informados em separado.
- 3) A informação "S" (Sim) ou "N" (Não) na coluna Substituição Tributária deverá ser prestada para cada classificação fiscal de insumos/mercadorias.

FICHA 27 - Destinatários de Produtos/Mercadorias/Insumos

Informar, por ordem decrescente de valor, os dados dos maiores destinatários de produtos, mercadorias e/ou insumos (inclusive isentos, alíquota zero, com suspensão, imunes e não tributados, referentes aos seguintes CFOP : [5.11](#), [5.12](#), [5.13](#), [5.14](#), [5.15](#), [5.16](#), [5.17](#), [5.21](#), [5.22](#), [5.25](#), [5.26](#), [5.71](#), [5.72](#), [5.73](#), [5.74](#), [5.75](#), [5.76](#), [5.81](#), [5.85](#), [5.86](#), [5.87](#), [5.88](#), [5.89](#), [5.93](#), [5.96](#), [5.97](#), [5.99](#), [6.11](#), [6.12](#), [6.13](#), [6.14](#), [6.15](#), [6.16](#), [6.17](#), [6.18](#), [6.19](#), [6.21](#), [6.22](#), [6.25](#), [6.26](#), [6.71](#), [6.72](#), [6.73](#), [6.74](#), [6.75](#), [6.76](#), [6.85](#), [6.86](#), [6.87](#), [6.88](#), [6.89](#), [6.93](#), [6.96](#), [6.97](#), [6.99](#), [7.11](#), [7.12](#), [7.16](#), [7.17](#) e [7.99](#).

Ordem

O programa disponibilizará, automaticamente, a quantidade de linhas utilizadas, até o máximo de 100 linhas, na medida em

que forem sendo preenchidos os campos CNPJ/CPF e VALOR.

CNPJ/CPF

Informar, na primeira linha desta ficha, na segunda coluna, o número completo de inscrição do destinatário no CNPJ, se pessoa jurídica, ou o número completo de inscrição do destinatário no CPF, se pessoa física.

Valor

Informar, na primeira linha desta ficha, na terceira coluna, o valor contábil do total das saídas de mercadorias ou insumos relativos ao maior cliente do declarante, no ano de apuração, não incluído o IPI lançado na nota fiscal.

Substituição Tributária S/N

Informar nesta coluna "S" (Sim) se qualquer parcela do valor da mercadoria relacionado na coluna anterior estiver sujeita ao regime especial de Substituição Tributária. Informar "N" (Não) se nenhuma parcela daquele valor estiver nesta situação.

Atenção:

- 1) Na seqüência de preenchimento da ficha, informar, nas próximas linhas, os dados relativos ao segundo, terceiro, etc maiores clientes do declarante, no ano de apuração, não incluído o IPI lançado na nota fiscal, devendo ser relacionados os clientes que respondam, no mínimo, por 80% do total dos valores das saídas de insumos ou mercadorias, limitado a 100 linhas. Preencher com 00.000.000/0000-00, se destinatário no exterior.
- 2) Entenda-se como maior cliente aquele que adquire produtos que representem as maiores operações do declarante.
- 3) A informação "S" (Sim) ou "N" (Não) na coluna Substituição Tributária deverá ser prestada para cada estabelecimento destinatário de produtos/mercadorias/insumos.

FICHA 28 - Saídas de Produtos/Mercadorias/Insumos

Informar, por ordem decrescente de valor, as saídas de Produtos/Mercadorias e/ou Insumos (inclusive isentos, alíquota zero, com suspensão, imunes e não tributados), referente aos seguintes CFOP : [5.11](#), [5.12](#), [5.13](#), [5.14](#), [5.15](#), [5.16](#), [5.17](#), [5.21](#), [5.22](#), [5.25](#), [5.26](#), [5.71](#), [5.72](#), [5.73](#), [5.74](#), [5.75](#), [5.76](#), [5.81](#), [5.85](#), [5.86](#), [5.87](#), [5.88](#), [5.89](#), [5.93](#), [5.96](#), [5.97](#), [5.99](#), [6.11](#), [6.12](#), [6.13](#), [6.14](#), [6.15](#), [6.16](#), [6.17](#), [6.18](#), [6.19](#), [6.21](#), [6.22](#), [6.25](#), [6.26](#), [6.71](#), [6.72](#), [6.73](#), [6.74](#), [6.75](#), [6.76](#), [6.85](#), [6.86](#), [6.87](#), [6.88](#), [6.89](#), [6.93](#), [6.96](#), [6.97](#), [6.99](#), [7.11](#), [7.12](#), [7.16](#), [7.17](#) e [7.99](#).

Ordem

Na primeira coluna desta ficha, o programa disponibilizará, automaticamente, a quantidade de linhas utilizadas, até o máximo de 50 linhas, na medida em que forem sendo preenchidos os campos Classificação Fiscal, Ex, Insumos/Mercadorias e Valor.

Classificação Fiscal

Informar, na primeira linha da segunda coluna da ficha, a classificação fiscal do insumo/mercadoria dado saída pelo declarante, constante da Tipi, e vigente na data da operação, que seja o mais representativo, em termos de valor, durante o ano de apuração.

Ex

No caso da classificação fiscal, preencher, na primeira linha da terceira coluna da ficha, se for o caso, os três últimos dígitos (9ª, 10ª e 11ª) com o número do destaque "ex" (exceção).

Produtos/Mercadorias/Insumos

Informar, na primeira linha da quarta coluna da ficha, o insumo ou mercadoria, de acordo com o seu nome usual no mercado.

Valor

Informar, na primeira linha da quinta coluna da ficha, o valor contábil do total das saídas de insumos ou mercadorias, no ano de apuração, não incluído o IPI lançado na nota fiscal.

Substituição Tributária S/N

Informar nesta coluna "S" (Sim) se qualquer parcela do valor da mercadoria relacionado em cada classificação fiscal estiver sujeita ao regime especial de Substituição Tributária. Informar "N" (Não) se nenhuma parcela daquele valor estiver nesta situação.

Atenção:

- 1) Na seqüência de preenchimento da ficha, informar, nas próximas linhas, os dados relativos ao segundo, terceiro, etc maiores Produtos, Insumos e/ou Mercadorias, em volume de comercialização, dado saída pelo declarante, no ano de apuração, não incluído o IPI lançado na nota fiscal. Deverão ser relacionados os Produtos/ Insumos e/ou Mercadorias que representem, no mínimo, 80% do total dos valores das saídas do declarante, limitado a 50 linhas.

- 2) Os Produtos, Insumos ou Mercadorias com nomes diferentes, mas mesma Classificação Fiscal, deverão ser informados em separado.
- 3) A informação "S" (Sim) ou "N" (Não) na coluna Substituição Tributária deverá ser prestada para cada classificação fiscal de insumos/mercadorias/produtos.

16. PASTA INFORMAÇÕES

Esta pasta contém as fichas relativas a outras informações que deverão ser prestadas.

16.1 - INCENTIVOS FISCAIS

[FICHA 29 - Aplicações em Incentivos Fiscais](#)

[FICHA 30 - Atividades Incentivadas](#)

16.2 - PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA

[FICHA 31A - Operações com o Exterior - Pessoa Vinculada/ Interposta Pessoa/ País com Tributação Favorecida](#)

[FICHA 31B - Operações com o Exterior - Pessoa Não Vinculada/ Não Interposta Pessoa/ País sem Tributação Favorecida](#)

[FICHA 32 - Operações com o Exterior - Exportações \(Entradas de Divisas\)](#)

[FICHA 33 - Operações com o Exterior - Contratantes das Exportações](#)

[FICHA 34 - Operações com o Exterior - Importações \(Saídas de Divisas\)](#)

[FICHA 35 - Operações com o Exterior - Contratantes das Importações](#)

16.3 - PARTICIPAÇÕES NO EXTERIOR

[FICHA 36 - Participações no Exterior](#)

[FICHA 37 - Participações no Exterior - Resultado do Período-Base](#)

16.4 - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

[FICHA 38A - Ativo - Balanço Patrimonial](#)

[FICHA 39A - Passivo - Balanço Patrimonial](#)

[FICHA 40 - Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados](#)

[FICHA 41 - Origem e Aplicação de Recursos - Imunes ou Isentas](#)

16.5 - INFORMAÇÕES GERAIS

[FICHA 42A - Identificação e Rendimentos de Dirigentes, Sócios ou Titulares](#)

[FICHA 42B - Rendimentos de Dirigentes - Imunes ou Isentas](#)

[FICHA 43 - Demonstrativo do Imposto de Renda Retido na Fonte](#)

[FICHA 44 - Participação Permanente em Coligadas ou Controladas](#)

[FICHA 45 - Ativos no Exterior](#)

[FICHA 46 - Fundos/Clubes de Investimento](#)

[FICHA 47A - Outras Informações - Lucro Real](#)

[FICHA 47B - Outras Informações - Presumido e Arbitrado](#)

[FICHA 48 - Informações de Optantes Refis](#)

[FICHA 49 - Cálculo do Imposto de Renda pelo RET - Apuração por Plano ou Conjunto de Planos e FAPI](#)

16.1 - INCENTIVOS FISCAIS

[FICHA 29 - Aplicações em Incentivos Fiscais](#)

[FICHA 30 - Atividades Incentivadas](#)

FICHA 29 - Aplicações em Incentivos Fiscais

Esta ficha deve ser preenchida:

a) pelas pessoas jurídicas ou grupos de empresas coligadas de que trata o art. 9º da Lei nº 8.167, de 1991, alterado pela Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, titulares de empreendimento de setor da economia considerado, em ato do Poder Executivo, prioritário para o desenvolvimento regional, aprovados ou protocolizados até 2 de maio de 2001 nas áreas das extintas Sudam e Sudene ou do Grupo Executivo para Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo (Geres) (MP nº 2.199-14, de 2001, art. 4º e MP nº 2.145, de 2 de maio de 2001, art. 50, inciso XX, atuais MP nº 2.156-5, de 2001, art. 32, inciso XVIII, e nº 2.157-5, de 2001, art. 32, inciso IV).

Atenção:

- 1) As aplicações somente poderão ser efetuadas até o final do prazo previsto para a implantação do projeto,

desde que o projeto esteja em situação de regularidade, cumpridos todos os requisitos previstos e os cronogramas aprovados.

2) após 02 de maio de 2001, é vedada a aplicação nos fundos Finor, Finam e Funres pelas pessoas jurídicas que não se enquadram nas condições do art. 9º da Lei nº 8.167, de 1991 (MP nº 2.145, de 2 de maio de 2001, art. 50, inciso XX, atuais MP nº 2.156-5, de 2001, art. 32, inciso XVIII, e nº 2.157-5, de 2001, art. 32, inciso IV).

Informações detalhadas sobre esse assunto podem ser obtidas no [subitem 17.1.6.6](#).

Linha 29/01 – Valor do Imposto de Renda à Alíquota de 15% excluídas as Deduções e Reduções

Para fins de determinação da base de cálculo dos incentivos, deve-se observar a forma de apuração do imposto de renda da pessoa jurídica, as deduções permitidas e instruções do [subitem 17.1.6](#) deste manual. (Decreto-lei nº 2.323, de 1987, art. 12; Decreto-lei nº 2.354, de 1987, art. 8º; Lei nº 7.918, de 1989, art. 1º; Lei nº 8.541, de 1992, art. 11)

a) Regra Geral

O valor desta linha, quando a apuração do imposto de renda for com base no lucro real trimestral e no lucro real apurado em 31 de dezembro do ano-calendário (ajuste anual) será calculado pela seguinte fórmula:

Linha 29/01 = A + B + C - (D + E + F + G + H + I + J + L + M), onde:

A = Imposto de Renda devido à alíquota de 15% (Linha 12A/01)

B = Imposto de Renda a pagar de SCP (Linha 12A/19)

C = IR devido sobre o lucro inflacionário realizado no período de apuração e tributado à alíquota reduzida de 10% (Linha 07/20) (Medida Provisória nº 2.113-30, de 2001, art. 62).

D = Atividades Culturais e Artísticas (Linha 12A/04) (art. 18, e §§ 1º e 3º, e art. 25 e 26 da Lei nº 8.313, de 1991, com as alterações do art. 1º, da Lei nº 9.874, de 1999, do art. 53 da MP nº 2.228, de 2001)

E = Programa de Alimentação ao Trabalhador (Linha 12A/05)

F = Desenvolvimento Tecnológico Industrial/Agropecuário (Linha 12A/06)

G = Atividade Audiovisual (Linha 12A/07)

H = Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente (Linha 12A/08)

I = Isenção de Empresas Estrangeiras de Transporte (Linha 12A/09)

J = 3,33 x Redução por Reinvestimento (Linha 12A/11)

L = Imposto devido no Brasil à alíquota de 15% incidente sobre lucros, rendimentos e ganhos de capital oriundos do exterior (IN SRF nº 213, de 2002, art. 14).

M = Imposto de renda sobre a diferença entre o Custo Orçado e o Custo Efetivo (Linha 12A/20)

Atenção:

Observar as instruções do [subitem 17.1.6.4](#), deste manual, com relação às deduções de incentivos fiscais, quando o imposto for calculado sobre a base de cálculo estimada.

b) Pessoa Jurídica com Lucro Inflacionário Sujeito à Tributação pela Alíquota de 6% (RIR/1999, art. 541, § 2º)

As pessoas jurídicas com lucro inflacionário sujeito à tributação à alíquota de 6% (seis por cento) [subitem 17.1.6.1](#), bem assim as pessoas jurídicas que tenham optado pela tributação do lucro inflacionário à alíquota reduzida de 3% (Medida Provisória nº 2.113-30, de 2001, art. 62), deverão adicionar ao valor determinado pela aplicação da Regra Geral (item "a") o seguinte valor (N):

$N = [O / (A + B + C + O)] \times (D + E + F + G + H)$, onde:

O = IR devido sobre a realização de lucro inflacionário à alíquota de 6% (Linha 12A/02), acrescido do IR devido sobre o lucro inflacionário realizado no período de apuração e tributado à alíquota reduzida de 3% (Linha 07/24) (Medida Provisória nº 2.113-30, de 2001, art. 62).

O valor desta linha passará, então, a ser determinado pela seguinte fórmula:

Linha 29/01 = A + B + C + N - (D + E + F + G + H + I + J + L + M)

c) Pessoa Jurídica com Direito à Isenção e/ou Redução do Imposto

A pessoa jurídica que tiver direito à redução ou isenção do imposto ([Linha 12A/10](#)) deverá, com base nas informações da [Ficha 10 – Cálculo da Isenção e Redução do Imposto](#), deduzir do valor determinado pela aplicação da Regra Geral (item "a") o seguinte valor (P):

$P = [10/02 + (10/07 \times 75\%) + (10/12 \times 70\%) + (10/17 \times 50\%) + (10/22 \times 37,5\%) + (10/27 \times 33,33\%)]$

O valor desta linha passará, então, a ser determinado pela seguinte fórmula:

Linha 29/01 = A + B + C - P - (D + E + F + G + H + I + J + L + M)

Atenção:

1) As pessoas jurídicas enquadradas simultaneamente nas alíneas "b" e "c" deverão efetuar ambos os ajustes, passando o cálculo do valor desta linha a ser determinado pela seguinte fórmula:

$$\text{Linha 29/01} = A + B + C + N - P - (D + E + F + G + H + I + J + L + M)$$

2) Observar as instruções do [subitem 17.1.6.4](#), deste manual, com relação às deduções de incentivos fiscais,

quando o imposto for calculado sobre a base de cálculo estimada.

Linha 29/02 – Valor do Imposto de Renda com Vencimento em 2001 sobre o Lucro Inflacionário Tributado à Alíquota Reduzida

A pessoa jurídica, que efetuou o pagamento de imposto de renda com vencimento no período de apuração sobre lucro inflacionário acumulado e saldo credor da diferença de correção monetária IPC/BTNF existentes até 31/12/1992, atualizados até 31/12/1995, com redução de alíquota, nos termos do art. 31 da Lei nº 8.541, de 1992, deverá indicar, nesta linha, o valor total dos referidos pagamentos.

Linha 29/03 – BASE DE CÁLCULO DOS INCENTIVOS FISCAIS

Somatório dos valores informados nas Linhas 29/01 e 29/02.

Linhas 29/04 e 29/05 – Finor e Finam (até 18%)

Informar na coluna "Percentual (%)" , o percentual que a pessoa jurídica destinou aos fundos. A coluna "Valor Líquido do Incentivo" será preenchida automaticamente pelo PGD e indicará o valor resultante da aplicação do percentual informado na coluna "Percentual" sobre a base de cálculo informada na Linha 29/03.

A soma dos percentuais informados nessas linhas deve respeitar o limite máximo de 18%.

Linha 29/06 – SUBTOTAL (até 18%)

A coluna "Valor Líquido do Incentivo" será o somatório dos valores constantes nas Linhas 29/04 e 29/05. A coluna "Percentual" será o valor resultante da divisão do valor da coluna "Valor Líquido do Incentivo" da Linha 29/06 pelo valor da Linha 29/03. O valor desta linha não poderá ultrapassar a 18% (dezoito por cento) do valor informado na Linha 29/03.

Linha 29/07 – Funres (até 25%)

Esta linha somente poderá ser preenchida por empresas sediadas no Estado do Espírito Santo.

Informar na coluna "Percentual (%)" , o percentual de até 25% (vinte e cinco por cento) que a pessoa jurídica destinou ao fundo.

A coluna "Valor Líquido do Incentivo" será preenchida automaticamente pelo PGD e indicará o valor resultante da aplicação do percentual informado na coluna "Percentual" sobre o valor da base de cálculo informado na Linha 29/03.

Linha 29/08 – TOTAL DOS INCENTIVOS

A soma dos percentuais indicados nesta linha não poderá ultrapassar a:

- a) 18% (dezoito por cento), se tiverem sido feitas opções apenas nas Linhas 29/04 e 29/05;
- b) 28% (vinte e oito por cento), para a soma das Linhas 29/06 e 29/07. Nesse caso, o resultado da operação: [(Linha 29/06 x 5/3) + Linha 29/07] não poderá exceder a 30% (trinta por cento) da base de cálculo informada na Linha 29/03.

FICHA 30 - Atividades Incentivadas

Esta ficha é preenchida somente pelas pessoas jurídicas que, de acordo com a legislação vigente, tenham direito a isenção ou redução do imposto de renda, reconhecido pelo órgão competente, em virtude do exercício de atividades incentivadas.

A pessoa jurídica deve informar individualizadamente todos os benefícios fiscais a que tem direito e o seu respectivo projeto conforme orientações a seguir:

a) Isenção

Este campo deve ser assinalado pela pessoa jurídica:

a.1) que tenha instalado, ampliado, modernizado ou diversificado empreendimento industrial ou agrícola, nas áreas de atuação das extintas Sudam e Sudene, até 31 de dezembro de 1997, nos termos da MP nº 1.740-32, de 1999 convalidada pela [Lei nº 9.808](#), de 1999, art. 13;

a.2) que tenham empreendimento industrial ou agrícola decorrente de projeto aprovado ou protocolizado até 14 de novembro de 1997 nas áreas de atuação das extintas Sudam e Sudene.

Atenção:

A pessoa jurídica deve assinalar na coluna "Projeto", qual o benefício fiscal a que tem direito: "Novo Empreendimento", "Modernização", "Ampliação" ou "Diversificação".

b) Redução de 75%

Este campo deve ser assinalado pela pessoa jurídica:

b.1) que seja titular de empreendimento industrial ou agrícola que tenha sido instalado, ampliado, modernizado ou diversificado, a partir de 1ª de janeiro de 1998, nas áreas de atuação das extintas Sudam e Sudene, cujo projeto tenha sido protocolizado no período de 15 de novembro de 1997 a 23 de agosto de 2000 ([MP nº 2.058](#), de 2000, art. 1ª e reedições, e MP nº 1.740-32, de 1999, convalidada pela [Lei nº 9.808](#), de 1999, art. 13);

b.2) que tenha empreendimento industrial ou agrícola, nas áreas de atuação das extintas Sudam e Sudene, cujo projeto tenha sido aprovado ou protocolizado após 14 de novembro de 1997 e até 23 de agosto de 2000 ([MP nº 2.058](#), de 2000, art. 1ª e reedições);

Atenção:

a) para os projetos protocolizados e aprovados após 23 de agosto de 2000, a Medida Provisória 2.058, de 2000, prevê redução de 75% do imposto sobre a renda exclusivamente àqueles enquadrados em setores da economia considerados, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional, nas áreas de atuação das extintas Sudene e Sudam. ([MP nº 2.058](#), de 2000, art. 1ª e reedições).

b) a pessoa jurídica que utilizar indevidamente do benefício sujeitará ao pagamento do imposto em relação a cada período de apuração acrescido de juros e multa, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

A pessoa jurídica deve assinalar na coluna "Projeto", qual o benefício fiscal a que tem direito: "Novo Empreendimento", "Modernização", "Ampliação" ou Diversificação".

c) Redução de 70%

Este campo deve ser assinalado pela pessoa jurídica que tenha exploração de atividade hoteleira e outros meios de hospedagem, conforme projetos aprovados pelo Conselho Nacional de Turismo até 31/12/1985, nos termos do art. 570, I, "a" do Decreto nº 3.000, de 1999.

Atenção:

A pessoa jurídica deverá assinalar na coluna "Projeto", qual o benefício fiscal a que tem direito: "Novo Empreendimento".

d) Redução de 50%

Este campo deve ser assinalado pela pessoa jurídica:

d.1) que mantenha exploração de restaurante de turismo e de empreendimentos de apoio à atividade turística, conforme projetos aprovados pelo Conselho Nacional de Turismo até 31/12/1985, nos termos do art. 570, I, "b", do Decreto nº 3.000, de 1999.

d.2) que mantenha exploração de atividade hoteleira e outros meios de hospedagem, de projeto de ampliação do empreendimento, conforme disposto nos arts.567, 568, e 570, II, "a" do Decreto nº 3.000, de 1999.

Atenção:

1) A pessoa jurídica deve assinalar na coluna "Projeto", qual o com o benefício fiscal a que tem direito: "Novo Empreendimento" e "Ampliação".

2) Fica extinto, relativamente ao período de apuração iniciado partir de 1ª de janeiro de 2001, o benefício de redução do imposto de renda e adicionais não restituíveis, de que trata o art. 14 da Lei nº 4.239, de 1963, e o art. 22 do Decreto-lei nº 756, de 1969 ([MP nº 2.058](#), de 2000, art. 2ª e reedições).

e) Redução de 37,50%

Este campo deve ser assinalado pelas pessoas jurídicas detentoras de empreendimentos dos setores da economia que venham a ser considerados, pelo Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional e para os que têm sede na área de jurisdição da Zona Franca de Manaus, reconhecidos como de interesse para o desenvolvimento da região. ([MP nº 2.058](#), de 2000, art. 2ª e reedições).

Atenção:

1) a pessoa jurídica deve assinalar na coluna "Projeto", o benefício fiscal a que tem direito: "Manutenção".

2) As pessoas jurídicas devem pleitear reconhecimento do direito à redução à Secretaria da Receita Federal, cujo pedido é instruído com a declaração de que trata o atenção 3 (IN SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002, arts. 78 e 89).

3) A fruição do benefício fiscal tem efeito a partir da data em que a pessoa jurídica apresentar ao órgão competente do Ministério da Integração requerimento solicitando a declaração de que satisfaz as condições estabelecidas para gozo do favor fiscal.

f) Redução de 33,33%

Este campo deve ser assinalado pela pessoa jurídica que mantiver empreendimento de exploração de atividade hoteleira e outros meios de hospedagem, conforme projeto de ampliação aprovado pelo Conselho Nacional de Turismo até 31/12/1995, nos termos dos arts. 568, § 1ª ; 570, II, "b" do Decreto nº 3.000, de 1999.

Atenção:

A pessoa jurídica deve assinalar na coluna "Projeto", o benefício fiscal a que tem direito: "Ampliação".

g) Befiex até 31/12/1987

Este campo deve ser assinalado pela pessoa jurídica que tenha direito ao benefício fiscal sobre a exportação incentivada nos termos do Decreto-lei nº 2.397, de 1987, art. 11, parágrafo único.

Atenção:

A pessoa jurídica deve assinalar na coluna "Projeto", o benefício fiscal a que tem direito: "Exportação".

h) Redução por Reinvestimento

Este campo deve ser assinalado pelas pessoas jurídicas que pleiteiam a redução de até 30% do valor do imposto de renda. A partir de 1ª de janeiro de 2001 somente gozam desse benefício as pessoas jurídicas que detenham empreendimentos dos setores da economia que venham a ser considerados, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional.

Atenção:

A pessoa jurídica deve assinalar na coluna "Projeto", o benefício fiscal a que tem direito: "Outros".

i) Ato Concessório – Natureza e Número

Indicar neste campo o número do ato concessório do benefício fiscal.

j) Prazo de Vigência

Indicar o período de vigência do benefício fiscal.

16.2 - PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA

[FICHA 31A - Operações com o Exterior - Pessoa Vinculada/ Interposta Pessoa/ País com Tributação Favorecida](#)

[FICHA 31B - Operações com o Exterior - Pessoa Não Vinculada/ Não Interposta Pessoa/ País sem Tributação Favorecida](#)

[FICHA 32 - Operações com o Exterior - Exportações \(Entradas de Divisas\)](#)

[FICHA 33 - Operações com o Exterior - Contratantes das Exportações](#)

[FICHA 34 - Operações com o Exterior - Importações \(Saídas de Divisas\)](#)

[FICHA 35 - Operações com o Exterior - Contratantes das Importações](#)

FICHA 31A - Operações com o Exterior - Pessoa Vinculada/ Interposta Pessoa/ País com Tributação Favorecida

Esta ficha deve ser preenchida pela pessoa jurídica, inclusive instituição financeira ou companhia seguradora, conforme relacionadas no § 1ª do art. 22, da Lei nº 8.212, de 1991 e no inciso II do art. 14 da Lei nº 9.718, de 1998, tributada pelo lucro real, presumido ou arbitrado, que tenha realizado no ano-calendário exportação/importação de bens, serviços, direitos ou que tenha auferido receitas financeiras ou incorrido em despesas financeiras em operações efetuadas com pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior, considerada pela legislação brasileira:

- a) pessoa vinculada ([subitem 23.1](#));
- b) pessoa residente ou domiciliada em países com tributação favorecida ou cuja a legislação interna oponha sigilo relativo à composição societária de pessoas jurídicas ou a sua titularidade ([subitem 23.2](#)).

Esta ficha também deve ser preenchida pela pessoa jurídica, inclusive instituição financeira ou companhia seguradora, que realizar as operações acima referidas por intermédio de interposta pessoa (§ 5ª do art. 2ª da IN SRF nº 243, de 11 de novembro de 2002).

Atenção:

- 1) São considerados países com tributação favorecida ou cuja a legislação interna oponha sigilo relativo à composição societária de pessoas jurídicas ou a sua titularidade ([subitem 23.2](#)) os países ou dependências discriminados na Instrução Normativa SRF nº 188, de 6 de agosto de 2002.
- 2) As verificações dos preços de transferências são efetuadas por períodos anuais, exceto nas hipóteses de início e encerramento de atividades e de suspeita de fraudes (art. 41 da IN SRF nº 243, de 2002).

PJ ENQUADRADA NOS ARTIGOS 35 OU 36 DA IN SRF Nº 243/2002

A pessoa jurídica deve assinalar neste campo se está ou não enquadrada nos casos de dispensa de comprovação. ([subitem 23.3](#))

Preencher "Sim" se:

- a) tiver apurado lucro líquido, antes da CSLL e do IR, decorrente das receitas de vendas nas exportações para empresas vinculadas, em valor equivalente a, no mínimo, 5% do total dessas receitas, ou
- b) sua receita líquida de exportação não exceder a 5% da receita líquida do mesmo período.

Atenção:

As disposições dos arts. 35 e 36 da IN SRF nº 243, de 2002, não se aplicam em relação às vendas efetuadas para empresas domiciliadas em países com tributação favorecida ou cuja a legislação interna oponha sigilo relativo à composição societária de pessoas jurídicas ou a sua titularidade ([subitem 23.2](#)) mesmo que vinculadas (inciso I do art. 37 da IN SRF nº 243, de 2002).

EXPORTAÇÕES/OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Valor da Receita de Exportação

O montante considerado como receita de exportação:

- a) de bens é o valor FOB, como tal compreendido o preço da mercadoria ou produto acrescido das despesas regularmente integrantes do preço estipulado;
- b) de serviços ou direitos é o valor da receita decorrente dos serviços prestados ou direitos alienados.

Atenção:

A soma das Linhas 31A/01, 31A/02, 31A/04, 31A/05, 31A/07, 31A/08, 31A/10 e 31A/11 deve coincidir com a soma dos campos "Total da Operação" e "Juros" da [Ficha 32](#).

BENS

Conversão em Reais

A conversão da receita de vendas nas exportações de bens, em reais, é efetuada da seguinte forma:

- a) o valor expresso em moeda estrangeira é convertido em reais à taxa de câmbio fixada no boletim de abertura pelo Banco Central do Brasil, para compra, em vigor na data de embarque dos bens para o exterior; (inciso I do art. 22 da IN SRF nº 243, de 2002)
- b) entende-se como data de embarque dos bens para o exterior aquela averbada no Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex) (IN SRF nº 28, de 1994, e AD SRF nº 124, de 1998).

Linha 31A/01 – Exportações de Bens para Pessoas Vinculadas

Informar nesta linha o valor total das exportações de bens efetuadas para pessoas vinculadas, inclusive por intermédio de interposta pessoa.

Atenção:

Se a operação foi praticada com pessoas residentes ou domiciliadas em países com tributação favorecida ou cuja a legislação interna oponha sigilo ([subitem 23.2](#)), o valor da exportação deve ser informado na [Linha 31A/02](#), ainda que se trate de pessoa vinculada ([subitem 23.1](#)) ou que a operação tenha sido efetuada por intermédio de interposta pessoa.

Linha 31A/02 – Exportações de Bens para Pessoas Residentes em Países com Tributação Favorecida

Informar nesta linha o valor total das exportações de bens efetuadas para pessoas físicas ou jurídicas, residentes ou domiciliadas em países com tributação favorecida ou cuja a legislação interna oponha sigilo ([subitem 23.2](#)).

Linha 31A/03 – Demais Exportações de Bens

Informar nesta linha o valor total das demais exportações de bens para pessoas não relacionadas nas Linhas [31A/01](#) e [31A/02](#).

SERVIÇOS

Deve ser informado o valor da receita com venda, prestação ou fornecimento de serviços.

Os valores referentes a receitas auferidas pelas pessoas jurídicas, inclusive instituições financeiras e companhias seguradoras, a título de comissões, taxas contratuais, multas, e outras receitas vinculadas a operações financeiras ativas, devem ser informados sob esta rubrica.

Conversão em Reais:

O valor da receita bruta de vendas nas exportações de serviços é convertido, em reais, à taxa de câmbio de compra fixada no boletim de abertura pelo Banco Central do Brasil, na data do reconhecimento da receita correspondente, para efeito da legislação do Imposto de Renda.

Linha 31A/04 – Exportações de Serviços para Pessoas Vinculadas

Informar nesta linha o valor total das exportações de serviços efetuadas para pessoas vinculadas ([subitem 23.1](#)), inclusive por intermédio de interposta pessoa.

Atenção:

Se a operação foi praticada com pessoas residentes ou domiciliadas em países com tributação favorecida ou cuja a legislação interna oponha sigilo ([subitem 23.2](#)), o valor da exportação deve ser informado na [Linha 31A/05](#), ainda que se trate de pessoa vinculada ([subitem 23.1](#)) ou que a operação tenha sido efetuada por intermédio de interposta pessoa.

Linha 31A/05 – Exportações de Serviços para Pessoas Residentes em Países com Tributação Favorecida

Informar nesta linha o valor total das exportações de serviços efetuadas para pessoas físicas ou jurídicas, residentes ou domiciliadas em países com tributação favorecida ou cuja a legislação interna oponha sigilo ([subitem 23.2](#)).

Linha 31A/06 – Demais Exportações de Serviços

Informar nesta linha o valor total das demais exportações de serviços para pessoas não relacionadas nas Linhas [31A/04](#) e [31A/05](#).

DIREITOS

Deve ser informado o valor da receita auferida em decorrência de operações que importem alienação a qualquer título, cessão ou promessa de cessão de direitos, inclusive transferência de propriedade de direitos por sucessão.

Conversão em Reais:

O valor da receita bruta de vendas nas exportações de direitos é convertido, em reais, à taxa de câmbio de compra fixada no boletim de abertura pelo Banco Central do Brasil, na data do reconhecimento da receita correspondente, para efeito da legislação do Imposto de Renda.

Linha 31A/07 – Exportações de Direitos para Pessoas Vinculadas

Informar nesta linha o valor total das exportações de direitos efetuadas para pessoas vinculadas ([subitem 23.1](#)), inclusive por intermédio de interposta pessoa.

Atenção:

Se a operação foi praticada com pessoas residentes ou domiciliadas em países com tributação favorecida ou cuja a legislação interna oponha sigilo([subitem 23.2](#)), o valor da exportação deve ser informado na [Linha 31A/08](#), ainda que se trate de pessoa vinculada ([subitem 23.1](#)) ou que a operação tenha sido efetuada por intermédio de interposta pessoa.

Linha 31A/08 – Exportações de Direitos para Pessoas Residentes em Países com Tributação Favorecida

Informar nesta linha o valor total das exportações de direitos efetuadas para pessoas físicas ou jurídicas, residentes ou domiciliadas em países com tributação favorecida ou cuja a legislação interna oponha sigilo ([subitem 23.2](#)).

Linha 31A/09 – Demais Exportações de Direitos

Informar nesta linha o valor total das demais exportações de direitos para pessoas não relacionadas nas Linhas [31A/07](#) e [31A/08](#).

OPERAÇÕES FINANCEIRAS – RECEITAS AUFERIDAS

Consideram-se operações financeiras aquelas decorrentes de contratos – inclusive os de aplicação de recursos - celebrados com pessoas físicas ou jurídicas residentes no exterior, registradas ou não no Banco Central do Brasil, cuja remessa do principal tenha sido conduzida em moeda estrangeira ou por meio de transferência internacional em moeda nacional.

Receitas auferidas correspondem aos juros auferidos em operações financeiras.

Atenção:

As demais receitas auferidas em operações financeiras ativas a título de comissões, taxas contratuais, multas e outras receitas vinculadas devem ser informadas no título "Serviços".

Conversão em Reais

Os juros são calculados com base no valor do direito, expresso na moeda objeto do contrato, convertido em reais pela taxa de câmbio de compra fixada no boletim de abertura do Banco Central do Brasil, para a data do termo final do cálculo dos juros, ou para a data de encerramento do período de apuração (§ 2º do art. 27 e art. 41 da IN SRF nº 243, de 2002).

Linha 31A/10 – Operações não Registradas no Banco Central - Pessoas Vinculadas

Informar nesta linha o valor total dos juros auferidos em operações financeiras não registradas no Banco Central do Brasil, de pessoa vinculada ([subitem 23.1](#)), inclusive por intermédio de interposta pessoa.

Atenção:

1) Se a operação foi celebrada com pessoas residentes ou domiciliadas em países com tributação favorecida ou cuja a legislação interna oponha sigilo ([subitem 23.2](#)), o valor dos juros deve ser informado na [Linha 31A/11](#), ainda que se trate de pessoa vinculada ([subitem 23.1](#)) ou que a operação tenha sido efetuada por intermédio de interposta pessoa.

2) Consideram-se operações financeiras registradas no Banco Central do Brasil aquelas sujeitas ao registro instituído pelo art. 3º da Lei nº 4.131, de 1962, com a redação dada pelo art. 8º da Lei nº 4.595, de 1964 e normas posteriores, a cargo do Departamento de Capitais Estrangeiros e Câmbio (Decec).

Linha 31A/11 – Operações não Registradas no Banco Central - Pessoas Residentes em Países com Tributação

Favorecida

Informar nesta linha o valor total dos juros auferidos de pessoas físicas ou jurídicas, residentes ou domiciliadas em países com tributação favorecida ou cuja a legislação interna oponha sigilo ([subitem 23.2](#)), decorrentes de operações financeiras não registradas no Banco Central do Brasil.

Linha 31A/12 – Operações Registradas no Banco Central - Pessoas Vinculadas

Informar nesta linha o valor total dos juros auferidos em operações financeiras registradas no Banco Central do Brasil de pessoa vinculada ([subitem 23.1](#)), inclusive por intermédio de interposta pessoa.

Atenção:

Se a operação foi celebrada com pessoas residentes ou domiciliadas em países com tributação favorecida ou cuja a legislação interna oponha sigilo ([subitem 23.2](#)), o valor dos juros deve ser informado na [Linha 31A/13](#), ainda que se trate de pessoa vinculada ([subitem 23.1](#)) ou que a operação tenha sido efetuada por intermédio de interposta pessoa.

Linha 31A/13 – Operações Registradas no Banco Central - Pessoas Residentes em Países com Tributação Favorecida

Informar nesta linha o valor total dos juros auferidos de pessoas físicas ou jurídicas, residentes ou domiciliadas em países com tributação favorecida ou cuja a legislação interna oponha sigilo ([subitem 23.2](#)), decorrentes de operações financeiras registradas no Banco Central do Brasil.

Linha 31A/14 – Demais Receitas Auferidas

Informar nesta linha o valor total dos juros auferidos de pessoas, residentes ou domiciliadas no exterior em operações financeiras registradas ou não no Banco Central do Brasil, não relacionadas nas Linhas [31A/10](#), [31A/11](#), [31A/12](#) e [31A/13](#).

Atenção:

Para fins do preenchimento das Linhas [31A/10](#), [31A/11](#), [31A/12](#), [31A/13](#) e 31A/14 são consideradas receitas auferidas os juros auferidos em operações financeiras, consoante apuração contábil, independentemente de seu efetivo ingresso no País. No caso de ocorrência do ingresso, devem ser incluídos os valores conduzidos em moeda estrangeira e/ou por meio de transferência internacional em moeda nacional.

IMPORTAÇÕES/OPERAÇÕES FINANCEIRAS**Valor do Custo de Importação**

O valor das importações é o custo contábil de aquisição, no exterior, de bens, serviços e direitos, nos termos do art. 289 do Decreto nº 3000, de 1999.

Atenção:

A soma das Linhas 31A/15, 31A/16, 31A/18, 31A/19, 31A/21, 31A/22, 31A/24 e 31A/25 deve coincidir com a soma dos campos "Total da Operação" e "Juros" da [Ficha 34](#).

BENS**Conversão em Reais**

O valor expresso em moeda estrangeira, constante dos documentos de importação de bens, é convertido em reais pela taxa de câmbio de venda fixada no boletim de abertura do Banco Central do Brasil, para a data do desembarço aduaneiro.

Linha 31A/15– Importações de Bens de Pessoas Vinculadas

Informar nesta linha o valor total das importações de bens efetuadas de pessoas vinculadas ([subitem 23.1](#)), inclusive por intermédio de interposta pessoa.

Atenção:

Se a operação foi praticada com pessoas residentes ou domiciliadas em países com tributação favorecida ou cuja a legislação interna oponha sigilo ([subitem 23.2](#)), o valor da importação deve ser informado na [Linha 31A/16](#), ainda que se trate de pessoa vinculada ([subitem 23.1](#)) ou que a operação tenha sido efetuada por intermédio de interposta pessoa.

Linha 31A/16 – Importações de Bens de Pessoas Residentes em Países com Tributação Favorecida

Informar nesta linha o valor total das importações de bens efetuadas para pessoas físicas ou jurídicas, residentes ou domiciliadas em países com tributação favorecida ou cuja a legislação interna oponha sigilo ([subitem 23.2](#)).

Linha 31A/17 – Demais Importações de Bens

Informar nesta linha o valor total das demais importações de bens de pessoas não relacionadas nas Linhas [31A/15](#) e [31A/16](#).

SERVIÇOS

Deve ser informado o valor do custo de aquisição de serviços e demais encargos incorridos pelas pessoas jurídicas, inclusive instituições financeiras e companhias seguradoras.

Os valores referentes a encargos incorridos pelas pessoas jurídicas, inclusive instituições financeiras e companhias seguradoras, com comissões, taxas contratuais, multas e outros encargos vinculados a operações financeiras passivas, devem ser informados sob esta rubrica.

Conversão em Reais:

O valor expresso em moeda estrangeira constante dos documentos de contratação dos serviços é convertido em reais, à taxa de câmbio de venda fixada no boletim de abertura pelo Banco Central do Brasil, na data do reconhecimento do custo ou despesa correspondente, para efeito da legislação do Imposto de Renda.

Linha 31A/18 – Importações de Serviços de Pessoas Vinculadas

Informar nesta linha o valor total das importações de serviços que tenham sido efetuados junto a pessoas vinculadas ([subitem 23.1](#)), inclusive por intermédio de interposta pessoa.

Atenção:

Se a operação foi praticada com pessoas residentes ou domiciliadas em países com tributação favorecida ou cuja a legislação interna oponha sigilo ([subitem 23.2](#)), o valor da importação deve ser informado na [Linha 31A/19](#), ainda que se trate de pessoa vinculada ([subitem 23.1](#)) ou que a operação tenha sido efetuada por intermédio de interposta pessoa.

Linha 31A/19 – Importações de Serviços de Pessoas Residentes em Países com Tributação Favorecida

Informar nesta linha o valor total das importações de serviços efetuadas de pessoas físicas ou jurídicas, residentes ou domiciliadas em países com tributação favorecida ou cuja a legislação interna oponha sigilo ([subitem 23.2](#)).

Linha 31A/20 – Demais Importações de Serviços

Informar nesta linha o valor total das demais importações de serviços não relacionadas nas Linhas [31A/18](#) e [31A/19](#).

DIREITOS

Deve ser informado o valor do custo ou despesa incorridos em decorrência de operações que importem aquisição a qualquer título, cessão ou promessa de cessão de direitos, inclusive transferência de propriedade de direitos por sucessão.

Conversão em Reais

O valor expresso em moeda estrangeira constante dos documentos de aquisição de direitos é convertido em reais, à taxa de câmbio de venda fixada no boletim de abertura pelo Banco Central do Brasil, na data do reconhecimento do custo ou despesa correspondente, para efeito da legislação do Imposto de Renda.

Linha 31A/21 – Importações de Direitos de Pessoas Vinculadas

Informar nesta linha o valor total das importações de direitos efetuadas de pessoas vinculadas ([subitem 23.1](#)), inclusive por intermédio de interposta pessoa.

Atenção:

Se a operação foi praticada com pessoas residentes ou domiciliadas em países com tributação favorecida ou cuja a legislação interna oponha sigilo ([subitem 23.2](#)), o valor da importação deve ser informado na [Linha 31A/22](#), ainda que se trate de pessoa vinculada ([subitem 23.1](#)) ou que a operação tenha sido efetuada por intermédio de interposta pessoa.

Linha 31A/22 – Importações de Direitos de Pessoas Residentes em Países com Tributação Favorecida

Informar nesta linha o valor total das importações de direitos efetuadas de pessoas físicas ou jurídicas, residentes ou domiciliadas em países com tributação favorecida ou cuja a legislação interna oponha sigilo ([subitem 23.2](#)).

Linha 31A/23 – Demais Importações de Direitos

Informar nesta linha o valor total das demais importações de direitos não relacionadas nas Linhas [31A/21](#) e [31A/22](#).

OPERAÇÕES FINANCEIRAS – JUROS PAGOS OU CREDITADOS

Consideram-se operações financeiras aquelas decorrentes de contratos – inclusive os de captação de linha de crédito celebrados com pessoas físicas ou jurídicas residentes no exterior, registradas ou não no Banco Central do Brasil, cujo ingresso do principal tenha sido conduzido em moeda estrangeira ou por meio de transferência internacional em moeda nacional.

Os juros pagos ou creditados correspondem aos encargos incorridos em operações financeiras.

Atenção:

Os demais encargos incorridos em operações financeiras passivas a título de comissões, taxas contratuais, multas, e outros custos ou despesas vinculados devem ser informados no título "Serviços".

Conversão em Reais

Os juros são calculados com base no valor da obrigação, expresso na moeda objeto do contrato, convertido em reais, à taxa de câmbio de venda fixada no boletim de abertura pelo Banco Central do Brasil, na data do termo final do cálculo dos juros, ou na data de encerramento do período de apuração (§ 2ª do art. 27 e art. 41 da IN SRF nº 243, de 2002).

Linha 31A/24 – Operações não Registradas no Banco Central - Pessoas Vinculadas

Informar nesta linha o valor total dos juros pagos ou creditados em operações financeiras não registradas no Banco Central do Brasil, com pessoas vinculadas ([subitem 23.1](#)), inclusive por intermédio de interposta pessoa.

Atenção:

- 1) Se a operação foi celebrada com pessoas residentes ou domiciliadas em países com tributação favorecida ou cuja a legislação interna oponha sigilo ([subitem 23.2](#)), o valor dos juros deve ser informado na [Linha 31A/25](#), ainda que se trate de pessoa vinculada ([subitem 23.1](#)) ou que a operação tenha sido efetuada por intermédio de interposta pessoa.
- 2) Consideram-se operações financeiras registradas no Banco Central do Brasil aquelas sujeitas ao registro instituído pelo art. 3ª da Lei nº 4.131, de 1962, com a redação dada pelo art. 8ª da Lei nº 4.595, de 1964 e normas posteriores, a cargo do Departamento de Capitais Estrangeiros e Câmbio (Decec).

Linha 31A/25 – Operações não Registradas no Banco Central - Pessoas Residentes em Países com Tributação Favorecida

Informar nesta linha o valor total dos juros pagos ou creditados a pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas em países com tributação favorecida ou cuja a legislação interna oponha sigilo ([subitem 23.2](#)), decorrentes de operações financeiras não registradas no Banco Central do Brasil.

Linha 31A/26 – Operações Registradas no Banco Central - Pessoas Vinculadas

Informar nesta linha o valor total dos juros pagos ou creditados em operações financeiras registradas no Banco Central do Brasil com pessoas vinculadas ([subitem 23.1](#)), residentes ou domiciliadas no exterior, inclusive por intermédio de interposta pessoa.

Atenção:

Se a operação foi celebrada com pessoas residentes ou domiciliadas em países com tributação favorecida ou cuja a legislação interna oponha sigilo ([subitem 23.2](#)), o valor dos juros deve ser informado na [Linha 31A/27](#), ainda que se trate de pessoa vinculada ([subitem 23.1](#)) ou que a operação tenha sido efetuada por intermédio de interposta pessoa.

Linha 31A/27 – Operações Registradas no Banco Central - Pessoas Residentes em Países com Tributação Favorecida

Informar nesta linha o valor total dos juros pagos ou creditados a pessoas físicas ou jurídicas, residentes ou domiciliadas em países com tributação favorecida ou cuja a legislação interna oponha sigilo ([subitem 23.2](#)), decorrentes de operações financeiras registradas no Banco Central do Brasil.

Linha 31A/28 – Demais Encargos Incorridos

Informar nesta linha o valor total dos demais juros pagos ou creditados a pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no exterior, não relacionados nas Linhas [31A/24](#), [31A/25](#), [31A/26](#) e [31A/27](#), decorrentes de operações financeiras registradas ou não no Banco Central do Brasil.

Atenção:

Para fins do preenchimento das Linhas [31A/24](#), [31A/25](#), [31A/26](#), [31A/27](#) e [31A/28](#) são considerados encargos incorridos os juros pagos ou creditados em operações financeiras, consoante apuração contábil, independentemente de sua efetiva remessa ao exterior. No caso de ocorrência da remessa, devem ser incluídos os valores conduzidos em moeda estrangeira e/ou por meio de transferência internacional em moeda nacional.

OUTRAS INFORMAÇÕES**Linha 31A/29 – Comissões e Corretagens Incorridas na Importação de Mercadorias**

Informar nesta linha o valor total das comissões e corretagens, excetuadas as comissões de compra, pagas ou incorridas no exterior no ano-calendário e relativas a mercadorias importadas (IN SRF nº 16, de 1998, art. 8ª, inciso I, alínea "a"). Entende-se por comissão de compra a remuneração paga ou a pagar pelo importador a seu agente pelos serviços que este presta ao representá-lo, no exterior, na compra de mercadorias (IN SRF nº 16, de 1998, art. 8ª, § 2ª).

Linha 31A/30 – Seguros Incorridos na Importação de Mercadorias

Informar nesta linha o valor total dos seguros pagos ou incorridos no exterior no ano-calendário e contratados para acobertar o transporte, carga, descarga e manuseio de mercadorias importadas (IN SRF nº 16, de 1998, art. 2ª).

Linha 31A/31 – Royalties Incorridos na Importação de Mercadorias

Informar nesta linha o valor total dos royalties e direitos de licença, inclusive direitos autorais, relacionados com mercadoria, pagos ou incorridos no exterior no ano-calendário, quando de sua importação ou quando da venda de mercadoria importada (IN SRF nº16, de 1998, art.8ª, inciso II).

FICHA 31B - Operações com o Exterior - Pessoa Não Vinculada/ Não Interposta Pessoa/ País sem Tributação Favorecida

Esta ficha deve ser preenchida pela pessoa jurídica, inclusive instituição financeira ou companhia seguradora, conforme relacionadas no § 1ª do art. 22 da Lei nº 8.212, de 1991 e no inciso II do art. 14 da Lei nº 9.718, de 1998, tributada pelo lucro real, presumido ou arbitrado, que no ano-calendário tenha:

- a) realizado operações de exportação de bens, serviços e direitos;
- b) realizado operações de importação de bens, serviços e direitos;
- c) auferido receitas financeiras em operações realizadas com pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior;
- d) incorrido em despesas financeiras em operações realizadas com pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior.

EXPORTAÇÕES/OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Valor da Receita de Exportação

O montante considerado como receita de exportação:

- a) de bens é o valor FOB, como tal compreendido o preço da mercadoria ou produto acrescido das despesas regularmente integrantes do preço estipulado;
- b) de serviços ou direitos é o valor da receita decorrente dos serviços prestados ou direitos alienados.

BENS

Conversão em Reais

A conversão da receita de vendas nas exportações de bens, em reais, é efetuada da seguinte forma:

- a) o valor expresso em moeda estrangeira é convertido em reais à taxa de câmbio fixada no boletim de abertura pelo Banco Central do Brasil, para compra, em vigor na data de embarque dos bens para o exterior; (inciso I do art. 22 da IN SRF nº 243, de 2002)
- b) entende-se como data de embarque dos bens para o exterior aquela averbada, no Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex) (IN SRF nº 28, de 1994 e AD SRF nº 124, de 1998) .

Linha 31B/01 - Total de Exportações de Bens

Informar nesta linha o valor total das exportações de bens.

SERVIÇOS

Deve ser informado o valor da receita com venda, prestação ou fornecimento de serviços.

Os valores referentes a receitas auferidas pelas pessoas jurídicas, inclusive instituições financeiras e companhias seguradoras, a título de comissões, taxas contratuais, multas e outras receitas vinculadas a operações financeiras ativas, devem ser informados sob esta rubrica.

Conversão em Reais

O valor da receita de vendas nas exportações de serviços é convertido, em reais, à taxa de câmbio de compra fixada no boletim de abertura pelo Banco Central do Brasil na data do reconhecimento da receita correspondente, para efeito da legislação de Imposto de Renda.

Linha 31B/02 – Total de Exportações de Serviços

Informar nesta linha o valor total das exportações de serviços.

DIREITOS

Deve ser informado o valor receita auferida em decorrência de operações que importem aquisição a qualquer título, cessão ou promessa de cessão de direitos, inclusive transferência de propriedade de direitos por sucessão.

Conversão em Reais

O valor da receita de vendas nas exportações de direitos é convertido, em reais, à taxa de câmbio de compra fixada no boletim de abertura pelo Banco Central do Brasil na data do reconhecimento da receita correspondente, para efeito da legislação de Imposto de Renda.

Linha 31B/03 – Total de Exportações de Direitos

Informar nesta linha o valor total das exportações de direitos.

OPERAÇÕES FINANCEIRAS – RECEITAS AUFERIDAS

Consideram-se operações financeiras aquelas decorrentes de contratos – inclusive os de aplicação de recursos - celebrados com pessoas físicas ou jurídicas residentes no exterior, registradas ou não no Banco Central do Brasil, cuja remessa do principal tenha sido conduzida em moeda estrangeira ou por meio de transferência internacional em moeda nacional.

Receitas auferidas correspondem aos juros auferidos em operações financeiras.

Consideram-se operações financeiras registradas no Banco Central do Brasil aquelas sujeitas ao registro instituído pelo art. 3º da Lei nº 4.131, de 1962, com a redação dada pelo art. 8º da Lei nº 4.595, de 1964 e normas posteriores, a cargo do Departamento de Capitais Estrangeiros e Câmbio (Decec).

Atenção:

As demais receitas auferidas em operações financeiras ativas a título de comissões, taxas contratuais, multas, e outras receitas vinculadas devem ser informadas no título "Serviços".

Conversão em Reais

Os juros são calculados com base no valor do direito, expresso na moeda objeto do contrato, e convertido em reais à taxa de câmbio de compra fixada no boletim de abertura pelo Banco Central do Brasil, na data do termo final do cálculo ou para a data de encerramento do período de apuração (§ 2º do art. 27 e art. 41 da IN SRF nº 243, de 2002).

Linha 31B/04 – Total de Receitas Auferidas de Operações Financeiras

Informar nesta linha o valor total em reais dos juros auferidos de pessoas físicas ou jurídicas residentes no exterior em operações financeiras registradas ou não no Banco Central do Brasil.

Atenção:

Para fins do preenchimento da Linha 31B/04 são consideradas receitas auferidas os juros auferidos em operações financeiras, consoante apuração contábil, independentemente de seu efetivo ingresso no País. No caso de ocorrência do ingresso, devem ser incluídos os valores conduzidos em moeda estrangeira e/ou por meio de transferência internacional em moeda nacional.

IMPORTAÇÕES/OPERAÇÕES FINANCEIRAS**Valor do Custo de Importação**

O valor das importações é o custo contábil de aquisição, no exterior, de bens, serviços e direitos, nos termos do art. 289 do Decreto 3.000, de 1999.

BENS**Conversão em Reais**

O valor expresso em moeda estrangeira, constante dos documentos de importação de bens, é convertido em reais à taxa de câmbio de venda fixada no boletim de abertura do Banco Central do Brasil, na data do desembarço aduaneiro.

Linha 31B/05 – Total de Importações de Bens

Informar nesta linha o valor total das importações de bens.

SERVIÇOS

Deve ser informado o valor do custo de aquisição de serviços e demais encargos incorridos pelas pessoas jurídicas, inclusive instituições financeiras e companhias seguradoras.

Os valores referentes a encargos incorridos com quaisquer comissões, taxas contratuais, multas e outros encargos vinculados a operações financeiras passivas, devem ser informados sob esta rubrica.

Conversão em Reais

O valor expresso em moeda estrangeira constante dos documentos de contratação dos serviços é convertido em reais, à taxa de câmbio de venda fixada no boletim de abertura pelo Banco Central do Brasil, na data do reconhecimento do custo ou despesa correspondente, para efeito da legislação do Imposto de Renda.

Linha 31B/06 - Total de Importações de Serviços

Informar nesta linha o valor total das importações de serviços.

DIREITOS

Deve ser informado o valor do custo ou despesa incorridos em decorrência de operações que importem aquisição a qualquer título, cessão ou promessa de cessão de direitos, inclusive transferência de propriedade de direitos por sucessão.

Conversão em Reais

O valor expresso em moeda estrangeira constante dos documentos de aquisição de direitos é convertido em reais, à taxa de câmbio de venda fixada no boletim de abertura pelo Banco Central do Brasil, na data do reconhecimento do custo ou despesa correspondente, para efeito da legislação do Imposto de Renda.

Linha 31B/07 - Total de Importações de Direitos

Informar nesta linha o valor total das importações de direitos.

OPERAÇÕES FINANCEIRAS – JUROS PAGOS OU CREDITADOS

Consideram-se operações financeiras aquelas decorrentes de contratos – inclusive os de captação de linha de crédito -, celebrados com pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no exterior, registradas ou não no Banco Central do Brasil, cujo ingresso do principal tenha sido conduzido em moeda estrangeira ou por meio de transferência internacional em

moeda nacional.

Os juros pagos ou creditados correspondem aos encargos incorridos em operações financeiras.

Consideram-se operações financeiras registradas no Banco Central do Brasil aquelas sujeitas ao registro instituído pelo art. 3º da Lei nº 4.131, de 1962, com a redação dada pelo art. 8º da Lei nº 4.595, de 1964 e normas posteriores, a cargo do Departamento de Capitais Estrangeiros e Câmbio (Decec).

Atenção:

Os demais encargos incorridos em operações financeiras passivas a título de comissões, taxas contratuais, multas, e outros custos ou despesas vinculados devem ser informados no título "Serviços".

Conversão em Reais

Os juros são calculados com base no valor do direito, expresso na moeda objeto do contrato, convertido em reais pela taxa de câmbio de venda fixada no boletim de abertura do Banco Central do Brasil para a data do termo final do cálculo dos juros, ou para a data de encerramento do período de apuração (§ 2º do art. 27 e art. 41 da IN SRF nº 243, de 2002).

Linha 31B/08 - Total de Encargos Incorridos de Operações Financeiras

Informar nesta linha o valor total em reais dos juros pagos ou creditados a pessoas físicas ou jurídicas residentes no exterior em operações financeiras registradas ou não no Banco Central do Brasil.

Atenção:

Para fins do preenchimento da Linha 31B/08 são considerados encargos incorridos os juros pagos ou creditados em operações financeiras, consoante apuração contábil, independentemente de sua efetiva remessa ao exterior. No caso de ocorrência da remessa, devem ser incluídos os valores conduzidos em moeda estrangeira e/ou por meio de transferência internacional em moeda nacional.

OUTRAS INFORMAÇÕES

Linha 31B/09 – Comissões e Corretagens Incorridas na Importação de Mercadorias

Informar nesta linha o valor total das comissões e corretagens, excetuadas as comissões de compra, pagas ou incorridas no exterior no ano-calendário e relativas a mercadorias importadas (IN SRF nº 16, de 1998, art. 8º, inciso I, alínea "a").

Entende-se por comissão de compra a remuneração paga ou a pagar pelo importador a seu agente pelos serviços que este presta ao representá-lo, no exterior, na compra de mercadorias (IN SRF nº 16, de 1998, art. 8º, § 2º).

Linha 31B/10 – Seguros Incorridos na Importação de Mercadorias

Informar nesta linha o valor total dos seguros pagos ou incorridos no exterior no ano-calendário e contratados para acobertar o transporte, carga, descarga e manuseio de mercadorias importadas (IN SRF nº 16, de 1998, art. 2º).

Linha 31B/11 – Royalties Incorridos na Importação de Mercadorias

Informar nesta linha o valor total dos royalties e direitos de licença, inclusive direitos autorais, relacionados com mercadoria, pagos ou incorridos no exterior no ano-calendário, quando de sua importação ou quando da venda de mercadoria importada (IN SRF nº 16, de 1998, art. 8º, inciso II).

FICHA 32 - Operações com o Exterior - Exportações (Entradas de Divisas)

Esta ficha deve ser preenchida pela pessoa jurídica, inclusive instituição financeira ou companhia seguradora conforme relacionadas no § 1º do art. 22, da Lei nº 8.212, de 1991 e no inciso II do art. 14 da Lei nº 9.718, de 1998, tributada pelo lucro real, presumido ou arbitrado, que tenha realizado no ano-calendário exportação de bens, serviços, direitos ou auferido receitas financeiras em operações efetuadas com pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior, considerada pela legislação brasileira:

a) pessoa vinculada ([subitem 23.1](#));

b) pessoa residente ou domiciliada em países com tributação favorecida ou cuja a legislação interna oponha sigilo relativo à composição societária de pessoas jurídicas ou a sua titularidade ([subitem 23.2](#)).

Esta ficha também deve ser preenchida pela pessoa jurídica, inclusive instituição financeira ou companhia seguradora, que realizar as operações acima referidas por intermédio de interposta pessoa (§ 5º do art. 2º da IN SRF nº 243, de 2002).

Atenção:

1) São considerados países com tributação favorecida ou cuja a legislação interna oponha sigilo relativo à composição societária de pessoas jurídicas ou a sua titularidade ([subitem 23.2](#)) os países ou dependências discriminados na Instrução Normativa SRF nº 188, de 2002.

2) As verificações dos preços de transferências serão efetuadas por períodos anuais, exceto nas hipóteses de início e encerramento de atividades e de suspeita de fraudes (art. 41 da IN SRF nº 243, de 2002).

Esta ficha é composta por: Área de Entrada de Dados, Grade e Botões, que serão acionados para incluir, excluir ou alterar informações anteriormente prestadas.

A inclusão de uma operação deve ser feita na área de entrada, localizada na parte superior da tela.

A ficha contempla 50 operações. Para seu preenchimento, a pessoa jurídica deve, ainda, observar as seguintes instruções:

a) informar, em reais, em ordem decrescente de valor, as 49 maiores operações de exportações (entrada de

divisas), realizadas no ano-calendário. As operações excedentes à 49ª são somadas como se fossem uma única e informadas como sendo a 50ª operação, sob a rubrica "Não Especificadas" na Caixa de Combinação "Exportações";

b) quando, ao listar as operações de vendas ao exterior, o valor alcançado totalizar pelo menos 80 % do total das exportações, a soma dos valores das demais transações é agrupada como se fosse uma única operação, sob a rubrica "Não Especificadas";

c) em qualquer uma das situações anteriores, apenas uma linha deve ser preenchida com transações consolidadas na operação "Não Especificadas";

d) ao incluir uma determinada operação, recomenda-se incluir imediatamente os seus contratantes na [Ficha 33](#). Se a pessoa jurídica optar pelo preenchimento da [Ficha 33](#) somente após a inclusão de todas as operações, deve proceder da seguinte forma:

- selecionar a operação, na Ficha 32 e incluir os contratantes na [Ficha 33](#);

- retornar a Ficha 32, selecionar a próxima operação, informando na [Ficha 33](#) os seus contratantes e assim sucessivamente até a inclusão dos contratantes da última operação.

Os campos desta ficha devem ser preenchidos conforme orientações prestadas a seguir.

A) EXPORTAÇÕES

Ao acionar este campo, a pessoa jurídica deve assinalar o tipo de operação realizada, a saber:

- **Bens;**
- **Serviços;**
- **Direitos;**
- **Operações Financeiras**, ou
- **Não Especificadas.**

Considera-se "Exportação" (de bens, serviços, direitos) e/ou "Operações Financeiras", o total de transações de mesma natureza efetuadas durante o ano-calendário.

São consideradas transações de mesma natureza aquelas cujos bens, serviços ou direitos negociados apresentem as mesmas especificações no campo "Descrição".

Para cada tipo de operação (bens, serviços, direitos, financeiras ou "não especificadas") declarada nesta ficha, a pessoa jurídica deve informar na [Ficha 33](#) – "Operações com o Exterior – Contratantes das Exportações" - os 30 (trinta) principais contratantes no exterior, por ordem decrescente do "Valor da Operação".

O campo "Exportações" é habilitado para que se selecione o tipo de transação ou conjunto de transações a serem incluídas. Os campos "Código NCM", "Quantidade" e "Unidade de Medida" somente são habilitados para informar exportação de "Bens".

Quando se tratar de "Operações Financeiras", somente são habilitados os campos "Valor do Ajuste", "Juros", "Taxa Juros Mínima", "Taxa Juros Máxima", "Código CNC" e "Moeda", independentemente da natureza da pessoa jurídica.

Os campos "Total da Operação", "Descrição", "Código NCM", "Quantidade", "Unidade de Medida", "Método", "Preço Parâmetro" e "Preço Praticado" não são habilitados quando selecionada a opção "Operações Financeiras".

Quando se tratar de operação "Não Especificadas", somente são habilitados os campos "Total da Operação" e "Valor do Ajuste".

Exemplo:

A pessoa jurídica efetuou as seguintes operações de exportações/financeiras, no ano-calendário:

Operações Realizadas

Data	Descrição	Valor em Reais (R\$)
20/01	Automóvel ABC, 2.0	2.000.000,00
15/02	Juros sobre empréstimos concedidos	500.000,00
15/03	Juros sobre empréstimos concedidos	500.000,00
18/03	Serviços de assistência técnica	1.000.000,00
25/03	Automóvel ABC, 2.0	600.000,00
15/04	Juros sobre empréstimos concedidos	500.000,00
26/04	Serviços de propaganda e publicidade	500.000,00
27/04	Direitos de exploração de minérios	450.000,00
15/11	Automóvel ABC, 1.6	900.000,00
15/11	Automóvel XYZ, 1.6	300.000,00
29/12	Automóvel XYZ, 1.0	150.000,00
29/12	Pára-choque do automóvel ABC, 2.0	200.000,00
29/12	Vidro do automóvel ABC, 2.0	300.000,00
29/12	Limpador de pára-brisa do automóvel XYZ, 1.6	250.000,00
29/12	Automóvel XYZ, 1.6	120.000,00

As operações devem ser incluídas na seguinte seqüência:

Exportação	Descrição:	Valor Total: R\$
1.Bens	Automóvel ABC 2.0	2.600.000,00

2.Operações Financeiras	Juros sobre empréstimos concedidos	1.500.000,00
3.Serviços	Serviços de assistência técnica	1.000.000,00
4.Bens	Automóvel ABC 1.6	900.000,00
5.Serviços	Propaganda e publicidade	500.000,00
6.Direitos	Direitos de exploração de minérios	450.000,00

E assim até a 49ª operação ou até completar pelo menos 80 % do valor total das exportações.

Exportação	Descrição:	Valor Total: R\$ Somar o valor total das demais operações
50.Não Especificadas	Não há	

B) EXPORTAÇÃO: Bens, Serviços e Direitos

1) Total da Operação

Informar, em reais, para cada operação incluída o valor correspondente ao total de transações da mesma natureza realizadas durante o ano-calendário.

Atenção:

São consideradas transações de mesma natureza aquelas cujos bens, serviços ou direitos negociados apresentem as mesmas especificações no campo "Descrição".

2) Descrição

Agrupar os bens, serviços ou direitos idênticos, descrevendo cada grupo de modo a permitir a sua perfeita identificação, informando elementos, tais como: marca, tipo, modelo, espécie, etc.

3) Código NCM

Informar o código NCM constante do respectivo registro de exportação, quando o tipo de operação for "Bens".

4) Quantidade

Informar neste campo a quantidade total dos bens da mesma natureza exportados.

5) Unidade de Medida

Ao acionar esta Caixa de Combinação, a pessoa jurídica deve selecionar dentre as opções aquela que corresponde à unidade de medida comercial dos bens exportados, tais como: dúzia, grama, litro, metro etc.

6) Operação Sujeita ao Arbitramento de Preço de Transferência ([subitem 23.9](#))

O campo deve ser assinalado, caso o preço médio de venda do bem, serviço ou direito das exportações efetuadas durante o respectivo período de apuração da base de cálculo do imposto de renda, for inferior a noventa por cento do preço médio praticado na venda do mesmo bem, serviço ou direito no mercado brasileiro, durante o mesmo período, em condições de pagamento semelhante.

Atenção:

Caso a pessoa jurídica não efetue operações de venda no mercado interno, a determinação dos preços médios é efetuada com dados de outras empresas que pratiquem a venda de bens, serviços ou direitos, idênticos ou similares, no mercado interno (§ 2º, art. 14, IN SRF nº 243, de 2002). ([subitem 23.9](#))

7) Método ([subitem 23.5](#))

A pessoa jurídica deve assinalar o método utilizado na determinação do "Preço Parâmetro":

PVEx – Método do Preço de Venda nas Exportações (inciso I do § 3º do art. 19 da Lei nº 9.430, de 1996);

PVA – Método do Preço de Venda por Atacado no País de Destino Diminuído do Lucro (inciso II do § 3º do art. 19 da Lei nº 9.430, de 1996);

PVV – Método do Preço de Venda a Varejo no País de Destino Diminuído do Lucro (inciso III do § 3º do art. 19 da Lei nº 9.430, de 1996);

CAP – Método do Custo de Aquisição ou de Produção mais Tributos e Lucro (inciso IV do § 3º da Lei nº 9.430, de 1996).

8) Preço Parâmetro

A pessoa jurídica deve informar, neste campo o preço médio ponderado de vendas nas exportações dos bens, serviços ou direitos, apurado no ano-calendário, conforme os métodos ([subitem 23.5](#)) estabelecidos nos arts. 23 a 26 da IN SRF nº 243, de 2002.

9) Preço Praticado

A pessoa jurídica deve informar, neste campo, o preço médio ponderado de venda nas exportações dos bens, serviços ou direitos, praticado no ano-calendário.

10) Valor do Ajuste

A pessoa jurídica deverá indicar o valor do ajuste, determinado em conformidade com os arts. 19 a 22 da IN SRF nº 243, de 2002. ([subitem 23.4](#) e [subitem 23.10](#))

A parcela das receitas de exportações para pessoas vinculadas ([subitem 23.1](#)), calculada com base nos métodos, que

exceder aos valores já apropriados na escrituração da empresa deve ser adicionada ao lucro líquido, para determinação do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido.

C) OPERAÇÕES FINANCEIRAS

1) Juros

Informar em reais o valor total dos juros auferidos em operações financeiras não sujeitas ao registro no Banco Central do Brasil, durante o ano-calendário.

Esse valor total deve ser consolidado consoante os códigos de natureza-fato de operação constantes da Consolidação das Normas Cambiais (CNC), editada pelo Banco Central do Brasil.

Atenção:

A pessoa jurídica financeira e seguradora, deve informar, neste campo, o montante total dos juros auferidos em operações financeiras não sujeitas ao registro no Banco Central do Brasil de pessoas vinculadas ([subitem 23.1](#)), inclusive por intermédio de interposta pessoa ou de pessoas residentes ou domiciliadas em países com tributação favorecida ou cuja a legislação interna oponha sigilo ([subitem 23.2](#)).

2) Taxa de Juros Mínima

Informar neste campo a menor taxa praticada em operação financeira, realizada no ano-calendário.

3) Taxa de Juros Máxima

Informar neste campo a maior taxa praticada em operação financeira, realizada no ano-calendário.

4) Valor do Ajuste

A pessoa jurídica deve indicar o valor do ajuste, determinado em conformidade com o art. 27 da IN SRF nº 243, de 2002. Se a receita financeira for inferior ao valor calculado com base na taxa Libor, para depósito em dólares pelo prazo de seis meses, acrescida de 3% anuais, a título de spread, proporcionalizadas em função do período a que se referir os juros, a diferença deve ser adicionada ao lucro real e à base de cálculo da CSLL.

Os ajustes devem ser oferecidos à tributação de acordo com o regime fiscal a que se submete cada pessoa jurídica.

5) Código CNC

A pessoa jurídica deve informar dentre os códigos de natureza-fato, transcritos da rubrica Rendas de Capitais do Capítulo 1, Título 14 ou Capítulo 2, Título 22 da Consolidação das Normas Cambiais (CNC), aquele sob o qual se classificariam os juros auferidos – para fins da legislação cambial - na hipótese de ingresso no País.

TABELA DE CÓDIGOS DA CONSOLIDAÇÃO DAS NORMAS CAMBIAIS (CNC).

Código	Descrição
35109	Encargos acessórios incidentes sobre o endividamento externo – comissões sobre operações de empréstimos e financiamentos
35123	Encargos acessórios incidentes sobre o endividamento externo – outros
35532	Juros de financiamento à exportação de bens e serviços – outros – descontos de cambiais
35549	Juros de financiamento à exportação de bens e serviços – outros – créditos utilizados
35556	Juros de pagamento antecipado sobre exportações
35563	Juros de financiamento à exportação de bens e serviços – FINEX – descontos de cambiais
35570	Juros de financiamento à exportação de bens e serviços – FINEX – créditos utilizados
35587	Juros de financiamento à exportação de bens e serviços – FINEX – equalização de taxas
35666	Juros de mora
35673	Juros de mora sobre depósitos sob a resolução 1564 / circular 1422
35680	Juros sobre contas de depósito
35697	Juros s/descobertos em conta corrente
35714	Juros de mora sobre depósitos sob a resolução 1564 / circular 1686
35738	Juros de títulos mobiliários brasileiros – outros
35783	Juros de títulos mobiliários estrangeiros – outros
35800	Juros de transações especiais – "general account"
35817	Juros de transações especiais – "special drawing account"
35824	Juros de transações especiais – outras
35848	Juros de financiamento à exportação de bens e serviços – PROEX – créditos utilizados
35855	Juros de financiamento à exportação de bens e serviços – PROEX – descontos de cambiais
35862	Juros de financiamento à exportação de bens e serviços – PROEX – equalização de taxas
35879	Juros de financiamento à exportação de bens e serviços – BNDES – EXIM
35886	Juros de financiamento à exportação de bens e serviços – recursos próprios
35903	Juros sobre arrendamentos
35965	Juros sobre créditos utilizados – outros
38508	Outros juros contratuais (inclui multas)
38663	Juros bancários

Atenção:

No caso de recursos não ingressados no País, o enquadramento se faz, consoante apuração contábil, como se ingressados fossem. Tendo ocorrido a efetiva entrada, esses valores são de igual modo classificados, independentemente do instrumento de formalização cambial utilizado no Banco Central do Brasil: contrato de câmbio (moeda estrangeira) e/ou transferência internacional em moeda nacional.

6) Moeda

Ao acionar esta Caixa de Combinação a pessoa jurídica deve selecionar, dentre as opções, a moeda de negociação.

D) EXPORTAÇÕES: NÃO ESPECIFICADAS

1) Total da Operação

Informar neste campo o somatório das operações não informadas nos 49 campos referentes as maiores operações, ou se for o caso, a soma do valor excedente a pelo menos 80% do total das exportações efetuadas no ano-calendário.

2) Valor do Ajuste

A pessoa jurídica deve indicar o somatório dos ajustes efetuados, referentes ao total das operações consolidadas no campo "Total da Operação". ([subitem 23.4](#) e [subitem 23.10](#))

FICHA 33 - Operações com o Exterior - Contratantes das Exportações

Esta ficha é habilitada ao se incluir cada operação na [Ficha 32](#).

Para cada operação incluída na [Ficha 32](#), a pessoa jurídica deve informar, em ordem decrescente de valor, até 30 (trinta) pessoas vinculadas ([subitem 23.1](#)), domiciliadas em países com tributação favorecida ou cuja legislação interna oponha sigilo ([subitem 23.2](#)), ou interposta pessoa, que sejam contratantes de exportações ou operações financeiras.

Os campos **Número de Ordem**, **Exportações**, **Descrição**, **Total da Operação/Juros** e **Código NCM/CNC** são preenchidos automaticamente pelo PGD DIPJ, com os dados informados na [Ficha 32](#).

A pessoa jurídica deve preencher os seguintes campos:

1) Nome da Pessoa (Jurídica/Física)

Indicar nesta coluna o nome ou razão social da pessoa física ou jurídica contratante da transação, que seja domiciliada no exterior.

2) País

Informar o país onde a pessoa física ou jurídica contratante, no exterior, é domiciliada.

3) Valor da Operação

Informar os valores das transações que compõem cada operação inserida na [Ficha 32](#), agrupados por pessoa física ou jurídica contratante, desde que destinadas ao mesmo país.

4) Condição da Pessoa Envolvida na Operação

Assinalar se a pessoa física ou jurídica contratante é:

- **Considerada Vinculada** ([subitem 23.1](#));
- **Interposta Pessoa – Transação com Vinculada**; ou
- **Residente/Domiciliada em País com Tributação Favorecida** ([subitem 23.2](#)).

FICHA 34 - Operações com o Exterior - Importações (Saídas de Divisas)

Esta ficha deve ser preenchida pela pessoa jurídica, inclusive instituição financeira ou companhia seguradora, conforme relacionadas no § 1º do art. 22, da Lei nº 8.212, de 1991 e no inciso II do art. 14 da Lei nº 9.718, de 1998, tributada pelo lucro real, presumido ou arbitrado, que tenha realizado no ano-calendário importação de bens, serviços, direitos ou incorrido em despesas financeiras em operações efetuadas com pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior, considerada pela legislação brasileira:

- a) pessoa vinculada ([subitem 23.1](#));
- b) pessoa residente ou domiciliada em países com tributação favorecida ou cuja a legislação interna oponha sigilo relativo à composição societária de pessoas jurídicas ou a sua titularidade ([subitem 23.2](#)).

Esta ficha também deve ser preenchida pela pessoa jurídica, inclusive instituição financeira ou companhia seguradora, que realizar as operações acima referidas por intermédio de interposta pessoa (§ 5º do art. 2º da IN SRF nº 243, de 2002).

Atenção:

- 1) São considerados países com tributação favorecida ou cuja a legislação interna oponha sigilo relativo à composição societária de pessoas jurídicas ou a sua titularidade ([subitem 23.2](#)), os países ou dependências discriminados na Instrução Normativa SRF nº 188, de 2002.
- 2) As verificações dos preços de transferência são efetuadas por períodos anuais, exceto nas hipóteses de início e encerramento de atividades e de suspeita de fraudes (art. 41 da IN SRF nº 243, de 2002).

Esta ficha é composta por: Área de Entrada de Dados, Grade e Botões, que são acionados para incluir, excluir ou alterar informações anteriormente prestadas.

A inclusão de uma operação deve ser feita na área de entrada, localizada na parte superior da tela.

A ficha contempla 50 operações. Para seu preenchimento, a pessoa jurídica deve, ainda, observar as seguintes instruções:

- a) informar em reais em ordem decrescente de valor as 49 maiores operações de importação (saída de divisas), realizadas no ano-calendário. As operações excedentes à 49ª devem ser somadas como se fossem uma única e informadas como sendo a 50ª operação, sob a rubrica "Não Especificadas" na Caixa de Combinação "Importações";

- b) quando, ao listar as operações de compras do exterior, o valor alcançado totalizar pelo menos 80% do total das importações, a soma dos valores das demais transações deve ser agrupada como se fosse uma única operação, sob a rubrica "Não Especificadas";
- c) em qualquer uma das situações anteriores, apenas uma linha deve ser preenchida com transações consolidadas na operação "Não Especificadas";
- d) ao incluir uma determinada operação, recomenda-se incluir imediatamente os seus contratantes na [Ficha 35](#). Se a pessoa jurídica optar pelo preenchimento da [Ficha 35](#), somente após a inclusão de todas as operações, deve proceder da seguinte forma:
- selecionar a operação, na Ficha 34 e incluir os contratantes na [Ficha 35](#);
 - retornar a Ficha 34, selecionar a próxima operação, informando na [Ficha 35](#) os seus contratantes e assim sucessivamente até a inclusão dos contratantes da última operação.
- Os campos desta ficha devem ser preenchidos conforme orientações prestadas a seguir.

A) IMPORTAÇÕES

Ao acionar este campo, a pessoa jurídica deve assinalar o tipo de operação realizada:

- **Bens;**
- **Serviços;**
- **Direitos;**
- **Operações Financeiras, ou**
- **Não Especificadas.**

Considera-se "Importação" (de bens, serviços, direitos) e/ou "Operações Financeiras", o total de transações de mesma natureza efetuadas durante o ano-calendário.

São consideradas transações de mesma natureza aquelas cujos bens, serviços ou direitos negociados apresentarem as mesmas especificações no campo "Descrição".

Para cada tipo de operação (bens, serviços, direitos, financeiras ou "não especificadas") declarada nesta ficha, a pessoa jurídica deve informar na [Ficha 35](#) – "Operações com o Exterior – Contratantes das Importações" - os 30 (trinta) principais contratantes no exterior, por ordem decrescente do valor de "Importação".

O campo "Importações" é habilitado para que se selecione o tipo de transação ou conjunto de transações a serem incluídas. Os campos "Código NCM", "Quantidade" e "Unidade de Medida" somente são habilitados para informar importação de "Bens".

Quando se tratar de "Operações Financeiras", somente são habilitados os campos "Valor do Ajuste", "Juros", "Taxa Juros Mínima", "Taxa Juros Máxima", "Código CNC" e "Moeda", independentemente da natureza da pessoa jurídica.

Os campos "Total da Operação", "Descrição", "Código NCM", "Quantidade", "Unidade de Medida", "Método", "Preço Parâmetro" e "Preço Praticado" não são habilitados quando selecionada a opção "Operações Financeiras".

Quando se tratar de operação "Não Especificadas", somente são habilitados os campos "Total da Operação" e "Valor do Ajuste".

Exemplo:

A pessoa jurídica efetuou as seguintes operações de importação/financeira, no ano-calendário:

Operações Realizadas

Data	Descrição	Valor em Reais (R\$)
20/01	Automóvel ABC, 2.0	2.000.000,00
15/02	Juros sobre empréstimos obtidos	500.000,00
15/03	Juros sobre empréstimos obtidos	500.000,00
18/03	Serviços de assistência técnica	1.000.000,00
25/03	Automóvel ABC, 2.0	600.000,00
15/04	Juros sobre empréstimos obtidos	500.000,00
26/04	Serviços de propaganda e publicidade	500.000,00
27/04	Direitos de exploração de minérios	450.000,00
15/11	Automóvel ABC, 1.6	900.000,00
15/11	Automóvel XYZ, 1.6	300.000,00
29/12	Automóvel XYZ, 1.0	150.000,00
29/12	Pára-choque do automóvel ABC, 2.0	200.000,00
29/12	Vidro do automóvel ABC, 2.0	300.000,00
29/12	Limpador do pára-brisa do automóvel XYZ, 1.6	250.000,00
29/12	Automóvel XYZ, 1.6	120.000,00

As operações devem ser incluídas na seguinte seqüência:

Importação	Descrição:	Valor Total: R\$
1.Bens	Automóvel ABC 2.0	2.600.000,00
2.Operações Financeiras	Juros sobre empréstimos obtidos	1.500.000,00
3.Serviços	Serviços de assistência técnica	1.000.000,00

4.Bens	Automóvel ABC 1.6	900.000,00
5.Serviços	Propaganda e publicidade	500.000,00
6.Direitos	Direitos de exploração de minérios	450.000,00

E assim até a 49ª operação ou até completar pelo menos 80 % do valor total das importações.

Exportação	Descrição:	Valor Total: R\$ Somar o valor total das demais operações
50 Não Especificadas	Não há	

B) IMPORTAÇÃO: Bens, Serviços e Direitos.

1) Total da Operação

Informar em reais para cada operação incluída o valor correspondente ao total de transações de mesma natureza realizadas durante o ano-calendário.

Atenção:

São consideradas transações de mesma natureza aquelas cujos bens, serviços ou direitos negociados apresentarem as mesmas especificações no campo "Descrição".

2) Descrição

Agrupar os bens, serviços ou direitos idênticos, descrevendo cada grupo de modo a permitir a sua perfeita identificação, informando elementos, tais como: marca, tipo, modelo, espécie, etc.

3) Código NCM

Informar o código NCM constante do respectivo registro de importação, quando o tipo de operação for "Bens".

4) Quantidade

Informar neste campo a quantidade total dos bens da mesma natureza importados.

5) Unidade de Medida

Ao acionar esta Caixa de Combinação, a pessoa jurídica deve selecionar dentre as opções aquela que corresponde à unidade de medida comercial dos bens importados, tais como: dúzia, grama, litro, metro etc.

6) Método ([subitem 23.7](#))

A pessoa jurídica deve assinalar o método utilizado na determinação do "Preço Parâmetro", a saber:
 PIC – Método dos Preços Independentes Comparados (inciso I do art. 18 da Lei nº 9.430, de 1996);
 PRL 20% – Método do Preço de Revenda menos Lucro – Revenda (item "2" da alínea "d" do inciso II do art. 18 da Lei nº 9.430, de 1996, com a redação dada pelo art. 2º da Lei nº 9.959, de 2000 e IN SRF nº 243 de 2002);
 PRL 60% – Método do Preço de Revenda menos Lucro – Produção (item "1" da alínea "d" do inciso II do art. 18 da Lei nº 9.430, de 1996, com a redação dada pelo art. 2º da Lei nº 9.959, de 2000 e IN SRF nº 243 de 2002);
 CPL – Método do Custo de Produção mais Lucro (inciso III do art. 18 da Lei nº 9.430, de 1996).

Atenção:

O método do Preço de Revenda menos Lucro mediante a utilização da margem de lucro de 20% somente é aplicado nas hipóteses em que não haja agregação de valor no País ao custo dos bens, serviços ou direitos importados, configurando, assim, simples processo de revenda dos mesmos bens, serviços ou direitos importados.

7) Preço Parâmetro

A pessoa jurídica deve informar, neste campo o preço médio ponderado de aquisição nas importações dos bens, serviços ou direitos, apurado no ano-calendário, conforme um os métodos ([subitem 23.7](#)) estabelecidos nos arts. 8º a 13 da IN SRF nº 243, de 2002.

8) Preço Praticado

A pessoa jurídica deve informar, neste campo, o preço médio ponderado de aquisição nas importações dos bens, serviços ou direitos, praticado no ano-calendário.

9) Valor do Ajuste

A pessoa jurídica deve indicar o valor do ajuste, determinado em conformidade com os arts. 4º e 5º da IN SRF nº 243, de 2002. ([subitem 23.11](#) e [subitem 23.4](#))

Quando se tratar de encargos de depreciação ou amortização dos bens e direitos a dedutibilidade do encargo, para fins de apuração do lucro real e da CSLL, fica limitada, em cada período de apuração, ao montante calculado com base no preço determinado por um dos métodos.

A partir do ano calendário de 2002, com a edição do art. 46 da Medida Provisória nº 66, de 29 de agosto de 2002 e parágrafos 1º a 4º do art. 5º da IN SRF nº 243, de 2002, nos casos de apuração de excesso de custo de aquisição de bens, direitos e serviços, importados de empresas vinculadas e que seja considerado indedutível na determinação do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido, apurado na forma do art. 18 da Lei nº 9.430, de 1996, a

pessoa jurídica deve ajustar o excesso de custo, determinado por um dos métodos previstos na legislação, no encerramento do período de apuração, contabilmente, por meio de lançamento a débito de conta de resultados acumulados e a crédito de: I - conta do ativo onde foi contabilizada a aquisição dos bens, direitos ou serviços e que permanecerem ali registrados ao final do período de apuração; ou

II - conta própria de custo ou de despesa do período de apuração, que registre o valor dos bens, direitos ou serviços, no caso desses ativos já terem sido baixados da conta de ativo que tenha registrado a sua aquisição.

No caso de bens classificáveis no ativo permanente e que tenham gerado quotas de depreciação, amortização ou exaustão, no ano calendário da importação, o valor do excesso de preço de aquisição na importação deve ser creditado na conta de ativo em cujas quotas tenham sido debitadas, em contrapartida à conta de resultados acumulados.

Os ajustes devem ser oferecidos à tributação de acordo com o regime fiscal a que se submete cada pessoa jurídica.

Atenção:

Caso a pessoa jurídica opte por adicionar, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, o valor do excesso apurado em cada período de apuração somente por ocasião da realização por alienação ou baixa a qualquer título do bem, direito ou serviço adquirido, o valor total do excesso apurado no período de aquisição deve ser excluído do patrimônio líquido, para fins de determinação da base de cálculo dos juros sobre o capital próprio, de que trata o art. 9^a da Lei nº 9.249, de 1995. Nesta hipótese, a pessoa jurídica deve registrar o valor total do excesso de preço de aquisição em subconta própria da que registre o valor do bem, serviço ou direito adquirido no exterior.

C) OPERAÇÕES FINANCEIRAS**1) Juros**

Informar em reais o valor total dos juros pagos ou creditados em operações financeiras não sujeitas ao registro no Banco Central do Brasil, durante o ano-calendário.

Esse valor total deve ser consolidado consoante os códigos de natureza-fato de operação constantes da Consolidação das Normas Cambiais (CNC), editada pelo Banco Central do Brasil.

Atenção:

A pessoa jurídica financeira e seguradora, deve informar, neste campo, o montante total dos juros pagos ou creditados em operações financeiras não sujeitas ao registro no Banco Central do Brasil de pessoas vinculadas ([subitem 23.1](#)), inclusive por intermédio de interposta pessoa, ou de pessoas residentes ou domiciliadas em países com tributação favorecida ou cuja a legislação interna oponha sigilo ([subitem 23.2](#)).

2) Taxa de Juros Mínima

Informar, neste campo, a menor taxa praticada em operação financeira, realizada no ano-calendário.

3) Taxa de Juros Máxima

Informar, neste campo, a maior taxa praticada em operação financeira, realizada no ano-calendário.

4) Valor do Ajuste

A pessoa jurídica deve indicar o valor do ajuste, determinado em conformidade com o art. 27 da IN SRF nº 243, de 2002. O valor do encargo que exceder o calculado com base na taxa Libor, para depósito em dólares pelo prazo de seis meses, acrescida de 3% anuais, a título de spread, proporcionalizadas em função do período a que se referir os juros, deve ser adicionado ao lucro real e à base de cálculo da CSLL.

Nos casos de apuração de excesso de despesas com juros passivos em operações sujeitas ao controle de preço de transferência e que seja considerado indedutível na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, apurado na forma do art. 18 da Lei nº 9.430, de 1996, a pessoa jurídica deve ajustar o excesso da despesa, determinado conforme o art. 27 da IN SRF nº 243, de 2002, no encerramento do período de apuração, contabilmente, por meio de lançamento a débito de conta de resultados acumulados e a crédito de conta própria da despesa do período de apuração no caso dessas operações já terem sido realizadas pelo regime de competência.

Os ajustes devem ser oferecidos à tributação de acordo com o regime fiscal a que se submete cada pessoa jurídica.

5) Código CNC

A pessoa jurídica deve informar dentre os códigos de natureza-fato, transcritos da rubrica Rendas de Capitais do Capítulo 1, Título 14 ou Capítulo 2, Título 22 da Consolidação das Normas Cambiais (CNC), aquele sob o qual se classificam os juros auferidos – para fins da legislação cambial - na hipótese de ingresso no País.

Esses códigos estão disponíveis na Tabela de códigos da Consolidação das Normas Cambiais (CNC) reproduzida nas instruções de preenchimento da [Ficha 32](#).

Atenção:

No caso dos recursos não terem sido enviados ao exterior, o enquadramento se faz, consoante apuração contábil, como se remetidos fossem. Tendo ocorrido a efetiva remessa, esses valores são de igual modo classificados, independentemente do instrumento de formalização cambial utilizado no Banco Central do Brasil: contrato de câmbio e/ou transferência internacional em moeda nacional.

6) Moeda

Ao acionar esta Caixa de Combinação, a pessoa jurídica deve selecionar dentre as opções a moeda de negociação.

D) IMPORTAÇÕES: NÃO ESPECIFICADAS

1) Total da Operação

Informar, neste campo, o somatório das operações não informadas nos 49 campos referentes as maiores operações, ou se for o caso, a soma do valor excedente a pelo menos 80% do total das importações efetuadas no ano-calendário.

2) Valor do Ajuste

A pessoa jurídica deve indicar o somatório dos ajustes efetuados, referentes ao total das operações consolidadas no campo "Total da Operação". ([subitem 23.11](#) e [subitem 23.4](#))

FICHA 35 - Operações com o Exterior - Contratantes das Importações

Esta ficha é habilitada ao se incluir cada operação na [Ficha 34](#).

Para cada operação incluída na [Ficha 34](#), a pessoa jurídica deve informar, em ordem decrescente de valor, até 30 (trinta) pessoas vinculadas ([subitem 23.1](#)), domiciliadas em países com tributação favorecida ou cuja a legislação oponha ([subitem 23.2](#)), ou interposta pessoa, que sejam contratantes das importações ou operações financeiras.

Os campos **Número de Ordem**, **Importações**, **Descrição**, **Total da Operação/Juros** e **Código NCM/CNC** são preenchidos automaticamente pelo PGD, com os dados informados na [Ficha 34](#).

A pessoa jurídica deve preencher os seguintes campos:

1) Nome da Pessoa (Jurídica/Física)

Indicar nesta coluna o nome ou razão social da pessoa física ou jurídica contratante da transação, que seja domiciliada no exterior.

2) País

Informar o país onde a pessoa física ou jurídica contratante, no exterior, é domiciliada.

3) Valor da Operação

Informar os valores das transações - que compõem cada operação inserida na [Ficha 34](#) - agrupados por pessoa física ou jurídica contratante, desde que originadas do mesmo país.

4) Condição da Pessoa Envolvida na Operação

Assinalar se a pessoa física ou jurídica contratante é:

- **Considerada Vinculada** ([subitem 23.1](#));
- **Interposta Pessoa – Transação com Vinculada**; ou
- **Residente/Domiciliada em País com Tributação Favorecida** ([subitem 23.2](#)).

16.3 - PARTICIPAÇÕES NO EXTERIOR

[FICHA 36 - Participações no Exterior](#)

[FICHA 37 - Participações no Exterior - Resultado do Período-Base](#)

FICHA 36 - Participações no Exterior

Esta ficha deve ser preenchida pela pessoa jurídica, tributada pelo lucro real ou arbitrado, residente ou domiciliada no Brasil que tenha, no ano-calendário, participado no capital de pessoa jurídica residente ou domiciliada no exterior.

Esta ficha, também, deve ser preenchida pela pessoa jurídica optante pelo Refis que se submeteu ao regime de tributação pelo lucro presumido.

Esta ficha é composta por: Área de Entrada de Dados, Grade e Botões, que são acionados caso se deseje Incluir, Excluir ou Alterar informações anteriormente prestadas.

A inclusão de uma operação deve ser feita através da área de entrada, localizada na parte superior da tela.

A grade contém as seguintes informações: Nome da Empresa, Tipo de Empresa, Nome do País, Participação, Ativo Total, Patrimônio Líquido, Lucros Disponibilizados, Imposto de Renda Retido na Fonte e Resultado no Período de Apuração (Ficha 37).

A pessoa jurídica deve incluir até 50 (cinquenta) pessoas jurídicas residentes ou domiciliadas no exterior (filial, sucursal, controlada, coligada) nas quais a pessoa jurídica residente ou domiciliada no Brasil tenha participação no capital.

Atenção:

A pessoa jurídica residente ou domiciliada no Brasil que tiver participação em mais de 50 (cinquenta) pessoas jurídicas residentes ou domiciliadas no exterior deve informar apenas as 50 (cinquenta) primeiras em ordem decrescente de resultado auferido no exterior.

Ao clicar o botão "Incluir" são disponibilizados os seguintes campos:

Nome da Empresa

Informar, neste campo, o nome da pessoa jurídica residente ou domiciliada no exterior.

Tipo de Empresa

A pessoa jurídica deve selecionar o tipo de empresa, conforme a seguir:

- Filial;

- Sucursal;
- Controlada; ou
- Coligada.

País

Ao acionar esta caixa de combinação deve ser selecionado o país em que a pessoa jurídica é residente ou domiciliada no exterior.

Participação

Informar, neste campo, o percentual de participação no patrimônio líquido, na filial, sucursal, controlada ou coligada, registrado no balanço patrimonial de 31 de dezembro do ano-calendário.

Ativo Total

Informar, neste campo, o ativo total da empresa investida registrado no balanço patrimonial de 31 de dezembro do ano-calendário.

Patrimônio Líquido

Informar, neste campo, o valor do patrimônio líquido, registrado no balanço patrimonial de 31 de dezembro ano calendário, da filial, sucursal, controlada ou coligada.

Lucros Disponibilizados

Informar, neste campo, o valor total dos lucros disponibilizados para a pessoa jurídica domiciliada no Brasil, no ano-calendário.

Os lucros auferidos no exterior, por intermédio de filiais, sucursais, controladas ou coligadas são computados para fins de determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL no balanço levantado em 31 de dezembro do ano-calendário em que tiverem sido disponibilizados para a pessoa jurídica domiciliada no Brasil.

Maiores informações sobre esse assunto se encontram no [subitem 17.4](#).

Imposto de Renda Retido na Fonte

Informar, neste campo, o valor do imposto de renda retido na fonte sobre rendimentos pagos ou creditados a filial, sucursal, controlada ou coligada de pessoa jurídica domiciliada no Brasil, não compensado em virtude de a beneficiária ser domiciliada em país de tributação favorecida, nos termos do art. 24 da Lei nº 9.430, de 1996, compensado com o imposto de renda devido sobre o lucro real da matriz, controlada ou coligada no Brasil (art. 9º, [MP nº 1807](#) de 1999, e reedições).

Atenção:

- 1) A compensação somente será admitida quando os resultados da filial, sucursal, controlada ou coligada, que contenham os rendimentos remetidos, forem computados na determinação do lucro real da pessoa jurídica domiciliada no Brasil (remetente).
- 2) A pessoa jurídica deverá observar o disposto no art. 26 da Lei nº 9.249, de 1995, para fins da realização da compensação.

FICHA 37 - Participações no Exterior - Resultado do Período de Apuração

Esta ficha deve ser preenchida pela pessoa jurídica domiciliada no Brasil que tenha, no ano-calendário, obtido resultados no exterior decorrente de participação no capital de pessoa jurídica domiciliada no exterior.

Esta ficha, também, deve ser preenchida pela pessoa jurídica optante pelo Refis que se submeteu ao regime de tributação pelo lucro presumido.

Na parte superior desta ficha é transportado o **Nome da Empresa, Tipo da Empresa** e o **País**, em consonância com a informação prestada na [Ficha 36](#).

A pessoa jurídica deve preencher as linhas, da parte inferior da ficha, em consonância com as instruções a seguir.

Atenção:

- 1) A pessoa jurídica que arbitrar os lucros das filiais, sucursais e controladas, conforme o disposto no art. 16 da Lei nº 9.430, de 1996, deve preencher somente as [Linhas 37/14 a 37/16](#).
- 2) A conversão em Reais dos valores das demonstrações financeiras elaboradas pelas filiais, sucursais, controladas e coligadas, no exterior, deve ser efetuada tomando-se por base a taxa de câmbio para venda, do dia das demonstrações financeiras em que tenham sido apurados os lucros, fixada pelo Banco Central do Brasil, da moeda do país onde estiver domiciliada a filial, sucursal, controlada ou coligada (Lei nº 9.249, de 1995, art. 25, § 4º; IN SRF nº 213, de 2002, art. 6º, § 3º).
- 3) Caso a moeda do país de domicílio da filial, sucursal, controlada ou coligada não tenha cotação no Brasil, os valores devem ser primeiramente convertido em Dólares dos Estados Unidos da América e depois em Reais (IN SRF nº 213, de 2002, art. 6º, § 4º).

RESULTADO DO PERÍODO DE APURAÇÃO**Linha 37/01 – Receita Líquida**

Informar, nesta linha, a receita líquida de todas as atividades exploradas pela filial, sucursal, controlada ou coligada residente ou domiciliada no exterior.

Linha 37/02 – Custo dos Bens e Serviços Vendidos

Informar, nesta linha, o total dos custos das atividades exploradas pela filial, sucursal, controlada ou coligada domiciliada no

exterior.

Linha 37/03 – LUCRO BRUTO

Diferença entre os valores informados nas Linhas [37/01](#) e [37/02](#).

Linha 37/04 – Receitas Financeiras Auferidas com a Vinculada no Brasil

Informar, nesta linha, o valor total das receitas financeiras auferidas pela filial, sucursal, controlada ou coligada domiciliada no exterior nas operações efetuadas com a pessoa jurídica vinculada domiciliada no Brasil.

Linha 37/05 – Outras Receitas Operacionais

Informar, nesta linha, o valor total das outras receitas operacionais da filial, sucursal, controlada ou coligada domiciliada no exterior.

Linha 37/06 – Despesas Financeiras Pagas ou Creditadas à Vinculada no Brasil

Informar, nesta linha, o valor total das despesas financeiras pagas ou creditadas pela filial, sucursal, controlada ou coligada domiciliada no exterior nas operações efetuadas com a pessoa jurídica vinculada domiciliada no Brasil.

Linha 37/07 – Despesas Operacionais

Informar, nesta linha, o valor total das despesas operacionais da filial, sucursal, controlada ou coligada residente ou domiciliada no exterior.

Linha 37/08 – LUCRO OPERACIONAL

Soma aritmética dos valores informados nas [Linhas 37/03 a 37/07](#).

Linha 37/09 – Outras Receitas

Indicar, nesta linha, o valor total das demais receitas, ou seja, daquelas que não estão ligadas a atividade principal ou acessória da filial, sucursal, controlada ou coligada domiciliada no exterior.

Linha 37/10 – Outras Despesas

Indicar, nesta linha, o valor total das demais despesas, ou seja, daquelas que não estão ligadas a atividade principal ou acessória da filial, sucursal, controlada ou coligada domiciliada no exterior.

Linha 37/11 – LUCRO LÍQUIDO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA

Soma aritmética dos valores informados nas [Linhas 37/08 a 37/10](#).

Linha 37/12 – Imposto Devido

Informar, nesta linha, o valor do tributo incidente sobre o lucro devido no país de domicílio da filial, sucursal, controlada ou coligada.

O tributo pago no exterior, a ser compensado com o imposto devido no Brasil, deve ser convertido em Reais.

Maiores informações no [subitem 17.1.6](#).

Linha 37/13 – LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO DE APURAÇÃO

Diferença entre os valores das Linhas 37/11 e 37/12.

APURAÇÃO COM BASE NO LUCRO ARBITRADO**Linha 37/14 – LUCRO ARBITRADO NO PERÍODO DE APURAÇÃO ANTES DO IMPOSTO (Lei nº 9.430/96, art. 16, II)**

Informar, nesta linha, os lucros da filial, sucursal e controlada arbitrados, com observância das mesmas normas aplicáveis às pessoas jurídicas domiciliadas no Brasil, quando não for possível a determinação de seu resultado.

Maiores informações no [subitem 17.3.4](#)

Linha 37/15 – Imposto Devido

Informar, nesta linha, o valor do tributo incidente sobre o lucro, devido no país de domicílio da filial, sucursal ou controlada, bem como o pago relativamente a rendimentos e ganhos de capital.

O tributo pago no exterior, a ser compensado com o imposto devido no Brasil, deve ser convertido em Reais.

Maiores informações no [Atenção do subitem 17.1.6.4](#).

Linha 37/16 – LUCRO ARBITRADO NO PERÍODO DE APURAÇÃO APÓS O IMPOSTO

Diferença entre os valores das Linhas 37/14 e 37/15.

16.4 - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As instruções relativas às fichas que se seguem aplicam-se às pessoas jurídicas em geral e às corretoras de seguros.

As instituições financeiras, seguradoras e entidades de previdência privada abertas com fins lucrativos deverão preencher

as Fichas 38B, 38C, 39B e 39C em consonância com a escrituração contábil e legislação específica.

As pessoas jurídicas imunes ou isentas deverão preencher as Fichas 38A e 39A.

[FICHA 38A - Ativo - Balanço Patrimonial](#)

[FICHA 39A - Passivo - Balanço Patrimonial](#)

[FICHA 40 - Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados](#)

[FICHA 41 - Origem e Aplicação de Recursos - Imunes ou Isentas](#)

FICHA 38A - Ativo - Balanço Patrimonial

A pessoa jurídica imune ou isenta, bem assim a sujeita à tributação pelo lucro real, deve preencher as seguintes linhas:

CIRCULANTE

Linha 38A/01 – Caixa

Informar, nesta linha, o valor do saldo em dinheiro, bem como cheques em caixa, recebidos e ainda não depositados, pagáveis irrestrita e imediatamente.

Linha 38A/02 – Bancos

Informar, nesta linha, o valor do saldo das contas de livre movimentação mantidas pela pessoa jurídica.

Linha 38A/03 – Valores Mobiliários

Informar, nesta linha, o valor dos saldos das contas que registram as aplicações no mercado de capitais cujo vencimento ou resgate venha a ocorrer no curso do ano-calendário subsequente.

Linha 38A/04 – Estoques

Informar, nesta linha, o valor do saldo das contas dos estoques de matérias-primas, material secundário, produtos em elaboração, produtos acabados e mercadoria para revenda, em 31 de dezembro do ano-calendário. Observar, quanto aos estoques, as orientações contidas na Instrução Normativa SRF nº 51, de 1978 e no PN CST nº 6, de 1979.

Linha 38A/05 – Imóveis Destinados a Venda

Esta linha é utilizada, pela pessoa jurídica que exerce atividade imobiliária para indicar o estoque de imóveis destinados à venda existente no encerramento do ano-calendário.

Linha 38A/06 – Adiantamentos a Fornecedores

Informar, nesta linha, o saldo das contas correspondentes aos adiantamentos feitos a fornecedores de matéria-prima ou mercadoria para revenda.

Linha 38A/07 – Clientes

Informar, nesta linha, o valor do saldo das contas correspondentes às contas a receber.

Linha 38A/08 – Créditos Fiscais da CSLL – Diferenças Temporárias e Base de Cálculo Negativa

As companhias abertas, obrigatoriamente, devem informar, nesta linha, o valor dos créditos fiscais, das diferenças temporárias, inclusive as decorrentes da base de cálculo negativa, relativos à CSLL, conforme Deliberação da CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998.

Linha 38A/09 – Créditos Fiscais IRPJ – Diferenças Temporárias e Prejuízos Fiscais

As companhias abertas, obrigatoriamente, devem informar, nesta linha, o valor dos créditos fiscais, das diferenças temporárias, inclusive as decorrentes dos prejuízos fiscais, relativos ao IRPJ, conforme Deliberação da CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998.

Linha 38A/10 – Impostos e Contribuições a Recuperar

Informar, nesta linha, o valor dos saldos das contas correspondentes aos impostos e contribuições a recuperar no final do ano-calendário.

Linha 38A/11 – Despesas do Exercício Seguinte

Informar, nesta linha, o valor do saldo das contas correspondentes a pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços à pessoa jurídica ocorrerão durante o exercício seguinte. São valores relativos a despesas que efetivamente pertencem ao exercício seguinte.

Linha 38A/12 – Outras Contas

Incluir, nesta linha, dentre outras, a soma das subcontas do Circulante, que registram a correção monetária relativa à diferença, em relação ao ano de 1990, entre o IPC e o BTN Fiscal, na forma estabelecida nos arts. 32 e 33 do Decreto nº 332, de 1991.

Linha 38A/13 – Contas Retificadoras

Indicar as parcelas a serem subtraídas do circulante, correspondentes a valores que retificam este grupo, tais como: duplicatas descontadas, provisões para créditos de liquidação duvidosa, provisões para ajuste do estoque ao valor de mercado, quando este for inferior, e conta redutora do crédito, nas demais hipóteses.

Linha 38A/14 – TOTAL DO CIRCULANTE

Somatório aritmético dos valores informados nas [Linhas 38A/01 a 38A/13](#).

REALIZÁVEL A LONGO PRAZO**Linha 38A/15 – Clientes**

Informar, nesta linha, os créditos a receber de terceiros, relativos a eventuais contas de clientes, títulos a receber, adiantamentos, etc, com prazo de pagamento superior ao exercício seguinte à data do balanço.

Linha 38A/16 – Créditos com Pessoas Ligadas (Físicas / Jurídicas)

Indicar, nesta linha, o valor do saldo das contas correspondentes a vendas, adiantamentos ou empréstimos a sociedades coligadas ou controladas, diretores, acionistas ou participantes da empresa, que não constituam negócios usuais na exploração do objeto da pessoa jurídica.

Linha 38A/17 – Valores Mobiliários

Informar, nesta linha, o valor do saldo das contas correspondentes às aplicações em títulos com vencimentos superior ao exercício seguinte, investimentos em outras sociedades que não tenham caráter permanente, inclusive os feitos com incentivos fiscais.

Linha 38A/18 – Depósitos Judiciais

Indicar, nesta linha, o valor correspondente aos depósitos judiciais efetuados, a qualquer título pendentes de decisão.

Linha 38A/19 – Créditos Fiscais CSLL – Diferenças Temporárias e Base de Cálculo Negativa

As companhias abertas, obrigatoriamente, devem informar, nesta linha, o valor dos créditos fiscais com realização após o exercício seguinte, das diferenças temporárias, inclusive as decorrentes da base de cálculo negativa, relativos à CSLL, conforme Deliberação da CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998.

Linha 38A/20 – Créditos Fiscais IRPJ – Diferenças Temporárias e Prejuízos Fiscais

As companhias abertas, obrigatoriamente, devem informar, nesta linha, o valor dos créditos fiscais com realização após o exercício seguinte, das diferenças temporárias, inclusive as decorrentes dos prejuízos fiscais, relativos ao IRPJ, conforme Deliberação da CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998.

Linha 38A/21 – Outras Contas

Incluir, nesta linha, dentre outras, a soma das subcontas do Realizável a Longo Prazo, que registram a correção monetária relativa à diferença, em relação ao ano de 1990, entre o IPC e o BTN Fiscal, na forma estabelecida nos arts. 32 e 33 do Decreto nº 332, de 1991.

Linha 38A/22 – Contas Retificadoras

Informar, nesta linha, como parcela a ser subtraída do realizável a longo prazo a soma das contas retificadoras desse grupo.

Linha 38A/23 – TOTAL REALIZÁVEL LONGO PRAZO

Soma aritmética dos valores informados nas [Linhas 38A/15 a 38A/22](#).

PERMANENTE - INVESTIMENTOS**Linha 38A/24 – Participações Permanentes em Coligadas ou Controladas**

Informar, nesta linha, o valor do saldo das contas de investimentos permanentes, na forma de participação em outras sociedades coligadas e/ou controladas, ainda que se trate de investimento não relevante.

Linha 38A/25 – Investimentos Decorrentes de Incentivos Fiscais

Informar, nesta linha, o valor do saldo das contas que registram os investimentos decorrentes de incentivos fiscais representados por ações novas da Embraer ou de empresas nacionais de informática ou por participação direta decorrente da troca do CI – Certificado de Investimento por ações pertencentes às carteiras de Fundos (Finor, Finam e Fiset). Incluem-se nesta linha a aquisição de quotas representativas de direitos de comercialização sobre produção de obras audiovisuais cinematográficas brasileiras de produção independente, previamente aprovados pelo Ministério da Cultura, realizados no mercado de capitais em ativos previstos em lei e autorizados pela Comissão de Valores Mobiliários.

Linha 38A/26 – Outros Investimentos

Informar, nesta linha, o valor do saldo das contas correspondentes aos direitos de qualquer natureza que não se destinem à manutenção da atividade da companhia ou da empresa e que não se classifiquem no ativo circulante, tais como: o imóvel não utilizado na exploração ou na manutenção das atividades da empresa e que não se destine à revenda, e os recursos florestais destinados à proteção do solo ou à preservação da natureza, dentre outros.

Linha 38A/27 – Ágios em Investimentos

Informar, nesta linha, o valor líquido correspondente ao ágio por diferença de valor de mercado dos bens, por valor de rentabilidade futura e por fundo de comércio, intangíveis, ou outras razões econômicas.

Linha 38A/28 – Correção Monetária - Diferença IPC/BTNF (Lei nº 8.200/91)

Indicar, nesta linha, o valor correspondente a soma dos saldos das subcontas dos investimentos que registram a correção monetária relativa à diferença, em relação ao ano de 1990, entre o IPC e o BTN Fiscal, na forma estabelecida nos arts. 32 e 33 do Decreto nº 332, de 1991.

Linha 38A/29 – Correção Monetária Especial (Lei nº 8.200/91)

Indicar, nesta linha, o valor correspondente a soma dos saldos das subcontas dos investimentos que registram a correção monetária especial na forma do art. 44 do Decreto nº 332, de 1991.

Linha 38A/30 – Deságios e Provisão para Perdas Prováveis em Investimentos

Informar, nesta linha:

- a) o valor líquido das contas que registram o deságio por diferença de valor de mercado dos bens, por valor de rentabilidade futura e por fundo de comércio, intangíveis, ou outras razões econômicas.
- b) o valor correspondente à provisão para perdas em investimentos registrados pelo método de custo e à provisão para perdas em investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial, sendo que neste último caso, deve ser informado somente o valor das perdas efetivas ou potenciais já previstas mas não reconhecidas contabilmente pela coligada ou controlada

Linha 38A/31 – TOTAL DOS INVESTIMENTOS

Soma aritmética dos valores informados nas [Linhas 38A/24 a 38A/30](#).

PERMANENTE - IMOBILIZADO**Linha 38A/32 – Terrenos**

Informar, nesta linha, o valor dos terrenos de propriedade da pessoa jurídica utilizados nas operações, ou seja, onde se localizam a fábrica, os depósitos, os escritórios, as filiais, as lojas, etc.

Atenção:

O valor do terreno onde está em construção uma nova unidade que ainda não esteja em operação também deve ser informado nesta linha.

Linha 38A/33 – Edifícios e Construções

Informar, nesta linha, o valor correspondente a todos os edifícios, melhoramentos e obras integradas aos terrenos, bem como serviços e instalações provisórias, necessários à construção e ao andamento das obras, tais como: limpeza do terreno, serviços topográficos, sondagens de reconhecimento, terraplenagem e outras similares.

Atenção:

As construções em andamento devem ser informadas nesta linha.

Linha 38A/34 – Equipamentos, Máquinas e Instalações Industriais

Informar, nesta linha, o valor dos equipamentos, máquinas e instalações industriais utilizados no processo de produção da pessoa jurídica.

Linha 38A/35 – Veículos

Informar, nesta linha, o valor dos veículos de propriedade da pessoa jurídica.

Atenção:

Os veículos de uso direto na produção, como empilhadeiras e similares, devem ser informados na Linha 38A/34.

Linha 38A/36 – Móveis, Utensílios e Instalações Comerciais

Informar, nesta linha, o valor dos móveis, utensílios e instalações comerciais.

Linha 38A/37 – Recursos Minerais

Informar, nesta linha, o valor dos direitos de exploração de jazidas de minério, de pedras preciosas e similares.

Linha 38A/38 – Florestamento e Reflorestamento

Informar, nesta linha, o valor dos recursos florestais destinados à exploração dos respectivos frutos e ao corte para comercialização, consumo ou industrialização.

Linha 38A/39 – Direitos Contratuais de Exploração de Florestas

Informar o valor dos direitos contratuais de exploração de florestas com prazo de exploração superior a dois anos.

Linha 38A/40 – Outras Imobilizações

Informar, nesta linha, o valor de outras imobilizações, tais como: marcas, direitos e patentes industriais, benfeitorias em propriedades arrendadas que se incorporam ao imóvel arrendado e reverterem ao proprietário do imóvel ao final da locação, adiantamentos para inversões fixas, reprodutores, matrizes e as culturas permanentes da atividade rural e similares.

Linha 38A/41 – Correção Monetária – Diferença IPC/BTNF (Lei nº 8.200/91)

Informar, nesta linha, o valor da soma dos saldos das subcontas do imobilizado que registram a correção monetária relativa à diferença, em relação ao ano de 1990, entre o IPC e o BTN Fiscal, na forma estabelecida nos arts. 32 e 33 do Decreto nº 332, de 1991.

Linha 38A/42 – Correção Monetária Especial (Lei nº 8.200/91)

Informar, nesta linha, o valor da soma dos saldos das subcontas do imobilizado que registram a correção monetária especial na forma do art. 44 do Decreto nº 332, de 1991.

Linha 38A/43 – Depreciações, Amortizações e Quotas de Exaustão

Informar, nesta linha, o valor correspondente às depreciações, amortizações e quotas de exaustão das contas do imobilizado classificadas no ativo permanente.

Linha 38A/44 – TOTAL DO IMOBILIZADO

Soma aritmética dos valores informados nas Linhas 38A/32 a 38A/43.

PERMANENTE - DIFERIDO**Linha 38A/45 – Despesas Pré-Operacionais ou Pré-Industriais**

Informar, nesta linha, o valor dos gastos de organização e administração, encargos financeiros líquidos, estudo, projetos e detalhamentos, juros a acionista na fase de implantação, e gastos preliminares de operação.

Linha 38A/46 – Despesas com Pesquisas Científicas ou Tecnológicas

Informar, nesta linha, o valor dos gastos com pesquisa científica ou tecnológica.

Linha 38A/47 – Demais Aplicações em Despesas Amortizáveis

Informar, nesta linha, o valor dos gastos com pesquisas e desenvolvimento de produtos, com a implantação de sistemas e métodos e com reorganização.

Linha 38A/48 – Correção Monetária – Diferença IPC/BTNF (Lei nº 8.200/91)

Informar, nesta linha, o valor correspondente a soma dos saldos das subcontas do ativo diferido que registram a correção monetária relativa à diferença, em relação ao ano de 1990, entre o IPC e o BTN Fiscal, na forma estabelecida nos arts. 32 e 33 do Decreto nº 332, de 1991.

Linha 38A/49 – Correção Monetária Especial (Lei nº 8.200/91)

Informar, nesta linha, o valor correspondente a soma dos saldos das subcontas do ativo diferido que registram a correção monetária especial na forma do art. 44 do Decreto nº 332, de 1991.

Linha 38A/50 – Amortização do Diferido

Informar, nesta linha, o valor correspondente à amortização das contas do ativo diferido.

Linha 38A/51 – TOTAL DO DIFERIDO

Soma aritmética dos valores informados nas Linhas 38A/45 a 38A/50.

Linhas 38A/52 – TOTAL DO PERMANENTE

Soma dos valores informados nas Linhas 38A/31, 38A/44 e 38A/51.

Linhas 38A/53 – TOTAL DO ATIVO

Soma dos valores informados nas Linhas 38A/14, 38A/23 e 38A/52.

FICHA 39A - Passivo - Balanço Patrimonial

A pessoa jurídica imune ou isenta, bem assim a sujeita à tributação pelo lucro real, deve preencher as seguintes linhas:

CIRCULANTE

Linha 39A/01 – Fornecedores

Informar, nesta linha, o valor dos saldos a pagar correspondentes à compra de matérias-primas, bens, insumos e mercadorias.

Informar, também, o valor correspondente a adiantamentos de clientes.

Linha 39A/02 – Financiamentos a Curto Prazo

Informar, nesta linha, o valor dos saldos correspondentes aos credores por financiamentos e financiamentos bancários a curto prazo, encargos financeiros a transcorrer e juros a pagar de empréstimos e financiamentos.

Atenção:

As obrigações resultantes de financiamentos obtidos junto a pessoas físicas ou outras empresas que não sejam instituições financeiras devem ser informadas nesta linha.

Linha 39A/03 – Impostos, Taxas e Contribuições a Recolher

Informar o valor das obrigações da pessoa jurídica relativas a impostos, taxas e contribuições.

Atenção:

Não incluir nesta linha o valor correspondente à provisão para a contribuição social sobre o lucro líquido e o imposto de renda. Estes valores devem ser informados nas Linhas [39A/06](#) e [39A/07](#), respectivamente.

Linha 39A/04 – Salários a Pagar

Informar, nesta linha, o valor correspondente aos salários, ordenados, horas extras, adicionais e prêmios a serem pagos no exercício subsequente.

Linha 39A/05 – Dividendos Propostos ou Lucros Creditados

Informar, nesta linha, o valor correspondente aos dividendos aprovados pela Assembléia, aos dividendos creditados aos acionistas ou aos dividendos propostos pela administração da pessoa jurídica na data do balanço, como parte da destinação proposta para os lucros.

Linha 39A/06 – Provisão para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

Informar, nesta linha, o valor correspondente ao saldo a pagar da provisão para a contribuição social sobre o lucro líquido.

Linha 39A/07 – Provisão para o Imposto de Renda

Informar, nesta linha, o valor correspondente ao saldo a pagar da provisão para o imposto de renda.

Linha 39A/08 – Débitos Fiscais CSLL – Diferenças Temporárias

As companhias abertas, obrigatoriamente, deverão informar, nesta linha, o valor dos débitos fiscais e das diferenças temporárias, relativos à CSLL, conforme Deliberação da CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998.

Linha 39A/09 – Débitos Fiscais IRPJ - Diferenças Temporárias

As companhias abertas, obrigatoriamente, deverão informar, nesta linha, o valor dos débitos fiscais, e das diferenças temporárias, relativos ao IRPJ, conforme Deliberação da CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998.

Linha 39A/10 – Outras Contas

Informar, nesta linha, o valor do saldo das contas de comissões a pagar ou provisionadas, de retenções contratuais, de arrendamento mercantil a pagar, de obrigações decorrentes do fornecimento de utilização de serviços (energia elétrica, água, telefone, propaganda, honorários profissionais de terceiros, aluguéis) e outras contas não citadas nas linhas anteriores.

Atenção:

Também são incluídas nesta linha as provisões para registro de obrigações tais como as provisões para: férias, gratificações a empregados, encargos sociais a pagar, FGTS a recolher e outras de natureza semelhante, ainda que não dedutíveis.

Linha 39A/11 – Contas Retificadoras

Informar, nesta linha, o valor correspondente às contas retificadoras do passivo circulante.

Linha 39A/12 – TOTAL DO CIRCULANTE

Soma aritmética dos valores informados nas [Linhas 39A/01 a 39A/11](#).

EXIGÍVEL A LONGO PRAZO**Linha 39A/13 – Fornecedores**

Informar, nesta linha, o valor dos saldos a pagar correspondentes à compra de matérias-primas, bens, insumos e mercadorias, bem assim o valor correspondente a adiantamentos de clientes, com prazo de pagamento superior ao

exercício seguinte à data do balanço.

Linha 39A/14 – Financiamentos a Longo Prazo

Informar, nesta linha:

- a) o valor das contas que registram as obrigações da pessoa jurídica junto a instituições financeiras do País e do exterior.
- b) o valor das contas que registram os financiamentos a longo prazo, para compra de bens e equipamentos, feitos diretamente pelo fornecedor.

Linha 39A/15 – Empréstimos de Sócios/Acionistas Não Administradores

Informar, nesta linha, o valor das contas relativas a empréstimos concedidos à pessoa jurídica por sócios e acionistas não administradores.

Linha 39A/16 – Créditos de Pessoas Ligadas (Físicas / Jurídicas)

Indicar, nesta linha, o valor do saldo das contas que registram compras, adiantamentos ou empréstimos de sociedades coligadas ou controladas, diretores, acionistas ou participantes da empresa, que não constituem negócios usuais na exploração do objeto da pessoa jurídica.

Linha 39A/17 – Provisão para o Imposto de Renda sobre Lucros Diferidos

Informar, nesta linha, o valor do saldo da conta que registra o imposto de renda sobre lucros diferidos, tais como: lucro inflacionário não realizado, contratos a longo prazo relativos a fornecimento de bens e de construção por empreitada para o governo e empresas do governo, ganho de capital oriundo de desapropriação, ganho de capital por venda de bens do ativo permanente, com recebimento parcelado a longo prazo, depreciação acelerada.

Linha 39A/18 – Débitos Fiscais CSLL – Diferenças Temporárias

As companhias abertas, obrigatoriamente, devem informar, nesta linha, o valor dos débitos fiscais e das diferenças temporárias, relativos à CSLL, conforme deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998.

Linha 39A/19 – Débitos Fiscais IRPJ – Diferenças Temporárias

As companhias abertas, obrigatoriamente, devem informar, nesta linha, o valor dos débitos fiscais e das diferenças temporárias, relativos ao IRPJ, conforme deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998.

Linha 39A/20 – Outras Contas

Informar, nesta linha, o saldo de outras contas cujo vencimento ocorrerá em período superior ao do exercício seguinte.

Atenção:

Não incluir, nesta linha, o valor contratado das vendas a prazo ou a prestação, para recebimento após o término do ano-calendário, no caso de atividade imobiliária e os juros e demais receitas financeiras recebidas antecipadamente em transações financeiras. Esses valores devem ser informados na [Linha 39A/23](#)

Linha 39A/21 – Contas Retificadoras

Informar, nesta linha, o saldo de contas redutoras do passivo exigível a longo prazo.

Linha 39A/22 – TOTAL EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

Soma aritmética dos valores informados nas [Linhas 39A/13 a 39A/21](#).

RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS**Linha 39A/23 – Receita de Exercícios Futuros**

A pessoa jurídica que explore as atividades de compra e venda, loteamento, incorporação e construção de imóveis indicará, nesta linha, o valor contratado das vendas a prazo ou a prestação, para recebimento após o término do ano-calendário, no caso de atividade imobiliária. Também se consideram como receita de exercícios futuros os juros e demais receitas financeiras recebidas antecipadamente em transações financeiras.

Linha 39A/24 – Custos e Despesas Correspondentes

Indicar os custos e despesas de exercícios futuros correspondentes às receitas indicadas na [Linha 39A/23](#).

Linha 39A/25 – TOTAL RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS

Diferença entre os valores informados nas Linhas 39A/23 e 39A/24.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CAPITAL**Linha 39A/26 – Capital de Domiciliados e Residentes no País**

Informar, nesta linha, o total do capital subscrito de domiciliados e residentes no País.

Linha 39A/27 – Capital de Domiciliados e Residentes no Exterior

Informar, nesta linha, o total do capital subscrito de domiciliados e residentes no exterior.

Linha 39A/28 – Capital a Realizar

Informar, nesta linha, a parcela do capital social subscrito que não tenha sido integralizado.

Linha 39A/29 – TOTAL CAPITAL REALIZADO

Soma aritmética dos valores informados nas Linhas 39A/26 a 39A/28.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO - RESERVAS**Linha 39A/30 – Reservas de Capital**

Informar, nesta linha, o valor das reservas constituídas pela correção monetária do capital, por incentivos fiscais, por doações e subvenções para investimentos, por ágio na emissão de ações, por alienação de partes beneficiárias e por prêmio na emissão de debêntures.

Linha 39A/31 – Reservas de Reavaliação

Informar o saldo das reservas de reavaliação ainda não realizado decorrente de reavaliação de ativos próprios e de reavaliação de ativos de coligadas e controladas avaliados, ao método da equivalência patrimonial.

Linha 39A/32 – Reservas de Lucros

Informar o saldo total das reservas constituídas pela destinação de lucros da empresa, tais como: reserva legal, reservas estatutárias, reservas para contingências, reserva de lucros a realizar, reserva de lucros para expansão, reserva especial para dividendo obrigatório não distribuído e reserva de exaustão incentivada de recursos minerais.

Linha 39A/33 – Reserva para Aumento de Capital (Lei nº 9.249/95, art. 9º, § 9º)

Indicar o valor da reserva constituída em 1996 com o montante dos juros sobre o capital próprio deduzidos como despesa financeira mas mantidos no patrimônio da empresa, caso a empresa tenha optado pela faculdade prevista no § 9º do art. 9º da Lei nº 9.249, de 1995.

Linha 39A/34 – Outras Reservas

Informar, nesta linha, os saldos das demais reservas não consignadas nas linhas anteriores, assim como o saldo devedor ou credor da conta de correção monetária correspondente à diferença, em relação ao ano de 1990, entre o IPC e o BTN Fiscal e o saldo da correção especial das contas do ativo permanente efetuada com base no art. 33 do Decreto nº 332, de 1991.

Linha 39A/35 – TOTAL DAS RESERVAS

Soma dos valores informados nas [Linhas 39A/30 a 39A/34](#).

PATRIMÔNIO LÍQUIDO - OUTRAS CONTAS**Linha 39A/36 – Lucros Acumulados e/ou Saldo à Disposição da Assembléia**

Informar, nesta linha, o valor dos lucros acumulados ou do saldo à disposição da assembléia.

Linha 39A/37 – Prejuízos Acumulados

Informar, nesta linha, o valor dos prejuízos acumulados.

Linha 39A/38 – Ações em Tesouraria

Informar, nesta linha, o valor correspondente às ações da empresa que foram adquiridas pela própria sociedade.

Linha 39A/39 – Outras

Informar, nesta linha, o saldo correspondente a outras contas classificáveis no patrimônio líquido que não tenham correspondência nas Linhas 39A/36 a 39A/38.

Linha 39A/40 – TOTAL OUTRAS CONTAS

Resultado aritmético dos valores informados nas Linhas 39A/36 a 39A/39.

Linha 39A/41 – TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Soma dos valores constantes nas Linhas [39A/29](#), [39A/35](#), 39A/40.

Linha 39A/42 – TOTAL DO PASSIVO

Soma dos valores constantes das Linhas [39A/12](#), [39A/22](#), [39A/25](#) e 39A/41.

FICHA 40 - Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados

A demonstração de lucros ou prejuízos acumulados discrimina o saldo do início do período, os ajustes de exercícios anteriores, as reversões de reservas, o lucro líquido do exercício, as transferências para reservas, os dividendos, a parcela dos lucros incorporada ao capital e o saldo ao final do ano-calendário.

A pessoa jurídica deve observar, quanto ao preenchimento desta ficha, as instruções seguintes:

LUCROS / PREJUÍZOS

Linha 40/01 – Saldo de Lucros Acumulados

Informar, nesta linha, o valor do saldo final da conta de lucros acumulados do ano-calendário anterior, se este for positivo.

Linha 40/02 – Ajustes Credores de Períodos de Apuração Anteriores

Informar, nesta linha, o resultado dos ajustes de períodos de apuração anteriores que implicaram aumento de lucros ou diminuição de prejuízos apurados em períodos anteriores, em decorrência de mudança de critérios contábeis ou da retificação de erros imputáveis a períodos anteriores e que não possam ser atribuídos a fatos subseqüentes.

Linha 40/03 – Reversão de Reservas

Informar os valores destacados do lucro líquido de períodos anteriores destinados à formação de alguma reserva, que tenham sido revertidos, no período, à composição de lucros acumulados para outra destinação.

Linha 40/04 – Outros Recursos

Informar, nesta linha, os valores correspondentes a outros recursos que influam positivamente nos lucros ou prejuízos acumulados.

Linha 40/05 – Lucro Líquido do Ano

O valor a ser indicado nesta linha, para as empresas submetidas à apuração anual do imposto, é transportado da [Linha 06A/55](#) (Demonstração do Resultado), quando positivo. Para as empresas submetidas à apuração trimestral do imposto, o valor informado é a soma algébrica, se positiva, dos valores informados na [Linha 06A/55](#) em todos os trimestres do ano-calendário.

Linha 40/06 – Saldo Anterior de Prejuízos Acumulados

Informar, nesta linha, o valor do saldo final da conta de lucros acumulados do ano-calendário anterior, se este for negativo.

Linha 40/07 – Ajustes Devedores de Períodos de Apuração Anteriores

Informar, nesta linha, o resultado dos ajustes de períodos de apuração anteriores que implicaram diminuição de lucros ou aumento de prejuízos apurados em períodos anteriores, em decorrência de mudança de critérios contábeis ou da retificação de erros imputáveis a períodos anteriores e que não possam ser atribuídos a fatos subseqüentes.

Linha 40/08 – Prejuízo Líquido do Ano

O valor a ser indicado nesta linha, para as empresas submetidas à apuração anual do imposto, é transportado da [Linha 06A/55](#) (Demonstração do Resultado), quando negativo. Para as empresas submetidas à apuração trimestral do imposto, o valor informado é a soma algébrica, se negativa, dos valores informados na [Linha 06A/55](#) em todos os trimestres do ano-calendário.

Linha 40/09 – TOTAL

Resultado aritmético dos valores informados nas [Linhas 40/01 a 40/08](#).

DESTINAÇÕES**Linha 40/10 – Transferências para Reservas**

Indicar, nesta linha, os valores transferidos no ano, inclusive na data do balanço, para constituição de reservas patrimoniais, tais como Reserva Legal, Reserva Estatutária, Reserva de Lucros a Realizar, dentre outras.

Linha 40/11 – Dividendos ou Lucros Distribuídos, Pagos ou Creditados

Indicar a parcela dos lucros pagos ou creditados durante o ano-calendário. Maiores informações poderão ser obtidas no [subitem 17.5](#) deste manual.

Linha 40/12 – Parcela dos Lucros Incorporados ao Capital

Indicar o valor incorporado ao capital no ano, proveniente de lucros.

Atenção:

O valor dos juros pagos ou creditados pela pessoa jurídica, a título de remuneração do capital próprio, imputado ao valor dos dividendos de que trata o art. 202 da Lei nº 6.404, de 1976 ou ainda o valor dos juros que, em 1996, foram incorporados ao capital ou mantidos em conta de reserva destinada a aumento de capital, em conformidade com os §§ 7º e 9º do art. 9º da Lei nº 9.249, de 1995, não são informados nas Linhas [40/10](#) e [40/11](#) acima.

Linha 40/13 – Outras Destinações

Indicar as demais aplicações que não se adaptem a nenhuma das linhas anteriores.

Linha 40/14 – TOTAL

Resultado aritmético dos valores informados nas [Linhas 40/10 a 40/13](#).

Linha 40/15 – LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS

Diferença entre os valores informados nas Linhas [40/09](#) e [40/14](#). Se resultar em prejuízo acumulado, o valor é indicado com sinal negativo.

INFORMAÇÕES DO ÚLTIMO BALANÇO DO ANO DA DECLARAÇÃO

Linha 40/16 – BALANÇO TRANSCRITO ÀS FOLHAS Nº

Informar, nesta linha, as folhas do Livro Diário em que o balanço está transcrito.

Linha 40/17 – Nº DO DIÁRIO

Informar o número do Livro Diário.

Linha 40/18 – Nº DO REGISTRO DO DIÁRIO

Informar, nesta linha, o número de registro do Livro Diário na Junta Comercial.

FICHA 41 - Origem e Aplicação de Recursos - Imunes ou Isentas

Esta ficha deve ser preenchida pelas pessoas jurídicas imunes ou isentas do imposto de renda.

Nesta ficha a pessoa jurídica discrimina a origem (receitas e demais entradas) e a aplicação (despesas e demais saídas) dos recursos auferidos e despendidos durante o ano-calendário.

Discriminar os valores, em Reais, conforme melhor se enquadrarem entre os títulos apresentados, utilizando as Linhas 41/06 (Outros Recursos) e 41/13 (Outras Despesas) somente em caso de impossibilidade de melhor classificação.

Os empréstimos tomados devem ser incluídos na Linha 41/05 (Doações e Subvenções).

As amortizações e o pagamento de juros devem ser informados na Linha 41/13 (Outras Despesas).

16.5 - INFORMAÇÕES GERAIS

[FICHA 42A - Rendimentos de Dirigentes, Sócios ou Titular](#)

[FICHA 42B - Rendimentos de Dirigentes - Imunes ou Isentas](#)

[FICHA 43 - Demonstrativo do Imposto de Renda Retido na Fonte](#)

[FICHA 44 - Participação Permanente em Coligadas ou Controladas](#)

[FICHA 45 - Ativos no Exterior](#)

[FICHA 46 - Fundos/Clubes de Investimento](#)

[FICHA 47A - Informações Gerais - Lucro Real](#)

[FICHA 47B - Informações Gerais - Presumido e Arbitrado](#)

[FICHA 48 - Informações de Optantes Refis](#)

[FICHA 49 - Cálculo do Imposto de Renda pelo RET - Apuração por Plano ou Conjunto de Planos e FAPI](#)

FICHA 42A - Identificação e Rendimentos de Dirigentes, Sócios ou Titular

Esta ficha deve ser preenchida pela pessoa jurídica tributada pelo imposto de renda apurado com base no lucro real, presumido ou arbitrado, com dados de todos os dirigentes, sócios ou titulares no período de apuração.

Para seu preenchimento observar as seguintes instruções:

a) CNPJ/CPF

Informar o número de inscrição no CNPJ ou no CPF, inclusive dígitos de controle;

b) Nome

Informar o nome da pessoa jurídica ou física;

c) Qualificação

Selecionar na caixa de combinação a qualificação da pessoa jurídica ou física;

d) Percentual s/ Capital Total

Informar o percentual relativo à participação, da pessoa jurídica ou física, no capital social total da empresa ou entidade;

e) Percentual s/ Capital Votante

Informar o percentual relativo à participação, da pessoa jurídica ou física, no capital votante da empresa ou entidade;

f) País

Selecionar na caixa de combinação o País de domicílio ou residência da pessoa jurídica ou física;

g) CPF do Representante Legal

Informar o número de inscrição no CPF, inclusive dígitos de controle, do representante legal no caso de residente ou domiciliado no exterior ou legalmente representado;

h) Qualificação do Representante Legal

Selecionar na caixa de combinação a qualificação do representante legal;

i) Lucros/Dividendos

Informar, nesta linha, o valor dos lucros efetivamente pagos, no ano-calendário, a sócios ou a titular de empresa individual. Maiores informações sobre distribuição de lucros podem ser obtidas no [subitem 17.5](#).

j) Juros sobre o Capital Próprio

Informar o valor dos juros pagos ou creditados individualizadamente a titular, sócios ou acionistas, a título de remuneração do capital próprio antes de deduzido o imposto de renda na fonte, em conformidade com o disposto no art. 9^a da Lei nº 9.249, de 1995.

l) Demais Rendimentos

Informar, nesta linha, o valor, antes da dedução do imposto de renda retido na fonte, dos demais rendimentos pagos ou creditados a sócios, a acionistas ou a titular de empresa individual, inclusive os lucros e dividendos não apurados em balanço e distribuídos.

Informar, no caso de pessoa jurídica tributada pelo lucro presumido ou arbitrado, o valor dos rendimentos pagos a sócios ou a titular de empresa individual que ultrapassou a base de cálculo do imposto, deduzido somente do valor do imposto de renda retido na fonte.

Informar, também, o valor dos rendimentos pagos e escriturados nos livros da escrituração contábil ou no livro Caixa a título de remuneração pela prestação de serviços ou quaisquer outros pagamentos que não se refiram à distribuição de lucros, tais como *pro-labore* e aluguéis. Tais valores sujeitam-se à incidência do imposto de renda na fonte e na declaração de rendimentos dos beneficiários.

m) IR Retido na Fonte

Informar o valor do imposto de renda retido na fonte por ocasião do pagamento de lucros ou dividendos não abrangidos pela isenção, bem assim os demais rendimentos pagos a sócios, a acionistas ou a titular de empresa individual.

FICHA 42B - Rendimentos de Dirigentes - Imunes ou Isentas

Esta ficha deve ser preenchida pela pessoa jurídica imune ou isenta de IRPJ.

Para seu preenchimento observar as seguintes instruções:

a) CPF/ CNPJ e NOME

Informar o número de inscrição no CPF ou no CNPJ, inclusive dígitos de controle e o respectivo nome da pessoa física ou jurídica beneficiária dos rendimentos.

b) Rendimentos

Informar, nesta linha, o valor dos rendimentos pagos e escriturados nos livros da escrituração contábil ou no livro Caixa a título de remuneração a dirigentes pela prestação de serviços ou quaisquer outros pagamentos, tais como: *pro-labore* e aluguéis. Tais valores sujeitam-se à incidência do imposto de renda na fonte e na declaração de rendimentos dos beneficiários.

c) IR Retido na Fonte

Informar o valor do imposto de renda retido na fonte por ocasião do pagamento dos rendimentos a dirigentes da pessoa jurídica imune ou isenta de IRPJ.

FICHA 43 - Demonstrativo do Imposto de Renda Retido na Fonte

Nesta Ficha devem ser prestadas informações sobre todo o imposto de renda retido na fonte durante o período abrangido pela declaração, incidente sobre as receitas que compõem a base de cálculo do tributo devido, independentemente de a empresa ter apurado prejuízo fiscal ou imposto de renda devido menor que o retido na fonte durante o período.

Para o preenchimento desta ficha o beneficiário que esteja compensando imposto de renda retido na fonte (IRRF) deve observar as seguintes instruções:

a) CNPJ da Fonte Pagadora e Nome

Informar número de inscrição no CNPJ, inclusive dígitos de controle e o respectivo nome da pessoa jurídica responsável pela retenção e recolhimento do IRRF que estiver sendo compensado.

b) Código da Receita

Indicar, nesta linha, o código de receita utilizado para recolhimento do IRRF, conforme Tabela de Códigos da Arrecadação, disponível na Caixa de Combinação.

c) Rendimento Bruto

Informar o valor bruto do rendimento que originou a retenção.

d) Imposto de Renda Retido na Fonte

Informar o valor de todo o imposto de renda retido na fonte durante o período abrangido pela declaração, incidente sobre as receitas que compõem a base de cálculo do tributo devido, independentemente de a empresa ter apurado prejuízo fiscal ou imposto de renda devido menor que o retido na fonte durante o período.

Atenção:

Não deve ser informado nessa linha o valor das retenções na fonte efetuadas por órgãos públicos.

FICHA 44 - Participação Permanente em Coligadas ou Controladas

Esta ficha deve ser preenchida pela pessoa jurídica domiciliada no Brasil, tributada pelo lucro real ou arbitrado, que teve participações permanentes, no ano-calendário, em capital de pessoa jurídica domiciliada no Brasil ou no exterior, considerada pela legislação brasileira como empresa coligada ou controlada.

Para seu preenchimento, a pessoa jurídica declarante deve discriminar as empresas coligadas ou controladas em ordem decrescente de valor total de participação, observado o seguinte:

a) CNPJ e Nome Empresarial

Identificar a coligada ou controlada, informando nos campos "CNPJ" e "Nome Empresarial", respectivamente, o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica e o nome empresarial.

b) Valor

Informar, no campo "Valor", para cada empresa relacionada, valor total da participação.

c) Percentual sobre o Capital

Informar no campo "Percentual sobre o Capital" as percentagens de participação no capital "Total" e no "Votante", da coligada ou controlada.

d) Resultado de Equivalência Patrimonial

Informar o valor do resultado da equivalência patrimonial dos investimentos relevantes da pessoa jurídica (Decreto nº 3.000, de 1999, art. 384):

a) em sociedades controladas; e

b) em sociedade coligada sobre cuja administração tenha influência, ou de que participe com 20% (vinte por cento) ou mais do capital social.

e) País

Abrir Caixa de Combinação para informar o país onde a coligada ou controlada está domiciliada no exterior.

FICHA 45 - Ativos no Exterior

Esta Ficha deve ser preenchida por todas as pessoas jurídicas, salvo quando o valor contábil total dos ativos a declarar, convertido para reais no final do período abrangido pela DIPJ, for inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

O valor do ativo no exterior é convertido em Reais tomando-se por base a taxa de câmbio da moeda do país de origem, fixada para a venda, pelo Banco Central do Brasil, correspondente à data de seu efetivo pagamento. Caso a moeda do país de origem não tenha cotação no Brasil, o seu valor é convertido em Dólares dos Estados Unidos da América e, em seguida, em Reais.

A pessoa jurídica deve preencher os seguintes campos:

a) Tipo de Ativo

Informar o tipo de ativo possuído.

b) País

Informar o país onde se localiza o ativo no exterior.

c) Discriminação

Detalhar neste campo as informações correspondentes aos ativos, tais como: tipo, localização, data de aquisição e de venda, de quem foi adquirido, a quem foi alienado, instituição que intermediou a operação, valor de aquisição e/ou de venda em moeda estrangeira, instituição financeira e agência, tratando-se de aplicação financeira ou depósito e, na hipótese de participações societárias, espécie de participação e empresa.

d) Valor em 31/12/2001 (R\$)

Informar o valor contábil do ativo no exterior em 31/12/2001.

Atenção:

- 1) Caso o período abrangido pela DIPJ não se inicie em 01/01/2002, a exemplo de início de atividades ou ocorrência de situação especial no ano-calendário de 2002, deve ser informado o valor em reais do ativo no exterior na data de início do período abrangido pela DIPJ.
- 2) Caso o ativo tenha sido adquirido no curso do período abrangido pela DIPJ, deve ser informado neste campo o valor "zero" e no campo Discriminação a data e o valor da aquisição.

e) Valor em 31/12/2002 (R\$)

Informar o valor contábil do ativo no exterior em 31/12/2002.

Atenção:

Caso o ativo tenha sido alienado no curso do período abrangido pela DIPJ, deve ser informado neste campo o valor "zero" e no campo Discriminação a data e o valor da alienação.

FICHA 46 - Fundos/Clubes de Investimento

Esta ficha deve ser preenchida pelas pessoas jurídicas administradoras de fundos ou clubes de investimento, e pelos fundos de investimento imobiliário de que trata a Lei nº 8.668, de 25 de junho de 1993, alterada pelos arts. 2º a 4º e 22 da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999.

Para seu preenchimento observar as seguintes instruções:

a) CNPJ

As administradoras de Fundos ou Clubes de Investimento devem informar, nesta linha, o CNPJ e o nome de cada Fundo ou Clube de Investimento.

Os fundos de investimento imobiliário de que trata a Lei nº 8.668, de 25 de junho de 1993, alterada pelos arts. 2º a 4º e 22 da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, devem informar o próprio CNPJ e nome.

b) Posição no Final do Período - Quantidade de Quotistas / Quantidade de Quotas / Patrimônio

Indicar a quantidade de quotistas e de quotas, bem como o patrimônio do fundo ou clube, existente no final do período de apuração, para cada CNPJ informado.

c) Data de Abertura/Encerramento

Indicar a data de abertura e de encerramento do fundo ou clube de investimento, para cada CNPJ informado.

FICHA 47A - Outras Informações

Esta ficha deve ser preenchida por todas as pessoas jurídicas que apuraram o imposto de renda com base no lucro real.

Linha 47A/01 – Programa de Desenvolvimento Tecnológico Industrial/Agropecuário

Informar, nesta linha, o valor do dispêndio durante todo o ano-calendário relativo ao Programa de Desenvolvimento Tecnológico Industrial/Agropecuário, que tenha servido de base de cálculo dos incentivos de dedução do imposto de renda.

Linha 47A/02 – Atividade Audiovisual

Informar, nesta linha, o valor do dispêndio durante todo o ano-calendário relativo à Atividade Audiovisual.

Linha 47A/03 – Doação aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente

Informar, nesta linha, o valor do dispêndio durante todo o ano-calendário relativo às Doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Linha 47A/04 – Saldo de Base de Cálculo Negativa de CSLL - Atividade em Geral

Indicar, nesta linha, o saldo de base de cálculo negativa da CSLL da Atividade em Geral existente no final do período, ainda não compensado.

Linha 47A/05 – Saldo de Base de Cálculo Negativa de CSLL - Atividade Rural

Indicar, nesta linha, o saldo de base de cálculo negativa da CSLL da Atividade Rural existente no final do período, ainda não compensado.

Linha 47A/06 – Contribuição para o INSS

Informe o valor das despesas com contribuição para o INSS verificadas no período abrangido pela declaração.

Linha 47A/07 – Contribuição para o FGTS

Informe o valor das despesas com contribuição para o FGTS verificadas no período abrangido pela declaração.

Linha 47A/08 – Despesas com Plano de Previdência Privada

Informe o valor das despesas com planos de previdência privada para empregados e administradores verificadas no período abrangido pela declaração.

Linha 47A/09 – Aquisições para o Ativo Imobilizado

Informe o valor das aquisições para o ativo imobilizado verificadas no período abrangido pela declaração.

Linha 47A/10 – Baixas do Ativo Imobilizado

Informe o valor das baixas do ativo imobilizado verificadas no período abrangido pela declaração.

Linha 47A/11 – Sócio Ostensivo de SCP – Total de SCP

A pessoa jurídica declarante que for sócia ostensiva de uma ou mais sociedades em conta de participação deve informar, nesta linha, o total de SCP em que tenha participação como sócio ostensivo. Os resultados dessas sociedades integram o lucro líquido, mas devem ser excluídos para a apuração do lucro real da sócia ostensiva. Esta, porém, calcula o imposto de renda de cada SCP e informa o montante na [Linha 12A/19](#).

Linha 47A/12 – Número de Empregados no Início do Período

Informar, nesta linha, o número de empregados registrados na pessoa jurídica declarante, no início do período.

Linha 47A/13 – Número de Empregados no Final do Período

Informar, nesta linha, o número de empregados registrados na pessoa jurídica declarante, no final do período.

Linha 47A/14 – Cisão Parcial – Percentual Remanescente do Patrimônio Líquido (%)

Informar o percentual remanescente do patrimônio decorrente de cisão parcial.

Linha 47A/15 – CNPJ da Empresa Resultante do Evento de Situação Especial

Informar o CNPJ da empresa resultante do Evento de Situação Especial.

Linha 47A/16 – Escrituração em Meio Magnético

A pessoa jurídica deve indicar se a escrituração comercial foi efetuada em meio magnético ou não.

Linha 47A/17 – Alteração de Capital na Forma dos arts. 22 e 23 da Lei nº 9.249/95

Indicar se a pessoa jurídica teve, ou não, alteração de capital decorrente de:

- a) devolução de participação no capital social a titular ou a sócio ou acionista, em conformidade com o disposto no art. 22 da Lei nº 9.249, de 1995, e alterações posteriores;
- b) integralização de capital por pessoa física em bens e direitos, em conformidade com o disposto no art. 23 da Lei nº 9.249, de 1995, e alterações posteriores.

Linha 47A/18 – Opção pela Escrituração, no Ativo, da Base de Cálculo Negativa da CSLL (MP nº 1.807/1999, art. 8º)

A pessoa jurídica deve assinalar o campo sim ou o não, em conformidade com a opção realizada.

FICHA 47B - Outras Informações

A pessoa jurídica que apurou o imposto de renda com base no lucro presumido ou arbitrado deve preencher esta ficha em consonância com as orientações a seguir:

Atenção:

- 1) As informações das Linhas 47B/01 a 47B/06 devem ser prestadas em duas colunas: "Ano Imediatamente Anterior" e "Ano da Declaração".
- 2) Somente preenchem as Linhas 47B/21 a 47B/24 as pessoas jurídicas que optaram pela realização do saldo de lucro inflacionário à alíquota de dez por cento de que trata o art. 9º da Lei nº 9.532, de 1997 (Medida Provisória nº 38, de 14 de maio de 2002, art. 12).
- 3) Somente preenchem as Linhas 47B/25 a 47B/28 as pessoas jurídicas que optaram pela realização do saldo de lucro inflacionário objeto de tributação na forma do art. 28 da Lei nº 7.730, de 31 de janeiro de 1989, à alíquota de três por cento de que trata o § 1º do art. 9º da Lei nº 9.532, de 1997 (Medida Provisória nº 38, de 2002, art. 12).

Escrituração

A pessoa jurídica que optou pela tributação com base no lucro presumido, deve assinalar a forma de escrituração adotada, a saber: Livro-Caixa ou Contábil (escrituração comercial completa).

Linha 47B/01 – Capital Registrado

Informar o valor do capital registrado, em órgão competente, nas colunas "Ano Imediatamente Anterior" e "Ano da Declaração", no fim do ano imediatamente anterior e no fim do ano da declaração.

Linha 47B/02 – Estoques

Informar o valor dos estoques, nas colunas "Ano Imediatamente Anterior" e "Ano da Declaração", no fim do ano imediatamente anterior e no fim do ano da declaração.

Linha 47B/03 – Saldo de Caixa e Bancos

Indicar o valor resultante da soma do saldo de caixa e dos saldos bancários registrados na escrituração comercial ou no livro Caixa, nas colunas "Ano Imediatamente Anterior" e "Ano da Declaração", no fim do ano imediatamente anterior e no fim

do ano da declaração.

Linha 47B/04 – Saldo de Aplicações Financeiras

Informar o saldo das aplicações financeiras, seja no mercado de renda fixa ou no mercado de renda variável, no fim do ano imediatamente anterior e no fim do ano da declaração.

Linha 47B/05 – Contas a Receber

Informar o saldo das contas a receber no fim do ano imediatamente anterior e no fim do ano da declaração.

Linha 47B/06 – Contas a Pagar

Informar o saldo das contas a pagar no fim do ano imediatamente anterior e no fim do ano da declaração.

Linha 47B/07 – Compras de Mercadorias no Ano-Calendário

Informar o valor das compras de mercadorias adquiridas no ano-calendário para revenda, bem assim as aquisições de materiais empregados nos produtos produzidos e serviços prestados.

Linha 47B/08 – Compras para o Ativo Permanente no Ano-Calendário

Informar o valor das aquisições de bens ou direitos classificáveis no ativo permanente da declarante.

Linha 47B/09 – Receitas e Rendimentos Não-Tributáveis

Indicar, nesta linha, o valor das seguintes receitas e rendimentos:

- a) as recuperações de créditos que não representem ingressos de novas receitas;
- b) a reversão de saldo de provisões anteriormente constituídas; e
- c) os lucros e dividendos decorrentes de participações societárias avaliadas pelo custo de aquisição e a contrapartida do ajuste por aumento do valor de investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

Linha 47B/10 – Prestação de Serviços por Pessoa Física sem Vínculo Empregatício

Informar, nesta linha, o valor total dos desembolsos efetuados relativos à remuneração por serviços prestados à pessoa jurídica por pessoa física sem vínculo empregatício.

Atenção:

A pessoa jurídica que elaborou escrita comercial completa, quando no lucro presumido, deve informar o valor computado nas despesas e custos.

Linha 47B/11 – Prestação de Serviços por Pessoa Jurídica

Informar, nesta linha, o valor total dos desembolsos efetuados relativos à remuneração por serviços prestados à pessoa jurídica por outras pessoas jurídicas.

Atenção:

A pessoa jurídica que elaborou escrita comercial completa, quando no lucro presumido, deve informar o valor computado nas despesas e custos.

Linha 47B/12 – Remuneração a Conselho de Administração

Informar, nesta linha, o valor correspondente à remuneração atribuída a membros do conselho de administração da pessoa jurídica.

Atenção:

A pessoa jurídica que elaborou escrita comercial completa deve informar o valor computado nas despesas e custos.

Linha 47B/13 – Ordenados, Salários, Gratificações e Outras Remunerações a Empregados

Informar, nesta linha, o valor correspondente a ordenados, salários, gratificações e outras remunerações atribuídas aos empregados da pessoa jurídica.

Atenção:

A pessoa jurídica que elaborou escrita comercial completa deve informar o valor computado nas despesas e custos.

Linha 47B/14 – Contribuição para o INSS

Informe o valor das contribuições para o INSS no período abrangido pela declaração.

Linha 47B/15 – Contribuição para o FGTS

Informe o valor das contribuições para o FGTS no período abrangido pela declaração.

Linha 47B/16 – Despesas com Plano de Previdência Privada

Informe o valor das despesas com planos de previdência privada para empregados e administradores no período abrangido pela declaração.

Linha 47B/17 – Número de Empregados no Início do Período

Informar, nesta linha, o número de empregados registrados na pessoa jurídica declarante, no início do período.

Linha 47B/18 – Número de Empregados no Final do Período

Informar, nesta linha, o número de empregados registrados na pessoa jurídica declarante, no final do período.

Linha 47B/19 – Cisão Parcial – Percentual Remanescente do Patrimônio Líquido (%)

Informar o percentual remanescente do patrimônio decorrente de cisão parcial.

Linha 47B/20 – CNPJ da Empresa Resultante do Evento de Situação Especial

Informar o CNPJ da empresa resultante do Evento de Situação Especial.

REALIZAÇÃO INTEGRAL TRIBUTADA À ALÍQUOTA DE 10%

Linha 47B/21 – Saldo Lucro Inflacionário Existente no Final do Período de Apuração Anterior

Informar, nesta linha, o saldo do lucro inflacionário realizado à alíquota de dez por cento.

Corresponde ao saldo existente ao final do mês de março de 2002.

Linha 47B/22 – Imposto de Renda Devido

Valor resultante da aplicação da alíquota de dez por cento sobre o valor informado na Linha 47B/21.

Linha 47B/23 – Número de Parcelas

A pessoa jurídica que optou pela realização do saldo do lucro inflacionário à alíquota de dez por cento, em até seis parcelas, na forma da Medida Provisória nº 38, de 2002, art. 12, deve informar nessa linha o número de parcelas na qual realizou esse saldo.

Linha 47B/24 – Data do Pagamento Integral ou da Primeira Parcela

Informar, nesta linha, a data na qual realizou o pagamento integral ou o pagamento da primeira quota do parcelamento do saldo do lucro inflacionário à alíquota de dez por cento.

REALIZAÇÃO INTEGRAL TRIBUTADA À ALÍQUOTA DE 3%

Linha 47B/25 – Saldo Lucro Inflacionário Existente no Final do Período de Apuração Anterior

Informar, nesta linha, o saldo do lucro inflacionário objeto de tributação na forma do art. 28 da Lei nº 7.730, de 31 de janeiro de 1989, realizado à alíquota de três por cento.

Corresponde ao saldo existente ao final do mês de março de 2002.

Linha 47B/26 – Imposto de Renda Devido

Valor resultante da aplicação da alíquota de três por cento sobre o valor informado na Linha 47B/25.

Linha 47B/27 – Número de Parcelas

A pessoa jurídica que optou pela realização do saldo do lucro inflacionário objeto de tributação na forma do art. 28 da Lei nº 7.730, de 31 de janeiro de 1989, à alíquota de três por cento, em até seis parcelas, na forma da Medida Provisória nº 38, de 2002, art. 12, deve informar nessa linha o número de parcelas na qual realizou esse saldo.

Linha 47B/28 – Data do Pagamento Integral ou da Primeira Parcela

Informar, nesta linha, a data na qual realizou o pagamento integral ou o pagamento da primeira quota do parcelamento do saldo do lucro inflacionário à alíquota de três por cento.

FICHA 48 - Informações de Optantes Refis

Esta Ficha deve ser preenchida pela pessoa jurídica que optou pelo Refis ou pela forma alternativa de parcelamento, para os meses em que esteve submetida ao programa ou ao parcelamento.

Linha 48/01 - Receita Bruta no Mês

Informar, nesta linha, a receita bruta da pessoa jurídica no final de cada mês.

Linha 48/02 - Saldo em Caixa no Final do Mês

Informar, nesta linha, o saldo em caixa da pessoa jurídica no final de cada mês.

Linha 48/03 - Saldo de Contas Correntes Bancárias no Final do Mês

Informar, nesta linha, o saldo das contas correntes bancárias da pessoa jurídica no final de cada mês.

Linha 48/04 - Saldo de Aplicações Financeiras no Final do Mês

Informar, nesta linha, o saldo de aplicações financeiras da pessoa jurídica no final de cada mês.

Linha 48/05 - Saldo de Contas a Receber no Final do Mês

Informar, nesta linha, o saldo de contas a receber da pessoa jurídica no final de cada mês.

Linha 48/06 - Saldo de Contas a Pagar no Final do Mês

Informar, nesta linha, o saldo de contas a pagar da pessoa jurídica no final de cada mês, referente a fornecedores de bens adquiridos para revenda ou de insumos utilizados na produção.

Linha 48/07 - Compras de Mercadorias à Vista

Informar o valor mensal das compras de mercadorias à vista feitas pela pessoa jurídica.

Linha 48/08 - Compras de Mercadorias a Prazo

Informar o valor mensal das compras de mercadorias a prazo feitas pela pessoa jurídica.

Linha 48/09 - Remuneração a Sócios, Dirigentes e Conselho de Administração Paga no Mês

Informar o valor mensal da remuneração paga pela pessoa jurídica a sócios, dirigentes e conselho de administração.

Linha 48/10 - Ordenados, Salários, Gratificações e Outras Remunerações a Empregados Pagos no Mês

Informar o valor mensal pago pela pessoa jurídica a título de ordenados, salários, gratificações e outras remunerações a empregados.

Linha 48/11 - Prestação de Serviços por Pessoa Física sem Vínculo Empregatício Paga no Mês

Informar o valor mensal pago pela pessoa jurídica relativo a prestação de serviços por pessoa física sem vínculo empregatício.

Linha 48/12 - Prestação de Serviços por Pessoa Jurídica Paga no Mês

Informar o valor mensal pago pela pessoa jurídica relativo a prestação de serviços por pessoa jurídica.

Linha 48/13 - Despesas com Água, Luz e Telefone Pagas no Mês

Informar o valor mensal pago pela pessoa jurídica referente a despesas com água, luz e telefone.

Linha 48/14 - Tributos e Contribuições Pagos no Mês

Informar o valor mensal pago pela pessoa jurídica referente a tributos e contribuições.

Linha 48/15 - Despesas Financeiras Pagas no Mês

Informar o valor mensal pago pela pessoa jurídica referente a despesas financeiras.

Linha 48/16 - Despesas com Propaganda e Publicidade Pagas no Mês

Informar o valor mensal pago pela pessoa jurídica referente a despesas com propaganda e publicidade.

Linha 48/17 - Outros Pagamentos Efetuados no Mês

Informar o valor mensal pago pela pessoa jurídica referente a outros pagamentos efetuados não relacionados nas linhas anteriores.

FICHA 49 - Cálculo do Imposto de Renda pelo RET - Apuração por Plano ou Conjunto de Planos e FAPI

Esta Ficha deve ser preenchida pela pessoa jurídica (entidade aberta ou fechada de previdência complementar, sociedade seguradora ou administradora de Fundo de Aposentadoria Programada Individual - FAPI) que tenha optado pelo Regime Especial de Tributação - RET, instituído pela MP nº 2.222, de 04 de setembro de 2001.

Preencher nesta Ficha as informações correspondentes a cada plano de caráter previdenciário, inclusive PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre), conjunto de planos ou FAPI. Entenda-se conjunto de planos de acordo com o teor do inciso I do § 9º do art. 2º da Instrução Normativa SRF nº 126, de 25 de janeiro de 2002.

Campo 1 - Identificação do Plano/Conjunto de Planos/FAPI

Informar nesta linha o nome (sigla, código ou outro identificador interno) do plano, do conjunto de planos ou do FAPI. No caso de apuração por conjunto de planos, se não houver identificação própria do conjunto, informar o nome do plano que possui a maior reserva técnica.

Campo 2 - Número de Planos

No caso de conjunto de planos, informar, nesta linha, o número de planos que diz respeito a este conjunto de informações. Se for apenas um plano e não um conjunto, informar "1".

Campo 3 - Plano/Conjunto de Planos/FAPI Patrocinado por

Informar a natureza do(s) patrocinador(es) (instituidores ou averbadores) do plano, do conjunto de planos ou do FAPI. As opções "Pessoas Físicas", "Pessoa(s) Jurídica(s)" ou "Pessoa(s) Jurídica(s) Imune(s)" podem ser selecionadas simultaneamente ou não. Se o plano, conjunto de planos ou FAPI for constituído com recursos exclusivamente de uma das

opções, apenas esta deve ser selecionada.

As seleções efetuadas indicam as seguintes situações:

- 1) Somente Pessoas Físicas - reflete a situação que se enquadra no art. 14 da IN SRF nº 126, de 2002;
- 2) Somente Pessoa(s) Jurídica(s) Imune(s) - reflete a situação que se enquadra no art. 2º, § 9º, inciso II da IN SRF nº 126, de 2002;
- 3) Pessoas Físicas e Pessoa(s) Jurídica(s) Imune(s) - reflete a situação que se enquadra no art. 14 da IN SRF nº 126, de 2002;
- 4) Demais combinações possíveis - refletem a situação que se enquadra no art. 2º, § 9º, inciso I da IN SRF nº 126, de 2002.

Campo 4 - CNPJ do Principal Patrocinador/FAPI

Informar nesta linha o CNPJ do FAPI ou do patrocinador (instituidor ou averbador) do plano ou do conjunto de planos. No caso de vários patrocinadores (instituidores ou averbadores), informar o CNPJ da pessoa jurídica que participou com a maior contribuição (maior valor do aporte de recursos da pessoa jurídica).

Linha 49/01 - Parcela do Resultado das Aplicações

Informar nesta linha a parcela do resultado (positivo ou negativo) identificada mediante segregação virtual (rateio) ou segregação real do resultado total, que cabe ao plano ou ao conjunto de planos informado.

Linha 49/02 - Compensações

Informar, nesta linha, apenas a parcela compensada do resultado negativo apurado em trimestres anteriores, ou seja, até o limite do resultado positivo (informado na linha 49/01) apurado no trimestre. Informar zero, no caso de resultado negativo na linha 49/01.

Linha 49/03 - Base de Cálculo

Diferença dos valores informados nas linhas 49/01 e 49/02.

Linha 49/04 - Cálculo do Imposto à Alíquota de 20 %

Valor resultante da aplicação da alíquota de 20 % (vinte por cento) sobre o valor indicado na linha 49/03.

Linha 49/05 - Contribuição do(s) Patrocinador(es)

Informar nesta linha o valor total das contribuições do(s) patrocinador(es) / instituidor(es), inclusive os das pessoas jurídicas imunes.

Linha 49/06 - Limitador

Informar nesta linha o valor correspondente ao limite apurado para recolhimento do imposto informado na linha 49/04 (art. 3º da IN SRF nº 126, de 2002). Para o ano-calendário de 2002, este limite corresponde a 12% do valor da contribuição do(s) patrocinador(es)/instituidor(es).

Linha 49/07 - Imposto

Menor valor resultante da comparação dos valores das linhas 49/04 e 49/06.

CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS

[17. IMPOSTO DE RENDA DAS PESSOAS JURÍDICAS \(IRPJ\)](#)

[18. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO \(CSLL\)](#)

[19. PESSOA JURÍDICA IMUNE OU ISENTA DE IRPJ](#)

[20. CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP E COFINS](#)

[21. IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS \(IPI\)](#)

[22. TRATAMENTO DAS VARIAÇÕES CAMBIAIS - MP Nº 1.858-10/1999, ART. 30](#)

[23. PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA](#)

17. IMPOSTO DE RENDA DAS PESSOAS JURÍDICAS (IRPJ)

[17.1 - Lucro Real](#)

[17.2 - Lucro Presumido](#)

[17.3 - Lucro Arbitrado](#)

[17.4 - Lucros Disponibilizados no Exterior](#)

[17.5 - Distribuição de Lucros](#)

[17.6 - Instruções para Cálculo do Imposto Postergado](#)

Medida Provisória nº 470 - Reedições
MP nº 497, 527, 549, 574, 606, 645, 691, 740, 799, 863, 916, 954, 979, 1005, 1.028, 1.050, 1.076, 1.103, 1.135, 1.168, 1.203, 1.238, 1.275, 1.314, 1.354, 1.396, 1.438, 1.486,
MP nº 1.486-29, e reedições.
MP nº 1.538, e reedições
MP nº 1.538-36, e reedições.
MP nº 1.618-48, de 12 de dezembro de 1997, e reedições.
MP nº 1.697-55, de 30 de junho de 1998, e reedições.
MP nº 1.763-61, de 14 de dezembro de 1998, e reedições.
MP nº 1.862-68, de 29 de junho de 1999, e reedições.
MP nº 1.974-74, de 10 de dezembro de 1999, e reedições.
MP nº 2.096-88, de 27 de dezembro de 2000, e reedições.
Lei nº 10.179, de 6 de fevereiro de 2001.

Medida Provisória nº 794, de 29 de dezembro de 1994 - Reedições.
MP nº 860, 915, 955, 980, 1006, 1.029, 1.051, 1.077, 1.104, 1.136, 1.169, 1.204, 1.239, 1.276, 1.315, 1.355, 1.397, 1.439, 1.487,.
MP nº 1.487-20, e reedições.
MP nº 1.539, e reedições.
MP nº 1.539-27, e reedições.
MP nº 1.619-39, de 12 de dezembro de 1997, e reedições.
MP nº 1.698-46, de 30 de junho de 1998, e reedições.
MP nº 1.769-52, de 14 de dezembro de 1998, e reedições.
MP nº 1.878-59, de 29 de junho de 1999, e reedições.
MP nº 1.982-65, de 10 de dezembro de 1999, e reedições.
Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000.

Medida Provisória nº 1.459 - Reedições .
MP nº 1.506, e reedições.
MP nº 1.559, e reedições.
MP nº 1.673-28, de 29 de junho de 1998, e reedições.
MP nº 1.749-34, de 14 de dezembro de 1998, e reedições.
MP nº 1.851-41, de 29 de junho de 1999, e reedições.
MP nº 1.943-47, de 09 de dezembro de 1999, e reedições.
MP nº 2.062-60, de 30 de novembro de 2000, e reedições.
MP nº 2.159-68, de 28 de junho de 2001, e reedições.

--

Medida Provisória nº 1.520 - Reedições .
MP nº 1.520-1, e reedições.
MP nº 1.635-16, de 12 de dezembro de 1997, e reedições.
MP nº 1.696-23, de 30 de junho de 1998, e reedições
MP nº 1.768-29, de 14 de dezembro de 1998, e reedições.
MP nº 1.877-36, de 29 de junho de 1999, e reedições.
MP nº 1.981-42, de 10 de dezembro de 1999, e reedições.
Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000.

Medida Provisória nº 1.562, de 19 de dezembro de 1996 - Reedições.
MP nº 1.562-1, e reedições.
MP nº 1.614-13, e reedições.
MP nº 1.740-26, e reedições.
Lei nº 9.808, de 20 de julho de 1999.

Medida Provisória nº 1.589, de 24 de setembro de 1997 - Reedições .
MP nº 1.611-3, de 11 de dezembro de 1997, e reedições.
MP nº 1.739-16, de 14 de dezembro de 1998, e reedições.
MP nº 1.871-24, de 29 de junho de 1999, e reedições.
Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999

Medida Provisória nº 1.636, de 12 de dezembro de 1997 - Reedições.
MP nº 1.636-1, de 13 de janeiro de 1998, e reedições.
MP nº 1.680-7, de 29 de junho de 1998, e reedições.
MP nº 1.753-13, de 14 de dezembro de 1998, e reedições.
MP nº 1.855-20, de 29 de junho de 1999, e reedições.
MP nº 1.990-26, de 14 de dezembro de 1999, e reedições.
MP nº 2.033-33, de 27 de junho de 2000, e reedições.
MP nº 2.132-40, de 28 de dezembro de 2000, e reedições.
MP nº 2.189-47, de 28 de junho de 2001, e reedições.

Medida Provisória nº 1.807, de 28 de janeiro de 1999 - Reedições.
MP nº 1.807-01, de 25 de fevereiro de 1999, e reedições.
MP nº 1.858-06, de 29 de junho de 1999, e reedições.
MP nº 1.991-12, de 14 de dezembro de 1999, e reedições.
MP nº 2.037-19, de 28 de junho de 2000, e reedições.
MP nº 2.113-26, de 27 de dezembro de 2000, e reedições.
MP nº 2.158-33, de 28 de junho de 2001, e reedições.

Medida Provisória nº 2.058, de 23 de agosto de 2000 - Reedições.
MP nº 2.058-1, de 21 de setembro de 2000, e reedições.
MP nº 2.128-5, de 27 de dezembro de 2000, e reedições.
MP nº 2.199-12, de 28 de junho de 2001, e reedições.

17.1 - Lucro Real (Trimestral e Anual)

17.1.1– Conceito (Trimestral e Anual)

É a base de cálculo do imposto sobre a renda apurada segundo registros contábeis e fiscais efetuados sistematicamente de acordo com as leis comerciais e fiscais.

17.1.2– Data de Apuração (Trimestral e Anual)

Para efeito da incidência do imposto sobre a renda, o lucro real das pessoas jurídicas deve ser apurado na data de encerramento do período de apuração (Lei nº 9.430, de 1996, arts. 1ª e 2ª).

O período de apuração encerra-se:

- nos dias 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro, no caso de apuração trimestral do imposto de renda;
- no dia 31 de dezembro de cada ano-calendário, no caso de apuração anual do imposto de renda;
- na data da extinção da pessoa jurídica, assim entendida a destinação total de seu acervo líquido;
- na data do evento, nos casos de incorporação, fusão ou cisão da pessoa jurídica.

Atenção:

A pessoa jurídica incorporadora fica obrigada à entrega da DIPJ na data do evento, no caso em que as pessoas jurídicas, incorporadora e incorporada, não estivessem sob o mesmo controle societário desde o ano-calendário anterior ao do evento (Lei nº 9.959, de 27 de janeiro de 2000, art. 5ª).

17.1.3– Pessoas Jurídicas Obrigadas ao Lucro Real - Ano-calendário de 2002

Estão obrigadas ao regime de tributação com base no lucro real, em cada ano-calendário, as pessoas jurídicas:

- cuja receita total, no ano-calendário anterior, seja superior ao limite de R\$24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais), ou de R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais) multiplicado pelo número de meses do período, quando inferior a doze meses;
- cujas atividades sejam de bancos comerciais, bancos de investimentos, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras de títulos, valores mobiliários e câmbio, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização e entidades de previdência privada aberta;
- que tiverem lucros, rendimentos ou ganhos de capital oriundos do exterior;
- que, autorizadas pela legislação tributária, usufruam de benefícios fiscais relativos à isenção ou redução do imposto;
- que, no decorrer do ano-calendário, tenham efetuado pagamento mensal do imposto de renda, determinado sobre a base de cálculo estimada, na forma do art. 2ª da Lei nº 9.430, de 1996;
- que explorem as atividades de prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção e riscos, administração de contas a pagar e a receber, compras de direitos creditórios resultantes de vendas mercantis a prazo ou de prestação de serviços (*factoring*).

Atenção:

- 1) Receita Total é o somatório da receita bruta mensal, das demais receitas e ganhos de capital, dos ganhos líquidos obtidos em operações realizadas nos mercados de renda variável e dos rendimentos nominais produzidos por aplicações financeiras de renda fixa, da parcela das receitas auferidas nas exportações às pessoas vinculadas ou aos países e dependências com tributação favorecida que exceder ao valor já apropriado na escrituração da empresa
- 2) As pessoas jurídicas e as sociedades em conta de participação que se encontram nas situações descritas nas alíneas "a" e "c" a "e" acima, poderão optar, durante o período em que submetidas ao Programa de Recuperação Fiscal (Refis), pelo regime de tributação com base no lucro presumido (Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000).
- 3) A partir de 1ª de janeiro de 2003 estão obrigadas à apuração do lucro real as pessoas jurídicas cuja receita total no ano-calendário anterior seja superior ao limite R\$ 48.000.000,00 (quarenta e oito milhões de reais), ou proporcional ao número de meses do período, quando inferior a 12 (doze) meses (art. 14, inciso I, da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, com a redação dada pelo art. 46 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002).

17.1.4. Apuração do Imposto de Renda com Base no Lucro Real (Trimestral e Anual)

As pessoas jurídicas devem apurar trimestralmente o imposto de renda com base no lucro real.

Opcionalmente, as pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real podem efetuar, mensalmente, o pagamento do

imposto de renda devido no curso do ano-calendário calculado sobre base de cálculo estimada, realizando a apuração definitiva apenas ao final do ano-calendário ou na data do evento, caso ocorra fusão, cisão, incorporação ou extinção da pessoa jurídica.

Esta opção alcança, inclusive, as pessoas jurídicas que em qualquer trimestre do ano-calendário tenham arbitrado o lucro ou tenham se utilizado da faculdade de suspender ou reduzir o valor dos pagamentos mensais ([subitem 17.1.6.3](#)), mediante a elaboração de balanços ou balancetes mensais (art. 37, § 5º, e art. 57, § 1º da Lei nº 8.981, de 1995, com a nova redação dada pela Lei nº 9.065, de 1995).

Incide multa de ofício de 75% (setenta e cinco por cento) sobre os valores do imposto devidos e não pagos, calculados sobre a base de cálculo estimada, ainda que apurado prejuízo fiscal no encerramento do período de apuração (ajuste anual), salvo se comprovado que a insuficiência de pagamento decorreu do levantamento do balanço ou balancete de suspensão ou redução na forma do art. 35 da Lei nº 8.981, de 1995, e alterações posteriores (Lei nº 9.430, de 1996, art. 44).

17.1.5 – Determinação da Base de Cálculo Estimada (Anual)

17.1.5.1 – Percentuais a Serem Aplicados Sobre a Receita Bruta Mensal

A base de cálculo do imposto, em cada mês, é determinada mediante a aplicação dos seguintes percentuais:

- a) 1,6% (um inteiro e seis décimos por cento) sobre a receita bruta mensal auferida na revenda, para consumo, de combustível derivado de petróleo, álcool etílico carburante e gás natural;
- b) 8% (oito por cento) sobre a receita bruta mensal proveniente:
 - b.1) da venda de produtos de fabricação própria;
 - b.2) da venda de mercadorias adquiridas para revenda;
 - b.3) da industrialização de produtos em que a matéria-prima, ou o produto intermediário ou o material de embalagem tenham sido fornecidos por quem encomendou a industrialização;
 - b.4) da atividade rural;
 - b.5) de serviços hospitalares;
 - b.6) do transporte de cargas;
 - b.7) das atividades de loteamento de terrenos, incorporação imobiliária e venda de imóveis construídos ou adquiridos para revenda;
 - b.8) de outras atividades não caracterizadas como prestação de serviços;
- c) 16% (dezesseis por cento) sobre a receita bruta mensal auferida pela prestação de serviços de transporte, exceto o de cargas;
- d) 32% (trinta e dois por cento) sobre a receita bruta mensal auferida com as atividades de:
 - d.1) prestação de serviços, pelas sociedades civis, relativos ao exercício de profissão legalmente regulamentada;
 - d.2) intermediação de negócios;
 - d.3) administração, locação ou cessão de bens imóveis, móveis ou direitos de qualquer natureza;
 - d.4) construção por administração ou por empreitada unicamente de mão-de-obra;
 - d.5) prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção de riscos, administração de contas a pagar e a receber, compras de direitos creditórios resultantes de vendas mercantis a prazo ou de prestação de serviços (*factoring*);
 - d.6) prestação de qualquer outra espécie de serviço não mencionada neste subitem.

As atividades de corretagem (seguros, imóveis, etc.) e as de representação comercial são consideradas atividades de intermediação de negócios.

Atenção:

- 1) No caso de atividades diversificadas é aplicado o percentual correspondente sobre a receita proveniente de cada atividade.
- 2) As sociedades cooperativas de consumo, bem como as demais quanto aos atos não cooperados, utilizam os percentuais de acordo com a natureza de suas atividades.

17.1.5.2– Determinação da Base de Cálculo do Imposto Por Meio de Percentual Favorecido

As pessoas jurídicas exclusivamente prestadoras de serviços em geral mencionadas nas alíneas "d.2" a "d.6" retro, cuja receita bruta anual seja de até R\$120.000,00, podem utilizar, para determinação da base de cálculo do imposto de renda mensal, o percentual de 16% (dezesseis por cento).

Se a receita bruta anual acumulada até determinado mês do ano-calendário exceder o limite anual de R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais), a pessoa jurídica deve determinar nova base de cálculo do imposto com a aplicação do percentual de 32% (trinta e dois por cento) e apurar a diferença do imposto postergado em cada mês transcorrido, no mês em que foi excedido o limite.

Esta diferença deve ser paga em Darf separado, nos códigos 2362 (pessoas jurídicas obrigadas ao lucro real) ou 5993 (pessoas jurídicas optantes pelo lucro real) até o último dia útil do mês subsequente ao mês em que ocorreu o excesso. Após este prazo, a diferença deve ser paga com os acréscimos legais.

17.1.5.3– Definição de Receita Bruta

A receita bruta das vendas e serviços compreende o produto da venda de bens nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado auferido nas operações de conta alheia, observando-se que:

- a) as pessoas jurídicas que explorem atividades imobiliárias relativas a loteamentos de terrenos, incorporação imobiliária,

construção de prédios destinados à venda, bem como a venda de imóveis construídos ou adquiridos para revenda, devem considerar como receita bruta o montante efetivamente recebido, relativo às unidades imobiliárias vendidas;

b) nos casos de contratos com prazo de execução superior a um ano, de construção por empreitada ou de fornecimento a preço predeterminado de bens ou serviços a serem produzidos, deve ser computada na receita bruta parte do preço total da empreitada, ou dos bens ou serviços a serem fornecidos, determinada mediante a aplicação, sobre esse preço total, da percentagem do contrato ou da produção executada em cada mês, observado o disposto na alínea "d";

c) no caso de construções ou fornecimentos contratados com base em preço unitário de quantidades de bens ou serviços produzidos em prazo inferior a um ano, a receita deve ser incluída no mês em que for completada cada unidade;

d) a receita decorrente de fornecimento de bens e serviços para pessoa jurídica de direito público ou empresa sob seu controle, empresas públicas, sociedades de economia mista ou sua subsidiária, nos casos de empreitada ou fornecimento contratado nas condições do art. 10 e § 2º do Decreto-lei nº 1.598, de 1977, deve ser reconhecida no mês do recebimento;

e) as receitas obtidas pelas empresas de "factoring", representada pela diferença entre a quantia expressa no título de crédito adquirido e o valor pago, deve ser reconhecida na data da operação.

O disposto na alínea "d" acima aplica-se também aos créditos quitados pelo Poder Público com títulos de sua emissão, inclusive com Certificados de Securitização, emitidos especificamente para essa finalidade, quando a receita deve ser reconhecida por ocasião do resgate dos títulos ou de sua alienação sob qualquer forma.

Na receita bruta não se incluem as vendas canceladas, os descontos incondicionais concedidos e os impostos não cumulativos cobrados destacadamente do comprador ou contratante dos quais o vendedor dos bens ou o prestador dos serviços seja mero depositário - IPI.

Atenção:

As receitas provenientes de atividade incentivada não compõem a base de cálculo do imposto na proporção do benefício a que a pessoa jurídica, submetida ao regime de tributação com base no lucro real, fizer jus.

17.1.5.4– Acréscimos à Base de Cálculo

São acrescidos à base de cálculo, no mês em que forem auferidos, os ganhos de capital, as demais receitas e os resultados positivos decorrentes de receitas não compreendidas na atividade, inclusive:

- a) os rendimentos auferidos nas operações de mútuo realizadas entre pessoas jurídicas controladoras, controladas, coligadas ou interligadas;
- b) os ganhos auferidos na alienação de participações societárias permanentes em sociedades coligadas e controladas, e de participações societárias que permaneceram no ativo da pessoa jurídica até o término do ano-calendário seguinte ao de suas aquisições;
- c) a realização de 1/120 do saldo do lucro inflacionário existente em 31/12/1995 (Lei nº 9.249, de 1995, art. 7º);
- d) os ganhos auferidos em operações de cobertura (*hedge*) realizadas em bolsas de valores, de mercadorias e de futuros ou no mercado de balcão;
- e) a receita de locação de imóvel, quando este não for o objeto social da pessoa jurídica, deduzida dos encargos necessários à sua percepção;
- f) os juros equivalentes à taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), para títulos federais, acumulada mensalmente, relativos a impostos e contribuições a serem restituídos ou compensados;
- g) as variações monetárias ativas;
- h) a diferença entre o valor em dinheiro ou o valor dos bens e direitos recebidos de instituição isenta, a título de devolução de patrimônio, e o valor em dinheiro ou o valor dos bens e direitos que tenha sido entregue para a formação do referido patrimônio (Lei nº 9.532, de 1997, art. 17, § 3º, e 81, II);
- i) os ganhos de capital auferidos na devolução de capital em bens e direitos.

Atenção:

- 1) Quanto à alínea "g", as variações monetárias dos direitos de crédito e das obrigações do contribuinte, em função da taxa de câmbio, serão consideradas, para efeito de determinação da base de cálculo quando da liquidação da correspondente operação. À opção da pessoa jurídica, as variações monetárias poderão ser consideradas na determinação da base de cálculo pelo regime de competência, sendo que a opção aplica-se a todo ano-calendário. (MP nº 1.858-10, de 1999, art. 30 e reedições). Maiores informações sobre o tratamento das variações monetárias em função da taxa de câmbio poderão ser obtidas no [item 22](#) deste manual.
- 2) Quanto à alínea "h", devem ser aplicadas as normas do inciso I do art. 17 da Lei nº 9.249, de 1995 aos valores entregues até o final de 1995 (Lei nº 9.532, de 1997, art. 17, § 1º).

17.1.5.5– Valores Não Integrantes da Base de Cálculo

Não integram a base de cálculo do imposto de renda mensal:

- a) os rendimentos e ganhos líquidos produzidos por aplicação financeira de renda fixa e variável, inclusive:
 - a.1) a diferença positiva entre o valor do resgate, líquido do IOF, e o valor de aquisição de quotas de fundos de investimento, clube de investimentos e outros da espécie – renda fixa;
 - a.2) o rendimento auferido em operações de mútuo e de compra vinculada à revenda, no mercado secundário, tendo por objeto ouro, ativo financeiro;
 - a.3) o rendimento auferido no resgate de quotas de fundo de investimento, clube de investimento e outros fundos da espécie – renda variável;

a.4) os rendimentos auferidos em operações de swap;

Atenção:

Os rendimentos e ganhos líquidos produzidos por aplicações financeiras de renda fixa e variável são considerados na determinação da base de cálculo do imposto de renda mensal quando não houverem sido submetidos à incidência na fonte ou ao recolhimento mensal obrigatório. (arts. 65 a 75 da Lei nº 8.981, de 1995; arts. 35 e 28, § 9º, da Lei nº 9.532, de 1997).

b) as recuperações de créditos que não representem ingressos de novas receitas;

c) a reversão de saldo de provisões anteriormente constituídas;

d) os lucros e dividendos decorrentes de participações societárias avaliadas pelo custo de aquisição e a contrapartida do ajuste por aumento do valor de investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial;

e) os juros sobre o capital próprio auferidos.

Atenção:

Para efeito de determinar a base de cálculo mensal estimada do imposto de renda, as emissoras de rádio e televisão, obrigadas à divulgação gratuita de propaganda partidária podem deduzir 0,8 do resultado da multiplicação do preço do espaço comercializável pelo tempo efetivamente utilizado pela emissora em programação destinada a publicidade comercial, no período de duração daquela propaganda, conforme regulamentação do Poder Executivo. As empresas concessionárias de serviços públicos de telecomunicações, obrigadas ao tráfego gratuito de sinais de televisão e rádio, podem excluir 0,8 do valor que seria cobrado às emissoras de rádio e televisão pelos tempos destinados à divulgação gratuita de propaganda partidária para efeito da determinação da base de cálculo mensal estimada do imposto de renda, conforme definido em regulamentação do Poder Executivo.

17.1.6– Determinação do Imposto de Renda Devido

17.1.6.1 – Alíquotas (Trimestral e Anual)

As alíquotas do imposto de renda em vigor no ano-calendário são as seguintes:

a) 15% (quinze por cento) sobre o lucro real apurado pelas pessoas jurídicas em geral, seja comercial ou civil o seu objeto;

b) 10% (dez por cento) sobre a realização do saldo de lucro inflacionário prevista no art. 9º da Lei nº 9.532, de 1997 (Medida Provisória nº 2.113-30, de 26 de abril de 2001, art. 62).

c) 6% (seis por cento) sobre o lucro inflacionário acumulado até 31 de dezembro de 1987, das empresas concessionárias de serviços públicos de energia elétrica e telecomunicações, das empresas de saneamento básico e das empresas que exploram a atividade de transporte coletivo de passageiros, concedida ou autorizada pelo poder público e com tarifa por ele fixada, realizado no período de apuração (trimestral ou anual) do imposto.

d) 3% (três por cento) sobre a realização do saldo de lucro inflacionário objeto de tributação na forma do art. 28 da Lei nº 7.730, de 31 de janeiro de 1989, prevista no § 1º do art. 9º da Lei nº 9.532, de 1997 (Medida Provisória nº 2.113-30, de 26 de abril de 2001, art. 62).

17.1.6.2– Adicional (Trimestral e Anual)

A parcela do lucro real que exceder ao resultado da multiplicação de R\$20.000,00 (vinte mil reais) pelo número dos meses do respectivo período de apuração sujeita-se à incidência do adicional, à alíquota de 10% (dez por cento). Também se encontra sujeita ao adicional a parcela da base de cálculo estimada mensal, no caso das pessoas jurídicas que optaram pela apuração anual do imposto de renda, que exceder a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

A alíquota do adicional é única para todas as pessoas jurídicas, inclusive instituições financeiras, sociedades seguradoras e assemelhadas.

O adicional incide, inclusive, sobre os resultados tributáveis de pessoa jurídica que explore atividade rural (Lei nº 9.249, de 1995, art. 3º, § 3º). No caso de atividades mistas, a base de cálculo do adicional será a soma do lucro real apurado nas atividades em geral com o lucro real apurado na atividade rural.

17.1.6.3– Suspensão ou Redução do Pagamento do Imposto de Renda Mensal (Anual)

A pessoa jurídica poderá suspender o pagamento do imposto, desde que demonstre que o valor do imposto devido, calculado com base no lucro real do período em curso, é igual ou inferior à soma do imposto de renda devido por estimativa, correspondente aos meses do mesmo ano-calendário, anteriores àquele a que se refere o balanço ou balancete levantado, conforme exemplo a seguir:

Exemplo 1: Pessoa jurídica, que comercializa mercadorias, levantou balanço para suspender o pagamento do IRPJ em março do ano-calendário, tendo efetuado apuração de imposto utilizando-se da base de cálculo estimada nos meses de janeiro e fevereiro.

Janeiro: Receita Bruta R\$ 100.000,00

Percentual x 8%

Base estimada R\$ 8.000,00

Alíquota do IR x 15%

 IR devido R\$ 1.200,00
 Fevereiro: Receita Bruta R\$ 200.000,00
 Percentual x 8%

 Base estimada R\$ 16.000,00
 Alíquota do IR x 15%

 IR devido R\$ 2.400,00
 Março : Lucro Real até 31/03 R\$ 20.000,00
 Alíquota do IR x 15%

 IR apurado R\$ 3.000,00

Como a pessoa jurídica apurou o valor de R\$3.600,00 correspondente ao imposto relativo aos meses de janeiro e fevereiro e como o imposto calculado com base no lucro real do período compreendido a partir de 1ª de janeiro até 31 de março resultou no valor de R\$3.000,00, a mesma poderá suspender o pagamento do imposto, uma vez que o imposto, correspondente a esse período, apurado com base no lucro real, é inferior a soma do imposto devido sobre a base estimada nos meses de janeiro e fevereiro.

Atenção:

- 1) O procedimento descrito no exemplo acima não desobriga o contribuinte do pagamento dos valores apurados sobre a base de cálculo estimada relativamente aos meses de janeiro e fevereiro (Lei nº 8.981, de 1995, art. 35; Lei nº 9.430, de 1996, art. 2ª; Decreto nº 3.000, de 1999, art. 230).
- 2) Aos valores devidos relativos ao imposto apurado sobre a base de cálculo estimada, que não tiverem sido pagos nas datas de vencimento previstas na legislação específica, deverão ser pagos com os acréscimos legais (multa de mora e juros de mora).
- 3) Considerando o exemplo-1 e o disposto no item "2" acima, temos:
 IR devido JAN - R\$1.200,00 - vencto 28/02
 IR devido FEV - R\$2.400,00 - vencto 31/03
 IR devido MAR - R\$ - - vencto -

O valor do imposto mensal poderá ser reduzido ao montante correspondente à diferença positiva entre o imposto devido no período em curso e a soma do imposto de renda devido, correspondente aos meses do mesmo ano-calendário, anteriores àquele a que se refere o balanço ou balancete levantado, conforme exemplo a seguir:

Exemplo 2: Pessoa jurídica, que comercializa mercadorias, levantou balanço para reduzir o pagamento do IRPJ em março do ano-calendário, tendo efetuado apuração de imposto utilizando-se da base de cálculo estimada nos meses de janeiro e fevereiro.

Janeiro: Receita Bruta R\$100.000,00
 Percentual x 8%

 Base estimada R\$ 8.000,00
 Alíquota do IR x 15%

 IR devido R\$ 1.200,00
 Fevereiro: Receita Bruta R\$200.000,00
 Percentual x 8%

 Base estimada R\$ 16.000,00
 Alíquota do IR x 15%

 IR devido R\$ 2.400,00
 Março: Receita Bruta R\$ 150.000,00
 Percentual x 8%

 Base estimada R\$ 12.000,00
 Alíquota do IR x 15%

 IR devido R\$ 1.800,00
 Março : Lucro Real até 31/03 R\$ 30.000,00
 Alíquota do IR x 15%

 IR apurado R\$ 4.500,00

Como a pessoa jurídica apurou o valor de R\$3.600,00 correspondente ao imposto relativo aos meses de janeiro e fevereiro e como o imposto calculado com base no lucro real do período compreendido a partir 1ª de janeiro até 31 de março resultou no valor de R\$4.500,00, a mesma poderá reduzir o valor a ser pago de R\$900,00 (R\$4.500,00–R\$3.600,00) ao invés de

pagar o valor de R\$1.800,00 apurado sobre a base de cálculo estimada de março.

Atenção:

- 1) O procedimento descrito no exemplo acima não desobriga o contribuinte do pagamento dos valores apurados sobre a base de cálculo estimada relativamente aos meses de janeiro e fevereiro/2002 (Lei nº 8.981, de 1995, art. 35; Lei nº 9.430, de 1996, art. 2ª; Decreto nº 3.000, de 1999, art. 230).
- 2) Aos valores devidos relativos ao imposto apurado sobre a base de cálculo estimada, que não tiverem sido pagos nas datas de vencimento previstas na legislação específica, deverão ser pagos com os acréscimos legais (multa de mora e juros de mora).
- 3) Considerando o exemplo-2 e o disposto no item "2" acima, temos:
 IR devido JAN - R\$1.200,00 - vencto 28/02
 IR devido FEV - R\$2.400,00 - vencto 31/03
 IR devido MAR - R\$ 900,00 - vencto 30/04

A diferença verificada, correspondente ao imposto de renda apurado a maior, no período abrangido pelo balanço de suspensão, não poderá ser utilizada para reduzir o montante do imposto devido em meses subseqüentes do mesmo ano-calendário, calculado com base na receita bruta e acréscimos.

Caso a pessoa jurídica pretenda suspender ou reduzir o valor do imposto devido, em qualquer outro mês do ano-calendário, deverá levantar novo balanço ou balancete do período em curso.

O pagamento do imposto de renda relativo ao mês de janeiro do ano-calendário poderá ser efetuado com base em balanço ou balancete de suspensão ou redução, se ficar demonstrado que o imposto devido no período é inferior ao calculado sobre a base de cálculo estimada. Os balanços ou balancetes de suspensão ou redução deverão ser levantados com observância das leis comerciais e fiscais e transcritos no livro Diário até a data fixada para pagamento do imposto do respectivo mês.

Esses balanços ou balancetes somente produzirão efeitos para fins de determinação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido do período em curso.

Para os efeitos deste subitem, considera-se período em curso aquele compreendido a partir de 1º de janeiro ou o do início de atividade até o último dia do mês a que se referir o balanço ou balancete. O imposto devido no período em curso é o resultado da aplicação da alíquota do imposto sobre o lucro real, acrescido do adicional, e deduzido, quando for o caso, dos incentivos fiscais de dedução e de isenção ou redução.

Para fins de determinação do resultado contábil, a pessoa jurídica deverá promover, ao final de cada período de apuração, levantamento e avaliação de seus estoques, segundo a legislação específica, dispensada a escrituração do livro "Registro de Inventário". A pessoa jurídica que possuir registro permanente de estoques, integrado e coordenado com a contabilidade, somente estará obrigada a ajustar os saldos contábeis, pelo confronto com a contagem física, ao final do ano-calendário ou do encerramento do período de apuração, nos casos de incorporação, fusão, cisão ou extinção da pessoa jurídica.

O resultado do período em curso deverá ser ajustado por todas as adições determinadas, exclusões e compensações de prejuízos fiscais admitidas pela legislação do imposto de renda. A demonstração do lucro real relativa ao período abrangido pelos balanços ou balancetes de suspensão ou redução deverá ser transcrita no Livro de Apuração do Lucro Real (Lalur). A cada balanço ou balancete levantado para fins de suspensão ou redução do imposto, o contribuinte deverá determinar um novo lucro real para o período em curso, desconsiderando aqueles apurados em meses anteriores do mesmo ano-calendário. As adições, exclusões e compensações de prejuízos fiscais computadas na apuração do lucro real, correspondentes aos balanços ou balancetes, deverão constar, discriminadamente, na parte A do Lalur, para fins de elaboração da demonstração do lucro real do período em curso, não cabendo nenhum registro na parte B do referido livro. Ocorrendo apuração de prejuízo fiscal, a pessoa jurídica estará dispensada do pagamento do imposto correspondente ao mês em que foi levantado o balanço ou balancete de suspensão ou redução.

Atenção:

A pessoa jurídica, tributada segundo as normas de tributação em bases universais, que levantar balanço ou balancete de suspensão ou redução em 31 de dezembro deverá computar os lucros disponibilizados, nos termos do art. 1ª da Lei nº 9.532, de 1997, com nova redação dada pelo art. 3ª da Lei nº 9.959, de 2000, pelo art. 35 da MP nº 1.991-15, de 2000, e reedições; e pelo art. 74 da [MP nº 2.158-34](#), de 2001, e os rendimentos e os ganhos de capital, auferidos no exterior, nesse balanço ou balancete, para fins do cálculo do imposto de renda (Vide [subitem 17.4](#)).

2) Para efeito de determinar a base de cálculo mensal do imposto de renda com base em balanço ou balancete de suspensão ou redução, as emissoras de rádio e televisão, obrigadas à divulgação gratuita de propaganda partidária podem deduzir 0,8 do resultado da multiplicação do preço do espaço comercializável pelo tempo efetivamente utilizado pela emissora em programação destinada a publicidade comercial, no período de duração daquela propaganda, conforme regulamentação do Poder Executivo. As empresas concessionárias de serviços públicos de telecomunicações, obrigadas ao tráfego gratuito de sinais de televisão e rádio, podem excluir 0,8 do valor que seria cobrado às emissoras de rádio e televisão pelos tempos destinados à divulgação gratuita de propaganda partidária para efeito da determinação da base de cálculo mensal estimada do imposto de renda, conforme definido em regulamentação do Poder Executivo.

17.1.6.4– Dedução do Imposto Devido (Trimestral e Anual)

A pessoa jurídica sujeita ao Lucro Real poderá deduzir do imposto devido:

a) os seguintes incentivos fiscais: Caráter Cultural e Artístico, Programa de Alimentação ao Trabalhador, Desenvolvimento Tecnológico Industrial/Agropecuário, Atividade Audiovisual, Fundos do Direito da Criança e do Adolescente, Regionais de Redução e/ou Isenção do Imposto, e de Redução por Reinvestimento, em conformidade com a legislação pertinente e as observações contidas no [subitem 17.1.7](#) deste manual;

Atenção:

Os incentivos fiscais citados acima, à exceção dos relativos a Desenvolvimento Tecnológico Industrial/Agropecuário, dos Regionais de Redução e/ou Isenção do Imposto, e dos de Redução por Reinvestimento, podem ser deduzidos do imposto devido calculado sobre base de cálculo estimada mensalmente com base na receita bruta.

b) o imposto de renda pago ou retido na fonte sobre as receitas que integraram a base de cálculo do imposto devido;
c) imposto pago no exterior sobre lucros disponibilizados, rendimentos e ganhos de capital, Linhas [11/08](#); [12A/12](#); [14A/26](#); [14B/61](#); [15/28](#); [37/12](#); [37/15](#) (Vide [subitem 17.4](#));

Atenção:

A compensação dos tributos pagos no país de domicílio da filial, sucursal, controlada ou coligada da pessoa jurídica, bem como o pago relativamente a rendimentos e ganhos de capital auferidos no exterior está limitada:

- a) ao imposto pago no exterior, correspondente aos lucros de cada filial, sucursal, controlada ou coligada, bem assim aos rendimentos e ganhos de capital que houverem sido computados na determinação do lucro real; e
- b) à diferença positiva entre os valores calculados sobre o lucro real com e sem a inclusão dos referidos lucros, rendimentos e ganhos de capital provenientes do exterior

O imposto pago no exterior não poderá ser compensado nos recolhimentos mensais referentes aos meses de janeiro a novembro, bem como no caso de pagamento do imposto no mês de dezembro com base na receita bruta e acréscimos.

Conversão para Reais:

O tributo pago no exterior, a ser compensado, será convertido em Reais tomando-se por base a taxa de câmbio da moeda do país de origem, fixada para a venda, pelo Banco Central do Brasil, correspondente à data de seu efetivo pagamento. Caso a moeda do país de origem não tenha cotação no Brasil, o seu valor será convertido em Dólares dos Estados Unidos da América e, em seguida, em Reais.

d) o imposto retido na fonte sobre rendimentos pagos ou creditados à filial, sucursal, controlada ou coligada de pessoa jurídica domiciliada no Brasil, não compensado em virtude de a beneficiária ser domiciliada em país enquadrado nas disposições do art. 24 da Lei nº 9.430, de 1996, quando os resultados da filial, sucursal, controlada ou coligada, que contenham os referidos rendimentos, forem computados na determinação do lucro real da pessoa jurídica no Brasil (MP nº 1.858-6, de 1999, e reedições);

e) o imposto de renda retido na fonte por órgãos públicos, conforme art. 64 da Lei nº 9.430, de 1996.

17.1.6.5 – Compensações do Imposto de Renda Devido (Trimestral e Anual)

A pessoa jurídica poderá efetuar as seguintes compensações:

- a) pagamentos indevidos ou a maior de imposto de renda;
- b) saldo negativo de imposto de renda de períodos anteriores;
- c) outras compensações efetuadas mediante processo administrativo.

As compensações efetuadas deverão ser demonstradas na DCTF.

17.1.6.6 – Opção para Aplicação em Investimentos Regionais (Trimestral e Anual)

A pessoa jurídica ou grupos de empresas coligadas de que trata o art. 9º da Lei nº 8.167, de 1997, alterado pela Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, que, isolada ou conjuntamente, detenham, pelo menos, cinquenta e um por cento do capital votante de sociedade titular de projetos nas áreas de atuação das extintas Sudam e Sudene ou do Grupo Executivo para Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo (Geres), aprovados, no órgão competente, até o dia 2 de maio de 2001, enquadrado em setores da economia considerados, pelo Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional, que sejam beneficiários das aplicações no Finor, Finam e Funres, poderão manifestar a opção pela aplicação de parte do imposto de renda em investimentos regionais na declaração ou no curso do ano-calendário, nas datas de pagamento do imposto com base no lucro estimado, apurado mensalmente, ou no lucro real, apurado trimestralmente (MP nº 2.199-14, de 2001, art. 4º, e MP nº 2.145, de 2 de maio de 2001, art. 50, inciso XX, atuais MP nº 2.156-5, de 2001, art. 32, inciso XVIII, e nº 2.157-5, de 2001, art. 32, inciso IV).

Atenção:

As aplicações somente poderão ser efetuadas até o final do prazo previsto para a implantação dos respectivos projetos.

Opção para aplicação em Investimentos Regionais ficou extinta a partir de 2 de maio de 2001 para as pessoas jurídicas que não se enquadrem no art. 9º da Lei nº 8.167, de 1997. (MP nº 2.199-14, de 2001, art. 4º, e MP nº 2.145, de 2001, art. 50, inciso XX, atuais MP nº 2.156-5, de 2001, art. 32, inciso XVIII, e nº 2.157-5, de 2001, art. 32, inciso IV)

Sem prejuízo do limite específico para cada incentivo, o conjunto das aplicações em favor do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor) e do Fundo de Investimentos da Amazônia (Finam) não poderá exceder, em cada período de apuração, os percentuais do imposto devido a seguir indicados, incluídas as deduções compulsórias, no montante de doze por cento, em favor do Programa de Integração Nacional (PIN) de que trata o art. 5º do Decreto-lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970, e do Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (Proterra) de que cuida o art. 6º do Decreto-lei nº 1.179, de 6 de julho de 1971):

I - 30% (trinta por cento), relativamente aos períodos de apuração encerrados a partir de 1ª de janeiro de 1998 até 31 de dezembro de 2003;

II - 20% (vinte por cento), relativamente aos períodos de apuração encerrados a partir de 1ª de janeiro de 2004 até 31 de dezembro de 2008;

III - 10% (dez por cento), relativamente aos períodos de apuração encerrados a partir de 1ª de janeiro de 2009 até 31 de dezembro de 2013.

A pessoa jurídica que efetuar pagamentos mensais deverá recolher o valor correspondente à aplicação em investimentos regionais, em Darf específico com os códigos:

- a) 9004 – IRPJ – Finor – Balanço Trimestral;
- b) 9017 – IRPJ – Finor - Estimativa;
- c) 9020 – IRPJ – Finam – Balanço Trimestral;
- d) 9032 – IRPJ – Finam – Estimativa;
- e) 9045 – IRPJ – Funres – Balanço Trimestral;
- f) 9058 – IRPJ – Funres – Estimativa;
- g) 9344 – IRPJ – Finor – Ajuste;
- h) 9360 – IRPJ – Finam – Ajuste;
- i) 9072 – IRPJ – Funres – Ajuste.

A parcela excedente destinada aos fundos verificada no ajuste anual pelas pessoas jurídicas será considerada como recurso próprio aplicado no respectivo projeto, quando o recolhimento for efetuado pelas pessoas jurídicas de que trata o art. 9º da Lei nº 8.167, de 1991.

As pessoas jurídicas abrangidas pelo disposto no art. 2º da Lei nº 7.714, de 29 de dezembro de 1988, não poderão gozar dos incentivos de que trata este subitem 17.1.6.6 relativamente à parcela do lucro inflacionário tributada à alíquota de seis por cento.

Valor Mínimo das Aplicações:

Não serão consideradas aplicações inferiores a R\$8,28.

17.1.7 – Considerações Gerais sobre Incentivos (Trimestral e Anual)

Não têm direito aos benefícios fiscais relacionados neste Item 17:

- a) as pessoas jurídicas tributadas com base no lucro presumido;
- b) as pessoas jurídicas tributadas com base no lucro arbitrado;
- c) as pessoas jurídicas instaladas em Zona de Processamento de Exportação (ZPE);
- d) as microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), optantes pelo o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples);

A vedação de que trata a letra “a” não se aplica às pessoas jurídicas que optarem pelo regime de tributação com base no lucro presumido durante o período em que submetidas ao Programa de Recuperação Fiscal (Refis), relativamente aos incentivos de isenção e redução do imposto.

A entidade aberta ou fechada de previdência complementar, a sociedade seguradora e o administrador do Fundo de Aposentadoria Programada Individual (Fapi) não poderão gozar dos incentivos relativamente à parcela do resultado apurado pelo regime especial de tributação, de que trata o art. 2º da Medida Provisória nº 2.222, de 2001.

posições Finais

A prática de atos que configurem crimes contra a ordem tributária (Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990), bem assim a falta de emissão de notas fiscais, nos termos da Lei nº 8.846, de 21 de janeiro de 1994, acarretarão à pessoa jurídica infratora a perda, no ano-calendário correspondente, dos incentivos e benefícios de redução ou isenção previstos na legislação tributária.

Nos casos em que for necessária concessão ou reconhecimento expressos pelos órgãos ou entidades da Administração Pública Federal dos incentivos ou benefícios fiscais de que trata esta Instrução Normativa, serão exigidas as Certidões Negativas de Débitos relativamente aos tributos e contribuições federais.

Parágrafo único. Na hipótese do caput, é obrigatória a consulta prévia ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin), pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta, para a concessão ou reconhecimento de incentivos fiscais.

A prática de atos que configurem crimes contra a ordem tributária (Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990), bem assim a falta de emissão de notas fiscais, nos termos da Lei nº 8.846, de 21 de janeiro de 1994, acarretarão à pessoa jurídica infratora a perda, no ano-calendário correspondente, dos incentivos e benefícios de redução ou isenção previstos na legislação tributária.

Para os fins de cálculo dos incentivos de dedução do imposto referidos neste subitem, deverá ser excluída, do imposto de renda devido, a parcela do imposto correspondente a lucros, rendimentos ou ganhos de capital auferidos no exterior (Lei nº 9.323, de 1996, arts. 1º e 3º; Lei nº 9.430, de 1996, art. 16, § 4º).

Na determinação dos limites dos incentivos, não é permitida qualquer dedução a título de incentivo fiscal do adicional do imposto de renda (§ 4º do art. 3º da Lei nº 9.249, de 1995).

Observar as seguintes instruções sobre dedução do imposto devido:

17.1.7 – I – Caráter Cultural e Artístico

A pessoa jurídica poderá deduzir do imposto devido as quantias efetivamente realizadas no período de apuração a título de doações ou patrocínio, tanto mediante contribuições ao Fundo Nacional de Cultura (FNC) na forma de doações nos termos do inciso II do art. 5º da Lei nº 8.313, de 1991, quanto mediante apoio direto a projetos:

a) culturais aprovados na forma da regulamentação do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) nos termos do inciso II do art. 26 da Lei nº 8.313, de 1991;

b) relacionados à produção cultural, a que se refere o art. 18, caput e §§ 1º e 3º, da Lei nº 8.313, de 1991, nos segmentos de:

b-1) artes cênicas;

b-2) livros de valor artístico, literário ou humanístico;

b-3) música erudita ou instrumental;

b-4) exposições de artes visuais;

b-5) doações de acervos para bibliotecas públicas, museus, arquivos públicos e cinematecas, bem assim treinamento de pessoal e aquisição de equipamentos para a manutenção desses acervos;

b-6) produção de obras cinematográficas e videofonográficas de curta e média metragem e preservação e difusão do acervo audiovisual; e

b-7) preservação do patrimônio cultural material e imaterial.

c) relativos à produção de obras cinematográficas e videofonográficas brasileiras de longa, média e curta metragens de produção independente, de co-produção de obras cinematográficas e videofonográficas brasileiras de produção independente, de telefilmes, minisséries, documentais, ficcionais, animações e de programas de televisão de caráter educativo e cultural, brasileiros de produção independente, aprovados pela Agência Nacional do Cinema (Ancine) nos termos do § 6º do art. 39 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de agosto de 2001, desde que produzidos com os recursos de que trata o inciso X desse mesmo art. 39.

Os projetos culturais devem ser previamente aprovados pelo Ministério da Cultura (MinC), observado o disposto em seus atos baixados para este fim.

Os projetos de que tratam as letras "a" e "b", relacionados a obras cinematográficas e videofonográficas, devem ser previamente aprovados pelo MinC ou pela Ancine.

Somente podem usufruir dos benefícios fiscais culturais os incentivadores que obedecerem, para suas doações ou patrocínios, o período definido pelas portarias de homologação do MinC ou Ancine, publicadas no Diário Oficial da União. A pessoa jurídica poderá deduzir do imposto devido o valor calculado deste incentivo, observando-se a legislação de concessão dos projetos e os limites legais estabelecidos, conforme a seguir:

a) projetos aprovados nos termos dos arts. 25 e 26 da Lei nº 8.313, de 1991:

a.1) 40% do somatório das doações;

a.2) 30% do somatório dos patrocínios.

b) projetos aprovados nos termos do art. 18 da Lei nº 8.313, de 1991, alterado pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999, e pelo art. 53 da MP nº 2.228, de 2001:

b.1) 100% do somatório das doações;

b.2) 100% do somatório dos patrocínios.

c) projetos aprovados Ancine nos termos do § 6º do art. 39 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de agosto de 2001, produzidos com os recursos de que trata o inciso X desse mesmo art. 39.

c.1) 100% do somatório das doações;

c.2) 100% do somatório dos patrocínios.

As doações feitas em favor do FNC poderão ser deduzidas nos termos da letra "a 1", desde que sejam comprovadas por meio de recibo de depósito bancário e de declaração de recebimento firmada pelo donatário.

A dedução do imposto de renda a este título não poderá exceder, isoladamente, a 4% do imposto de renda devido.

Além de observar o limite específico de cada incentivo, o total das deduções relativas aos incentivos em operações de caráter cultural e atividade audiovisual, inclusive os relativos aos investimentos nos Fundos de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional (Funcines) não poderá exceder a 4% do imposto devido.

A pessoa jurídica que tiver projeto aprovado nos termos dos arts. 25 e 26 da Lei nº 8.313, de 1991, além de efetuar as deduções do imposto devido, conforme o item "a", não terá prejudicado o direito de deduzir o valor relativo às doações e/ou aos patrocínios como despesa operacional.

A pessoa jurídica que tiver projeto aprovado nos termos do § 6º do art. 39 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de agosto de 2001, produzidos com os recursos de que trata o inciso X desse mesmo art. 39, e ou nos termos do art. 18 da Lei nº 8.313, de 1991, alterado pela Lei nº 9.874, de 1999, e pelo art. 53 da MP nº 2.228, de 2001, que fizer jus à dedução do imposto de renda, não poderá efetuar qualquer dedução do valor correspondente às doações ou patrocínios como despesa operacional.

17.1.7 – II – Programa de Alimentação ao Trabalhador - PAT

A pessoa jurídica que tiver Programas de Alimentação ao Trabalhador aprovados pelo Ministério do Trabalho, respeitado o limite estabelecido na legislação, poderá deduzir do imposto de renda o valor equivalente a 15% do total das despesas de custeio efetuadas no período de apuração.

Para a utilização do benefício, o custo máximo da refeição será de R\$2,49 (dois reais e quarenta e nove centavos), no caso de o custo efetivo ter sido superior a esse valor. O valor mensal do benefício será calculado mediante a aplicação da alíquota do imposto sobre o resultado da multiplicação do número de refeições fornecidas em cada período de apuração, correspondente a 80% do custo efetivo de cada refeição. No caso de o custo efetivo ser igual ou superior a R\$2,49 o valor

mensal do benefício será calculado mediante a aplicação da alíquota do imposto sobre o resultado da multiplicação do número de refeições fornecidas, no período de apuração, pelo valor de \$1,99 (um real e noventa e nove centavos). A pessoa jurídica que estiver apurando lucro real anual considerará como valor do benefício o resultado da soma dos valores correspondentes aos meses do ano-calendário, observados os limites em relação ao imposto devido.

A dedução do imposto de renda a este título não poderá exceder, isoladamente, a 4% do imposto de renda devido. Eventuais excessos podem ser transferidos para dedução nos dois anos-calendário subseqüentes (Decreto nº 3.000, de 1999, art. 582).

Observado o limite específico de cada incentivo, o total das deduções do imposto, apurado no encerramento do período trimestral, anual (ajuste), ou no período correspondente ao balanço ou balancete de suspensão ou redução, relativas ao PAT – Programa de Alimentação ao Trabalhador e aos Programas de Desenvolvimento Tecnológico Industrial – PDTI e Programa de Desenvolvimento Tecnológico Agropecuário – PDTA, aprovados a partir de 3 de junho de 1993, não poderá exceder a 4% do imposto devido (Lei nº 9.532, de 1997, art. 6º, I e art. 81, II).

17.1.7 – III – Atividade Audiovisual

III.1 - Produção de obras e projetos audiovisuais

As pessoas jurídicas sujeitas ao lucro real poderão deduzir do imposto devido as quantias referentes a investimentos em projetos:

- a) de produção independente de obras audiovisuais cinematográficas brasileiras de que trata o caput do art. 1º da Lei nº 8.685, de 1993;
- b) específicos da área audiovisual, cinematográfica de exibição, distribuição e infra-estrutura técnica apresentados por empresa brasileira, previstos no § 5º da art. 1º da Lei nº 8.685, de 1993;
- c) de produção de obras cinematográficas e videofonográficas brasileiras de longa, média e curta metragens de produção independente, de co-produção de obras cinematográficas e videofonográficas brasileiras de produção independente, de telefilmes, minisséries, documentais, ficcionais, animações e de programas de televisão de caráter educativo e cultural, brasileiros de produção independente, nos termos do § 6º do art. 39 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 2001, desde que produzidos com os recursos de que trata o inciso X desse mesmo artigo 39.

Os projetos devem ser previamente aprovados pela Ancine.

Observado o limite específico de cada incentivo, o total das deduções do imposto relativo aos incentivos Atividade Audiovisual e Atividade Cultural não poderá exceder a 4% do imposto devido (Lei nº 8.849, de 1994, art. 6º, Lei nº 9.064, de 1995, art. 2º, Lei nº 9.323, de 5 de dezembro de 1996, art. 1º, e Lei nº 9.532, de 1997, art. 6º, inciso II, e MP nº 2.189-49, de 2001, art. 10, inciso I).

Nos recolhimentos mensais por estimativa, a parcela do incentivo excedente ao limite individual, verificada em cada mês, poderá ser deduzida nos meses subseqüentes, até dezembro do mesmo ano ou na apuração do imposto devido no ajuste anual; sendo que o valor que ultrapassar o limite, apurado no ajuste anual, não poderá ser deduzido do imposto devido em períodos posteriores.

Se o valor do incentivo deduzido nos recolhimentos mensais por estimativa for superior ao calculado com base no imposto devido no ajuste anual, a diferença deverá ser recolhida no mesmo prazo fixado para o pagamento da quota única do imposto de renda, observada a legislação tributária pertinente (Lei nº 9.323, de 1996, art. 3º, § 2º).

A dedução do imposto a título de Atividade Audiovisual na forma das letras “a” e “b” não prejudica a exclusão dos valores relativos à aquisição dos Certificados de Investimentos do lucro líquido para fins de determinação do lucro real.

Os investimentos nos projetos de que trata a letra “c” não poderão ser excluídos do lucro líquido para fins de determinação do lucro real.

III.2 - Aquisição de quotas dos Funcines

Até o período de apuração relativo ao ano-calendário de 2010, inclusive, as pessoas jurídicas sujeitas à tributação com base no lucro real poderão deduzir do imposto de renda devido parcela do valor correspondente às quantias aplicadas na aquisição de quotas dos Fundos de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional (Funcines).

Essa dedução poderá ser utilizada alternativamente à acima referida, até o ano-calendário de 2006, quando se extinguirá este benefício.

A dedução poderá ser efetuada do imposto devido calculado com base no lucro estimado apurado mensalmente ou no lucro real apurado trimestralmente ou no saldo do imposto apurado no ajuste anual.

A parcela a ser deduzida será calculada aplicando-se percentual correspondente à soma das alíquotas do IRPJ e da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), inclusive adicionais, sobre o valor de aquisição de quotas dos Funcines, limitada a três por cento do imposto devido.

Para o cálculo do limite desta dedução deverá ser excluída, do imposto de renda devido, a parcela do imposto correspondente a lucros, rendimentos ou ganhos de capital auferidos no exterior (Lei nº 9.430, de 1996, art. 16, § 4º).

Observado o limite específico de cada incentivo, o total das deduções do imposto relativo aos incentivos Atividade Audiovisual e Atividade Cultural não poderá exceder a 4% do imposto devido, exceto adicional (Lei nº 8.849, de 1994, art. 6º, Lei nº 9.064, de 1995, art. 2º, Lei nº 9.323, de 5 de dezembro de 1996, art. 1º, e Lei nº 9.532, de 1997, art. 6º, inciso II, e MP nº 2.189-49, de 2001, art. 10, inciso I).

Os valores que excederem aos limites acima estabelecidos não poderão ser utilizados em período de apuração posterior. O valor integral dos investimentos efetuados com aquisição de quotas dos Funcines poderá ser deduzido do lucro líquido, na determinação do lucro real e da contribuição social sobre o lucro líquido, nos seguintes percentuais:

- I - cem por cento, nos anos-calendário de 2002 a 2005;
- II - cinquenta por cento, nos anos-calendário de 2006 a 2008;
- III - vinte e cinco por cento, nos anos-calendário de 2009 e 2010.

A pessoa jurídica que alienar as quotas dos Funcines somente poderá considerar como custo de aquisição, na

determinação do ganho de capital, os valores deduzidos na determinação do lucro real na hipótese em que a alienação ocorra após cinco anos da data de sua aquisição.

Em qualquer hipótese, não será dedutível, para fins de determinação do lucro real ou da contribuição social sobre o lucro líquido, a perda apurada na alienação das quotas dos Funcines.

17.1.7 – IV – Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente

A pessoa jurídica poderá deduzir, do imposto de renda devido em cada período de apuração, o total das doações efetuadas aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente – nacional, estaduais ou municipais, devidamente comprovados.

O limite máximo de dedução permitida é de 1% do imposto devido,).

A dedução do imposto relativa às doações efetuadas aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente não está submetida a limite global (Lei nº 8.849, de 1994, art. 6º, Lei nº 9.064, de 1995, art. 2º, Lei nº 9.323, de 5 de dezembro de 1996, art. 1º, e Lei nº 9.532, de 1997, art. 6º, inciso II, e MP nº 2.189-49, de 2001, art. 10, inciso I).

Atenção:

O valor correspondente às doações efetuadas não será dedutível como despesa operacional na determinação do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido (Lei nº 9.249, de 1995, art. 13, VI).

17.1.7 – V – Desenvolvimento Tecnológico Industrial/Agropecuário PDTI/PDTA

A pessoa jurídica titular de Programa de Desenvolvimento Tecnológico Industrial – PDTI ou Programa de Desenvolvimento Tecnológico Agropecuário – PDTA, nos termos do Decreto nº 96.760, de 1988, alterado pelo Decreto nº 99.073, de 1990; ou no Decreto nº 949, de 1993, poderá deduzir do imposto devido o valor equivalente ao resultado da aplicação da alíquota de 15% sobre o total dos dispêndios realizados em atividades de desenvolvimento tecnológico no período de apuração, observados os limites permitidos.

A dedução do imposto de renda a este título não poderá exceder, isoladamente, a 4% do imposto de renda devido. Observado o limite específico de cada incentivo, o total das deduções do imposto devido relativas ao PAT – Programa de Alimentação ao Trabalhador e aos Programas de Desenvolvimento Tecnológico Industrial – PDTI e Programa de Desenvolvimento Tecnológico Agropecuário – PDTA não poderá exceder a 4% do imposto devido (Lei nº 9.532, de 1997, art. 6º, I e art. 81, II).

Para os projetos aprovados até 03/06/1993, o limite individual de dedução é de 8%.

Os incentivos PDTI/PDTA, cujos projetos foram aprovados após 3 de junho de 1993, não poderão ser utilizados cumulativamente com outros da mesma natureza, previstos em lei anterior ou superveniente (Lei nº 8.661, de 1993, art. 9º).

17.1.7 – VI – Limites Individuais e Coletivos dos Incentivos em Relação ao Imposto Devido

Para os fins de cálculo dos incentivos de dedução do imposto referidos neste subitem, deverá ser excluída, do imposto de renda devido, a parcela do imposto correspondente a lucros, rendimentos ou ganhos de capital auferidos no exterior (Lei nº 9.323, de 1996, arts. 1º e 3º; Lei nº 9.430, de 1996, art. 16, § 4º).

Na determinação dos limites dos incentivos, não é permitida qualquer dedução a título de incentivo fiscal do adicional do imposto de renda (§ 4º do art. 3º da Lei nº 9.249, de 1995).

Limites Individuais

Linha da Ficha 12A	Incentivo	Limite individual
04 (a)	Operação de caráter cultural art. 25 e 26 Lei nº 8.313/1991	4%
04 (b)	Operação de caráter cultural art. 18, Lei nº 8.313/1991	4%
04 (c)	Operações de caráter cultural nos termos do § 6º do art. 39 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de agosto de 2001, produzidos com os recursos de que trata o inciso X desse mesmo art. 39.	4%
05	PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador	4%
06(a)	PDTI – aprovado até 03.06.93	8%
06(b)	PDTI/PDTA- aprovado após 03.06.93	4%
07 (a)	Produção de obras e projetos audiovisuais inclusive, operações nos termos do § 6º do	3%

	art. 39 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de agosto de 2001, produzidos com os recursos de que trata o inciso X desse mesmo art. 39.	
07 (b)	Aquisição de quotas dos Funcines	3%
08	Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente	1%

Limites Coletivos

Linha da Ficha 12A	Incentivo	Limite coletivo
04 (a)	Operação de caráter cultural art. 25 Lei nº 8.313/1991	4%
04 (b)	Operação de caráter cultural art. 18, Lei nº 8.313/1991	
04 (c)	Operações de caráter cultural nos termos do § 6º do art. 39 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de agosto de 2001, produzidos com os recursos de que trata o inciso X desse mesmo art. 39.	
07 (a)	Produção de obras e projetos audiovisuais, inclusive operações nos termos do § 6º do art. 39 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de agosto de 2001, produzidos com os recursos de que trata o inciso X desse mesmo art. 39.	
07 (b)	Aquisição de quotas dos Funcines	

Linha da Ficha 12A	Incentivo	Limite coletivo
04 (a)	Operação de caráter cultural art. 25 e 26 Lei nº 8.313/1991	4%
04 (b)	Operação de caráter cultural art. 18, Lei nº 8.313/1991	
04 (c)	Operações de caráter cultural nos termos do § 6º do art. 39 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de agosto de 2001, produzidos com os recursos de que trata o inciso X desse mesmo art. 39.	

Linha da Ficha 12A	Incentivo	Limite coletivo
05	PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador	8%
06(a)	PDTI – aprovado até 03.06.93	

Linha da Ficha	Incentivo	Limite
--------------------------------	-----------	--------

12A		coletivo
05	PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador	4%
06(b)	PDTI/PDTA- aprovado após 03.06.93	

17.1.7 – VII – Incentivos Regionais de Redução e/ou Isenção do Imposto

17.1.7 – VII.1 – Empreendimentos na área de atuação das extintas Sudam e Sudene

17.1.7 – VII.1.1 - Da Isenção Transformada em Redução de 75%

A pessoa jurídica que tenha instalado, ampliado, modernizado ou diversificado empreendimento industrial ou agrícola, na área de atuação das extintas Sudam e Sudene, até 31 de dezembro de 1997, nos termos da Lei nº 9.808, de 1999, art. 13, ou que esse empreendimento industrial ou agrícola seja decorrente de projeto aprovado ou protocolizado até 14 de novembro de 1997, poderá deduzir, do imposto de renda devido, o valor correspondente ao benefício fiscal de isenção concedido nos termos da legislação de regência, calculado com base no lucro da exploração do empreendimento.

Para os empreendimentos industriais ou agrícolas instalados a partir de 1ª de janeiro de 1998 ou cujo projeto tenha sido aprovado ou protocolizado após 14 de novembro de 1997 e até 23 de agosto de 2000, o valor do benefício fiscal calculado com base no lucro da exploração, corresponderá à redução do imposto, observados os seguintes percentuais:

I - 75%, a partir de 1ª de janeiro de 1998 até 31 de dezembro de 2003;

II - 50%, a partir de 1ª de janeiro de 2004 até 31 de dezembro de 2008;

III - 25%, a partir de 1ª de janeiro de 2009 até 31 de dezembro de 2013 (Lei nº 9.532, de 1997, art. 3ª, I, II, III e § 1ª; e Lei nº 9.808, de 1999, art. 13).

Atenção:

1) para os projetos protocolizados e aprovados após 23 de agosto de 2000, a Medida Provisória 2.058, de 2000, atual MP nº 2.199-14, de 2001, prevê redução de 75% do imposto sobre a renda exclusivamente para os empreendimentos enquadrados em setores da economia considerados, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional, nas áreas de atuação das extintas Sudene e Sudam. (MP nº 2.058, de 2000, art. 1ª e reedições).

2) As pessoas jurídicas deverão pleitear reconhecimento do direito à redução à Secretaria da Receita Federal, cujo pedido será instruído com o laudo expedido pelo órgão competente do Ministério da Integração Nacional (MI) (IN SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002, arts. 59 a 61)

3) A pessoa jurídica que se utilizar indevidamente do benefício se sujeitará ao pagamento do imposto em relação a cada período de apuração acrescido de juros e multa, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

17.1.7 – VII.1.2 - Da Isenção de 50% Transformada em Redução de 37,5%

Para o ano-calendário de 2002 o benefício de que trata este item só se aplica às pessoas jurídicas que mantenham empreendimentos dos setores da economia que venham a ser considerados, pelo Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional e para os que têm sede na área de jurisdição da Zona Franca de Manaus, reconhecidos como de interesse para o desenvolvimento da região. (MP nº 2.058, de 2000, art. 2º e reedições);

Atenção:

1) As pessoas jurídicas deverão pleitear reconhecimento do direito à redução à Secretaria da Receita Federal, cujo pedido será instruído com a declaração de que trata o atenção 3 (IN SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002, arts. 78 e 89)

2) A fruição do benefício fiscal terá efeito a partir da data em que a pessoa jurídica apresentar ao órgão competente do Ministério da Integração requerimento solicitando a declaração de que satisfaz as condições estabelecidas para gozo do favor fiscal.

3) A pessoa jurídica que se utilizar indevidamente do benefício se sujeitará ao pagamento do imposto em relação a cada período de apuração acrescido de juros e multa, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

17.1.7 – VII.2 – Incentivos de Redução por Reinvestimento

A pessoa jurídica que tenha empreendimento industrial ou agroindustrial, inclusive de construção civil, em operação nas áreas das extintas Sudam e Sudene, considerados, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional, para os períodos de apuração encerrados a partir de 1ª de janeiro de 1998 até 31 de dezembro de 2013, poderá depositar no Banco do Nordeste do Brasil S/A e no Banco da Amazônia S/A, respectivamente, 30% (trinta por cento) do valor do imposto devido pelos referidos empreendimentos, calculados sobre o lucro da exploração, acrescido de 50% (cinquenta por cento) de recursos próprios, ficando, porém, a liberação desses recursos condicionada à aprovação, pelas Agências do Desenvolvimento Regional, dos respectivos projetos técnico-econômicos de modernização ou complementação de equipamento (Lei nº 8.167, de 1991, art. 19, Lei nº 8.191, de 1991, art. 4ª; MP nº 2.058, de 2000, art. 4ª, e reedições).

Para efeito do cálculo da dedução deste incentivo, deverá ser excluída, do imposto devido, a parcela do imposto

correspondente a lucros, rendimentos ou ganhos de capital oriundos do exterior (Lei nº 9.430, de 1996, art. 16, § 4º). O valor da Redução por Reinvestimento não poderá ser superior ao valor do imposto de renda devido após as deduções dos seguintes incentivos: Operações de Caráter Cultural e Artístico (Lei nº 8.313, de 1991, art. 18, § 3º e Lei nº 9.874, de 1999 e MP nº 2.228-1, de 2001), Programa de Alimentação do Trabalhador, Desenvolvimento Tecnológico Industrial/Agropecuário, Atividade Audiovisual, Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, Redução e/ou Isenção do Imposto, e da Isenção de que trata o art. 176 e seu parágrafo único, do Decreto nº 3.000, de 1999).

O incentivo fiscal de que trata este item não pode ser usufruído cumulativamente com outros idênticos, salvo quando expressamente autorizado (Lei nº 8.191, de 1991, art. 5º; Decreto nº 3.000, de 1999, arts. 592 a 597). O adicional não será computado na base de cálculo desse incentivo fiscal.

A pessoa jurídica deverá efetuar o depósito relativo ao benefício tratado neste tópico no Banco do Nordeste do Brasil S/A (extinta Sudene) ou no Banco da Amazônia S/A (extinta Sudam) no mesmo prazo fixado para o pagamento do imposto, podendo antecipar total ou parcialmente a sua efetivação, observando-se a legislação pertinente.

O benefício fiscal tratado neste tópico fica extinto, relativamente aos períodos de apuração encerrados a partir de 1ª de janeiro de 2014 (Lei nº 9.532, de 1997, art. 2º, § 2º).

Crítérios para Efetivação do Depósito

O depósito no Banco do Nordeste do Brasil S/A ou no Banco da Amazônia S/A do benefício a que se refere esta linha será efetuado no mesmo prazo fixado para o pagamento do imposto, facultado à pessoa jurídica antecipar, total ou parcialmente, a sua efetivação.

O valor do depósito a ser efetuado pela pessoa jurídica, tributada com base no lucro real, será determinado multiplicando-se o valor indicado na [Linha 12A/11](#) por 1,5 (um inteiro e cinco décimos).

O valor de cada parcela a ser depositado, caso a pessoa jurídica, submetida à apuração pelo lucro real trimestral, tenha optado pelo pagamento em quotas do imposto de renda, será determinado:

- a) dividindo-se o valor informado na [Linha 12A/11](#) pelo número de quotas em que será recolhido o imposto de renda a pagar;
- b) acrescentando-se a cada uma os juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) para Títulos Federais, acumulada mensalmente, aplicada a cada quota do imposto, observado o disposto no [subitem 17.1.12.1](#) deste manual.
- c) multiplicando-se por 1,5 (um inteiro e cinco décimos) o valor apurado conforme a letra "b".

Atenção:

As parcelas não depositadas até o último dia útil do ano-calendário subsequente ao de apuração do lucro real correspondente serão recolhidas como imposto. (Decreto nº 3.000, de 1999, art. 612, § 2º)

17.1.8 – Considerações Gerais sobre Pessoas Jurídicas que Exploram Atividade Rural (Trimestral e Anual)

A exploração da atividade rural inclui as operações de giro normal da pessoa jurídica, em decorrência das seguintes atividades consideradas rurais:

I - a agricultura;

II - a pecuária;

III - a extração e a exploração vegetal e animal;

IV - a exploração de atividades zootécnicas, tais como apicultura, avicultura, cunicultura, suinocultura, sericicultura, piscicultura e outras culturas animais;

VI - o cultivo de florestas que se destinem ao corte para comercialização, consumo ou industrialização;

VII - a venda de rebanho de renda, reprodutores ou matrizes;

VIII - a transformação de produtos decorrentes da atividade rural, sem que sejam alteradas a composição e as características do produto in natura, feita pelo próprio agricultor ou criador, com equipamentos e utensílios usualmente empregados nas atividades rurais, utilizando exclusivamente matéria-prima produzida na área rural explorada, tais como:

a) beneficiamento de produtos agrícolas:

1. descasque de arroz e de outros produtos semelhantes;
2. debulha de milho;
3. conserva de frutas;

b) transformação de produtos agrícolas:

1. moagem de trigo e de milho;
2. moagem de cana-de-açúcar para produção de açúcar mascavo, melado, rapadura;
3. grãos em farinha ou farelo;

c) transformação de produtos zootécnicos:

1. produção de mel acondicionado em embalagem de apresentação;
2. laticínio (pasteurização e acondicionamento de leite; transformação de leite em queijo, manteiga e requeijão);
3. produção de sucos de frutas acondicionados em embalagem de apresentação;
4. produção de adubos orgânicos;

d) transformação de produtos florestais:

1. produção de carvão vegetal;
2. produção de lenha com árvores da propriedade rural;
3. venda de pinheiros e madeira de árvores plantadas na propriedade rural;

e) produção de embriões de rebanho em geral, alevinos e girinos, em propriedade rural, independentemente de sua destinação (reprodução ou comercialização).

§ 1^a A atividade de captura de pescado in natura é considerada extração animal, desde que a exploração se faça com apetrechos semelhantes aos da pesca artesanal (arrastões de praia, rede de cerca, etc.), inclusive a exploração em regime de parceria.

§ 2^a Considera-se unidade rural, para fins do imposto de renda, a embarcação para captura in natura do pescado, e o imóvel, ou qualquer lugar, utilizado para exploração ininterrupta da atividade rural.

Não se considera atividade rural:

I - a industrialização de produtos, tais como bebidas alcoólicas em geral, óleos essenciais, arroz beneficiado em máquinas industriais, fabricação de vinho com uvas ou frutas;

II - a comercialização de produtos rurais de terceiros e a compra e venda de rebanho com permanência em poder da pessoa jurídica rural em prazo inferior a 52 (cinquenta e dois) dias, quando em regime de confinamento, ou 138 (cento e trinta e oito) dias, nos demais casos;

III - o beneficiamento ou a industrialização de pescado in natura;

IV - o ganho auferido pela pessoa jurídica rural proprietária de rebanho, entregue, mediante contrato por escrito, à outra parte contratante (simples possuidora do rebanho) para o fim específico de procriação, ainda que o rendimento seja predeterminado em número de animais;

V - as receitas provenientes do aluguel ou arrendamento de máquinas, equipamentos agrícolas e pastagens, e da prestação de serviços em geral, inclusive a de transporte de produtos de terceiros;

VI - as receitas decorrentes da venda de recursos minerais extraídos de propriedade rural, tais como metal nobre, pedras preciosas, areia, aterro, pedreiras;

VII - as receitas financeiras de aplicações de recursos no período compreendido entre dois ciclos de produção;

VIII - os valores dos prêmios ganhos a qualquer título pelos animais que participarem em concursos, competições, feiras e exposições;

IX - os prêmios recebidos de entidades promotoras de competições hípcas pelos proprietários, criadores e profissionais do turfe;

X - as receitas oriundas da exploração do turismo rural e de hotel fazenda.

Segregação de receitas

A pessoa jurídica rural que explorar outras atividades deverá segregar, contabilmente, as receitas, os custos e as despesas referentes à atividade rural das demais atividades e demonstrar, no Livro de Apuração do Lucro Real (Lalur), separadamente, o lucro ou prejuízo contábil e o lucro ou prejuízo fiscal dessas atividades.

A pessoa jurídica rural deverá ratear proporcionalmente à percentagem que a receita líquida de cada atividade representar em relação à receita líquida total:

I - os custos e as despesas, comuns a todas as atividades;

II - os custos e as despesas não dedutíveis, comuns a todas as atividades, a serem adicionados ao lucro líquido, na determinação do lucro real;

III - os demais valores comuns a todas as atividades, que devam ser computados no lucro real.

Na hipótese de a pessoa jurídica rural não possuir receita líquida no ano-calendário, a determinação da percentagem prevista no § 1^a será efetuada com base nos custos ou despesas de cada atividade explorada.

Os bens do ativo permanente imobilizado, exceto a terra nua, adquiridos por pessoa jurídica rural, para uso nessa atividade, poderão ser depreciados integralmente no próprio ano de aquisição.

O encargo de depreciação dos bens, calculado à taxa normal, será registrado na escrituração comercial e o complemento para atingir o valor integral do bem constituirá exclusão para fins de determinação da base de cálculo do imposto correspondente à atividade rural.

O valor a ser excluído, correspondente à atividade rural, será igual à diferença entre o custo de aquisição do bem do ativo permanente destinado à atividade rural e o respectivo encargo de depreciação normal escriturado durante o período de apuração do imposto, e deverá ser controlado na Parte B do Lalur.

A partir do período de apuração seguinte ao da aquisição do bem, o encargo de depreciação normal que vier a ser registrado na escrituração comercial deverá ser adicionado ao resultado líquido correspondente à atividade rural, efetuando-se a baixa do respectivo valor no saldo da depreciação incentivada controlado na Parte B do Lalur.

O total da depreciação acumulada, incluindo a normal e a complementar, não poderá ultrapassar o custo de aquisição do bem.

No caso de alienação dos bens, o saldo da depreciação complementar existente na Parte B do Lalur, será adicionado ao resultado líquido da atividade rural no período de apuração da alienação.

Não fará jus ao benefício de que trata este artigo, a pessoa jurídica rural que direcionar a utilização do bem exclusivamente para outras atividades estranhas à atividade rural própria.

No período de apuração em que o bem já totalmente depreciado, em virtude da depreciação incentivada, for desviado exclusivamente para outras atividades, deverá ser adicionado ao resultado líquido da atividade rural o saldo da depreciação complementar existente na Parte B do Lalur.

Retornando o bem a ser utilizado na produção rural própria da pessoa jurídica, esta poderá voltar a fazer jus ao benefício da depreciação incentivada, excluindo do resultado líquido da atividade rural no período a diferença entre o custo de aquisição do bem e a depreciação acumulada até a época, fazendo os devidos registros na Parte B do Lalur.

Sobre a compensação de prejuízos da atividade rural, consulte o [subitem 17.1.10](#) deste Manual.

17.1.9 – Royalties e Assistência Técnica (Trimestral e Anual)

A dedução de despesas com royalties será admitida quando necessárias para que o contribuinte mantenha a posse, uso ou fruição do bem ou direito que produz o rendimento (Lei nº 4.506, de 1964, art. 71).

Não são dedutíveis (Lei nº 4.506, de 1964, art. 71, parágrafo único):

I – os royalties pagos a sócios, pessoas físicas ou jurídicas, ou dirigentes de empresas, e a seus parentes ou dependentes;
 II – as importâncias pagas a terceiros para adquirir os direitos de uso de um bem ou direito e os pagamentos para extensão ou modificação do contrato, que constituirão aplicação de capital amortizável durante o prazo do contrato;
 III - os royalties pagos pelo uso de patentes de invenção, processos e fórmulas de fabricação, ou pelo uso de marcas de indústria ou de comércio, quando:

- a) pagos pela filial no Brasil de empresa com sede no exterior, em benefício de sua matriz;
- b) pagos pela sociedade com sede no Brasil a pessoa com domicílio no exterior que mantenha, direta ou indiretamente, controle do seu capital com direito a voto.

Atenção:

O disposto no subitem III.b acima não se aplica às despesas decorrentes de contratos que, posteriormente a 31 de dezembro de 1991, venham a ser assinados, averbados no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) e registrados no Banco Central do Brasil, desde que observados os limites e condições estabelecidos pela legislação em vigor.

IV - os royalties pelo uso de patentes de invenção, processos e fórmulas de fabricação pagos ou creditados a beneficiário domiciliado no exterior:

- a) que não sejam objeto de contrato registrado no Banco Central do Brasil; ou
- b) cujos montantes excedam aos limites periodicamente fixados pelo Ministro de Estado da Fazenda para cada grupo de atividades ou produtos, segundo o grau de sua essencialidade, e em conformidade com a legislação específica sobre remessas de valores para o exterior;

V - os royalties pelo uso de marcas de indústria e comércio pagos ou creditados a beneficiário domiciliado no exterior:

- a) que não sejam objeto de contrato registrado no Banco Central do Brasil; ou
- b) cujos montantes excedam aos limites periodicamente fixados pelo Ministro de Estado da Fazenda para cada grupo de atividades ou produtos, segundo o grau da sua essencialidade e em conformidade com a legislação específica sobre remessas de valores para o exterior.

As importâncias pagas a pessoas jurídicas ou físicas domiciliadas no exterior a título de assistência técnica, científica, administrativa ou semelhante, quer fixas, quer como percentagem da receita ou do lucro, somente poderão ser deduzidas quando satisfizerem aos seguintes requisitos (Lei nº 4.506, de 1964, art. 52):

- I - constarem de contrato registrado no Banco Central do Brasil;
- II - corresponderem a serviços efetivamente prestados à empresa através de técnicos, desenhos ou instruções enviadas ao País, ou estudos técnicos realizados no exterior por conta da empresa;
- III - o montante anual dos pagamentos não exceder ao limite fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda, de conformidade com a legislação específica.

As despesas de assistência técnica, científica, administrativa e semelhantes somente poderão ser deduzidas nos cinco primeiros anos de funcionamento da empresa ou da introdução do processo especial de produção, quando demonstrada sua necessidade, podendo esse prazo ser prorrogado até mais cinco anos por autorização do Conselho Monetário Nacional (Lei nº 4.131, de 1962, art. 12, § 3º).

As despesas de assistência técnica, científica, administrativa e semelhantes não serão dedutíveis, quando pagas ou creditadas:

- a) pela filial de empresa com sede no exterior, em benefício da sua matriz;
- b) pela sociedade com sede no Brasil a pessoa domiciliada no exterior que mantenha, direta ou indiretamente, o controle de seu capital com direito a voto.

Atenção:

O disposto no subitem "b" acima não se aplica às despesas decorrentes de contratos que, posteriormente a 31 de dezembro de 1991, venham a ser assinados, averbados no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) e registrados no Banco Central do Brasil, desde que observados os limites e condições estabelecidos pela legislação em vigor.

Limite e Condições de Dedutibilidade

As somas das quantias devidas a título de royalties pela exploração de patentes de invenção ou uso de marcas de indústria ou de comércio e por assistência técnica, científica, ou semelhante, poderão ser deduzidas até o limite máximo de cinco por cento da receita líquida das vendas do produto fabricado ou vendido. Serão consideradas como lucros distribuídos as quantias devidas, citadas neste parágrafo, que não satisfizerem os requisitos legais ou excederem os limites fixados. A dedutibilidade das importâncias pagas ou creditadas pelas pessoas jurídicas, a título de aluguéis ou royalties pela exploração ou cessão de patentes ou pelo uso ou cessão de marcas, bem como a título de remuneração que envolva transferência de tecnologia (assistência técnica, científica, administrativa ou semelhantes, projetos ou serviços técnicos especializados) somente será admitida a partir da averbação do respectivo ato ou contrato do Instituto da Propriedade Industrial (INPI), em conformidade com o disposto na Lei nº 9.279, de 1996.

Atenção:

- 1) As indústrias de alta tecnologia ou de bens de capital não seriados, titulares de PDTI, poderão deduzir como

despesa operacional, a soma dos pagamentos feitos a domiciliados no País ou no exterior, a título de royalties, de assistência técnica, científica, administrativa ou assemelhados, até o limite de dez por cento da receita líquida das vendas do produto fabricado e vendido, resultante da aplicação dessa tecnologia, desde que o PDTI esteja vinculado à averbação de contrato de transferência de tecnologia nos termos do Código da Propriedade Industrial e que os programas tenham sido aprovados até 29 de dezembro de 1989. A dedução está limitada a cinco por cento da receita líquida das vendas do produto fabricado e vendido para o programas aprovados a partir de 29 de dezembro de 1989.

2) As empresas industriais e agropecuárias de tecnologia de ponta ou de bens de capital não seriados, que executarem PDTI ou PDTA aprovados a partir de 03 de junho de 1993, poderão deduzir como despesa operacional a soma dos pagamentos em moeda nacional ou estrangeira, efetuados a título de royalties e assistência técnica ou científica, até o limite de dez por cento da receita líquida das vendas dos bens produzidos com a aplicação da tecnologia objeto desses pagamentos, desde que o PDTI ou o PDTA esteja vinculado à averbação de contrato de transferência, nos termos do Código da Propriedade Industrial. Para fazer jus a esse benefício, a pessoa jurídica deverá assumir o compromisso de realizar, durante a execução do seu programa, dispêndios em pesquisa e desenvolvimento no País, em montante equivalente, no mínimo, ao dobro do valor desses benefícios, atualizados monetariamente (Lei nº 8.661, de 1993, art. 4º, § 3º), além de observar os demais requisitos exigidos em legislação específica.

3) Os coeficientes percentuais máximos admitidos para dedução, considerados os tipos de produção ou atividade, segundo o grau de essencialidade encontram-se nas Portarias MF nºs 436, de 1958; 113, de 1959; 314, de 1970; e 60, de 1994.

17.1.10 – Considerações Gerais sobre Compensação de Prejuízos (Trimestral e Anual)

a) Introdução

A pessoa jurídica poderá compensar o prejuízo fiscal apurado na demonstração do lucro real e registrado no Livro de Apuração do Lucro Real (Lalur), desde que mantenha os livros e documentos, exigidos pela legislação fiscal, comprobatórios do montante do prejuízo fiscal utilizado para a compensação.

O prejuízo fiscal apurado a partir do encerramento do ano-calendário de 1995 poderá ser compensado, cumulativamente com os prejuízos fiscais apurados até 31 de dezembro de 1994, com o lucro líquido ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação do imposto de renda, observado o limite máximo, para compensação, de 30% (trinta por cento) do referido lucro líquido ajustado.

A pessoa jurídica poderá, ainda, compensar os prejuízos fiscais apurados até 31 de dezembro de 1994, independentemente do prazo previsto na legislação vigente à época, se naquela data os mesmos fossem passíveis de compensação, na forma da legislação então aplicável.

b) Pessoa Jurídica Excluída da Limitação

O limite de 30% (trinta por cento) não se aplica aos prejuízos fiscais, apurados pela pessoa jurídica, decorrentes da exploração de atividade rural e compensados com o lucro real da mesma atividade, bem como aos apurados pela empresa industrial titular de Programas Especiais de Exportação aprovados até 03 de junho de 1993 pela Befiex, nos termos do art. 95 da Lei nº 8.981, de 1995, com redação dada pela Lei nº 9.065, de 1995.

c) Prejuízos Não Operacionais

Os prejuízos não operacionais, apurados pela pessoa jurídica a partir de 1º de janeiro de 1996, somente poderão ser compensados, nos períodos de apuração subseqüentes ao de sua apuração, com lucros da mesma natureza, observado o limite de 30% (trinta por cento).

Consideram-se "não operacionais" os resultados decorrentes da alienação de bens ou direitos do ativo permanente. O "resultado não operacional" é igual à diferença, positiva ou negativa, entre o valor pelo qual o bem ou direito houver sido alienado e o seu valor contábil.

Os resultados não operacionais de todas as alienações ocorridas durante o período de apuração deverão ser apurados englobadamente entre si e, no período de apuração de ocorrência, estes resultados, positivos ou negativos, integrarão o lucro real.

A separação em prejuízos não operacionais e em prejuízos das demais atividades somente será exigida se, no período de apuração, forem verificados cumulativamente, resultados não operacionais negativos e lucro real negativo (prejuízo fiscal). Nesse caso, a pessoa jurídica deverá comparar o prejuízo não operacional com o prejuízo fiscal apurado na demonstração do lucro real, observado o seguinte:

I) se o prejuízo fiscal for maior, todo o resultado não operacional negativo será considerado prejuízo fiscal não operacional e a parcela excedente será considerada prejuízo fiscal das demais atividades;

II) se todo o resultado não operacional negativo for maior ou igual ao prejuízo fiscal, todo o prejuízo fiscal será considerado não operacional.

Os prejuízos não operacionais e os decorrentes das atividades operacionais da pessoa jurídica devem ser controlados em folhas específicas, individualizadas por espécie, na parte "B" do Lalur, para compensação com lucros da mesma natureza apurados nos períodos subseqüentes.

O valor do prejuízo fiscal não operacional a ser compensado em cada período de apuração subseqüente não poderá exceder o total dos resultados não operacionais positivos apurados no período da compensação.

A soma dos prejuízos fiscais não operacionais com os prejuízos decorrentes de outras atividades da pessoa jurídica, a ser compensada, não poderá exceder o limite de 30% (trinta por cento) do lucro líquido do período de apuração da compensação, ajustado pelas adições e exclusões previstas autorizadas pela legislação do imposto de renda.

No período de apuração em que for apurado resultado não operacional positivo, todo o seu valor será utilizado para

compensar os prejuízos fiscais não operacionais de períodos anteriores, ainda que a parcela do lucro real admitida para compensação não seja suficiente ou que tenha sido apurado prejuízo fiscal. Nessa hipótese, a parcela dos prejuízos fiscais não operacionais compensados com os lucros não operacionais que não puder ser compensada com o lucro real, seja em virtude do limite de 30% (trinta por cento) ou de ter ocorrido prejuízo fiscal no período de apuração, será considerada prejuízo das demais atividades, devendo ser promovido os devidos ajustes na parte B do Lalur.

Atenção:

O disposto neste item não se aplica às perdas decorrentes de baixa de bens ou direitos do ativo permanente em virtude de terem se tornado imprestáveis, obsoletos ou caído em desuso, ainda que posteriormente venham a ser alienados como sucata.

d) Pessoa Jurídica Titular de Programas Especiais de Exportação Aprovados até 03/06/1993 (Befiex)

A pessoa jurídica titular de Programas Especiais de Exportação aprovados até 03/06/1993, pela Comissão para Concessão de Benefícios Fiscais a Programas Especiais de Exportação (Befiex), poderá compensar o prejuízo fiscal verificado em um período de apuração com o lucro determinado nos 6 (seis) anos-calendário subseqüentes, independentemente da distribuição de lucros ou dividendos a seus acionistas (Lei nº 8.981, de 1995, art. 95, com a nova redação dada pelo art. 1º da Lei nº 9.065, de 1995).

e) Mudança de Controle Societário e de Ramo de Atividade

A pessoa jurídica não poderá compensar seus próprios prejuízos fiscais, se entre a data da apuração e da compensação houver ocorrido, cumulativamente, modificação de seu controle societário e do ramo de atividade (Decreto-lei nº 2.341, de 1987, art. 32; Decreto nº 3.000, de 1999, art. 513).

f) Incorporação, Fusão e Cisão

A pessoa jurídica sucessora por incorporação, fusão ou cisão não poderá compensar prejuízos fiscais da sucedida. No caso de cisão parcial, a pessoa jurídica cindida poderá compensar os seus próprios prejuízos, proporcionalmente à parcela remanescente do patrimônio líquido (Decreto-lei nº 2.341, de 1987, art. 33, parágrafo único; Decreto nº 3.000, de 1999, art. 514, parágrafo único).

g) Sociedade em Conta de Participação (SCP)

O prejuízo fiscal apurado por Sociedade em Conta de Participação (SCP) somente poderá ser compensado com o lucro real decorrente da mesma Sociedade em Conta de Participação (SCP).

É vedada a compensação de prejuízos fiscais e lucros entre duas ou mais SCP ou entre estas e o sócio ostensivo.

h) Atividade Rural

O prejuízo fiscal apurado na atividade rural poderá ser compensado com o resultado positivo da mesma atividade, obtido em períodos de apuração posteriores, não se lhe aplicando o limite de 30% (trinta por cento) do lucro líquido ajustado, para fins de redução por compensação de prejuízos fiscais.

O prejuízo fiscal da atividade rural apurado no período de apuração poderá ser compensado com o lucro real das demais atividades apurado no mesmo período de apuração, sem limite.

O prejuízo fiscal da atividade rural poderá ser compensado com o lucro real de outras atividades, em períodos de apuração subseqüentes, observado o limite de 30% (trinta por cento) do lucro líquido ajustado.

i) Prejuízos Fiscais Incorridos no Exterior

Não são compensáveis com lucros auferidos no Brasil os prejuízos e perdas decorrentes das operações ocorridas no exterior, a saber:

I - os prejuízos de filiais, sucursais, controladas ou coligadas, no exterior;

II - os prejuízos e as perdas de capital decorrentes de aplicações e operações efetuadas no exterior pela própria empresa brasileira, inclusive em relação à alienação de filiais e sucursais e de participações societárias em pessoas jurídicas domiciliadas no exterior.

Os prejuízos apurados com base na escrituração contábil da filial, sucursal, controlada ou coligada, no exterior, efetuada segundo as normas legais do país de seu domicílio, podem ser compensados, não se lhes aplicando a limitação da compensação de prejuízos de 30% (trinta por cento), desde que:

I - os prejuízos apurados por uma controlada ou coligada, no exterior, somente sejam compensados com lucros dessa mesma controlada ou coligada;

II - os prejuízos de filiais e sucursais com resultados consolidados por país, quando a matriz no Brasil indicar uma filial ou sucursal como entidade líder no referido país, sejam compensados com os lucros de outra filial e sucursal no mesmo país. A empresa brasileira que absorver patrimônio de filial, sucursal, controlada ou coligada, no exterior, de outra empresa brasileira, e continuar a exploração das atividades no exterior, poderá compensar, na forma prevista na legislação, os prejuízos acumulados pela referida filial, sucursal, controlada ou coligada, correspondentes aos períodos iniciados a partir do ano-calendário de 1996.

17.1.11 – Pagamento do Imposto (Trimestral e Anual)**17.1.11.1 – Local de Pagamento**

A pessoa jurídica deverá pagar o imposto nas agências bancárias integrantes da rede arrecadadora de receitas federais.

17.1.11.2 – Documento a Utilizar

O pagamento será feito mediante a utilização do Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf), sob os seguintes códigos:

- a) 2362 - IRPJ - Obrigadas a Apurar o Lucro Real - Estimativa Mensal;
- b) 2319 - IRPJ - Instituições Financeiras - Estimativa Mensal;
- c) 0220 - IRPJ - Obrigadas a Apurar o Lucro Real - Trimestral;
- d) 1599 - IRPJ - Instituições Financeiras - Trimestral;
- e) 5993 - IRPJ - Optantes pela Tributação com Base no Lucro Real - Estimativa Mensal;
- f) 3373 - IRPJ - Optantes pela Tributação com Base no Lucro Real - Trimestral;
- g) 2390 - IRPJ - Instituições Financeiras - Ajuste Anual;
- h) 2430 - IRPJ - Obrigadas a Apurar o Lucro Real - Ajuste Anual;
- i) 2456 - IRPJ - Optantes pela Tributação com Base no Lucro Real - Ajuste Anual.

17.1.12 – Prazo para Pagamento

17.1.12.1 – Imposto de Renda Determinado com Base no Lucro Real Trimestral

O imposto de renda devido, apurado trimestralmente, será pago em quota única, até o último dia útil do mês subsequente ao do encerramento do período de apuração.

À opção da pessoa jurídica, o imposto devido poderá ser pago em até três quotas mensais, iguais e sucessivas, vencíveis no último dia útil dos três meses subsequentes ao de encerramento do período de apuração a que corresponder.

Nenhuma quota poderá ter valor inferior a R\$1.000,00 (um mil reais) e o imposto de valor inferior a R\$2.000,00 (dois mil reais) será pago em quota única.

As quotas do imposto serão acrescidas de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), para títulos federais, acumulada mensalmente, a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao do encerramento do período de apuração até o último dia do mês anterior ao do pagamento e de 1% (um por cento) no mês do pagamento.

17.1.12.2 – Imposto de Renda Determinado sobre Base de Cálculo Estimada Mensalmente ou com Base em Balanço ou Balancete de Suspensão ou Redução

I - Pagamentos Mensais

O imposto de renda devido, determinado mensalmente sobre a base de cálculo estimada, ou apurado em balanço ou balancete de suspensão ou redução, será pago até o último dia útil do mês subsequente àquele a que se referir (art. 6º da Lei nº 9.430, de 1996).

II - Saldo do Imposto Apurado em 31 de Dezembro do ano-calendário (ajuste anual)

O saldo do imposto de renda apurado em 31 de dezembro do ano-calendário:

- a) será pago em quota única até o último dia útil do mês de março do ano subsequente. O saldo do imposto será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), para títulos federais, acumulada mensalmente, a partir de 1º de fevereiro de 2002 até o último dia do mês anterior ao do pagamento e de 1% (um por cento) no mês do pagamento;
- b) poderá ser compensado com o imposto de renda devido a partir do mês de janeiro do ano-calendário subsequente ao do encerramento do período de apuração, assegurada a alternativa de requerer a restituição, observando-se o seguinte:
 - b.1) os valores pagos, nos vencimentos estipulados na legislação específica, com base na receita bruta e acréscimos ou em balanço ou balancete de suspensão ou redução nos meses de janeiro a novembro, que excederem ao valor devido anualmente, serão atualizados pelos juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) para Títulos Federais, acumulada mensalmente, a partir de 1º janeiro do ano-calendário subsequente àquele que se referir o ajuste anual até o mês anterior ao da compensação e de 1% relativamente ao mês da compensação que estiver sendo efetuada;
 - b.2) o valor pago, no vencimento estipulado em legislação específica, com base na receita bruta e acréscimos ou em balanço ou balancete de suspensão ou redução relativo ao mês de dezembro, que exceder ao valor devido anualmente, será acrescido dos juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) para Títulos Federais, acumulada mensalmente, a partir 1º de fevereiro até o mês anterior ao da compensação e de 1% relativamente ao mês em que a compensação estiver sendo efetuada;

17.2 - Lucro Presumido

17.2.1 – Conceito

O lucro presumido é uma forma de tributação simplificada para determinação da base de cálculo do imposto de renda e da CSLL das pessoas jurídicas que não estiverem obrigadas, no ano-calendário, à apuração do lucro real.

O imposto de renda é devido trimestralmente.

17.2.2 – Ingresso no Sistema

A opção pelo regime de tributação com base no lucro presumido é manifestada com o pagamento da primeira ou única quota do imposto devido correspondente ao primeiro período de apuração de cada ano-calendário.

A pessoa jurídica que iniciar atividades a partir do segundo trimestre manifesta a opção com o pagamento da primeira ou única quota do imposto devido relativa ao período de apuração do início de atividade.

A opção pela apuração do imposto de renda com base no lucro presumido é irrevogável para o ano-calendário (Lei nº 9.718, de 1998, art. 13, § 1º).

Atenção:

Não podem optar pelo regime de tributação com base no lucro presumido as pessoas jurídicas que exercerem atividades de compra e venda, loteamento, incorporação e construção de imóveis, enquanto não concluídas as operações imobiliárias para as quais haja registro de custo orçado.

17.2.3 – Saída do Sistema

A saída do sistema de tributação pelo lucro presumido é efetuada quando a pessoa jurídica deixar de se enquadrar nas condições para permanecer no sistema.

17.2.4– Pessoas Jurídicas Autorizadas a Optar

17.2.4.1 – Considerações Gerais

Podem optar pela tributação com base no lucro presumido as pessoas jurídicas que, não estando obrigadas ao regime de tributação pelo lucro real, tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita total igual ou inferior a R\$24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais).

Considera-se receita total o somatório da receita bruta de vendas, dos ganhos de capital, das demais receitas e dos resultados positivos decorrentes de receitas não compreendidas na atividade.

No caso de início de atividade, o limite será proporcional, à razão de R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais) multiplicado pelo número de meses do período.

Podem, também, optar pela tributação com base no lucro presumido as pessoas jurídicas que iniciarem atividades ou que resultarem de incorporação, fusão ou cisão, desde que não estejam obrigadas à tributação pelo lucro real.

As pessoas jurídicas, tributadas pelo lucro presumido, e que, em qualquer trimestre do ano-calendário, tiverem seu lucro arbitrado, podem permanecer no regime de tributação com base no lucro presumido relativamente aos demais trimestres do ano-calendário, desde que atendidas as disposições legais pertinentes (Lei nº 8.981, de 1995, art. 47, § 2º; Lei nº 9.430, de 1996, art. 1º; IN SRF nº 93, de 1997, art. 47).

Atenção:

A partir de 1º de janeiro de 2003, a pessoa jurídica cuja receita bruta total, no ano-calendário anterior, tenha sido igual ou inferior a R\$ 48.000.000,00 (quarenta e oito milhões de reais), ou a R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) multiplicado pelo número de meses de atividade do ano-calendário anterior, quando inferior a 12 (doze) meses, pode optar pelo regime de tributação com base no lucro presumido (Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, art. 46).

17.2.4.2 – Optantes pelo Refis

As pessoas jurídicas de que tratam as alíneas "a", "c", "d" e "e" do [subitem 17.1.3](#) deste manual, bem assim as sociedades em conta de participação (SCP), que optarem pelo Programa de Recuperação Fiscal (Refis), podem durante o período em que submetidas ao Refis, adotar o regime de tributação com base no lucro presumido. A opção pelo lucro presumido é irrevogável para todo o ano-calendário (Lei nº 9.964, de 2000).

Maiores informações sobre o Refis no [item 7](#).

17.2.4.3 – Verificação do Limite de Receita

O limite de R\$24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais) para a opção no ano-calendário de 2002 é calculado tomando-se por base as receitas totais mensais auferidas no ano-calendário de 2001.

Atenção:

Para opção pelo lucro presumido no ano-calendário de 2003, o limite de R\$ 48.000.000,00 (quarenta e oito milhões de reais) é calculado tomando-se por base as receitas totais mensais auferidas no ano-calendário de 2002.

17.2.4.3.1 – Valores Integrantes da Receita Total

Integram a receita total para fins de determinação do limite de que trata o [subitem 17.2.4.1](#):

- a) as receitas da prestação de serviços, da venda de produtos de fabricação própria, da revenda de mercadorias, do transporte de cargas, da industrialização de produtos em que a matéria-prima, o produto intermediário e o material de embalagem tenham sido fornecidos por quem encomendou a industrialização, da atividade rural, e de outras atividades compreendidas nos objetivos sociais da pessoa jurídica;
- b) as receitas de quaisquer outras fontes não relacionadas diretamente com os objetivos sociais da pessoa jurídica, bem como os ganhos de capital;
- c) os ganhos líquidos obtidos em operações realizadas nos mercados de renda variável;
- d) os rendimentos nominais auferidos em aplicações financeiras de renda fixa.
- e) da parcela das receitas auferidas nas exportações às pessoas vinculadas ou aos países com tributação favorecida que exceder ao valor já apropriado na escrituração da empresa, em decorrência dos ajustes dos métodos de preços de transferência.

17.2.4.3.2 – Valores não Integrantes da Receita Total

Não integram a receita total:

- a) as vendas canceladas, as devoluções de vendas, os descontos incondicionais concedidos e os impostos não cumulativos

(IPI) cobrados destacadamente do comprador ou contratante e do qual o vendedor dos bens ou prestador dos serviços seja mero depositário;
b) as saídas que não decorram de vendas, a exemplo das transferências de mercadorias para outros estabelecimentos da mesma empresa.

17.2.6 – Determinação do Lucro Presumido

17.2.6.1 – Percentuais

No ano-calendário, são aplicados os seguintes percentuais na determinação do lucro presumido:

- a) 1,6% (um inteiro e seis décimos por cento) sobre a receita bruta mensal auferida na revenda, para consumo, de combustível derivado de petróleo, álcool etílico carburante e gás natural;
- b) 8% (oito por cento) sobre a receita bruta mensal proveniente:
 - b.1) da venda de produtos de fabricação própria;
 - b.2) da venda de mercadorias adquiridas para revenda;
 - b.3) da industrialização de produtos em que a matéria-prima, ou o produto intermediário ou o material de embalagem tenham sido fornecidos por quem encomendou a industrialização;
 - b.4) da atividade rural;
 - b.5) de serviços hospitalares;
 - b.6) do transporte de cargas;
 - b.7) de outras atividades não caracterizadas como prestação de serviços;
- c) 16% (dezesesseis por cento) sobre a receita bruta mensal auferida pela prestação de serviços de transporte, exceto o de cargas;
- d) 32% (trinta e dois por cento) sobre a receita bruta mensal auferida com as atividades de:
 - d.1) prestação de serviços, pelas sociedades civis, relativos ao exercício de profissão legalmente regulamentada;
 - d.2) intermediação de negócios;
 - d.3) administração, locação ou cessão de bens imóveis, móveis ou direitos de qualquer natureza;
 - d.4) construção por administração ou por empreitada unicamente de mão-de-obra;
 - d.5) prestação de qualquer outra espécie de serviço não mencionada anteriormente.

As atividades de corretagem (seguros, imóveis, etc) e as de representação comercial são consideradas atividades de intermediação de negócios.

No caso de atividades diversificadas deve ser aplicado o percentual correspondente sobre a receita proveniente de cada atividade.

17.2.6.2 – Determinação da Base de Cálculo do Imposto Por Meio de Percentual Favorecido

As pessoas jurídicas exclusivamente prestadoras de serviços em geral mencionadas nas alíneas "d.2" a "d.5" acima, cuja receita bruta anual seja de até R\$120.000,00, podem utilizar, para determinação da base de cálculo do imposto de renda trimestral, o percentual de 16% (dezesesseis por cento).

A pessoa jurídica, cuja receita bruta anual acumulada até determinado trimestre do ano-calendário exceder o limite anual de R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais), deve determinar nova base de cálculo do imposto com a aplicação do percentual de 32% (trinta e dois por cento), e apurar a diferença do imposto postergado em cada trimestre transcorrido, no trimestre em que foi excedido o limite.

Esta diferença deve ser paga em quota única, por meio de Darf separado, no código 2089, até o último dia útil do mês subsequente ao trimestre em que ocorrer o excesso. Após este prazo, a diferença será paga com os acréscimos legais.

17.2.6.3 – Conceito de Receita Bruta

A receita bruta compreende o produto da venda de bens nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado auferido na operações de conta alheia, excluídas as vendas canceladas, as devoluções de vendas, os descontos incondicionais concedidos e os impostos não cumulativos cobrados, destacadamente do comprador ou contratante, e dos quais o vendedor dos bens ou prestador dos serviços seja mero depositário.

Atenção:

A pessoa jurídica, optante pelo regime de tributação com base no lucro presumido, pode adotar o critério de reconhecimento de suas receitas de venda de bens ou direitos ou de prestação de serviços pelo regime de caixa ou de competência.

17.2.6.3.1 – Valores Integrantes da Base de Cálculo

O lucro presumido, apurado trimestralmente, é a soma dos seguintes valores:

- a) do valor obtido pela aplicação dos percentuais, especificados no [subitem 17.2.6.1](#) – Percentuais, sobre a receita bruta;
- b) dos valores correspondentes aos demais resultados e ganhos de capital, assim considerados:
 - b.1) os ganhos de capital, nas alienações de bens e direitos, inclusive de aplicações em ouro não caracterizado como ativo financeiro. O ganho corresponde à diferença positiva verificada, no mês, entre o valor da alienação e o respectivo custo de aquisição, diminuído dos encargos de depreciação, amortização ou exaustão acumulada, ainda que a empresa não matenha escrituração contábil;
 - b.2) os ganhos de capital auferidos na alienação de participações societárias permanentes em sociedades coligadas e controladas, e de participações societárias que permanecerem no ativo da pessoa jurídica até o término do ano-calendário

seguinte ao de suas aquisições;

b.3) os ganhos de capital auferidos na devolução de capital em bens ou direitos;

b.4) os rendimentos auferidos nas operações de mútuo realizadas entre pessoas jurídicas controladoras, controladas, coligadas ou interligadas;

b.5) os ganhos auferidos em operações de cobertura (*hedge*) realizadas em bolsas de valores, de mercadorias e de futuros ou no mercado de balcão;

b.6) a receita de locação de imóvel, quando não for este o objeto social da pessoa jurídica;

b.7) os juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), para títulos federais, acumulada mensalmente, relativos a impostos e contribuições a serem restituídos ou compensados;

b.8) as variações monetárias ativas;

c) dos rendimentos e ganhos líquidos auferidos em aplicações financeiras de renda fixa e de renda variável;

d) dos juros sobre o capital próprio auferidos;

e) de 2,5% (dois e meio por cento), no mínimo, do saldo do lucro inflacionário acumulado existente em 31/12/1995, caso a pessoa jurídica venha apurando o imposto com base no lucro presumido desde o ano-calendário de 1996;

f) dos valores recuperados correspondentes a custos e despesas, inclusive com perdas no recebimento de créditos, salvo se a pessoa jurídica comprovar não os ter deduzido em período anterior no qual tenha se submetido ao regime de tributação com base no lucro real, ou que se refiram a período no qual não tenha se submetido a esse regime de tributação;

g) o valor resultante da aplicação dos percentuais, de que trata o [subitem 17.2.6.1](#) – Percentuais, sobre a parcela das receitas auferidas nas exportações às pessoas vinculadas ou aos países com tributação favorecida que exceder ao valor já apropriado na escrituração da empresa decorrente dos ajustes dos métodos de preços de transferência;

h) o valor dos encargos suportados pela mutuária que exceder ao limite calculado com base na taxa *Libor*, para depósitos em dólares dos Estados Unidos da América, pelo prazo de seis meses, acrescido de três por cento anuais a título de "spread", proporcionalizados em função do período a que se referirem os juros, quando pagos ou creditados a pessoa vinculada no exterior e o contrato não for registrado no Banco Central do Brasil;

i) a diferença de receita, auferida pela mutuante, correspondente ao valor calculado com base na taxa a que se refere o inciso anterior e o valor contratado, quando este for inferior, caso o contrato, não registrado no Banco Central do Brasil, seja realizado com mutuária definida como pessoa vinculada domiciliada no exterior;

j) as multas ou qualquer outra vantagem recebida ou creditada, ainda que a título de indenização, em virtude de rescisão de contrato;

l) a diferença entre o valor em dinheiro ou o valor dos bens e direitos recebidos de instituição isenta, a título de devolução de patrimônio, e o valor em dinheiro ou o valor dos bens e direitos que tenha sido entregue para a formação do referido patrimônio (Lei nº 9.532, de 1997, art. 17, § 3º, e art. 81, II);

Atenção:

1) O resultado negativo ou perda apurada em uma operação não pode ser compensado com os resultados positivos auferidos em outras operações.

2) Consideram-se resultados positivos as receitas auferidas diminuídas das despesas necessárias à sua obtenção, quando efetivamente realizadas.

3) Quanto à alínea "b.8" a pessoa jurídica pode excluir a parcela das receitas financeiras decorrentes da variação monetária ativa dos direitos de crédito e das obrigações, em função da taxa de câmbio, submetida à tributação, segundo o regime de competência, relativa a períodos compreendidos no ano-calendário de 1999, excedente ao valor da variação monetária efetivamente realizada, ainda que a operação tenha sido liquidada ([MP nº 1.858-10](#), de 1999, art. 31 e reedições).

4) As variações monetárias ativas dos direitos de crédito e das obrigações do contribuinte, em função da taxa de câmbio, são consideradas, para efeito de determinação da base de cálculo, quando da liquidação da correspondente operação. À opção da pessoa jurídica, as variações monetárias podem ser consideradas na determinação da base de cálculo pelo regime de competência, sendo que a opção aplica-se a todo ano-calendário ([MP nº 1.858-10](#), de 1999, art. 31 e reedições). Maiores informações sobre o tratamento das variações monetárias em função da taxa de câmbio podem ser obtidas no [item 22](#) deste manual.

5) Quanto à alínea "l", devem ser aplicadas as normas do inciso I do art. 17 da Lei nº 9.249, de 1995 aos valores entregues até o final de 1995 (Lei nº 9.532, de 1997, art. 17, § 1º).

6) A pessoa jurídica que optar pelo regime de tributação com base no lucro presumido, durante o período em que submetida ao Refis, deve crescer à base de cálculo o valor correspondente aos lucros, rendimentos e ganhos de capital oriundos do exterior, no trimestre em que forem disponibilizados os citados lucros e auferidos os rendimentos e ganhos, nos termos do art. 2º da Instrução Normativa nº 16, de 15 de fevereiro de 2001, observado o disposto no art. 74 da Medida Provisória nº 2.158-35 de 24 de agosto de 2001.

7) Nas atividades de compra e venda, loteamento, incorporação e construção de imóveis, as variações monetárias ativas a que se refere o art. 9º da Lei nº 9.718, de 1998, devem ser adicionadas ao próprio lucro, pelo regime de competência ou de caixa, conforme opção do contribuinte, estando o mesmo vedado à opção pelo lucro presumido enquanto não concluídas as operações imobiliárias para as quais haja registro de custo orçado, inclusive se optante do Programa de Recuperação Fiscal (Refis).

m) O saldo dos valores cuja a tributação tenha sido diferida de períodos de apuração anteriores (Lei nº 9.430 de 1996, art. 54).

17.2.6.4– Lucros Diferidos de Períodos de Apuração Anteriores

A pessoa jurídica que, em 31/12/1996, possuía lucros, cuja tributação houvesse sido diferida para períodos de apuração subseqüentes, e optou pelo regime de tributação com base no lucro presumido nos anos-calendário de 1996 a 2001, deve adicionar, à base de cálculo do imposto, os lucros diferidos, à medida que forem realizados.

A pessoa jurídica que exerceu a opção pela tributação com base no lucro presumido, no ano-calendário, e tenha sido tributada com base no lucro real, no ano-calendário anterior, deve oferecer à tributação, no primeiro trimestre do ano-calendário, os saldos dos valores cuja tributação houver diferido, controlados na parte B do Lalur, inclusive o saldo do lucro inflacionário.

17.2.6.5 – Valores de Operações Praticadas com Pessoas Vinculadas Residentes ou Domiciliadas no Exterior

Os valores de que tratam as alíneas "g", "h" e "i" do [subitem 17.2.6.3.1](#) são apurados anualmente e acrescidos à base de cálculo do quarto trimestre do ano-calendário.

A diferença entre o imposto apurado conforme o parágrafo anterior e o apurado no decorrer do ano-calendário, sem a inclusão dos valores constantes das alíneas "g", "h" e "i", do [subitem 17.2.6.3.1](#) deve ser recolhida conjuntamente com o imposto devido relativo ao quarto trimestre.

17.2.6.6– Lucro Inflacionário Acumulado e Saldo Credor da Diferença de Correção Monetária Complementar IPC/BTNF - Realização Obrigatória

A pessoa jurídica optante pela tributação com base no lucro presumido, que possuir saldo de lucro inflacionário acumulado e saldo credor da diferença de correção monetária complementar IPC/BTNF, deve tributar trimestralmente, no mínimo, o valor correspondente a 2,5% (dois e meio por cento) do saldo acumulado existente em 31 de dezembro de 1995, caso venha apurando o imposto com base no lucro presumido desde o ano-calendário de 1996.

A pessoa jurídica tributada com base no lucro real, no período de apuração no qual optar pela tributação com base no lucro presumido, inclusive em virtude de ingresso no Refis, deve tributar integralmente o saldo de lucro inflacionário ainda existente.

17.2.6.7– Receitas Tributadas na Fonte

As importâncias pagas ou creditadas à pessoa jurídica, sujeitas à incidência do imposto na fonte, têm o seguinte tratamento:

a) quando decorrentes da prestação de serviços caracterizadamente de natureza profissional, de comissões, corretagens ou quaisquer outras remunerações pela representação comercial ou pela mediação na realização de negócios civis e comerciais e da prestação de serviços de propaganda e publicidade são incluídas como receitas de prestação de serviços e o imposto retido na fonte pode ser compensado com o devido trimestralmente. Para efeito de compensação, o imposto pago ou retido, constante de documento hábil, é compensado pelos valores originais, sem qualquer atualização (art. 75, parágrafo único da Lei nº 9.430, de 1996). Quando o imposto a compensar for superior ao imposto devido no trimestre, o excesso pode ser compensado nos trimestres subseqüentes, acrescido dos juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), para títulos federais, acumulada mensalmente, a partir do primeiro dia do trimestre subseqüente até o mês anterior ao da compensação e de 1% (um por cento) no mês da compensação;

b) os rendimentos de aplicações financeiras de renda fixa, renda variável ou juros sobre o capital próprio são incluídos na base de cálculo e o imposto pago ou retido incidente sobre esses rendimentos pode ser compensado com o imposto devido trimestralmente. Para efeito de compensação, o imposto pago ou retido, constante de documento hábil, é compensado pelos valores originais, sem qualquer atualização (art. 75, parágrafo único da Lei nº 9.430, de 1996). Quando o imposto a compensar for superior ao imposto devido no trimestre, o excesso pode ser compensado nos trimestres subseqüentes, acrescido dos juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), para títulos federais, acumulada mensalmente, a partir do primeiro dia do trimestre subseqüente até o mês anterior ao da compensação e de 1% (um por cento) no mês da compensação;

c) são considerados tributados exclusivamente na fonte os rendimentos decorrentes de participações societárias, sempre que tais rendimentos sofrerem tributação na fonte observada a legislação da época em que forem gerados.

17.2.7 – Determinação do Imposto de Renda Devido

17.2.7.1 – Alíquota

O imposto devido em cada trimestre é calculado mediante a aplicação da alíquota de 15% (quinze por cento) sobre a base de cálculo.

17.2.7.2– Adicional

A parcela do lucro presumido que exceder ao resultado da multiplicação de R\$20.000,00 (vinte mil reais) pelo número dos meses do respectivo período de apuração sujeita-se à incidência do adicional à alíquota de 10% (dez por cento).

17.2.7.3– Deduções do Imposto Devido

A pessoa jurídica optante pelo lucro presumido pode deduzir do imposto de renda apurado:

- a) o imposto de renda pago ou retido na fonte sobre receitas que integraram a base de cálculo do imposto devido;
- b) o imposto de renda retido na fonte por órgãos públicos, conforme art. 64 da Lei nº 9.430, de 1996;
- c) o imposto de renda pago incidente sobre rendimentos e ganhos no mercado de renda fixa e variável.

17.2.7.4 – Compensações do Imposto de Renda Devido

A pessoa jurídica pode efetuar as seguintes compensações:

- a) pagamento indevido ou a maior que o devido de imposto de renda;
- b) saldo negativo de imposto de renda de períodos anteriores;
- c) outras compensações efetuadas mediante requerimento em processo administrativo.

As compensações efetuadas devem ser informadas na DCTF.

17.2.7.5 – Incentivos Fiscais

A pessoa jurídica tributada com base no lucro presumido não é permitida qualquer dedução a título de incentivo fiscal (Lei nº 9.532, de 1997, art. 10).

Atenção:

A pessoa jurídica que adote o regime de tributação com base no lucro presumido, durante o período em que submetidas ao Programa de Recuperação Fiscal (Refis), pode deduzir do valor do imposto apurado o valor correspondente à parcela do imposto correspondente aos incentivos fiscais de isenção e/ou redução do imposto, em conformidade com o disposto no art. 3º da IN SRF nº 16, de 15 de março de 2001.

17.2.8 – Pagamento do Imposto

17.2.8.1 – Local de Pagamento

Os contribuintes devem pagar o imposto de renda da pessoa jurídica nas agências bancárias integrantes da rede arrecadadora de receitas federais.

17.2.8.2 – Documento a Utilizar

O pagamento deve ser feito mediante a utilização do Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf) sob o código 2089.

17.2.8.3– Prazo para Pagamento

O imposto de renda devido, apurado trimestralmente, deve ser pago em quota única, até o último dia útil do mês subsequente ao do encerramento do período de apuração.

À opção da pessoa jurídica, o imposto devido pode ser pago em até três quotas mensais, iguais e sucessivas, vencíveis no último dia útil dos três meses subsequentes ao de encerramento do período de apuração a que corresponder.

Nenhuma quota pode ter valor inferior a R\$1.000,00 (um mil reais) e o imposto de valor inferior a R\$2.000,00 (dois mil reais) será pago em quota única.

As quotas do imposto são acrescidas de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), para títulos federais, acumulada mensalmente, a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao do encerramento do período de apuração até o último dia do mês anterior ao do pagamento e de 1% (um por cento) no mês do pagamento.

17.2.9 – Escrituração

A pessoa jurídica que optar pela tributação com base no lucro presumido deve manter:

- a) escrituração contábil nos termos da legislação comercial ou livro Caixa, no qual deve estar escriturado toda a movimentação financeira, inclusive bancária;
- b) Livro Registro de Inventário no qual devem constar registrados os estoques existentes no término do ano-calendário abrangido pelo regime de tributação simplificada; e
- c) Livro de Apuração do Lucro Real, quando tiver lucros diferidos de períodos de apuração anteriores, inclusive saldo de lucro inflacionário a tributar.

A documentação relativa aos atos negociais que os contribuintes praticarem ou em que intervierem, bem como os livros de escrituração obrigatória por legislação fiscal específica e todos os demais papéis e documentos que servirem de base para a escrituração comercial e fiscal, devem ser conservados em boa ordem e guarda enquanto não prescritas eventuais ações que lhes sejam pertinentes (Decreto-Lei nº 486, de 1969, art. 4º).

17.2.10 – Receitas e Rendimentos não Tributáveis

Consideram-se não tributáveis as receitas e rendimentos relacionados abaixo:

- a) recuperações de créditos que não representem ingressos de novas receitas, e cujas perdas não tenham sido deduzidas na apuração do lucro real em períodos anteriores;
- b) a reversão de saldo de provisões anteriormente constituídas, desde que o valor provisionado não tenha sido deduzido na apuração do lucro real dos períodos anteriores, ou que se refiram ao período no qual a pessoa jurídica não tenha se submetido a esse regime de tributação (Lei nº 9.430, de 1996, art. 53);
- c) os lucros e dividendos recebidos decorrentes de participações societárias, caso refiram-se a períodos em que os mesmos sejam isentos de imposto de renda.

17.3 - Lucro Arbitrado

17.3.1 – Pessoa Jurídica Tributada com Base no Lucro Arbitrado

Na ocorrência de qualquer das hipóteses de arbitramento, previstas no art. 47 da Lei nº 8.981, de 1995, a pessoa jurídica pode, quando conhecida a receita bruta, efetuar o pagamento do imposto de renda correspondente com base no lucro

arbitrado.

A apuração do imposto de renda com base no lucro arbitrado abrange todos os trimestres do ano-calendário, assegurada a tributação com base no lucro real ou presumido relativa aos trimestres não submetidos ao arbitramento, se:

- a) a pessoa jurídica dispuser de escrituração comercial e fiscal que demonstre o lucro real dos períodos não abrangidos pela tributação com base no lucro arbitrado; ou
- b) puder optar pelo lucro presumido.

Atenção:

Sendo tributada pelo lucro real a pessoa jurídica pode apurar o lucro trimestralmente, ou anualmente com pagamentos mensais por estimativa, sem considerar o resultado do período em que se sujeitou ao arbitramento.

O imposto pago sobre o lucro arbitrado é definitivo, não podendo, em qualquer hipótese, ser compensado com recolhimentos futuros.

17.3.2 – Determinação do Lucro Arbitrado

17.3.2.1 – Percentuais

O lucro arbitrado das pessoas jurídicas é determinado mediante a aplicação, sobre a receita bruta do trimestre, quando conhecida, do percentual de 9,6% (nove inteiros e seis décimos por cento).

Nas seguintes atividades o percentual é de:

I - 1,92% (um inteiro e noventa dois centésimos por cento) sobre a receita bruta auferida na revenda, para consumo, de combustível derivado de petróleo, álcool etílico carburante e gás natural;

II - 9,6% (nove inteiros e seis décimos por cento) sobre a receita bruta auferida na prestação de serviços hospitalares e de transporte de carga;

III - 19,2% (dezenove inteiros e dois décimos por cento) sobre a receita bruta auferida na prestação dos demais serviços de transporte;

IV - 38,4 % (trinta e oito inteiros e quatro décimos por cento) sobre a receita bruta auferida com as atividades de:

- a) prestação de serviços, pelas sociedades civis, relativos ao exercício de profissão legalmente regulamentada;
- b) intermediação de negócios;
- c) administração, locação ou cessão de bens imóveis, móveis ou direitos de qualquer natureza;
- d) construção por administração ou por empreitada unicamente de mão-de-obra;
- e) prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção de riscos, administração de contas a pagar e a receber, compra de direitos creditórios resultantes de vendas mercantis a prazo ou de prestação de serviços (*factoring*).

f) prestação de qualquer outro tipo de serviço não mencionado especificamente nas alíneas "a" a "e";

V - 45% (quarenta e cinco por cento) sobre a receita bruta auferida nas atividades desenvolvidas por bancos comerciais, bancos de investimentos, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras de títulos, valores mobiliários e câmbio, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização e entidades de previdência privada aberta.

Atenção:

1) As pessoas jurídicas exclusivamente prestadoras de serviço em geral, mencionadas nas alíneas "b" a "f" do inciso IV, cuja receita bruta anual seja de até R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais) podem utilizar, para determinação do lucro arbitrado trimestral, o percentual de 19,2% (dezenove inteiros e dois décimos por cento). A pessoa jurídica, cuja receita bruta anual acumulada até determinado trimestre do ano-calendário exceder o limite anual de R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais), deve determinar nova base de cálculo do imposto com a aplicação do percentual de 38,4%, e apurar a diferença do imposto postergado em cada trimestre transcorrido, no trimestre em que foi excedido o limite. Esta diferença deve ser paga em quota única, por meio de Darf separado, no código 5625, até o último dia útil do mês subsequente ao trimestre em que ocorrer o excesso. Após este prazo, a diferença deve ser paga com os acréscimos legais

2) Pessoas jurídicas que se dedicarem às atividades de venda de imóveis construídos ou adquiridos para revenda, de loteamento de terrenos e de incorporação de prédios em condomínio terão seus lucros arbitrados, deduzindo-se da receita bruta o custo do imóvel devidamente comprovado.

Nas empresas imobiliárias o lucro arbitrado deve ser tributado na proporção da receita recebida ou cujo recebimento esteja previsto para o próprio trimestre.

17.3.2.2 – Valores Integrantes da Base de Cálculo

O lucro arbitrado, apurado trimestralmente, é a soma dos seguintes valores:

- a) o valor obtido pela aplicação dos percentuais sobre a receita bruta especificados no [subitem 17.3.2.1](#);
- b) os ganhos de capital, as demais receitas e os resultados positivos decorrentes de receitas não compreendidas na atividade, inclusive:
 - b.1) os rendimentos auferidos nas operações de mútuo realizadas entre pessoas jurídicas controladoras, controladas, coligadas ou interligadas;

- b.2) os ganhos de capital auferidos na alienação de participações societárias permanentes em sociedades coligadas e controladas, e de participações societárias que permaneceram no ativo da pessoa jurídica até o término do ano-calendário seguinte ao de suas aquisições;
- b.3) os ganhos auferidos em operações de cobertura (*hedge*) realizadas em bolsas de valores, de mercadorias e de futuros ou no mercado de balcão;
- b.4) a receita de locação de imóvel, quando não for este o objeto social da pessoa jurídica;
- b.5) os juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), para títulos federais, acumulada mensalmente, relativos a impostos e contribuições a serem restituídos ou compensados;
- b.6) as variações monetárias ativas;
- c) os rendimentos e ganhos líquidos auferidos em aplicações financeiras de renda fixa e de renda variável;
- d) os juros sobre capital próprio auferidos;
- e) o saldo do lucro inflacionário acumulado existente ao final do período de apuração anterior;
- f) o saldo dos valores cuja tributação tenha sido diferida de períodos de apuração anteriores (Lei nº 9.430, de 1996, art. 54);
- g) os valores recuperados correspondentes a custos e despesas, inclusive com perdas no recebimento de créditos, salvo se a pessoa jurídica comprovar não os ter deduzido em período anterior no qual tenha se submetido ao regime de tributação com base no lucro real ou tenha optado pela tributação na forma do art. 1º do Decreto-lei nº 2.397, de 1987, ou que se refiram a período no qual tenha se submetido ao regime de tributação com base no lucro presumido ou arbitrado;
- h) o valor resultante, em cada atividade, no respectivo período de apuração, da aplicação dos percentuais de que trata o [subitem 17.3.2.1](#) sobre a parcela das receitas auferidas nas exportações às pessoas vinculadas ou aos países com tributação favorecida que exceder ao valor já apropriado na escrituração da empresadecorrente dos ajustes dos métodos de preços de transferência;
- i) o valor dos encargos suportados pela mutuária que exceder ao limite calculado com base na taxa *Libor*, para depósitos em dólares dos Estados Unidos da América, pelo prazo de seis meses, acrescido de três por cento anuais a título de *spread*, proporcionalizados em função do período a que se referirem os juros, quando pagos ou creditados a pessoa vinculada no exterior e o contrato não for registrado no Banco Central do Brasil;
- j) a diferença de receita, auferida pela mutuante, correspondente ao valor calculado com base na taxa a que se refere o inciso anterior e o valor contratado, quando este for inferior, caso o contrato, não registrado no Banco Central do Brasil, seja realizado com mutuária definida como pessoa vinculada domiciliada no exterior;
- l) as multas ou qualquer outra vantagem recebida ou creditada, ainda que a título de indenização, em virtude de rescisão de contrato;
- m) os lucros, rendimentos e ganhos de capital oriundos do exterior;
- n) a diferença entre o valor em dinheiro ou o valor dos bens e direitos recebidos de instituição isenta, a título de devolução de patrimônio, e o valor em dinheiro ou o valor dos bens e direitos que tenha sido entregue para a formação do referido patrimônio (Lei nº 9.532, de 1997, art. 17, § 3º, e art. 81, II).

Atenção:

- 1) Na determinação do lucro arbitrado, as receitas, ganhos de capital e demais resultados positivos são reconhecidas segundo o regime de competência. Excetuam-se dessa regra os rendimentos auferidos em aplicações de renda fixa e os ganhos líquidos auferidos em aplicações de renda variável, que são acrescidos à base de cálculo do lucro arbitrado por ocasião da alienação, resgate ou cessão do título ou aplicação.
- 2) Quanto à alínea "b.6", a pessoa jurídica pode excluir a parcela das receitas financeiras decorrentes da variação monetária ativa dos direitos de crédito e das obrigações, em função da taxa de câmbio, submetida à tributação, segundo regime de competência, relativo a períodos compreendidos no ano-calendário de 1999, excedente ao valor da variação monetária efetivamente realizada, ainda que a operação tenha sido liquidada ([MP nº 1.858-10](#), de 1999, art. 31 e reedições).
- 3) A realização do saldo do lucro inflacionário existente no período de apuração anterior a que se refere a alínea "e" é obrigatória inclusive para os optantes pelo Refis.
- 4) As variações monetárias ativas dos direitos de crédito e das obrigações do contribuinte, em função da taxa de câmbio, são consideradas, para efeito de determinação da base de cálculo, quando da liquidação da correspondente operação. À opção da pessoa jurídica, as variações monetárias podem ser consideradas na determinação da base de cálculo pelo regime de competência, sendo que a opção aplica-se a todo ano-calendário ([MP nº 1.858-10](#), de 1999, art. 30 e reedições).
- 5) Quanto à alínea "n", devem ser aplicadas as normas do inciso I do art. 17 da Lei nº 9.249, de 1995 aos valores entregues até o final de 1995 (Lei nº 9.532, de 1997, art. 17, § 1º).
- 6) O imposto sobre os resultados positivos mensais auferidos em aplicações de renda variável, apurados em cada um dos dois meses imediatamente anteriores ao do encerramento do período de apuração, deve ser determinado e pago em separado, nos termos da legislação específica, dispensado o recolhimento em separado relativo ao terceiro mês do período de apuração.
- 7) A pessoa jurídica, domiciliada no Brasil, que arbitrar os resultados, deve acrescer à base de cálculo o valor correspondente aos lucros, oriundos do exterior, no trimestre em que forem disponibilizados, nos termos do art. 1º da Lei nº 9.532, de 1997, com as alterações introduzidas pelo art. 3º da Lei nº 9.959, de 2000, e pelo art. 35 da [MP nº 1.991-15](#), de 2000 e reedições, e pelo art. 74 da [MP nº 2.158-34](#), de 2001). Deve, ainda, acrescer à base de cálculo o valor correspondente aos rendimentos e ganhos de capital, oriundos do exterior, no trimestre em que forem auferidos.

17.3.2.3– Valores de Operações Praticadas com Pessoas Vinculadas Residentes ou Domiciliadas no Exterior

Os valores de que tratam as alíneas "h", "i" e "j" do [subitem 17.3.2.2](#) são apurados anualmente e acrescidos à base de cálculo do último trimestre do ano-calendário, para efeitos de se determinar o imposto devido (IN SRF nº 93, de 1997, art. 41, § 5º).

A diferença entre o imposto calculado conforme o parágrafo anterior e o apurado nos demais trimestres do ano-calendário, sem a inclusão dos valores constantes das alíneas "h", "i" e "j" do [subitem 17.3.2.2](#), deve ser recolhido conjuntamente com o imposto devido relativo ao quarto trimestre.

17.3.3 – Receitas Tributadas na Fonte

As importâncias pagas ou creditadas à pessoa jurídica, sujeitas à incidência do imposto na fonte, têm o mesmo tratamento exposto no [subitem 17.2.6.7](#).

17.3.4 – Determinação do Imposto Devido

17.3.4.1 – Alíquota

O imposto devido em cada trimestre é calculado mediante à aplicação da alíquota de 15% (quinze por cento) sobre o lucro arbitrado.

17.3.4.2 – Adicional

A parcela do lucro arbitrado que exceder o valor da multiplicação de R\$20.000,00 (vinte mil reais) pelo número dos meses do respectivo período de apuração sujeita-se à incidência do adicional, à alíquota de 10% (dez por cento).

17.3.4.3 – Deduções do Imposto devido

A pessoa jurídica submetida ao regime de tributação com base no lucro arbitrado pode deduzir do imposto devido:

- o imposto de renda pago ou retido na fonte sobre receitas que integraram a base de cálculo do imposto devido;
- o imposto de renda retido na fonte por órgãos públicos, conforme art. 64 da Lei nº 9.430, de 1996;
- o imposto de renda pago incidente sobre ganhos no mercado de renda variável.

17.3.4.4 – Compensações do Imposto de Renda Devido

A pessoa jurídica pode efetuar as seguintes compensações:

- pagamento indevido ou a maior que o devido de imposto de renda;
- saldo negativo de imposto de renda de períodos anteriores;
- outras compensações efetuadas mediante requerimento em processo administrativo.

As compensações devem ser informadas na DCTF.

Atenção:

A partir de 1ª de outubro de 2002, a compensação de débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a quaisquer tributos ou contribuições, com crédito relativo a tributo ou contribuição administrado pela SRF, passível de restituição ou de ressarcimento, deve ser efetuada mediante o encaminhamento à SRF da "Declaração de Compensação".

17.3.4.5 – Incentivos Fiscais

À pessoa jurídica tributada com base no lucro arbitrado não é permitida qualquer dedução à título de incentivo fiscal (Lei nº 9.532, de 1997, art.10).

17.3.5– Pagamento do Imposto

17.3.5.1 – Local de Pagamento

Os contribuintes devem pagar o imposto de renda da pessoa jurídica nas agências bancárias integrantes da rede arrecadadora de receitas federais.

17.3.5.2 – Documento a Utilizar

O pagamento é feito mediante a utilização do Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf) sob o código 5625.

17.3.5.3 – Prazo para Pagamento

O imposto de renda devido, apurado trimestralmente, deve ser pago em quota única, até o último dia útil do mês subsequente ao do encerramento do período de apuração.

À opção da pessoa jurídica, o imposto devido pode ser pago em até três quotas mensais, iguais e sucessivas, vencíveis no último dia útil dos três meses subsequentes ao de encerramento do período de apuração a que corresponder.

Nenhuma quota pode ter valor inferior a R\$1.000,00 (um mil reais) e o imposto de valor inferior a R\$2.000,00 (dois mil reais) deve ser pago em quota única.

As quotas do imposto são acrescidas de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), para títulos federais, acumulada mensalmente, a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao do encerramento do período de apuração até o último dia do mês anterior ao do pagamento e de 1% (um por cento) no mês do pagamento.

17.3.6 – Receitas e Rendimentos Não Tributáveis

Consideram-se não tributáveis as receitas e rendimentos relacionados abaixo:

- a) recuperações de créditos que não representem ingressos de novas receitas, e cujas perdas não tenham sido deduzidas na apuração do lucro real em períodos anteriores;
- b) a reversão de saldo de provisões anteriormente constituídas, desde que o valor provisionado não tenha sido deduzido na apuração do lucro real dos períodos anteriores, ou que se refiram ao período no qual a pessoa jurídica não tenha se submetido a esse regime de tributação;
- c) os lucros e dividendos recebidos decorrentes de participações societárias, caso refiram-se a períodos em que os mesmos sejam isentos de imposto de renda.

17.4 - Lucros Disponibilizados no Exterior

Os lucros são considerados disponibilizados para a empresa no Brasil no caso de filial, sucursal, coligadas ou controladas, na data do balanço no qual tiverem sido apurados.

No caso de encerramento do processo de liquidação da empresa no Brasil, os recursos correspondentes aos lucros auferidos no exterior, por intermédio de suas filiais, sucursais, controladas e coligadas, ainda não tributados no Brasil, são considerados disponibilizados na data do balanço de encerramento, devendo, nessa mesma data, serem computados para fins de determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL.

No caso de encerramento de atividades da filial, sucursal, controlada ou coligada, domiciliadas no exterior, os lucros auferidos por seu intermédio, ainda não tributados no Brasil, são considerados disponibilizados, devendo ser computados para fins de determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL no balanço levantado em 31 de dezembro do respectivo ano-calendário ou na data do encerramento das atividades da empresa no Brasil.

Os lucros ainda não tributados no Brasil, auferidos por filial, sucursal, controlada ou coligada, domiciliadas no exterior, cujo patrimônio for absorvido por pessoa jurídica sediada no Brasil, em virtude de incorporação, fusão ou cisão, são computados para fins de determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL no balanço levantado em 31 de dezembro do ano-calendário do evento.

No caso de cisão, total ou parcial, a responsabilidade da cindida e de cada sucessora é proporcional aos valores do patrimônio líquido remanescente e absorvidos.

Ocorrendo a absorção do patrimônio da filial, sucursal, controlada ou coligada por empresa sediada no exterior, os lucros ainda não tributados no Brasil, apurados até a data do evento, são considerados disponibilizados, devendo ser computados para fins de determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL da beneficiária no Brasil, no balanço levantado em 31 de dezembro do ano-calendário do respectivo evento.

Na hipótese de alienação do patrimônio da filial ou sucursal, ou da participação societária em controlada ou coligada, no exterior, os lucros ainda não tributados no Brasil devem ser considerados para fins de determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL da alienante no Brasil, no balanço levantado em 31 de dezembro do ano-calendário em que ocorrer a alienação.

Os lucros apurados por controlada ou coligada no exterior até 31 de dezembro de 2001 são considerados disponibilizados em 31 de dezembro de 2002, salvo se ocorrida, antes desta data, qualquer das hipóteses de disponibilização prevista nos parágrafos anteriores.

Os lucros a serem adicionados à base de cálculo do lucro presumido são considerados pelos seus valores antes de descontado o tributo pago no país de origem.

Os créditos de imposto de renda de que trata o art. 26 da Lei nº 9.249, de 1995, relativos a lucros auferidos no exterior, somente são compensados com o imposto de renda devido no Brasil se referidos lucros forem computados na base de cálculo do imposto, no Brasil, até o final do segundo ano-calendário subsequente ao de sua apuração.

No caso da pessoa jurídica possuir atividade geral e rural, os lucros disponibilizados no exterior devem ser informados na coluna "Atividade Geral".

17.5 - Distribuição de lucros

17.5.1 - Orientações Gerais

Em relação aos lucros e dividendos pagos, observar que:

- a) os lucros apurados a partir de 1ª de janeiro de 1996, bem como os apurados no período de 1ª de janeiro a 31 de dezembro de 1993 estão isentos do imposto de renda na fonte por ocasião da distribuição;
- b) os lucros apurados entre 1ª de janeiro de 1994 e 31 de dezembro de 1995 sujeitam-se à tributação na fonte à alíquota de 15% (quinze por cento), compensável com o imposto de renda que a pessoa jurídica beneficiária tributada com base no lucro real, tiver que recolher relativo a distribuição de dividendos, bonificações em dinheiro, lucros e outros interesses;
- c) lucros apurados no período de 1ª de janeiro de 1989 a 31 de dezembro de 1992 estão isentos do imposto de renda na fonte por ocasião da distribuição a residentes ou domiciliados no país, tendo em vista que foram tributados à alíquota de 8% (oito por cento) na forma do art. 35 da Lei nº 7.713, de 1988, no momento da sua apuração;
- d) os lucros apurados até 31 de dezembro de 1988 sujeitam-se à tributação na fonte (arts. 727 a 729 do RIR/1994) à alíquota de:
 - d.1) 23% (vinte e três por cento), quando distribuídos a pessoas jurídicas;
 - d.2) 23% (vinte e três por cento), quando distribuídos por companhias abertas a pessoas físicas e 25% (vinte e cinco por cento), nos demais casos;
 - d.3) 15% (quinze por cento), quando distribuídos por empresas rurais, a pessoas físicas.

17.5.2 - Lucros apurados a partir de 1996

Os lucros ou dividendos calculados com base nos resultados apurados a partir do mês de janeiro de 1996, pagos ou creditados pela pessoa jurídica tributada com base no lucro presumido, não estão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte, nem integram a base de cálculo do imposto de renda do beneficiário, pessoa física ou jurídica, domiciliado no País ou no exterior (Lei nº 9.249, de 1995, art. 10).

Lucro Real

Os lucros e dividendos pagos ou creditados a sócios, acionistas ou titular de empresa individual são isentos do imposto de renda, desde que apurados, a partir de 1996, em balanço.

Lucro Presumido ou Lucro Arbitrado

Os lucros ou dividendos calculados com base nos resultados apurados a partir do mês de janeiro de 1996, pagos ou creditados pela pessoa jurídica tributada com base no lucro presumido e arbitrado, não estão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte, nem integram a base de cálculo do imposto de renda do beneficiário, pessoa física ou jurídica, domiciliado no País ou no exterior (Lei nº 9.249, de 1995, art. 10).

Poderá ser distribuído, a título de lucros, sem incidência do imposto:

- a) o valor do lucro presumido ou arbitrado (base de cálculo do imposto), diminuído do imposto de renda da pessoa jurídica (IRPJ), inclusive adicional, quando devido, da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), da contribuição para financiamento da seguridade social (Cofins) e das contribuições para o PIS/Pasep (ADN Cosit nº 4, de 29 de janeiro de 1996); ou
- b) a parcela do lucro e dividendos excedentes ao valor determinado na alínea "a", desde que a pessoa jurídica demonstre, através de escrituração contábil feita com observância da lei comercial, que o lucro efetivo é maior que o determinado segundo as normas para apuração do lucro presumido.

Atenção:

Essa isenção não abrange os valores pagos a outro título, tais como *pró-labore*, aluguéis e serviços prestados, que sujeitam-se à incidência do imposto de renda na fonte e na declaração de rendimentos dos beneficiários.

Lucros Distribuídos que Excederem ao Valor Apurado na Escrituração

A parcela dos rendimentos pagos ou creditados a sócio ou acionista ou ao titular da pessoa jurídica, a título de lucros ou dividendos distribuídos, ainda que por conta de período de apuração não encerrado, que exceder ao valor apurado com base na escrituração contábil, deve ser imputado aos lucros acumulados ou reservas de lucros de exercícios anteriores, ficando sujeita à incidência do imposto de renda calculado segundo o disposto na legislação específica, com acréscimos legais.

O disposto no parágrafo acima não abrange a distribuição de lucros e dividendos efetuada, após o encerramento do trimestre correspondente, com base no lucro presumido ou arbitrado diminuído do imposto e das contribuições a que estiver sujeita a pessoa jurídica.

Inexistindo lucros acumulados ou reservas de lucros em montante suficiente, a parcela excedente deve ser submetida à tributação nos termos do art. 3º, § 4º, da Lei nº 7.713, de 1988, com base na tabela progressiva a que se refere o art. 3º da Lei nº 9.250, de 1995 (IN SRF nº 93, de 1997, art. 48, § 4º).

A distribuição de rendimentos a título de lucros ou dividendos, que não tenham sido apurados em balanço, sujeita-se à incidência do imposto de renda na forma prevista no parágrafo anterior.

17.5.3 – Lucros Distribuídos de Anos-calendário de 1993 a 1995

São tributados na fonte e na declaração de rendimentos dos beneficiários, os lucros efetivamente pagos aos sócios ou titular de empresa individual, e escriturados nos livros de escrituração contábil ou no Livro Caixa, que ultrapassarem a base de cálculo do imposto, deduzida do imposto de renda correspondente. O lucro sujeito à tributação corresponde à parcela que exceder ao montante do lucro proporcional à participação do sócio, acionista ou titular de empresa individual, no capital social, ou no resultado, se houver previsão contratual (Lei nº 8.541, de 1992, art. 20; RIR/1999, art. 665; Lei nº 8.981, de 1995, art. 46).

Cabe à pessoa jurídica manter controle do lucro a distribuir, em demonstrativos específicos ou em conta especial do patrimônio líquido, quando for o caso, de forma a poder comprovar a natureza, o saldo a distribuir e os valores efetivamente distribuídos.

Para efeito da incidência do imposto de renda na fonte, o excesso é tributado mediante aplicação da tabela progressiva vigente no mês do pagamento dos lucros.

17.6 - Instruções para Cálculo do Imposto Postergado

Relativo a período encerrado a partir de 1ª de janeiro de 1995, multiplicar a base de cálculo do imposto de renda postergado pela alíquota do imposto de renda vigente no ano-calendário correspondente.

Adicional

A pessoa jurídica deve verificar se a soma da base de cálculo do imposto de renda postergado com o lucro real declarado, correspondente ao período de apuração da postergação, excede ou não ao limite estabelecido para o cálculo do adicional. Caso exceda, deve calcular o adicional sobre a parcela excedente e incluir o resultado na linha correspondente. Não havendo excesso, não incide o adicional sobre a base de cálculo do imposto de renda postergado, ainda que a pessoa jurídica esteja sujeita ao mesmo sobre o lucro real, correspondente ao período de apuração em que está informando o valor do imposto postergado.

18. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO (CSLL)

Aplicam-se à CSLL no que couberem, as disposições da legislação do imposto sobre a renda referentes à administração, ao lançamento, à consulta, à cobrança, às penalidades, às garantias e ao processo administrativo, mantidas a base de cálculo e as alíquotas previstas na legislação da referida contribuição. (Lei nº 7.689, de 1988, art. 6º, e Lei nº 8.981, de 1995, art. 57).

Atenção:

- 1) As entidades sem fins lucrativos de que trata o inciso I do art. 12 do Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999, que não se enquadrem na imunidade ou isenção da Lei nº 9.532, de 1997, devem apurar a base de cálculo e a CSLL devida nos termos da legislação comercial e fiscal.
- 2) As associações de poupança e empréstimo, as entidades de previdência privada fechada e as bolsas de mercadorias e de valores estão isentas do imposto sobre a renda, mas são contribuintes da contribuição social sobre o lucro líquido.
- 3) As entidades sujeitas à CSLL deverão ajustar o resultado do período com as adições determinadas e exclusões admitidas, conforme legislação vigente, para fins de determinação da base de cálculo da CSLL.
- 4) As entidades sujeitas a planificação contábil própria apuram a CSLL de acordo com essa planificação.

[18.1 - Alíquotas](#)

[18.2 - Apuração Trimestral da CSLL](#)

[18.3 - Apuração Anual da CSLL, com recolhimentos mensais sobre a base de cálculo estimada](#)

[18.4 - Considerações Gerais sobre Compensação de Base de Cálculo Negativa](#)

[18.5 - Pessoas Jurídicas Submetidas à Apuração do Lucro Presumido e Lucro Arbitrado](#)

[18.6 - Pagamento da CSLL](#)

[18.7 - Instruções para Cálculo da CSLL Postergada](#)

Medida Provisória nº 1.807, de 28 de janeiro de 1999 - Reedições.
MP nº 1.807-01, de 25 de fevereiro de 1999, e reedições.
MP nº 1.858-06, de 29 de junho de 1999, e reedições.
MP nº 1.991-12, de 14 de dezembro de 1999, e reedições.
MP nº 2.037-19, de 28 de junho de 2000, e reedições.
MP nº 2.113-26, de 27 de dezembro de 2000, e reedições.
MP nº 2.113-26, de 27 de dezembro de 2000, e reedições.
MP nº 2.158-33, de 28 de junho de 2001, e reedições.
MP nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001.

Medida Provisória nº 1.923, de 6 de outubro de 1999 - Reedições.
MP nº 1.923-1, de 4 de novembro de 1999, e reedições.
MP nº 2.004-3, de 14 de dezembro de 1999, e reedições.
Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000.

18.1 – Alíquotas

18.1.1 – Ano Calendário 2002

A alíquota da CSLL no ano-calendário de 2002 é de 9% (nove por cento) ([MP nº 1.858-10](#), de 1999, art. 6º, II, e reedições).

18.2 – Apuração Trimestral da CSLL

As pessoas jurídicas tributadas pelo lucro real trimestral devem apurar trimestralmente a CSLL.

A base de cálculo da CSLL corresponde ao resultado contábil do período ajustado pelas adições determinadas, pelas exclusões admitidas e pelas compensações de base de cálculo negativa até o limite definido em legislação específica vigente à época da ocorrência dos fatos geradores (Lei nº 7.689, de 1988, art. 2º e alterações posteriores).

O valor da CSLL não pode ser deduzido para efeito de determinação do lucro real e própria base de cálculo (Lei nº 9.316, de 1996, art. 1º).

18.3 – Apuração Anual da CSLL, com recolhimentos mensais sobre a base de cálculo estimada

A pessoa jurídica que apurar anualmente o imposto sobre a renda com base no lucro real, também deverá apurar a CSLL anualmente com base no resultado ajustado, em 31 de dezembro de cada ano.

Os valores de CSLL efetivamente pagos calculados sobre a base de cálculo estimada mensalmente, no transcorrer do ano-calendário, podem ser deduzidos do valor de CSLL apurado anualmente (ajuste).

O valor da CSLL não pode ser deduzido para efeito de determinação do lucro real e da própria base de cálculo (Lei nº 9.316, de 1996, art. 1º).

18.3.1 – Base de Cálculo

18.3.1.1 – Pessoas Jurídicas de Natureza Comercial, Industrial ou de Prestação de Serviços

Nas atividades desenvolvidas por pessoas jurídicas de natureza comercial, industrial ou de prestação de serviços, a base de CSLL apurada por estimativa será a soma dos seguintes valores:

I - o valor correspondente a 12% (doze por cento) da receita bruta auferida no período, excluídas as vendas canceladas, as devoluções de vendas, os descontos incondicionais concedidos e os impostos não cumulativos cobrados destacadamente do comprador dos quais o vendedor dos bens ou prestador de serviços seja mero depositário;

II - os ganhos de capital, as demais receitas e os resultados positivos decorrentes de receitas não compreendidas na atividade, inclusive:

III - dos ganhos de capital, das demais receitas e dos resultados positivos decorrentes de receitas não compreendidas na atividade, no mês em que forem auferidos, inclusive:

- a) os rendimentos auferidos nas operações de mútuo realizadas entre pessoa jurídica e pessoa física;
- b) os ganhos de capital auferidos na alienação de participações societárias permanentes em sociedades coligadas e controladas, e de participações societárias que permaneceram no ativo da pessoa jurídica até o término do ano-calendário seguinte ao de suas aquisições;
- c) os ganhos auferidos em operações de cobertura ("*hedge*") realizadas em bolsas de valores, de mercadorias e de futuros ou no mercado de balcão;
- d) a receita de locação de imóvel, quando não for este o objeto social da pessoa jurídica, deduzida dos encargos necessários à percepção da mesma;
- e) os juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), para títulos federais, acumulada mensalmente, relativos a impostos e contribuições a serem restituídos ou compensados;
- f) as receitas financeiras decorrentes das variações monetárias dos direitos de crédito e das obrigações do contribuinte, em função de índices ou coeficientes aplicáveis por disposição legal ou contratual;
- g) os ganhos de capital auferidos na devolução de capital em bens e direitos;
- h) a diferença entre o valor em dinheiro ou o valor dos bens e direitos recebidos de instituição isenta, a título de devolução de patrimônio, e o valor em dinheiro ou o valor dos bens e direitos que tenha sido entregue para a formação do referido patrimônio (Lei nº 9.532, de 1997, art. 17, § 4º, a).

IV - os rendimentos e ganhos líquidos auferidos em aplicações financeiras de renda fixa e renda variável.

Atenção:

1) O ganho de capital auferido na venda de bens do ativo permanente para recebimento do preço, no todo ou em parte, após o término do ano-calendário seguinte ao da contratação deverá integrar a base de cálculo da CSLL mensal, podendo, para efeito de determinar o resultado ajustado, ser computado na proporção da parcela do preço recebida em cada mês.

2) Quanto à alínea "II-f", a partir de 1º de janeiro de 2000, as variações monetárias dos direitos de crédito e das obrigações do contribuinte, em função da taxa de câmbio, são consideradas, para efeito de determinação da base de cálculo, quando da liquidação da correspondente operação. À opção da pessoa jurídica, as variações monetárias podem ser consideradas na determinação da base de cálculo pelo regime de competência, sendo que a opção aplica-se a todo ano-calendário ([MP nº 1.858-10](#), de 1999, art. 30, e reedições).

18.3.1.2 – Efeito dos Balanços de Suspensão ou Redução no Pagamento da CSLL

A mesma forma de tributação adotada, pela pessoa jurídica, para fins de apuração do imposto de renda, deve ser adotada para fins de apuração da CSLL.

Assim, a pessoa jurídica que levantou balanço ou balancete para suspender ou reduzir o pagamento do imposto de renda, em determinado mês do ano-calendário, deve apurar a base de cálculo da CSLL sobre o resultado do período apurado nesse mesmo balanço, ajustado pelas adições determinadas, pelas exclusões permitidas e pelas compensações de base de cálculo negativa da CSLL, observados os limites definidos na legislação pertinente.

A pessoa jurídica que levantar balanço ou balancete de suspensão ou redução do pagamento do IRPJ e da CSLL em 31 de dezembro deve computar os lucros, oriundos do exterior, disponibilizados nos termos do art. 1º da Lei nº 9.532, de 1997, observado o disposto no art. 74 da Medida Provisória nº 2.158-35 de 24 de agosto de 2001. A pessoa jurídica deve computar também os rendimentos e ganhos de capital, auferidos no exterior, nesse balanço ou balancete, para fins de incidência da CSLL.

Informações detalhadas sobre balanço de suspensão ou redução do pagamento do IRPJ e da CSLL podem ser encontradas no [subitem 17.1.6.3](#) deste manual.

18.4 - Considerações Gerais sobre Compensação de Base de Cálculo Negativa

a) Introdução

A pessoa jurídica pode compensar a base de cálculo negativa, desde que mantenha os livros e documentos, exigidos pela legislação fiscal, comprobatórios do montante dessa base utilizado para a compensação.

A base de cálculo negativa das atividades em geral pode ser compensada com base positiva da atividade rural apurada no próprio período de apuração, ou vice-versa.

A base de cálculo negativa, das atividades em geral e rural, apurada a partir do encerramento do ano-calendário de 1995, pode ser compensada, cumulativamente com a base de cálculo negativa apurada até 31 de dezembro de 1994, com o resultado do período de apuração ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação, determinado em anos-calendário subseqüentes, observado o limite máximo de redução de trinta por cento, no caso da base de cálculo negativa das atividades em geral.

A pessoa jurídica não pode compensar sua própria base de cálculo negativa se entre a data da apuração e a da compensação houver ocorrido, cumulativamente, modificação de seu controle societário e do ramo de atividade. A pessoa jurídica sucessora por incorporação, fusão ou cisão não pode compensar base de cálculo negativa da sucedida (Decreto-Lei nº 2.341, de 29 de junho de 1987, arts. 32 e 33; [MP nº 1.858-6](#), de 1999, art. 20, e reedições).

No caso de cisão parcial, a pessoa jurídica cindida pode compensar sua própria base de cálculo negativa, proporcionalmente à parcela remanescente do patrimônio líquido.

b) Atividade Rural – Compensação de Base de Cálculo Negativa

A base de cálculo da CSLL da atividade rural, quando negativa, pode ser compensada com o resultado dessa mesma atividade, apurado em períodos de apuração subseqüentes, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação, sem o limite máximo de redução de trinta por cento ([MP nº 1.991-15](#), de 2000, art. 42, e reedições).

A base de cálculo da CSLL da atividade rural, quando negativa pode ser compensada com o resultado das atividades em geral, apurado no mesmo período de apuração, sem o limite máximo de redução de trinta por cento.

A base de cálculo da CSLL da atividade rural quando negativa, pode ser compensada com o resultado das atividades em geral, apurado em períodos de apuração subseqüentes, observado o limite máximo de redução de trinta por cento.

18.5 – Pessoas Jurídicas Submetidas à Apuração do Lucro Presumido e Lucro Arbitrado

As pessoas jurídicas tributadas na forma do lucro presumido ou arbitrado devem apurar e pagar a CSLL trimestralmente.

Nesses casos, a base de cálculo da CSLL é a soma dos seguintes valores

- a) o valor correspondente a 12% (doze por cento) da receita bruta auferida no trimestre, excluídas as vendas canceladas, as devoluções de vendas, os descontos incondicionais concedidos e os impostos não cumulativos cobrados destacadamente do comprador dos quais o vendedor dos bens ou prestador de serviços seja mero depositário;
- b) os valores correspondentes aos demais resultados e ganhos de capital, assim considerados;
 - b.1) os ganhos de capital, nas alienações de bens e direitos, inclusive de aplicações em ouro não caracterizado como ativo financeiro. O ganho corresponde à diferença positiva verificada, no mês, entre o valor da alienação e o respectivo custo de aquisição diminuído dos encargos de depreciação, amortização ou exaustão acumulada;
 - b.2) os ganhos de capital auferidos na alienação de participações societárias permanentes em sociedades coligadas e controladas, e de participações societárias que permanecerem no ativo da pessoa jurídica até o término do ano-calendário seguinte ao de suas aquisições;
 - b.3) os ganhos de capital auferidos na devolução de capital em bens ou direitos;
 - b.4) os rendimentos auferidos nas operações de mútuo realizadas entre pessoas jurídicas ou entre pessoa jurídica e pessoa física;
 - b.5) os ganhos auferidos em operações de cobertura (*hedge*) realizadas em bolsas de valores, de mercadorias e de futuros ou no mercado de balcão;
 - b.6) a receita de locação de imóvel, quando não for este o objeto social da pessoa jurídica, deduzida dos encargos necessários à sua percepção;
 - b.7) os juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), para títulos federais, acumulada mensalmente, relativos a impostos e contribuições a serem restituídos ou compensados;
 - b.8) as variações monetárias ativas;
- c) os rendimentos e ganhos líquidos auferidos em aplicações financeiras de renda fixa e de renda variável;
- d) os juros sobre o capital próprio auferidos;
- e) os valores recuperados correspondentes a custos e despesas, inclusive com perdas no recebimento de créditos, salvo se a pessoa jurídica comprovar não os ter deduzido em período anterior no qual tenha se submetido ao regime de tributação com base no lucro real ou tenha optado pela tributação na forma do art. 1º do Decreto-lei nº 2.397, de 1987, ou que se refiram a período no qual tenha se submetido ao regime de tributação com base no lucro presumido ou arbitrado;
- f) o valor resultante da aplicação do percentual de 12% (doze por cento) sobre a parcela das receitas auferidas nas exportações às pessoas vinculadas ou aos países com tributação favorecida que exceder ao valor já apropriado na escrituração da empresa, na forma da IN SRF nº 213, de 2002;
- g) o valor dos encargos suportados pela mutuária que exceder ao limite calculado com base na taxa *Libor*, para depósitos em dólares dos Estados Unidos da América, pelo prazo de seis meses, acrescido de três por cento anuais a título de "*spreed*", proporcionalizados em função do período a que se referirem os juros, quando pagos ou creditados a pessoa vinculada no exterior e o contrato não for registrado no Banco Central do Brasil;
- h) a diferença de receita, auferida pela mutuante, correspondente ao valor calculado com base na taxa a que se refere a alínea anterior e o valor contratado, quando este for inferior, caso o contrato, não registrado no Banco Central do Brasil, seja realizado com mutuária definida como pessoa vinculada domiciliada no exterior;
- i) as multas ou qualquer outra vantagem recebida ou creditada, ainda que a título de indenização, em virtude de rescisão de contrato;

- j) o valor em dinheiro ou o valor dos bens e direitos recebidos de instituição isenta, a título de devolução de patrimônio, que houver sido entregue para a formação do referido patrimônio (Lei nº 9.532, de 1997, art. 17, § 4º, b);
- l) o valor correspondente aos lucros, rendimentos e ganhos de capital auferidos no exterior, por intermédio de filiais, sucursais, controladas ou coligadas no trimestre em que tais lucros tiverem sido disponibilizados para a pessoa jurídica no Brasil (Lei nº 9.532, de 1997, art. 1º, § 1º; Lei nº 9.959, de 2000, art. 3º; Lei nº 9.964, de 2000, art. 4º, parágrafo único; [MP nº 1.991-15](#), de 2000, art. 35, e reedições; [MP nº 2.158-34](#), de 27 de julho de 2001, art 74);

Atenção:

- 1) Quanto à alínea "b.8", a pessoa jurídica pode excluir a parcela das receitas financeiras decorrentes da variação monetária dos direitos de crédito e das obrigações, em função da taxa de câmbio, submetida à tributação, segundo regime de competência, relativo a períodos compreendidos no ano-calendário de 1999, excedente ao valor da variação monetária efetivamente realizada, ainda que a operação tenha sido liquidada ([MP nº 1.858-10](#), de 1999, art. 31, parágrafo único, e reedições).
- 2) Quanto à alínea "b.8", as variações monetárias dos direitos de crédito e das obrigações do contribuinte, em função da taxa de câmbio, serão consideradas, para efeito de determinação da base de cálculo, quando da liquidação da correspondente operação. À opção da pessoa jurídica, as variações monetárias podem ser consideradas na determinação da base de cálculo pelo regime de competência, sendo que a opção aplica-se a todo ano-calendário ([MP nº 1.858-10](#), de 1999, art. 30, e reedições).
- 3) Quanto à alínea "l", as pessoas jurídicas que tiverem lucros, rendimentos e ganhos de capital auferidos no exterior somente podem optar pelo lucro presumido durante o período em que submetidas ao Refis.
- 4) Os valores de que trata as alíneas "f", "g" e "h" serão deverão ser computados para efeito de se determinar a CSLL devida no trimestre da disponibilização dos lucros ou do auferimento dos rendimentos e ganhos de capital.
- 5) Nas atividades de compra e venda, loteamento, incorporação e construção de imóveis, as variações monetárias a que se refere o art. 9º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, serão adicionadas à base de cálculo da CSLL, pelo regime de competência ou de caixa, conforme opção da pessoa jurídica.
- 6) As pessoas jurídicas que exerçam as atividades de que trata o Atenção 5 não poderão optar pelo regime de incidência da CSLL com base no resultado presumido enquanto não concluídas as operações imobiliárias para as quais haja registro de custo orçado.

As pessoas jurídicas que se dedicarem às atividades de venda de imóveis construídos ou adquiridos para revenda, de loteamento de terrenos e de incorporação de prédios em condomínio terão seus resultados arbitrados, deduzindo-se da receita bruta o custo do imóvel devidamente comprovado.

O resultado arbitrado sofrerá incidência da CSLL na proporção da receita recebida ou cujo recebimento esteja previsto para o próprio trimestre.

A pessoa jurídica sujeita à incidência da CSLL com base no resultado presumido ou arbitrado, que tenha como objeto social, declarado em seus atos constitutivos, a compra e venda de veículos automotores (novos ou usados), deverá adicionar a base de cálculo da CSLL a diferença entre o valor pelo qual o veículo usado tiver sido alienado, constante da nota fiscal de venda, e o seu custo de aquisição, constante da nota fiscal de entrada.

18.6 – Pagamento da CSLL:

18.6.1 – Local de Pagamento

A pessoa jurídica deve pagar a CSLL nas agências bancárias integrantes da rede arrecadadora de receitas federais.

18.6.2 – Documento a Utilizar

O pagamento é feito mediante a utilização do Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf), sob os seguintes códigos:

- a) 2484 CSLL - Pessoas Jurídicas não Financeiras - Resultado Ajustado - Estimativa Mensal;
- b) 2469 CSLL - Entidades Financeiras - Estimativa Mensal;
- c) 6012 CSLL - Pessoas Jurídicas não Financeiras - Resultado Ajustado - Apuração Trimestral;
- d) 2030 CSLL - Entidades Financeiras - Apuração Trimestral;
- e) 6773 CSLL - Pessoas Jurídicas não Financeiras - Resultado Ajustado - Ajuste Anual;
- f) 6758 CSLL - Entidades Financeiras - Resultado - Ajuste Anual;
- g) 2372 - PJ optante pela apuração com Base no Resultado Presumido ou pelo Arbitrado;
- h) 5638 CSLL - Pessoas Jurídicas que apuram a CSLL com base no Resultado Arbitrado.

18.6.3 – Prazo para Pagamento

18.6.3.1 – Apurada Trimestralmente

A CSLL, apurada trimestralmente, deve ser paga em quota única, até o último dia útil do mês subsequente ao do encerramento do período de apuração.

À opção da pessoa jurídica, a CSLL pode ser paga em até três quotas mensais, iguais e sucessivas, vencíveis no último dia útil dos três meses subsequentes ao de encerramento do período de apuração a que corresponder.

Nenhuma quota pode ter valor inferior a R\$1.000,00 (um mil reais) e a CSLL de valor inferior a R\$2.000,00 (dois mil reais) deve ser paga em quota única.

As quotas da CSLL são acrescidas de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia

(Selic), para títulos federais, acumulada mensalmente, a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao do encerramento do período de apuração até o último dia do mês anterior ao do pagamento e de 1% (um por cento) no mês do pagamento.

O saldo da CSLL, se negativo, pode ser restituído ou compensado com a CSLL devida a partir do encerramento do trimestre, acrescido de juros equivalentes à taxa Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao do encerramento do período de apuração até o mês anterior ao da restituição ou compensação e de um por cento relativamente ao mês em que estiver sendo efetuada a restituição ou compensação (ADN Cosit nº 31, de 27 de outubro de 1999).

18.6.3.2 – Apurada Mensalmente por Estimativa

I - Pagamentos Mensais

A CSLL determinada mensalmente com base na receita bruta e acréscimos ou em balanço ou balancete de suspensão ou redução, deve ser paga até o último dia útil do mês subsequente àquele a que se referir a apuração (art. 6º da Lei nº 9.430, de 1996).

II - Saldo da CSLL Apurado em 31 de Dezembro (ajuste anual):

O saldo da CSLL apurado em 31 de dezembro do ano-calendário deve ser:

- a) pago em quota única até o último dia útil do mês de março do ano subsequente. O saldo da CSLL é acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), para títulos federais, acumulada mensalmente, a partir de 1ª de fevereiro ano subsequente até o último dia do mês anterior ao do pagamento e de 1% (um por cento) no mês do pagamento;
- b) compensado com a CSLL devida a partir do mês de janeiro do ano-calendário subsequente ao do encerramento do período de apuração, se negativo, assegurada a alternativa de requerer a restituição. Observar as instruções do [subitem 17.1.12.2.II](#), deste manual.

18.7 - Instruções para Cálculo da CSLL Postergada

a) Relativa a período de apuração, mensal ou semestral, até o ano-calendário de 1992:

- a.1) dividir a base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido postergada pelo valor da Ufir no dia do encerramento do mês (apuração mensal da CSLL) ou do semestre (apuração semestral da CSLL);
- a.2.) multiplicar o valor em Ufir apurado em "a.1" (base de cálculo da CSLL postergada), pela alíquota da CSLL vigente no exercício financeiro da postergação (1993);
- a.3) multiplicar o resultado obtido em "a.2" (CSLL postergada) pelo valor da Ufir vigente no ano de 1997, ou seja, R\$0,9108;

b) Relativa a período de apuração encerrado a partir de 1º de janeiro de 1993 até 31 de agosto de 1994:

- b.1) dividir a base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido postergada pelo valor da Ufir no último dia do mês do período de apuração;
- b.2) seguir os mesmos procedimentos referidos nas letras "a.2" e "a.3" acima mencionados;

c) Relativa a período de apuração encerrado a partir de 1º de setembro de 1994 até 31 de dezembro de 1994:

- c.1) dividir a base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido postergada pelo valor da Ufir no mês subsequente ao do encerramento do período de apuração;
- c.2) seguir os mesmos procedimentos referidos nas letras "a.2" e "a.3" acima mencionados;

d) Relativa a período encerrado a partir de 1º de janeiro de 1995:

- d.1) multiplicar a base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido postergada pela alíquota da CSLL vigente no ano-calendário.

Atenção:

Os juros de mora, calculados em função da variação da taxa Selic, cuja aplicação foi estabelecida para os tributos e contribuições federais de fato gerador ocorrido a partir de 01/01/1995, incidem também, a partir de 01/01/1997, sobre os tributos e contribuições de fato gerador ocorrido até 31/12/1994. Nesse caso a pessoa jurídica deve considerar, para fins de cálculo dos juros de mora, o percentual acumulado de 1% ao mês até 31/12/1996 e a variação acumulada da taxa Selic a partir de 01/01/1997 e mais 1% no mês do efetivo pagamento.

19. PESSOA JURÍDICA IMUNE OU ISENTA DE IRPJ

[19.1 – Pessoa Jurídica Imune](#)

[19.2 – Pessoa Jurídica Isenta](#)

[19.3 – Desenquadramento da Imunidade ou da Isenção](#)

19.1 – Pessoa Jurídica Imune

São imunes do imposto sobre a renda:

- a) os templos de qualquer culto (CF/1988, art. 150, VI, "b");
- b) os partidos políticos, inclusive suas fundações, e as entidades sindicais de trabalhadores, sem fins lucrativos (CF/1988, art. 150, VI, "c"), desde que observado o disposto no art. 169 do Decreto nº 3.000, de 1999.
- c) as instituições de educação e as de assistência social, para efeito do disposto no art. 150, inciso VI, alínea "c", da Constituição Federal, são consideradas imunes desde que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloque à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado, sem fins lucrativos.

Atenção:

As entidades sem fins lucrativos de que trata o inciso I do art. 12 do Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999, que não se enquadrem na imunidade ou isenção da Lei nº 9.532, de 1997, devem apurar a base de cálculo e a CSLL devida nos termos da legislação comercial e fiscal.

Considera-se entidade sem fins lucrativos, a instituição de educação e de assistência social que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine referido resultado integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (Lei nº 9.718; de 1998, art. 10).

Para o gozo da imunidade, as instituições citadas no parágrafo anterior estão obrigadas a atender aos seguintes requisitos:

- a) não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados;
- b) aplicar integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos sociais;
- c) manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
- d) conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- e) apresentar, anualmente, a DIPJ, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal;
- f) assegurar a destinação de seu patrimônio a outra instituição que atenda às condições para gozo da imunidade, no caso de incorporação, fusão, cisão ou de extinção da pessoa jurídica, ou a órgão público.
- g) outros requisitos, estabelecidos em lei específica, relacionados com o funcionamento das entidades citadas.

19.2 – Pessoa Jurídica Isenta

Consideram-se isentas do imposto sobre a renda as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos (Lei nº 9.532, de 1997).

A isenção aplica-se, exclusivamente, em relação ao imposto sobre a renda da pessoa jurídica e à contribuição social sobre o lucro líquido, observado o disposto no parágrafo subsequente.

Atenção:

- 1) As entidades sem fins lucrativos de que trata o inciso I do art. 12 do Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999, que não se enquadrem na imunidade ou isenção da Lei nº 9.532, de 1997, devem apurar a base de cálculo e a CSLL devida nos termos da legislação comercial e fiscal.
- 2) As associações de poupança e empréstimo e as bolsas de mercadorias e de valores estão isentas do imposto sobre a renda, mas são contribuintes da contribuição social sobre o lucro líquido.
- 3) As entidades sujeitas à planificação contábil própria apurarão a CSLL de acordo com essa planificação.

Não estão abrangidos pela isenção do imposto sobre a renda os rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou de renda variável, bem como os juros de capital distribuídos.

Para o gozo da isenção, as instituições citadas estão obrigadas a atender aos seguintes requisitos:

- a) não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados;
- b) aplicar integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos sociais;
- c) manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
- d) conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- e) apresentar, anualmente, DIPJ, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal;
- f) as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico deverão assegurar a destinação de seu patrimônio a outra instituição que atenda às condições para gozo da isenção, no caso de incorporação, fusão, cisão ou de encerramento de suas atividades, ou a órgão público.

19.3 – Desenquadramento da Imunidade ou da Isenção

Sem prejuízo das demais penalidades previstas na lei, a SRF suspenderá o gozo da imunidade ou da isenção relativamente aos anos-calendário em que a pessoa jurídica houver praticado ou, por qualquer forma, houver contribuído para a prática de ato que constitua infração a dispositivo da legislação tributária, especialmente no caso de informar ou declarar falsamente, omitir ou simular o recebimento de doações em bens ou em dinheiro, ou de qualquer forma cooperar para que terceiro sonegue tributos ou pratique ilícitos fiscais.

Considera-se, também, infração a dispositivo da legislação tributária, o pagamento, pela instituição imune, em favor de seus associados ou dirigentes, ou, ainda, em favor de sócios, acionistas ou dirigentes de pessoa jurídica a ela associada por qualquer forma, de despesas consideradas indedutíveis na determinação da base de cálculo do imposto sobre a renda ou da contribuição social sobre o lucro líquido.

À suspensão do gozo da imunidade ou da isenção aplica-se o disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996.

20. CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP E COFINS

[20.1 - PIS/Pasep e Cofins - Contribuintes e Responsáveis](#)

[20.2 - Apuração da Base de Cálculo do PIS/Pasep e da Cofins - Incidência sobre o Faturamento](#)

[20.3 - Apuração da Base de Cálculo do PIS/Pasep e da Cofins no Regime de Substituição Tributária](#)

[20.4 - Apuração da Base de Cálculo do PIS/Pasep - Folha de Salários](#)

[20.5 - PIS/Pasep e Cofins - Alíquotas](#)

[20.6 - PIS/Pasep e Cofins - Cálculo do Valor a Pagar](#)

[20.7 - Apuração da Base de Cálculo do PIS/Pasep - Incidência Não-Cumulativa](#)

Medidas Provisórias
MP nº 1.807, de 28 de janeiro de 1999.
MP nº 1.807-01, de 25 de fevereiro de 1999, e reedições.
MP nº 1.858-06, de 29 de junho de 1999, e reedições.
MP nº 1.991-12, de 14 de dezembro de 1999, e reedições.
MP nº 2.037-19, de 28 de junho de 2000, e reedições.
MP nº 2.113-26, de 27 de dezembro de 2000, e reedições.
MP nº 2.158-33, de 28 de junho de 2001, e reedições.
MP nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001.
MP nº 101, de 30 de dezembro de 2002.
MP nº 107, de 10 de fevereiro de 2003.

20.1 – Contribuição para o PIS/Pasep e Cofins - Contribuintes e Responsáveis

A Contribuição para o PIS/Pasep e a Cofins devem ser recolhidas até o último dia útil da primeira quinzena do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador, sendo apuradas na forma da legislação em vigor e conforme instruções deste item.

I - Contribuintes

As pessoas jurídicas de direito privado e as que lhes são equiparadas pela legislação do imposto de renda, inclusive as empresas públicas, as sociedades de economia mista e suas subsidiárias, devem apurar a Contribuição para o PIS/Pasep e a Cofins, nos termos da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, observadas as disposições em vigor da Lei Complementar nº 70, de 30 de dezembro de 1991, da Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998, e da MP nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001.

Na apuração dessas contribuições devem ainda ser observadas os demais dispositivos em vigor, especialmente:

- a) A Lei nº 9.701, de 17 de novembro de 1998, pelas pessoas jurídicas a que se refere o § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e pelas associações de poupança e empréstimo, nos termos dos arts. 27 e 95 da IN SRF nº 247, de 21 de novembro de 2002.
- b) As normas pertinentes aos regimes de tributação concentrada, pelas pessoas jurídicas referidas:
 - nos arts. 4º a 6º da Lei nº 9.718, de 1998 (com redação dada pela Lei nº 9.990, de 21 de julho de 2000), art. 42 da MP 2.158-35, de 2002, e no art. 2º da Lei nº 10.560, de 13 de novembro de 2002, quanto às receitas decorrentes da venda de gasolina, exceto de aviação, óleo diesel, gás liquefeito de petróleo (GLP), álcool para fins carburantes e querosene de aviação (QAV);
 - no art. 1º da Lei nº 10.147, de 21 de dezembro de 2000 (com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 10.548, de 13 de novembro de 2002), quanto às receitas decorrentes da venda de fármacos, cosméticos, produtos de perfumaria, de toucador e de higiene pessoal; e
 - nos arts. 1º, 3º e 5º da Lei nº 10.485, de 03 de julho de 2002, quanto às receitas decorrentes da venda de veículos automotores, máquinas agrícolas, pneumáticos e autopeças.
- c) As normas pertinentes à tributação no regime de não-cumulatividade (somente PIS/Pasep), pelas pessoas jurídicas tributadas pelo imposto de renda (IRPJ) com base no lucro real, a Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002 ([subitem 20.7](#)).

Atenção:

- 1) Para fins de incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, são equiparadas à pessoa jurídica as entidades submetidas aos regimes de liquidação extrajudicial e de falência (art. 60 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996).
- 2) As sociedades cooperativas devem recolher a Contribuição para o PIS/Pasep – Faturamento/Receita Bruta e a Cofins com base na receita bruta mensal, de conformidade com a legislação vigente (art. 15 da MP nº 2.158-35, de 2001, e art. 33 da IN SRF nº 247, de 2002).
- 3) As entidades relacionadas no art. 13 da MP nº 2.158-35, de 2001, devem apurar a Contribuição para o PIS/Pasep

- Folha de Salários na forma do [subitem 20.4](#). (são isentas da Cofins as receitas relativas às atividades próprias dessas entidades).

4) A pessoa jurídica encomendante ou adquirente que auferir receita com a venda dos produtos referidos na alínea "b" (supra), importados por sua conta e ordem, por pessoa jurídica importadora, nos termos do art. 12 e atendido ao disposto nos arts 86 a 88, todos da IN SRF nº 247, de 2002, está sujeita às normas de incidência do PIS/Pasep aplicáveis à receita bruta do importador, inclusive na hipótese de alíquotas diferenciadas (tributação concentrada).

II - Responsáveis

a) As sociedades cooperativas que realizarem repasses aos associados pessoas jurídicas, decorrentes de vendas de produtos por eles entregues para comercialização, são responsáveis pela retenção e recolhimento da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre as receitas dessas vendas (Lei nº 9.430, de 1996, art. 66; MP nº 2.158-35, de 2001, art. 16 e IN SRF nº 247, de 2002, art. 7ª).

b) Devem observar o disposto no [subitem 20.3](#) em relação ao regime de substituição:

- os fabricantes e os importadores de cigarros; e

- as pessoas jurídicas fabricantes e os importadores dos produtos relacionados no art. 43 da MP nº 2.158-35, de 2001 (a partir de 1ª de novembro de 2002, quando entrou em vigor o regime de *tributação concentrada* para veículos, pneumáticos e etc. estabelecido pela Lei nº 10.485, de 2002, os efeitos econômicos dessa modalidade de substituição tributária ficaram restritos às operações relacionadas com veículos autopropulsados do código 8432.30 e com veículos da posição 87.11 da NCM).

20.2 - Apuração da Base de Cálculo do PIS/Pasep e da Cofins - Incidência sobre o Faturamento

20.2.1 - Faturamento/Receita Bruta [Regra Geral]

A Contribuição para o PIS/Pasep e a Cofins incidem sobre o faturamento mensal, que corresponde à receita bruta, assim entendida a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para estas receitas (Lei nº 9.718, de 1998, art. 2ª e 3ª, § 1ª), observado, na apuração da base de cálculo, o disposto nos subitens 20.2.2 a 20.2.4., [20.3](#) (Substituição Tributária), [20.4](#) (PIS/Pasep-Folha de Salários) e [20.7](#) (PIS/Pasep-Regime de Não-Cumulatividade).

20.2.2 - Faturamento/Receita Bruta [Casos Especiais]

I – Apuração de Resultados

Considera-se receita bruta:

a) Nas operações realizadas em mercados futuros, o resultado positivo dos ajustes diários ocorridos no mês (Lei nº 9.718, de 1998, art. 3ª, § 3ª);

b) Nas operações de câmbio, realizadas por instituição autorizada pelo Banco Central do Brasil, a diferença positiva entre o preço de venda e o preço de compra da moeda estrangeira (Lei nº 9.718, de 1998, art. 3ª, § 4ª);

c) Nas operações de venda de veículos usados, equiparadas à venda sob consignação pelo art. 5ª da Lei nº 9.716, de 26 de novembro de 1998, a diferença entre o valor de alienação e o de aquisição do veículo, constantes, respectivamente, da nota fiscal de venda e da nota fiscal de entrada, nos termos dos §§ 4º a 6º do art. 10 da IN SRF nº 247, de 2002; e

d) Na aquisição com deságio de direitos creditórios (resultantes de vendas mercantis a prazo ou de prestação de serviços), por empresas de fomento comercial (*factoring*), o valor da diferença entre o valor de aquisição e o valor de face do título ou direito creditório adquirido (IN SRF nº 247, de 2002, art. 10, § 3º).

II – Receitas Financeiras

São consideradas como receitas financeiras, as variações monetárias ativas dos direitos de crédito e das obrigações do contribuinte, em função de taxa de câmbio ou de índices ou coeficientes aplicáveis por disposição legal ou contratual (Lei nº 9.718, de 1998, art. 9ª e IN SRF nº 247, de 2002, art. 13), observado o seguinte:

a) tais receitas, se decorrentes de variações ocorridas em função da taxa de câmbio, serão consideradas, para efeito de determinação da base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, quando da liquidação da correspondente operação (MP nº 2.158-35, de 2001, art. 30. *caput*);

b) opcionalmente e para todo o ano calendário, em relação a essas receitas (variações monetárias) pode ser adotado o regime de competência (MP nº 2.158-35, de 2001, art. 30, §§ 1ª e 2ª).

III – Importação por Conta e Ordem de Terceiros

Integra a receita bruta da pessoa jurídica importadora o valor dos serviços prestados ao encomendante da mercadoria, no caso de importação efetuada por conta e ordem deste, nos termos da IN SRF nº 247, de 2002, art. 12, I (MP nº 2.158, de 2002, art. 81).

IV – Receitas Diversas

Não integra a base de cálculo do PIS/Pasep e da Cofins:

a) Do doador ou patrocinador, o valor das receitas correspondentes a doações e patrocínios, realizados sob a forma de prestação de serviços ou de fornecimento de material de consumo para projetos culturais, amparados pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, computados a preços de mercado para fins de dedução do imposto de renda;

b) A contrapartida do aumento do ativo em decorrência da atualização do valor dos estoques de produtos agrícolas, animais e extrativos destinados à venda, tanto em virtude do registro no estoque de crias nascidas no período de apuração, como pela avaliação do estoque a preço de mercado (em tais casos, o fato gerador ocorre quando da venda dos produtos agrícolas, animais e extrativos que compõem o estoque – IN SRF nº 247, de 2002, art. 18, II); e

c) Os valores recebidos por empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público de transporte urbano de passageiros, subordinadas ao sistema de compensação tarifária, que devam ser repassados a outras empresas do mesmo ramo, por meio de fundo de compensação criado ou aprovado pelo Poder Público Concedente ou Permissório (IN SRF nº

247, de 2002, art. 35).

Atenção: de maneira oposta, integram a receita bruta os valores auferidos por empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público de transporte urbano de passageiros, subordinadas ao sistema de compensação tarifária, a título de repasse de fundo de compensação tarifária (IN SRF nº 247, de 2002, art. 11).

V – Regime de Caixa e Diferimento

São admitidas as seguintes hipóteses de diferimento no reconhecimento de receitas ou no pagamento das contribuições:

- a) Poderão adotar o regime de caixa, caso utilizem esse mesmo critério para na apuração do imposto de renda das pessoas jurídicas e da CSLL, as pessoas jurídicas optantes pelo lucro presumido (MP nº 2.158-35, de 2001, art. 20); e
- b) Poderão diferir o pagamento dessas contribuições, até a data do recebimento do preço, as pessoas jurídicas que auferam receitas decorrentes de construção por empreitada ou fornecimento a preço predeterminado de bens ou serviços, contratados por pessoas jurídicas de direito público, empresa pública, sociedade de economia mista ou suas subsidiárias (idêntico tratamento é facultado ao subempreiteiro ou subcontratado - Lei nº 9.718, de 1998, art. 7ª e parágrafo único).

20.2.3 - Receitas Isentas

São isentas da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins as receitas:

- a) Dos recursos recebidos a título de repasse, oriundos do Orçamento Geral da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, pelas empresas públicas e sociedades de economia mista (MP nº 2.158-35, de 2001, art. 14, I e § 1ª);
- b) Da exportação de mercadorias para o exterior (MP nº 2.158-35, de 2001, art. 14, II e § 1ª);
- c) Dos serviços prestados a pessoa física ou jurídica, residente ou domiciliada no exterior, cujo pagamento represente ingresso de divisas (MP nº 2.158-35, de 2001, art. 14, III e § 1ª);
- d) Do fornecimento de mercadorias ou serviços para uso ou consumo de bordo em embarcações e aeronaves em tráfego internacional, quando o pagamento for efetuado em moeda conversível (MP nº 2.158-35, de 2001, art. 14, IV e § 1ª);
- e) Do transporte internacional, de carga ou passageiros (MP nº 2.158-35, de 2001, art. 14, V e § 1ª);
- f) Auferidas pelos estaleiros navais brasileiros nas atividades de construção, conservação, modernização, conversão e reparo de embarcações pré-registradas ou registradas no Registro Especial Brasileiro – REB, instituído pela Lei nº 9.432, de 1997 (MP nº 2.158-35, de 2001, art. 14, VI e § 1ª);
- g) De frete de mercadorias transportadas entre o País e o exterior pelas embarcações registradas no REB, de que trata o art.11 da Lei nº 9.432, de 1997 (MP nº 2.158-35, de 2001, art.14, VII e § 1ª);
- h) De vendas realizadas pelo produtor-vendedor às empresas comerciais exportadoras nos termos do Decreto-lei nº 1.248, de 1972, e alterações posteriores, desde que destinadas ao fim específico de exportação para o exterior (MP nº 2.158-35, de 2001, art. 14, VIII e § 1ª);
- i) De vendas, com fim específico de exportação para o exterior, a empresas exportadoras registradas na Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MP nº 2.158-35, de 2001, art. 14, IX e § 1ª);
- j) Auferidas pelas entidades mencionadas no art. 13 da MP nº 2.158-35, de 2001 (para tais entidades, o PIS/Pasep incide sobre a Folha de Salários – art. 13, *caput*, da MP), observado que somente as receitas relativas a atividades próprias dessas entidades são isentas da Cofins (MP nº 2.158-35, de 2001, art. 14, X); e
- k) Relativas ao fornecimento de bens e serviços à Itaipu Binacional (IN SRF nº 247, de 2002, art. 44, I).

Atenção:

As isenções previstas acima não alcançam as receitas de vendas efetuadas (MP nº 2.158-35, de 2001, art. 14, § 2ª):

- 1) a empresa estabelecida na Amazônia Ocidental ou em área de livre comércio;
- 2) a empresa estabelecida em zona de processamento de exportação (ZPE); e
- 3) a estabelecimento industrial, para industrialização de produtos destinados à exportação, ao amparo do art. 3ª da Lei nº 8.402, de 08 de janeiro de 1992.

20.2.4 - Exclusões

I - Exclusões Permitidas às Pessoas Jurídicas em Geral

As pessoas jurídicas em geral, na apuração da base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, podem excluir da receita bruta, o valor:

- a) Das vendas canceladas ou devolvidas, dos descontos incondicionais concedidos, do IPI e do ICMS, este quando cobrado pelo vendedor dos bens ou prestador dos serviços na condição de substituto tributário (Lei nº 9.718, de 1998, art. 3ª, § 2ª, I);
- b) Das reversões de provisões e recuperação de créditos baixados como perda, que não representem ingresso de novas receitas, do resultado positivo da avaliação de investimentos pelo valor do patrimônio líquido e o valor dos lucros e dividendos derivados de investimentos avaliados pelo custo de aquisição, que tenham sido computados como receita (Lei nº 9.718, de 1998, art.3ª, § 2ª, II; Lei nº 9.701, de 1998, art. 1ª, I; MP nº 2.158-35, de 2001, art. 2ª); e
- c) Da receita decorrente da venda de bens do ativo permanente (Lei nº 9.718, de 1998, art.3ª, § 2ª, IV).

II - Exclusões Permitidas ao Contribuinte Substituído

Em relação às receitas de venda de mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária, para a apuração da base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, podem excluir, desde que a contribuição devida tenha sido objeto de substituição no ato da aquisição:

- a) Os comerciantes varejistas de cigarros, o valor da receita relativa à venda desse produto.
- b) Os comerciantes varejistas dos produtos relacionados no art. 43 da MP nº 2.158-35, de 2001, o valor da receita relativa à

venda desses produtos.

III - Exclusões Permitidas às Sociedades Cooperativas

As cooperativas de produção, além das exclusões admitidas às PJ em geral, podem excluir da receita bruta, para a apuração da base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins:

- a) Os valores repassados aos associados, decorrentes da comercialização de produtos por eles entregue à cooperativa (MP nº 2.158-35, de 2001, art. 15, I).
- b) As receitas de venda de bens e mercadorias a associados (MP nº 2.158-35, de 2001, art. 15, II).
- c) As receitas decorrentes da prestação, aos associados, de serviços especializados, aplicáveis na atividade rural, relativos a assistência técnica, extensão rural, formação profissional e assemelhadas (MP nº 2.158-35, de 2001, art. 15, III).
- d) As receitas decorrentes do beneficiamento, armazenamento e industrialização de produção do associado (MP nº 2.158-35, de 2001, art. 15, IV).
- e) As receitas financeiras decorrentes de repasse de empréstimos rurais contraídos junto a instituições financeiras, até o limite dos encargos a estas devidos (MP nº 2.158-35, de 2001, art. 15, V).
- f) As "sobras" apuradas na Demonstração do Resultado do Exercício, antes da destinação para a constituição do Fundo de Reserva e do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, previstos no art. 28 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (MP nº 101, de 30 de dezembro de 2002)
- f.1) As sobras líquidas da destinação para constituição dos fundos acima referidos, somente serão computadas na receita bruta da atividade rural do cooperado, quando a este creditadas, distribuídas ou capitalizadas pelas sociedades cooperativas de produção agropecuária.
- f.2) Quanto às demais sociedades cooperativas, a exclusão ficará limitada aos valores destinados à formação dos fundos previstos na alínea "f".

Atenção:

- 1) Os adiantamentos efetuados aos associados, relativos a produção entregue, somente poderão ser excluídos quando da comercialização dos referidos produtos (IN SRF nº 247, DE 2002, art. 33, § 1º, II).
- 2) Para os fins do disposto na alínea "b", a exclusão alcançará somente as receitas decorrentes da venda de bens e mercadorias vinculados diretamente à atividade econômica desenvolvida pelo associado e que seja objeto da cooperativa (MP nº 2.158-35, de 2001, art. 15, § 1º).
- 3) A sociedade cooperativa que efetivar as exclusões previstas nas alíneas "a" a "e" acima, também está sujeita à Contribuição para o PIS/Pasep - Folha de Salários, na forma do subitem 11.4.3 (MP nº 2.158-35, de 2001, art. 15, § 2º).

IV - Exclusões Permitidas às Instituições Financeiras

Os bancos comerciais, bancos de investimentos, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil e cooperativas de crédito, além das exclusões admitidas às PJ em geral, podem excluir ou deduzir da receita bruta, para a apuração da base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, o valor:

- a) Das despesas de captação em operações realizadas no mercado interfinanceiro, inclusive com títulos públicos (Lei nº 9.701, de 1998, art. 1º, III, "a").
- b) Dos encargos com obrigações por refinanciamento, empréstimos e repasses de recursos de órgãos e instituições oficiais (Lei nº 9.701, de 1998, art. 1º, III, "b").
- c) Das despesas de câmbio (Lei nº 9.701, de 1998, art. 1º, III, "c").
- d) das despesas de arrendamento mercantil, restritas a empresas e instituições arrendadoras (Lei nº 9.701, de 1998, art. 1º, III, "d").
- e) Das despesas de operações especiais por conta e ordem do Tesouro Nacional (Lei nº 9.701, de 1998, art. 1º, III, "e");
- f) Das despesas incorridas nas operações de intermediação financeira (Lei nº 9.718, de 1998, art. 3º, § 6º, I, "a", com a redação dada pela MP nº 2.158-35, de 2001);
- g) Das despesas de obrigações por empréstimos, para repasse, de recursos de instituições de direito privado (Lei nº 9.718, de 1998, art. 3º, § 6º, I, "b", com a redação dada pela MP nº 2.158-35, de 2001);
- h) Do deságio na colocação de títulos (Lei nº 9.718, de 1998, art. 3º, § 6º, I, "c", com a redação dada pela MP nº 2.158-35, de 2001);
- i) Das perdas com títulos de renda fixa e variável, exceto com ações (Lei nº 9.718, de 1998, art. 3º, § 6º, I, "d", com a redação dada pela MP nº 2.158-35, de 2001); e
- j) Das perdas com ativos financeiros e mercadorias, em operações de *hedge* (Lei nº 9.718, de 1998, art. 3º, § 6º, I, "e", com a redação dada pela MP nº 2.158-35, de 2001).

V - Exclusões Permitidas às Empresas de Seguros Privados

As empresas de seguros privados, além das exclusões permitidas no inciso I, podem excluir ou deduzir da receita bruta, para a apuração da base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, o valor:

- a) Dos cosseguros e resseguros cedidos (Lei nº 9.701, de 1998, art. 1º, IV, "a");
- b) Dos cancelamentos e das restituições de prêmios que houverem sido computados como receitas (Lei nº 9.701, de 1998, art. 1º, IV, "b");
- c) Da parcela dos prêmios destinada à constituição de provisões ou reservas técnicas (Lei nº 9.701, de 1998, art. 1º, IV, "c");
- e
- d) Das indenizações correspondentes aos sinistros ocorridos, efetivamente pago, deduzido das importâncias recebidas a

título de cosseguro e resseguro, salvados e outros ressarcimentos (Lei nº 9.718, de 1998, art. 3º, § 6º, II, na redação dada pela MP nº 2.158-35, de 2001).

VI - Exclusões Permitidas às Entidades de previdência privada abertas e fechadas

As entidades de previdência privada abertas e fechadas, além das exclusões permitidas no inciso I, podem excluir ou deduzir da receita bruta, para a apuração da base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, o valor:

- a) Da parcela das contribuições destinada à constituição de provisões ou reservas técnicas (Lei nº 9.701, de 1998, art. 1º, V); e
- b) Dos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas ao pagamento de benefícios de aposentadoria, pensão, pecúlio e de resgates, restrito aos rendimentos de aplicações financeiras proporcionados pelos ativos garantidores das provisões técnicas, limitados esses ativos ao montante das referidas provisões (Lei nº 9.718, de 1998, art. 3º, § 6º, III, e § 7º, com a redação dada pela MP. 2.158-35, de 2001).

VII - Exclusões Permitidas às Empresas de Capitalização

As empresas de capitalização, além das exclusões permitidas no inciso I, podem excluir ou deduzir da receita bruta, para a apuração da base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, o valor:

- a) Da parcela dos prêmios destinada à constituição de provisões ou reservas técnicas (Lei nº 9.701, de 1998, art. 1º, VI); e
- b) Dos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas ao pagamento de resgates de títulos, restrito aos rendimentos de aplicações financeiras proporcionados pelos ativos garantidores das provisões técnicas, limitados esses ativos ao montante das referidas provisões (Lei nº 9.718, de 1998, art. 3º, § 6º, IV e § 7º, com a redação dada pela MP nº 2.158-35, de 2001).

Atenção:

As exclusões previstas nos incisos "IV" a "VII" restringem-se a operações autorizadas às empresas ou entidades neles referidas, desde que realizadas dentro dos limites operacionais previstos na legislação pertinente (Lei nº 9.701, de 17 de novembro de 1998, art. 1º, § 3º).

VIII - Exclusões Permitidas às Pessoas Jurídicas que tenham por Objeto a Securitização de Créditos Imobiliários

As pessoas jurídicas que tenham por objeto a **securitização de créditos** imobiliários, nos termos da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, e de créditos financeiros, observada regulamentação editada pelo Conselho Monetário Nacional, podem excluir da receita bruta, para a apuração da base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, as despesas de **captação de recursos** incorridas (Lei nº 9.718, de 1998, art. 3º, § 8º, com a redação dada pela MP nº 2.158-35, de 2001).

IX - Exclusões Permitidas aos Industrializadores de Produtos Farmacêuticos

Para os fatos geradores ocorridos a partir de 1º de maio de 2001, a pessoa jurídica que adquirir - para industrialização de produto que gere direito ao crédito presumido de que trata o art. 3º da Lei nº 10.147, de 2000 (com redação dada pela Lei nº 10.548, de 2002) - produto classificado nas posições 30.01 e 30.03, exceto no código 3003.90.56, nos itens 3002.10.1, 3002.10.2, 3002.10.3, 3002.20.1, 3002.20.2, 3006.30.1 e 3006.30.2 e nos códigos 3002.90.20, 3002.90.92, 3002.90.99, 3005.10.10 e 3006.60.00, todos da TIPI, tributado na forma da alínea "c" do subitem 11.4.4, I e da alínea "c" do subitem 11.4.4, II, poderá excluir da receita bruta, para a apuração da base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, o respectivo valor de aquisição.

X - Exclusões Permitidas às Operadoras de Planos de Assistência à Saúde

Para os fatos geradores ocorridos a partir de 1º de dezembro de 2001, as operadoras de planos de assistência à saúde, além das exclusões permitidas no inciso I, podem excluir ou deduzir da receita bruta, para a apuração da base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, o valor:

- a) Das co-responsabilidades cedidas;
- b) Da parcela das contraprestações pecuniárias destinadas à constituição de provisões técnicas; e
- c) Efetivamente pago, das indenizações correspondentes aos eventos ocorridos, deduzido das importâncias recebidas a título de transferência de responsabilidades.

20.3 - Apuração da Base de Cálculo do PIS/Pasep e da Cofins no Regime de Substituição Tributária

I - Substituição Tributária na Comercialização de Cigarros

- a) Os fabricantes e os importadores de cigarros, em relação à receita de venda desses produtos, estão sujeitos ao recolhimento da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins na condição de contribuintes e de substitutos dos respectivos comerciantes varejistas (Lei Complementar nº 70, de 1991, art. 3º, Lei nº 9.715, de 1998, art. 5º e Lei nº 9.532, de 1997, art. 53).
- b) A base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep é o preço fixado para venda do produto no varejo, multiplicado por um inteiro e trinta e oito centésimos (Lei nº 9.715, de 1998, art. 5º).
- c) A base de cálculo da Cofins é o preço de venda do produto no varejo, multiplicado por um inteiro e dezoito centésimos (Lei Complementar nº 70, de 1991, art. 3º).

II - Substituição Tributária na Comercialização de Veículos

- a) até 31 de outubro de 2002, o fabricante e o importador de veículos classificados nas posições 8701, 8702, 8703 e 8711, e nas subposições 8704.2 e 8704.3, ou de veículos autopropulsados classificados nos códigos 8432.30, 8432.40.00, 8432.80.00 (exceto rolos para gramados ou campo de esporte), 8433.20, 8433.30.00, 8433.40.00 e 8433.5., todos da TIPI, sem prejuízo da contribuição incidente sobre suas próprias receitas, devem informar o valor da contribuição, calculada sobre o preço de venda desses produtos acrescido do IPI incidente na operação, cobrada e recolhida na condição de substitutos dos comerciantes varejistas (art. 43 da MP nº 2.158-35, de 2001, com redação dada pelo art. 64 da Lei nº 10.637, de 2002; art. 49 da IN SRF nº 247, de 2002), após deduzidas as vendas canceladas e as devoluções; e

b) a partir de 1ª de novembro de 2002, o fabricante e o importador de veículos classificados na posição 87.11 (motocicletas) ou de veículos autopropulsados da subposição 8432.30 (semeadores, plantadores e transplantadores) todos da TIPI, sem prejuízo da contribuição incidente sobre suas próprias receitas, devem informar o valor da contribuição, calculada sobre o preço de venda desses produtos acrescido do IPI incidente na operação, cobrada e recolhida na condição de substitutos dos comerciantes varejistas (art. 43 da MP nº 2.158-35, de 2001, com redação dada pelo art. 64 da Lei nº 10.637, de 2002; art. 49 da IN SRF nº 247, de 2002), após deduzidas as vendas canceladas e as devoluções.

Atenção:

A substituição tributária acima não se aplica às vendas efetuadas a comerciantes atacadistas, hipótese em que as contribuições são devidas em cada uma das sucessivas operações de venda do produto (AD SRF nº 44, de 2000 e inciso II do parágrafo único do art. 5ª da IN SRF nº 247, de 2002).

20.4 – Apuração da Base de Cálculo do PIS/Pasep - Folha de Salários

I – Contribuintes na Modalidade Folha de Salários

São contribuintes nesta modalidade as entidades relacionadas no art. 13 da MP nº 2.158-35, de 2001, e as sociedades cooperativas, quando fizerem uso das exclusões permitidas no [subitem 20.2.4, III, alíneas “a” até “e”](#) (art. 2ª da Lei nº 9.715, de 1998, e arts. 15 e 16 da MP nº 2.158-35, de 2001).

II – Base de Cálculo - Folha de Salários

A base de cálculo é o total da folha de pagamento mensal de seus empregados.

- Entende-se por folha de pagamento mensal o somatório dos rendimentos do trabalho assalariado de qualquer natureza, tais como salários, gratificações, comissões, adicional de função, ajuda de custo, aviso prévio trabalhado, adicional de férias, quinquênios, adicional noturno, horas extras, 13ª salário, repouso semanal remunerado e diárias superiores a cinquenta por cento do salário.

- Não integram a base de cálculo: o salário-família, o aviso prévio indenizado, o FGTS pago diretamente ao empregado na rescisão contratual e a indenização por dispensa, desde que dentro dos limites legais.

20.5 – PIS/Pasep e Cofins - Alíquotas

I - Alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep - Faturamento/Receita Bruta

A alíquota da Contribuição para o PIS/Pasep – Faturamento/Receita Bruta, a ser aplicada sobre as receitas em geral, é de 0,65% (Lei nº 9.715, de 1998, art. 8ª, I; Lei nº 9.718, de 1998, art. 8ª), ressalvada a alíquota aplicável no regime de não-cumulatividade ([subitem 20.7](#)) e os casos a seguir.

PIS/Pasep - Combustíveis [Tributação Concentrada]

a) As refinarias de petróleo, os demais produtores e os importadores aplicarão, na apuração da Contribuição para o PIS/Pasep, as seguintes alíquotas diferenciadas, sobre a receita bruta decorrente das vendas dos combustíveis relacionados abaixo (Lei nº 9.718, de 1998, art. 4ª, com a redação dada pela Lei nº 9.990, de 2000; Lei nº 10.560 de 13 de novembro de 2002):

- gasolinas (exceto gasolina de aviação), a alíquota de 2,7%;

- óleo diesel, a alíquota de 2,23%;

- gás liqüefeito de petróleo (GLP), a alíquota de 2,56%; e

- querosene de aviação (QAV), a alíquota de 1,25% (aplicável a partir de 10 de dezembro de 2002)

b) Os importadores, as distribuidoras e os comerciantes varejistas aplicarão ainda, na apuração da Contribuição para o PIS/Pasep, as seguintes alíquotas diferenciadas, sobre a receita bruta decorrente das vendas de combustíveis (Lei nº 9.718, de 1998, arts. 5ª e 6ª, ambos com redação dada pela Lei nº 9.990, de 2000; MP nº 2.158-35, de 2001, art. 42):

- na venda, pelas distribuidoras, de álcool para fins carburantes, nacional ou importado (exceto quando adicionado à gasolina), a alíquota de 1,46%;

- na venda, pelas distribuidoras ou pelos comerciantes varejistas, de gasolinas (exceto gasolina de aviação), de óleo diesel, de gás liqüefeito de petróleo (GLP), de querosene de aviação (QAV; aplicável a partir de 10 de dezembro de 2002) e de álcool adicionado à gasolina, a alíquota zero;

- na venda de álcool importado, quando o importador não for distribuidora, a alíquota de 0,65% (exceção ao regime de *tributação concentrada*).

PIS/Pasep - Fármacos, Cosméticos, e etc. [Tributação Concentrada]

c) Os industrializadores e os importadores de fármacos, cosméticos, produtos de perfumaria, de toucador e de higiene pessoal, na apuração da Contribuição para o PIS/Pasep, aplicarão a alíquota de 2,2%, sobre a receita bruta decorrente das vendas dos produtos (Lei nº 10.147, de 2000, art. 1ª, com redação dada pelo art. 1ª da Lei nº 10.548, de 2002):

- classificados nas posições 30.03, 30.04, 3303.00 a 33.07 (exceto, partir de 1º de outubro de 2002, os produtos dos códigos 3003.90.56 e 3004.90.46) e nos códigos 3401.11.90, 3401.20.10 e 9603.21.00, da TIPI;

- também, a partir de 1ª de outubro de 2002, os classificados na posição 30.01, nos itens 3002.10.1, 3002.10.2, 3002.10.3, 3002.20.1, 3002.20.2, 3006.30.1 e 3006.30.2 e nos códigos 3002.90.20, 3002.90.92, 3002.90.99, 3005.10.10 e 3006.60.00, todos da TIPI.

PIS/Pasep – Gás Natural e Carvão para Produção de Energia Elétrica [Alíquota Zero]

d) A partir de 1º de março de 2002, foi reduzida a zero a alíquota do PIS/PASEP, nas operações:

- de venda de gás natural canalizado, quando destinado à produção de energia elétrica pelas usinas integrantes do Programa Prioritário de Termoeletricidade (Lei nº 10.312, de 27 de novembro de 2001, art. 1ª c/c art. 4ª);

- de venda de carvão mineral, quando destinado à produção de energia elétrica (Lei nº 10.312, de 2001, art. 2ª c/c art. 4ª).

PIS/Pasep – Nafta Petroquímica para Centrais Petroquímicas [Alíquota Zero]

e) A partir de 1ª de abril de 2002, foi reduzida a zero a alíquota do PIS/PASEP incidente nas operações de venda de nafta petroquímica às centrais petroquímicas (Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, art. 14).

II - Alíquotas da Cofins

A alíquota da Cofins, a ser aplicada sobre as receitas em geral, é de 3% (Lei nº 9.718, de 1998, art. 8ª), ressalvados os casos a seguir:

COFINS - Combustíveis [Tributação Concentrada]

a) As refinarias de petróleo, os demais produtores e os importadores aplicarão, na apuração da Cofins, as seguintes alíquotas diferenciadas, sobre a receita bruta decorrente das vendas dos combustíveis relacionados abaixo (Lei nº 9.718, de 1998, art. 4ª, com a redação dada pela Lei nº 9.990, de 2000; Lei nº 10.560, de 2002):

- gasolinas (exceto gasolina de aviação), a alíquota de 12,45%;

- óleo diesel, a alíquota de 10,29%;

- gás liqüefeito de petróleo (GLP), a alíquota de 11,84%; e

- querosene de aviação (QAV), a alíquota de 5,8% (aplicável a partir de 10 de dezembro de 2002).

b) Os importadores, as distribuidoras e os comerciantes varejistas aplicarão ainda, na apuração da Cofins, as seguintes alíquotas diferenciadas, sobre a receita bruta decorrente das vendas de combustíveis (Lei nº 9.718, de 1998, arts. 5ª e 6ª, ambos com redação dada pela Lei nº 9.990, de 2000; MP nº 2.158-35, de 2001, art. 42):

- na venda, pelas distribuidoras, de álcool para fins carburantes, nacional ou importado (exceto quando adicionado à gasolina), a alíquota de 6,74%;

- na venda, pelas distribuidoras ou pelos comerciantes varejistas, de gasolinas (exceto gasolina de aviação), de óleo diesel, de gás liqüefeito de petróleo (GLP), de querosene de aviação (QAV; aplicável a partir de 10 de dezembro de 2002) e de álcool adicionado à gasolina, a alíquota zero;

- na venda de álcool importado, quando o importador não for distribuidora, a alíquota de 3% (exceção ao regime de tributação concentrada).

PIS/Pasep - Fármacos, Cosméticos, e etc. [Tributação Concentrada]

c) Os industrializadores e os importadores de fármacos, cosméticos, produtos de perfumaria, de toucador e de higiene pessoal, na apuração da Cofins, aplicarão a alíquota de 10,3%, sobre a receita bruta decorrente das vendas dos produtos (Lei nº 10.147, de 2000, art. 1ª, com redação dada pelo art. 1ª da Lei nº 10.548, de 2002):

- classificados nas posições 30.03, 30.04, 3303.00 a 33.07 (exceto, a partir de 1º de outubro de 2002, os produtos dos códigos 3003.90.56 e 3004.90.46) e nos códigos 3401.11.90, 3401.20.10 e 9603.21.00, da TIPI;

- também, a partir de 1ª de outubro de 2002, os classificados na posição 30.01, nos itens 3002.10.1, 3002.10.2, 3002.10.3, 3002.20.1, 3002.20.2, 3006.30.1 e 3006.30.2 e nos códigos 3002.90.20, 3002.90.92, 3002.90.99, 3005.10.10 e 3006.60.00, todos da TIPI.

PIS/Pasep – Gás Natural e Carvão para Produção de Energia Elétrica [Alíquota Zero]

d) A partir de 1º de março de 2002, foi reduzida a zero a alíquota da Cofins, nas operações:

- de venda de gás natural canalizado, quando destinado à produção de energia elétrica pelas usinas integrantes do Programa Prioritário de Termoelectricidade (Lei nº 10.312, de 27 de novembro de 2001, art. 1ª c/c art. 4ª);

- de venda de carvão mineral, quando destinado à produção de energia elétrica (Lei nº 10.312, de 2001, art. 2ª c/c art. 4ª).

PIS/Pasep – Nafta Petroquímica para Centrais Petroquímicas [Alíquota Zero]

l) A partir de 1º de abril de 2002, foi reduzida a zero a alíquota da Cofins incidente nas operações de venda de nafta petroquímica às centrais petroquímicas (Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, art. 14).

III - Alíquota da Contribuição para o PIS/Pasep - Folha de Salários

A alíquota da Contribuição para o PIS/Pasep - Folha de Salários é de 1%.

20.6 – PIS/Pasep e Cofins - Cálculo do Valor a Pagar

I - PIS/Pasep e Cofins - Valor Apurado (Antes de Efetuadas as Deduções)

Para calcular os valores a pagar da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, o contribuinte deverá encontrar o valor apurado (antes de efetuadas as deduções), do qual serão subtraídas as parcelas dedutíveis, conforme instruções dos subitens a seguir.

O valor apurado (antes de efetuadas as deduções) deverá ser obtido a partir da aplicação das diversas alíquotas às respectivas bases de cálculo daquelas contribuições.

Desta forma, teremos:

$$\begin{aligned} & [BC_F \text{ (subitem 20.2)} \times A_F \text{ (subitem 20.5, I ou II)}] & + \\ & [BC_{Sb} \text{ (subitem 20.3)} \times A_F \text{ (subitem 20.5, I ou II)}] & + \\ & [BC_{FS} \text{ (subitem 20.3)} \times A_{FS} \text{ (subitem 20.5, III)}] & = \end{aligned}$$

Valor Apurado (antes de efetuadas as deduções)

Onde BC_x = Base de Cálculo da Contribuição no caso da incidência "x", que pode ser o "Faturamento" ($x = F$), a "Substituição" ($x = Sb$) ou a "Folha de Salários" ($x = FS$); e A_x = Alíquota correspondente.

II - Dedução de Valores Retidos

A Contribuição para o PIS/Pasep e a Cofins retidas por órgãos públicos ou cooperativas, na forma dos arts. 64 e 66 da Lei nº 9.430, de 1996, e do art. 16 da MP nº 2.158-35, de 2001, podem ser deduzidas da Contribuição para o PIS/Pasep e da

Cofins apuradas, desde que os valores que serviram de base para a retenção tenham sido incluídos na formação da base de cálculo para a apuração dos valores devidos a estes títulos.

III - Dedução de Valores Recolhidos em Regime de Substituição - Não Ocorrência do Fato Gerador Presumido

A Contribuição para o PIS/Pasep e a Cofins cobradas e recolhidas pelas pessoas jurídicas fabricantes e pelos importadores dos veículos classificados nos códigos 8432, 8433, 8701, 8702, 8703 e 8711, 8704.2 e 8704.3, da NCM, na condição de contribuintes substitutos, em conformidade com o art. 43 da MP nº 2.158-35, de 2001, podem ser deduzidas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins apuradas pelos comerciantes varejistas desses produtos, se comprovada a impossibilidade de ocorrência do fato gerador, em decorrência de furto, roubo ou destruição do bem, ou de sua incorporação ao ativo permanente.

IV - Dedução do Valor do Crédito Presumido (Produtos Farmacêuticos)

O crédito presumido da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, instituído pela Lei nº 10.147, de 2000, com as alterações previstas no art. 10 da Lei nº 10.213, de 2001, no art. 54 da MP nº 2.158-35, de 2001, e no art. 1ª da Lei nº 10.548, de 2002, referente às vendas dos medicamentos relacionados no Dec nº 3.803, de 24 de abril de 2001 (redação dada ao Anexo pelo Dec nº 4.275, de 20 de junho de 2002), calculado em conformidade com o disposto nos arts. 62 a 65 da IN SRF nº 247, de 2002, pode ser deduzido da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins apuradas pelas pessoas jurídicas que procedam à industrialização ou à importação de fármacos classificados na posição 30.03, exceto no código 3003.90.56, nos itens 3002.10.1, 3002.10.2, 3002.10.3, 3002.20.1, 3002.20.2, 3006.30.1 e 3006.30.2 e nos códigos 3001.20.90, 3001.90.10, 3001.90.90, 3002.90.20, 3002.90.92, 3002.90.99, 3005.10.10 e 3006.60.00, todos da TIPI, tributados na forma do [subitem 20.5, I, "c"](#), e na posição 30.04, exceto no código 3004.90.46, da TIPI.

V - Dedução do Valor Pago da Cide-Combustíveis

O valor da Cide-Combustíveis, pago na importação ou na comercialização no mercado interno, pode ser deduzido dos valores da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, devidas na comercialização no mercado interno, num mesmo período ou em períodos de apuração posteriores ao recolhimento da Cide-Combustíveis, até os limites da tabela abaixo (Lei nº 10.336, de 2001, art. 8ª (com redação dada pelo art. 14 da Lei nº 10.636, de 2002) e art. 9ª; e Dec. nº 4.565, de 2003, art. 2ª).

DEDUÇÕES DE PIS/PASEP & COFINS A PAGAR X CIDE-Combustíveis PAGA

Grupos de Combustíveis	Limites de Dedução PIS/Pasep		Limites de Dedução Cofins	
	Máximos ^[1]	Reduzidos ^[2] (Jan/03)	Máximos ^[1]	Reduzidos ^[2] (Jan/03)
I – gasolinas	R\$ 39,40/m ³		R\$ 181,70/m ³	³
II – diesel	R\$15,60/m ³		R\$72,20/m ³	
III – querosene de aviação (QAV).	R\$ 5,70/m³	R\$ 3,81 /m ³	R\$ 26,30/m³	R\$ 17,59/m ³
IV – demais querosenes.	R\$ 4,60/m ³	-	R\$ 21,30/m ³	
V – óleos combustíveis (fuel oil),	R\$2,00/t		R\$9,40/t	
VI – gás liqüefeito de petróleo (GLP)	R\$ 24,30/t	R\$ 18,63/t	R\$ 112,40/t	R\$ 85,97/t
VII – álcool etílico combustível (AEC)	R\$ 5,20/m³	R\$ 4,01 /m ³	R\$ 24,00/m³	R\$18,53/m ³ -

[2] Redução determinada pelo Dec 4.066/01, art. 2º (cfe. art. 9º da L 10.336/01).

VI - PIS/Pasep e Cofins – Cálculo da Contribuição a Pagar (Após Aplicação das Deduções sobre a Contribuição Apurada)

Condições	ORIGEM DOS VALORES	Operações	OBS.:
Contribuições Apuradas (= 0)	PIS/Pasep ou Cofins	(+)	
DEDUÇÕES (-)	PIS/Pasep ou Cofins Retidas - Órgão Público (Lei nº 9.430/96, art. 64)	(-)	
	PIS/Pasep ou Cofins Retidas - Sociedade Cooperativa	(-)	
	Compensação (Substituição Tributária), pela não-ocorrência do Fato Gerador Presumido	(-)	
	Crédito Presumido – Produtos Farmacêuticos (Lei nº 10.147, de 2000, art. 3ª)	(-)	

	Dedução de "PIS/Pasep ou Cofins a pagar" x "CIDE-Combustíveis paga" (Lei nº 10.336, de 2001, art. 8ª)	(-)	Somente Ano-Calendário 2002*
	Deduções de Créditos do PIS/Pasep "Não-Cumulativo" (Lei nº 10.637, de 2002, arts. 1ª a 11)	(-)	A partir de 1ª/12/2002
(= 0)	TOTAL PIS/PASEP ou COFINS A PAGAR NO PERÍODO, ANTES DE EFETUADAS AS COMPENSAÇÕES	(=)	

*A partir do Ano-Calendário de 2003, a dedução de "CIDE-Combustíveis paga" deverá ser informada na ficha OUTRAS COMPENSAÇÕES E DEDUÇÕES como origem de crédito

20.7 – PIS/Pasep - Regime de Não-Cumulatividade (Lei nº 10.637/02, Arts. 1ª a 11)

I – Considerações Gerais

As pessoas jurídicas tributadas pelo imposto de renda (IRPJ) com base no lucro real observarão, a partir de 1º de dezembro de 2002, os dispositivos da Lei nº 10.637, de 2002 relacionados com o regime *não-cumulativo* de apuração do PIS/Pasep (arts. 1ª a 11), incidente sobre a totalidade das receitas auferidas no mês, aplicando sobre as mesmas a alíquota de 1,65%, exceto quanto às receitas referentes a (IN SRF nº 247, de 21 de novembro de 2002, art. 60 e arts. 66 a 69):

- vendas de produtos sujeitos à alíquota zero;
- operações sujeitas ao regime de substituição tributária (Cigarros – Lei nº 9.532, de 1997, art.53, Lei nº 9.715, de 1998, art. 5ª; e Veículos Automotores, Máquinas Autopropulsadas, etc. – MP nº 2.158-35, de 2001, art. 43);
- operações sujeitas aos regimes de *tributação concentrada* (Combustíveis – Lei nº 9.990, de 2000, Lei nº 10.560, de 2002, art. 2ª; Produtos Farmacêuticos, Cosméticos, etc. – Lei nº 10.147, de 2001, Lei nº 10.548, de 2002; e Veículos Automotores, Máquinas Autopropulsadas, ect. – Lei nº 10.485, de 2002);
- vendas canceladas e aos descontos incondicionais concedidos;
- reversões de provisões e recuperações de créditos baixados como perda (que não representem ingresso de novas receitas), o resultado positivo da avaliação de investimentos (pelo valor do patrimônio líquido e os lucros e dividendos derivados de investimentos avaliados pelo custo de aquisição), que tenham sido computados como receita;
- vendas de veículos usados, conforme art. 5ª da Lei nº 9.716, de 26 de novembro de 1998; e
- prestação de serviços de telecomunicações.

Atenção:

Permanecem sujeitas às normas da legislação da contribuição para o PIS/Pasep vigentes anteriormente à edição da MP nº 66, de 2002 (convertida na Lei nº 10.637, de 2002), não se lhes aplicando as disposições referentes ao regime *não-cumulativo* às seguintes pessoas jurídicas:

- as entidades financeiras e assemelhadas (§ 1ª do art. 22 da Lei nº 8.212, de 1991, exceto corretoras de seguros), as empresas de securitização de créditos, as operadoras de planos de assistência à saúde, e as empresas de vigilância e transporte de valores (Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983);
- as tributadas pelo IRPJ com base no lucro presumido ou arbitrado;
- as optantes pelo SIMPLES;
- as imunes a impostos;
- os órgãos públicos, as autarquias, as fundações públicas federais, estaduais e municipais, e as fundações de ensino e pesquisa criadas por lei (art. 61 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT/88); e
- as cooperativas.

II – Desconto de Créditos (caput e §§ 1ª ao 4ª, 7ª ao 9ª, do art. 3ª da Lei nº 10.637/02)

Do valor apurado da contribuição, a pessoa jurídica poderá descontar créditos referentes a:

- bens adquiridos para venda, exceto em relação às mercadorias e aos produtos sujeitos a *substituição tributária* ou a regime de *tributação concentrada*;
- bens e serviços utilizados como insumo na fabricação de produtos destinados à venda ou à prestação de serviços, inclusive combustíveis e lubrificantes;
- aluguéis de prédios, máquinas e equipamentos, pagos a pessoa jurídica, utilizados nas atividades da empresa;
- despesas financeiras decorrentes de empréstimos e financiamentos de pessoa jurídica, exceto de optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES);
- máquinas e equipamentos adquiridos para utilização na fabricação de produtos destinados à venda, bem como a outros bens incorporados ao ativo imobilizado;
- edificações e benfeitorias em imóveis de terceiros, quando o custo, inclusive de mão-de-obra, tenha sido suportado pela locatária;
- bens recebidos em devolução, cuja receita de venda tenha integrado faturamento do mês ou de mês anterior, e tributada no regime de não-cumulatividade.

Atenção:

- 1) O crédito será determinado mediante a aplicação da alíquota de 1,65%, sobre o valor dos:
 - itens mencionados em "a" e "b", adquiridos no mês;
 - itens mencionados em "c" e "d", incorridos no mês;
 - encargos de depreciação e amortização dos bens mencionados em "e" e "f", incorridos no mês; e
 - bens mencionados em "g", devolvidos no mês.
- 2) Não dará direito a crédito o valor de mão-de-obra paga a pessoa física.
- 3) O direito ao crédito aplica-se, exclusivamente, em relação aos:
 - bens e serviços adquiridos de pessoa jurídica domiciliada no País;
 - custos e despesas incorridos, pagos ou creditados a pessoa jurídica domiciliada no País;
 - bens e serviços adquiridos e aos custos e despesas incorridos a partir do mês de dezembro de 2002.
- 4) O crédito não aproveitado em determinado mês poderá sê-lo nos meses subseqüentes.

III – Incidência Parcial do Regime de Não-Cumulatividade

Na hipótese da pessoa jurídica sujeitar-se à incidência não-cumulativa da Contribuição para o PIS/Pasep em relação apenas a parte de suas receitas, os créditos serão apurados, exclusivamente, em relação aos custos, despesas e encargos vinculados a essas receitas, considerando que:

- a) o crédito será determinado, a critério da pessoa jurídica, pelo método de:
 - apropriação direta, inclusive, em relação aos custos, por meio de sistema de contabilidade de custos integrada e coordenada com a escrituração; ou
 - rateio proporcional, aplicando-se aos custos, despesas e encargos comuns a relação percentual existente entre a receita bruta sujeita à incidência não-cumulativa e a receita bruta total, auferidas em cada mês.
- b) o critério será aplicado consistentemente por todo o ano-calendário.

IV – Estoques de Abertura

A pessoa jurídica tributada no regime não-cumulativo terá direito a crédito referente a Estoques de Abertura, aplicando a alíquota de 0,65% sobre o valor de bens adquiridos para revenda e sobre o valor de bens utilizados como insumo ou na prestação de serviços (referidos em "II - Desconto de Créditos", letras "a" e "b"), a ser utilizado em doze parcelas mensais, iguais e sucessivas, a partir de:

- a) 1^a de dezembro de 2002, no caso de apurar o IRPJ pelo Lucro Real, nesse ano; e
- b) 1^a de janeiro do ano em que a pessoa jurídica, antes tributada com base no lucro presumido, passar a adotar o regime de tributação com base no Lucro Real (sujeitando-se à incidência não-cumulativa do PIS/Pasep).

V – Exportação de Mercadorias e Serviços

A contribuição para o PIS/Pasep não incidirá sobre as receitas decorrentes das operações de:

- a) exportação de mercadorias para o exterior;
- b) prestação de serviços para pessoa física ou jurídica domiciliada no exterior, com pagamento em moeda conversível; e
- c) vendas a empresa comercial exportadora com o fim específico de exportação.

Atenção:

- 1) O Exportador poderá utilizar créditos apurados na forma do item "II - Desconto de Créditos", para fins de (§ 1^a do art. 5^a da Lei nº 10.637, de 2002):
 - dedução do valor da contribuição a recolher, decorrente das demais operações no mercado interno; e
 - compensação com débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal (SRF), observada a legislação específica aplicável à matéria.
- 2) Caso o Exportador não consiga, até o final de cada trimestre do ano civil, utilizar o crédito por qualquer das formas previstas acima, poderá solicitar o seu ressarcimento em dinheiro, observada a legislação específica aplicável à matéria.

21. IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS (IPI)[21.1 – Conceito](#)[21.2 – Conceito de Estabelecimento Industrial e Equiparado a Industrial](#)[21.3 – Sujeito Passivo da Obrigação Tributária](#)[21.4 – Apuração](#)[21.5 – Considerações sobre o preenchimento da DIPJ](#)[21.6 – Códigos de Recolhimento](#)[TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO](#)[TABELA DE CÓDIGOS FISCAIS DE OPERAÇÕES E PRESTAÇÕES - CFOP](#)**Medida Provisória nº 1.807, de 28 de janeiro de 1999 - Reedições.**

MP nº 1.807-01, de 25 de fevereiro de 1999, e reedições.

MP nº 1.858-06, de 29 de junho de 1999, e reedições.

MP nº 1.991-12, de 14 de dezembro de 1999, e reedições.
MP nº 2.037-19, de 28 de junho de 2000, e reedições.
MP nº 2.113-26, de 27 de dezembro de 2000, e reedições.
MP nº 2.158-33, de 28 de junho de 2001, e reedições.

Medida Provisória nº 1.636, de 12 de dezembro de 1997 - Reedições .
MP nº 1.636-1, de 13 de janeiro de 1998, e reedições.
MP nº 1.680-7, de 29 de junho de 1998, e reedições.
MP nº 1.753-13, de 14 de dezembro de 1998, e reedições.
MP nº 1.855-20, de 29 de junho de 1999, e reedições.
MP nº 1.990-26, de 14 de dezembro de 1999, e reedições.
MP nº 2.033-33, de 27 de junho de 2000, e reedições.
MP nº 2.132-40, de 28 de dezembro de 2000, e reedições.
MP nº 2.189-47, de 28 de junho de 2001, e reedições.

21.1 – Conceito

O imposto incide sobre produtos industrializados, nacionais e estrangeiros, obedecidas as especificações constantes da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (Tipi) (Lei nº 4.502, de 30 novembro de 1964, art. 1º, e Decreto-lei nº 34, de 18 de novembro de 1966, art. 1º).

O campo de incidência do IPI abrange todos os produtos com alíquota, ainda que zero, relacionados na Tipi, excluídos aqueles a que corresponde a notação "NT" (não tributado).

Produto industrializado é o resultante de qualquer operação que modifique a natureza, o funcionamento, o acabamento, a apresentação ou a finalidade do produto, ou o aperfeiçoe para consumo, sendo irrelevantes, para caracterizar a operação como industrialização, o processo utilizado para obtenção do produto e a localização e condições das instalações ou equipamentos empregados, tais como:

- a) transformação - operação exercida sobre a matéria-prima ou produto intermediário, que resulta na obtenção de espécie nova;
- b) beneficiamento – operação que modifica, aperfeiçoa ou, de qualquer forma, altera o funcionamento, a utilização, o acabamento ou a aparência do produto;
- c) montagem – operação que consiste na reunião de produtos, peças ou partes e da qual resulta novo produto ou unidade autônoma, ainda que sob a mesma classificação fiscal;
- d) acondicionamento ou reacondicionamento – operação que altera a apresentação do produto, pela colocação da embalagem, ainda que em substituição da original, salvo quando a embalagem colocada se destine apenas ao transporte da mercadoria;
- e) renovação ou recondicionamento – operação exercida sobre produto usado ou parte remanescente do produto deteriorado ou inutilizado, que renova ou restaura o produto para utilização.

Observado o disposto em legislação específica, estão excluídas do conceito de industrialização as operações relativas:

- a) ao preparo de produtos alimentares, não acondicionados em embalagem de apresentação, conforme definido no art. 5º, I, alíneas "a" e "b" do Ripi/1998, Decreto nº 2.637, de 25 de junho de 1998;
- b) ao preparo de refrigerantes, à base de extrato concentrado por meio de máquinas, automáticas ou não, em restaurantes, bares e similares, para venda direta ao consumidor;
- c) à confecção ou ao preparo de produto de artesanato, conforme definição do art. 7º do Ripi/1998;
- d) à confecção de vestuário, por encomenda direta do consumidor ou usuário, em oficina ou na residência do confeccionador;
- e) ao preparo de produto, por encomenda direta do consumidor ou usuário, na residência do preparador ou em oficina, desde que, em qualquer caso, seja preponderante o trabalho profissional;
- f) à manipulação em farmácia, para venda direta a consumidor, de medicamentos oficiais e magistras, mediante receita médica;
- g) à moagem de café torrado, realizada por comerciante varejista como atividade acessória;
- h) à operação efetuada fora do estabelecimento industrial, consistente na reunião de produtos, peças ou partes e de que resulte edificação, instalação de oleodutos, usinas hidrelétricas, torres de refrigeração, estações e centrais telefônicas ou outros sistemas de telecomunicação e telefonia, estações, usinas e redes de distribuição de energia elétrica e semelhantes, e fixação de unidades ou complexos industriais ao solo;
- i) à montagem de óculos, mediante receita médica;

- j) ao acondicionamento de produtos classificados nos Capítulos 16 a 22 da Tipi, adquiridos de terceiros, em embalagens confeccionadas sob a forma de cestas de natal e semelhantes;
- l) ao conserto, à restauração e ao recondicionamento de produtos usados, nos casos em que se destinem ao uso da própria empresa executora ou quando essas operações sejam executadas por encomenda de terceiros não estabelecidos com o comércio de tais produtos, bem assim ao preparo, pelo consertador, restaurador ou recondicionador, de partes ou peças empregadas exclusiva e especificamente naquelas operações;
- m) ao reparo de produtos com defeito de fabricação, inclusive mediante a substituição de peças e partes, quando a operação for executada gratuitamente, ainda que por concessionários ou representantes, em virtude de garantia dada pelo fabricante;
- n) à restauração de sacos usados, executada por processo rudimentar, ainda que com emprego de máquinas de costura;
- o) à mistura de tintas entre si, ou com concentrados de pigmentos, sob encomenda do consumidor ou usuário, realizada em estabelecimento varejista, efetuada por máquina automática ou manual, desde que fabricante e varejista não sejam empresas interdependentes, controladora, controlada ou coligadas.

Atenção:

O disposto na alínea "h" não exclui a incidência do imposto sobre produtos, partes ou peças utilizados nas operações nela referidas.

21.2 – Conceito de Estabelecimento Industrial e Equiparado a Industrial

Estabelecimento industrial é aquele que executa qualquer operação de industrialização, de que resulte produto tributado, ainda que de alíquota zero ou isento.

São equiparados a estabelecimento industrial:

- a) os estabelecimentos importadores de produtos de procedência estrangeira, que derem saída a esses produtos;
- b) os estabelecimentos, ainda que varejistas, que receberem, para comercialização, diretamente da repartição que os liberou, produtos importados por outro estabelecimento da mesma pessoa jurídica;
- c) as filiais e demais estabelecimentos que exercerem o comércio de produtos importados, industrializados ou mandados industrializar por outro estabelecimento da mesma pessoa jurídica, salvo se operarem exclusivamente na venda a varejo e não estiverem enquadrados na hipótese da alínea "b";
- d) os estabelecimentos comerciais de produtos cuja industrialização tenha sido realizada por outro estabelecimento da mesma pessoa jurídica ou de terceiro, mediante a remessa, por eles efetuada, de matérias-primas, produtos intermediários, embalagens, recipientes, moldes, matrizes ou modelos;
- e) os estabelecimentos comerciais de produtos do Capítulo 22 da Tipi, cuja industrialização tenha sido encomendada a estabelecimento industrial, sob marca ou nome de fantasia de propriedade do encomendante, de terceiro ou do próprio executor da encomenda;
- f) os estabelecimentos comerciais atacadistas dos produtos classificados nas posições 71.01 a 71.16 da Tipi;
- g) os estabelecimentos atacadistas e cooperativas de produtores que derem saída a bebidas alcoólicas e demais produtos, de produção nacional, classificados nas posições 22.04, 22.05, 22.06 e 22.08 da Tipi e acondicionados em recipientes de capacidade superior ao limite máximo permitido para venda a varejo, com destino aos seguintes estabelecimentos:
 - g.1) industriais que utilizarem os produtos mencionados como insumo na fabricação de bebidas;
 - g.2) atacadistas e cooperativas de produtores;
 - g.3) engarrafadores dos mesmos produtos.

Atenção:

Os estabelecimentos industriais quando derem saída a matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem, adquiridos de terceiros, com destino a outros estabelecimentos, para industrialização ou revenda, serão considerados estabelecimentos comerciais de bens de produção e obrigatoriamente equiparados a estabelecimento industrial em relação a essas operações.

São, ainda, equiparados a estabelecimento industrial:

- a) os estabelecimentos atacadistas que adquirirem os produtos relacionados no Anexo III da Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989, de estabelecimentos industriais ou dos estabelecimentos equiparados a industriais de que tratam as alíneas "a" a "e" acima mencionadas;
- b) os estabelecimentos em que o adquirente e o remetente dos produtos referidos no item anterior sejam empresas controladoras, controladas ou coligadas, interligadas ou interdependentes.
Por opção, são equiparados a estabelecimento industrial:
 - a) os estabelecimentos comerciais que derem saída a bens de produção, para estabelecimentos industriais ou revendedores;
 - b) as cooperativas, constituídas nos termos da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que se dedicarem a venda em comum de bens de produção recebidos de seus associados para comercialização.
 - c) os estabelecimentos comerciais atacadistas que adquirirem de estabelecimentos importadores produtos de procedência estrangeira, classificados nas posições 33.03 a 33.07 da TIPI (Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, art. 39);
 - d) os estabelecimentos, atacadistas ou varejistas, que adquirirem produtos de procedência estrangeira, importados por sua

conta e ordem, por intermédio de pessoa jurídica importadora, observado o disposto no § 2º (Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001, art. 79); e

e) os estabelecimentos atacadistas dos produtos da posição 87.03 da TIPI (Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, art. 12).

21.3 – Sujeito Passivo da Obrigação Tributária

Sujeito passivo da obrigação tributária principal é a pessoa obrigada ao pagamento do imposto ou penalidade pecuniária, na condição de:

- a) contribuinte, quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitui o fato gerador;
- b) responsável, quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de expressa disposição de lei.

São obrigados ao pagamento do IPI como contribuintes:

- a) o importador, em relação ao fato gerador decorrente do desembaraço aduaneiro de produto de procedência estrangeira;
- b) o industrial, em relação ao fato gerador decorrente da saída de produto que industrializar em seu estabelecimento, bem assim quanto aos demais fatos geradores decorrentes de atos que praticar;
- c) o estabelecimento equiparado a industrial, quanto ao fato gerador relativo aos produtos que dele saírem, bem assim quanto aos demais fatos geradores decorrentes de atos que praticar;
- d) os que consumirem ou utilizarem em outra finalidade, ou remeterem a pessoas que não sejam empresas jornalísticas ou editoras, o papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, quando alcançado pela imunidade prevista no inciso I do art. 18 do Ripi/1998.

Considera-se contribuinte autônomo qualquer estabelecimento de importador, industrial ou comerciante, em relação a cada fato gerador que decorra de ato que praticar.

São obrigados ao pagamento do imposto como responsáveis:

- a) o transportador, em relação aos produtos tributados que transportar, desacompanhados da documentação comprobatória de sua procedência;
 - b) o possuidor ou detentor, em relação aos produtos tributados que possuir ou manter para fins de venda ou industrialização, nas mesmas condições citadas na alínea "a" acima;
 - c) o estabelecimento adquirente de produtos usados cuja origem não possa ser provada, pela falta de marcação, se exigível, de documento fiscal próprio ou do recibo do vendedor ou transmitente, onde devem constar o seu nome e endereço, número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), o número e nome da repartição expedidora de sua carteira de identidade, a descrição minuciosa e o preço ou valor de cada objeto;
 - d) o proprietário, o possuidor, o transportador ou qualquer outro detentor de produtos nacionais, do Capítulo 22 e do código 2402.20.00 da Tipi, saídos do estabelecimento industrial com imunidade ou suspensão do IPI, para exportação, encontrados no País em situação diversa, salvo se em trânsito, quando:
 - d.1) destinados a uso ou consumo de bordo em embarcações ou aeronaves de tráfego internacional, com pagamento em moeda conversível;
 - d.2) destinados a Lojas Francas, em operação de venda direta, nos termos e condições estabelecidos pelo art. 15 do Decreto-lei nº 1.455, de 07 de abril de 1976;
 - d.3) adquiridos por empresa comercial exportadora, com o fim específico de exportação, e remetidos diretamente do estabelecimento industrial para embarque de exportação ou para recintos alfandegados, por conta e ordem da adquirente;
 - d.4) remetidos a recintos alfandegados ou a outros locais onde se processe o despacho aduaneiro de exportação;
 - e) os estabelecimentos que possuírem produtos tributados ou isentos, sujeitos a serem rotulados ou marcados, ou, ainda, ao selo de controle, quando não estiverem rotulados, marcados ou selados;
 - f) os que desatenderem as normas e requisitos a que estiver condicionada a imunidade, a isenção ou a suspensão do IPI;
 - g) a empresa comercial exportadora, em relação ao IPI que deixou de ser pago, na saída do estabelecimento industrial, referente aos produtos por ela adquiridos com o fim específico de exportação, nas hipóteses em que:
 - g.1) tenha transcorrido cento e oitenta dias da data da emissão da nota fiscal de venda pelo estabelecimento industrial, não houver sido efetivada a exportação;
 - g.2) os produtos forem revendidos no mercado interno;
 - g.3) ocorrer a destruição, o furto ou roubo dos produtos;
 - h) a pessoa jurídica ou física que não seja empresa jornalística ou editora, em cuja posse for encontrado o papel, destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, a que se refere o inciso I do art. 18 do Ripi/1998.
 - i) o estabelecimento comercial atacadista de produtos sujeitos ao regime de que trata a Lei nº 7.798, de 1989, que possuir ou manter produtos desacompanhados da documentação comprobatória de sua procedência, ou que deles der saída (Lei nº 7.798, de 1989, art. 4º, § 3º, e Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001, art. 33).
- É responsável, por substituição tributária, o industrial ou equiparado a industrial, mediante requerimento, em relação às operações anteriores, concomitantes ou posteriores às saídas que promover, nas hipóteses e condições estabelecidas pela Secretaria da Receita Federal.
- São solidariamente responsáveis:
- a) o contribuinte substituído, pelo pagamento do imposto em relação ao qual estiver sendo substituído, no caso de inadimplência do contribuinte substituto (Lei nº 4.502, de 1964, art. 35, § 2º, e Lei nº 9.430, de 1996, art. 31).
 - b) o adquirente ou cessionário de mercadoria importada beneficiada com isenção ou redução do imposto pelo pagamento do imposto e acréscimos legais (Decreto-lei nº 37, de 1966, art. 32, parágrafo único, inciso I, e Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001, art. 77);
 - c) o adquirente de mercadoria de procedência estrangeira, no caso de importação realizada por sua conta e ordem, por intermédio de pessoa jurídica importadora, pelo pagamento do imposto e acréscimos legais (Decreto-lei nº 37, de 1966, art. 32, parágrafo único, inciso III, e Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001, art. 77).

- d) o estabelecimento industrial de produtos classificados no código 2402.20.00 da TIPI, com a empresa comercial exportadora, na hipótese de operação de venda com o fim específico de exportação, pelo pagamento dos impostos, contribuições e respectivos acréscimos legais, devidos em decorrência da não efetivação da exportação (Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001, art. 35);
- e) o encomendante de produtos sujeitos ao regime de que trata a Lei nº 7.798, de 1989, com o estabelecimento industrial executor da encomenda, pelo cumprimento da obrigação principal e acréscimos legais (Lei nº 7.798, de 1989, art. 4º, § 2º, e Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001, art. 33).

21.4 – Apuração

O IPI deverá ser apurado e recolhido por estabelecimento, conforme a legislação vigente.

O período de apuração do IPI é decendial. Entretanto, para a pessoa jurídica que se enquadrar na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, não optante pelo Simples, o período de apuração é mensal.

21.5 – Considerações sobre o preenchimento da DIPJ

As informações relativas a cada estabelecimento da empresa deverão ser prestadas, individualizadamente, na DIPJ da empresa, a ser entregue pela matriz.

Relativamente à apuração observar o seguinte:

- as fichas deverão ser preenchidas em real;
- ano de apuração é o ano-calendário em que ocorreram as operações;
- somente deve preencher as Fichas 21 a 28 da DIPJ, a pessoa jurídica, obrigada à apresentação dessa declaração, que possua informações relativas às operações descritas na [letra "n" das instruções da Abertura de Nova Declaração](#) ou possua saldo credor do IPI no ano calendário anterior. Ocorrendo uma dessas hipóteses, as referidas fichas devem ser preenchidas separadamente para cada estabelecimento informado;
- devem ser considerados os Códigos Fiscais de Operações e Prestações - CFOP, relacionados neste manual, e estabelecidos nos ajustes Sinief: nº 11, de 22/08/1989; nº 03, de 29/09/1994, nº 06, de 13/12/1995; nº 07, de 13/12/1996; nº 06, de 12/12/1997; nº 06, de 18/09/1998, nº 03, de 15/09/2000, nº 04, de 15/12/2000 e nº 06, de 15/12/2000;
- a pessoa jurídica na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, cujo período de apuração é mensal, ao preencher a [Ficha 22](#) – "Apuração do Saldo do IPI", deverá informar os valores apurados mensalmente.

Atenção:

A microempresa e a empresa de pequeno porte, industriais ou equiparadas a industrial, não optantes pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno (Simples) que, no decorrer do ano-calendário, ultrapassarem o limite de R\$1.200.000,00, deverão apurar o IPI mensalmente até o mês do desenquadramento, inclusive. O PGD disponibilizará o período de apuração por decêndio, a partir do mês seguinte ao desenquadramento da pessoa jurídica da condição de empresa de pequeno porte, conforme informado pelo contribuinte, na abertura da declaração através da função "NOVA" do menu "Declaração".

- f) Ocorrida a cisão parcial em qualquer data do ano de 2002, os dados relativos ao CNPJ originário do estabelecimento deverão constar da DIPJ do ano calendário de 2002. O estabelecimento que mudou de CNPJ (firma nova) e que deixou de pertencer àquele CNPJ, por que mudou de titularidade, informa suas operações a partir da data em que ocorreu a cisão.

Exemplo:

Uma empresa com dois estabelecimentos: CNPJ 00.000.001/0001-01 e 00.000.001/0002-02, cindiu-se em duas, em 31/07/2002, com os CNPJ 99.999.999/0001-01 (firma nova) e 00.000.001/0001-01 (firma originária). Nessa hipótese o patrimônio que resultará na empresa sucessora (firma nova) é o que estava empregado na filial.

A empresa originária, CNPJ 00.000.001/0001-01, deverá preencher a DIPJ normalmente, sendo que deverá constar da DIPJ dessa empresa, o movimento do estabelecimento 00.000.001/0002-02 até 31/07/2002. A partir de 01/08/2002, não há mais dados a informar para o CNPJ 00.000.001/0002-02. Com relação ao CNPJ 99.999.999/0001-01, a partir de 01/08/2002, deve ser informado normalmente as suas operações, portanto, só a partir de 01/08/2002, deverá ser preenchida a DIPJ na parte relativa ao IPI. Caso fique um decêndio ou mês dividido, conforme o caso (empresa normal ou microempresa e empresa de pequeno porte), faz-se o corte do período na data da cisão, separando-se na DIPJ as informações, embora fisicamente continue sendo o mesmo estabelecimento.

- g) a [Ficha 22](#) – "Apuração do Saldo do IPI" deverá ser preenchida por período decendial ou mensal, conforme o caso. As Fichas 23 a 28 deverão ser preenchidas com informações referentes ao ano-calendário.

21.6 – Códigos de Recolhimento

A pessoa jurídica deverá utilizar os códigos abaixo, para efetuar o recolhimento do IPI:

0668 – IPI – Bebidas (Capítulo 22 da Tipi);

1020 – IPI – Cigarros (operações com os produtos classificados nos códigos: 2402.20.00 e 2402.90.00);

0676 – IPI – Automóveis;

1097 – Demais Produtos.

TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

TIPO DE ESTABELECIMENTO	CLASSIFICAÇÃO	DISPOSITIVO DE REFERÊNCIA	CÓDIGO
INDUSTRIAL (Art. 8º do Ripi/98)	Transformação	Art.4º, inciso I do Ripi/98	01
	Beneficiamento	Art.4º, inciso II do Ripi/98	02
	Montagem	Art.4º, inciso III do Ripi/98	03
	Acondicionamento ou Reacondicionamento	Art.4º, inciso IV do Ripi/98	04
	Renovação ou Recondicionamento	Art.4º, inciso V do Ripi/98	05
EQUIPARADOS A INDUSTRIAL (Art. 9º, 10 e 11 do Ripi/98)	Equiparados, exceto os abaixo discriminados	Art. 9º, incisos II a VI, do Ripi/98	10
	Por opção	Art. 11, incisos I e II do Ripi/98	11
	Importador direto	Art. 9º, inciso I, do Ripi/98	12
	Equiparados por força da Lei nº 7.798, de 1989 e alterações; da Lei nº 9.493, de 1997; da Lei nº 9.779, de 1999; da MP nº 1.991-15 , de 2000, e reedições; da MP nº 2.158-35 , de 2001; e da MP nº 1.990-29 , de 2000, e reedições.	Art. 9º, inciso VII e Art. 10 do Ripi/98	13

TABELA DE CÓDIGOS FISCAIS DE OPERAÇÕES E PRESTAÇÕES (CFOP)

Atenção:

1) Os CFOP utilizados na DIPJ estão previstos nos Ajustes Sinief nº 11, de 22/08/1989; Sinief nº 03, de 29/09/1994, Sinief nº 06, de 13/12/1995; Sinief nº 07, de 13/12/1996; Sinief nº 06, de 12/12/1997; Sinief nº 06, de 18/09/1998, Sinief nº 03, de 15/09/2000, Sinief nº 04, de 15/12/2000 e Sinief nº 06, de 15/12/2000.

2) A substituição tributária referida em alguns códigos CFOP desta tabela dizem respeito ao ICMS; não há códigos CFOP específicos para as operações de substituição tributária do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

CFOP UTILIZADOS			
OPERAÇÃO	MERCADO	CFOP	DESCRIÇÃO
		1.11	Compras para industrialização
		1.12	Compras para comercialização
		1.13	Industrialização efetuada por outras empresas
		1.14	Compras para utilização na prestação de serviços
		1.21	Transferências para industrialização
		1.22	Transferências para comercialização
		1.23	Transferências para distribuição de energia elétrica
		1.24	Transferências para utilização na prestação de serviços
		1.31	Devoluções de vendas de produção do estabelecimento
		1.32	Devoluções de vendas de mercadorias adquiridas e/ou recebidas de terceiros
		1.33	Anulações de valores relativos à prestação de serviços
		1.34	Anulações de valores relativos à venda de energia elétrica
		1.41	Compra de energia elétrica para distribuição ou comercialização
		1.42	Compra de energia elétrica para utilização no processo industrial
		1.43	Compra de energia elétrica para consumo do comércio
		1.44	Compra de energia elétrica para utilização na prestação de serviços
		1.46	Compra de energia elétrica para consumo por demanda contratada

ENTRADAS	NACIONAL	DO ESTADO	1.51	Aquisição de serviço de comunicação na prestação de serviço da mesma natureza
			1.52	Aquisição de serviço de comunicação pela indústria
			1.53	Aquisição de serviço de comunicação pelo comércio
			1.54	Aquisição de serviço de comunicação pelo prestador de serviço de transporte
			1.55	Aquisição de serviço de comunicação pela geradora ou distribuidora de energia elétrica
			1.61	Aquisição de serviço de transporte para execução de serviço da mesma natureza
			1.62	Aquisição de serviço de transporte pela indústria
			1.63	Aquisição de serviço de transporte pelo comércio
			1.64	Aquisição de serviço de transporte pelo prestador de serviço de comunicação
			1.65	Aquisição de serviço de transporte pela geradora ou distribuidora de energia elétrica
			1.70	Entradas de Mercadorias em operações sujeitas ao regime de Substituição tributária
			1.71	Compras para industrialização em operações sujeitas ao regime de Substituição Tributária
			1.72	Compras para comercialização em operações sujeitas ao regime de Substituição Tributária
			1.73	Compras para ativo imobilizado em operações sujeitas ao regime de Substituição Tributária
			1.74	Compras para uso ou consumo em operações sujeitas ao regime de Substituição Tributária
			1.75	Transferências para industrialização em operações sujeitas ao regime de Substituição Tributária
			1.76	Transferências para comercialização em operações sujeitas ao regime de Substituição Tributária
			1.77	Devoluções de vendas de produção do estabelecimento em operações sujeitas ao regime de Substituição Tributária
			1.78	Devoluções de vendas de mercadorias adquiridas e/ou recebidas de terceiros em operações sujeitas ao regime de Substituição Tributária
			1.79	Ressarcimentos de ICMS retido por Substituição Tributária
			1.80	Sistema de Integração
			1.81	Retorno de mercadorias do estabelecimento produtor
			1.82	Retorno de insumos do estabelecimento produtor não utilizados na produção
			1.85	ENTRADAS DE MERCADORIAS REMETIDAS COM FIM ESPECÍFICO DE EXPORTAÇÃO
			1.86	Entradas de mercadorias remetidas com fim específico de exportação
			1.91	Compras para o ativo imobilizado
			1.92	Transferências para o ativo imobilizado
			1.93	Entradas para industrialização por encomenda
			1.94	Retorno simbólico de insumos utilizados na industrialização por encomenda
			1.95	Retornos de remessas para vendas fora do estabelecimento
1.96	Retornos de remessas para fora do estabelecimento em operações sujeitas ao regime de Substituição Tributária			
1.97	Compras de materiais para uso ou consumo			
1.98	Transferências de materiais para uso ou consumo			
1.99	Outras entradas e/ou aquisições de serviços não especificadas			

OPERAÇÃO	MERCADO		CFOP	DESCRIÇÃO
ENTRADAS	NACIONAL	DE OUTROS ESTADOS	2.11	Compras para industrialização
			2.12	Compras para comercialização
			2.13	Industrialização efetuada por outras empresas
			2.14	Compras para utilização na prestação de serviços
			2.21	Transferências para industrialização
			2.22	Transferências para comercialização
			2.24	Transferências para utilização na prestação de serviços
			2.31	Devoluções de vendas de produção do estabelecimento
			2.32	Devoluções de vendas de mercadorias adquiridas e/ou recebidas de terceiros
			2.33	Anulações de valores relativos à prestação de serviços
			2.34	Anulações de valores relativos à venda de energia elétrica
			2.35	Devolução de mercadoria e/ou bem remetido, inclusive por transferência
			2.41	Compra de energia elétrica para distribuição ou comercialização
			2.42	Compra de energia elétrica para utilização no processo industrial
			2.43	Compra de energia elétrica para consumo no comércio
			2.44	Compras de energia elétrica para utilização na prestação de serviços
			2.45	Compra de energia elétrica por produtor rural
			2.46	Compra de energia elétrica para consumo por demanda contratada
			2.51	Aquisição de serviço de comunicação para execução de serviço da mesma natureza
			2.52	Aquisição de serviço de comunicação pela indústria
			2.53	Aquisição de serviço de comunicação pelo comércio
			2.54	Aquisição de serviço de comunicação pelo prestador de serviço de transporte
			2.55	Aquisição de serviço de comunicação pela geradora ou distribuidora de energia elétrica
			2.61	Aquisição de serviço de transporte para execução de serviço da mesma natureza
			2.62	Aquisição de serviço de transporte pela indústria
			2.63	Aquisição de serviço de transporte pelo comércio
			2.64	Aquisição de serviço de transporte pelo prestador de serviço de comunicação
			2.65	Aquisição de serviço de transporte pela geradora ou distribuidora de energia elétrica
			2.70	Entradas de Mercadorias em operações sujeitas ao regime de substituição tributária
			2.71	Compras para industrialização em operações sujeitas ao regime de Substituição Tributária
			2.72	Compras para comercialização em operações sujeitas ao regime de Substituição Tributária
			2.73	Compras para ativo imobilizado em operações sujeitas ao regime de Substituição Tributária
2.74	Compras para uso ou consumo em operações sujeitas ao regime de Substituição Tributária			
2.75	Transferência para industrialização em operações sujeitas ao regime de Substituição Tributária			
2.76	Transferências para comercialização em operações sujeitas ao regime de Substituição Tributária			

		2.77	Devoluções de vendas de produção do estabelecimento em operações sujeitas ao regime de Substituição Tributária
		2.78	Devoluções de vendas de mercadorias adquiridas e/ou recebidas de terceiros em operações sujeitas ao regime de substituição tributária
		2.79	Ressarcimento de ICMS retido por Substituição Tributária
		2.85	ENTRADAS DE MERCADORIAS REMETIDAS COM FIM ESPECÍFICO DE EXPORTAÇÃO
		2.86	Entradas de mercadorias remetidas com fim específico de exportação
		2.91	Compras para ativo imobilizado
		2.92	Transferências para o ativo imobilizado
		2.93	Entradas para industrialização por encomenda
		2.94	Retorno simbólico de insumos utilizados na industrialização por encomenda
		2.95	Retornos de remessas para vendas fora do estabelecimento
		2.96	Retorno de remessas para vendas fora do estabelecimento em operações sujeitas ao regime de Substituição Tributária.
		2.97	Compras de materiais para uso ou consumo
		2.98	Transferências de materiais para uso ou consumo
		2.99	Outras entradas e/ou aquisições de serviços não especificadas

CFOP UTILIZADOS			
OPERAÇÃO	MERCADO	CFOP	DESCRIÇÃO
ENTRADAS	EXTERNO	3.11	Compras para industrialização
		3.12	Compras para comercialização
		3.13	Compras para utilização na prestação de serviços
		3.21	Devoluções de vendas de produção do estabelecimento
		3.22	Devoluções de vendas de mercadorias adquiridas e/ou recebidas de terceiros
		3.23	Anulações de valores relativos à prestação de serviços
		3.24	Anulações de valores relativos à venda de energia elétrica
		3.31	Compra de energia elétrica para distribuição ou comercialização
		3.41	Aquisição de serviço de comunicação para execução de serviço de mesma natureza
		3.51	Aquisição de serviço de transporte para execução de serviço da mesma natureza
		3.52	Aquisição de serviço de transporte pela indústria
		3.53	Aquisição de serviço de transporte pelo comércio
		3.54	Aquisição de serviço de transporte pelo prestador de serviço de comunicação
		3.91	Compras para o ativo imobilizado
		3.94	Entradas sob regime de "drawback"
		3.97	Compras de materiais para uso ou consumo
		3.99	Outras entradas e/ou aquisições de serviços não especificadas

CFOP UTILIZADOS			
OPERAÇÃO	MERCADO	CFOP	DESCRIÇÃO
		5.11	Vendas de produção do estabelecimento
		5.12	Vendas de mercadorias adquiridas e/ou recebidas de terceiros
		5.13	Industrialização efetuada para outras empresas

SAÍDAS	NACIONAL	PARA O ESTADO	5.14	Vendas de produção própria efetuadas fora do estabelecimento
			5.15	Vendas de mercadorias adquiridas ou recebidas de terceiros efetuadas fora do estabelecimento
			5.16	Vendas de produção do estabelecimento, que não deva transitar pelo estabelecimento depositante
			5.17	Vendas de mercadorias adquiridas ou recebidas de terceiros que não devam transitar pelo estabelecimento depositante
			5.21	Transferências de produção do estabelecimento
			5.22	Transferências de mercadorias adquiridas e/ou recebidas de terceiros
			5.23	Transferência de energia elétrica
			5.24	Transferências para utilização na prestação de serviço
			5.25	Transferências de produção do estabelecimento que não deva transitar pelo estabelecimento depositante
			5.26	Transferências de mercadorias adquiridas ou recebidas de terceiros que não devam transitar pelo estabelecimento depositante
			5.31	Devolução de compras para industrialização
			5.32	Devolução de compras para comercialização
			5.33	Anulações de valores relativos à aquisição de serviços
			5.34	Anulações de valores relativos à compra de energia elétrica
			5.41	Venda de energia elétrica para distribuição ou comercialização
			5.42	Venda de energia elétrica para distribuição
			5.43	Venda de energia elétrica para o comércio e/ou prestador de serviço
			5.44	Venda de energia elétrica para consumo rural
			5.45	Venda de energia elétrica a não contribuinte
			5.46	Venda de energia elétrica para consumo por demanda contratada
			5.51	Prestação de serviço de comunicação para execução de serviço da mesma natureza
			5.52	Prestação de serviço de comunicação para contribuinte
			5.53	Prestação de serviço de comunicação a não contribuinte
			5.61	Prestação de serviço de transporte para execução de serviço da mesma natureza
			5.62	Prestação de serviço de transporte para contribuinte
			5.63	Prestação de serviço de transporte a não contribuinte
			5.70	Saídas de mercadorias em operações sujeitas ao regime de substituição tributária
			5.71	Vendas de produção do estabelecimento em operações sujeitas ao regime de Substituição Tributária quando destinadas a comercialização ou industrialização subsequente
			5.72	Vendas de produção do estabelecimento em operações sujeitas ao regime de Substituição Tributária, quando destinadas a consumidor ou usuário final
			5.73	Vendas de mercadorias adquiridas e/ou recebidas de terceiros em operações sujeitas ao regime de Substituição Tributária, quando destinadas a comercialização ou industrialização subsequente
			5.74	Vendas de mercadorias adquiridas e/ou recebidas de terceiros em operações sujeitas ao regime de Substituição Tributária, quando destinadas a consumidor ou usuário final
			5.75	Transferências de produção do estabelecimento em operações sujeitas ao regime de Substituição Tributária
			5.76	Transferências de mercadorias adquiridas e/ou recebidas de terceiros em operações sujeitas ao regime de Substituição Tributária
5.77	Devoluções de compras para industrialização em operações sujeitas ao regime de Substituição Tributária			

			5.78	Devoluções de compras para comercialização em operações sujeitas ao regime de Substituição Tributária
			5.79	Ressarcimento de ICMS retido por Substituição Tributária
			5.80	Sistema de integração
			5.81	Remessa de insumos para estabelecimento produtor
			5.85	REMESSAS COM FIM ESPECÍFICO DE EXPORTAÇÃO E EVENTUAIS DEVOLUÇÕES
			5.86	Remessa de produção do estabelecimento, com fim específico de exportação
			5.87	Remessa de mercadorias adquiridas ou recebidas de terceiros, com fim específico de exportação
			5.88	Devolução de produção do estabelecimento, remetida com fim específico de exportação
			5.89	Devolução de mercadorias adquiridas ou recebidas de terceiros, remetidas com fim específico de exportação
			5.91	Vendas de ativo imobilizado
			5.92	Transferências de ativo imobilizado e/ou de material para uso ou consumo
			5.93	Saídas para industrialização por encomenda
			5.94	Remessa simbólica de insumos utilizados na industrialização por encomenda
			5.95	Devoluções de compras para o ativo imobilizado e/ou de material para uso ou consumo
			5.96	Remessas para vendas fora do estabelecimento
			5.97	Mercadorias para vendas fora do estabelecimento em operações sujeitas ao regime de Substituição Tributária
			5.99	Outras saídas e/ou prestações de serviços não especificadas

CFOP UTILIZADOS			
OPERAÇÃO	MERCADO	CFOP	DESCRIÇÃO
		6.11	Vendas de produção do estabelecimento
		6.12	Vendas de mercadorias adquiridas e/ou recebidas de terceiros
		6.13	Industrialização efetuada para outras empresas
		6.14	Vendas de produção própria efetuadas fora do estabelecimento
		6.15	Vendas de mercadorias adquiridas ou recebidas efetuadas fora do estabelecimento
		6.16	Vendas de produção do estabelecimento que não devam transitar pelo estabelecimento depositante
		6.17	Vendas de mercadorias adquiridas ou recebidas de terceiros que não devam transitar pelo estabelecimento depositante
		6.18	Vendas de mercadorias de produção do estabelecimento destinadas a não contribuintes
		6.19	Vendas de mercadorias adquiridas ou recebidas de terceiros destinadas a não contribuinte
		6.21	Transferências de produção do estabelecimento
		6.22	Transferências de mercadorias adquiridas e/ou recebidas de terceiros
		6.23	Transferências de energia elétrica
		6.24	Transferências para utilização na prestação de serviços
		6.25	Transferências de produção do estabelecimento que não devam transitar pelo estabelecimento depositante
		6.26	Transferências de mercadorias adquiridas ou recebidas de terceiros que não devam transitar pelo estabelecimento depositante

SAÍDA	NACIONAL	PARA OUTROS ESTADOS	6.31	Devoluções de compras para industrialização
			6.32	Devoluções de compras para comercialização
			6.33	Anulações de valores relativos à aquisição de serviços
			6.34	Anulações de valores relativos à compra de energia elétrica
			6.35	Devolução de mercadoria e/ou bem recebido, inclusive por transferência
			6.41	Venda de energia elétrica para distribuição ou comercialização
			6.42	Venda de energia elétrica para indústria
			6.43	Venda de energia elétrica para o comércio e/ou prestador de serviço
			6.44	Venda de energia elétrica para consumo rural
			6.45	Venda de energia elétrica a não contribuinte
			6.46	Venda de energia elétrica para consumo por demanda contratada
			6.51	Prestação de serviço de comunicação para execução de serviço da mesma natureza
			6.52	Prestação de serviço de comunicação para contribuinte
			6.53	Prestação de serviço de comunicação a não contribuinte
			6.61	Prestação de serviço de transporte para execução de serviço da mesma natureza
			6.62	Prestação de serviço de transporte para contribuinte
			6.63	Prestação de serviço de transporte a não contribuinte
			6.70	Saídas de Mercadorias em operações sujeitas ao regime de substituição tributária
			6.71	Vendas de produção do estabelecimento em operações sujeitas ao regime de Substituição Tributária, quando destinadas a comercialização ou industrialização subsequente
			6.72	Vendas de produção do estabelecimento em operações sujeitas ao regime de Substituição Tributária, quando destinadas a consumidor ou usuário final
			6.73	Vendas de mercadorias adquiridas e/ou recebidas de terceiros em operações sujeitas ao regime de Substituição Tributária, quando destinadas a comercialização ou industrialização subsequente
			6.74	Vendas de mercadorias adquiridas e/ou recebidas de terceiros em operações sujeitas ao regime de Substituição Tributária, quando destinadas a consumidor ou usuário final
			6.75	Transferências de produção do estabelecimento em operações sujeitas ao regime de Substituição Tributária
			6.76	Transferências de mercadorias adquiridas e/ou recebidas de terceiros em operações sujeitas ao regime de Substituição Tributária
			6.77	Devoluções de compras para industrialização em operações sujeitas ao regime de Substituição Tributária
			6.78	Devoluções de compras para comercialização em operações sujeitas ao regime de Substituição Tributária
			6.79	Ressarcimento de ICMS retido por Substituição Tributária
			6.85	REMESSAS COM FIM ESPECÍFICO DE EXPORTAÇÃO E EVENTUAIS DEVOLUÇÕES
			6.86	Remessa de produção do estabelecimento, com fim específico de exportação.
			6.87	Remessa de mercadorias adquiridas ou recebidas, com fim específico de exportação.
			6.88	Devolução de produção do estabelecimento, remetida com fim específico de exportação
			6.89	Devolução de mercadorias adquiridas ou recebidas de terceiros

		6.91	Vendas de ativo imobilizado
		6.92	Transferências de ativo imobilizado e/ou de material para uso ou consumo
		6.93	Saídas para industrialização por encomenda
		6.94	Remessa simbólica de insumos utilizados na industrialização por encomenda
		6.95	Devoluções de compras para o ativo imobilizado e/ou de material para uso ou consumo
		6.96	Remessas de mercadorias para vendas fora do estabelecimento
		6.97	Remessas de mercadorias para vendas fora do estabelecimento em operações sujeitas ao regime de substituição tributária
		6.99	Outras saídas e/ou prestações de serviços não especificados

CFOP UTILIZADOS			
OPERAÇÃO	MERCADO	CFOP	DESCRIÇÃO
SAÍDAS	EXTERNO	7.11	Vendas de produção do estabelecimento
		7.12	Vendas de mercadorias adquiridas e/ou recebidas de terceiros
		7.16	Vendas de produção do estabelecimento que não devam transitar pelo estabelecimento depositante
		7.17	Vendas de mercadorias adquiridas ou recebidas de terceiros que não devam transitar pelo estabelecimento depositante
		7.31	Devoluções de compras para industrialização
		7.32	Devoluções de compras para comercialização
		7.33	Anulações de valores relativos a aquisição de prestação de serviços
		7.34	Anulações de valores relativos a compra de energia elétrica
		7.41	Venda de energia elétrica
		7.51	Prestação de serviço de comunicação
		7.61	Prestação de serviço de transporte
		7.99	Outras saídas e/ou prestações de serviços não especificadas

22. TRATAMENTO DAS VARIAÇÕES CAMBIAIS - MP Nº 1.858-10/1999, ART. 30

A partir de 1ª de janeiro de 2000, a pessoa jurídica que adotar, para fins de determinação do lucro da exploração e da base de cálculo do imposto de renda, da contribuição social sobre o lucro líquido, da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, o critério do reconhecimento das variações monetárias de seus direitos de crédito e obrigações, em função da taxa de câmbio, quando da liquidação da correspondente operação, conforme disposto no art. 30 da [MP nº 1.858-10](#), de 1999, e reedições, deve observar o disposto neste item.

Atenção:

O disposto neste item não se aplica às pessoas jurídicas tributadas com base no lucro presumido que estejam reconhecendo integralmente suas receitas na medida do recebimento.

O contribuinte deve efetuar o acompanhamento individualizado de cada operação, a fim de apurar os valores que devem compor o lucro da exploração e a base de cálculo do imposto de renda, da contribuição social sobre o lucro líquido, das contribuições para o PIS/Pasep e da Cofins, bem assim o controle no Livro de Apuração do Lucro Real (Lalur).

No registro das operações a ser realizado conforme o modelo de ficha de controle a seguir, o contribuinte deve observar que:

- as variações cambiais devem ser apuradas, no mínimo, em períodos correspondentes aos meses-calendário;
- antes do registro das liquidações ocorridas, ainda que parciais, deve ser apurada a variação cambial verificada entre a data da última apuração e a data da liquidação;
- na coluna "Principal em R\$" deve ser informado o valor resultante da multiplicação do valor liquidado em moeda estrangeira, a ser indicado na coluna "Principal em Moeda Estrangeira", pela cotação do Dólar na data da liquidação, total ou parcial, da operação.
- a variação cambial liquidada deve ser calculada mediante a multiplicação do valor liquidado em moeda estrangeira pela diferença entre:
 - o valor da cotação da moeda estrangeira na data da liquidação, total ou parcial, da operação; e
 - o valor da cotação da moeda estrangeira em 31/12/1999 ou na data de início da operação, se a mesma tiver sido iniciada após 31/12/1999;
- nas colunas V.C.A – R\$ e V.C.P. – R\$, devem ser informadas as variações cambiais ativas (V.C.A – R\$) ou passivas

(V.C.P. – R\$) verificadas;

f) o controle dos valores, para fins de determinação do imposto de renda com base no lucro real, deve ser feito no Lalur.

Exemplo: Em 31/10/1999, a pessoa jurídica registrou em seu ativo circulante um direito de crédito no valor de R\$200.000,00, correspondente a US\$200.000,00, admitindo o valor hipotético de cotação de R\$ 1,00 por dólar. Não tendo recebido qualquer valor durante o ano de 1999, e considerando uma cotação hipotética do Dólar em 31/12/1999 de R\$ 1,70, temos que a mesma em Reais, em 31/12/1999, correspondia ao valor de R\$340.000,00.

As pessoas jurídicas que foram tributadas segundo o regime de competência no decorrer do ano-calendário de 1999 já ofereceram à tributação o valor da variação cambial ativa verificada entre 31/10/1999 e 31/12/1999, no valor de R\$ 140.000,00 . Assim, esse valor não é objeto de controle.

As pessoas jurídicas optantes pelo lucro presumido que reconheceram, no ano-calendário de 1999, suas receitas segundo o regime de caixa, devem apurar o saldo de variações cambiais liquidadas a partir de 1ª de janeiro de 2000.

QUADRO DE ACOMPANHAMENTO POR OPERAÇÃO CONSTANTE DO BALANÇO

Direito de crédito junto à Empresa ZYW			Operações liquidadas				Apropriação das variações			
Data	Histórico	Taxa US\$	Principal em US\$	Principal em R\$	V.C.A R\$	V.C.P R\$	V.C.A R\$	V.C.P R\$	Saldo em R\$	Saldo em US\$
31/12/1999	Saldo Inicial	1,70							340.000,00	200.000,00
31/01/2000	V.C.A. - janeiro/2000	1,73					6.000,00		346.000,00	200.000,00
28/02/2000	V.C.A. - fevereiro/2000	1,75					4.000,00		350.000,00	200.000,00
28/02/2000	Liquidação Parcial	1,75	20.000,00	35.000,00	1.000,00 (1)				315.000,00	180.000,00
31/03/2000	V.C.A. - março/2000	1,80					9.000,00		324.000,00	180.000,00
1ª Trim/2000	Total				1.000,00		19.000,00			
30/04/2000	V.C.A. - abril/2000	1,90					18.000,00		342.000,00	180.000,00
30/04/2000	Liquidação Parcial	1,90	90.000,00	171.000,00	18.000,00 (2)				171.000,00	90.000,00
31/05/2000	V.C.A. - maio/2000	1,95					4.500,00		175.500,00	90.000,00
30/06/2000	V.C.A. - junho/2000	2,00					4.500,00		180.000,00	90.000,00
2ª Trim/2000	Total				18.000,00		27.000,00			
31/07/2000	V.C.P. - julho/2000	1,50						45.000,00	135.000,00	90.000,00
31/08/2000	V.C.P. - agosto/2000	1,00						45.000,00	90.000,00	90.000,00
15/09/2000	V.C.A. - 31/08 a 15/09	1,20					18.000,00		108.000,00	90.000,00
15/09/2000	Liquidação Parcial	1,20	45.000,00	54.000,00		22.500,00 (3)			54.000,00	45.000,00
30/09/2000	V.C.P. - 15/09 a 31/09	1,15						2.250,00	51.750,00	45.000,00
30/09/2000	Liquidação Parcial	1,15	45.000,00	51.750,00		24.750,00 (4)			0,00	0,00
3ª Trim/2000	Total					47.250,00	18.000,00	92.250,00		

(1) Variação cambial ativa liquidada em 28 de fevereiro de 2000
 = (Cotação em 28/02/2000 - Cotação em 31/12/1999) x Principal liquidado em dólares
 = (R\$ 1,75 – R\$ 1,70) x US\$ 20.000,00
 = R\$ 1.000,00

(2) Variação cambial ativa liquidada em 30 de abril de 2000
 = (Cotação em 30/04/2000 - Cotação em 31/12/1999) x Principal liquidado em dólares
 = (R\$ 1,90 – R\$ 1,70) x US\$ 90.000,00
 = R\$ 18.000,00

(3) Variação cambial passiva liquidada em 15 de setembro de 2000
 = (Cotação em 15/09/2000 - Cotação em 31/12/1999) x Principal liquidado em dólares
 = (R\$ 1,20 – R\$ 1,70) x US\$ 45.000,00
 = R\$ 22.500,00

Obs.: como a cotação do dólar em 15/09/2000 era menor que a cotação do dólar em 31/12/1999, o valor apurado deve ser considerado como variação cambial passiva liquidada.

(4) Variação cambial ativa liquidada em 30 de setembro de 2000
 = (Cotação em 30/09/2000 - Cotação em 31/12/1999) x Principal liquidado em dólares
 = (R\$ 1,15 – R\$ 1,70) x US\$ 45.000,00
 = R\$ 24.750,00

Obs.: como a cotação do dólar em 30/09/2000 era menor que a cotação do dólar em 31/12/1999, o valor apurado deve ser considerado como variação cambial passiva liquidada.

22.1 – Do Imposto de Renda

22.1.1 – Do Lucro Real

A pessoa jurídica tributada com base no lucro real trimestral deve demonstrar o reconhecimento das variações cambiais na DIPJ conforme o disposto a seguir. Procedimento similar deve ser adotado pelas pessoas jurídicas que apuram o imposto de renda anualmente.

[Ficha 6A](#) – "Demonstração do Resultado – PJ em Geral"

	1ª Trim	2ª Trim	3ª Trim
Linha 06A/19 – Lucro Bruto	100.000,00	40.000,00	60.000,00
Linha 06A/20 – Variações Cambiais Ativas	19.000,00	27.000,00	18.000,00
Linha 06A/24 – Outras Receitas Financeiras	3.000,00	1.000,00	4.000,00
(-) Linha 06A/32 – Variações Cambiais Passivas	0,00	0,00	-92.250,00
(-) Linha 06A/36 – Outras Despesas Financeiras	-1.000,00	-5.000,00	0,00
= Linha 06A/51 – Lucro Líquido antes da CSLL	121.000,00	63.000,00	-10.250,00
(-) Linha 06A/52 – CSLL	-10.000,00	-3.000,00	-20.000,00
= Linha 06A/53 – Lucro Líquido antes do IRPJ	111.000,00	60.000,00	-30.250,00

[Ficha 09A](#) – "Demonstração do Lucro Real – PJ em Geral"

	1ª Trim	2ª Trim	3ª Trim
Linha 09A/01 – Lucro Líquido Antes IRPJ	111.000,00	60.000,00	-30.250,00
Linha 09A/04 – CSLL	10.000,00	3.000,00	20.000,00
Linha 09A/08 – V.C. Passivas (MP nº 1.858-10 , de 1999)	0,00	0,00	92.250,00
Linha 09A/09 – V.C. Ativas – Oper. Liquidadas	1.000,00	18.000,00	0,00
(-) Linha 09A/30 – V.C. Ativas (MP nº 1.858-10 , de 1999)	-19.000,00	-27.000,00	-18.000,00
(-) Linha 09A/31 – V.C. Passivas – Oper. Liq..	0,00	0,00	-47.250,00
= Linha 09A/45 – Lucro Real	103.000,00	54.000,00	16.750,00

Deve ser indicado na Linha 09A/30 o valor correspondente à variação cambial ativa informado na Linha 06A/20, ainda que tal variação corresponda a operação liquidada no período de apuração. Da mesma forma, deve ser indicado na Linha 09A/08 o valor correspondente à variação cambial passiva informado na Linha 06A/32, ainda que tal variação corresponda a operação liquidada no período de apuração.

22.1.2 – Do Lucro da Exploração

A pessoa jurídica que estiver sujeita ao cálculo do lucro da exploração deve preencher da seguinte forma a "Demonstração do Lucro da Exploração – PJ em Geral":

	1ª Trim	2ª Trim	3ª Trim
Linha 08/11 – Lucro Líquido Antes IRPJ	111.000,00	60.000,00	-30.250,00,
Linha 08/13 – CSLL	10.000,00	3.000,00	20.000,00
Linha 08/16 – V.C. Passivas (MP nº 1.858-10 , de 1999)	0,00	0,00	92.250,00
Linha 08/17 – V.C. Ativas – Oper. Liquidadas	1.000,00	18.000,00	0,00
(-) Linha 08/27 – V.C. Ativas (MP nº 1.858-10 , de 1999)	-19.000,00	-27.000,00	-18.000,00
(-) Linha 08/28 – V.C. Passivas – Oper. Liq..	0,00	0,00	-47.250,00
(-) Linha 08/29 – Rec. Financ. Excedentes.	-3.000,00	-14.000,00	0,00
= Linha 08/31 – Lucro da Exploração	100.000,00	40.000,00	16.750,00

Deve ser indicado na Linha 08/27 o valor correspondente à variação cambial ativa informado na Linha 06A/20, ainda que tal variação corresponda a operação liquidada no período de apuração. Da mesma forma, deve ser indicado na Linha 08/16 o valor correspondente à variação cambial passiva informado na Linha 06A/32, ainda que tal variação corresponda a operação liquidada no período de apuração.

Atenção:

O valores indicados na Linha 08/29 – "Receitas Financeiras Excedentes das Despesas Financeiras" estão assim demonstrados:

	1ª Trim	2ª Trim	3ª Trim
Linha 06A/21 – G. R. Variável exceto Day Trade	0,00	0,00	0,00
Linha 06A/22 – G. Oper. Day Trade	0,00	0,00	0,00
Linha 06A/23 – Rec. Juros Cap. Próprio	0,00	0,00	0,00
Linha 06A/24 – Outras Receitas Financeiras	3.000,00	1.000,00	4.000,00
Linha 08/17 – V.C. Ativas – Oper. Liq..	1.000,00	18.000,00	0,00
(-) Linha 06A/33 – Perda R V Exceto Day Trade	0,00	0,00	0,00
(-) Linha 06A/34 – Perda Oper. Day Trade	0,00	0,00	0,00
(-) Linha 06A/35 – Juros Cap. Próprio	0,00	0,00	0,00
(-) Linha 06A/36 – Outras Despesas Financeiras	-1.000,00	-5.000,00	0,00
(-) Linha 08/28 – V.C. Passivas – Oper. Liq.	0,00	0,00	-47.250,00
	-----	-----	-----
	---	---	--
= Linha 08/29 – Rec. Financ. Excedentes	3.000,00	14.000,00	0,00

22.1.3 – Do Controle no Livro de Apuração do Lucro Real (Lalur)

A parte B do Lalur deve ser preenchida conforme o disposto a seguir.

Histórico	Data	Débito	Crédito	Saldo	D/C
Saldo Inicial	31/12			0,00	
Varição Cambial Ativa – Jan	31/01	6.000,00		6.000,00	D
Varição Cambial Ativa – Fev	28/02	4.000,00		10.000,00	D
Varição Cambial Ativa – Oper. Liquidada	28/02		1.000,00	9.000,00	D
Varição Cambial Ativa – Mar	31/03	9.000,00		18.000,00	D

Varição Cambial Ativa – Abr	30/04	18.000,00		36.000,00	D
Varição Cambial Ativa – Oper. Liquidada	30/04		18.000,00	18.000,00	D
Varição Cambial Ativa – Maio	31/05	4.500,00		22.500,00	D
Varição Cambial Ativa – Jun	30/06	4.500,00		27.000,00	D
Varição Cambial Passiva – Jul	31/07		45.000,00	(18.000,00)	C
Varição Cambial Passiva – Ago	31/08		45.000,00	(63.000,00)	C
Varição Cambial Ativa – 31/08 a 15/09	15/09	18.000,00		(45.000,00)	C
Varição Cambial Passiva – Oper. Liquidada	15/09	22.500,00		(22.500,00)	C
Varição Cambial Passiva – 15/09 a 30/09	30/09		2.250,00	(24.750,00)	C
Varição Cambial Passiva – Oper. Liquidada	30/09	24.750,00		0,00	
Saldo em 31/12	31/12			0,00	

22.1.4 – Do Lucro Presumido

Pessoa jurídica tributada com base no lucro presumido determinado segundo o regime de competência deve informar as variações cambiais reconhecidas em função da liquidação das operações conforme o disposto a seguir.

	1ª Trim	2ª Trim	3ª Trim
Linha 14/05 – Res. Aplic. Perc. s/ Rec. Bruta	35.000,00	25.000,00	12.000,00
Linha 14/15 – V. C. Ativas – Oper. Liquidadas	1.000,00	18.000,00	0,00
Linha 14/16 – Demais Receitas e Ganhos Cap.	22.000,00	27.000,00	21.000,00
(-) Linha 14/18 – V. C. Ativas (MP nº 1.858-10 , de 1999)	-19.000,00	-27.000,00	-18.000,00
= Linha 14/21 – Base de Cálculo – L. Presumido	39.000,00	43.000,00	15.000,00

Atenção:

Os valores a serem excluídos na [Linha 14/18](#) devem estar incluídos na [Linha 14/16](#).

Devem ser adotados registros semelhantes aos adotados pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real para fins de controle e registro das operações.

22.1.5 – Do Lucro Arbitrado

Pessoa jurídica tributada pelo lucro arbitrado deve informar as variações cambiais reconhecidas em função da liquidação das operações conforme o disposto a seguir:

	1ª Trim	2ª Trim	3ª Trim
Linha 15/06 – Res. Aplic. Perc. s/ Rec. Bruta	35.000,00	25.000,00	12.000,00
Linha 15/16 – V. C. Ativas – Oper. Liquidadas	1.000,00	18.000,00	0,00
Linha 15/17 – Demais Receitas e Ganhos Cap.	22.000,00	27.000,00	21.000,00
(-) Linha 15/19 – V. C. Ativas (MP nº 1.858-10 , de 1999)	-19.000,00	-27.000,00	-18.000,00
= Linha 15/20 – Base de Cálculo – L. Arbitrado	39.000,00	43.000,00	15.000,00

Atenção:

Os valores a serem excluídos na [Linha 15/19](#) devem estar incluídos na [Linha 15/17](#).

Devem ser adotados registros semelhantes aos adotados pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real para fins de controle e registro das operações.

23 – PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA

[23.1 - Pessoa Vinculada](#)

[23.2 - Países com Tributação Favorecida ou cuja Legislação \interna Oponha Sigilo](#)

[23.3 - Dispensa de Comprovação](#)

[23.4 - Margem de Divergência](#)

[23.5 - Métodos Utilizados nas Exportações](#)

[23.6 - Ajuste do Preço Parâmetro nas Exportações](#)

[23.7 - Métodos Utilizados nas Importações](#)[23.8 - Ajustes do Preço Parâmetro nas Importações](#)[23.9 - Arbitramento de Preço de Transferência nas Exportações](#)[23.10 - Valor do Ajuste sobre as Receitas Oriundas das Exportações](#)[23.11 - Valor do Ajuste sobre as Importações](#)**23.1 – Pessoa Vinculada**

Considera-se vinculada à pessoa jurídica domiciliada no Brasil:

- a) a matriz desta, quando domiciliada no exterior;
- b) a sua filial ou sucursal, domiciliada no exterior;
- c) a pessoa física ou jurídica, residente ou domiciliada no exterior, cuja participação societária no seu capital social a caracterize como sua controladora ou coligada, na forma definida nos §§ 1^a e 2^a do art. 243 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976;
- d) a pessoa jurídica domiciliada no exterior que seja caracterizada como sua controlada ou coligada, na forma definida nos §§ 1^a e 2^a do art. 243 da Lei nº 6.404, de 1976;
- e) a pessoa jurídica domiciliada no exterior, quando esta e a empresa domiciliada no Brasil estiverem sob controle societário ou administrativo comum ou quando pelo menos dez por cento do capital social de cada uma pertencer a uma mesma pessoa física ou jurídica;
- f) a pessoa física ou jurídica, residente ou domiciliada no exterior, que, em conjunto com a pessoa jurídica domiciliada no Brasil, tiverem participação societária no capital social de uma terceira pessoa jurídica, cuja soma as caracterize como controladoras ou coligadas desta, na forma definida nos §§ 1^a e 2^a do art. 243 da Lei nº 6.404, de 1976;
- g) a pessoa física ou jurídica, residente ou domiciliada no exterior, que seja sua associada, na forma de consórcio ou condomínio, conforme definido na legislação brasileira, em qualquer empreendimento;
- h) a pessoa física residente no exterior que for parente ou afim até o terceiro grau, cônjuge ou companheiro de qualquer de seus diretores ou de seu sócio ou acionista controlador em participação direta ou indireta;
- i) a pessoa física ou jurídica, residente ou domiciliada no exterior, que goze de exclusividade, como seu agente, distribuidor ou concessionário, para a compra e venda de bens, serviços ou direitos;
- j) a pessoa física ou jurídica, residente ou domiciliada no exterior, em relação à qual a pessoa jurídica domiciliada no Brasil goze de exclusividade, como agente, distribuidora ou concessionária, para a compra e venda de bens, serviços ou direitos. Para efeito da letra **e**, considera-se que a empresa domiciliada no Brasil e a domiciliada no exterior estão sob controle:
 - a) societário comum, quando uma mesma pessoa física ou jurídica, independentemente da localidade de sua residência ou domicílio, seja titular de direitos de sócio em cada uma das referidas empresas, que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais daquelas e o poder de eleger a maioria dos seus administradores;
 - b) administrativo comum, quando:
 - o cargo de presidente do conselho de administração ou de diretor-presidente de ambas tenha por titular a mesma pessoa;
 - o cargo de presidente do conselho de administração de uma e o de diretor-presidente de outra sejam exercidos pela mesma pessoa;
 - uma mesma pessoa exercer cargo de direção, com poder de decisão, em ambas as empresas.

Na hipótese da letra **g**, a empresa é considerada vinculada somente durante o período de duração do consórcio ou condomínio no qual ocorrer a associação.

Para efeito da letra **h**, considera-se companheiro de diretor, sócio ou acionista controlador da empresa domiciliada no Brasil, a pessoa que com ele conviva em caráter conjugal, conforme o disposto na Lei nº 9.278, de 10 de maio de 1996.

Nas hipóteses das letras **i** e **j**:

- a) a vinculação somente se aplica em relação às operações com os bens, serviços ou direitos para o quais se constatar a exclusividade;
- b) é considerado distribuidor ou concessionário exclusivo, a pessoa física ou jurídica titular desse direito relativamente a uma parte ou a todo o território do país, inclusive do Brasil;
- c) a exclusividade é constatada por meio de contrato escrito ou, na inexistência deste, pela prática de operações comerciais, relacionadas a um tipo de bem, serviço ou direito, efetuadas exclusivamente entre as duas empresas ou exclusivamente por intermédio de uma delas.

Às operações efetuadas por meio de interposta pessoa, não caracterizada como vinculada à empresa no Brasil, por meio da qual esta opere com outra, no exterior, caracterizada como vinculada, aplicam-se, também, as normas sobre preços de transferências.

A existência de vinculação com pessoa física ou jurídica, residente ou domiciliada no exterior, relativamente às operações de compra e venda efetuadas durante o ano-calendário, deve ser informada nas fichas 31 a 35 da Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ).

23.2 – Países com Tributação Favorecida ou cuja Legislação Interna Oponha Sigilo

Consideram-se países ou dependências que não tributam a renda ou que a tributam à alíquota inferior a 20% ou cuja legislação interna oponha sigilo relativo a composição societária de pessoas jurídicas ou a sua titularidade as seguintes jurisdições:

Andorra;	Ilhas Maurício;
Anguilla;	Ilhas Montserrat;
Antígua e Barbuda;	Ilhas Turks e Caicos;

Antilhas Holandesas;	Ilhas Virgens Americanas;
Aruba;	Ilhas Virgens Britânicas.
Bahrein;	Lebuân;
Barbados;	Líbano;
Belize;	Libéria;
Campione D'Italia;	Liechtenstein;
Chipre;	Luxemburgo (no que respeita às sociedades holding regidas, na legislação luxemburguesa, pela Lei de 31 de julho de 1929) ;
Cingapura;	Macau;
Comunidade das Bahamas;	Maldivas;
Djibouti;	Malta;
Dominica;	Mônaco;
Emirados Árabes Unidos;	Nauru;
Federação de São Cristóvão e Nevis;	Panamá;
Gibraltar	República da Costa Rica;
Granada;	Samoa Americana;
Hong Kong;	Samoa Ocidental;
Ilha da Madeira;	San Marino;
Ilha de Man;	Santa Lúcia;
Ilha Niue;	São Vicente e Granadinas;
Ilhas Bermudas;	Seychelles;
Ilhas Cayman;	Sultanato de Omã;
Ilhas Cook;	Tonga;
Ilhas do Canal (Alderney, Guernsey, Jersey e Sark);	Vanuatu;
Ilhas Marshall;	

Instrução Normativa SRF nº 188, de 6 de agosto de 2002)

23.3 - Dispensa de Comprovação

Pode comprovar a adequação dos preços praticados nessas exportações exclusivamente com os documentos relacionados com a própria operação a pessoa jurídica:

- que comprovar haver apurado lucro líquido, antes da CSLL e do imposto de renda, decorrente das receitas de vendas nas exportações para empresas vinculadas, em valor equivalente a, no mínimo, cinco por cento do total dessas receitas no mesmo período;
- cuja receita líquida das exportações, em qualquer ano-calendário, não exceder a cinco por cento do total da receita líquida no mesmo período.

O lucro líquido correspondente às exportações para empresas vinculadas, a que se refere a letra **a**, deve ser apurado segundo o disposto no art. 187 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e no art. 248 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999. Os custos e despesas comuns às vendas são rateados em função das respectivas receitas líquidas.

No cálculo da receita líquida de exportação a que se refere a letra **b** devem ser também incluídas as receitas de vendas efetuadas para pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas em países com tributação favorecida ou cuja legislação oponha sigilo ([subitem 23.2](#)).

O disposto acima:

- não se aplica em relação às vendas efetuadas para empresas, vinculadas ou não, domiciliadas em países com tributação favorecida ou cuja legislação oponha sigilo ([subitem 23.2](#));
- não implica a aceitação definitiva do valor da receita reconhecida com base no preço praticado, o qual pode ser impugnado, se inadequado, em procedimento de ofício, pela Secretaria da Receita Federal.

23.4 - Margem de Divergência

É considerada satisfatória a comprovação, nas operações com empresas vinculadas, quando o preço ajustado, a ser utilizado como parâmetro, divirja, em até cinco por cento, para mais ou para menos, daquele constante dos documentos de

importação ou exportação.

Nessa hipótese, nenhum ajuste é exigido da empresa, seja no lucro real, seja na base de cálculo da CSLL.

23.5 – Métodos Utilizados nas Exportações

Método do Preço de Venda nas Exportações (PVEx)

A receita de venda nas exportações pode ser determinada com base no método do Preço de Venda nas Exportações (PVEx), definido como a média aritmética ponderada dos preços de venda nas exportações efetuadas pela própria empresa, para outros clientes, ou por outra exportadora nacional de bens, serviços ou direitos, idênticos ou similares, durante o mesmo período de apuração da base de cálculo do imposto de renda e em condições de pagamento semelhantes.

Para efeito deste método, são consideradas apenas as vendas para outros clientes não vinculados à empresa no Brasil.

Aplicam-se aos preços a serem utilizados como parâmetro, por este método, os ajustes a que se referem o [subitem 23.6](#).

Método do Preço de Venda por Atacado no País de Destino, Diminuído do Lucro (PVA)

A receita de venda nas exportações poderá ser determinada com base no método do Preço de Venda por Atacado no País de Destino, Diminuído do Lucro (PVA), definido como a média aritmética ponderada dos preços de venda de bens, idênticos ou similares, praticados no mercado atacadista do país de destino, em condições de pagamento semelhantes, diminuídos dos tributos incluídos no preço, cobrados no referido país, e de margem de lucro de quinze por cento sobre o preço de venda no atacado.

Consideram-se tributos incluídos no preço, aqueles que guardem semelhança com o ICMS e o ISS e com as contribuições Cofins e Pis/Pasep.

A margem de lucro será aplicada sobre o preço bruto de venda no atacado.

Aplicam-se aos preços a serem utilizados como parâmetro, por este método, os ajustes a que se referem o [subitem 23.6](#).

Método do Preço de Venda a Varejo no País de Destino, Diminuído do Lucro (PVV)

A receita de venda nas exportações poderá ser determinada com base no método do Preço de Venda a Varejo no País de Destino, Diminuído do Lucro (PVV), definido como a média aritmética ponderada dos preços de venda de bens, idênticos ou similares, praticados no mercado varejista do país de destino, em condições de pagamento semelhantes, diminuídos dos tributos incluídos no preço, cobrados no referido país, e de margem de lucro de trinta por cento sobre o preço de venda no varejo.

Consideram-se tributos incluídos no preço, aqueles que guardem semelhança com o ICMS e o ISS e com as contribuições Cofins e Pis/Pasep.

A margem de lucro é aplicada sobre o preço bruto de venda no atacado.

Aplicam-se aos preços a serem utilizados como parâmetro, por este método, os ajustes a que se referem o [subitem 23.6](#).

Método do Custo de Aquisição ou de Produção mais Tributos e Lucro (CAP)

A receita de venda nas exportações pode ser determinada com base no método do Custo de Aquisição ou Produção mais Tributos e Lucro (CAP), definido como a média aritmética ponderada dos custos de aquisição ou de produção dos bens, serviços ou direitos, exportados, acrescidos dos impostos e contribuições cobrados no Brasil e de margem de lucro de quinze por cento sobre a soma dos custos mais impostos e contribuições.

Integram o custo de aquisição, os valores de frete e seguro pagos pela empresa adquirente, relativamente aos bens, serviços e direitos exportados.

Deve ser excluída dos custos de aquisição e de produção a parcela do crédito presumido do IPI, como ressarcimento das contribuições Cofins e Pis/Pasep, correspondente aos bens exportados.

A margem de lucro é aplicada sobre o valor que restar após excluída a parcela do crédito presumido a que se refere o parágrafo anterior.

O preço determinado por este método, relativamente às exportações diretas, efetuadas pela própria empresa produtora, pode ser considerado parâmetro para o preço praticado nas exportações por intermédio de empresa comercial exportadora, independentemente de novo acréscimo a título de margem de lucro.

23.6 – Ajuste do Preço Parâmetro nas Exportações

No caso de bens, serviços e direitos idênticos, somente é permitida a efetivação de ajustes relacionados com:

- a) prazo para pagamento;
- b) quantidades negociadas;
- c) obrigação por garantia de funcionamento do bem ou da aplicabilidade do serviço ou direito;
- d) obrigação pela promoção, junto ao público, do bem, serviço ou direito, por meio de propaganda e publicidade;
- e) obrigação pelos custos de fiscalização de qualidade, do padrão dos serviços e das condições de higiene;
- f) custos de intermediação, nas operações de compra e venda, praticadas pelas empresas não vinculadas, consideradas para efeito de comparação dos preços;
- g) acondicionamento;
- h) frete e seguro;
- i) riscos de crédito.

As diferenças nos prazos de pagamento são ajustadas pelo valor dos juros correspondentes ao intervalo entre os prazos concedidos para o pagamento das obrigações sob análise, com base na taxa praticada pela própria empresa, quando comprovada a sua aplicação, consistentemente, em relação a todas as vendas a prazo. Não sendo comprovada a aplicação consistente de uma taxa, o ajuste é efetuado com base na taxa:

- referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), para títulos federais, proporcionalizada para o intervalo, quando comprador e vendedor forem domiciliados no Brasil;
- Libor, para depósitos em dólares americanos pelo prazo de seis meses, acrescida de três por cento anuais a título de

spread, proporcionalizada para o intervalo, quando uma das partes for domiciliada no exterior.

Os ajustes em função de diferenças de quantidades negociadas são efetuados com base em documentos de emissão da empresa vendedora, que demonstrem a prática de preços menores quanto maiores as quantidades adquiridas por um mesmo comprador.

Para efeito de ajuste decorrente das garantias a que se refere a letra **c**, o valor integrante do preço, a esse título, não pode exceder o resultante da divisão do total dos gastos efetuados, no período de apuração anterior, pela quantidade de bens, serviços ou direitos em uso, no mercado nacional, durante o mesmo período. Se o bem, serviço ou direito não houver, ainda, sido vendido no Brasil, é admitido o custo, em moeda nacional, correspondente à mesma garantia, praticado em outro país.

Nos ajustes em virtude das letras **d** e **e**, o preço do bem, serviço ou direito vendido a uma empresa que suporte o ônus dos referidos dispêndios, para ser comparado com o de outra que não suporte o mesmo ônus, deve ser escoimado do montante dispendido, por unidade do produto, relativamente a referido dispêndio. Este ajuste também aplica-se aos encargos de intermediação, incidentes na venda do bem, serviço ou direito.

Para efeito de comparação, os preços dos bens, serviços e direitos são, também, ajustados em função de diferenças de custo dos materiais utilizados no acondicionamento de cada um e do frete e seguro incidente em cada caso.

Para efeito da letra **i**, os ajustes por riscos de crédito são:

- admitidos exclusivamente em relação às operações praticadas entre comprador e vendedor domiciliados no Brasil;
- efetuados com base no percentual resultante da comparação dos totais de perdas e de créditos relativos ao ano-calendário anterior.

No caso de bens, serviços ou direitos similares, além dos ajustes citados, os preços são ajustados em função das diferenças de natureza física e de conteúdo, considerando, para tanto, os custos relativos à produção do bem, à execução do serviço ou à constituição do direito, exclusivamente nas partes que corresponderem às diferenças entre os modelos objeto da comparação.

Não sendo possível identificar operações de venda no mesmo período a que se referirem os preços sob investigação, a comparação pode ser feita com preços praticados em operações efetuadas em períodos anteriores ou posteriores, desde que ajustados por eventuais variações nas taxas de câmbio das moedas de referência, ocorridas entre a data de uma e de outra operação. São consideradas, também, as variações acidentais de preços de *commodities*, quando comprovadas mediante apresentação de cotações de bolsa, de âmbito nacional, verificadas durante o período.

23.7 – Métodos Utilizados nas Importações

Método dos Preços Independentes Comparados (PIC)

A determinação do custo de bens, serviços e direitos, adquiridos no exterior, dedutível na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, pode ser efetuada pelo método dos Preços Independentes Comparados (PIC), definido como a média aritmética ponderada dos preços de bens, serviços ou direitos, idênticos ou similares, apurados no mercado brasileiro ou de outros países, em operações de compra e venda, em condições de pagamento semelhantes.

Por esse método, os preços dos bens, serviços ou direitos, adquiridos no exterior, de uma empresa vinculada, são comparados com os preços de bens, serviços ou direitos, idênticos ou similares:

- a) vendidos pela mesma empresa exportadora, a pessoas jurídicas não vinculadas, residentes ou não residentes;
- b) adquiridos pela mesma importadora, de pessoas jurídicas não vinculadas, residentes ou não residentes;
- c) em operações de compra e venda praticadas entre outras pessoas jurídicas não vinculadas, residentes ou não residentes.

Os valores dos bens, serviços ou direitos são ajustados de forma a minimizar os efeitos provocados sobre os preços a serem comparados, por diferenças nas condições de negócio, de natureza física e de conteúdo. ([subitem 23.8](#))

Método do Preço de Revenda menos Lucro – Revenda (PRL – 20%)

A determinação do custo de bens, serviços ou direitos, adquiridos no exterior, dedutível da determinação do lucro real, pode, também, ser efetuada pelo método do Preço de Revenda menos Lucro (PRL – 20%), definido como a média aritmética dos preços de revenda dos bens ou direitos, diminuídos:

- a) dos descontos incondicionais concedidos;
- b) dos impostos e contribuições incidentes sobre as vendas;
- c) das comissões e corretagens pagas;
- d) de margem de lucro de vinte por cento.

Os preços de revenda, a serem considerados, são os praticados pela própria empresa importadora, em operações de venda a varejo e no atacado, com compradores, pessoas físicas ou jurídicas, que não sejam a ela vinculados.

Os preços médios de aquisição e revenda são ponderados em função das quantidades negociadas.

Na determinação da média ponderada dos preços, são computados os valores e as quantidades relativos aos estoques existentes no início do período de apuração.

Para efeito desse método, a média aritmética ponderada do preço é determinada computando-se as operações de revenda praticadas desde a data da aquisição até a data do encerramento do período de apuração.

Se as operações consideradas para determinação do preço médio contiverem vendas à vista e a prazo, os preços relativos a estas últimas devem ser escoimados dos juros neles incluídos, calculados à taxa praticada pela própria empresa, quando comprovada a sua aplicação em todas as vendas a prazo, durante o prazo concedido para o pagamento.

Na hipótese do parágrafo anterior, não sendo comprovada a aplicação consistente de uma taxa, o ajuste deve ser efetuado com base na taxa:

- referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), para títulos federais, proporcionalizada para o intervalo, quando comprador e vendedor forem domiciliados no Brasil;

- Libor, para depósitos em dólares americanos pelo prazo de seis meses, acrescida de três por cento anuais a título de spread, proporcionalizada para o intervalo, quando uma das partes for domiciliada no exterior.

São considerados como:

- incondicionais, os descontos concedidos que não dependam de eventos futuros, ou seja, os que forem concedidos no ato de cada revenda e constar da respectiva nota fiscal;
- impostos, contribuições e outros encargos cobrados pelo Poder Público, incidentes sobre vendas, aqueles integrantes do preço, tais como ICMS, ISS, Pis/Pasep e Cofins;
- comissões e corretagens, os valores pagos e os que constituírem obrigação de pagar, a esse título, relativamente às vendas dos bens, serviços ou direitos objeto de análise.

A margem de lucro é aplicada sobre o preço de revenda, constante da nota fiscal, excluídos, exclusivamente, os descontos incondicionais concedidos.

Este método somente deve ser aplicado nas hipóteses em que não haja agregação de valor no País ao custo dos bens, serviços ou direitos importados, configurando, assim, simples processo de revenda dos mesmos bens, serviços ou direitos importados.

Método do Preço de Revenda menos Lucro - Produção (PRL – 60%)

Este método será utilizado na hipótese de bens importados aplicados na produção.

A determinação do custo de bens, serviços ou direitos, adquiridos no exterior, dedutível da determinação do lucro real, poderá ser efetuada pelo método do Preço de Revenda menos Lucro (PRL – 60%), definido como a média aritmética dos preços de revenda dos bens ou direitos, diminuídos:

- a) dos descontos incondicionais concedidos;
- b) dos impostos e contribuições incidentes sobre as vendas;
- c) das comissões e corretagens pagas;
- d) de margem de lucro de sessenta por cento.

Os preços de revenda, a serem considerados, serão os praticados pela própria empresa importadora, em operações de venda a varejo e no atacado, com compradores, pessoas físicas ou jurídicas, que não sejam a ela vinculados.

Os preços médios de aquisição e revenda serão ponderados em função das quantidades negociadas.

Na determinação da média ponderada dos preços, serão computados os valores e as quantidades relativos aos estoques existentes no início do período de apuração.

Para efeito desse método, a média aritmética ponderada do preço será determinada computando-se as operações de revenda praticadas desde a data da aquisição até a data do encerramento do período de apuração.

Se as operações consideradas para determinação do preço médio contiverem vendas à vista e a prazo, os preços relativos a estas últimas deverão ser escoimados dos juros neles incluídos, calculados à taxa praticada pela própria empresa, quando comprovada a sua aplicação em todas as vendas a prazo, durante o prazo concedido para o pagamento.

Na hipótese do parágrafo anterior, não sendo comprovada a aplicação consistente de uma taxa, o ajuste será efetuado com base na taxa:

- referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), para títulos federais, proporcionalizada para o intervalo, quando comprador e vendedor forem domiciliados no Brasil;
- Libor, para depósitos em dólares americanos pelo prazo de seis meses, acrescida de três por cento anuais a título de spread, proporcionalizada para o intervalo, quando uma das partes for domiciliada no exterior.

Serão considerados como:

- incondicionais, os descontos concedidos que não dependam de eventos futuros, ou seja, os que forem concedidos no ato de cada revenda e constar da respectiva nota fiscal;
- impostos, contribuições e outros encargos cobrados pelo Poder Público, incidentes sobre vendas, aqueles integrantes do preço, tais como ICMS, ISS, Pis/Pasep e Cofins;
- comissões e corretagens, os valores pagos e os que constituírem obrigação de pagar, a esse título, relativamente às vendas dos bens, serviços ou direitos objeto de análise.

O preço a ser utilizado como parâmetro de comparação será a diferença entre o preço líquido de venda e a margem de lucro de sessenta por cento, considerando-se, para este fim:

- preço líquido de venda, a média aritmética dos preços de venda do bem produzido, diminuídos dos descontos incondicionais concedidos, dos impostos e contribuições sobre as vendas e das comissões e corretagens pagas;
- margem de lucro, o resultado da aplicação do percentual de sessenta por cento sobre a média aritmética dos preços de venda do bem produzido, diminuídos dos descontos incondicionais concedidos, dos impostos e contribuições sobre as vendas, das comissões e corretagens pagas e do valor agregado ao bem produzido no País.

Método do Custo de Produção mais Lucro (CPL)

A determinação do custo de bens, serviços e direitos, adquiridos no exterior, dedutível na determinação do lucro real, poderá, ainda, ser efetuada pelo método do Custo de Produção mais Lucro (CPL), definido como o custo médio de produção de bens, serviços ou direitos, idênticos ou similares, no país onde tiverem sido originariamente produzidos, acrescido dos impostos e taxas cobrados pelo referido país, na exportação, e de margem de lucro de vinte por cento, calculada sobre o custo apurado.

Na apuração de preço por esse método serão considerados exclusivamente os seguintes custos incorridos na produção do bem, serviço ou direito, excluídos quaisquer outros, ainda que se refira a margem de lucro de distribuidor atacadista:

- a) o custo de aquisição das matérias-primas, dos produtos intermediários e dos materiais de embalagem utilizados na produção do bem, serviço ou direito;
- b) custo de quaisquer outros bens, serviços ou direitos aplicados ou consumidos na produção;
- c) custo do pessoal, aplicado na produção, inclusive de supervisão direta, manutenção e guarda das instalações de

produção e os respectivos encargos sociais incorridos, exigidos ou admitidos pela legislação do país de origem;

d) os custos de locação, manutenção e reparo e os encargos de depreciação, amortização ou exaustão dos bens, serviços ou direitos aplicados na produção;

e) os valores das quebras e perdas razoáveis, ocorridas no processo produtivo, admitidas pela legislação fiscal do país de origem do bem, serviço ou direito.

Os custos de produção deverão ser demonstrados discriminadamente, por componente, valores e respectivos fornecedores. Poderão ser utilizados dados da própria unidade fornecedora ou de unidades produtoras de outras empresas, localizadas no país de origem do bem, serviço ou direito.

Na determinação do custo do bem, serviço ou direito, adquirido pela empresa no Brasil, os custos referidos anteriormente, incorridos pela unidade produtora no exterior, serão considerados proporcionalmente às quantidades destinadas à empresa no Brasil.

No caso de utilização de produto similar, para aferição do preço, o custo de produção deverá ser ajustado em função das diferenças entre o bem, serviço ou direito adquirido e o que estiver sendo utilizado como parâmetro.

A margem de lucro será aplicada sobre os custos apurados antes da incidência dos impostos e taxas incidentes, no país de origem, sobre o valor dos bens, serviços e direitos adquiridos pela empresa no Brasil.

23.8 – Ajustes no Preço Parâmetro nas Importações

No caso de bens, serviços e direitos idênticos, somente é permitida a efetivação de ajustes relacionados com:

- a) prazo para pagamento;
- b) quantidades negociadas;
- c) obrigação por garantia de funcionamento do bem ou da aplicabilidade do serviço ou direito;
- d) obrigação pela promoção, junto ao público, do bem, serviço ou direito, por meio de propaganda e publicidade;
- e) obrigação pelos custos de fiscalização de qualidade, do padrão dos serviços e das condições de higiene;
- f) custos de intermediação, nas operações de compra e venda, praticadas pelas empresas não vinculadas, consideradas para efeito de comparação dos preços;
- g) acondicionamento;
- h) frete e seguro;

As diferenças nos prazos de pagamento são ajustadas pelo valor dos juros correspondentes ao intervalo entre os prazos concedidos para o pagamento das obrigações sob análise, com base na taxa praticada pela própria empresa, quando comprovada a sua aplicação, consistentemente, em relação a todas as vendas a prazo.

Não sendo comprovada a aplicação consistente de uma taxa, o ajuste deve ser efetuado com base na taxa:

- referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), para títulos federais, proporcionalizada para o intervalo, quando comprador e vendedor forem domiciliados no Brasil;

- Libor, para depósitos em dólares americanos pelo prazo de seis meses, acrescida de três por cento anuais a título de spread, proporcionalizada para o intervalo, quando uma das partes for domiciliada no exterior.

Os ajustes em função de diferenças de quantidades negociadas são efetuados com base em documentos de emissão da empresa vendedora, que demonstrem a prática de preços menores quanto maiores as quantidades adquiridas por um mesmo comprador.

Para efeito de ajuste decorrente das garantias a que se refere a letra **c**, o valor integrante do preço, a esse título, não pode exceder o resultante da divisão do total dos gastos efetuados, no período de apuração anterior, pela quantidade de bens, serviços ou direitos, com garantia em vigor, no mercado nacional, durante o mesmo período. Se o bem, serviço ou direito não houver, ainda, sido vendido no Brasil, é admitido o custo, em moeda nacional, correspondente à mesma garantia, praticado em outro país.

Nos ajustes em virtude das letras **d** e **e**, o preço do bem, serviço ou direito adquirido de uma empresa vinculada, domiciliada no exterior, que suporte o ônus da promoção do bem, serviço ou direito no Brasil, pode exceder o de outra que não suporte o mesmo ônus, até o montante despendido, por unidade do produto, pela empresa exportadora, com a referida obrigação.

Para efeito do parágrafo anterior, no caso de propaganda e publicidade que tenha por finalidade a promoção:

I - do nome ou da marca da empresa, os gastos são rateados para todos os bens, serviços ou direitos vendidos no Brasil, proporcionalizados em função das quantidades e respectivos valores de cada tipo de bem, serviço ou direito;

II - de um produto, o rateio é em função das quantidades deste.

Quando forem utilizados dados de uma empresa adquirente que houver suportado os encargos de intermediação na compra do bem, serviço ou direito, cujo preço for parâmetro para comparação com o praticado na operação de compra efetuada com uma empresa vinculada, não sujeita a referido encargo, o preço do bem, serviço ou direito desta pode exceder o daquela, até o montante correspondente a esse encargo.

Para efeito de comparação, os preços dos bens, serviços e direitos são, também, ajustados em função de diferenças de custo dos materiais utilizados no acondicionamento de cada um e do frete e seguro incidente em cada caso.

No caso de bens, serviços ou direitos similares, além dos ajustes citados, os preços são ajustados em função das diferenças de natureza física e de conteúdo, considerando, para tanto, os custos relativos à produção do bem, à execução do serviço ou à constituição do direito, exclusivamente nas partes que corresponderem às diferenças entre os modelos objeto da comparação.

Não sendo possível identificar operações de compra e venda no mesmo período a que se referirem os preços sob investigação, a comparação pode ser feita com preços praticados em operações efetuadas em períodos anteriores ou posteriores, desde que ajustados por eventuais variações nas taxas de câmbio das moedas de referência, ocorridas entre a data de uma e de outra operação.

Nos ajustes em virtude de variação cambial, os preços a serem utilizados como parâmetros para comparação, quando

decorrentes de operações efetuadas em países cuja moeda não tenha cotação em moeda nacional, são, inicialmente, convertidos em dólares americanos e, depois, para reais, tomando-se por base as respectivas taxas de câmbio praticadas na data de cada operação. São consideradas, também, as variações acidentais de preços de *commodities*, quando comprovadas mediante apresentação de cotações de bolsa, de âmbito nacional, verificadas durante o período.

23.9 – Arbitramento de Preço de Transferência nas Exportações

As receitas auferidas nas operações efetuadas com pessoa vinculada ([subitem 23.1](#)), ficam sujeitas a arbitramento quando o preço médio de venda dos bens, serviços ou direitos, nas exportações efetuadas durante o respectivo período de apuração da base de cálculo do imposto de renda, for inferior a noventa por cento do preço médio praticado na venda dos mesmos bens, serviços ou direitos, no mercado brasileiro, durante o mesmo período, em condições de pagamento semelhantes.

O preço médio é obtido pela multiplicação dos preços praticados, pelas quantidades relativas a cada operação e os resultados apurados são somados e divididos pela quantidade total, determinando-se, assim o preço médio ponderado. Caso a pessoa jurídica não efetue operações de venda no mercado interno, a determinação dos preços médios é efetuada com dados de outras empresas que pratiquem a venda de bens, serviços ou direitos, idênticos ou similares, no mercado brasileiro.

Somente são consideradas as operações de compra e venda praticadas, no mercado brasileiro, entre compradores e vendedores não vinculados.

Para efeito de comparação, o preço de venda:

- a) no mercado brasileiro, deve ser considerado líquido dos descontos incondicionais concedidos, do ICMS, do ISS, das contribuições Cofins e Pis/Pasep, de outros encargos cobrados pelo Poder Público e do frete e seguro, suportados pela empresa vendedora;
- b) nas exportações, deve ser tomado pelo valor da venda depois de diminuído dos encargos de frete e seguro, cujo ônus tenha sido da empresa exportadora.

23.10 - Valor do Ajuste Sobre as Receitas Oriundas das Exportações

Verificado a condição de arbitramento de preço de transferência nas exportações ([subitem 23.9](#)), com os ajustes referidos no [subitem 23.6](#), as receitas das vendas nas exportações são determinadas tomando-se por base o valor apurado segundo um dos métodos descritos no [subitem 23.5](#).

Na hipótese de utilização de mais de um método, deve ser considerado o menor dos valores apurados, devendo o método adotado pela empresa ser aplicado, consistentemente, por bem, serviço ou direito, durante todo o período de apuração. Se o valor apurado segundo esses métodos for inferior aos preços de venda constantes dos documentos de exportação, prevalece o montante da receita reconhecida conforme os referidos documentos.

A parcela das receitas, apurada segundo o disposto acima, que exceder ao valor já apropriado na escrituração da empresa deve ser adicionada ao lucro líquido, para fins de determinação do lucro real e do lucro da exploração, bem assim ser computada na determinação do lucro presumido ou arbitrado e da base de cálculo da CSLL.

A receita de vendas de exportação de bens, serviços e direitos é determinada pela conversão em reais à taxa de câmbio de compra, fixada no boletim de abertura do Banco Central do Brasil, em vigor na data:

- a) de embarque, no caso de bens;
- b) da efetiva prestação do serviço ou transferência do direito.

A data da efetiva prestação do serviço ou transferência do direito é a data do auferimento da receita, assim considerada o momento em que, nascido o direito à sua percepção, a receita deva ser contabilizada em observância ao regime de competência.

Na hipótese em que o contribuinte seja optante pelo lucro presumido, com base no regime de caixa, considera-se auferida a receita segundo o regime de competência.

23.11 – Valor do Ajuste sobre as Importações

Após apurados por um dos métodos referidos no [subitem 23.7](#), os preços a serem utilizados como parâmetro, nos casos de importação de empresas vinculadas, são comparados com os constantes dos documentos de aquisição:

- a) se o preço praticado na aquisição pela empresa vinculada, domiciliada no Brasil, for superior àquele utilizado como parâmetro, são adicionados ao lucro real e à base de cálculo da CSLL o valor resultante do excesso de custo, computado nos resultados da empresa, decorrente da diferença entre os preços comparados;
- b) se inferior, nenhum ajuste, com efeito tributário, pode ser efetuado.

O valor expresso em moeda estrangeira, na importação de bens, serviços e direitos deve ser convertido em reais pela taxa de câmbio de venda, fixada pelo boletim de abertura do Banco Central do Brasil, para a data:

- a) do desembarço aduaneiro, no caso de bens;
- b) do reconhecimento do custo ou despesa correspondente à prestação do serviço ou à aquisição do direito, em observância ao regime de competência.

Para efeito de apuração do preço a ser utilizado como parâmetro, a pessoa jurídica importadora pode optar por qualquer dos métodos referidos no [subitem 23.7](#).

Na hipótese de utilização de mais de um método, é considerado dedutível o maior valor apurado, devendo o método adotado pela empresa ser aplicado, consistentemente, por bem, serviço ou direito, durante todo o período de apuração. A dedutibilidade dos encargos de depreciação ou amortização dos bens e direitos fica limitada, em cada período de apuração, ao montante calculado com base no preço determinado por um dos métodos descritos no [subitem 23.7](#).

Atenção:

1) Nos casos de apuração de excesso de custo de aquisição de bens, direitos e serviços, importados de empresas vinculadas e que sejam considerados indedutíveis na determinação do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido, apurados na forma do art. 18 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, a pessoa jurídica deve ajustar o excesso de custo, determinado por um dos métodos previstos na legislação, no encerramento do período de apuração, contabilmente, por meio de lançamento a débito de conta de resultados acumulados e a crédito de:

I - conta do ativo onde foi contabilizada a aquisição dos bens, direitos ou serviços e que permanecerem ali registrados ao final do período de apuração; ou

II - conta própria de custo ou de despesa do período de apuração, que registre o valor dos bens, direitos ou serviços, no caso de esses ativos já terem sido baixados da conta de ativo que tenha registrado a sua aquisição.

2) No caso de bens classificáveis no ativo permanente e que tenham gerado quotas de depreciação, amortização ou exaustão, no ano-calendário da importação, o valor do excesso de preço de aquisição na importação deve ser creditado na conta de ativo em cujas quotas tenham sido debitadas, em contrapartida à conta de resultados acumulados a que se refere o item 1.

3) Caso a pessoa jurídica opte por adicionar, na determinação do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido, o valor do excesso apurado em cada período de apuração somente por ocasião da realização por alienação ou baixa a qualquer título do bem, direito ou serviço adquirido, o valor total do excesso apurado no período de aquisição deve ser excluído do patrimônio líquido, para fins de determinação da base de cálculo dos juros sobre o capital próprio, de que trata o art. 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, alterada pela Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

4) Na hipótese do item 3, a pessoa jurídica deve registrar o valor total do excesso de preço de aquisição em subconta própria que registre o valor do bem, serviço ou direito adquirido no exterior.